

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBCOMISSÃO ESPECIAL RIO + 20

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

RELATÓRIO PARCIAL

Dep. Ricardo Tripoli

Relator

Maio - 2012

SUMÁRIO

VOLUME I.....	4
MEMBROS DA SUBCOMISSÃO.....	5
I – INTRODUÇÃO	6
II – PREÂMBULO – PRIMEIROS PENSAMENTOS SOBRE A RIO + 20	8
III – ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO.....	17
IV – OS ENCONTROS REGIONAIS RIO + 20	18
V – DOCUMENTO PRELIMINAR APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA A RECEPÇÃO DE SUGESTÕES POR PARTE DOS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL PARA A RIO+20	185
VI – SUGESTÕES APRESENTADAS À COMISSÃO NACIONAL PELO DEPUTADO SARNEY FILHO (Presidente da Subcomissão Especial) PARA O APERFEIÇOAMENTO DO DOCUMENTO PRELIMINAR APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E SUGESTÕES APRESENTADAS PELO DEPUTADOS RICARDO TRIPOLI, EM DOCUMENTO TAMBÉM PROTOCOLADO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	232
VII – DOCUMENTO APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ÀS NAÇÕES UNIDAS COMO CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À AGENDA DA CONFERÊNCIA RIO + 20, APÓS AS SUGESTÕES DOS PARTICIPANTES DA COMISSÃO NACIONAL	240
VIII – NOVAS SUGESTÕES APRESENTADAS À COMISSÃO NACIONAL PELO DEPUTADO SARNEY FILHO (Presidente da Subcomissão Especial), AGORA PARA COMPORER AS SUGESTÕES DO GOVERNO BRASILEIRO À MINUTA ZERO DO DOCUMENTO DA CONFERÊNCIA RIO + 20	288
IX – CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL, DURANTE REUNIÃO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, À MINUTA INICIAL (ZERO DRAFT) DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+20, ENTRE AS QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DA SUBCOMISSÃO, ATRAVÉS DE SEU PRESIDENTE, DEPUTADO SARNEY FILHO	291
X – PRÓXIMAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO	379

VOLUME II	392
ANEXO I MINUTA INICIAL DO DOCUMENTO QUE DEVE ORIENTAR OS DEBATES NA CONFERÊNCIA RIO + 20, APÓS NEGOCIAÇÃO ENTRE OS CO-PRESIDENTES DA CONFERÊNCIA (última versão de minuta inicial recebida pela Subcomissão)	393
ANEXO II REQUERIMENTO A SER SUBMETIDO AO PLENÁRIO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL E, POSTERIORMENTE, À CMADS DEFININDO AS PRÓXIMAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO	682

VOLUME I

MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

Presidente: Deputado Sarney Filho

Vice-Presidente: Deputado Márcio Macêdo

Relator: Deputado Ricardo Tripoli

TITULARES	SUPLENTES
LEONARDO MONTEIRO– PT (MG)	FERNANDO FERRO – PT (PE)
MÁRCIO MACÊDO - PT (SE)	MARINA SANTENNA – PT (GO)
FERNANDO JORDÃO – PMDB (RJ)	MOACIR MICHELETTO – PMDB (PR)
VALDIR COLATTO – PMDB (SC)	PAULO PIAU – PMDB (MG)
RICARDO TRIPOLI – PSDB (SP)	ANTONIO CARLOS MENDES THAME – PSDB (SP)
TONINHO PINHEIRO – PP (MG)	REBECCA GARCIA – PP (AM)
MARCOS MONTES – DEM (MG)	VAGO
VAGO	BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS – PR (MG)
GIVALDO CARIMBÃO – PSB (AL)	VAGO
GIOVANI CHERINI – PDT (RS)	MIRO TEIXEIRA – PDT (RJ)
SARNEY FILHO – BLOCO PV, PPS (MA)	AUGUSTO CARVALHO – BLOCO PV, PPS (DF)

I – INTRODUÇÃO

A Subcomissão Especial sobre Rio + 20 foi criada por Ato da Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 10 de agosto de 2011, e instalada dia 17 do mesmo mês.

A Subcomissão foi instituída com o objetivo de acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20.

A Rio+20 acontece em junho de 2012, no Rio de Janeiro, para debater medidas para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, orientado a partir de dois eixos básicos: a economia verde, no contexto da sustentabilidade ambiental e da erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional capaz de propiciar governança a este desenvolvimento sustentável.

Este documento relata as atividades realizadas pela Subcomissão Especial desde sua instalação e as atividades ainda previstas até a realização da Conferência.

Como preâmbulo a este Relatório, apresenta-se a contribuição do Deputado Sarney Filho à primeira reunião promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, em abril de 2011, antes mesmo da instalação da Subcomissão Especial, onde estiveram presentes, além do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, o Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, Achim Steiner, dirigentes e representantes do empresariado brasileiro, das organizações não governamentais e da mídia, cujo trabalho na área ambiental tem tido destaque e influência sobre a sociedade brasileira. O objetivo do encontro foi o de tentar captar o “pensamento brasileiro” sobre o conteúdo que deveria nortear a Conferência Rio + 20.

O Deputado Sarney Filho, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados – CMADS, viria a tornar-se Presidente desta Subcomissão Especial e, posteriormente, Presidente da própria CMADS. A partir de sua colaboração neste primeiro encontro, foi convidado e passou a fazer parte da Comissão Nacional para a Conferência da ONU.

A Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi criada pelo Decreto 7.495 de 7 de junho de 2011 e reuniu integrantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes da sociedade civil e comunidades tradicionais, com o objetivo de colher contribuições para a construção da posição brasileira para a Rio + 20.

Com o preâmbulo, tem início e desenvolve-se, de forma cronológica, a contribuição feita pela Subcomissão Especial à realização da Conferência Rio + 20, tanto no âmbito oficial, com sua representação na referida Comissão Nacional (por meio de seu Presidente, Deputado Sarney Filho), como no âmbito da sociedade, com a promoção de uma série de encontros regionais, tendo em vista debater os principais temas ambientais do Brasil e promover a conscientização da sociedade sobre a importância da realização do evento e do debate internacional sobre economia verde e governança para o desenvolvimento sustentável.

As últimas atividades da Subcomissão Especial estão relacionadas ao co-patrocínio, juntamente com as demais Subcomissões Especiais sobre Rio + 20 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do evento paralelo Iniciativa Rio Clima (The Climate Challenge Initiative) que terá lugar durante a Conferência da ONU e tem o objetivo de dar espaço ao debate sobre mudanças climáticas, tema de pouquíssima presença na agenda oficial da Conferência.

A Iniciativa Rio Clima, inspirada na Iniciativa de Genebra, pretende iniciar, na Rio + 20, a composição de cenários que possam inspirar negociações por “delegações fictícias” dos principais países emissores de gases de efeito estufa e dos mais atingidos pelas mudanças climáticas, tendo em vista oferecer, às delegações oficiais que negociam o Clima no âmbito das COPs (Conferências das Partes da Convenção do Clima), contribuições que auxiliem a construção do Acordo sobre o Clima que a comunidade global tanto espera. A Iniciativa teria continuidade até 2015, prazo previsto na Plataforma de Durban, para o Acordo.

A Subcomissão Especial, ao co-patrocinar o referido evento, parte também da compreensão de que uma economia verde reivindica, antes de tudo, uma economia de baixo carbono, tendo em vista o enfrentamento, pela comunidade global, do mais sério problema ambiental de nossa civilização que é o aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas.

A seguir são relatados os encontros regionais, sua conclusão com um seminário da Câmara dos Deputados sobre economia verde, as diversas contribuições da Subcomissão Especial à Comissão

Nacional, efetuadas pelo Deputado Sarney Filho e pelo Deputado Ricardo Tripoli, Presidente e Relator desta Subcomissão, e o acompanhamento da preparação da Inicitiva Rio Clima.

O auxílio técnico no acompanhamento das atividades da Subcomissão e para a elaboração deste Relatório foi prestado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e realizado pelas consultoras Ana Cristina Fraga Schwingel, Roseli Sena Ganem e Suely Mara Vaz G. De Araújo.

II – PREÂMBULO – PRIMEIROS PENSAMENTOS SOBRE A RIO + 20

Em 29 de abril de 2011, o Deputado Sarney Filho foi convidado pelo Embaixador Gilberto Vergne Saboia, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, para participar da Mesa-Redonda de Alto Nível “Rio+20: Os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável”, realizada no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

“O Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”), no Rio de Janeiro, entre 28 de maio e 6 de junho de 2012. Na esteira do excepcional legado da Rio 92, que antecipou os principais desafios do desenvolvimento sustentável que o mundo enfrentaria nos vinte anos seguintes, a Rio+20 identificará novos temas e determinará os rumos das discussões internacionais para os próximos anos. Já merece destaque na preparação da Conferência o tema da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

A Mesa-Redonda, o primeiro de uma série de diálogos com representantes dos mais diferentes setores da sociedade com vistas à construção do pensamento brasileiro para a Rio+20, seguirá formato dinâmico e interativo. Os participantes responderão à seguinte pergunta: “na sua opinião, quais são os três desafios mais importantes do desenvolvimento sustentável nos próximos vinte anos?”

O evento será restrito, contando com a presença de personalidades de grande projeção em nossa sociedade e convidados internacionais. Vossa Excelência está sendo convidado a título pessoal e intransferível, em razão de sua contribuição ao debate público sobre o desenvolvimento sustentável do País”.

A seguir, a contribuição do Deputado Sarney Filho no referido evento:

“Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Sr. Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner.

Eis a pergunta:

“quais os três desafios mais importantes do desenvolvimento sustentável nos próximos vinte anos?”

Depois de muito refletir sobre os desafios para os próximos 20 anos, de enumerá-los, julgando-os muitos, acabei por perceber que praticamente toda a lista deles tem em comum a necessidade de avançarmos na direção da construção de uma estrutura institucional de Governança Global. Por este motivo, este desafio será por mim bastante privilegiado. Acrescento a ele o desafio de descarbonização da economia mundial, tema que procurarei abordar no contexto da inserção brasileira nas negociações internacionais do clima e em sua recepção, como anfitriã, da Cúpula Rio + 20. Por fim, optei por eleger a questão da adaptação às mudanças climáticas, tema, ao meu ver, ainda incipiente na agenda do clima e que merece mais atenção.

1 - Uma estrutura institucional de governança global é uma demanda que não se restringe às questões ambientais, mas que as questões ambientais fazem aflorar de maneira cada vez mais aguda.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu este estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Este reconhecimento, quando, na década de 1970, começamos a repensar nossa relação com o planeta, expressou-se em apenas uma frase de caráter utópico: uma terra, um mundo, um governo. Desta ideia, no entanto, surgiu, na década de 1990, o conceito realista de construção progressiva de instituições efetivas de governança global.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Interessante é que o reconhecimento da interdependência parece corriqueiro, ouvimos isso em toda a esquina, mas o reconhecimento de que, como consequência lógica, a soberania é cada vez mais relativa parece mais custoso a algumas sociedades. Razões históricas serão lembradas, interesses serão defendidos a ferro e fogo. Não foi diferente no caminho até aqui percorrido pela União Europeia, como desbravadora em sistema de governança supranacional. É preciso enfrentar a realidade da dinâmica da economia, de seus reflexos nas questões de trabalho, de circulação de pessoas e dos impactos ambientais. Buscar o quadro político que melhor represente essa realidade é tarefa sobre a qual, sem demora, precisamos nos debruçar.

Sobre a demanda por governança, na questão especificamente ambiental, temos avaliações importantes a fazer.

Apesar dos recentes avanços em Copenhague, estamos prestes a completar, em 2012, 20 anos desde as primeiras tentativas de concertação mundial que evitassem que chegássemos exatamente onde estamos agora: em situação de risco continuamente aumentado de que mudanças climáticas, erosão de biodiversidade, desertificação, entre outras mazelas, ameacem a segurança da vida no planeta, resultem em perdas humanas e materiais, causem sofrimento extremo à humanidade.

Seria sensato prosseguir, sem avaliar que os resultados foram insuficientes diante da urgência que a ciência nos tem apresentado e sem reconhecer que a estratégia até aqui adotada esteja demandando mudanças?

Desde sua criação, a ONU foi exitosa em criar consensos mínimos para a humanidade, em meio à sua diversidade econômica, social e cultural, em acordar intenções. As Nações Unidas tem sido palco legítimo de debates de quaisquer assuntos de interesse da humanidade. Sinto-me, como todos vocês, filho dessa instituição, pois ela é nada mais que a representação do início da maturidade que tivemos de assumir, como civilização, depois das grandes guerras do século XX.

Há 20 anos, ou melhor, há 40 anos, desde Estocolmo, a ONU abrigou os primórdios das forças que alertavam para a questão ambiental, e de lá vimos crescendo com o PNUMA, com IPCC, as convenções, etc...

Mas penso que já está na hora de avaliarmos que, ao menos na questão climática, as “declarações” já foram quase todas feitas. Que as expectativas da sociedade já não encontram eco nas insuficientes conclusões das COPs.

Em Copenhague penso que chegamos à máxima performance que este sistema de decisões poderia alcançar e que as possibilidades de avanço estão próximas do esgotamento.

Nas COPs, os países votantes são quase duas centenas e as decisões só podem ocorrer por consenso.

Se não vivemos mais diante dos cenários das mudanças climáticas, mas vivemos elas próprias, quanto tempo mais vamos esperar?

Entendo que precisamos reconhecer, no conjunto das nações, a efetividade das forças econômicas e de seu poder político para prosseguirmos trabalhando num quadro mais real.

Precisamos reconhecer, além disso, que existem poderes formadores da realidade que não são Estados, mas Corporações, ONGs, Mídias. Que são poderes muito importantes e que estão isolados do sistema de decisão.

Por onde poderíamos começar?

Penso que uma estrutura de governança pode emergir, não de uma construção imaginária, mas de algo que já venha acontecendo e que reflita as forças reais da sociedade mundial.

O que seriam as forças reais da sociedade mundial? Algo parecido com parte significativa do PIB, do poder político, do poder militar, do poder científico e tecnológico, da porcentagem populacional, da detenção de territórios e de recursos naturais.

Hoje existe uma estrutura próxima de representar essa realidade que é o G 20, que ultrapassa o âmbito restrito aos donos do PIB e das armas, que tínhamos no G8, que se aproxima de uma consistente arquitetura plurilateral, bem mais saudável ao entendimento global.

Acho interessante perceber que o G 20 não é um sistema ideal, nem produzido propositadamente pela engenharia teórica das relações internacionais. Ele vem sendo construído exatamente segundo as realidades efetivas de distribuição assimétrica de poder no mundo. Não por outro motivo, ele nasce a partir de um fórum de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais, em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990. Não por outro motivo, ele reúne, pela primeira vez, chefes de estado quando a crise de 2008 ameaçava atingir irreparavelmente a economia mundial. Vejamos que a decisão por reunir-se foi reativa aos acontecimentos, mas funcionou bem, pelo que pudemos notar nos reparos da crise de 2008.

Em 2009, na reunião do G 20 no Reino Unido, uma agenda mais audaciosa que envolvia inclusive o Clima, foi proposta pela França, Reino Unido e Alemanha, com apoio dos EUA e do Japão e Coreia do Sul.

Teria sido uma oportunidade de evolução do G 20 para uma possível estrutura de governança. Nós, os brics, infelizmente, fomos contrários.

O que me faz defensor de que o Brasil repense sua posição nas negociações do clima e em relação ao G 20, é a convicção que tenho de que as mudanças climáticas, carro-chefe da pegada ecológica de nossa civilização, devam ser tratadas com a mesma relevância, ou mesmo maior, com que foram tratados os assuntos internacionais mais caros à humanidade.

Vejamos que o desarmamento nuclear, por exemplo, não foi resolvido num fórum amplo e de consenso, mas pela capacidade dos inimigos de então de acordarem algo razoável para a continuidade da civilização.

Vejamos, recentemente, que tampouco a ONU foi o palco das decisões para contornar a crise de 2008, mas sim os atores efetivamente envolvidos nela.

Esse é o entendimento que tenho a respeito das forças que se podem organizar para o esboço do que, imagino, resultaria em governança global.

2 – Sobre a descarbonização da economia mundial, pretendo abordá-la num contexto de análise da inserção brasileira nas negociações internacionais do clima, refletindo sobre nossa participação nos preparativos da Rio + 20.

Para começar, é importante lembrar que, até pouco tempo, a política brasileira para mudanças climáticas era ainda muito incipiente. Mas, em muito pouco tempo, tivemos uma grande mudança. Resultante, possivelmente, do desempenho da política ambiental doméstica e da percepção de oportunidades econômicas num contexto de transição para a descarbonização da economia mundial.

A expressiva redução do desmatamento na Amazônia, entre 2005 e 2010 propiciou-nos uma drástica redução das emissões de gases estufa, calculada entre 15 e 20% do total que emitíamos em 2004, apesar de fortes incrementos de emissão pelo transporte, indústria, energia, e agropecuária em 2007 e 2008 e, posteriormente, em 2010.

Tamanha redução de emissões em tão pouco tempo não havia sido ainda registrada, a não ser na ex-União Soviética e no Leste Europeu, na década de 1990, mas, neste caso, por colapso da atividade econômica.

Ao contrário, no caso brasileiro, a redução de emissões deu-se em contexto de crescimento econômico médio de 3,5% ao ano, na década, crescimento bastante superior à média histórica das duas décadas anteriores.

Acabamos de uma vez com o mito da impotência nacional em relação à Amazônia e, mais que isso, mostramos aos demais países a possibilidade de crescimento sem o uso imediatista dos recursos naturais.

A partir de 2006, o governo percebe o quanto é estratégico para o País sua inserção numa economia global de biocombustíveis. Tem início, então, a diplomacia pelo etanol.

Nesse período, a posição tradicional do governo brasileiro nas negociações sobre clima, depois de crescentemente questionada pela opinião pública, apontou para mudanças que, por fim, resultaram na assunção de metas de redução para 2020, com as particularidades que conhecemos.

Quanto à conjuntura global, depois da aparente sensação de mais um fracasso na COP de Copenhague, o sucessivo registro posterior de metas de redução ou de diminuição das curvas de crescimento de emissões apresentadas pelos principais países do mundo ao Acordo de Copenhague mostraram um quadro bem mais animador. Pela primeira vez, EUA, Austrália, China, Brasil, Índia, Indonésia, África do Sul, México e Coreia do Sul assumiram, ao menos, o compromisso político de reduzir suas emissões ou o crescimento de sua curva de emissões.

É certo que tais metas estão ainda muito aquém do requerido pela ciência.

Do ponto de vista jurídico, o Acordo de Copenhague é extremamente frágil. No entanto, ele traduz, pela primeira vez, com ampla representatividade, a resposta de estados nacionais ao sucessivo constrangimento que têm sofrido por parte da opinião pública global prevalecente devido às suas emissões.

Voltando à realidade brasileira, temos de reconhecer que nossa política climática doméstica, com o controle do desmatamento, nossa Lei de Clima e as metas de redução de emissões assumidas em Copenhague, contrasta e muito com nossa posição nas negociações internacionais, em que

permanecemos atrelados à China e Índia e, mais amplamente ao BASIC1 e ao G77, portadores de políticas climáticas muitíssimo mais conservadoras.

Espero, aliás, penso que a opinião pública brasileira espera que a posição brasileira, de forma mais coerente, aproxime-se das posições dos países de vanguarda da Europa (Suécia, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, França, Finlândia e Noruega), do Japão e, particularmente, da Coreia do Sul, que se tem colocado, no período recente, como líder na transição para uma economia de baixo carbono.

Vejamos que, para a Cúpula Rio + 20, não somos apenas um Estado que defende seus interesses, mas somos, em parte, responsáveis pela boa condução das conversações e, quem sabe, resultados mais animadores para a comunidade global.

Temos sido bons propositores na breve história das negociações em mudanças climáticas. Propusemos as bases do que viria tornar-se o mecanismo de desenvolvimento limpo; propusemos, em 2002, os 10% de energias renováveis na matriz mundial.

Nossa lei de clima e as metas assumidas no Anexo do Acordo Copenhague nos colocam em posição de legitimidade para bem conduzir os entendimentos no Rio ano que vem.

Penso que, como já disse anteriormente, o avanço das negociações no sentido de chegarmos a um novo tratado sobre o clima juridicamente vinculante é improvável.

As realidades domésticas de países chaves e as relações entre eles no campo econômico e de segurança são decisivos e, por agora, cerceadores de avanços na negociação climática. Não vejo qualquer possibilidade dos EUA avançarem, antes de aprovarem sua lei de clima e energia, e isso como condição necessária, mas ainda não suficiente para um acordo global, porque outras questões chaves dependem da evolução dos acontecimentos na China.

O ambiente do comércio internacional, por sua vez, vem sendo crescentemente contaminado pela tensão gerada pela demanda dos EUA e da União Europeia para que a China revalorize significativamente sua moeda.

Esse quadro, devemos aceitar, não é nem um pouco propício a avanços na questão climática, se a considerarmos 100% dependente de um acordo juridicamente vinculante.

Por hora, acredito que não ultrapassaremos o patamar de medidas de cada um dos países para acelerar a descarbonização de suas economias, de acordo com planos individuais.

Para a Rio + 20, no entanto, poderia haver uma abordagem mais criativa, naquilo em que o Brasil vai poder emprestar ao evento, sendo seu anfitrião.

Não sei exatamente em que medida as formalidades e regras são congeladas e deixam espaço para inovações.

Independentemente do funcionamento do sistema vigente e das agendas já em negociação, poderia haver, no evento, espaços mais heterodoxos de debate, tendo em vista abrir mais o leque para possíveis entendimentos.

Entendimentos que propiciem, por exemplo, outras formas de enfrentamento do mais importante desafio para os próximos 20 anos que é a construção de uma nova economia que depende, necessariamente, da descarbonização dos processos nela envolvidos.

Um exemplo seria a possibilidade de acordos sobre taxa zero no comércio de energias renováveis, o que, de certa forma, poderia abranger todos ou muitos dos países do G20.

- Se não temos, no momento, habilidade suficiente para a construção de compromissos globais quantificáveis de diminuição de emissões;

- se não somos capazes de uma ação conjunta para a taxa crescente dos combustíveis fósseis, visando impulsionar as fontes alternativas;

- que façamos então um esforço maior para que as fontes alternativas encontrem espaço mais favorável e de forma mais rápida no mercado internacional.

Outro exemplo, ainda na questão da descarbonização da matriz mundial, seria a criação de uma empresa mundial de pesquisa de fontes de energia descarbonizantes, nos moldes do esforço supranacional na construção da estação espacial.

Espaços mais heterodoxos de debate poderiam também permitir ambientes de entendimento que contemplem as outras forças que mencionei como grandemente definidoras da realidade, como as corporações, as ONGs e a mídia.

A superação de um formato repetitivo, em que a agenda oficial, completamente comprometida com um único instrumento normativo, corre paralelamente a agendas de diversos tipos, mas não oficiais, causando uma tensão crescente pelo que está sendo “negociado” entre quatro paredes, como geralmente veiculado pela mídia, daria lugar a diálogos mais abertos, não necessariamente consensuais, abrangendo, além das delegações dos Estados, setores decisivos para a construção de um cenário desejado de menor intensidade de carbono na economia mundial.

Esta me parece ser “a cara do mundo atual”, que, talvez, devesse ver-se refletida na nova “cara da Rio + 20”

3 – Por fim, preocupa-me, sobremaneira, considerado o estágio avançado e praticamente irreversível de concentração de gases estufa, a questão, ainda pouco desenvolvida, da adaptação às mudanças climáticas.

Penso que, na Cúpula Rio + 20, esse aspecto precisa adquirir mais peso na agenda do clima. A negociação de um fundo internacional de financiamento e a implementação de um sistema de transferência de tecnologias e de capacitação devem ser pensadas.

Um parâmetro razoável seria que os países de renda alta financiassem e transferissem tecnologias e capacitação aos países de renda baixa e que transferissem também tecnologias e capacitação aos países de renda média. Os países de renda média, por sua vez, dependendo de suas características, seriam também transferidores de tecnologias e capacitação aos países de renda baixa, que, sabemos, estão muitíssimo vulneráveis ao que vem por aí.

No contexto da adaptação, é também importante o desenvolvimento de maiores pesquisas de geoengenharia climática, ainda incipientes, para que tenhamos um plano alternativo no caso de uma aceleração exponencial do aquecimento global.

Para terminar, gostaria de mencionar e de agradecer as colaborações que recebi para efetuar minha participação neste fórum, citando a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Ambientalista, a liderança do PV e as contribuições valiosas colhidas em publicações, das quais destaco as do Professor Eduardo Viola.

Muito obrigado.

Deputado Sarney Filho”.

III – ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO

1 - A Subcomissão Especial Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoveu, de setembro de 2011 a abril de 2012, uma agenda nacional de debates com o objetivo de sistematizar um diagnóstico e propor alternativas para solucionar e minimizar os principais problemas ambientais do País, no contexto dos eixos orientadores da Conferência Rio+20.

Os temas escolhidos para debate foram: Biomas, Recursos Hídricos, Meio Ambiente Urbano, Energia e Segurança Alimentar. Foram realizados encontros para cada um desses temas nas cinco regiões do País e um sexto encontro de fechamento, em Brasília, com o tema “Em Busca de uma Economia Sustentável”. Após este último encontro, as contribuições dos seis eventos foram reunidas em uma publicação, tendo em vista organizar um conjunto de propostas que a Frente Parlamentar Ambientalista apresentará ao Governo Brasileiro e à Conferência Rio+20, na data de sua realização.

Os debates dos temas Biomas, Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano realizaram-se, respectivamente, nas cidades de Manaus, Cuiabá e São Paulo, em setembro, outubro e novembro de 2011. Os debates dos temas Energia e Segurança Alimentar realizaram-se, respectivamente, em Recife e Porto Alegre, em dezembro de 2011 e janeiro de 2012. O evento de Brasília, o Seminário “Em busca de uma economia sustentável”, realizou-se em março de 2012. Todos os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Os debates foram abertos ao público e, para sua realização, a Subcomissão Especial Rio+20 contou com um conjunto de parceiros, com destaque para a Frente Parlamentar Ambientalista, a SOS Mata Atlântica e as Assembleias Legislativas dos Estados.

2 - Além dos debates, a Subcomissão conta com representação na Comissão Nacional do Governo Brasileiro para a Rio+20 (onde tem assento seu Presidente, o Deputado Sarney Filho), por meio da qual pôde apresentar, ao Ministério das Relações Exteriores, sugestões ao documento apresentado pelo Brasil às Nações Unidas, tendo em vista a

composição da Agenda da Conferência Rio + 20.

3 - Por fim, e ainda em realização, a Subcomissão Rio + 20 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, juntamente com a Subcomissão Rio + 20 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e com as subcomissões análogas do Senado federal, está patrocinando o evento paralelo Rio Clima que ocorrerá de 13 a 21 de junho, no Rio de Janeiro e que pretende chamar a atenção da Conferência para a questão climática, equivocadamente desprezada como conteúdo dos debates e acordos esperados na Cúpula.

IV – OS ENCONTROS REGIONAIS RIO + 20

Uma compilação dos debates realizados em cada um dos Encontros, nos estados, está sendo objeto de publicação pela Câmara dos Deputados a ser distribuída durante a Conferência Rio + 20.

O conteúdo dos debates aqui apresentado reproduz exatamente a compilação realizada para a publicação.

Para introduzir os “Encontros Regionais Rio + 20”, reproduz-se, em seguida, a apresentação dos deputados Sarney Filho e Ricardo Tripoli à citada publicação, com o objetivo de que se tenha uma idéia geral do ambiente dos debates, caracterizado pela parceria, principalmente, com a Frente Parlamentar Ambientalista, e do conteúdo por eles desenvolvido.

“Esta publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a esta matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar esta publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois este trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores e o fato de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com comando e controle. Vem atuando, tanto para o nascimento de novas leis ambientais, quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância, não apenas com a Frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado,

tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu este estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros, o que irá, certamente, incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia

verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que caminhem em direção à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura”.

Seguem os conteúdos compilados de cada um dos Eventos Preparatórios rio + 20:

ENCONTRO PARA O DEBATE DO TEMA BIOMAS, REALIZADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, EM 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Inicialmente destacamos a manifestação do Deputado Federal e Relator da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para o Rio+20, Ricardo Tripoli que, no evento, destacou a importância do resgate da Agenda 21:

“Um marco importante a ser lembrado é a Agenda 21, criada na Rio-92, aliás, um dos principais resultados daquela Conferência. Um documento que se comprometeu a refletir global e localmente sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

Cada país desenvolve a sua Agenda 21, e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Nacional.

A Agenda 21 se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade e não apenas a quantidade do crescimento.

Com a Agenda 21 foi possível repensar o planejamento. Abriu-se o caminho capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local e de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma

econômico e civilizatório.

As ações prioritárias da Agenda 21 brasileira são os programas de inclusão social, o acesso de toda população à educação, saúde e distribuição de renda, à sustentabilidade urbana e rural, à preservação dos recursos naturais e minerais e à ética política para um planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável.

Mas o mais importante ponto dessas ações prioritárias é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.

Agora teremos, na Rio+20, uma grande responsabilidade e uma oportunidade de resgatar, de lembrar, no debate mundial, a centralidade da Agenda 21 como instrumento de planejamento e participação social”.

O encontro de Manaus foi o primeiro entre os encontros regionais do País, com diferentes temas que refletem as questões ambientais mais prementes. Foram apontadas as demandas vindas da Academia, dos setores produtivos, da sociedade civil organizada, das comunidades envolvidas, da classe política.

Salientou-se que é preciso dar relevância ao tema biodiversidade, que ainda não ocupa, como deveria, o rol de preocupações de nossa sociedade. Percebe-se que nem os motivos éticos, de respeito às outras espécies que coabitam o planeta conosco e de respeito às gerações seguintes, que têm direito ao usufruto da riqueza de espécies tanto quanto a nossa geração, nem, ainda, os motivos econômicos, advindos da exploração atual e potencial dos produtos da biodiversidade, têm sido suficientes para que o tema ganhe o relevo de que necessita na opinião pública.

O conteúdo das palestras abaixo apresentado municiará o leitor com evidências científicas que mostram a importância da manutenção da biodiversidade, não do ponto de vista do valor de cada espécie (e seu potencial econômico), mas do valor da manutenção de seu conjunto e das relações que mantêm entre elas, ou seja, do ponto de vista da ciência da

Ecologia. E esse esforço tem em vista colaborar para o realce do tema na sociedade.

Participaram da abertura do evento:

- Deputado Federal Sarney Filho (Presidente da Mesa), Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista e Presidente da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para a Rio+20

- Deputado Federal Ricardo Tripoli, relator da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para a Rio+20

- Sr. Hamilton Casara, Coordenador de Mudanças Climáticas e Conservação da SDS, representando neste ato o Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz

- Deputada Federal Rebeca Garcia, Vice-Líder do Governo, integrante da Frente Ambientalista e da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para a Rio+20

- Deputado Estadual Marcelo Ramos, Coordenador Estadual da Frente Parlamentar Ambientalista

- Deputado Estadual Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional Sustentável da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

- Deputada Estadual Aspásia Camargo, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, representando neste ato a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE

- Vereadora Lúcia Antony, representando neste ato a Câmara Municipal de Manaus

- Sr. Rubens Gomes, Presidente do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA

- Sr. Mário Mantovani, Diretor de mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica

- Sr. Francisco de Sales Oliveira dos Santos, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, representando neste ato o Governador do Estado de Rondônia

Foram palestrantes:

- Dr. Bráulio Dias, então Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente

- Dr. Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Seguem os conteúdos das palestras por eles ministradas, sobre biodiversidade e os biomas brasileiros.

O Presidente da Mesa dos Trabalhos, Deputado Federal Sarney Filho, abriu este primeiro encontro com as seguintes palavras:

“Esta manhã é muito especial. Aqui se estabelece o ponto de partida de uma série de debates que pretendem preparar melhor o Brasil para sediar a conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20.

A Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional propôs esse desafio e nossos parceiros em todo o País, não só aceitaram, como estão empenhados com toda sua energia para que essa empreitada seja um sucesso.

Desde o seu início, a frente apontou para a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no Governo, abrangendo todas as políticas públicas, e para a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com o comando e controle.

Continuamos baseados nesses eixos de ação, esforçando-nos para que as frentes ambientalistas estaduais já criadas e em processo de criação também se infiltrem em todas as políticas públicas de seus estados, procurando cada vez mais a viabilidade de alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas para suas populações.

A Rio+20 ocorrerá em junho de 2012, na Cidade do Rio de Janeiro e marcará os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92.

Serão vinte anos desde as primeiras tentativas de entendimento mundial que evitassem que chegássemos exatamente onde

estamos agora, em situação de risco continuamente aumentado, de que mudanças climáticas, erosão de biodiversidade e desertificação, entre outras mazelas, ameacem a segurança da vida no planeta e resultem em perdas humanas e materiais, causem sofrimento extremo à humanidade.

Seria sensato prosseguir sem avaliar que os resultados foram insuficientes diante da urgência que a ciência nos tem apresentado e sem reconhecer que as estratégias até aqui adotadas estejam demandando mudanças?

Avaliações sobre o caminho percorrido e propostas para que sigamos em direção à sustentabilidade são as sementes que queremos colher aqui e nas outras quatro regiões do País, para que a Rio+20 possa plantar novas esperanças diante do mundo perigoso em que estamos vivendo.

Não há outra opção. Ou damos sustentabilidade às nossas ações no planeta ou as futuras gerações não terão como se manter.

Temos condições técnicas e conhecimento suficientes para garantir emprego, renda, alimento, moradia e transporte para todos sem destruir o planeta.

Vejamos que, para a Cúpula Rio+20, não somos apenas mais um estado nacional que defende seus interesses. Somos, como anfitriões, em parte responsáveis pela boa condução das conversações e quem sabe, resultados mais animadoras para comunidade global.

Temos sido bons propositores na breve história das negociações em mudanças climáticas. Propusemos as bases do que viria a tornar-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Propusemos, em 2002, na Rio+10, os 10% de energia renovável na matriz mundial.

Nossa Lei de Clima e as metas assumidas no anexo do acordo de Copenhague nos colocam em posição de legitimidade para bem conduzir os entendimentos no Rio ano que vem.

É importante lembrar que, até pouco tempo, a política brasileira para mudanças climáticas era incipiente. Mas, em muito pouco tempo, tivemos uma grande mudança, resultante, possivelmente, do desempenho da política ambiental doméstica e da percepção de oportunidades econômicas num contexto de transição para a descarbonização da economia

mundial.

A expressiva redução do desmatamento na Amazônia, entre 2005 e 2010, proporcionou-nos uma drástica redução das emissões de gases estufa, calculado entre 15 e 20% do total que emitíamos em 2004, apesar de fortes incrementos de emissões pelo transporte, indústria, energia e agropecuária em 2007-2008 e posteriormente em 2010.

Tamanha redução de emissões em tão pouco tempo não havia sido registrada a não ser na Ex-União Soviética e no Leste Europeu na década de 1990. Mas, nesse caso, por colapso da atividade econômica.

Ao contrário, no caso brasileiro, a redução deu-se em contexto de crescimento econômico médio de 3,5% ao ano, na década, crescimento bastante superior à média histórica das duas décadas anteriores.

Acabamos de uma vez com o mito da impotência nacional com relação à Amazônia e, mais que isso, mostramos aos demais países a possibilidade de crescimento sem o uso imediatista dos recursos naturais.

Nesse período, a posição tradicional do governo brasileiro nas negociações sobre clima, depois de crescentemente questionada pela opinião pública, apontou para mudanças que, por fim, resultaram na assunção de metas de redução para 2020 com as particularidades que conhecemos.

Todo esse histórico de conquista que acabei de relatar, os senhores sabem, estará bastante comprometido se vencerem, no Senado Federal, as forças políticas mais retrógradas que insistem em dilapidar e descaracterizar nosso Código Florestal ao invés de aperfeiçoá-lo, fazendo-o instrumento eficiente do desenvolvimento limpo e responsável que queremos.

É preciso que se compreenda que a sustentabilidade é um bom negócio. Não por acaso, a ONU elegeu a economia verde como um dos eixos centrais da Rio+20.

Desde sua criação, em 1997, a Frente Parlamentar Ambientalista constituída por deputados, senadores e entidades da sociedade civil, tem lutado pela sustentabilidade em todos seus aspectos.

Com a proximidade da Rio+20, nossa idéia é contribuir com a Conferência, elaborando propostas a partir da realidade brasileira. Para isso, construímos essa agenda de debates que hoje se inicia, tendo como objetivo sistematizar um diagnóstico e propor alternativas para o País”.

DR. BRÁULIO DIAS:

Definição de biodiversidade

Para iniciar, define-se biodiversidade, não apenas como diversidade de espécies, mas abrangendo toda a vida no planeta Terra: espécies silvestres e domesticadas, ecossistemas, variabilidade genética, recursos genéticos, recursos florestais, recursos pesqueiros, água. Tudo isso está incluído no conceito, juntamente com os serviços ecossistêmicos ou serviços ambientais.

Quanto aos serviços ambientais, trata-se das diferentes propriedades da natureza que permitem e mantêm a vida na Terra, são base de sustentação da vida, da sociedade e da economia.

São serviços que regulam o equilíbrio ecológico, cada vez mais importante, na medida em que se enfrenta agora um cenário de mudanças climáticas que vão alterando os regimes de chuva, com cheias e secas cada vez mais pronunciadas.

Como ressalta ainda Dr. Bráulio Dias, “são serviços que provêm bens, alimentos, energia, fármacos, além de fazerem parte do patrimônio cultural, uma vez que se confundem com a própria identidade da sociedade, das nossas populações que estão muito enraizadas na biodiversidade”.

O tamanho da nossa biodiversidade

Não se sabe até hoje o tamanho dessa biodiversidade. A maior parte dela é de organismos pequenos, como insetos. Hoje, têm-se cerca de um milhão e meio de espécies conhecidas no mundo, mas estimativas são de que talvez sejam mais de cem milhões de espécies.

No Brasil, são descritas mais de mil espécies novas por ano e, nesse ritmo de conhecimento da biodiversidade brasileira, demoraria de oitocentos a mil anos para se conhecer toda nossa biodiversidade.

Há cerca de duzentas mil espécies conhecidas, mas isso representa talvez não mais que 10% do tamanho de nossa biodiversidade.

Estamos falando da gestão de um patrimônio natural que, em grande parte, é desconhecido.

O território brasileiro é bastante heterogêneo. Trabalha-se, atualmente, com o conceito de biomas, onde temos: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa e a Zona Costeira Marinha. Mas esses biomas não são completamente uniformes e, se utilizarmos um outro conceito que é o de eco-regiões, iremos identificar mais de oitenta ou cem eco-regiões diferentes no Brasil, e cada uma, por sua vez, dividida em diferentes tipos de ecossistema.

“É essa complexidade que temos de gerir”, diz o professor, alertando ainda que “o Brasil tem um diferencial por possuir essa riqueza, esse patrimônio, que ainda, em grande parte, está presente, sobrevive”.

Um enorme patrimônio a gerir

Sobre os remanescente de ecossistemas naturais no Brasil, a Amazônia e o Pantanal, em grande parte, ainda estão preservados, embora sejam identificadas frentes de pressão, de conversão de ecossistemas para outros usos, principalmente a agropecuária e atividades de mineração. A situação é bem diferente nos outros biomas. Cerrado, Caatinga e Pampa já perderam metade de sua área original e o que resta está bastante fragmentado e submetido a vários tipos de pressões. A Mata Atlântica, por sua vez, é o bioma mais devastado, onde restam poucos remanescentes.

No entanto, comparado aos demais países do mundo, o Brasil ainda está numa situação privilegiada e é preciso saber tirar proveito disso. Muitos países do mundo já perderam a maior parte de seu patrimônio natural.

“O Brasil ainda tem uma grande parte desse patrimônio e temos a responsabilidade de zelar para a sua preservação e uso sustentável”, diz Dr. Bráulio Dias.

O desmatamento e a degradação de cada um dos biomas

Analisa-se, a seguir, as taxas de desmatamento nos

diferentes biomas brasileiros, de 2002 a 2008, período em que se têm dados comparáveis para os diferentes biomas.

O campeão de taxa de desmatamento foi o bioma Cerrado, com quase 0,7% do bioma sendo destruído e convertido para outros usos por ano, seguido do Pantanal, Amazônia, Caatinga e Pampas. A Mata Atlântica com uma taxa bem menor, até porque restou muito pouco para ser desmatado.

É preciso salientar que, nesse período, tanto na Amazônia quanto no Cerrado, houve um declínio nas taxas de desmatamento.

Amazônia

Segundo dados do INPE, de 2008, as frentes de desmatamento na Amazônia dão-se, principalmente, pela margem leste, Pará e Maranhão, e Sul, Mato Grosso e Rondônia, penetrando no Acre e um pouco no Estado do Amazonas. Há também áreas centrais ao redor da Transamazônica e ao longo da calha do Rio Amazonas, além de uma pressão verificada em Roraima.

Os dados do INPE de taxa anual de desmatamento ainda mostram que, a partir de 2004, quando o Governo conseguiu consolidar uma estratégia coordenada de ação para o combate ao desmatamento da Amazônia, foi possível reduzir, significativamente, em mais de 75%, essas taxas anuais de desmatamento. O desafio é manter essa trajetória de redução e consolidar esse processo de redução da perda da floresta Amazônica.

Pantanal

A característica do desmatamento do Pantanal é que o bioma está sendo destruído pelas bordas. O mais grave é que as cabeceiras que mantêm os rios do Pantanal estão no bioma Cerrado e estão, em grande parte, já destruídas e com muita erosão, muito assoreamento, com as frentes de desmatamento penetrando em toda a margem do Pantanal.

Cerrado

No Cerrado, toda a metade sul do bioma foi completamente convertida para outros usos e o que resta ainda é uma porção importante, principalmente no norte – Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins, Minas Gerais e Mato Grosso. Essas áreas, no entanto, estão submetidas a uma forte

frente de ocupação e de desmatamento que é preciso reverter.

Caatinga

A situação do bioma Caatinga é ainda mais complexa. Não se tem uma única frente de desmatamento, de conversão. É um processo muito antigo e cada vez mais associado também ao processo de desertificação bastante preocupante.

Pampa

O bioma sofre fortes pressões de desmatamento. Há ainda alguns bolsões de remanescentes importantes que merecem atenção cada vez maior, para garantir a sustentabilidade desses ecossistemas.

Mata Atlântica

A Mata Atlântica, fortemente desmatada, tem a maior parte dos remanescentes em terrenos de alta declividade. Estão na Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e ainda assim enfrentando pressões de desmatamento.

Zona Costeira

Na parte marinha, as pressões são bastante distintas. Importa lembrar, no entanto, que o Brasil tem uma área territorial marinha muito grande. Incluídos não só o mar territorial, mas também a zona econômica exclusiva, são mais de três e meio milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a metade da área continental brasileira, portanto, uma área muito significativa que merece mais atenção.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Política Nacional de Biodiversidade

A Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada na Rio 92, é o grande referencial com o qual se trabalha. São três seus grandes objetivos: 1 - promover a conservação da biodiversidade, 2 - seu uso sustentável e o 3 - repasse de benefícios ao conhecimento tradicional. A idéia é que esses três objetivos possam reforçar um ao outro.

Em 2002, a Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade aprovou o primeiro plano estratégico sobre diversidade biológica, a primeira agenda nacional com metas para a proteção da biodiversidade e a idéia era, até 2010, reduzir, significativamente, as taxas atuais de perda de biodiversidade nos níveis global, regional e nacional, com contribuição na redução da pobreza, beneficiando toda a vida na terra. O Brasil não alcançou essa meta.

Como afirma o Professor Bráulio, “esse foi um fracasso bastante grande e precisamos aprender as lições para que possamos ter mais efetividade daqui pra frente”.

A partir de 2002, foi definido um marco referencial de princípios e diretrizes para uma Política Nacional de Biodiversidade, mas, até hoje, não há um marco legal, uma lei brasileira como se conseguiu na área de mudanças climáticas, depois da COP 15, em Copenhague, que deu um referencial forte para todo o País onde nós queremos chegar.

No que diz respeito há biodiversidade, as perguntas são: quais são as nossas metas? Quais são as nossas diretrizes e princípios que têm de ser seguidos por todos?

Segundo nosso palestrante, “o desafio na área de biodiversidade é dar mais centralidade ao tema. Não basta que as áreas ambientais nos níveis estadual, municipal e na sociedade civil estejam engajadas. É preciso que todos os setores trabalhem, de forma coordenada, caso contrário nós não teremos sucessos em avançar com essa agenda”.

Os objetivos da Política Nacional da Biodiversidade são sete: 1 - avançar com conhecimento da biodiversidade, 2 - promover a conservação da biodiversidade, 3 - promover o uso sustentável da biodiversidade, 4 - promover a avaliação e a mitigação dos impactos sobre a biodiversidade, 5 - promover o acesso aos recursos genéticos e o repasse dos benefícios pelo uso desses recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados aos povos indígenas e comunidades tradicionais, 6 - promover a informação, a conscientização e a educação sobre biodiversidade e 7 - avançar com marcos jurídicos para a gestão da biodiversidade.

Nossas áreas protegidas estão muito mal distribuídas

O Brasil tem hoje um conjunto relativamente grande de

Unidades de Conservação e esse conjunto é ainda maior quando se usa o conceito mais amplo da ONU de áreas protegidas que, além das Unidades de Conservação, inclui também as áreas indígenas e territórios quilombolas, por exemplo. Pode-se dizer que o País tem um percentual significativo de áreas protegidas, mas muito mal distribuído.

A maior parte do esforço de conservação da biodiversidade do Brasil está na Amazônia. Não obstante ser de enorme importância a atenção de conservação ao bioma Amazônia, constata-se, por outro lado, que a maior parte dos biomas brasileiros está muito pouco assistida em termos de esforços de conservação.

Dr. Bráulio Dias afirma que “é preciso um esforço muito maior em prol da conservação da biodiversidade na Caatinga, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pantanal, no Pampa e na Zona Costeira e Marinha”.

Espécies ameaçadas

O Brasil vem, desde 1968, monitorando e atualizando suas listas de espécies ameaçadas. Hoje, são mais de mil espécies no Brasil reconhecidas, em nível federal, como ameaçadas de extinção e essa lista só tende a crescer, infelizmente. Além das espécies ameaçadas há também a lista de espécies sobre-explotadas. Elas ainda não estão ameaçadas de extinção, mas os seus estoques estão sendo esgotados economicamente. É o caso, por exemplo, de boa parte das espécies mais importantes para a pesca no Brasil, bem como das espécies de maior valor madeireiro, que, mesmo não sendo consideradas ainda como ameaçadas de extinção, já têm seus estoques fortemente comprometidos, não sendo mais sustentáveis.

As mudanças climáticas e a destruição da biodiversidade

Além dos impactos do processo de degradação ambiental, pelo desmatamento, pelas queimadas, pela exploração de carvão vegetal, pela poluição, a estes se somam os impactos das mudanças climáticas.

O Ministério do Meio Ambiente publicou um relatório nacional, em 2007, sobre esses impactos, chamando a atenção para quais biomas estariam mais pressionados.

De um modo geral, o relatório aponta para os seguintes

impactos:

- A Caatinga vai ficar mais seca e, provavelmente, nas próximas décadas, vai deixar de ser semiárida para tornar-se um ecossistema árido, ao menos em sua parte central.

- A parte oriental da Amazônia vai receber menos chuvas e vai ter um clima mais estacional, com maior chance de tornar-se inviável a manutenção de ecossistemas florestais.

- No Sul e Sudeste, vão aumentar, cada vez mais, as chuvas, enchentes e desastres ambientais, como o recente desastre em janeiro de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Espécies exóticas e invasoras

O debate sobre espécies exóticas e invasoras está crescendo no mundo inteiro, mas, no Brasil, ainda é um tema considerado novo. Poucas pessoas conhecem bem esse tema que tem implicações nas atividades econômicas. Muitas espécies introduzidas no Brasil, para uso econômico, demonstraram ser invasoras, como, por exemplo, capins que foram trazidos da África para pastagem. Uma das espécies de pinus usada no sul do Brasil e algumas espécies de peixes introduzidas para a criação, como a Tilápia, também são consideradas invasoras .

“É preciso um trabalho muito intenso em relação a isso, caso contrário os impactos só tenderão a aumentar”, afirma Professor Bráulio.

Biossegurança

A respeito dos Organismos Geneticamente Modificados – OGMs, Dr. Bráulio avalia que “o Brasil tem legislação, mas nós achamos que a atividade da CTNBio ainda não cumpre plenamente o que a lei prevê, que é fazer avaliações de riscos efetivos antes da liberação de OGMs no território brasileiro” .

Acesso a recursos genéticos e repasse de benefícios

Até hoje, o marco legal para a questão do acesso a recursos genéticos e repasse de benefícios é uma medida provisória editada no ano de 2000, por causa de um escândalo com uma grande multinacional farmacêutica. A Medida Provisória é considerada muito burocrática e não tem

estimulado os investimentos em pesquisa e o desenvolvimento tecnológico a partir de nossa biodiversidade. Felizmente, em outubro do ano passado, em Nagoya, conseguiu-se, depois de muitos anos de negociação, aprovar o Protocolo de Nagoya, que estabelece regras mundiais para esse tema, mas ainda é preciso ratificar o Protocolo no Congresso Nacional.

Dr. Bráulio Dias diz: “Espero que a ratificação ocorra antes da Rio+20. É preciso modernizar esse marco legal. E isso carece de um pronunciamento do Congresso Nacional para dotar o país de um marco legal eficiente nessa área”.

A gestão dos recursos pesqueiros

Dr. Bráulio alerta que “nós enfrentamos grandes desafios na Gestão de Recursos Pesqueiros no Brasil”.

O Programa Revizee , que foi um grande programa de pesquisa feito durante dez anos e finalizado em 2006, concluiu que 80% das regiões pesqueiras do Sul e Sudeste do Brasil estão sobreexploradas e, na Região Norte e Nordeste, a sobreexploração já chega a 50%. É uma situação de grande insustentabilidade que precisa ser revertida.

Importante lembrar que está em discussão, no Código Florestal, a questão da proteção dos Manguezais. A Câmara dos Deputados aprovou a exclusão dos chamados Apicuns e Marismas do conceito de Manguezais e eles são essenciais como áreas de criadouros de recursos pesqueiros. Resta acompanharmos a decisão do Senado Federal sobre o futuro do Código Florestal e verificar como estará, ao final, o conceito de Manguezais.

É importante ressaltar como os esforços de conservação dão resultados concretos. O esforço de conservação da Zona Costeira do Nordeste, em Alagoas e sul de Pernambuco, resultou em grande recuperação das populações de peixes nessas regiões, comparado com as áreas que não receberam atenção de proteção.

A sobrepesca e insustentabilidade da atividade pesqueira nos moldes tradicionais também estende-se às águas continentais.

Então, os esforços de conservação na área marinha e na área aquática continental são fundamentais se quisermos recuperar os estoques pesqueiros.

A gestão de nossas florestas e o debate sobre o código florestal

Na área de gestão florestal, são grandes os desafios. Os avanços mais recentes foram a criação de um Programa Nacional de Florestas e, principalmente, o estabelecimento do Sistema de Concessão Florestal, para a exploração florestal em florestas públicas.

Quanto à atual discussão, no Congresso Nacional, de revisão do Código Florestal, existe, infelizmente, muita desinformação. Alega-se que o esforço de conservação no Brasil seria exagerado, de que os agricultores estariam sendo penalizados pela existência, no Código, das exigências de áreas de preservação permanente e que as exigências de reserva legal também seriam exageradas. Em resumo, existe um discurso de que o desenvolvimento do País está sendo prejudicado pelos esforços de conservação.

O desafio é obter um Código equilibrado, que mantenha as exigências de conservação, mas que também seja sensível às necessidades de adequação, face aos potenciais de atividades econômicas e às situações sociais, principalmente relacionadas à agricultura familiar.

Um aspecto importante é mostrar que a unidade de conservação não é um obstáculo ao desenvolvimento, pelo contrário, ela ajuda a dar sustentabilidade aos esforços de desenvolvimento do País, porque essas áreas protegidas ajudam a conservar a água, ajudam a manter os serviços ambientais, como o da polinização, que é essencial na agricultura, ajudam a conservar os solos.

Por exemplo, os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica mostram que, atualmente, nós perdemos 0,5% da capacidade de acumulação de água em todos os reservatórios do Brasil, por causa de sedimentação. E de onde vem a sedimentação? Do assoreamento, da erosão rio acima. Se o Código Florestal estivesse sendo observado, certamente os índices de assoreamento e sedimentação seriam muito menores. O Orçamento Federal destina, atualmente, bilhões de reais no PAC (Programa de Aceleração

do Crescimento), só para o desassoreamento dos nossos portos, também por causa de sedimentação, que vem da erosão pela não observância do Código Florestal.

A alegação de que o esforço de conservação no Brasil é exagerado não cabe. Nós temos um esforço importante e modelar na Amazônia, mas, no resto do Brasil, o esforço de conservação é absolutamente insuficiente e precisa ser muito ampliado, até mesmo para alcançar a média mundial. Nós estamos, por exemplo, bem abaixo da média do esforço de conservação dos demais países Amazônicos.

Também é importante mostrar que as reservas legais não são só áreas de preservação, são áreas onde é possível fazer o manejo florestal para ter um retorno econômico. Então, há muita desinformação a esse respeito e diz-se que a reserva legal não contribui para atividade econômica. Pelo contrário, são áreas destinadas, sim, ao uso, embora trate-se de um uso diferenciado, de manejo da floresta e não de substituição da floresta por outras atividades econômicas.

O País precisa é de equilíbrio. É evidente que o Brasil tem um diferencial, uma vocação para agricultura, mas, se não fizermos a conservação ambiental necessária, a viabilidade, a longo prazo, dessa agricultura vai ser reduzida.

Áreas de avanço e de falha no alcance das metas de conservação de biodiversidade que deveriam ter sido alcançadas em 2010

A Comissão de Biodiversidade, de 2006, aprovou um conjunto de 51 metas em todas as áreas de conservação, uso sustentável etc. A seguir, um resumo, um balanço do alcance ou não dessas metas.

No primeiro componente, sobre o conhecimento da biodiversidade, os avanços foram a catalogação da biodiversidade e os programas de taxonomia que o Ministério de Ciências e Tecnologia tem promovido em alguns estados.

Na área de conservação de ecossistemas, o avanço foi na expansão do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, particularmente na Amazônia. Importante foi a definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade como instrumento de planejamento.

Na área de conservação de recursos genéticos, não houve avanços significativos.

Na área de espécies ameaçadas, o único avanço foi a maior inclusão de espécies ameaçadas em unidades de conservação que foram criadas particularmente na Amazônia.

Na área de produção sustentável, no uso da biodiversidade, houve um crescimento da gestão florestal no País e também a certificação da agricultura sustentável, como, por exemplo, a agricultura orgânica. Mas isso ainda representa uma parcela muito pequena de todo o mercado. Além disso, o esforço de zoneamento ecológico e econômico, que avançou apenas na Amazônia, precisa avançar no resto do Brasil.

Na área de consumo sustentável, os avanços são bastante pequenos. Houve certa efetividade no controle do comércio internacional, no tráfico de fauna ameaçada. Quanto à agregação de valor, houve investimentos em pesquisa e no número de patentes, que está crescendo bastante, mas ainda há carência de instrumentos econômicos de estímulo a essa agregação de valor no aproveitamento da biodiversidade. Na Amazônia, por exemplo, nós não vamos conseguir manter toda essa floresta de pé, se a região continuar como exportadora apenas de matéria-prima. É preciso ter agregação de valor na produção que sai daqui.

No monitoramento dos impactos, tivemos um bom avanço. O Brasil é, hoje, o único país do mundo que faz o monitoramento anual de todos os seus biomas, em termos do desmatamento e de queimadas, e temos um monitoramento também anual dos recifes e corais brasileiros desde o Atol das Rocas até Abrolhos.

Quanto à redução de impactos, já destaquei a redução do desmatamento da Amazônia e houve, também, até 2009, uma redução de queimada em todo o Brasil, mas um recrudescimento das queimadas nos anos de 2010 e 2011.

Quanto à questão do acesso aos recursos genéticos, houve um avanço na proteção de direitos, por meio da regulamentação de 4 terras indígenas e a maior criação de reservas extrativistas.

Na questão do repasse dos benefícios, os avanços ainda são muito modestos, muito insignificantes.

Na questão da educação, sensibilização pública e informação, a avaliação é que os avanços foram muito insuficientes.

No componente de fortalecimento jurídico institucional, a novidade nos últimos anos foi a maior ênfase na Cooperação Sul-Sul.

O novo acordo global de biodiversidade: objetivos e metas

Lidamos hoje com o novo marco legal global de biodiversidade que foi aprovado na Conferência das Partes - COP 10 da Convenção de Diversidade Biológica em Nagoya, em 2010.

Diferentemente da questão das mudanças climáticas, onde nós ainda não conseguimos chegar a um acordo global, em biodiversidade nós temos esse acordo global. Então, o Brasil tem o dever bastante grande de internalizar os compromissos desses acordos internacionais e torná-los realidade.

A Convenção sobre Biodiversidade aprovou um plano estratégico para os próximos dez anos, de 2011 a 2020, com vinte metas, agrupadas em cinco grandes objetivos estratégicos.

O primeiro objetivo estratégico é atacar as causas subjacentes à perda da biodiversidade.

Meta um: até 2020, é que todos os cidadãos tenham maior informação e consciência sobre os valores da biodiversidade.

Meta dois: até 2020, o mais tardar, os valores da biodiversidade estejam integrados nas estratégias de desenvolvimento e nos sistemas nacionais de contas públicas. O Brasil, como a maioria dos países, só contabiliza o PIB nacional com o que é produzido, e não contabiliza o valor do seu patrimônio, os estoques de florestas, os estoques pesqueiros, etc.

Meta três: até 2020, fazer ajustes nos incentivos econômicos. Temos de eliminar os incentivos perversos que promovem a destruição da biodiversidade e temos de ampliar e consolidar os incentivos positivos que estimulam a conservação e a sustentabilidade da biodiversidade.

Meta quatro: até 2020, os governos, as indústrias, os negócios têm de internalizar a questão da biodiversidade nos seus planos, nas suas estratégias, de mercado, de produção.

O segundo objetivo estratégico é reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade.

Meta cinco: que a taxa de perda de habitats naturais, incluindo florestas, seja reduzida pelo menos à metade até 2020. E que, onde possível, essa taxa seja reduzida próxima de zero, incluindo também o fenômeno da fragmentação.

Meta seis: até 2020, sejam recuperados os estoques pesqueiros, incluindo, além de peixe, camarões, caranguejos e moluscos. Isso quer dizer sair da situação de sobrepesca para uma situação de sustentabilidade de estoques.

Meta sete: até 2020, as áreas de exploração agrícola, de pecuária, de apicultura e de exploração florestal estejam todas dentro de regras de sustentabilidade. Essa meta é um grande desafio para o Brasil.

Meta oito: até 2020, haja uma redução da poluição, inclusive por excesso de nutrientes, a níveis menos impactantes ao meio ambiente e à biodiversidade.

Meta nove: até 2020, as espécies exóticas invasoras e seus veículos de dispersão sejam controlados.

Meta dez: até 2015, as múltiplas pressões sobre os recifes e corais sejam revertidas. Recifes e corais são os primeiros ecossistemas a desaparecerem no mundo por causa das mudanças climáticas. Se não houver um esforço especial de atenção aos recifes e corais, vamos perdê-los.

O terceiro objetivo estratégico é melhorar o estado da biodiversidade, com salvaguarda dos ecossistemas, das espécies, da diversidade genética.

Meta onze: até 2020, que estejam conservados pelo menos 17% dos ecossistemas continentais terrestres e ao menos 10% dos ecossistemas marinhos. Conservados não só no papel, mas de forma efetiva, ou seja, implementada a conservação no campo.

Meta doze: até 2020, que a extinção de espécies ameaçadas de extinção seja evitada, quer dizer, não é possível admitir que as atividades humanas estejam contribuindo para extinção de espécies.

Meta treze: até 2020, a perda de diversidade genética de espécies de interesse econômico, plantas e animais, a chamada erosão genética, por exemplo, na agrobiodiversidade, seja revertida. Lembramos que as atividades agropecuárias vão ser fortemente impactadas por mudanças climáticas e a estratégia de adaptação para cenários futuros passa pelo uso de recursos genéticos. Se esses recursos forem perdidos, não vamos ter com o que nos adaptar.

O quarto objetivo estratégico é ampliar os benefícios para todos em relação aos potenciais da biodiversidade e dos ecossistemas.

Meta quatorze: que os ecossistemas provedores dos serviços essenciais, como a produção de água, sejam mantidos e recuperados.

Meta quinze: até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para a estocagem de carbono tenham sido ampliados, por meio de ações de conservação e de restauração, incluindo a recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, contribuindo para a mitigação e adaptação das mudanças do clima e para o combate à desertificação.

Meta dezesseis: até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Resultantes de sua Utilização esteja em vigor e operacional, consistente com as legislações nacionais.

E, finalmente, o quinto objetivo estratégico é melhorar a implementação, por meio de planejamento participativo, da gestão do conhecimento e da capacitação.

Meta dezessete: até 2015, cada país membro da Convenção, tenha adotado um instrumento político que internalize essas metas e os mecanismos para sua implementação, chamados instrumentos de políticas públicas.

Meta dezoito: até 2020, o conhecimento, as inovações e

práticas tradicionais de povos e comunidades tradicionais relevantes para conservação e a sustentabilidade da biodiversidade estejam protegidos e multiplicados em prol da conservação e do uso da biodiversidade.

Meta dezenove: até 2020, o conhecimento e a base científica e tecnológica, relacionados à biodiversidade, aos seus valores e ao funcionamento estável e tendências, sejam ampliados e utilizados em prol da conservação e do uso da biodiversidade.

Meta vinte: até 2020, no mais tardar, a mobilização de recursos financeiros para implementar efetivamente o Plano Estratégico 2011-2020, a partir de todas as fontes e de acordo com o processo consolidado e acordado na Estratégia para Mobilização de Recursos, deverá crescer substancialmente em relação aos níveis atuais.

Dr. Bráulio Dias termina sua exposição com as seguintes palavras:

“Então, essa é a nova agenda global de biodiversidade, onde há consenso internacional, restando-nos implementá-la no Brasil. O desejo do Ministério do Meio Ambiente é que possamos ter, semelhante ao que foi feito na área de mudanças climáticas, um marco legal que defina com clareza os objetivos que o País deve alcançar em termos da biodiversidade e dos ecossistemas. E esperamos que isso possa ser feito a tempo do País anunciar aos nossos visitantes na Rio+20.

Essa é nossa expectativa que acho perfeitamente viável. Lembrando que o desafio não é só a melhor atuação das áreas ambientais. Que nós temos de dar mais centralidade à temática de biodiversidade, para que todos os outros setores da sociedade e dos governos trabalhem, de forma consistente, com a biodiversidade, para que ela seja conservada e utilizada.

DR. PAULO BARRETO

O aumento das áreas protegidas na Amazônia

Na Amazônia, o principal avanço foi a criação de áreas protegidas. Houve um crescimento bastante expressivo, tanto de áreas estaduais como federais.

Essas áreas representam hoje cerca de 2.2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 44 % do território, uma área bastante expressiva.

A distribuição dessas áreas: cerca de metade delas são terras indígenas e, dentro das áreas que são unidades de conservação, temos dois tipos: 1 - a de proteção integral, mais restritas, onde pode-se ter, por exemplo, turismo, pesquisa, mas não se pode ter extração de vegetação, e 2 - as de uso sustentável, onde pode-se ter manejo de floresta e extração de madeira em bases sustentáveis.

Destaca-se que a área total destinada ao uso sustentável tem cerca de setecentos e trinta mil quilômetros quadrados, ou seja, é uma área bastante expressiva que poderia contribuir muito mais do que tem contribuído para o desenvolvimento regional, pois pode ser usada para manejo florestal.

Entretanto, embora tenha havido avanço na criação de áreas protegidas, 70% das unidades de conservação estão sem plano de manejo.

A importância do plano de manejo

O plano de manejo diz quais são os objetivos específicos da área protegida, que atividades irão ocorrer ali, a locação dessas atividades dentro da área e quais recursos serão nela aplicados. A falta de implementação tem levado a reações locais em muitas áreas. As pessoas começam a ver aquela unidade apenas como uma restrição e não como uma oportunidade, de fato, de desenvolvimento local.

A pressão pela diminuição das áreas protegidas

Já se começa a ver várias iniciativas para extinguir algumas unidades de conservação, para reduzir seu tamanho ou reduzir o grau de proteção. Fizemos um estudo no Imazon, em 2010, e identificamos 29 áreas que foram suprimidas, totalizando 49 mil quilômetros quadrados. Ao mesmo tempo, identificamos outras 16 áreas com ações para redução ou extinção, somando uma área ainda maior de 86 mil quilômetros quadrados. Essa é uma evidência de que, se não tomarmos conta dessas áreas, se não tivermos os planos de manejos, os investimentos para que essas áreas apoiem o desenvolvimento local, com turismo, com uso dos recursos naturais, existe um

claro risco de retrocesso. Uma vez que se permite a extinção de algumas áreas ou a redução de outras, a mensagem que fica é que outras ainda podem também sofrer o mesmo processo.

O combate ao desmatamento

Se observarmos as taxas do desmatamento, desde que começou o monitoramento anual, de 1989 até 2010, veremos uma flutuação expressiva ao longo do tempo e grande parte dessa flutuação está relacionada com a variação dos preços das mercadorias agrícolas, principalmente o gado, pois a maior parte das áreas desmatadas são para a pecuária bovina.

Ao longo do tempo, no entanto, o governo veio tentando combater o desmatamento ilegal, inicialmente com um aumento muito forte da fiscalização no campo, depois da Lei de Crimes Ambientais, aumentando as multas e a apreensão de madeira ilegal. Houve queda no desmatamento, porém, devido à baixa aplicação das penas, a situação de impunidade favoreceu a continuidade do desmatamento. Das multas aplicadas, foi de fato coletado um percentual muito pequeno.

Em 2008, com a avaliação de que a política estava insuficiente, o governo desenvolveu ações que deram um resultado importante. Um conjunto mais amplo de mecanismos foi aplicado. Não só multa e apreensão, mas restrição ao crédito para quem não iniciasse a regulamentação ambiental do seu imóvel, embargo de áreas desmatadas ilegalmente, além da penalização também a quem compra da área ilegal algum produto, por exemplo, grãos ou gado. O frigorífico passou a ser também penalizado. Houve o confisco de bens, por exemplo, de gado criado em área ilegal. Esse conjunto de ações favoreceu um cenário mais positivo entre 2008 e 2010.

Pela primeira vez, conseguimos verificar a queda do desmatamento, apesar dos preços das mercadorias (soja e gado) terem crescido, mostrando que as novas medidas, de fato, tiveram um efeito.

Importante notar que o avanço no combate ao desmatamento tem provocado, como contrapartida, uma reação importante que é o debate sobre o Código Florestal. Ele, em grande parte, surge a partir do avanço das medidas restritivas ambientais.

Em 2010 e 2011, no entanto, o monitoramento mensal do desmatamento pelo IMAZON, tem mostrado uma tendência de aumento, para o

ano de 2010-2011, de 9%. O aumento tem acontecido principalmente em Mato Grosso e Rondônia.

Importante notar que no Pará houve redução expressiva, em grande medida relacionada a uma ação bastante coordenada do Ministério Público Federal do Estado contra a pecuária ilegal, responsabilizando os frigoríficos.

Isso mostra a importância desse arcabouço que é o Código Florestal, que, junto com a Lei de Crimes Ambientais, permite controlar o desmatamento. Temos o risco de a reforma do Código poder, de fato, levar a um retorno do aumento do desmatamento.

A questão do crédito

Um outro elemento importante é a questão do crédito. De fato a Amazônia já recebe bastante crédito rural. De 1997 a 2009, foram 35 bilhões de reais de crédito rural para a região. É importante notar que o crédito rural tem nele embutidos subsídios, logo, já se tem um apoio às atividades agropecuárias aqui na região.

Nesse período, com cerca de dois milhões de contratos para créditos, menos de 1% foi para a área florestal, ou seja, para o manejo de floresta nativa ou para o reflorestamento.

Fala-se muito em uso sustentável da atividade florestal, mas quando se analisa o crédito rural, que é o principal instrumento definidor do uso da terra, vê-se a aplicação irrisória desse recurso em florestas e reflorestamento.

Conclusões

Concluindo, temos uma área bastante grande da Região que está alocada para as áreas protegidas. Temos de dar oportunidade para que essas áreas sejam, de fato, um vetor para o desenvolvimento sustentável. Temos de solicitar fortemente que haja um investimento e não só um custeio para essas áreas, pois, com os planos de manejos e os planos de uso público, essas áreas podem gerar receita, a partir dos usos sustentáveis. Então, o investimento inicial teria uma recuperação. Além disso, o crédito tem de ser totalmente revisto. Se tivéssemos pelo menos 20% do crédito rural alocado para a área florestal, teríamos um espaço para a criação de emprego, de

renda, de impostos na área florestal muito maior do que temos hoje.

OS PALESTRANTES RESPONDEM ÀS QUESTÕES DO ENCONTRO E FAZEM SUAS COLOCAÇÕES FINAIS

DR. BRÁULIO DIAS:

Quanto aos recursos pesqueiros

É preciso mais atenção, particularmente na Amazônia, à questão dos recursos pesqueiros. A riqueza de peixes na Amazônia é impressionante. São mais de duas mil e quinhentas espécies. Importante notar que há aqui uma tradição cultural de comer peixe, que é muito saudável, mas que está sendo substituída pelo consumo de carne bovina. Há um problema de redução de estoques pesqueiros e parte do problema é de sobrepesca, além de outras causas, como poluição, barragens, etc. O Ministério do Meio Ambiente está trabalhando com o Ministério da Pesca para realmente tentar implementar o que a Lei de 2009 impõe, que é fazer a gestão compartilhada, de forma sustentável. Duas instruções normativas estão a caminho, estabelecendo todo um sistema de permissionamento de pesca por regiões, por bacias, criando também, finalmente, os comitês de gestão de pesca para cada região.

Na questão da aquicultura, é preciso dar mais prioridade para as espécies nativas, que tem um potencial imenso, particularmente aqui na Amazônia. Há um grande risco com relação à introdução de espécies exóticas e, como foi observado numa intervenção, os peixes nadam e eles não ficam onde a gente os solta e há um risco de invasão de outras áreas em termos de impactos ambientais.

Quanto à legislação por biomas

O Ministério do Meio Ambiente concorda totalmente com a opção da legislação por biomas. Já temos a Lei da Mata Atlântica, estamos pensando em uma Lei federal para o Pantanal e acho que seria muito oportuno começarmos com a iniciativa de uma Lei para a Amazônia, e nós seremos parceiros de primeira instância nessa iniciativa. Cada bioma deveria ter uma legislação específica. É necessário termos um Código Florestal geral, com regras gerais, isso é fundamental, mas, para cuidar das especificidades dos biomas, seria realmente adequado caminharmos para as legislações por biomas.

Quanto à questão do crédito

Já há crédito disponível que não é utilizado. Há problema de falta de capacitação dos tomadores para fazer bons projetos e a falta de capacitação e de estímulo para os gerentes dos bancos priorizarem projetos sustentáveis. Eles não sabem como fazer a avaliação de risco de projetos inovadores com a biodiversidade. Eles preferem, portanto, fazer crédito de projetos tradicionais, de plantio de soja, cana, fazendas de gado etc.

A questão de o crédito não chegar às populações do interior porque elas não detêm as terras é um problema sério. Foi aprovada uma legislação para promover essa titularidade. O Serviço de Patrimônio da União está trabalhando nessa direção. Isso é trabalhoso e demorado, mas é o caminho certo.

Mais espaço e empoderamento aos povos da floresta

Temos de ter uma aliança cada vez maior entre governos e as populações da floresta, porque só o governo não vai conseguir manter as florestas de pé. Há alguns casos em que isso foi feito e mostrou grande sucesso. Por exemplo, se estamos conseguindo ter, agora, toda uma recuperação das populações de pirarucu em Mamirauá, isso foi fruto da aliança entre Governo do Estado e os moradores daquela área.

A insuficiência do debate sobre o código florestal

A consulta pública para o Código Florestal, de fato, não foi suficiente. Ela ocorreu mais no âmbito do setor ruralista, que foi quem promoveu essa discussão, e, portanto, a proposta do Código carece hoje de uma maior ênfase na questão da própria floresta, sobre que instrumentos utilizar para promover a conservação e uso da floresta. A ênfase na discussão do Congresso, infelizmente, foi sobre como tratar as áreas que já foram desmatadas e convertidas para outros usos, problema das multas etc. Isso direcionou muito o debate. Então, esperamos que o debate agora, no Senado Federal, possa reverter essa questão.

Não repetir o erro dos países industrializados

O fato de outros países, como os europeus, terem destruído suas florestas, não nos autoriza a fazer a mesma coisa. Nós

podemos fazer melhor, podemos fazer diferente, e isso pode ser um diferencial para o Brasil. No livro “Colapso”, do pesquisador americano Jared Diamond, vê-se claramente o que tem acontecido com várias civilizações do mundo inteiro que não tomaram cuidado com a sustentabilidade de uso de recursos naturais. Elas entraram em colapso.

O Brasil tem o potencial de ser diferente, de ter um desenvolvimento mais sustentável e poder usar isso a seu favor nas relações internacionais, na abertura de mais mercado para os produtos brasileiros que sejam de origem sustentável.

A pesquisa e a conservação da biodiversidade

O País investe menos de 5% de todo o esforço de pesquisa nacional na Amazônia. Quer dizer, a Amazônia é metade do País e recebe só 5% dos investimentos de pesquisa. Se continuarmos desse jeito, nós não vamos reverter a situação. É preciso ampliar o investimento. E claro, é preciso eliminar barreiras. É preciso mudar o marco legal de acesso a recursos genéticos. Isso é fundamental. Não depende só do Ministério do Meio Ambiente. Isso depende de ação de vários outros Ministérios e de vários setores. A discussão é muito complexa, mas como conseguimos, em Nagoya, fechar um Acordo Internacional para Biodiversidade, é possível agora, estabelecermos regras nacionais que sejam equilibradas, que protejam os direitos dos detentores da biodiversidade, os povos indígenas, as comunidades locais etc. E também estimular pesquisas, desenvolvimento tecnológico e produção, porque, se não houver isso, não vai ter o que repartir. Então temos de fechar esse ciclo de uma forma virtuosa.

Um modelo diversificado de agricultura

O modelo de nossa agricultura precisa de aprimoramento. Há de se buscar um modelo mais sustentável e mais diversificado na agricultura brasileira. A agricultura brasileira ainda depende muito somente de espécies exóticas. Há todo um potencial econômico das espécies nativas. Plantas e animais com um potencial de aproveitamento econômico muito interessante, espécies nativas que mereceriam mais atenção. A agricultura tem de trabalhar na forma de policultura, em mosaicos, consorciação etc., para ser mais sustentável. Em mosaico também com as áreas protegidas.

Não adianta manter grandes áreas protegidas nas

fronteiras apenas. É preciso ter proteção também no meio das áreas de produção. Para que sejam garantidos os serviços ambientais à produção. Então, é preciso ter esse mosaico de conservação”.

DR. PAULO BARRETO:

A concordância é total com as palavras do Dr. Bráulio. Para completar, sobre a assistência técnica, essa é uma questão crítica. A produtividade na pecuária, por exemplo, é muito baixa. E têm muitos fatores contribuindo para isso, inclusive a falta de aplicação das tecnologias já disponíveis.

O manejo florestal, o uso de produtos nas madeireiras, todas essas áreas dependem muito de conhecimentos que não estão sendo aplicados e isso tem a ver com o baixo investimento em ciência e tecnologia. É preciso cobrar, para que haja, no Orçamento, recursos, de fato, e na escala necessária, para pesquisa e tecnologia.

O desenvolvimento sustentável vai depender grandemente de inovação. De agora em diante teremos de usar melhor os recursos e isso depende muito de inovação. Se não houver investimentos em tecnologia, em treinamento, não vai haver futuro sustentável.

ENCONTRO PARA O DEBATE DO TEMA RECURSOS HÍDRICOS, REALIZADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2011

A conservação dos Recursos Hídricos é matéria do mais relevante interesse, principalmente no contexto das mudanças climáticas. As catástrofes, que aumentam a cada dia em intensidade e em número de vítimas, estão, necessariamente, relacionadas aos recursos hídricos: seca prolongada ou enchentes. Ou há a falta ou o excesso de água. Com o aumento, já inevitável, da temperatura média do Planeta, as intensidades dos fenômenos climáticos irão agravar-se ainda mais.

Por este motivo, a matéria água, cada vez mais precária em sua qualidade e quantidade, principalmente nas aglomerações urbanas, deve ser objeto de crescentes e cuidadosas políticas públicas.

A gestão dos recursos hídricos precisa avançar, no

sentido de permear toda a sociedade, por meio dos comitês e das agências de bacia, conforme preconiza a Lei nº 9.433, de 1997.

Os Planos de Recursos Hídricos - Nacional, estaduais e de bacias – precisam também permear os demais planos de desenvolvimento do País, sendo indispensável que estejam contemplados e, mais que isso, que sejam mesmo a base da tomada de decisões para as demais atividades de infraestrutura e de processos produtivos de nossa economia.

O encontro de Cuiabá foi muitíssimo rico nos debates envolvendo esses temas, com demandas vindas da Academia, dos setores produtivos, da sociedade civil organizada, das comunidades envolvidas, da classe política.

O conteúdo das palestras, abaixo apresentado, municiará o leitor com evidências científicas e com argumentos políticos bem fundamentados que mostram a importância da manutenção do ciclo hídrico para a sustentação do sistema produtivo, da saúde e da qualidade de vida.

Uma unanimidade no evento foi a constatação do baixo índice de tratamento de esgotos no País e a convocação do governo e do setor produtivo para que se ultrapasse, no Brasil, esse patamar vergonhoso de degradação, não condizente com um País que já é a 6ª economia do mundo.

O financiamento do sistema de gestão dos recursos hídricos também ocupou boa parte dos debates, assim como a valoração e o pagamento aos serviços ambientais, na perspectiva da Economia Verde.

Participaram da abertura do evento:

- Deputado Federal Sarney Filho (Presidente da Mesa), Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista e Presidente da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para a Rio+20

- Deputado Federal Ricardo Tripoli, relator da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para a Rio+20

- Deputado Estadual José Riva - Presidente da Assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso (Presidente da Mesa)

- Governador do Estado, Sival da Cunha Barbosa

- Deputado Estadual Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente

- Deputado Federal Giroto

- Deputados Federal Homero Pereira

- Deputado Federal Wellington Fagundes

- Luis Henrique Nuquelli- Superintendente de Recursos Hídricos de Cuiabá

Foram palestrantes:

- Dr. José Galizia Tundisi, Professor titular aposentado da Universidade de São Paulo, Professor da Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, Presidente da Associação do Instituto Nacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental e Pesquisador do Instituto Internacional de Ecologia

- Sr. Marcos José Melo Neves, Especialista da Agência Nacional de Águas – ANA, Assessor do Diretor-Presidente da Agência

- Sra. Maria Luiza Ribeiro Taborda, Jornalista, Especialista em Gestão de Recursos Hídricos e Políticas Públicas, e Coordenadora da Rede de Águas da SOS Mata Atlântica

Seguem os conteúdos das palestras por eles ministradas, aqui apresentados por assunto, algumas vezes entremeados pelas intervenções de outros participantes, tanto membros da Mesa, como representantes da sociedade.

Estado dos recursos hídricos no Brasil

Sobre disponibilidade hídrica, o professor Tundisi alerta para o fato de que o Brasil, embora seja possuidor de 12% da água do Planeta, tenha importantes disparidades regionais. Se, na Amazônia, tem-se 3 mil milímetros por ano de precipitação, no Nordeste está-se muito abaixo disso - entre 500, 600 a 700 milímetros por ano, e, no próprio Sudeste, apesar dos 1.200 a 1.500 milímetros por ano de precipitação, tem-se uma aglomeração de população e de atividades humanas que incidem sobre os recursos hídricos.

“Enquanto que, na Amazônia, um habitante tem, à sua

disposição, 700 mil metros cúbicos por ano, na Região Sudeste do Brasil, um habitante tem entre 1.000 a 1.200 metros cúbicos por ano, e, em algumas regiões, muito menos”, afirma o Professor.

Portanto, há uma disparidade entre a distribuição de recursos hídricos no Brasil, a distribuição da população e a distribuição das atividades humanas, que deve ser levada em conta.

Também o Sr. Marcos Neves mostra que, apesar de o Brasil ter uma disponibilidade hídrica média por volta de 180 mil m³ por segundo, essa disponibilidade não se dá de uma forma uniforme em todo o País. Tem-se uma concentração maior na região amazônica e uma concentração menor dessa disponibilidade na região semiárida.

Quando se trata de balanço entre disponibilidade e demanda, vê-se um agravamento da situação em algumas regiões.

No sul do País, por conta do excesso da demanda de água para irrigação de arroz, tem-se um balanço crítico entre demanda e disponibilidade. A relação entre demanda e disponibilidade, na região, é comprometida por conta do excesso da demanda.

Na Região Sudeste, isso também acontece, por conta da demanda para as indústrias e para as metrópoles. Trata-se de outra configuração de demanda, mas que também compromete o balanço entre demanda e disponibilidade.

Na Região Nordeste, há duas questões. Há a própria disponibilidade hídrica, que poderá ser agravada pelas questões de mudanças do clima, em termos de uma menor pluviometria, uma menor disponibilidade, como também há a alta demanda, tanto para as metrópoles, como também para a irrigação.

Apesar do senso comum da imagem do Brasil como um País de grandes reservas hídricas, a realidade é que as reservas estão mal distribuídas: onde há muitas atividades, a água não está tão disponível como seria necessário e onde a atividade econômica é menor, há mais água disponível.

E, como em outros lugares do mundo, o Brasil também tem um predomínio do uso da água para a irrigação em relação aos outros

usos. Na sequência, vem o uso nas cidades e nas indústrias, mas a irrigação utiliza o maior percentual da água disponível.

Quando se relaciona não só a quantidade disponível, mas também a qualidade da água, percebe-se, novamente, um comprometimento na Região Nordeste e no semiárido, assim como na região Sudeste e Sul do País.

Já a Sra. Maria Luiza chama a atenção para o fato de que dos 5.565 municípios brasileiros, 55% deles enfrentaram falta de água para o abastecimento público no período de estiagem, em 2010 e 2011. Se essas cidades têm enfrentado déficit de abastecimento de água, que é o uso prioritário da água, como é que ficam os outros usos?

Crescimento populacional e concentração urbana

Lembra, o Professor Tundisi, que “o crescimento mundial da população está extremamente acelerado. Em 2050, pode-se ter 12 bilhões de habitantes no Planeta. Já são sete bilhões. Isso significa mais necessidade de recursos hídricos, mais necessidade de alimentos e mais uso intensivo de água para a produção de alimentos”.

Há também um outro problema: a concentração dessa população humana nas grandes áreas urbanas. Isso ocorre também no Brasil. Hoje, cerca de 70% a 75% da população encontra-se em grandes áreas urbanas ou grandes aglomerações urbanas. Um dos problemas mais sérios a tratar é a questão dos recursos hídricos nas áreas periféricas dessas aglomerações urbanas e a questão da relação entre pobreza, saúde e recursos hídricos nessas áreas das periferias das grandes cidades.

Interessante notar a relação extremamente importante entre o acesso à água e o Produto Nacional Bruto Per Capita. Pode-se ver que, à medida que aumenta o Produto Nacional Bruto Per Capita, há um maior acesso à água, mostrando que os países com maior disponibilidade de recursos e maior produto per capita investiram em infraestrutura para disponibilizar à sua população o acesso à água de boa qualidade.

A Sra. Maria Luiza ressalta uma série de discussões que a ONU tem feito a respeito do tema Água.

Uma delas é de como lidar com a escassez da água diante do crescimento populacional urbano, do grande êxodo das áreas rurais para as áreas urbanas e da mudança do eixo de desenvolvimento econômico para os países asiáticos. E do que isso significa para o planeta, em termos de sustentabilidade, de equilíbrio social e de ética em relação ao uso dos recursos naturais.

Os números são extremamente alarmantes. Mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Se a água é um direito humano, se o acesso à água em qualidade e quantidade foi reconhecido como direito humano pela própria ONU, o que nós poderemos fazer para que não haja exclusão hídrica?

Desmatamento e recursos hídricos

O Deputado Federal Edson Giroto lembra que o Brasil tem, hoje, trinta e quatro milhões de hectares de terras degradadas e afirma que o governo brasileiro precisa entender que um excelente programa em defesa do meio ambiente incluirá o incentivo àqueles que são responsáveis por fazer a recuperação dessas áreas degradadas. Se isso fosse feito, não precisaríamos derrubar mais nenhuma árvore para a produção.

O Professor Tundisi ressalta que um aspecto importante é que a proteção da vegetação, nas bacias, tem um papel fundamental, porque a vegetação protege os mananciais e a qualidade da água e providencia a recarga de aquíferos. Uma falha importante de visão, na discussão do Código Florestal, é de não considerar a vegetação como parte do ciclo hidrológico. A vegetação é uma parte fundamental do ciclo hidrológico. Ela repõe água para a atmosfera e recarrega os aquíferos. Ela faz um trabalho importantíssimo de melhorar e proteger a qualidade da água. E isso não só pela vegetação ripária. Os mosaicos de vegetação distribuídos na bacia hidrográfica são igualmente importantes.

Na verdade, o que se precisa preservar é o sistema Rio-Mata Ripária. Esse sistema vai até onde o rio sofre a inundação. Portanto, é preciso pensar no conjunto e não em metros. Não se mede a natureza por metros. Mede-se a natureza pelos processos integrados em que ela ocorre.

Dessa forma, não interessa saber se a mata ripária tem cinco metros ou dez metros. Essa discussão é absolutamente anticientífica e

ilógica. É preciso preservar o conjunto. Esse conjunto vai até onde chega a área de inundação do rio, que pode ser de cinquenta, vinte, cem metros. Então, essa discussão pura e simples, numérica, linear de se estabelecer dez, quinze, vinte, trinta ou cinquenta metros, isso não deve ser assim.

O Sr. Décio Eloi Siebert apresenta a sugestão de que, em cada processo de licenciamento ambiental da propriedade rural efetuado junto ao órgão ambiental, houvesse um engenheiro responsável e que fosse previsto, dentro da definição das dimensões da Área de Preservação Permanente - APP, que o responsável técnico pudesse delimitar se há necessidade de ser mais de cinquenta ou mais de cem metros. Para isso, é importante lembrar que cada profissional tem de responder ao seu Conselho Profissional e também ao Ministério Público.

A Sra. Maria Luiza, palestrante, chama a atenção para o fato de que nós pagamos para tratar a água, pagamos caro pelo tratamento de água nos mananciais que não têm floresta. Um exemplo é que custa dez vezes mais caro tratar água da Represa Guarapiranga do que a água do Reservatório Cantareira, que são as represas que abastecem a região metropolitana de São Paulo, porque a primeira não tem floresta no entorno dos mananciais.

A Área de Preservação Permanente - APP de 50 metros foi respeitada em alguns trechos da Billings e da Guarapiranga. Mas isso não é suficiente, pois, ao lado da APP, tem mais de um milhão de casas, de moradias irregulares, que hoje são comunidades, mas, até bem pouco tempo, eram chamadas de favelas, totalmente desprovidas de coleta de lixo, de ruas, de sistemas viários ou de planejamento urbano. Vê-se, por essa peculiaridade, que não podemos tratar a gestão da água nas áreas urbanas da mesma forma com que tratamos a gestão da água nas zonas rurais.

O Sr. Edson Pires lembra que a responsabilidade de fiscalizar-se as áreas de APP ainda não foi definida entre União, estados e municípios. Constantemente elas são desapropriadas pelo município e, por não haver fiscalização, outras famílias chegam e se abrigam nas áreas de APPs, que são áreas de risco.

Água, contas nacionais e economia verde

O Sr. Marcos Neves afirma que “em termos de desenvolvimento econômico, o mundo, necessariamente, obrigatoriamente,

não poderá continuar a tratar os recursos naturais como, historicamente, vem tratando. Nos debates, tem ficado cada vez mais claro que a hidroeficiência e a eficiência no uso do capital natural, ou o uso do capital natural de forma mais responsável tomará conta da economia. Segundo o professor Paulo Haddad, estamos caminhando para a sexta onda de inovação da dinâmica de desenvolvimento - a onda da produtividade radical de recursos, sistemas de design integrado, biomimética, química verde, ecologia industrial, energia renovável, nanotecnologia verde. Estamos indo para outro patamar, cujo uso eficiente do capital natural, a utilização racional do capital natural vai estar no centro do debate”.

E o Brasil não tem como ficar fora disso. É de conhecimento geral a disponibilidade de recursos naturais que o País possui e sua importância, no cenário global, em termos de geopolítica, no que diz respeito à água. É por isso que o tema da água e da contabilidade hídrica têm tomado conta dos debates, por exemplo, nas Nações Unidas. A área de estatística das Nações Unidas, por exemplo, está estruturando um sistema de informações. Por volta de cinquenta países já utilizam essas informações, não ficando mais restritos somente às contas econômicas nacionais, mas também às contas ambientais nacionais. E parte delas, especificamente, são as contas econômicas ambientais da água.

O IBGE, por sua vez, realizou um seminário em 2009, no Rio de Janeiro, que tratou só desta questão das contas nacionais ambientais da água, onde Austrália e México fizeram apresentações muito interessantes. No caso da Austrália, o País já trabalha com contas nacionais ambientais da água há dez anos. Ou seja, a importância do envolvimento ou de se debater a questão de recursos naturais dentro de contas nacionais já é uma realidade.

Nós estamos indo para dois patamares, em termos da gestão de recurso hídricos no Brasil: a efetiva implementação dos instrumentos já concebidos e a efetiva vinculação das propostas do sistema de recursos hídricos às políticas de desenvolvimento.

A Rio+20 vai tratar da questão do desenvolvimento e da Economia Verde. A efetividade disso passa, necessariamente, por uma política econômica que ande junto com a política ambiental; junto, não em paralelo. Não é uma se relacionando com a outra, é junto, e aí sim o Brasil, o Sistema, os Comitês de Bacias, os Conselhos Estaduais, o Conselho Nacional de

Recursos Hídricos têm um dever de casa, que está na mesa. Eles têm de promover um avanço em termos de implementação. Mas o que se vê é que falta essa vinculação mais intrincada em termos da formulação da política econômica brasileira.

Marcos Neves segue lembrando também que “Outra questão que está no debate, em termos econômicos globais, diz respeito à questão da água virtual ou da pegada hídrica. O Brasil é um país exportador de água virtual. Isso não é ruim. Isso faz parte da própria disponibilidade interna do País - a disponibilidade hídrica. Ele tem condições, ele tem vocação para ser um país exportador de água. Isso não é nenhum pecado. Naturalmente, o Brasil tem essa condição”.

Por isso, aqui, é possível produzir a cana, a soja, o arroz, as commodities agrícolas, porque o Brasil tem disponibilidade hídrica. O problema não é esse; a questão é como se produz. A geração de riqueza jamais pode ser inimiga da preservação e da conservação ambiental. Essas coisas não andam em paralelo, elas andam conectadas, juntas. Então não dá para desassociar uma coisa da outra. Se não há capital natural, não há desenvolvimento econômico nem social.

Então, o Brasil, sendo um exportador de água virtual, tem de aproveitar essa vantagem comparativa em relação aos demais países e traduzir isso em geração de riqueza, em desenvolvimento social, de uma forma responsável. Não deveria existir antagonismo nessas questões. O Brasil poderá ser uma espécie de OPEP da água, um país exportador de água, e ele não tem de se intimidar diante dessa relevância global, em termos de disponibilidade hídrica.

A gestão dos recursos hídricos e a redução da pobreza: a questão do saneamento básico

O Professor Tundisi afirma enfaticamente que “Há uma política de redução da pobreza que seria, de fato, impactante. Se este Governo ou qualquer Governo quiser deixar uma marca indelével na sociedade brasileira e na administração brasileira, que trate os esgotos do País”.

O País trata só 30% de seus esgotos. O não tratamento dos esgotos tem implicações econômicas, na saúde humana, na deterioração dos ecossistemas, na perda dos serviços, na perda de biodiversidade aquática.

E, portanto, uma marca indelével seria um processo de mobilização total para investir em saneamento.

Com os recursos investidos nos estádios que estão sendo feitos para a Copa, daria para tratar metade dos esgotos do Brasil. São trinta bilhões que podiam ser investidos para tratar dos esgotos do Brasil.

Marcos Neves também afirma enfaticamente que “fazendo uma vinculação entre o setor de saneamento e a economia verde, se nós, sociedade brasileira, quisermos deixar uma marca para as futuras gerações; se esta geração quiser deixar uma marca, uma pegada, uma boa pegada para as futuras gerações, tem de tratar esgotos neste País”.

A Agência Nacional de Águas desenvolveu um estudo – O Atlas de Abastecimento Urbano da Água - mostrando que, com o investimento de quarenta e um bilhões de reais até 2015, é possível solucionar o problema de abastecimento de água e de tratamento de esgoto no País.

O Atlas Brasil é uma oferta da gestão de recursos hídricos para o setor de saneamento, mostrando onde devem ser os investimentos prioritários do saneamento no Brasil.

Os estudos estão disponíveis para o País inteiro, para todos os municípios do Brasil. As conclusões desse estudo estão disponíveis para o setor de saneamento, como contribuição para o investimento orientado para uma economia verde, uma economia mais responsável do ponto de vista do investimento público.

Políticas públicas fundamentais para o País e sua relação com recursos hídricos

Segundo o Professor Tundisi, uma sociedade não sustentável tem diferenças no tratamento de uma série de problemas, que vão desde a educação e oportunidades culturais às oportunidades de emprego e renda. Enfim, todo o conjunto de atividades da sociedade encontra-se desequilibrado quando ela não é sustentável. Enquanto que uma sociedade sustentável tem todo o conjunto de oportunidades equilibrado.

Quanto ao acesso à água, por exemplo, está claro que os países com maior disponibilidade de recursos e maior produto per capita

investiram em infraestrutura para disponibilizar à população o acesso à água de boa qualidade.

Afirma, então, o Professor: “Nós não podemos tratar a questão dos recursos hídricos ou as questões ambientais somente do ponto de vista técnico. É importantíssimo do ponto de vista técnico, porque essa é a base de informações. Mas, além disso, nós temos de trabalhar as questões ambientais, especificamente as questões dos recursos hídricos, considerando os aspectos biogeofísicos, econômicos e sociais. E, portanto, a integração desses componentes é fundamental na questão da gestão integrada do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Sobre essa necessidade, cabe citar a intervenção do Sr. Edson Pires, que lembrou reportagem recente em revista de circulação nacional, mostrando como, no ensino médio, as escolas brasileiras estão perdendo a batalha pela qualidade. Não há futuro para o nosso País, para o nosso globo terrestre, se não passarmos a educar com eficácia as crianças que gerarão o futuro, afirma Sr. Edson.

A gestão dos recursos hídricos

Vários e diferentes aspectos sobre a gestão foram abordados, conforme apresentamos a seguir.

A representação dos estados no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Sobre esse assunto, o Sr. Marcos Neves considerou que “Dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos não existe a representação de todos os Estados, porque atualmente existem dez vagas somadas às suas suplências. Mas são vinte os estados. O suplente do Estado de Mato Grosso, por exemplo, é o Estado de Goiás. Ocorre que existem questões particulares de cada Estado que devem ser defendidas e debatidas no Conselho Nacional. Dessa forma, advoga-se que o Conselho Nacional tenha de ser, no mínimo, ampliado, para que todos os Estados tenham titularidade. Existem propostas, debatidas durante o ano passado, a partir de estudo realizado, sobre a reestruturação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Os Comitês de Bacia

O assunto começa com a pergunta feita pelo Professor Tundisi: “por que não existem mais comitês de bacias no Brasil? Por que não se está acelerando a implantação desses comitês?”

Ele segue, então, fazendo as seguintes considerações:

Primeiro, de que é preciso se ter uma cultura de bacias hidrográficas, e os municípios, infelizmente, estão muito ligados ao seu território e aos seus problemas territoriais. É preciso lembrar que os municípios, em uma bacia hidrográfica, têm de compartilhar essa bacia e compartilhá-la, numa cultura de bacias hidrográficas, em que se compartilham os recursos e os problemas.

A implantação desses comitês, no entanto, depende muito de estímulos, que vão desde estímulos financeiros até incentivos do sistema federal, além da necessidade de mobilização das comunidades, dos municípios, em torno das bacias.

Importa ressaltar, segue o Professor, que trata-se de um modelo de gestão extremamente importante adotado por muitos países como França, Alemanha, que tem funcionado muito bem. E, portanto, hoje, todos os órgãos internacionais enfatizam a necessidade de fazer a gestão por comitês de bacias.

Outro aspecto é que, na organização do Brasil, além do comitê de bacias, nós temos de pensar na agência de bacia, que é o órgão executor. Aí, sim, existe um gap, existe uma deficiência.

O Estado de São Paulo, por exemplo, tem duas agências de bacias, no máximo. Portanto, é preciso ampliar as agências de bacias, implementar as agências de bacias, porque esses serão os órgãos executores.

A bacia como unidade de gestão

Ressalta ainda o Professor Tundisi que “a bacia hidrográfica coleta todas as informações que ocorrem nos sistemas terrestres, e, para que as informações do sistema terrestre e de todas as atividades humanas cheguem à bacia hidrográfica, é preciso realizar uma série de estudos, de avaliações e de monitoramento para detectarem-se as fontes difusas de impactos, as fontes pontuais de impactos, as áreas de conservação

e as áreas de proteção dos mananciais.

Um aspecto importante a frisar é que o sistema natural, a geologia, o solo, a cobertura vegetal, a rede hídrica, os lagos, os rios e todos os componentes naturais do sistema são o suporte do sistema socioeconômico, do desenvolvimento urbano e rural e proveem a energia, a navegação, a recreação e o sistema de produção”.

Os instrumentos de gestão

Os principais instrumentos de gestão preconizados pela Lei das Águas, com relação às bacias hidrográficas, são: os planos de bacia hidrográfica, o enquadramento dos corpos de água, a outorga, a cobrança pelo uso de recursos hídricos e os sistemas de informação.

Lembra o Professor Tundisi que a Bacia do rio Paraíba do Sul e a Bacia do PCJ, a Bacia do Piracicaba, são duas bacias onde esses sistemas estão em pleno funcionamento no Brasil. É preciso ampliar essa capacidade de gestão, ampliando e implementando todos esses instrumentos de gestão.

A implementação dos comitês de bacias hidrográficas, dos planos de bacia, articulados com os projetos de desenvolvimento, é fundamental, porque são esses processos que, com o embasamento científico, darão consistência à gestão dos recursos hídricos por bacias hidrográficas.

É preciso ampliar o monitoramento

O Professor Tundisi afirma que a Agência Nacional de Águas - ANA tem propostas avançadas de monitoramento. Mas que esse monitoramento tem de ser sobre a qualidade e a quantidade de água simultaneamente. Não é suficiente que se faça somente o monitoramento do ciclo hidrometeorológico e mais tarde, ou numa outra ocasião, o da qualidade da água. Os dois monitoramentos têm de ser feitos simultaneamente, se possível em tempo real, para constituir-se num sistema de informação à disposição dos comitês de bacia, das autoridades. Assim, torna-se um sistema de prevenção preditivo e que vai, seguramente, dar condições para tomadas de decisões muito mais rápidas.

Temos também de avançar num monitoramento biológico,

no estudo e na identificação de indicadores biológicos de qualidade de água. Nós temos usado muitos indicadores biológicos importados de países do primeiro mundo de regiões temperadas. Nós temos de criar o nosso próprio sistema de bioindicadores e criar projetos em que esse monitoramento possa ser feito simultaneamente com espécies nativas para que possamos ter mais consistência nos resultados e menos incertezas.

Quanto ao monitoramento, o Sr. Marcos Neves lembra o Atlas Brasil, citado anteriormente, que oferece informações ao setor de saneamento de onde devem ser os investimentos prioritários do saneamento no Brasil, como um importante instrumento. O Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos também é um sistema estruturado que tem uma relação União/Estados pela medição de rios e de aquíferos. O Estudo de Conjuntura de Recursos Hídricos é fundamental, porque não é uma publicação única que aconteceu em 2009 apenas. Ele acompanha, ano a ano, a evolução do estado dos recursos hídricos no País e tem dado uma ótima, uma excelente contribuição em termos de informação da evolução do estado dos recursos hídricos no País; há também um Sistema Nacional de Capacitação da Gestão de Recursos Hídricos.

Os Planos de Bacia devem ser referência para a aplicação dos recursos arrecadados e precisam ser vinculantes

O Sr. Marcos Neves inicia este tópico afirmando que “existem problemas de execução de recursos financeiros disponíveis para a gestão de recursos hídricos. São dois os pontos.

O primeiro é que os Planos de Recursos Hídricos devem ser o berçário das propostas a serem executadas. No âmbito da bacia hidrográfica, quem aprova o Plano da Bacia é o Comitê. Ali é realizado o pacto social sobre as propostas a serem implementadas. Nada mais óbvio, então, que o plano que reflete o pacto social seja o berçário das propostas a serem executadas com os recursos financeiros disponíveis, e não outros planos. Assim, o Plano de Bacia ou o Plano Estadual que refletem o consenso - se não o consenso, então o acordo possível -, em termos de proposições para aquela bacia ou para aquele Estado, deve ser o berçário das propostas no tema de recursos hídricos.

O segundo ponto é que os Planos de Bacia têm de ser vinculantes. Por que o Plano Nacional, por que os Planos estaduais ainda são poucos implementados? São vários e diversos os motivos. Um deles, e talvez seja no que temos de apostar um pouco mais, é que eles são muito pouco vinculantes. Um plano estadual, nacional ou um plano de bacia aprovado não quer dizer, necessariamente, que suas propostas vão ser implementadas, porque eles não são planos vinculantes. Temos de caminhar para isso, para essa vinculação. Fazer essa vinculação significa conseguir que um Plano Nacional de Recursos Hídricos permeie a Esplanada dos Ministérios influenciando políticas públicas setoriais. Isso é ainda um desafio.

Ainda estamos longe de alcançar a unidade de gestão preconizada para o sucesso desses processos. É preciso avançar muito na integração da base científica, no processo de gestão e no sistema de decisão. Nós ainda não vemos esse Plano de Recursos Hídricos de uma forma horizontalizada dentro do Poder Executivo. As ações previstas no Plano, que são fantásticas, não são adotadas na formulação de políticas públicas pelos Ministérios.

Uma boa ilustração dessa realidade, foi mostrada na intervenção do Sr. Décio Eloi Sielbert, que afirmou: “O Mato Grosso tem seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, que foi muito bem elaborado. Mas o Plano Estadual de Recursos Hídricos não fez parte da formulação das políticas públicas das Secretarias de Estado. Um exemplo: a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana construiu uma estrada e, somente num trecho de cinco quilômetros numa serra, aterrou a cabeceira de dois córregos. Aí o engenheiro falou: “Ah, mas são dois córregos porcarias.” Nosso especialista, Dr. Tundisi deixou muito claro: desde um pequeno córrego, todos contribuem para formação dos rios maiores. Os Planos, tanto o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é extremamente completo, assim como o Plano Nacional, devem ser horizontalizados dentro do Executivo e devem passar a fazer parte da formulação das políticas públicas”.

O conhecimento como base para a concepção de políticas públicas e para a gestão dos recursos hídricos e demais recursos ambientais

O Professor Tundisi insistiu bastante na necessidade da mudança de paradigmas de gerenciamento que deve ser feita integrando

ciência e tecnologia com políticas públicas. É preciso que se dê condições para que o conhecimento científico que existe acumulado nas universidades, nos institutos de pesquisas, mesmo em muitas organizações não governamentais, que têm um papel importante no processo, seja utilizado para instrumentalizar políticas públicas em níveis municipal, estadual e federal.

Todos sabem que o Brasil, hoje, é 13º produtor mundial de publicações indexadas, ou seja, nós estamos produzindo conhecimento muito avançado em todas as áreas e, também, na área ambiental. Todo esse conhecimento que nós temos, hoje, no Brasil é resultado de um investimento em Ciência e Tecnologia que o País fez. Isso precisa ser usado como base para o desenvolvimento de políticas públicas.

Nós não podemos simplesmente começar a reinventar a roda e deixar de lado as informações científicas existentes e que foram feitas às custas de dinheiro público. Então, é importante que esse conhecimento seja usado como base para o processo de gestão de recursos hídricos e para implementação de políticas públicas.

Segue, o Professor, afirmando "Existe informação? Existe. Existe ciência e tecnologia? Existe. A nossa luta é para que essa Ciência e Tecnologia seja a base para o desenvolvimento de políticas públicas que possam ser consistentes e, ao mesmo tempo, dar condições para melhorar a qualidade de vida da população e preservar os recursos naturais e os recursos hídricos para as futuras gerações".

Sobre essa abordagem, a Sra. Maria Luiza lembrou que, recentemente, o Professor Aziz Ab'Saber, no site Portal do Terra, disse: "se a nossa Presidente da República Dilma Roussef ouvir a comunidade científica não precisaremos nos preocupar com a questão do Código Florestal."

A gestão integrada dos recursos hídricos

Segundo o Professor Tundisi, esse é um tema importantíssimo para a Rio+20: a gestão integrada dos recursos hídricos. Há países em que a legislação para as águas superficiais difere muito da legislação e do gerenciamento das águas subterrâneas. E, na verdade, nós temos de promover um gerenciamento integrado do ciclo hídrico, considerando as águas superficiais, as águas atmosféricas e as águas subterrâneas como unidade. No Brasil, a gestão de águas superficiais e de águas subterrâneas

não se encontra integrada em muitas das nossas regiões e até na própria legislação.

É preciso mudar o gerenciamento de uma visão local, setorial e de resposta a crises para uma visão de bacia hidrográfica ecossistêmica, para um gerenciamento integrado e preditivo que possa antecipar os impactos.

“O Deputado Federal Sarney Filho falou das mudanças globais e da necessidade de adaptação. Isso só pode ser feito com dados básicos, séries históricas que mostrem as progressivas mudanças no ciclo hídrico e as necessidades técnicas e científicas para fazer a adaptação a essas mudanças globais”, lembra o professor.

Há que se migrar de um gerenciamento local, que seria o rio, o lago, a represa, de um gerenciamento setorial, que seria a pesca, a hidrovias ou navegação, o abastecimento público e a resposta a crises, para um gerenciamento integrado, que considere o ciclo da água e os usos múltiplos. Um gerenciamento em nível de ecossistema, ou seja, a bacia hidrográfica, e um gerenciamento preditivo.

Para tanto, são necessários avanços institucionais que são, justamente, a implantação dos comitês, das agências de bacia e a integração dos instrumentos institucionais: os municípios conversando com os estados e com os órgãos de gestão para que, com isso, se possa ter uma visão mais consolidada e consistente do processo de gestão.

Sobre a gestão integrada, o Sr. Marcos Neves ressalta que “nós temos vários instrumentos da política e vários Colegiados. Sabem o que falta? Falta articulação. E com relação à articulação, em recursos hídricos, existe uma proposta em curso para minimizar esse problema, que é a construção de um Pacto Federativo das Águas, tornando mais efetiva a gestão de recursos hídricos”.

Ele explica que os Secretários de Recursos Hídricos de todos os Estados do País estiveram na Agência Nacional de Águas, no início deste ano, e, para eles, foi apresentada essa proposta. É uma proposta política e técnica que está em construção e que seria um guarda-chuva para que a gestão de recursos hídricos no País seja implementada de uma forma convergente entre os estados. Daí o nome Pacto Federativo.

Sobre o assunto, a Sra. Maria Luiza enfatiza: “Temos uma fantástica Lei das Águas que redesenha o Brasil em bacias hidrográficas, respeitando os nossos biomas, respeitando o desenho da natureza; que propõe a gestão dentro de colegiados participativos para fazer o planejamento das bacias hidrográficas. Para que tudo isso, se metas pontuais como o PAC e Copa do Mundo estão completamente desassociadas desses planos de bacia, dos nossos planos de recursos hídricos e da nossa Constituição?”.

Um exemplo da falta de gestão integrada: a questão das PCHs e do licenciamento ambiental

A questão da expansão descontrolada das Pequenas Centrais Hidrelétrica – PCHs foi bastante debatida no Encontro de Cuiabá.

O Sr. Sérgio Guimarães colocou, inicialmente, que “no ritmo em que estão sendo aprovadas no Mato Grosso, essas hidrelétricas, as PCHs, não está havendo tempo para uma discussão com a sociedade”.

A Sra. Solange Ikeda lembrou que existe, hoje, uma proposta, em efetivo andamento, de se ter vinte e nove hidrelétricas no Pantanal e mais cem hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai e isso sem uma discussão mais detalhada com a sociedade.

Para se ter noção do impacto disso e de como é importante essa relação de planalto/planície, aconteceu, recentemente, de uma pequena hidrelétrica no rio Jauru ter trancado sua barragem por um dia, causando a uma população ribeirinha o inusitado de ter o rio Jauru seco por um dia. Isso mudou totalmente a visão de um povo que todo dia acordava e olhava aquele rio. Aquela população que passou a vida inteira ajudando a conservar o Pantanal, nesse dia deixou de ver as águas, porque a hidrelétrica cometeu um engano.

O Sr. Décio Eloi Siebert relata que “criamos o comitê, mas entre a série de problemas que temos, não sendo diferente do restante da Bacia do Alto Paraguai e do Estado de Mato Grosso, temos vinte e seis projetos de construção de PCHs somente dentro da nossa bacia”.

Ele lembra que a PCH, num passado recente, era a usina que gerava até dez megawatts de energia. Depois disso, foi ampliado para trinta,

o máximo de sua potência, sendo que, para a PCH, não há necessidade de se fazer Estudo de Impacto Ambiental e uma série de outros estudos. E, somente num dos rios de nossa bacia, há seis PCHs, uma grudada na outra, sendo que o reservatório vai de uma encosta à outra.

Vê-se, ele conclui, que as PCHs são uma forma de fugir dos estudos de impacto ambiental e uma forma de fugir da cobrança de compensação financeira.

Para terminar ele ressalta: Aqui vemos a importância dos planos de bacia. Como é que vamos nos posicionar frente a essas 26 PCHs? Como é que vamos nos posicionar frente a esses processos de degradação na bacia, se não temos um diagnóstico, se não temos um plano da nossa bacia? Como vamos falar do que pode e do que não pode? De que forma nós vamos prever o uso múltiplo da nossa bacia, das águas da nossa bacia. Então, é fundamental que nós possamos ter o plano da bacia hidrográfica”.

O Sr. Sérgio Guimarães volta a intervir, informando que, na Bacia do Paraguai, houve uma decisão do Ministério Público Estadual e Federal de suspender todas as licenças de PCHs e de hidrelétricas previstas, e são mais de oitenta em toda a Bacia, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que se estude os impactos conjugados de todas essas iniciativas.

É preciso que haja um estudo de impacto ambiental de todas elas juntas para que se possa autorizar. No Pantanal todo, são mais de oitenta. Então, há essa decisão e espera-se que ela seja cumprida e que os estudos sejam realizados.

Ele também lembra que na região do Amazonas, há uma enxurrada de hidrelétricas no rio Teles Pires, no rio Juruena e que é necessário calcular o impacto conjugado dessas obras.

Por fim, a Sra. Maria Luiza analisa que, em relação às PCHs, é uma insanidade o que o Brasil vem assistindo em todas as bacias hidrográficas. O mesmo acontece nas bacias hidrográficas do bioma Mata Atlântica e Cerrado. Minas Gerais o mesmo que Mato Grosso, que São Paulo. São mais de trezentas e tantas PCHs.

Um debate a ser ampliado é a ingerência da Agência

Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) sobre o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

A ANEEL não deveria colocar a leilão o potencial hídrico energético dos rios do Brasil, antes de debruçar-se sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Porque o Plano Nacional de Recursos Hídricos, por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e da ANA, é que deve dizer se é prioridade daquela região hidrográfica o aproveitamento hidroenergético. Até onde? Em qual limite? Com qual finalidade? Por quê? Porque depois de feita a concessão do setor elétrico, depois das empresas adquirirem lotes internacionais, elas não vão desistir.

E o Estudo de Impacto Ambiental é insuficiente, porque analisa a obra naquele local e não no rio como um todo. O Ministério Público já se antecedeu a isso, mas é preciso ainda haver uma regulamentação.

A ANEEL tem as prerrogativas de discutir a matriz energética do País, mas de uma forma ampla, não a matriz hídrica. O uso hídrico é uma prerrogativa da ANA, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho decide as políticas públicas e a ANA executa.

Está ocorrendo um grande desvio de função. Temos de estar atentos a isso, conclui Maria Luiza.

O Pagamento por Serviços Ambientais

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) demandou bastante reflexão por parte dos três debatedores.

O Professor Tundisi levantou as seguintes questões: “Um processo que deve ser considerado são os serviços dos ecossistemas aquáticos. Hoje, existe uma visão muito importante que mostra quais são os serviços que os ecossistemas aquáticos prestam ao bem-estar humano. Quais são os serviços que o rio Cuiabá presta ao bem-estar humano? Quanto valem esses serviços? Quanto vale o Pantanal em termos de abastecimento de água, de produção de biomassa, biodiversidade, produção de alimento, purificação da água?”.

E seguiu considerando que tudo isso tem um valor extremamente importante. Que é preciso medir esse valor; é preciso

determinar e contrapor o custo desses serviços ambientais às economias. Pode-se, por exemplo, não fazer uma represa e preservar uma várzea, mas, do ponto de vista econômico, pode ser muito importante preservar essa várzea e não fazer essa represa, porque ela tem um valor ecológico e, também, tem um componente econômico e social.

Os ecossistemas aquáticos prestam serviços de abastecimento de água, de recreação, de irrigação, de geração de hidroeletricidade, de fornecimento de biomassa, turismo e, também, os componentes do ciclo hidrológico.

Quanto se paga para visitar o Pantanal em função dos cenários, da qualidade da água, da biodiversidade? Esse é um serviço importante e que tem um valor econômico extremamente importante que deve ser avaliado. E esse serviço deve ser preservado, pensando-se em outros tipos de desenvolvimentos. Este é o cerne do problema. Ou seja, vale à pena preservar serviços ambientais e desenvolver outro tipo de investimento? Este é o ponto que deve ser considerado.

Considera ainda o Professor que o manancial preservado para tratar mil metros cúbicos de água custa de dois a três reais, porque a ele adiciona-se somente cloro e flúor. No manancial degradado, por sua vez, é preciso montar uma indústria química ao lado do manancial para produzir água potável. Paga-se de trezentos a quatrocentos reais por mil metros cúbicos só com produtos químicos para tratar água de um manancial degradado. Ele custa de vinte a trinta vezes mais, comparado ao primeiro tratamento.

Consubstanciando os argumentos do Professor Tundisi, a Sra. Maria Luiza esclarece que mais de 70% dos recursos hídricos superficiais do Brasil, que cortam as cidades próximas às regiões metropolitanas nos dezessete Estados da Mata Atlântica, têm qualidade de água regular ou ruim. Estão sendo monitorados por meio de uma metodologia que a SOS Mata Atlântica desenvolve no País, desde 1991, em parceria com pesquisadores da Universidade de São Paulo. Nos dezessete estados do Brasil, de cento e noventa e seis rios monitorados pela sociedade, mensalmente, só dois, apresentaram qualidade de água boa.

Trata-se aqui do IQA, Índice de Qualidade da Água Bruta, padrão estabelecido pela Resolução CONAMA. Não se trata de água potável, nem de contaminação de aquífero e nem de água para vida aquática, mas de

água para ser tratada para abastecimento público. Nós não temos mais rios com qualidade de água boa. Isso é extremamente assustador.

O Professor Tundisi alerta que, para desenvolvermos as economias verdes, como estão sendo chamadas, nós temos de valorar os serviços ambientais, proteger os mananciais, recuperar os sistemas, recuperar rios urbanos e investir na recuperação dos rios urbanos, de tal forma que possamos, a partir dessas economias verdes, desenvolver outros mecanismos de desenvolvimento.

Por exemplo, a remuneração por reflorestamento deveria ser uma prática. É bem sucedida em muitas regiões do País. É bom lembrar que a Água Perrier paga dois mil euros por hectares, por ano, para os agricultores que têm propriedades próximas das fontes da Água Perrier para proteger esses mananciais.

A Sra. Maria Luiza propõe, então uma comparação: “Quanto nós gastamos, no Brasil, com eventos climáticos e por ocupações irregulares em áreas de risco? Quanto isso custa para os seguros por acidentes climáticos? Quanto o mundo está disposto a continuar gastando em seguros de eventos climáticos?”.

Há dois anos, quatrocentos e vinte dois municípios do País decretaram estado de calamidade pública. Quando se baixa um decreto de calamidade pública, pode-se fazer obras emergenciais, receber recursos emergenciais para restabelecer a segurança e a vida das pessoas.

Voltando-se aos lugares que sofreram as calamidades, as casas e as ocupações não terão sido construídas nos mesmos lugares de risco? Não serão gastos, de novo, os mesmos recursos e perdidas outras vidas, porque as construções foram mantidas nos mesmos lugares que a natureza já comprovou serem inadequados, que são os fundos de vales, as várzeas e as APPs urbanas e rurais, sobretudo os topos de morro?

Quanto aos recursos hídricos, especificamente, a Sra. Maria Luiza fala sobre a degradação da qualidade da água pelo uso inadequado do solo, lembrando que o desmatamento das matas ciliares e de áreas de encosta, causam erosão, trazendo prejuízos econômicos da ordem de dois bilhões por ano. Esse é o prejuízo para a qualidade da água e a perda de recursos hídricos por sedimentação, sem falar em fósforo, em fosfato, em

nitrito, em esgoto doméstico e em cargas difusas, pensando apenas em erosão.

Partindo de que a conta é de quarenta e um bilhões para garantir saneamento e acesso à água para todo o País, se forem adicionados os custos da erosão e do desmatamento, qual será o investimento econômico de que precisaremos?

Segue argumentando que, dentro da visão de Pagamento por Serviços Ambientais, considera-se que, no Bioma Mata Atlântica, um hectare bem conservado resulta em dez mil litros de água numa condição normal, sem chuvas extremas. Isso significa que, com cem hectares bem conservados, com curva de nível, gestão sustentável das propriedades e das atividades econômicas, há produção de água para satisfazer, em média, o consumo de mais de duas mil e seiscentas pessoas.

É preciso compensar quem preserva, quem usa os recursos naturais de forma responsável. A cobrança pelo uso da água é um instrumento; o princípio poluidor pagador também.

Também o Imposto de Renda Ecológico, a Política Nacional de Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais são modelos extremamente positivos que devem ser levados para o Rio+20 como políticas públicas acessíveis e viáveis.

A SOS Mata Atlântica tem uma experiência muito positiva na Bacia do Rio Paraíba com a Coca-Cola Brasil e a Coca-Cola Foundation. A empresa não tem nenhum passivo, não tem nenhuma obrigação de fazer, mas ela está dando recurso para a restauração de matas ciliares, para compensação de carbono e produção de água. Outros grandes usuários produtores de bebidas também têm sido parceiros em experiências desse tipo, além daquilo que eles pagam pelo uso da água (cobrança pelo uso da água).

Dessa forma, é importante que o serviço ambiental possa funcionar como uma obrigação de fundo orçamentário governamental vindo de ações compensatórias, mas, também, é igualmente importante que seja permitido, à livre iniciativa, as negociações nos mercados, como tem acontecido no mundo.

O Sr. Marcos Neves chama a atenção para dois programas, especificamente, porque são programas que a Agência Nacional de

Águas e o Ministério do Meio Ambiente estão articulando com o Ministério das Relações Exteriores, para inspirarem propostas para Rio+20. Um desses programas é o Programa Produtor de Águas. O Produtor de Água é um programa de articulação da área de recursos hídricos com o setor agropecuário. Baseia-se na remuneração pela preservação de serviços ambientais. Ele remunera o produtor rural pela conservação da água dentro da propriedade, se ele replantou vegetação onde era necessário, se conservou matas ciliares, se fez uso adequado das técnicas de terraço, permitindo, assim, a recarga de aquíferos.

É um programa de articulação tão relevante que o Brasil deverá apresentar proposta, na Rio+20, para que ele se amplie em nível global. Seria o Programa Produtor de Águas Global.

Há também o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), outro tipo de programa que remunera pelo esgoto tratado. O PRODES, também concebido no âmbito da gestão de recursos hídricos, não aplica recursos no investimento de estações de tratamento de esgoto. O que o PRODES faz? Pelo fato de muitas vezes as estações de tratamento de esgoto terem uma viabilidade financeira um pouco menor, o que se faz? Remunera-se o empreendedor da Estação de Tratamento de Esgoto que trata o esgoto de fato, caso ele cumpra metas de redução de poluição num determinado período de tempo.

Na realidade, é um programa que compra resultados. Ele não faz o investimento, ele não apoia o investimento. Ele apoia o resultado, ele remunera o resultado. Então, esgoto tratado, no PRODES, significa recursos para o empreendedor da Estação de Tratamento de Esgoto. É uma lógica muito interessante. Também tem funcionado bem, principalmente naqueles municípios que têm maior dificuldade de acesso a recursos do orçamento.

O Sr. Marcos Neves enfatiza ainda a existência de um programa muito bem desenhado, que é o de Pagamento por Serviços Ambientais. Trata-se de um programa que articula com o setor produtivo e, no caso específico do Programa Produtor de Águas, faz-se uma engenharia financeira para angariar os recursos para o pagamento efetivo daqueles produtores, o que não é algo simples.

Ele informa que uma alternativa para angariar recursos que tem sido debatido na ANA, na Secretaria de Recursos Hídricos do

Ministério do Meio Ambiente, no Congresso Nacional e em algumas Federações - a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) principalmente -, viria da amortização das hidrelétricas em 2015.

Calcula-se que quase 30% das hidrelétricas se amortizam em 2015, ou seja, não há mais necessidade da tarifa de amortização, porque se amortizam por conta da vida delas. O período de amortização é previsto desde a concessão. O fim da amortização dessas hidrelétricas pode disponibilizar algo em torno de trinta bilhões de reais por ano, durante os próximos trinta anos. É uma conta bem alta.

Existem várias correntes de opinião sobre o que fazer com os recursos. Algumas têm defendido a amortização tarifária, ou seja, utilizar esse recurso para diminuir tarifa de energia. O que o grupo acima mencionado está discutindo é a proposta de que parte desses recursos seja utilizado para Pagamento por Serviços Ambientais, para recuperação e conservação de APPs, já que há uma vinculação muito forte entre as APPs e os empreendimentos hidrelétricos.

A sustentabilidade financeira do sistema de gestão dos recursos hídricos e de demais serviços ambientais

Sobre esse tema difícil e complexo, o Professor Tundisi afirma, categoricamente, que o financiamento tem de ser descentralizado e instrumentalizado por bacias. Que há mecanismos legais para isso. O financiamento deve prover planos, gestão e ações, recuperação, tratamento de esgotos, reflorestamento, por meio dos investimentos na bacia. Os recursos advindos da cobrança pelo uso da água, da sistemática poluidor/pagador têm de ficar na bacia e não ir para o governo central. Isso é importantíssimo, frisa o Professor.

O Sr. Marcos Neves esclarece que o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil ainda tem muito pouco recurso. Que poderia ter recursos que já estão disponíveis, mas que deveriam ser melhor direcionados. O Brasil teve uma arrecadação aproximada de cento e oito milhões de reais, em 2010, com cobrança pelo uso da água. No entanto, existe outro tipo de recurso, que é a compensação financeira paga pelo Setor Hidrelétrico para geração de energia hidrelétrica. Desse recurso, somente a parte que vai para os Estados é de quinhentos e trinta e cinco milhões, segundo dados de 2009.

Então, a estruturação de fundos estaduais de recursos hídricos, que possam recepcionar esses recursos da compensação financeira, injetaria, dentro do sistema, mais seiscentos milhões de reais anuais. E não há impedimento legal para isso. É apenas uma questão política. O recurso já é disponível. É uma questão de estratégia, de alavancar recursos para gestão de recursos hídricos no Brasil.

Segue explicando que os fundos estaduais de recursos hídricos, principalmente para a vinculação dos recursos da compensação financeira, poderiam iniciar-se não necessariamente com os 100% da compensação, mas com um percentual crescente de vinculação desses recursos. Existem estados que já utilizam esses recursos, vinculando-os, até 100%, ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, mas não é isso que acontece na grande maioria dos estados. A partir do momento que vincularmos a compensação financeira vinda da geração hidroelétrica aos fundos estaduais de recursos hídricos, teremos os recursos disponíveis para projetos relativos à água.

A Sra. Maria Luiza complementa o argumento do Sr. Marcos Neves, com a informação de que, em São Paulo, por exemplo, há o Fundo FEHIDRO que aplica recursos. Os comitês é que decidem para onde vão os recursos. A sociedade civil tem acesso e presta contas. É muito útil esse recurso para gestão das bacias. É aí que se dá a compensação financeira direta.

Já houve vários momentos de embates para que esse recurso não fosse contingenciado e, a cada exercício, há de fazer essa gestão, para que o recurso da compensação vá para a água, para o sistema de recursos hídricos do estado.

Sobre a compensação financeira advinda da geração hidroelétrica, o Sr. Luiz Henrique Noquelli, Superintendente de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso, alerta sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 315, encaminhado pelo Governo Federal, que pretende diminuir o repasse da compensação para os estados.

Ele lembra que o Estado de Mato Grosso, com esse recurso, que representa em torno de seis milhões de reais anualmente, atende a cento e quarenta e um municípios do Estado.

Se isso não for repassado, se forem tirados esses 20%

do Estado e voltar a valer a regra de que o recurso vá para os municípios, apenas onze municípios do Estado de Mato Grosso serão contemplados. Pela Lei de Política, tanto Ambiental como de Recursos Hídricos, não há a obrigatoriedade de se aplicar esse dinheiro na área de recursos hídricos. Esse é um ponto muito importante para ser discutido e abraçado pelos senhores deputados e senadores.

O Professor Tundisi lembra também a necessidade de um controle maior dos investimentos, quando há compensações. Do contrário, o prefeito pode pegar o dinheiro e, ao invés de fazer estação de tratamento de esgoto, opta por um chafariz com água iluminada.

Por este motivo, a população tem de ter um controle maior, um controle social mais efetivo desses recursos que estão sendo investidos.

A necessidade da compensação

O Deputado Federal Riva argumenta que o Estado do Mato Grosso, com três milhões de habitantes, tem um PIB de trinta bilhões, enquanto que o Estado de Iowa, nos Estados Unidos, com a mesma população, tem um PIB de cento e trinta bilhões.

Diz que na economia do Mato Grosso, esse PIB está sustentado em 30% da produção primária, enquanto que, no Estado de Iowa, apenas 4% do PIB vem da produção primária. Isso mostra claramente, segundo ele, a necessidade de o Estado avançar em termos de industrialização. E mostra, ao mesmo tempo, que se pode inibir drasticamente o desmatamento. Diz defender o desmatamento zero, não haver mais necessidade de se desmatar, mas sim de investir em tecnologia. Mas que, para isso, há de haver compensação.

Sobre a compensação, a Sra. Maria Luiza afirma que, na Rio+20, será extremamente importante discutir-se mecanismos de compensação para as regiões do planeta que conservam recursos e serviços ambientais.

O Deputado Federal Homero Pereira argumenta que, na Rio+20, deve-se demonstrar que não se trata de discussão entre ruralistas e ambientalistas, mas que há consenso em chamar a atenção do mundo para a necessidade da compensação.

Segundo ele, não há lei, não há Zoneamento, não há Código Florestal que vá conseguir segurar o desmatamento, principalmente na fronteira agrícola, enquanto uma árvore em pé valer menos do que uma árvore derrubada.

Um organismo internacional de meio ambiente e/ou de recursos hídricos

O Deputado Federal Homero Pereira diz que um bom encaminhamento para a Rio+20 seria a criação, no âmbito da ONU, de um organismo internacional do meio ambiente, onde se poderia estabelecer as políticas compensatórias para os países que preservam, saindo da discussão para a prática. Seria uma organização a exemplo da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho.

Já o Sr. Marcos Neves diz não existir uma agência específica que trate de água nas Nações Unidas. E que uma das propostas que a Agência Nacional de Águas está estruturando junto com o MMA e o MRE é que as Nações Unidas criem uma agência que seja temática, específica para questões de recursos hídricos.

Que o Congresso Nacional cumpra sua prerrogativa constitucional de controle dos atos do Poder Executivo e zele pelo resgate da ética no debate político

A Sra. Maria Luiza conclamou os Deputados para que exerçam a função de controle dos atos do Poder Executivo. Afirmou que o Parlamento tem essa prerrogativa de dizer que, se estão sendo feridos princípios, se a sociedade não está sendo ouvida no Brasil, no Mato Grosso, nos municípios, deve-se trazer a sociedade para as Casas Legislativas. Que é urgente fazer das Comissões Temáticas da Câmara Federal, do Senado, das Assembleias, das Câmaras Municipais, o local propício para debater as políticas públicas.

“Que menina e que menino brasileiros, hoje, sonham em ser parlamentares, em ser políticos no Brasil? Infelizmente, virou sinônimo de uma coisa feia. É preciso acabar acabar com isso. Cidadania depende de política, depende de política pública. Se nossos rios não estão transparentes como deveriam, o uso da representação política, do dinheiro público, tem de estar transparente. E essa é uma função primordial do Parlamento, o que deixo

aqui como uma missão para levarmos para o Rio+20. Porque nós precisamos resgatar a ética nas discussões do Brasil”, termina sua fala a Sra. Maria Luiza.

ENCONTRO PARA O DEBATE DO TEMA MEIO AMBIENTE URBANO, REALIZADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Destaca-se, inicialmente, alguns trechos da intervenção do Deputado Ricardo Tripoli, relator da Subcomissão Especial, durante o evento de São Paulo.

“..... Muitos dos deputados aqui presentes são grandes parceiros na luta pela defesa do código florestal. Tiveram uma atuação brilhante numa situação difícil, porque todos sabem que perdemos a votação na Câmara Federal por cerca de 400 a 60 votos e, nesses 60 votos, estavam os votos dos parlamentares que aqui estão, o que para nós é um grande orgulho. É uma grande honra recebê-los em nosso Estado de São Paulo, para que isso se espalhe não só pelo Brasil, mas, pelo mundo todo”.

.....

“..... Com certeza todos os países que participaram da Eco 92 serão cobrados para saber que tipo de compromisso foram assumidos lá atrás. Todos os compromissos, seja na questão da contaminação dos nossos rios, na poluição do ar, na desertificação do solo, nas questões urbanas, nas questões de mobilidade, todos aqueles compromissos assumidos em 92.”

“..... Nós já tínhamos feito um apelo ao Itamaraty que insistisse com os representantes das Organizações da Nações Unidas para que nós tivéssemos mais tempo de Conferência”.

“..... Naquele período, vocês se lembram muito bem de 92, nós tivemos dois grandes eventos, um evento das governamentais e um evento das não governamentais e conseguimos, a duras penas, mas foi importantíssimo naquele momento que tivéssemos uma agenda em comum da governamentais

e não governamentais, e ali ficou demonstrado claramente que tanto um grupo quanto o outro tinham interesses comuns e que nós pudemos vivenciar um modelo diferente daquele a que estávamos acostumados, enfim, uma série de informações novas foram dadas naquele período e o mundo todo passou a repensar os seus conteúdos”.

“..... nós vamos agora apresentar as propostas brasileiras para a Rio + 20, mas nós não podemos esquecer de que nós também seremos cobrados por algumas atitudes. Dentre elas eu colocaria aqui o fato do Brasil ser hoje o 4º ou 5º maior poluidor do planeta por conta da mudança do uso da terra, muito por causa das queimadas que vêm ocorrendo nas nossas florestas nos nossos biomas. Amazônia, por exemplo, que é tida como um dos maiores berços de biodiversidade do planeta, está perdendo mil e tantos campos de futebol por mês. Quando são divulgados os índices de desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente, eu tenho questionado a Ministra Isabella Teixeira sobre o fato de a gente falar que está caindo o índice de desmatamento, como se ele estivesse acabando. Ele está apenas diminuindo em comparação ao ano interior, mas ainda é enorme. Uma outra coisa também fundamental é que quando a gente recebe, e eu fiz vários requerimentos de informações ao Ministério do Meio Ambiente, as informações do Ibama, eles normalmente nos mandam a questão da derrubadas das matas, mas não mandam conjuntamente as queimadas. Eles tem um item de queimadas o outro item de supressão de vegetação e, se nós juntarmos os dois é sempre muito maior que no ano anterior. Por isso que vem caindo os índices de desmatamento no Brasil, porque não se inclui, no desmatamento, a questão das queimadas. E, agora, nós temos um terceiro item a acrescentar nestes que é o extermínio biológico das nossas florestas, ou seja, existem aviões sobrevoando áreas de preservação ambiental, onde um produto químico é jogado e a floresta morre num prazo de 6, 7 ou 8 meses o que, na verdade, é também pior do que as queimadas e do que a retirada dessas florestas, porque há contaminação do solo, comprometimento dos lençóis freáticos e comprometimento da vida das pessoas que moram no entorno dessas regiões. Portanto, vamos ter de estar

confrontando isso na Rio + 20, porque seremos sim cobrados sobre essas questões e outras.

Apesar do fato de nós termos hoje uma das melhores legislações ambientais do mundo, por incrível que pareça, pode ser caímos bastante no rank. A Rio+ 20 será um espelho, será uma grande vitrine ambiental do mundo inteiro eu diria até maior do que os grandes eventos de mudanças climáticas, porque a Rio + 20 aborda muito mais temas do que somente a questão das mudanças climáticas e nós vamos ter de estar preparados, não só para cobrar dos chamados países desenvolvidos, mas também para receber cobrança a partir de agora de algumas atitudes que o Brasil teve como a votação do Código Florestal”.

O tema sustentabilidade urbana foi abordado no Encontro sob diferentes primas. Fábio Feldmann ressaltou aspectos globais. Entre outras questões, salientou a responsabilidade do Brasil relativamente ao sucesso da Rio+20 e afirmou que a ONU precisa criar um mecanismo institucional que permita a negociação das questões que envolvem todo planeta. A crise econômica atual poderia ser uma oportunidade para nós, mas deveríamos investir mais em economia verde. Nossa única grande alternativa é a mobilização da sociedade civil e da mídia. A Conferência deve privilegiar os temas que não foram devidamente contemplados em 1992, aí incluída a urbanização.

Cândido Malta Campos Filho salientou que campo e cidade são interdependentes, pois, sem os bens gerados no campo, as cidades não sobreviveriam. O entorno das cidades é mais que um fornecedor desses bens, é um equilibrador climático das grandes transformações ambientais que as aglomerações urbanas produzem. Ressaltou os problemas decorrentes da retenção especulativa de terrenos, tanto no meio urbano, quanto na franja de crescimento das cidades, que leva à expansão desnecessária do território urbano. A compactação das cidades pode reduzir os seus impactos, mas isso depende da capacidade de suporte da infraestrutura urbana. Salientou, também, que, sem uma associação do controle da especulação financeira com a imobiliária, não será possível reverter os processos predatórios urbanos.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho afirmou que,

quando proposto, o conceito de desenvolvimento sustentável era muito ousado, mas a crise climática tirou a ideia do papel e tomou conta da opinião pública. Descreveu as diversas reformas que estão sendo postas em prática na cidade de São Paulo, para atender à Política Municipal de Mudança do Clima, em especial aquelas relativas à construção de usinas nos aterros sanitários, a transformação do biogás em energia elétrica, a circulação de 1.200 ônibus com mais de 20% de biodiesel, a compra de cinquenta ônibus movidos a etanol, a recuperação dos trólebus, os ônibus híbridos (de diesel e eletricidade e de diesel e etanol) e a organização da inspeção veicular.

Paulo Itacarambi descreveu o Programa Cidades Sustentáveis, do Instituto Ethos. Ressaltou que a economia, para que seja verde e incluyente, deve ser também ética. Destacou que as empresas têm um papel importante nesse processo e que a competitividade deve estar a serviço da sustentabilidade. Uma agenda mínima para o desenvolvimento sustentável deve incluir a diminuição da pegada ecológica, a erradicação da miséria, a redução das desigualdades e a implantação de um sistema de integridade e transparência.

Participaram da abertura do evento o Deputado Estadual Celso Giglio, Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e os Deputado federais Ricardo Trípoli e Sarney Filho.

Foram palestrantes do evento:

1. Sr. Fábio Feldmann, Consultor em Meio Ambiente
2. Prof. Cândido Malta Campos Filho, arquiteto e urbanista
3. Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Secretário do Verde da Prefeitura de São Paulo
4. Paulo Itacarambi, diretor do Instituto Ethos

A seguir são apresentadas as principais ideias sobre as quais discorreram os palestrantes, aí incluídas as respostas às perguntas e seus comentários finais.

SR. FÁBIO FELDMANN

As perspectivas da Rio+20

A Rio+20 deve ser vista em duas perspectivas: internacional e nacional. A agenda nacional está ameaçada pelas discussões do Código Florestal, pelo esvaziamento do Conama. Mas, não são dificuldades apenas nacionais, porque o Presidente Obama também enfrenta dificuldades no Congresso americano e a China não assume compromissos.

Na Eco-92, três processos foram negociados: Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Agenda 21. A Rio+20 não tem processo semelhante de negociação. A agenda da Rio+20 é muito abstrata.

Na Conferência de 1972, criou-se o Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente (PNUMA). Em 1992, havia a ideia de criar uma instituição que tivesse prestígio e importância política para tratar dos novos temas. Foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que é uma comissão muito desprestigiada nas Nações Unidas. Ainda não encontramos um mecanismo institucional que permita o diálogo entre as convenções de mudança do clima e de biodiversidade. Com todas as dificuldades da ONU, hoje, não existe nenhuma outra instância multilateral que permita a negociação de questões que envolvem o planeta como um todo, ainda que tenhamos instâncias novas como o G-20.

Existe um déficit de liderança em relação à Rio+20. Quem se lembra da Conferência do Rio sabe que houve uma figura muito importante – Maurice Strong – que organizou a reunião.

A agenda da Rio+20 é muito abstrata. Economia verde pode ser tudo ou pode ser nada. Erradicação da pobreza é um tema importante, entretanto nós temos que ter clareza sobre o que pretendemos com essa reunião.

O papel do Brasil na Rio+20

O resultado poderia ser muito positivo e, nesse sentido, a responsabilidade cai basicamente sobre o Brasil, porque o país que sedia a Conferência tem responsabilidade pelo seu sucesso. Fomos muito bem sucedidos em 1992. Quem acompanha o Protocolo de Kyoto sabe que o Brasil teve um papel importante no que veio a se transformar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Mas, o Brasil teria que ser muito ousado para garantir o

sucesso dessa reunião, quer dizer a diplomacia brasileira, que é muito competente, vê muita dificuldade em ter um papel mais ousado de colocar o Brasil na liderança dessa Conferência. Todos sabem a dificuldade que os Estados Unidos têm no tema de mudança do clima, ainda que eles sejam o segundo país emissor de gases do efeito estufa – a China é o primeiro emissor.

Os Estados Unidos não ratificaram a Convenção da Biodiversidade, alegando interesses da indústria farmacêutica em relação à propriedade intelectual. Isso trouxe muitas dificuldades para a Convenção da Biodiversidade. A China e a Índia continuam defendendo o direito ao desenvolvimento. Portanto, nenhum desses países tem muito interesse em ter um protagonismo maior. Os europeus estão numa situação muito difícil, estão sentindo como se eles fossem os únicos que estão implantando o Protocolo de Kyoto.

Aqui entra também a questão da crise, que poderia ser uma oportunidade para nós. Já que vamos enfrentar a crise, deveríamos investir em economia verde. A única grande alternativa que temos é a mobilização da sociedade civil e da mídia.

O sentido de urgência

Em Copenhague, buscou-se estabelecer a meta política de impedir o aumento de temperatura em mais do que 2°C até o fim do século. Mas, para que nós possamos manter esse patamar, teríamos que estabilizar as emissões até 2020 e até 2050, fazer uma redução de até 80% da emissão dos gases do efeito estufa. De qualquer forma, há quem acredite que nem assim seria possível estabilizar a temperatura do planeta. Ou seja, a ciência demonstra que a situação é muito mais dramática do que se imaginava há algum tempo atrás. A ciência coloca para a humanidade o senso de urgência.

O dramático é que, no calendário internacional, a única reunião importante é a do ano que vem. Em Durban, temos que sinalizar que os países vão assumir compromisso pós 2012. O Brasil foi muito bem em Copenhague, sinalizando politicamente que aceitaria, como país emergente, assumir uma meta. O que pode salvar a reunião é o protagonismo do Brasil. A Presidente Dilma tem uma enorme responsabilidade. É importante que a Presidente Dilma compre a agenda da sustentabilidade. Uma nova arquitetura no campo da governança requer que os temas sejam recolocados, inclusive o do desenvolvimento sustentável. Essa é uma questão suprapartidária, é uma

questão do Brasil, é uma questão do planeta e da humanidade.

Os temas a serem privilegiados

Deve-se privilegiar os temas que não foram contemplados devidamente em 1992, como a urbanização, os alimentos, a agricultura e os nove bilhões de habitantes do planeta. A agricultura tem um grande impacto, mas nós temos que conciliar a produção de alimentos com o uso dos recursos naturais e com o impacto que a agricultura faz para o planeta. Esse tema que não estava colocado em 1992.

Estamos lutando para que a legislação ambiental brasileira não retroceda. Temos que mobilizar a sociedade. Que possamos tornar essa reunião importante. Que a sociedade compreenda a urgência do momento que estamos passando em relação ao planeta, tornar esse um momento histórico.

A mobilização da sociedade civil

A participação da sociedade civil na Rio+20 não está clara. Existem muitas iniciativas correndo no mundo, em relação à água, à economia verde. A dúvida é como que essas iniciativas vão desaguar na reunião do ano que vem.

O problema das democracias de maneira geral – o palestrante ressalta que não está defendendo o regime autoritário – é que os interesses das futuras gerações normalmente não estão representados. Que mecanismos institucionais encontrar para permitir que as futuras gerações estejam representadas? O debate do Código Florestal mostra com clareza os problemas da democracia brasileira. A Rio+20 deve se transformar numa grande praça. Precisamos criar uma cidadania planetária. Não temos outro caminho se não a mobilizar a sociedade civil, pressionar o governo.

PROF. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

Campo e cidades são interdependentes

O que nos preocupa é como as grandes cidades que estamos criando em todo planeta poderão contribuir para o equilíbrio ambiental, ou, ao contrário, promoverão esse desequilíbrio que estamos sofrendo.

Campo e cidades são interdependentes. Dito de outro modo, sem os bens gerados no campo, as cidades não sobreviveriam. Alimentos e fonte de energia são bens materiais óbvios que vêm do entorno das cidades. Mas, o entorno das cidades é mais que um fornecedor desses bens, é um equilibrador climático das grandes transformações ambientais que as aglomerações urbanas produzem. As florestas, os mares e as calotas polares jogam um papel crucial nessa homeostase. O aquecimento planetário vincula-se, de um lado, à manutenção dos sistemas naturais que produzem a fotossíntese absorvedora do dióxido de carbono, que são as vegetações. Daí a importância das florestas, especialmente as tropicais, por sua extraordinária capacidade de realizá-la. E, de outro lado, o aquecimento vincula-se à redução das emissões desse gás, que depende de como o território tem a sua economia organizada.

A expansão desnecessária do território das cidades

O que se tem afirmado é que as cidades mais compactas reduzem as emissões de CO₂. Essa dependência guarda estrita relação com o modo pelo qual funciona o capitalismo predador, que é aquele turbinado pela especulação financeira e imobiliária.

A retenção especulativa de terrenos, seja no meio urbano, seja na franja de crescimento das cidades, expande desnecessariamente o território das cidades. O resultado óbvio é uma ampliação desnecessária dos serviços públicos. Ocorre uma ampliação desnecessária da emissão de CO₂, devido à expansão de serviços de água, esgoto, transmissão de energia elétrica, transporte em geral de pessoas e bens. É um enorme prejuízo social e uma enorme contribuição ao desequilíbrio climático planetário.

Compactação das cidades e capacidade de suporte de seus sistemas de infraestrutura

No entanto, as cidades só podem se compactar na medida da capacidade de suporte de seus sistemas infraestruturais. A ampliação do sistema de circulação baseado em automóveis provoca gigantescos custos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da demolição de extensas redes de serviços implantadas, assim como de cortes drásticos nos tecidos urbanos e sociais associados, o que é considerado o preço da modernização urbana. A sociedade brasileira está cada vez mais

refratária a arcar com esse preço, a menos que seja para substituir um tecido urbano por outro de muito melhor qualidade.

O que está em curso no Brasil é um adensamento predatório, que se faz nas áreas com melhor infraestrutura das cidades brasileiras. O superadensamento ocorre por que as legislações reguladoras são estabelecidas sem que se defina um limite consonante com a capacidade de suporte do sistema de circulação. Daí decorrem os congestionamentos cada vez piores, que acrescentam desnecessariamente CO2 na atmosfera, além da perda de tempo e a produção de estresse com prejuízos à saúde.

A lei de zoneamento, que define os potenciais construtivos, quando existem, se preocupa quando muito em evitar que a altura dos prédios ultrapasse determinado gabarito.

As áreas com melhor infraestrutura geralmente são as mais centrais. Mas, a sua expansão está ocorrendo em bairros que, muitas vezes, foram implantados ao arredio das poucas regras urbanísticas existentes. O problema se agrava com o adensamento de prédios e apartamentos de classe média com seus automóveis. A densidade populacional pode até ser reduzida, mas não os congestionamentos de tráfego, dado o uso intensivo de automóveis.

Nas áreas mais pobres das nossas cidades, a densidade urbana pode ser muito elevada, como ocorre na periferia de São Paulo. Com praticamente 100% do terreno está ocupado e com a introdução progressiva de automóveis nessas vilas, em geral com ruas com menos de dez metros de largura, essas vias deixam de constituir espaços de convívio urbano, para se transformarem em estacionamento de veículos. Só reinventando os bairros de classe média e populares será possível superarmos esse problema ambiental.

O boom imobiliário e a bolha financeira

O preço crescente dos imóveis que o boom imobiliário dos últimos anos produziu só agravou o problema de quem ainda não possui um imóvel, ficou muito mais caro obtê-lo. Essa peculiaridade do mercado imobiliário, dos ciclos de altas e baixas, tem uma explicação. Basta associarmos especulação financeira com a imobiliária, como a explosão da bolha imobiliária norte-americana demonstrou recentemente e, agora, a crise espanhola ainda mais acentua, para concluirmos que, sem uma associação do

controle da especulação financeira com a imobiliária, não conseguiremos reverter tais processos predatórios.

Estamos muito longe de reverter o modo predatório como as cidades brasileiras são produzidas, apropriadas e consumidas. Tomar consciência da extensão do problema é o primeiro passo para superá-lo.

Vejo, nessa crise que estamos vivendo – a explosão de uma bolha imobiliária e financeira na economia mais importante do planeta –, que todo o sistema capitalista está sofrendo. Isso deverá significar uma reversão de políticas públicas em todo o planeta.

Que os empresários tenham consciência da sua responsabilidade social e da importância da interligação de políticas e de mudança de paradigma.

A função socioambiental da propriedade

Não é fácil introduzir na agenda a temática proposta, mas não há outra maneira de encarar essa questão. O Congresso Nacional aprovou, em 1988, uma Constituição que revitalizou um instrumento fundamental para obter essa mudança de paradigma – os planos diretores – e responsabilizou os Municípios na definição da política urbana. Fruto do art. 182 da Constituição de 1988, temos o Estatuto das Cidades, uma lei federal que estabeleceu a política de fazer a propriedade urbana cumprir a função social.

Mas, temos que articular a ideia de função social com a função ambiental – é função socioambiental. Poderíamos aperfeiçoar essa definição, acrescentando a dimensão ambiental ao social, deixando claro que tem que ser ambiental e social ao mesmo tempo.

Temos um conjunto de instrumentos jurídicos à disposição das prefeituras, só que elas quase não aplicam esses instrumentos, como o IPTU progressivo no tempo. Eles ficam na teoria, são colocados no plano diretor, mas depois dependem de uma lei posterior para serem operados. Em São Paulo, foi aprovado o IPTU progressivo no tempo.

O capitalismo produtivo é aquele que gera empregos. É preciso uma regulação pelo Estado, para promover uma mudança futura maior no sistema, desde que seja uma mudança democrática.

A questão climática que estamos enfrentando exige essa visão de longo prazo. Temos que pensar décadas à frente. Temos que associar a visão da mudança climática a grandes transformações da economia do planeta, para alcançarmos resultados ambientais associadamente à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento das pessoas, que hoje são ainda muito pobres e têm o direito a obter um nível socioeconômico melhor. Temos que conseguir isso sem que se ponha em risco o equilíbrio ambiental do planeta.

A qualidade da participação da sociedade

Na cabeça dos cidadãos, há uma grande dificuldade em interrelacionar a demanda pontual e localizada do bairro com as grandes questões. O plano diretor teria a incumbência de fazer essa interrelação. Mas, nas audiências públicas, o que se percebe é a predominância das reivindicações pontuais nos bairros. Em uma audiência pública, com poucos minutos para cada um se expor, fica impossível desenvolver esses raciocínios.

O plano de bairro deve ser um instrumento de diálogo com o cidadão. A arquiteta Ermínia Maricato fala em analfabetismo urbanístico. Temos que desenvolver essa alfabetização. A Rio+20 será mais uma oportunidade para nós desenvolvermos isso.

A mídia tem sido muito pouco colaborativa, por compartimentar e tornar pontual o seu modo de falar. Justifica isso dizendo que o povo não aguenta frases longas, não lê textos muito extensos. Mas, essa ideia de que o povo não lê acaba mantendo o status quo. A mídia tem uma lógica econômica de venda de produto. É muito difícil uma mudança por aí.

O plano de bairro é uma iniciativa que governos democráticos e mesmo as associações de moradores podem tomar. Devemos nos associar ao movimento chamado cidade educadora nascido em Barcelona nos anos 1990, que visa articular a educação à vivência na cidade. O movimento nasceu na Europa para tratar das minorias marginalizadas, para integrá-las. O Município de São Paulo se interligou a esse movimento há alguns anos, mas a ideia não avançou. Propõe a revisão do plano diretor da cidade, por meio da qual esse movimento poderia ser oficialmente consagrado.

A fragmentação no planejamento

A fragmentação na área ambiental é um problema

histórico. Mas, essa visão está mudando. Haverá a passagem de uma visão setorial para outra, integral. A secretaria de meio ambiente é setorial, não pensa o global. Vamos algum dia chegar lá, para fazer com que o meio ambiente seja visto como algo que entre em todas as dimensões. Tudo o que fazemos influi no meio ambiente, e o meio ambiente influi no que fazemos, então não tem como haver essa separação.

O plano diretor de São Paulo é todo compartimentado. Que se criem nele as políticas transversais, inter cruzando, por exemplo, a política de transporte com o problema das enchentes, a habitação popular com a preservação dos mananciais. O planejamento urbano não pode só pensar na cidade bela que desejamos, pois temos que resolver os problemas que ela enfrenta, que a inviabilizam. A cidade de São Paulo está cada vez menos sustentável. Para reverter isso, temos que ter uma política de ações articuladas, que devolva a saúde ambiental da cidade ou a mantenha nos lugares onde ela existe.

O palestrante parabenizou a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de São Paulo, que aprovaram as respectivas leis de mudanças climáticas, que são transversais, porque articulam a produção de dióxido de carbono pelos veículos com o destino final dos resíduos sólidos. Tais leis têm metas e levam ao caminho das políticas transversais.

SR. EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

A ousadia do conceito de desenvolvimento sustentável

Surpreende a ousadia da Organização das Nações Unidas quando, em 1992, propôs o conceito do desenvolvimento sustentável. Exalta esse vanguardismo da ONU, que, nesse conceito, simplesmente propôs a reforma do capitalismo e do socialismo. Na questão ambiental, socialismo e capitalismo são como irmãos siameses. Comportam-se como se o meio ambiente suportasse um saque infinito de recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentável coloca em alturas semelhantes o econômico, o social e o ambiental. Foi quase uma revolução, o que a ONU propôs na Rio-92. Implica mudar completamente a forma de produzir, consumir, viver, morar, de se transportar. É uma mudança muito profunda. Muitos pensaram que isso seria uma utopia própria de quem

não está no dia a dia dos governos, que a ONU é um sonho de federação mundial ainda distante. Porém, houve um fenômeno de conscientização que cada vez mais toma conta da opinião pública mundial. Do risco de se tornar uma utopia no papel, a ideia vai-se tornando uma realidade.

A questão que tirou o desenvolvimento sustentável do papel foi a crise climática, por que ela não é somente ambiental; ela é social, econômica. É a mais grave crise econômica, social e ambiental que a sociedade tem para resolver nesse século. Tomou conta da opinião pública. Antes nós ameaçávamos as outras espécies, agora a nossa maneira de viver está ameaçando a nós mesmos.

A economia verde é o componente ambiental do desenvolvimento sustentável. A erradicação da pobreza é a principal tarefa do componente social, do tripé econômico, social e ambiental. O que vamos discutir no Rio+20 é o que discutimos na Rio-92, mas, agora, com mais dados e evidências científicas, com mais gente convencida de que o aquecimento global é uma ameaça de fato. Houve um grande avanço, que a mídia injustamente não reconhece: a mobilização mundial fantástica e o envolvimento da China e dos Estados Unidos na discussão.

A questão climática vai se resolver com mais governabilidade mundial, mais articulação, mais políticas públicas, econômicas, sociais e ambientais. E também tem que ter protagonismo local, é preciso ver como os cidadãos e as cidades vão entrar nessa governança. Precisamos de mais governança global e de mais governança local.

As emissões de gases de efeito estufa em São Paulo

Uma cidade como São Paulo é como um país de 11 milhões de habitantes, maior que a Suécia, que Cuba e Portugal. É possível agir, mesmo em uma cidade difícil como São Paulo, tanto na mitigação quanto na adaptação.

Queremos discutir adaptação, porque, nos países do entorno do Equador, a emergência climática já chegou muito mais cedo do que para os países do Anexo 1. A primeira coisa importante a fazer é um diagnóstico (o inventário de emissões), que começou no governo anterior e se completou em 2005. O inventário é um elemento didático fantástico, pois mostra como São Paulo produz os gases de efeito estufa, quais setores. 24%

dos gases do efeito estufa de São Paulo provêm da produção e do manejo do lixo; 75% do uso da energia. Nas emissões decorrentes do consumo de energia, entre 90% e 75% devem-se ao setor de transporte.

São Paulo tem aterro sanitário, recolhe quinze mil toneladas de lixo todos os dias. Os aterros sanitários bem controlados são uma verdadeira bomba de produção de gases do efeito estufa, com a liberação de metano. São Paulo licitou a captação desse biogás, a construção de usinas em cada um dos aterros sanitários e a transformação do biogás em energia elétrica. Estamos fornecendo energia elétrica para cerca de 550 mil habitantes, o equivalente a uma cidade como Santo André. Nós vendemos os créditos de carbono, que são divididos: metade é da empresa e metade é da prefeitura. A prefeitura já fez dois leilões e vai fazer um terceiro. Foram arrecadados 77 milhões de reais, que foram colocados no fundo municipal de meio ambiente. O dinheiro é gasto em projetos socioambientais, na urbanização de favelas, na ampliação de parques e em saneamento. Essa ação deve ser responsável pela mitigação de 10 a 12% das emissões.

O Rio de Janeiro acabou de fazer uma licitação. A mesma empresa de São Paulo vai fazer a captação no aterro de Gramacho, que é mais precário. A empresa vai ficar com 70% a 75% dos créditos de carbono e o governo do Rio de Janeiro com 25%.

A captação do metano em aterro sanitário é uma contribuição viável hoje, para o combate ao aquecimento global. É uma decisão da cidade. As cidades pequenas podem se reunir em consórcios. Isso é o mínimo a fazer.

O setor de transportes é muito mais difícil de resolver. As vias são os capilares da sociedade moderna, é por onde as pessoas e as mercadorias se movem, a cidade vive.

A implantação da Lei de Mudança do Clima de São Paulo

A Lei de Mudança do Clima de São Paulo, aprovada em junho de 2009, é a primeira lei climática do Brasil. A lei climática dá tarefas e metas para todos os setores. Para a Secretaria de Transportes, a lei manda cortar 10% ao ano do diesel sujo que é usado nos quinze mil ônibus na cidade. Uma coisa muito importante é aumentar o transporte público em quantidade,

para que se tenha condições de tirar cada vez mais motocicleta e carro da cidade. Mas, a qualidade do transporte também importa, para não gerar poluição e causar aquecimento global. Portanto, além de ampliar o transporte coletivo, é preciso mudar a qualidade, sair da dependência do petróleo.

Em São Paulo, estamos com 1.200 ônibus há quase dois anos rodando na zona leste com 20% de biodiesel com rendimento 100% igual - não tem nenhuma perda de capacidade de rendimento do ônibus. É possível ter uma política agrária competente para fornecer o biodiesel nas cidades nesse valor.

O Brasil tem uma política coordenada pelo governo federal muito boa, para o uso do etanol no automóvel particular, mas nada se faz no transporte coletivo. A cidade de São Paulo buscou a experiência de Estocolmo, que tem 800 ônibus (80% da frota) rodando com etanol do Brasil. Eles desenvolveram um aditivo especial para dar um rendimento semelhante ao diesel. Isso tem um impacto muito positivo no ar da cidade de Estocolmo.

São Paulo fez um convênio com o governo da Suécia, por meio da Universidade de São Paulo, envolvendo o sindicato dos produtores de cana e uma empresa concessionária. Foram comprados cinquenta ônibus movidos a etanol e espera-se chegar a cem ônibus rodando até o começo de 2012. Foi negociada uma política de acompanhamento do preço do etanol com o diesel, com o sindicato dos usineiros, para evitar as oscilações do etanol e não criar problema para a empresa que comprou os ônibus.

Também foi feita a recuperação dos trólebus. São Paulo tem uma frota de 550 trólebus, uma das maiores do mundo. O ônibus elétrico é silencioso e não polui. A Secretaria de Transportes esta reformando os fios. Trólebus novos estão sendo comprados. A fábrica brasileira esta se reativando, fomentando a economia verde.

Mais duas experiências importantes que estão em andamento: os ônibus híbridos (de diesel e eletricidade e de diesel e etanol) e a organizado da inspeção veicular.

A inspeção é o mínimo a ser exigido. Os veículos devem ser regulados para diminuir as emissões. São Paulo começou o programa de inspeção em 2007 e o implantou totalmente em 2010. O ano de 2011 é o segundo em que é feita a convocação completa da frota. A regulamentação dos veículos feita em 2010 foi equivalente à retirada de um milhão de veículos da

cidade.

A cidade compacta

Outra questão importante é a da cidade compacta. Esse é o novo urbanismo. O modelo rodoviarista que perdurou praticamente em todo o século passado impactou menos a Europa do que a América, a Ásia e a África.

Numa cidade de onze milhões de habitantes como São Paulo, é preciso ter vários centros, de maneira que se faça uma verdadeira constelação de cidade compactas. É preciso parar de crescer na periferia, voltar a crescer do ponto de vista do adensamento e de compartilhamento das classes ricas, médias e trabalhadoras mais pobres. A verticalização pode ser orientada para o bom adensamento.

A permeabilidade do solo e os desastres naturais

É necessário aumentar a permeabilidade, ajudar a combater as enchentes, manter a insolação com a distância entre os prédios. A arborização caminha com a permeabilização. O local onde se planta árvores é uma ilha de permeabilidade. A outra questão importante é ampliação das áreas verdes municipais. São Paulo tinha 34 parques em 2005, hoje são 80 parques.

Existe a tragédia das áreas de preservação permanente (APPs) urbanas. É preciso preservar o que ainda existe e recuperar o que for possível. Populações que estão em áreas particularmente de risco têm que sair e ir para um lugar seguro. A discussão do Código Florestal não tem dado destaque às APPs urbanas, embora as cidades sejam o lugar de 80% dos brasileiros.

Finalmente, o prefeito, com a ajuda dos governos estadual e federal, tem que mapear casa por casa das áreas de risco. Cada uma das famílias das áreas de risco tem que ser mapeada. É preciso parar a invasão também.

DR. PAULO ITACARAMBI

A Rede Nossa São Paulo

A Rede Nossa São Paulo está ligada ao Programa Cidades Sustentáveis. O Instituto Ethos tem treze anos e visa mudar as práticas empresariais. Trabalha junto com as empresas, na mudança do

processo de gestão do negócio, para que sejam mais responsáveis diante da sociedade e que implantem políticas de sustentabilidade na gestão. O Instituto tem um conjunto de pessoas e organizações que orienta no trabalho, tem 1.437 empresas associadas, mais um grupo de organizações com quem trabalha conjuntamente. Nos primeiros dez anos, o Instituto trabalhou com foco na gestão do negócio. Nos próximos dez, busca voltar sua atenção para as mudanças na economia.

As empresas e a economia verde

Nessa perspectiva, o Instituto lançou uma plataforma por uma economia que seja, ao mesmo tempo, verde, incluyente e responsável. Uma economia que reduza os impactos ambientais e conserve a biodiversidade; reduza as desigualdades e erradique a miséria. As empresas têm um papel importante nesse processo.

Além disso, não teremos uma economia verde e incluyente se ela não for ética. O Instituto insiste para que o governo brasileiro e a ONU incorporem a dimensão da promoção dos valores da integridade, daquilo que dá coesão à vida em sociedade.

Nessa plataforma, há temas críticos, para o qual o Instituto tem um conjunto de estratégias. O Instituto está com cinco grupos de trabalho com empresas que envolvem cerca de 150 empresas, que produzem propostas de políticas públicas. As empresas que estão nesse grupo de trabalho declaram o compromisso com um padrão mais elevado de atuação. É preciso que o governo traga os demais para o mesmo padrão.

Essas empresas demandam regulamentação. Um grupo de empresas que definiram metas de controle das suas emissões, por exemplo, decidiram influenciar sua cadeia de valor e reivindicar do governo regulamentação. Esse foi um dos principais motivos que levou o governo brasileiro a apresentar metas em Copenhague, em 2009, e a instituir uma política nacional de mudanças climáticas. Estamos trabalhando com o MEB - Movimento Empresarial pela Biodiversidade -, que é a mesma estratégia das empresas que declaram um compromisso mais elevado de conservação e uso econômico sustentável da biodiversidade e que requer que o governo brasileiro traga as demais empresas para esse mesmo padrão. O MEB tem cerca de 165 empresas envolvidas.

Uma agenda de transição da economia

Outra estratégia é desenvolver uma agenda para transição da nossa economia. A Rio+20 une a agenda nacional e a agenda global. Não é possível pensar a economia brasileira sem pensar a agenda global que impacta a economia brasileira e vice versa. A ideia é trabalhar as duas dimensões juntas.

De 1972 para a atualidade, aprofundamos conhecimento, desenvolvemos conceito e governos declararam compromissos. Mas, em termos práticos, o avanço real foi muito pequeno. Os compromissos foram assumidos, mas a vida real foi por outro lado. A economia global andou numa direção exatamente oposta à discussão do desenvolvimento sustentável.

Em 2012, com a economia global em crise, vai ser feito um grande debate sobre a economia sustentável. Estamos dizendo que o desenvolvimento sustentável é a saída para a crise global. Essa é uma dimensão importantíssima: ou as coisas convergem ou vamos dar mais um passo em compromisso e não vamos fazer nada.

Não é mais o caso de discutir conceitos, novos compromissos. Os compromissos assumidos na Eco-92 e na Rio+10 já são suficientes, se implementados, e darão conta de um avanço bastante grande. O que precisamos hoje é internalizar na economia e na política do dia a dia os compromissos já assumidos, tanto em nível nacional quanto global. Entre outras propostas, destacam-se o planejamento e o desenvolvimento de cidades sustentáveis e o estabelecimento de padrões mínimos de operação.

As empresas públicas e as concessionárias devem operar com um determinado padrão mínimo socioambiental e econômico. Isso significa que a atividade dessas empresas respeitará padrões mínimos obrigatórios para as empresas públicas. E que as empresas com operação global voluntariamente também declarem esse compromisso.

A competitividade a serviço da sustentabilidade

Isso é colocar a competitividade a serviço da sustentabilidade, porque hoje funciona o contrário: as empresas que buscam ter maior competitividade terminam reduzindo o padrão operacional e quem paga o custo disso é a sociedade, transferem para a sociedade o custo daquele padrão operacional. Na competição internacional, se há determinados

locais que têm uma exigência maior, desloca-se esse capital para países que têm exigência menor. A tendência é degradar o capital humano, o social, o capital natural, para desenvolver o capital econômico financeiro. Se nós estabelecermos um padrão mínimo global e os governos assumirem esse compromisso, e se as empresas com operação global também assumirem esse compromisso, esse padrão mínimo conduzirá a competitividade para outra direção.

Uma agenda mínima para o desenvolvimento sustentável

Todos os países deveriam assumir uma agenda mínima, ter um plano de desenvolvimento sustentável com pelo menos três itens mínimos na agenda, que são: controlar e reduzir a diminuição de sua pegada ecológica, erradicar a miséria e reduzir as desigualdades e implantar um sistema de integridade e transparência. A ideia é que a ONU coordene e estimule o desenvolvimento desses planos por meio de um fundo internacional que invista somente onde houver planos com essa agenda mínima.

Propomos, ainda, que a ONU reformule o Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Que esse Conselho tenha poder equivalente ao do Conselho de Segurança. A ONU foi criada quando o problema da humanidade era segurança de guerras, mas, hoje o problema da humanidade é a questão do desenvolvimento sustentável, é a questão climática e os outros impactos no funcionamento da natureza. Então, a ideia é que o Conselho de Desenvolvimento Sustentável dê diretrizes para todos os órgãos, para todas as comissões multilaterais. Isso seria uma mudança significativa no funcionamento da ONU e tudo o que se discute poderia vir, de fato, a funcionar.

Plataforma para o planejamento de cidades sustentáveis

Quanto ao desenvolvimento e ao planejamento de cidades sustentáveis, o Instituto Ethos oferece uma plataforma a todas as autoridades já constituídas e às que virão em 2012, às empresas e a todos que queiram ter proatividade e protagonismo na questão. Essa plataforma aborda doze grandes temas e programas de trabalho que já podem ser assumidos. Cada tema tem uma plataforma, um indicador e boas práticas.

Não basta ter boas ideias. É preciso mobilizar as forças de mudança, incluindo candidatos à prefeitura, diretórios municipais dos partidos, câmaras municipais, pessoas, eleitores. Deputados e prefeitos

respondem à demanda, àquilo que as pessoas estão pedindo. Por isso, precisamos pedir outras coisas. Precisamos trabalhar, ao mesmo tempo, os candidatos que estão colocando agendas de mudança e a demanda do eleitor. O trabalho é nas duas vias. Quem quiser ter protagonismo pega todo o material no site.

As cidades que de fato se engajarem nesse processo serão reconhecidas, com a divulgação das práticas que venham a ter. Que elas participem de uma rede e tenham visibilidade por seus programas.

Com isso é possível mobilizar as cidades por vários caminhos: pelos cidadãos, pelas pessoas que hoje já ocupam os cargos públicos ou aqueles que virão a ocupar, e também pelo espírito do orgulho da própria cidade em fazer parte desse processo, em fazer parte de uma rede de aprendizagem.

ENCONTRO PARA O DEBATE DO TEMA ENERGIA, REALIZADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2011

No âmbito dos eventos preparatórios para a Rio+20 promovidos pela Frente Parlamentar Ambientalista (Frente), a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMADS) e seus parceiros, ocorreu em Recife (PE), no dia 16 de dezembro de 2011, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, seminário para debater o tema “energia”.

No Brasil, a participação da energia renovável na matriz energética brasileira é alta, refletindo vantagem comparativa de relevo comparativamente aos outros países. Em 2010, segundo os dados mais recentes do Balanço Energético Nacional, as fontes renováveis responderam por 45,4% do total da energia consumida.

Em nosso país, 87,1% da eletricidade vem de fontes renováveis. O percentual nesse sentido, contudo, já esteve acima dos 90%. No ano de 2010, houve aumento de 48,2% em relação ao ano de 2009 na geração elétrica com fontes não renováveis, com intensificação do uso de gás natural e derivados de petróleo.

No mesmo período, a geração elétrica por fontes

renováveis cresceu apenas 5%. Cabe destacar o crescimento significativo do uso da energia eólica, que apresentou aumento de 50,5% quando comparados os anos-base de 2010 e 2009. A energia eólica vem ganhando competitividade no mercado nos últimos anos.

Em 2010, 86% da energia de fontes renováveis ofertada no país tinha origem hidráulica. Nosso país possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Deve ser considerado que a inundação advinda das grandes hidrelétricas responde por problemas complexos, notadamente os referentes à necessidade de deslocamentos populacionais. Nem sempre as compensações requeridas na fase de licenciamento ambiental dessas obras conseguem enfrentar devidamente os problemas causados por eles seja no meio socioeconômico, seja nos ecossistemas afetados.

Esses dados são base importante para que se compreendam os debates ocorridos no seminário preparatório para a Rio+20 realizado em Recife. Foram analisadas as perspectivas das chamadas “energias alternativas”, bem como os principais problemas do quadro atual da política energética no país.

Participaram da mesa de abertura do evento em tela:

- HÉLIO GURGEL CAVALCANTI – Diretor-Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco (CPRH/PE);
- HÉLVIO POLITO LOPES FILHO – Secretário Executivo de Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco;
- MARIJANE LISBOA – representante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e relatora de direito humano ao meio ambiente da Plataforma DHESCA (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Culturais, Sociais e Ambientais);
- MÁRIO MANTOVANI – Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica;
- JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI – Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; e
- SARNEY FILHO – Deputado Federal e coordenador

da Frente Parlamentar Ambientalista.

Por sua vez, foram escolhidos para apresentar análises críticas sobre o tema “energia” no seminário:

- EVERALDO ALENCAR FEITOSA – Diretor-Presidente do Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE) e Vice-Presidente da Associação Mundial de Energia Eólica (WWEA);
- KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI – professor-adjunto com ênfase em ecologia política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- SÉRGIO LEITÃO – advogado e Diretor de Campanhas do Greenpeace Brasil; e
- BRUNO RIBEIRO DE PAIVA – Diretor-Executivo do Instituto Dom Helder Câmara e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDS).

O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI, da CPRH/PE, destacou a recente aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, que trata da cooperação entre os entes federados em matéria ambiental, bem como a nova lei de licenciamento ambiental do Estado de Pernambuco [datada de 2010, anotação da relatora]. Colocou também em relevo os esforços de atendimento mais eficiente da demanda por licenciamentos no estado, mediante o licenciamento eletrônico inclusive. Explicitou a importância dos debates sobre a Rio+20.

O SR. HÉLVIO POLITO LOPES FILHO, da secretaria estadual de meio ambiente, salientou o envolvimento do Estado de Pernambuco com as questões ambientais:

Acabamos de entregar este ano o primeiro plano estadual para o enfrentamento de mudanças climáticas do País. Somos o primeiro Estado a ter esse instrumento [...].

Temos uma linha de atuação, de enfrentamento à questão da desertificação, tendo o primeiro plano estadual entre os onze Estados da Federação que possuem semi-árido a enfrentar a questão da desertificação e a mitigação dos efeitos da seca; nós temos uma atuação do ponto de vista do planejamento ambiental muito forte, que, somada à militância

ambiental de Pernambuco, confere ao Estado um status de realmente ter o que dizer ao Brasil em relação a essas questões de sustentabilidade.

A SRA. MARIJANE LISBOA, da Plataforma DHESCA, fez comentários sobre a necessidade de se aprofundarem as discussões sobre os temas ligados à Rio+20. Em suas palavras:

[...] esses temas ligados à Rio+20 estão absolutamente nas nossas portas dentro de meses, e a discussão no Brasil e no mundo ainda está absolutamente verde — verde no mau sentido, não no sentido ambientalista da coisa.

Destacou problemas relacionados à área de energia, como os decorrentes das grandes hidrelétricas e da exploração de urânio, concluindo pela necessidade de se reformularem os debates sobre energia de forma geral:

Hoje, particularmente, eu tenho especial interesse em discutir as questões ligadas à energia, até porque, como relatora de direito humano ao meio ambiente, eu fui responsável por realizar duas missões nas duas grandes hidrelétricas — três na verdade, porque Madeira é um complexo. São duas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, e Belo Monte. Os relatórios das duas missões estão, para quem tiver curiosidade de ler, no site da Plataforma DHESCA [...].

[...] a minha última missão foi no sul da Bahia, em Caetité, cidade que sofre com a presença da primeira mineração de urânio no país. Infelizmente há planos para abrir outras delas. E essa cidade tem um problema bastante grave, principalmente a população que vive no entorno da mina, de contaminação, e de ausência de água, porque a mineração consome muita água. [...]

A discussão de energia [...] precisa ser inteiramente modificada. Em vez de discutir como gerar energia e onde gerar energia, devemos discutir para quê gerar energia e quanto de energia queremos gerar. E aí colocar princípios políticos e éticos nessa discussão que estão até agora ausentes. Essa discussão é sempre apresentada como uma discussão técnica, e não como ela é: uma discussão eminentemente política.

O SR. MÁRIO MANTOVANI, da SOS Mata Atlântica, colocou em relevo a atuação da sociedade civil na Frente Parlamentar

Ambientalista e o papel dos esforços nesse sentido na formulação das políticas públicas, mencionando a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os problemas relacionados à elaboração da nova lei florestal. Sobre a Rio+20, afirmou:

Eu quero lembrar que a sociedade civil já vem fazendo um trabalho há muito tempo com relação à Rio+20. Esse debate estava muito atrasado no Governo e mais atrasado ainda no Parlamento. Quando nós levamos isso para a Frente Parlamentar Ambientalista, decidimos fazer essa reunião de forma descentralizada em vários lugares do Brasil, discutindo floresta na Amazônia, discutindo água no Pantanal, discutindo aqui com vocês energia, a questão urbana em São Paulo e vamos discutir a questão da segurança alimentar no Rio Grande do Sul. Tudo isso para que tenhamos informação qualificada para, junto com as Assembleias Legislativas, com o Legislativo Federal e até mesmo com os Vereadores, trazer esse tema que é muito importante para nós.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, salientou a relevância do seminário em termos de coleta de subsídios para a Rio+20, mencionou audiência pública ocorrida sobre usina termelétrica a ser instalada no Distrito de Suape (PE) e fez comentários sobre o intenso envolvimento do Legislativo estadual nos debates relacionados a meio ambiente.

O SR. SARNEY FILHO, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, apresentou uma explanação geral sobre a Rio+20 e os esforços preparatórios a ela relacionados. Nas suas palavras:

Em junho, líderes de todo o mundo estarão no Rio de Janeiro participando da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Dois eixos de discussão foram definidos: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Serão vinte anos desde as primeiras tentativas de entendimento mundial para que se evitasse que chegássemos exatamente onde estamos agora: em situação de risco continuamente aumentado de que mudanças climáticas, erosão de biodiversidade, desertificação, entre outras

mazelas, ameacem a segurança da vida no planeta, resultem em perdas humanas e materiais, causem sofrimento extremo à humanidade. [...]

Não há outra opção. Ou damos sustentabilidade às nossas ações no planeta, ou as futuras gerações não terão como se manter.

[...] é preciso compreender a Rio+20 como um grande processo de discussão envolvendo duas instâncias: os governantes e a sociedade. No momento em que estamos aqui, os governantes dos diversos países estão discutindo os documentos internacionais que poderão ser firmados durante o evento no Rio, analisando os termos, os detalhes do que vai ser acordado, o que pode ser assumido diante dos demais governantes, grande parte deles balizada pela opinião pública de seus países. Até chegar a Rio+20, os diferentes países irão se posicionar internamente, avaliando os efeitos da adoção de metas preconizadas pela ONU. Lá poderão ser verificados tanto o avanço quanto o retrocesso no posicionamento dos Estados e, conseqüentemente, nas ações globais.

O sucesso da conferência vai depender das pressões feitas pelos grupos políticos ou econômicos de cada país e da comunidade internacional. Hoje, os países integrantes da ONU têm metas ambientais, ainda que tímidas, a serem alcançadas. Cabe à sociedade como um todo cobrar o cumprimento das metas ambientais já firmadas e, mais importante, cobrar a pactuação de medidas mais eficazes do que as atualmente existentes, visando assegurar padrões sustentáveis de desenvolvimento.

O nosso objetivo é o de conclamar a sociedade a participar dos eventos que antecedem a Rio+20. Os debates que hoje iniciamos inserem-se nesse esforço. [...]

Recentes pesquisas produzidas pela Market Analysis dão conta de que, num universo de nove capitais, somente 11% das pessoas estão muito ou parcialmente familiarizadas com a Rio+20. Há um distanciamento do evento. Isso não é nada bom. Afinal, os temas tratados são afetos a todos nós.

A Frente Parlamentar Ambientalista, em conjunto com a Subcomissão da Rio+20 instalada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e em parceria com instituições públicas e ONGs, tenta modificar esse quadro de distanciamento e trazer a população para o debate, ao promover uma série de eventos tratando de temas mais relacionados aos brasileiros. É uma contribuição ao debate, mas principalmente mais uma forma

de evitar que a Rio+20 resulte em fracasso.

O primeiro palestrante, SR. EVERALDO ALENCAR FEITOSA, do CBEE, iniciou destacando o pioneirismo do Estado de Pernambuco no que se refere à energia renovável:

Nós tivemos aqui, há mais de 25 anos, a primeira central solar do país. Era uma cooperação com o governo da França. Foi instalada em algumas unidades e não funcionou. Quer dizer, talvez o Estado estivesse muito à frente da realidade.

Tivemos também uma experiência inédita, mais ou menos na mesma época, há 25 anos: a da primeira comunidade, de cinquenta a cem casas, a funcionar unicamente com energia renovável, a chamada Ilha Energética de Gravatá. [...] Essa comunidade concebida há 25 anos ia funcionar com energia solar, com energia eólica; e alguns motores funcionariam a álcool produzido a partir da mandioca. Foi uma experiência que também não deu certo.

[...] há aproximadamente 25 anos decidimos instalar [...] a primeira grande turbina eólica do País, na entrada da cidade de Olinda [...].

Essa turbina funcionou. Acho que foi o primeiro caso concreto de um projeto-piloto e pioneiro que conseguiu contribuir para um grande programa nacional que tivemos, a partir da crise da energia, que foi o PROINFA. O Estado de Pernambuco realmente tem essa história, talvez de fracassos e sucessos, mas uma história muito concreta.

Posteriormente, nós tivemos também a instalação, em Fernando de Noronha, da primeira unidade em ilhas do planeta. Incrível! É a maior unidade no planeta, onde instalamos uma turbina eólica para gerar 10% da energia consumida em Fernando de Noronha.

Na sequência, o palestrante procurou mostrar experiências concretas de aplicação da energia eólica e as perspectivas nesse sentido, com ponderação especial quanto aos aspectos econômicos e de geração de emprego referentes à região Nordeste do país, mencionando também o potencial da energia solar [grifos da relatora]:

[...] A região Nordeste do Brasil é a que apresenta praticamente 80% das possibilidades de aplicação de energia eólica, o que é uma grande vantagem. Posteriormente, para se saber se existe ou não

potencial econômico nessa localização, é preciso colocar torres de medidas no local. [...]

Para o petróleo, é preciso fazer dez furos, estatisticamente, para encontrar um poço realmente viável. Em energia eólica, precisamos instalar dez torres de cem metros de altura com medidores de vento – direção, turbulência, pressão e temperatura – medindo a cada segundo, para determinar se temos ou não potencial econômico-financeiro para investir naquela região.

Um ponto fundamental para a transformação da Região Nordeste na região de maior uso per capita de energia renovável do planeta é este gráfico aqui [...].

Esse gráfico mostra, na curva verde, o comportamento da vazão do rio São Francisco. Os senhores podem ver que há um momento mais alto, e, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, a vazão do rio é menor. Curva verde, vazão do rio. A curva em amarelo é a chamada vazão do vento. Então, no momento em que temos uma vazão baixa do rio São Francisco, que contribui com praticamente mais de 90% da geração de energia na região, temos vazão de vento excelente. Então, essas duas fontes, a fonte hidráulica, que é renovável e limpa, junto com a fonte eólica, que também é renovável e limpa, são altamente complementares e casadas.

O ponto importante que vou mencionar é que fizemos um estudo dentro da Associação Mundial de Energia Eólica para saber onde existiria um casamento tão perfeito da natureza como esse, com representantes dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, países da Europa, Nova Zelândia, e concluímos que não existe nenhum local no planeta com um casamento tão perfeito quanto este.

[...] Na região Nordeste, se complementarmos a hidráulica com vento, não precisamos de mais nenhuma fonte térmica. Não precisamos de gás natural, óleo combustível, diesel, tampouco de fonte nuclear. Estamos nos baseando unicamente no aspecto do comportamento das jazidas, ou, melhor dizendo, dos combustíveis ou da matéria-prima. Isso é muito importante.

[...] Legislação brasileira. Vamos voltar um pouco na história para ver aonde chegamos. Tivemos uma lei aprovada pelo Congresso,

em 26 de abril de 2002, quando houve aquela grande crise de energia. Essa lei é chamada Lei do PROINFA – Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Essa lei foi muito criticada naquele momento, porque dava grande incentivo à contratação de fonte eólica, de biomassa e a pequenas centrais hidráulicas, mas ela foi muito importante para o momento atual.

Depois disso, o que nós temos? Nós temos hoje o governo contratando energia através de leilões. O que significa isso? O governo contrata energia baseado unicamente no preço. Esse é um ponto importante. E vou dizer a vantagem, mais uma vez, do país nesse contexto.

Se vamos ter determinada quantidade de energia contratada por ano pelo governo, todas as fontes vão competir entre si, unicamente com base em preço. O que aconteceu no Brasil, nos dois últimos anos? Quando o governo abre uma licitação para compra de energia – em outras palavras, quando a ELETROBRAS vai comprar energia para, posteriormente, vender às concessionárias estaduais, que por sua vez vendem para os consumidores industriais, comerciais e residenciais –, o importante é o preço. Então, existe uma competição saudável entre todas as fontes eólica, biomassa, gás natural, petróleo, diesel, todas elas. O que aconteceu no Brasil? A fonte mais barata dos últimos dois leilões foi a eólica. Então, aqui quebramos o mito, e acho que isso ainda não é divulgado de forma correta. A energia mais barata hoje no país é a eólica.

Nós temos um crescimento exponencial. Mas, além disso, o que nós temos no Brasil? Nós temos o menor preço de energia eólica do planeta. Senhores e senhoras, estamos aqui num momento histórico e único do país. Vejam os preços comparados de energia eólica ali. Na Espanha, 168 dólares o megawatt-hora. Depois vemos África do Sul, Canadá, Índia. E no Brasil, através dos chamados leilões, 74 dólares o megawatt-hora. Significa que a energia é mais barata, a energia que o consumidor vai pagar também é mais barata, e temos uma possibilidade de utilizar cada vez mais uma energia limpa e renovável.

[...] Com essa visão e essa revolução da energia eólica, entre os anos de 2013 e 2015 [...], o Brasil estará entre os dez maiores produtores de energia eólica.

No ano 2020, estaremos entre os cinco maiores produtores de energia a partir do vento no mundo. Só estaremos atrás de

China, Estados Unidos e Alemanha. Esse é um ponto importante.

E o que acarreta essa revolução de energia limpa, renovável e barata? Acarreta investimentos anuais de dez bilhões de reais concretos. Isso não é brincadeira. Há fábricas em todo o país, mais de dez fábricas internacionais, empresas montadoras. Estamos tratando de empresas montadoras, da mesma forma que a indústria automobilística. Aqui em Suape nós temos três empresas. Essas empresas têm a tecnologia e vão subcontratar os componentes no mercado. O que aconteceu nas décadas de 50 e 60 no Brasil, em São Paulo, na revolução industrial com a introdução do automóvel, está acontecendo agora na região Nordeste com o setor eólico. Dez bilhões em investimentos e empregos. Seis mil empregos em dois anos. Pronto!

Vou falar um pouco sobre emprego. Fala-se muito em refinaria. A refinaria de petróleo em Pernambuco, em Suape, deve gerar, quando pronta, algo como setecentos a oitocentos empregos. [...]

Na semana passada tivemos [...] o anúncio pelo Governador Eduardo Campos de outra empresa concluindo a cadeia produtiva do setor eólico, outra empresa com mais de 1.500 empregos. Só no Porto de Suape nós teremos, até o próximo ano, algo como três mil empregos do setor de energia eólica unicamente, mais do que toda a cadeia com térmica, com petroquímica, com refinaria etc.

[...] A mais moderna fábrica de torres do planeta foi instalada em Suape recentemente e gera seiscentos empregos. Cada torre tem altura total de cem a 150 metros, sem falar em guindastes, componentes elétricos, componentes mecânicos, eletrônicos etc.

O que nós temos, como visão de região – não é visão de futuro, é visão de presente –, é que é importante unicamente manter esse ritmo de investimento, divulgar cada vez mais as perspectivas e essa competitividade do setor.

Nós estamos falando de eólica, mas é evidente que também temos um mercado gigante de energia solar. Da mesma forma que temos uma das melhores jazidas do mundo de energia eólica na região Nordeste, quanto à energia solar, as jazidas, ou melhor, o tempo de insolação que nós temos na região Nordeste só é inferior ao da Arábia Saudita. As regiões do interior de Pernambuco, do Piauí, do Ceará, da Bahia etc. também

são muito ricas em energia solar. Daqui a dez anos, a energia solar já vai estar num nível tão competitivo quanto a eólica.

O segundo palestrante, SR. KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI, da UFMG, indicado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, propôs-se a apresentar, do ponto de vista da ecologia política, uma visão sobre a política energética [grifos da relatora].

Eu vou primeiro lembrar, de forma bem genérica, por que esse modelo de desenvolvimento que está sendo implementado no mundo inteiro se tornou não sustentável.

[...] Só quero lembrar que a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento surgiu com a industrialização. Eu acho isso banal, todo o mundo sabe disso, mas esse é o modelo que mais está na moda, quando olhamos o mundo inteiro, sobretudo os países chamados subdesenvolvidos. Quem quer se desenvolver tem que seguir os modelos da Europa ou dos Estados Unidos. A dúvida é quanto tempo a nossa Terra aguenta essa carga que vem com esse modelo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, vocês acompanharam como a industrialização é urbanização. Nós esquecemos de vez em quando que a vida moderna exige consumo de energia. Estou enfatizando isso porque nós temos muitos apelos dos políticos que falam que nós precisamos diminuir o consumo de energia, precisamos evitar andar de carro. Estão fazendo um apelo ao indivíduo, mas a estrutura espacial que nós temos não permite isso. É muito difícil, porque se mora num lugar, trabalha se em outro, faz-se compras no shopping center. A estrutura espacial já torna a vida sustentável para o indivíduo quase impossível.

Quero chamar a atenção para o fato de que nós não podemos jogar a questão ambiental nas costas dos indivíduos. Nós precisamos de políticas abrangentes, políticas holísticas que tentem pensar a sociedade como um todo, inclusive as relações socioespaciais. Eu só queria lembrar isso. [...]

Esse modelo de desenvolvimento, como é bastante conhecido, provocou uma discussão ambiental que culminou, no ano de 1992, na Eco 92, no Rio, quando foram estabelecidas políticas internacionais bastante ambiciosas para alcançar um modelo de desenvolvimento mais

sustentável.

Temos também os novos órgãos internacionais, como o Intergovernmental Panel on Climate Change – ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas –, que alertou, no ano de 2007, que agora realmente é tempo para agir. Nós precisamos mudar o nosso modelo de desenvolvimento. Foi reforçada essa ideia. Desde então, temos realmente uma intensificação na busca de alternativas energéticas. Grandes empresas entraram no negócio. Nós ouvimos agora as mudanças na legislação, que começaram em 2002, com o PROINFA.

Parece-me que estamos na época em que ideias antes consideradas meio malucas, sobre energias alternativas, estão se concretizando. As usinas eólicas, como ouvimos agora, eram sujeito de piadas há alguns anos. Hoje em dia nós podemos ver realmente uma mudança nessa visão.

Então, será que nós estamos realmente, agora, nessa virada da era fóssil para a era solar ou era eólica? Esse é o questionamento que eu faço.

Quando olhamos a situação atual no Brasil, parece que não é bem assim. Dizem que nós temos projetos, que temos um programa nuclear. O governo quer construir oito usinas nucleares, alegando que isso poderia contribuir para evitar as mudanças climáticas. Nós temos grandes projetos de hidrelétricas, como Belo Monte, que está sendo criticada no mundo inteiro. Belo Monte é um projeto emblemático da retomada do programa dos grandes projetos energéticos, que foi encerrado depois da Rio-92. Não houve mais financiamento para esses projetos, e justamente vinte anos depois surgem os mesmos projetos energéticos que provocaram as maiores discussões na Eco-92.

Nós temos termelétricas – várias estão sendo construídas no Brasil, como um plano emergencial de fornecimento de energia; em relação a gasodutos, a mesma coisa; nós temos a exploração de petróleo a pleno vapor – essa é uma grande contradição em relação à sustentabilidade, às mudanças climáticas; [...].

Então, não há sinais de que o Brasil esteja abrindo mão das soluções energéticas da era fóssil do desenvolvimento. Não identificamos

isso. Mas se vendem velhas soluções energéticas como sustentáveis. Hidrelétricas, por exemplo. É energia limpa, é energia renovável, ou essas hidrelétricas estão acabando com modos de vida mais sustentáveis do que o nosso? Muitos vales são destruídos; o uso múltiplo dos rios está sendo destruído. Aquela energia renovável torna outros usos da terra insustentáveis. As terras férteis à beira do rio são perdidas para sempre. Então, precisamos questionar se essa energia é realmente limpa, justamente num país em que muita gente depende dos rios.

A energia nuclear está sendo apresentada como alternativa hoje em dia. Nós sabemos, depois do acidente de Fukushima, que isso implica grandes riscos. No Brasil, oficialmente se diz: “Aqui não temos terremotos, não temos tsunamis. Então, é uma energia segura.” Contudo, a maior falha, nos acidentes nas usinas nucleares, é do ser humano. Em Fukushima, na verdade, foi a corrupção da empresa que construiu essas usinas que as tornou inseguras. Não podemos evitar isso. Nenhum país consegue evitar falhas humanas. Essa é uma das razões pelas quais a Alemanha desistiu dessa forma de energia. Contudo, com a contradição de estar financiando justamente Angra 3, o que torna a política alemã bastante questionável em relação a isso. Então, há alguma coisa por trás.

A energia nuclear é insegura, e não sabemos onde botar o lixo atômico. A explicação para isso são as pressões de empresas multinacionais, que têm grande interesse em vender esses produtos – e o Brasil está disposto a comprar esses produtos, por muito dinheiro – e os fins militares. A energia nuclear é usada para matar e não para a sustentabilidade.

[...] Quero também destacar que nós não temos uma política para energias alternativas. O PROINFA não promove alternativas energéticas – são energias complementares. A política atual parte do pressuposto de que o crescimento econômico depende do aumento interno da geração de energia. Com esse pensamento, usa-se qualquer tipo de energia. Então, nenhuma fonte não sustentável vai ser substituída pelas chamadas energias limpas.

Agora, precisamos saber para que e para quem é este desenvolvimento. [...]

Grande parte da energia, por volta de 30% a 40%, é utilizada pelas chamadas indústrias eletrointensivas, que consomem energia

sem gerar benefícios para o desenvolvimento do país.

[...] Então, o que podemos ver agora? Esse modelo energético que apenas visa, de forma abstrata, ao desenvolvimento traz subdesenvolvimento, ou seja, expulsa as pessoas das terras, e nós não temos benefícios no mercado de trabalho. E aí precisamos repensar o que podemos fazer melhor.

Foi impressionante o que aconteceu no ano de 2001, quando tivemos apagão e resultados muito interessantes: o consumo doméstico caiu 19%. Muitas ideias criativas surgiram nessa época [...]. Em vez disso, o governo apostou em hidrelétricas, embora a razão da crise tenha sido a falta da água de chuva. Nós podemos verificar que nós temos uma estrutura política extremamente vinculada a um pensamento “jurássico”, que não tem capacidade de enxergar inovações que surgem do próprio povo – uma chance perdida nesse contexto.

E as hidrelétricas estão sendo construídas mesmo em zonas semiáridas, o que não faz sentido nenhum. Lá, é vento e solar – é muito mais apropriado.

Quero falar agora sobre legislação ambiental. A legislação ambiental é uma conquista da época da redemocratização do país. E nós podemos ver que, desde a sua criação, já tínhamos, na maioria dos casos, o descumprimento. Por exemplo: um artigo da legislação ambiental determina que todas as alternativas locais e geológicas têm de ser avaliadas [a referência diz respeito às normas que regulam o estudo de impacto ambiental (EIA), anotação da relatora]. Isso nunca é feito. Na verdade, quando há um projeto energético, temos de avaliar todas as alternativas técnicas, inclusive eólicas e solares e também a possibilidade do uso de biomassa. Isso não está sendo feito nos estudos ambientais. Discute-se apenas uma outra localização das obras, ou a modificação técnica da própria hidrelétrica. Não se discutem as alternativas do local, que podem, de vez em quando, ser muito mais econômicas do que a própria hidrelétrica.

[...] Agora, quando pensamos numa política energética, nós precisamos pensar de forma um pouquinho mais abrangente, mais flexível. Por exemplo: se os trinta bilhões que estão sendo gastos para a Usina de Belo Monte – 80% são pagos pela população, através de impostos – fossem empregados num programa para subsidiar o aproveitamento da energia solar

[...]. Aquecedora solar é uma tecnologia simples que necessita de pouca formação das pessoas, ou seja, muito adequado para a situação social deste país. E conseguimos diminuir o consumo de energia nos horários de pico e facilmente abrir mão de usinas como Belo Monte ou Angra 3. Os cálculos já foram feitos por Célio Bermann e foram várias vezes apresentados. Então, há razão em construir esses megaprojetos, com esses danos sociambientais que eles têm?

Outra proposta é a de facilitar o acesso das redes de transmissão para produtor de energia independente, como compensação justa da energia produzida. Temos um forte controle desses geradores de energia sobre as redes de transmissão. Quando alguém inventa uma coisa ou produz energia solar no próprio telhado, normalmente, quando essa pessoa produz mais do que precisa, ele tem que pagar para colocar isso nas redes de transmissão. Isso tem de ser rompido. Ele tem que ter permissão para vender essa energia através das redes. E quando ele precisasse de energia, com produção independente, ele poderia comprar essa energia da rede pelo mesmo preço. Isso foi uma legislação implementada na Alemanha e, a partir daí, surgiu um enorme estímulo para fornecer energias alternativas. Isso é muito importante para aumentar a criatividade para outras soluções para a sociedade. [...]

Além disso, precisamos de uma outra forma, precisamos pensar na gestão, em vez de geração de energia, através de consultorias em serviços de gestão energética. Ou seja, as empresas não fazem mais dinheiro com a geração de energia, elas vão aos locais, dão dicas de como poupar energia para aumentar a eficiência das fábricas ou das casas particulares e fazem um planejamento de como reduzir energia na sua casa. Essa seria a transformação de geradores de energia em gestores de energia, para promover o uso eficiente da energia e também a suficiência energética, ou seja, pensar no que realmente precisamos.

[...] Também precisamos pensar no transporte nas cidades. Aqui temos os transportes coletivos. Podemos ver que durante a crise econômica, em 2008, tínhamos forte incentivo na indústria automobilística e nas obras de infraestrutura para gerar emprego e aumentar artificialmente a economia. Assim aconteceu no Brasil, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Precisamos repensar esse modelo, mostrar claramente

como ainda estamos vinculados ao modelo fóssil de energia.

O palestrante salientou, também, a importância dos processos participativos de decisão sobre as políticas públicas, em especial nos processos de licenciamento ambiental:

[...] Isso ainda está sendo feito a portas fechadas pelo governo. Precisamos de participação da definição dos objetivos de políticas desenvolvimentistas para a referida região, respeitando os potenciais econômicos, sociais, culturais e ecológicos do local.

Estou me referindo, por exemplo, a uma comunidade atingida por barragens, que sabia muito bem como melhorar a situação de vida sem destruir tudo o que eles têm lá no local. [...]

Nós precisamos da participação local na elaboração dos temas referentes aos estudos ambientais. Isso não está feito, o estudo ambiental está sendo feito sem a participação da população e, assim, surgem muitos erros, porque os técnicos não conhecem a área, a população local conhece melhor.

Precisamos de completa transparência durante a elaboração desse estudo, garantir legalmente o controle social do processo de licenciamento. Esse é um aspecto muito importante, porque, por exemplo, nas audiências públicas, a população tem o direito de falar, mas ninguém registra isso de forma sistematizada. Assim, o que deve ser feito é responder, se houver, a algumas objeções da população local. Isso está na legislação alemã. Só assim ele tem direito de entrar na justiça quando as questões, as objeções não são respondidas. Interessante é que na legislação também está previsto o mesmo procedimento. Isso só não é regulamentado na prática.

[...] O governo está facilitando o processo de licenciamento. No caso de Belo Monte, podemos ver que até direitos humanos não estão sendo respeitados. Os povos indígenas, com direitos constitucionais, não são ouvidos. Dessa forma, temos um retrocesso. As licenças são divididas. Licença para canteiro de obra, uma coisa que não existe juridicamente, foi imposta pelo governo, e o IBAMA executou. Assim, temos um esvaziamento da legislação ambiental atual, de forma extremamente autoritária.

[...] não só os movimentos sociais, não só os povos tradicionais, mas também a comunidade acadêmica está sendo desrespeitada

pelo governo atual. [...]

A conclusão que nós tiramos agora é que a conjuntura atual indica uma crise profunda do sistema ambiental e da democracia. Nós temos um retrocesso. Na verdade, trata-se uma política energética que é melhor ser constituída como “Rio menos vinte”.

O terceiro palestrante, SR. SÉRGIO LEITÃO, do Greenpeace Brasil, iniciou destacando lutas históricas que tiveram lugar no Estado de Pernambuco, lembrando de Frei Caneca, Francisco Julião, Gregório Bezerra e Dom Hélder Câmara. Afirmou que os dois primeiros expositores já haviam explorado bastante bem a questão da “energia verde”.

Lembrou afirmação do primeiro palestrante sobre nosso potencial nesse campo, a fala: “Nós temos muita sorte”, para em seguida apresentar o seguinte questionamento: “Onde está o nosso azar?” A título de resposta, lembrou frase de um personagem de um livro clássico da história mundial, “Júlio César”, de Shakespeare. Em famoso diálogo nesse livro, Marco Antônio diz o seguinte: “A culpa não é dos astros. A culpa é dos homens”.

Para o palestrante, um exemplo bem característico dos problemas associados à questão energética estava na arquitetura do local de realização do seminário. Nas suas palavras:

[...] não haverá energia solar nem eólica no Brasil se não reformularmos os currículos de arquitetura, porque não é possível fazer uma sala como esta – e todo esse ar-condicionado, essas lâmpadas, esse carpete, essas almofadas de couro sintético. Eu estou vendo aquele pessoal lá fora pescando. Vocês não estão tendo a mesma vista bonita que eu estou vendo aqui, bela, por sinal: aquele pessoal pescando nesse sol maravilhoso, e nós aqui aprisionados nessa ilha de calor, gerando toda essa energia, que vai precisar de térmica, de fóssil, de tudo isso que se possa imaginar que é necessário para mover o mundo.

Reforçou a afirmação de que a culpa é dos homens, e fez outra pergunta: “De que homens ou de que mulheres?”. Mencionou nesse ponto encontro do qual havia participado:

Aí eu me lembro de uma entrevista, de uma audiência a que fui, acompanhando um grupo de organizações ao Palácio do Planalto, falar com a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ela era, naquele

momento, coordenadora do grupo de trabalho interministerial que cuidava do combate ao desmatamento. A então Ministra-Ministra-Chefe da Casa Civil, que tinha recém-saído do Ministério de Minas e Energia para ocupar o lugar do então Ministro José Dirceu, que havia sido demitido do cargo, no meio de uma conversa sobre as questões energéticas, onde surgia a questão a Belo Monte, bateu na mesa e disse: “Se não for Belo Monte, então vai ser nuclear”, [...].

O palestrante colocou em dúvida se há, realmente, espaço no país para as energias solar e eólica:

E não se acredita, porque a Presidenta sempre chamou essas energias de butique. [...] Então, essas energias eólicas e solares seriam uma espécie de uma energia chique para poucos e bons, mas que não resolveriam o problema real.

Se a Presidenta do país, a quem compete nos conduzir, do ponto de vista daquilo que a teoria da ciência política chama de a função de quem exerce o mandato número um do país, não acredita, como é que vamos fazer [...] do ponto de vista daquilo que é o investimento público?

Quando estamos falando de apoio como política pública, qual é a tradução disso? Orçamento do país. O que o país investe? Ou se tem tradução no orçamento público, ou se tem verba garantida, ou então se torna apenas um discurso que pode ser muito bom para ela fazer – como ela fez, no dia em que tomou posse, ao dizer que o Brasil vai se tornar uma potência ambiental e verde –, mas que a prática, as ações do dia a dia, traduz exatamente no oposto. E o oposto se traduz em quê? No fato de que, de todo o orçamento que o país vai destinar até o ano de 2020 para a área de energia, 70% são para combustível fóssil, são para viabilizar o Pré-Sal. Do um trilhão de reais que vamos investir em energia até 2020, 670 bilhões de reais são para viabilizar o Pré-Sal. Isso significa 70% do investimento. Então, a tradução concreta da opção estratégica que faz o país é se abraçar com a energia do passado, não é vir aqui para o Nordeste viabilizar outras fontes, não é transformar o Nordeste em fornecedor de energia para todo o país.

Destacou que não apenas o Nordeste pode ser atendido pela energia gerada na região, mas todo o Brasil, em face de o sistema de distribuição ser interligado. O Nordeste poderia funcionar como uma grande jazida de vento e sol para o país:

Nenhuma fonte de energia no Brasil por si só é suficiente. Toda ela se baseia num sistema interligado. O que é bom, muitas vezes, tem aspectos ruins, porque quando alguém cochila em Furnas despenca o país inteiro, mas, ao mesmo tempo, significa todo um sistema de segurança. Então, se isto é verdade, se nós temos um sistema interligado, com essa capacidade de sol e de vento, daria para esta região definitivamente resolver todos os seus problemas, transformando-se na grande potência que vai fornecer energia para o país. E, ao contrário disso, não precisaríamos perder o tempo que perdemos discutindo no Congresso Nacional as regras dos royalties do Pré-Sal. Pelo contrário, talvez tivéssemos São Paulo brigando com Pernambuco pelas regras e recursos dos royalties do “Pré-Sol” ou do “Pré-Vento”.

Reforçou bem sua posição sobre o tema:

Se é verdade que temos essa capacidade, se os empregos são esses que são gerados, e já está dito em diversos estudos feitos, não foi à toa... Tive trabalho de tentar aprender um pouco mais, ou de suprir um pouco mais a minha ignorância, e pude descobrir que o Centro Brasileiro de Energia Eólica da Universidade Federal de Pernambuco, em 1998, publicou o primeiro Atlas Eólico da Região Nordeste. Depois de todos esses estudos, iniciativas e demonstrações práticas, o que se verifica hoje é que, na prática, o atraso comanda o país. Todo um sistema de atraso de decisão comanda o país.

Afirmou que a valorização do Pré-Sal tem até mesmo fundamentos culturais e tendência a fracassar. Segundo ele [grifos da relatora]:

Esse delírio de que vamos ter essa autossuficiência de petróleo tem um encontro na mente brasileira, nos nossos corações e até nos nossos bolsos – ou principalmente nos nossos bolsos – que é muito profundo, muito profundo.

Quando vimos o Presidente Lula, que esqueceu tudo o que disse... Quem se lembra do bordão do Presidente no primeiro mandato? “Nós vamos plantar petróleo”. [...]

No dia em que fomos falar com a Ministra Dilma, era Dia Mundial do Meio Ambiente, e o Presidente precisava tirar uma foto com os ambientalistas. Afinal, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Presidente faz alguma coisa pelo meio ambiente. Então, viva o Dia do Meio Ambiente! Pena

que o Dia do Meio Ambiente não é todo dia. Então fomos falar com a Ministra e acabamos indo ao gabinete do Presidente, onde havia aquele pote de mamona, que, depois, o Senador Requião, achando que eram frutinhas, quase comeu e quase morreu. Vocês se lembram disso? E o Presidente dizia: “Nós vamos plantar petróleo”. De repente, não mais do que de repente, isso foi esquecido. Isso foi varrido para alguma lata de lixo das propostas e planos governamentais, e só se fala no tal do Pré-Sal.

Aí o que fica é o seguinte: tudo bem, eu vim para cá de carro, depois de ter descido de um avião. Não vou ser hipócrita de dizer que não estou usando combustível fóssil. Todos nós o estamos usando. Mas isso não precisa nos tornar reféns desse combustível para todo o sempre, porque todo o mundo sabe também que quem é sério do ponto de vista de país, de pensamento de nação está projetando em algum momento se livrar dessa dependência e buscar alternativas. E está usando os seus recursos, que, agora, em função da crise econômica que varre a Europa e os Estados Unidos, se tornarão ainda mais escassos. E o que esses países estão fazendo? Estão investindo na busca de substitutos. A Alemanha está fazendo isso, os Estados Unidos estão fazendo isso, diversos países europeus estão fazendo isso. E o que o Brasil está fazendo? O Brasil está se candidatando a ser fornecedor barato daquilo que muitos daqui a alguns dias não vão querer mais. Vamos abrir uma churrascaria numa rua onde as pessoas estão diminuindo o consumo de carne porque se tornaram vegetarianas ou porque estão com as coronárias entupidas. Essa churrascaria pode quebrar. [...] Qualquer negócio mal dirigido pode quebrar. E o Pré-Sal pode ser um péssimo negócio para o país.

[...] A pergunta que fica, se forem estudar, é: esse Pré-Sal é para fornecimento interno? Não! Esse Pré-Sal é para exportar, é para atender, por exemplo, a demanda da China. Quem é que está viabilizando parte desse investimento? Os chineses. Eles vieram aqui e compraram antecipadamente – de um país que não tinha capacidade de investimento – ações de uma empresa criada para administrar o Pré-Sal, a tal da PETROSAL, se não me engano o nome, para, em troca disso, ter assegurado o fornecimento de petróleo por mais de quarenta anos ao preço de oito dólares o barril. Eu também queria isso. Se eu tivesse esse dinheiro, eu também investiria, porque ainda é um bom negócio. Agora, é um bom negócio para a China. É um negócio da China, não é um negócio do Brasil.

Os Estados Unidos também querem. O Obama não

esteve aqui este ano? Veio falar do quê, principalmente? De petróleo. Ele vai fazer investimento para explorar petróleo em águas profundas nos Estados Unidos? Talvez não. Ele talvez não esteja disposto a capitalizar, a investir todo o dinheiro dele numa energia que ele sabe que, daqui a pouco, terá que abandonar. E por outras questões, inclusive as tais das mudanças climáticas. E nós vamos nos candidatar a fornecer, de maneira barata, ao custo de todo esse investimento feito pelo país, uma energia que daqui a pouco outros não vão querer mais comprar. E o Brasil tem exemplos trágicos – trágicos! – por ter feito esse tipo de investimento.

Quem não se lembra do fracasso da borracha, no final do século XIX, na Amazônia? É uma história pouco conhecida. O Brasil fez todo um processo e um trabalho que custou muitas vidas para abertura das linhas telegráficas a fim de integrar as nossas fronteiras. Quando Cândido Mariano Rondon, o Marechal Rondon, fincou o último poste e esticou o último fio de telégrafo, inventaram o telégrafo sem fio. [...] Então, o Brasil é um país com essa tradição. Ele gosta de chegar atrasado ao futuro, adora. É aquela pessoa que sempre chega quando o avião já foi e o trem já partiu, e podemos mais uma vez estar repetindo esse erro histórico. E para quê? E para quê?

Então, há uma briga pelos royalties entre o Estado do Rio de Janeiro, que diz que precisa dos royalties, e Recife, Pernambuco ou Ceará, que também querem os royalties do Rio de Janeiro. Mas o Estado do Rio de Janeiro gasta 70% disso para pagamento de pessoal.

Quando você vai olhar o investimento sem essa tecnologia é zero, porque é zero, casa, dízima periódica, zero, vírgula, zero, zero, zero, zero. Então, essa conversa de que vai investir em ciência e tecnologia, de que o Pré-Sal vai significar o preparo do país para o futuro é conversa furada, furada. Tudo isso vai significar rodar, como se roda o dinheiro público em torno da máquina governamental, das despesas de custeio, sem nenhum investimento estratégico.

[...] Essa história não é dos fracassos, mas é a história dos erros, da incompetência e da falta de vontade das políticas públicas no Brasil, que não querem apoiar nenhum tipo de iniciativa que não passe pelo controle da máquina e de tudo aquilo que significou ao longo de toda a história do Brasil, de quem domina o setor elétrico no Brasil, quem projeta, quem

planeja.

Belo Monte é bom antes de tudo para as empreiteiras, antes de tudo, porque ali vai significar a abertura de um volume de terra maior do que aquilo que foi feito no Canal do Panamá. Essa é a história que não se conta, é a história que não se fala. Quantos parques eólicos seriam possíveis fazer com Belo Monte? Quantos? Quanto de investimento em ciência e tecnologia poderia ser feito na cidade de Recife?

Na visão do palestrante, essas questões precisam ser colocadas, porque só elas podem a condição de permanente obstrução à resolução dos problemas do país, porque há gente que ganha e há muitos que perdem. Há poucos que ganham e há muitos que perdem. Essa seria a tradição no Brasil.

Finalizando, o palestrante retomou os comentários sobre o potencial da região Nordeste na área de energia:

Quem tem que pagar royalty para o Nordeste é o Brasil como um todo. É isso que vai tirar essa região do secular atraso em que ela esteve inserida, sem que isso se traduza no Brasil fazer todo um investimento que resultará em energia nuclear, energia térmica ou energia fóssil, com todas as suas matrizes, significando o agravamento, por nós, do problema do aquecimento global.

Recife, Pernambuco, tem o que dar para o Brasil. Pena que o Brasil não queira comprar.

O último palestrante, SR. BRUNO RIBEIRO DE PAIVA, membro do CEDS, optou por falar sobre o papel central do diálogo, da participação e da mobilização da sociedade na solução da questão energética, lembrando que esses elementos não marcaram a história brasileira e a definição de nossa matriz energética. Na sua visão [grifos da relatora]:

[...] O Brasil parece que não está enfrentado o desafio do conhecimento e da tecnologia para não ser gigolô do passado. E essa não é questão apenas do governo, mas da sociedade, [...].

Vamos refletir um pouco. Hoje aqui alguém falou que ficou preocupado com a COP 17 e, há um tempo, ficamos com Copenhague. Acho que elas nos mostraram que os governos sozinhos não darão conta de

fixar metas com seriedade e com poder legal. Ou somos nós que pressionamos por meio da sociedade mobilizada, ou eles não darão conta. A China e a América, os dois principais poluentes, jogaram agora para 2015, projetaram para 2020, e, no meio desse caminho, darão um beijo em todos nós, se não nos mobilizarmos, se a sociedade não propuser, como hoje vocês estão fazendo aqui. [...]

Também quero compartilhar um pouco sobre esses conceitos, sobre o papel da sociedade, o papel da energia. Quero lembrar que nós não estamos mais num mundo onde as soluções locais sejam possíveis. Isso é um belo desafio, uma bela convocação. Não adianta o Brasil apenas fazer sua tarefa, o mundo todo tem que fazer. Isso é muito estimulante, não vamos ser pessimistas, mas vamos acreditar que isso vai ocorrer, vamos lembrar o que houve nesses vinte anos, da Eco 92 até aqui, não com pessimismo, mas com realismo, como o mundo mudou, e não mudou para melhor. Portanto, coloco o desafio de agirmos com mais velocidade agora. Nós temos um mundo muito diferente vinte anos depois.

Temos um mundo com um surpreendente agravamento das mudanças climáticas, temos um mundo diferente de vinte anos atrás, com uma crise sistêmica profunda na economia mundial, e ocorrendo exatamente nas economias desenvolvidas, na América e na zona do euro. Tivemos, nesses vinte anos, avanços importantes, seja na própria Eco 92, seja em Quioto, mas de muito baixa efetividade.

Então, liguem-se no que estou tentando repartir com vocês: enquanto a sociedade não tiver consciência de que ela também... Não vou falar do conceito de culpa, mas também não vou nos isentar da culpa. Na vida, escolhi, e tenho muito orgulho disso, e muitos de vocês fizeram escolhas semelhantes, ser advogado do trabalhador rural, assalariados da cana, na área de energia, advogado de quem ocupa a terra em busca de direito, de cidadania, de CETAP, de Comissão Pastoral da Terra. Eu escolhi, um pouco como profissão e um pouco como ofício, somar-me a um lado da sociedade que busca igualdade e promoção de direitos.

Na questão ambiental, faço parte do lado predador. Isso incomoda muito a mim e acho que à maioria de todos vocês, nossos hábitos dentro das nossas casas, nossos carros. Então, nós temos responsabilidades também, inclusive de ir para cima de governos, mas também de mudar nossos

padrões.

Feito esse registro, também quero dividir um pouco com vocês – às vezes nos esquecemos do óbvio – que a energia é central nessa nova economia, nessa sustentabilidade, como ela foi central na criação do impasse.

Vamos falar do óbvio um pouco. A civilização atual tem seu marco definidor na Revolução Industrial, e foi a energia que catapultou a produção, as fábricas, a fiação, os bens de consumo. A energia elétrica deu vida à humanidade à noite. Depois vieram combustíveis para carro, caminhão, navio. Vieram as mudanças nas metrópoles. Foi a energia que mudou a história da humanidade de uma maneira definitiva. No século XIX, ela iniciou; no século XX, ela colapsou. E nós estamos vivendo esses efeitos.

Gosto muito de lembrar que o maior indicativo de colapso vem de uma profunda aquisição decorrente de tecnologia. Depois de milhões de anos na terra, o homem descobriu, para a nossa tragédia, ou talvez para a nossa salvação, que o planeta podia acabar. Foi a energia, o uso bélico da energia nuclear que deu ao mundo esse poder imenso que nunca teve. Apertando alguns botões, ele não acabava só com a vida, mas com o planeta. E o uso irracional da energia está gerando um efeito grave e fatal, só que um pouco mais lento: a destruição do planeta, da vida. Mas há também a energia nuclear como uma possibilidade instantânea.

[...] Outro dia eu estava lendo um artigo que me chocou mais ainda: a horizontalização do padrão de vida de uma americano e de um europeu. Para os sete bilhões de habitantes do mundo, a forma como a energia é consumida hoje e com a produção industrial de consumo existente exigiria seis biosferas para reciclar os gases emitidos na eventualidade de realizarmos o ideal básico da humanidade de igualdade de vida e de direitos.

Então, se sairmos dessa reflexão, para a matriz brasileira, nós vamos descobrir de positivo que ela é a mais limpa do mundo, apesar dessa tentação de dormir com o inimigo e viver do passado, que é o Pré-Sal. Ela foi um fator bastante relevante para o nosso desenvolvimento. Mas vamos para o negativo, também, para “dar no cravo e na ferradura”.

Ela foi implantada no século passado em padrões autoritários, em períodos autoritários de governo. As usinas hidrelétricas foram

implantadas nos regimes militares. A sociedade não foi ouvida. Com a energia nuclear aconteceu a mesma coisa, de uma maneira tal que nem cientistas foram ouvidos.

Eu acho que a maioria sabe do fato, mas eu queria reparti-lo com os senhores. Construíram a usina em Angra numa das únicas falhas geológicas que eram conhecidas no Brasil. O índio já sabia disso. A praia se chama Itaorna, que, em Tupi, é pedra mole. O índio já sabia que aquele negócio ali não era lá muito estável. [...]

Em relação à expansão do etanol em São Paulo, que males não está gerando. Mas o PROÁLCOOL foi gerado, executado e incentivado também numa matriz autoritária. A sociedade não foi ouvida. Curiosamente, a única exceção da participação da sociedade foi no que diz respeito à matriz mais suja, e aconteceu exatamente na campanha de “O Petróleo é Nosso”. Só que, depois de o petróleo virar nosso, a PETROBRAS passou a ser dos tecnocratas e deixou de ouvir a sociedade. Chegava ao desprate, ao absurdo – muitos de vocês talvez não tenham essa informação – de, quando prospectava poços do Nordeste e descobria água no Semiárido, lacrar esses poços. O entorno da sociedade que ali estava não necessitava de combustível, mas de água. Porém, ela era tão autoritária, tão hermética, que lacrava os poços que tinham água no meio do sertão. E foi, contraditoriamente, a única experiência na matriz energética brasileira que teve uma forte inserção, inter-relação, com o movimento na sociedade brasileira.

[...] O outro aspecto negativo é o fato de que, em relação a essa matriz energética, que é a mais limpa, na sua construção, os impactos sociais e ambientais gerados por ela foram profundos.

Eu e muitos de vocês fomos educados com a noção de que a energia hidrelétrica era desenvolvimento. E isso é verdade.

Quando iniciei essa militância como advogado junto aos movimentos sociais há mais de 25 anos, descobri que não era só desenvolvimento. Havia movimentos como o dos Atingidos por Barragens, o MAB, e milhares de pessoas sofriam violações imensas aos seus direitos pela construção das grandes barragens nesse Estado. E até hoje isso está acontecendo em Belo Monte, Jirau e em Santo Antônio.

O palestrante incluiu em sua fala comentários sobre a

atuação do CDES quanto ao tema energia e às discussões sobre a Rio+20:

[...] Eu faço parte desse conselho. Por força dessas atividades que desenvolvemos... É um conselho criado por Lula, pela Presidência da República, em 2003. Há um correspondente no Estado de Pernambuco. Eu também fui convidado e faço parte. São conselhos interessantes porque eles têm uma diversidade muito grande, são muito heterogêneos. As cinco centrais sindicais estão lá: a CNI, os representantes dos principais dirigentes e empresários de entidades não governamentais e entidades acadêmicas.

Recentemente, houve um grupo de trabalho que tratou de bioenergia. Embora seja órgão de recomendação de políticas públicas da Presidência da República, muitas dessas recomendações são aceitas, outras não, mesmo o órgão instituído para também ouvir a sociedade ali naquele espaço.

Recentemente aconteceu um movimento muito interessante no sentido de formar, estimular, um acordo de desenvolvimento sustentável, preparando a Rio+20. Então, 72 entidades brasileiras em oficinas, com a mediação do conselho, celebraram esse documento. É interessante. Está no site do conselho. Inclusive, ele influenciou a posição brasileira, a posição formal do país para a Rio+20. Ela foi subscrita por 72 entidades. Estão lá a CBIC, a CNI, a CUT, a Força Sindical, o DIEESE e a academia.

Agora, acho que não estamos mais no tempo do documento. É isso o que me preocupa. Nós estamos na hora das atitudes. Eu espero que aquele pacto sejam os homens refletindo sobre as suas responsabilidades, para cobrar de governos e de si mesmos, para ter atitudes. É por isso que acreditei naquele acordo, é por isso que eu estou falando – e desculpem-me – com tanto entusiasmo, acreditando naquilo que somos capazes de fazer, porque, se não o fizermos, não teremos nem futuro.

O palestrante apresentou análise específica sobre o Estado de Pernambuco:

Vamos falar um pouco de Pernambuco. Nós falamos aqui um pouco do pioneirismo de Pernambuco. Eu sou pernambucano e tenho muito orgulho disso, mas também há muitos erros nessa questão. Não se trata só de pioneirismo, não.

A economia da cana tem lá seu lado de vanguarda tecnológica, de desenvolvimento de conhecimento e seu lado social, que foi muito severo. Boa parte dos desajustes em Recife decorrem da migração de trabalhadores que, com a modernização e precarização das relações do trabalho, foram expulsos de sítio para virem morar nas grandes cidades.

A nossa região da Mata é quase uma área sem mata. Então, há muitos problemas de energia em Pernambuco. Pernambuco se envolveu com a CHESF. Eu tenho uma boa sintonia com a agenda de desenvolvimento do governo federal ou o governo estadual atual. Mas há muitas críticas e preocupações também. Por que nós nos orgulhamos? Eu volto a namorar com o passado. Nós nos orgulhamos... Lançamos recentemente, agora em setembro... Suape vai ganhar a maior termelétrica do mundo. Dois bilhões de reais... O governo participa, assina, ufana-se de... Por que me ufano do desenvolvimento de Pernambuco? A maior termelétrica do mundo... Minha gente, a termelétrica é a maneira mais suja de produzir energia, mais suja do que o petróleo. E nós ainda estamos vivendo isso. Eu volto a fazer o link com o passado. A matriz energética pernambucana está sendo desenvolvida sem diálogo com a sociedade. Não houve diálogo para Angra e não houve diálogo para construir hidrelétrica, a sociedade não foi ouvida para o PROÁLCOOL. Continuamos incorrendo no mesmo erro.

[...] Então, minha gente, Pernambuco ainda precisa se sintonizar melhor com tudo isso que nós estamos falando, e o Nordeste também.

Fechou sua apresentação fazendo um chamamento à participação de todos:

Se cada um de nós não tomarmos uma atitude, isso não vai para canto nenhum. Sem exagero nenhum, acho que podemos concluir... Já é óbvio, mas vamos falar do óbvio, já que ele demora tanto a acontecer: nós estamos diante do maior desafio que a humanidade já teve em toda a sua existência. Ou resolvemos esses problemas de sustentabilidade, resolvemos os problemas do aquecimento global ou não teremos futuro. Alguém lembrou aqui, a vida da gente mostra isso no dia a dia.

Pensando em participação social, em Rio+20, lembro-me muito, e com otimismo... Eu vou terminar com uma imagem impactante, que me impactou e vou repartir com vocês. O século passado, quando foi

consolidada a insustentabilidade atual, foi o tempo, a era das ideologias, das disputas no mundo, das utopias que se criavam à esquerda e à direita. E, para a sociedade, os resultados eram muito poucos, eram utópicos. Foi um período que só gerou divergências, só gerou conflitos. Ou o mundo entra agora na era da sustentabilidade... E aí, minha gente, o danado é que a tarefa que deixaram para a gente não é pequena. Utopia do século passado agora é dever de casa. O que não se realizou como sonho, ou realizamos agora como obrigação ou os resultados todos nós sabemos.

Para encerrar, lembro os desafios que estão postos para a participação social para 2015, para 2020, para a Rio+20, para uma mudança também no nosso dia a dia, nos nossos hábitos. No ano passado, andava por um lugar meio distante daqui quando eu vi a capa de uma revista que achei danada de bonita, que me atraiu. Eu pensei que fosse alguma publicação... Era uma revista Newsweek. [...] vi lá: “Cem lugares para lembrar antes de desaparecer”. Isso já me assustou um pouco. Quando eu folheei, meu susto foi maior. Eu estava distante da terra da gente. Dos cem lugares, o primeiro é este cânion aqui, que fica numa ilha do Havaí. A maioria de vocês conhecem. Este cânion está naquele filme do Spielberg, Parque dos Dinossauros. É por onde entra aquele helicóptero, aquele lugar bonito. É este cânion. É o primeiro condenado a desaparecer. O seguinte é esta pobre e ameaçada tartaruga e o Mar do Caribe. O terceiro, gente, de cem. Vocês conhecem esta praia: é Boa Viagem. Levei um susto e tirei esta conclusão, que vou dividir com vocês.

A gente tem de ter clareza de como o desafio e o problema são grandes. Todos nós temos, mas eu não sou dos que se filiam à visão da catástrofe. Eu acredito que o homem que teve o poder de destruir tem também o poder de curar. É só uma questão de atitude. Eu prefiro achar [...] que Recife, que está condenado a desaparecer, não vai desaparecer. Nós estamos é condenados a participar, a ser protagonistas nesta discussão. Nós, que estamos entre os três primeiros de cem a desaparecer, vamos evitar. Mas isso vai nos exigir muita atitude, muita cobrança sobre o governo, mas também muita exorcização das nossas culpas e assunção das nossas responsabilidades.

Nos debates que se seguiram às quatro palestras, a Sra. Julianna Malerba, da organização não-governamental FASE e ex-Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, salientou que tendem a ser apontadas soluções para a crise ambiental muito ancoradas na lógica

econômica. Adotar-se-ia a premissa de que o mercado é capaz de resolver a crise ambiental e não se discutiria a lógica política que distribui os impactos da degradação ambiental. Segundo ela:

[...] os projetos energéticos [...] geram muito impactos socioambientais. Deslocamentos compulsórios, como no caso das barragens das hidrelétricas; perda de biodiversidade; uso intensivo de mão de obra – no caso do etanol e no caso da própria construção das barragens; [...] –; contaminação por petróleo das termelétricas. Então, os impactos dessa degradação socioambiental sobre os grupos decorrentes dos projetos energéticos são algo muito sério. E se pensarmos que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 prevê quase o dobro da oferta de energia para a matriz elétrica brasileira, ou seja, em torno de 100 mil megawatts... Em 2020 deveremos ter, segundo os planos do governo, 170 mil megawatts de energia no sistema integrado nacional. Isso significa que a cada ano o Brasil tem de aportar 3.500 megawatts de energia nova no sistema.

Só para termos um termo comparativo, Itaipu gera 11.500 megawatts/ano. Isso significa que a cada três anos precisamos de uma Itaipu nova no sistema. Isso é insustentável. Qualquer solução do ponto de vista inclusive da diversificação energética não responde à insustentabilidade do que é essa demanda, uma demanda que gera impactos socioambientais completamente desiguais.

Então, ainda que optemos por fontes mais limpas, essa demanda vai continuar gerando conflitos, pela quantidade de energia e pela velocidade dessa quantidade de energia que precisamos aportar no sistema.

[...] 40% da demanda industrial brasileira vem de indústrias eletrointensivas – ferro, cloro-soda, celulose, alumínio –; são indústrias que geram pouco emprego em relação a outras indústrias; são indústrias que produzem produtos com pouquíssimo valor agregado, e são indústrias que têm produção para exportação.

O que não se coloca à sociedade na hora de discutir a matriz energética brasileira é justamente o que impulsiona essa demanda. É naturalizada a demanda e são apresentadas alternativas de energia mais limpas sem discutir com a população brasileira [...].

Por que não discutir com a sociedade brasileira, por exemplo, se com essa energia disponível não podemos investir em produtos que têm maior valor tecnológico para, então, ser exportados? E, mais do que tudo, por que não discutir com os grupos que vão ser afetados pelos projetos energéticos [...]?

O Sr. Fabiano Cotrim, representante das comunidades de Caetité, na Bahia, equiparou sua cidade a uma sucursal do inferno. No local, há uma mina de urânio e a produção de concentrado de urânio. Segundo ele, essas atividades e outras atividades econômicas têm sido implantadas lá sem a atenção devida para os problemas que são gerados. A própria exploração da energia eólica estaria causando efeitos negativos, como a compra de terras a preço vil, a assinatura de contratos draconianos e prejuízos ao modo de vida das comunidades. Para ele, qualquer projeto de energia tem de ser avaliado em relação a seus impactos sociais e ambientais no contexto local.

O Sr. Heitor Scalabrini, membro do Movimento Ecosocialista de Pernambuco e professor universitário, fez comentários sobre “a falácia de que existe energia limpa”. Existiria a “energia suja”, mas não seu necessariamente seu contraponto. Para ele:

Não existe nenhum processo na natureza de conversão que não agrida a natureza. E, aí, as energias renováveis não são essa panaceia que vai resolver todos os nossos problemas da questão energética, como é colocado, porque elas são “energias limpas”, ditas entre aspas.

[...] Em torno de 70% das emissões de gases de efeito estufa vêm do uso de combustíveis fósseis, do gás natural, do petróleo e seus derivados, do carvão mineral. Então, obviamente, dentro desse entendimento que nós temos de que há o aquecimento global, o aumento médio da temperatura da terra, essas fontes de energia têm que ser trocadas.

[...] Quando discutimos energia, ela não pode ser discutida como uma questão simplesmente isolada. A energia é que alavanca um modelo de sociedade, um modelo de civilização. Então, se vamos discutir a questão da energia, nós não podemos discutir qual é a melhor, qual é a pior. Não! Existe uma questão anterior a essa, que é o modelo de sociedade, o modelo de civilização que nós queremos para o planeta Terra. Não podemos fazer uma discussão completamente isolada.

[...] Então, discutir essa questão das energias renováveis nos faz discutir esse modelo de sociedade. Obviamente, nós temos que valorizar as fontes renováveis de energia: o sol, o vento, a biomassa, o uso das águas dos mares. [...] Mas os problemas que podem gerar... E aqui foi questionada a maneira como nós vamos utilizar esses recursos, como nós vamos gerar. Isso nós temos que discutir e muito. Realmente, os fatos aqui apontados sobre o uso da energia renovável, como as torres, os sistemas solares que estão chegando e tudo, esse é um modelo que vem para se adaptar a um modelo de sociedade existente. E isso é incompatível, porque as energias renováveis geram de maneira descentralizada. Nós temos que utilizar essa energia de maneira não centralizada. A quem beneficiam as grandes instalações, as grandes usinas? Nós temos que pensar.

Então, a maneira descentralizada de gerar energia próximo ao local de consumo é também o outro modelo de sociedade, de descentralização nas decisões e tudo mais. Esse é o fundamento. [...].

O Sr. Sebastião Raulino, Doutor em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica da Baía de Guanabara, fez comentários sobre os problemas socioambientais relacionados às grandes refinarias implantadas em sua região:

[...] Enfim, é um conjunto de projetos de desenvolvimento – no discurso colocados como projetos de desenvolvimento –, sem a participação da sociedade na definição do tipo de desenvolvimento que se deseja.

As soluções apontadas [...] envolvem sempre modernização ecológica, equipamentos, diminuição de emissões, mas na prática, muitas vezes, como aconteceu com a ampliação da Reduc recentemente, a unidade não funciona, apesar de estar envolvida com uma condicionante relacionada à diminuição de emissões gasosas e apesar de o INEA, o órgão ambiental do Estado, visitar a refinaria, [...].

O SINDIPETRO lançou nota, em parceria com o Ministério Público Federal, sobre as emissões de monóxido de carbono altíssimas. No ano de 2004 essas emissões chegavam a 90% na região metropolitana, do total das emissões. Hoje a Refinaria Duque de Caxias e o Polo Petroquímico contribuem e muito para uma bacia aérea já saturada desde

os anos 90.

Quero dizer com isso, quando estamos aqui discutindo matriz energética e energia e pensando a Rio+20, que o Rio de Janeiro, dentro do processo histórico do país, tem uma importância. A Baía de Guanabara, que já era rica em golfinhos – e eram tantas as baleias que ficava difícil para muitos navegar, devido à entrada de baleias na região da Baía de Guanabara –, essa região ambientalmente muito rica, com ecossistemas variados, 55 rios, matas, florestas, restingas, foi sendo degradada ao longo do tempo pelo processo de industrialização. No século XX, muito pela indústria do petróleo e petroquímica, e continua a ser degradada e ameaçada hoje.

O único restinho que ainda existe de manguezais, a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, está ameaçado pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e as populações ribeirinhas e os pescadores também. [...]

Quero jogar essa experiência da Reduc, ao longo dos seus 50 anos de funcionamento, e dos projetos previstos para o Rio de Janeiro para o Brasil. Diante de tudo o que se fala do Pré-Sal, das refinarias de Pernambuco e das termelétricas, essa experiência do passado serve para rebater todo o discurso que se faz sobre progresso, criação de empregos, melhoria das condições de vida.

E quero lembrar que há toda uma cadeia produtiva na indústria do petróleo, que envolve os dutos, por exemplo. Por onde os dutos passam? Existe uma série de denúncias de expulsão de populações dos locais por onde os dutos vão passando. E, junto com os dutos, vêm os riscos de acidentes, vazamentos etc. Nas áreas do polo petroquímico há tráfego de caminhões-tanque; há riscos de acidentes, seja por causa de explosões, seja por causa de emissões. [...]

O Sr. Renato Cunha, engenheiro coordenador do Instituto Gambá, da Bahia, e membro da Rede Mata Atlântica e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, destacou que se deve pensar não apenas na mudança nas fontes energéticas, mas também na justiça social e ambiental. Em sua opinião, não existe a possibilidade de produção e viabilização da energia nuclear de forma transparente, de forma participativa. Ela não funcionaria dessa maneira, por embutir uma lógica militar. Para ele, a truculência coloca-se muitas vezes subjacente aos estudos de impacto ambiental de grandes empreendimentos

que implicam transferência de população. Salientou que se deve ter atenção também para os problemas gerados pelos sistemas de energia eólica. Falou, ainda, sobre o processo de desmonte de nossa legislação ambiental.

O Sr. Francisco Whitaker, da Coalizão Brasileira Contra Usinas Nucleares, destacou o problema do consumismo girando a máquina capitalista de produção:

[...] se não houver consumo, a máquina para. Então, exacerba-se o consumo – isso a um nível mundial atualmente –, com toda a máquina de propaganda que existe. E o Brasil fica muito feliz quando a nossa chamada “nova classe C”, a nova classe média que se diz que está surgindo, começa também a entrar no mundo do consumo, feliz da vida naturalmente. Então, esse é um modelo de sociedade determinante e é causal para a questão da energia. Quer dizer, com essa máquina infernal de produção cada vez maior, cada vez mais rápida, de produtos que se deteriorem o mais rapidamente possível etc., etc., vamos precisar evidentemente cada vez mais de energia. Então, há um problema a atacar também nesse esquema.

Sobre a energia nuclear, registrou:

[...] outro dia a BBC fez uma pesquisa no mundo inteiro e detectou uma coisa interessante: que 79% dos brasileiros não querem novas usinas nucleares no Brasil; uma quantidade menor aceitaria Angra. Isso porque nós ainda estamos sob o impacto de Fukushima. Na hora em que esse impacto se esvaecer, com a propaganda que o sistema tem, evidentemente, para tocar a bola para a frente, essa percentagem começará a cair. E de repente nos vemos, digamos, dentro da realidade de que não é a maioria que pensa assim – é uma minoria.

[...], quando nós começamos a nossa coalizão, em São Paulo, a ideia inicial foi a de fazer um plebiscito, foi a de pedir um plebiscito no Brasil sobre a questão nuclear. E nós chegamos à conclusão de que era um risco enorme fazer um plebiscito. [...] Nós já vimos outros casos de plebiscito – o caso do desarmamento é o mais conhecido –, e a máquina que quer que aquilo aconteça, poderosíssima, tem elementos, tem muito dinheiro para convencer a população de que é para manter aquela política. Então, nós até abandonamos a ideia do plebiscito, mas eu acho que teríamos de pensar uma maneira de atingir não digo o “povão”, mas pelo menos grande parte do povo que está distribuído por aí. Levar elementos, levar argumentos, levar dados; ou

então multiplicar reuniões como esta, mas não entre nós, mas tentando chegar à população.

[...] A tarefa agora não é nem reunir mais argumentos, a tarefa agora é espalhar a argumentação, é ganhar mais gente para o nosso lado; não é afirmar nossas posições, mas ganhar mais gente para as nossas posições, de tal forma que isso se transforme numa força social efetiva.

O Sr. Oderson Alves Ferreira, da Associação de Vítimas do Césio 137, de Goiânia, acidente que aconteceu há 24 anos, salientou que o episódio do qual foi uma das vítimas não pode ser esquecido. Em sua opinião, o que aconteceu foi decorrência de desleixo e falta de responsabilidade. Mais de quarenta membros da família dele foram afetados. Houve 1.600 vítimas diretas, segundo levantamento do Ministério Público do Estado de Goiás. Os resíduos gerados no acidente ainda causam temor:

E outras tantas pessoas se envolveram naquele acidente, pessoas que iam à casa do dono do ferro velho, que era o meu irmão, moradores, vizinhos daquele local, pessoas que trabalharam depois na demolição e na remoção dos rejeitos radioativos, na remoção dos prédios e no transporte dos rejeitos para uma cidade vizinha, a vinte quilômetros de Goiânia, chamada Abadia de Goiás, onde existe o depósito definitivo. É o único depósito definitivo no Brasil. E é mais uma tragédia para nós, porque agora, com essa questão de levar o lixo radioativo... O dinheiro do Pré-Sal não querem distribuir conosco, mas o lixo radioativo de Angra dos Reis e de outras partes eles querem levar para Abadia de Goiás. É mais um problema que nós vamos viver.

O depoente colocou em relevo, também, que as vítimas do Césio 137 não têm recebido o apoio governamental devido para enfrentar seus problemas de saúde.

O Sr. Vicente Roque de Araújo Filho, advogado e Vice-Presidente do Instituto Verde, do Estado de Pernambuco, falou sobre a importância do Estado Democrático de Direito:

[...] eu quero lembrar, sobretudo àqueles que falaram em cidadania e em Estado de Direito, que eu não vejo — eu não sei se vocês conhecem —, quase nunca, nas nossas lutas de resistência, comentários sobre o Estado Democrático de Direito. Nós continuamos, parece-me que pelo tempo

que passamos no regime de exceção, na ditadura civil-militar... [...]

No fechamento do evento, o SR. KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI entregou à Frente Parlamentar Ambientalista o Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental, segundo ele justamente uma reivindicação para que o Estado de Direito seja preservado. Nas suas palavras com tom bastante crítico:

Entendemos haver retrocesso em relação à Constituição em vigor. O Estado de Direito não vale mais. O discurso ambiental, infelizmente, virou uma arma. Nós temos problemas sociais sendo escondidos com o discurso ambiental. A energia eólica é um exemplo. Há pessoas sendo atingidas pelas usinas eólicas, mas alguns dizem ser uma alternativa energética, e não se pode ficar contra ela. Assim, deslegitima-se uma crítica que aponta problemas sociais.

[...] O modelo de desenvolvimento de que usufruímos foi implementado de forma autoritária. Se pensarmos bem, indústrias como as usinas nucleares e também as indústrias de base, como as de mineração, sempre surgem de regimes autoritários. As hidrelétricas também. Em quase todos os países é assim.

E quando se tenta democratizar essas obras, isso não funciona. O setor privado não realiza essas obras. Belo Monte não seria construída sem o dinheiro do Estado brasileiro, porque seria economicamente inviável.

Houve tentativas de privatizar a energia nuclear. É impossível. Isso só se sustenta por meio da autoridade do Estado. É inviável, é custoso. A mineração também. Temos então um problema.

Falamos de empresas que estão pressionando o Estado, mas, na verdade, o Estado criou essas empresas. Na maioria dos casos, empresas públicas foram transformadas em empresas semipúblicas e agora privatizadas. E a aliança entre Estado e empresas poderosas, que jamais seriam tão poderosas sem o Estado, é que causa essa insustentabilidade. Essas são as relações de poder que estão mandando no país. [...]

Dessa forma, precisamos ver como podemos

democratizar essas estruturas, como podemos romper com as relações do poder e com essa ideia do público. [...]

Precisamos repensar isso, porque esse bem público, a energia, que permite destruir áreas de preservação permanente e invadir a terra dos quilombolas e dos indígenas, é tratada como mercadoria.

O SR. EVERALDO ALENCAR FEITOSA destacou que o modelo de exploração da energia eólica, que começou na Dinamarca e na Alemanha, é para gerar energia descentralizada. Explicou que cada comunidade da Dinamarca e da Alemanha gerava a sua própria energia e a vendia para concessionária. Segundo o palestrante:

Posteriormente, quando esse modelo saiu da Dinamarca e da Alemanha e foi para o resto do mundo, veio com um papel de presente diferente. Deixou de ter o contexto de comunidade e de geração elétrica individual e passou a ter o contexto de grandes corporações multinacionais. E aí temos empresas boas e empresas ruins.

[...] eu lembrei também que temos dois exemplos, eu diria, atípicos no contexto da eólica. Um deles diz respeito aos problemas que tivemos no Estado do Ceará com a instalação de turbinas eólicas em dunas, com problemas seriíssimos, e em sítios arqueológicos. O outro foi o problema na região de Caetité, aqui mencionado.

Isso não é o comum. Na negociação interna com os proprietários de terra, no âmbito jurídico, por falta de conhecimento, talvez tenha havido uma série de problemas. O que acontece, eu diria, em 90% dos casos, é que a terra é utilizada para agricultura e pecuária; o proprietário tem acesso direto a tudo e tem geralmente uma remuneração, um percentual sobre faturamento. Com isso, gera-se riqueza local. Isso é a praxe.

Se existiu algum problema atípico em Caetité ou em outros lugares, isso deve ser mencionado, deve ser externado, [...]. Agora, eu gostaria de frisar que isso não é praxe no setor. São posições atípicas. Temos que lutar totalmente contra isso com todas as nossas forças, para evitar que empresas totalmente sem compromisso façam isso.

[...] A segunda observação será rápida e diz respeito à energia nuclear, que gosto sempre de mencionar. O mundo não precisa de energia nuclear para geração. Energia nuclear tornou-se apenas um tíquete

para a maioria.

O que vemos quando analisamos a história da energia nuclear? A primeira crise do petróleo foi em 1970, 1973; depois, com a segunda, em 1977, foi formada a IEA – International Energy Agency, Agência Internacional de Energia.

Ora, o que fez a Agência Internacional de Energia? Aproveitou o momento histórico da crise do petróleo, na década de 70, começou a fazer uma grande propaganda da energia nuclear como solução e meteu o pau em tudo o que acontecia. Houve também um forte lobby da indústria da França, do Japão e dos Estados Unidos para vender reatores.

E o que vemos hoje no mundo? Em razão desse tíquete de maioria, os países assinaram ou não o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Com a Guerra Fria, Estados Unidos e Rússia, depois Reino Unido, França, China, Índia e Paquistão tornaram-se potências atômicas. Por outro lado, vemos Israel, que nunca assinou o tratado, mas tem ogivas nucleares. Vemos também que o Irã também assina, não assina o tratado.

Na verdade, todo o pano de fundo da geração nuclear é unicamente bélico. Não adianta tentarmos falar em custo e em outros aspectos, pois isso não vale nada. O fundo é só bélico. Agora, resta saber o seguinte: o Brasil quer um tíquete para ter maioria, para defender qualquer problema futuro ou não?

O SR. SÉRGIO LEITÃO concordou com o palestrante anterior no sentido de a energia nuclear constitui um “tíquete”. Lembrou que Professor Oppenheimer dizia que não existe uma energia nuclear para a paz e outra para a guerra. Ambas seriam faces de uma mesma moeda. Afirmou:

E o que é uma usina nuclear? É uma bomba atômica — só muda o plug. Ela pode fornecer energia, assim como pode virar uma bomba. O que o Brasil quer com essas oito usinas nucleares no Nordeste? Quer ganhar escala, do ponto de vista do enriquecimento, para, mais à frente, tornar possível a modificação do artigo da Constituição que veda ao Brasil o uso militar da energia nuclear. O resto é conversa. A energia é um biombo atrás do qual se esconde esse propósito. Tanto é que, se verificarmos o que aconteceu no Governo Lula, veremos que todas as autoridades disseram, em algum momento, que o Brasil deveria romper a adesão feita no Governo Fernando Henrique ao TNP, o Tratado de Não Proliferação. Disseram e depois desmentiram, e todos sabem que desmentido de autoridade é o descarte da

verdade que não interessa mais.

[...] essa é uma questão que não está fechada no Brasil. Pelo contrário, há a possibilidade política de se recolocar o tema nos seus próprios termos, que é o de o Brasil ter, sim, armas atômicas, até porque se diz que o Brasil não vai frequentar clube de grandes nações se não se sentar com uma cartucheira recheada de arma atômica.

Com relação aos problemas relativos às fontes de energia, explicitou que o Greenpeace é solidário com essas críticas. Destacou, contudo [grifos da relatora]:

Temos de diferenciar quais são as fontes de energia que não queremos e as que queremos, com determinadas condições. A nossa crítica não pode parecer que envolve tudo num mesmo pacote. Se fizermos isso, não conversaremos com as pessoas na rua. Eu sou do interior do Ceará e até hoje me lembro do meu pai falando sobre quando chegou a energia de Paulo Afonso lá. A chegada da energia de Paulo Afonso foi a chegada da luz, que antes não havia – era tudo na base do diesel. Isso é visto, sim, como um sinal de bem-estar, e bem-estar nós queremos. Queremos sob determinadas condições? É lógico que sim, mas também não podemos negar que as pessoas lá fora têm o legítimo interesse de também querer. Vamos discutir como, quando e onde. Isso, precisamos separar, senão fica morto do ponto de vista da conversa e do diálogo com a sociedade lá fora; senão, daqui a pouco vai parecer que estamos condenando até o fogo, a primeira fonte de energia, e que inclusive diferenciou, do ponto de vista de poder, nós que estamos aqui.

[...] Devagar com o andor. Eu comecei minha vida como advogado de trabalhador rural. Saí do Ceará porque estava ameaçado de morte. Naquele tempo as nossas lutas eram pelo Estatuto da Terra, pelo fim da meia, para que os 10% da renda do trabalhador pudessem ser finalmente aceitos. Eu sei que houve um ganho do ponto de vista da democracia. É óbvio que sim. Tivemos e temos eleições. Elas são fraudadas numa série de circunstâncias, é lógico que são. Há predomínio do poder político. Mas não dá para dizer, sem exagerar numa escala que considero preocupante, que a democracia, nesse sentido geral, está ameaçada. Isso pode desnaturar a nossa crítica e, ao invés de ajudar, prejudicar aquilo que realmente queremos dizer.

Outra coisa. Legislação ambiental no Brasil é um paradoxo. O Brasil é o país dos paradoxos. Como já dizia Tom Jobim, numa famosa frase, o Brasil não é para principiantes. Elas foram feitas em diferentes situações políticas, infelizmente na ditadura. Dou três exemplos bem concretos:

1937. Getúlio Vargas, Estado Novo, ditadura, primeiro Código de Flora do Brasil, primeiro Código de Fauna do Brasil. É a legislação que até hoje protege o patrimônio histórico.

1965. Código Florestal. Este que hoje estamos defendendo foi feito na ditadura. Quem era o Presidente? Castello Branco, eleito indiretamente pelo Congresso. Aliás, há uma circunstância histórica rara. Quem fez a Exposição de Motivos, ainda como Ministro da Agricultura, do antigo PTB, no Governo do João Goulart, foi o Sr. Armando Monteiro Filho, vivo, com 85 anos, pai do Senador Armando Monteiro Neto. Eu queria até que o filho tivesse lido a Exposição de Motivos feita naquele momento, porque ela já indicava o que aconteceria se o Brasil não respeitasse suas florestas. É o que se vê hoje: a Zona da Mata que não é mais Zona da Mata.

1981. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Quem era o Presidente em agosto de 1981? João Baptista de Oliveira Figueiredo. Tínhamos eleição direta? Não. Se vocês lerem essa legislação, que está em vigor até hoje, verão que foi ela que inspirou o Capítulo Do Meio Ambiente da Constituição. O art. 225 é uma reprodução. Essa legislação de 1981 inspirou o art. 225 da Constituição. Estudo de impacto ambiental já está lá. E a mudança do Código Florestal é inspirada num artigo dessa lei de 1981, aquele que diz que o governo pode cortar os subsídios e o crédito para particulares que não respeitam a legislação ambiental. Quando o Governo Lula tornou isso possível, por uma ação da Ministra Marina Silva em conjunto com a então Ministra Dilma Rousseff – eu a critiquei aqui, mas ressalvo a sua participação –, quando isso se materializou na boca do caixa e o gerente do banco passou a ser o aplicador real da legislação ambiental, tirando a lei da prateleira do IBAMA, onde só servia para pegar poeira, aí o bicho pegou. Enquanto a lei estava sob o poder do IBAMA, que não tinha estrutura para dar a ela eficácia, de pouco servia. Até faziam aquelas ações de outdoor, para aparecer na imprensa, mas no dia seguinte não valiam mais nada. Quando o gerente do banco passou a ser um instrumento eficaz de aplicação, aí o bicho pegou. E a lei vai ser mudada. Ela está sendo mudada para isso. Embora a lei tivesse sido feita na ditadura para servir de outdoor, quando a democracia procurou aplicá-la, foi

que se viu a real dimensão da nossa capacidade.

Um pedido, por favor. Sou partícipe de todas essas críticas, mas não vamos dizer com tanta ênfase que a democracia do país está tão ameaçada assim. Ela tem vários problemas? Concordo plena e integralmente, subscrevo a crítica. Mas daí a esse passo, parece-me que, digamos assim, cometemos aquele velho erro de dizer que a diferença entre o veneno e o remédio está na dose.

O SR. BRUNO RIBEIRO DE PAIVA salientou que a democracia brasileira só estará ameaçada se nós nos omitirmos. Para eles, está muito claro que a sociedade não está disposta a isso. Afirmou:

[...] quando eu faço este raciocínio não estou aliviando a responsabilidade do governo, não. Não consideramos que essa questão é só um problema de governos, em nível global e em nível nacional. Mas eles têm uma responsabilidade maior no cumprimento dos desígnios da sociedade por uma energia mais limpa, por um planeta mais saudável, por uma economia verde, por um desenvolvimento sustentável. Os governos são centrais, sim, mas esse resultado depende de cada um de nós, de fazermos, de cobrarmos; depende de atitudes, e vocês são o sinal vivo de que ninguém está disposto a se omitir.

Sempre me preocupou muito o conceito, que eu acho adequado, de responsabilidade coletiva compartilhada. Há uma tendência que precisamos evitar, que é o de achar que, porque a Europa construiu seu desenvolvimento em cima da poluição, ela tem uma responsabilidade maior. É verdade que tem, mas a nossa também é imensa. Não dá para ficarmos, países e pessoas, culpando uns mais do que os outros. As responsabilidades são proporcionalmente maiores, mas elas são comuns, elas são compartilhadas.

Sou otimista, acho que essa clareza de consciência vai fazer a humanidade salvar a vida, salvar o planeta. Sabe-se, talvez pela primeira vez na história, que só vamos ter uma solução com uma nova economia, mas com uma nova atitude humana também; e que ela tem de ser mais ampla, não pode ser esperada só do outro, só do terceiro. Ela é minha também, ela é nossa.

Após a fala dos palestrantes e o agradecimento a todos

os participantes, a coordenação do seminário encerrou o evento.

ENCONTRO PARA O DEBATE DO TEMA SEGURANÇA ALIMENTAR, REALIZADO NO SALÃO NOBRE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 26 DE JANEIRO DE 2012

Segurança alimentar está relacionada ao acesso a alimentos por todos os povos, em qualidade e quantidade adequados. O tema voltou a tomar relevância na agenda mundial com as crises recentes geradas pela elevação dos preços dos alimentos.

Vários foram os aspectos econômicos, sociais e ambientais destacados pelos palestrantes, entre eles o de que a fome é distribuída de forma desigual e não é resultado da escassez de alimentos. A produção de alimentos segue a lógica do mercado e é, antes de tudo, uma grande oportunidade de negócios.

Essas questões precisam ser reforçadas no debate sobre segurança alimentar, bem como os problemas ambientais diretamente vinculados à agricultura, como a degradação dos solos e da água e o desmatamento. É preciso discutir o modelo de produção agropecuária e sua capacidade de incorporar os princípios de sustentabilidade ecológica e social.

Destacou-se que a natureza proporciona os serviços que mantêm a atividade agrícola, entre os quais a fertilidade dos solos, a disponibilidade e a qualidade da água, a regulação do clima, o controle de pragas pelos insetos etc. Mudanças urgentes precisam ser feitas, para garantir esses serviços, pois não se pode esperar que ocorra uma grande catástrofe global para que as providências necessárias sejam tomadas. Essa é uma responsabilidade que temos para com as próximas gerações. Nossa legislação tem que ser aperfeiçoada no sentido de combater o desmatamento, conservar os serviços ambientais e incentivar novas tecnologias. Temos que produzir conservando a natureza.

Além disso, ressaltou-se que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçado, enquanto a África padece com a fome. Portanto, devemos rever não apenas os padrões de produção, mas também os de consumo, abolindo-se o desperdício.

O desenvolvimento é um valor supremo e deve ser duradouro e sustentável. A sustentabilidade é um princípio social, ambiental, econômico, ético, jurídico e político e baseia-se no reconhecimento dos direitos das futuras gerações. Trata-se de um novo paradigma, incorporado pela Constituição Federal de 1988.

Participaram da mesa de abertura do evento:

SENADORA ANA AMÉLIA

DEPUTADO FEDERAL GIOVANI CHERINI: então Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS)

DEPUTADO SARNEY FILHO: atual Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista

DEPUTADA FEDERAL ROSANE FERREIRA

DEPUTADO ESTADUAL ADÃO VILLAVÉRDE: Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

DEPUTADA ESTADUAL MARISA FORMOLO: Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

SR. MÁRIO MANTOVANI: Representante da SOS Mata Atlântica

Foram palestrantes do evento:

DEPUTADO SARNEY FILHO: Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista

DR. RUBENS HARRY BORN: Coordenador Executivo Adjunto do Vitae Civilis - Cidadania e Sustentabilidade

DR. VICENTE ANDREU GUILLO: Presidente da Agência

Nacional de Águas

DR. JUAREZ FREITAS: Professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público

DR. SÉRGIO SAUER: Professor da Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília (UnB/FUP) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER/FUP) e Relator do Direito Humano a Terra, Território e Alimentação - Plataforma DhESCA Brasil

CONSELHEIRO CLEMENTE GANZ LÚCIO: Coordenador do Acordo Social Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

A seguir, apresenta-se o conteúdo das palestras e alguns comentários proferidos entre as elas:

SR. PAULO LUSTOSA

A Rio+20 tem o grande desafio de responder, ou tentar responder, à questão sobre a capacidade efetiva de relacionarmos política ambiental com segurança alimentar, ou seja, onde a política ambiental vai se encontrar com a política de segurança alimentar. Não há como falar de segurança alimentar no Nordeste brasileiro, por exemplo, se não falarmos de segurança hídrica, porque não haverá comida no Nordeste se não houver água disponível para produzi-la. Também não podemos circunscrever a interação entre meio ambiente e segurança alimentar à visão prevalente, que relaciona segurança alimentar com pobreza e acesso a alimentos, sem discutir a produção do agronegócio, de alta escala, de alta produtividade. Essa produção também pode e deve produzir alimentos e responder aos desafios globais de segurança alimentar de forma sustentável.

SR. SARNEY FILHO

Colocou os resultados de recente pesquisa, segundo a qual, apenas 8% da população brasileira sabe o que é a Rio+20, essa que é,

talvez, a reunião mais importante do século, porque vai decidir o destino da humanidade.

Os eventos climáticos deixaram de ser uma tese, uma teoria e passaram a ser uma realidade. As chuvas, em determinadas regiões, ocorrem em períodos cada vez mais curtos e são cada vez mais intensas. Essas mudanças não são eventuais, mas vieram para ficar. Temos que caminhar em duas vertentes: a da adaptação e a da mitigação.

Na adaptação, é preciso que se associem novas técnicas de produção com a tecnologia de previsão de clima. Isso tem que ser feito não apenas na agricultura, mas também na segurança habitacional. Ainda não sistematizamos, em nosso país, nenhuma atitude ou providência que faça com que essa adaptação seja uma realidade. A sociedade só reage quando há uma grande catástrofe, o que não ocorre somente no Brasil, mas no mundo todo.

Vamos esperar que ocorra uma catástrofe global para começarmos a tomar as providências necessárias para garantir a sobrevivência da espécie humana e do Planeta? Acredita que não devemos esperar, porque as futuras gerações irão cobrar de nós essa responsabilidade. Estamos numa encruzilhada, envolvidos em uma das grandes decisões da nossa civilização.

A crise civilizatória é uma crise socioambiental, não é só social, nem só econômica ou só ambiental. É uma crise socioambiental, cuja resolução depende de providências globais, ou não chegaremos a lugar nenhum.

O Brasil vai sediar a Rio+20 e estamos discutindo o Código Florestal. De fato, há muito pouco o que discutir, porque o projeto que saiu da Câmara dos Deputados é muito ruim e tornou-se um pouco melhor no Senado Federal. Com esse panorama, na Rio+20, o Brasil sinaliza o contrário do que deveria, de que quer os nossos biomas prestando serviços ambientais, de que não precisa mais desmatar para aumentar a produção nacional.

Cita, como exemplo, que 1,1 cabeças de gado consome um hectare. Se nós conseguíssemos aumentar a produtividade, como os países desenvolvidos e outros – e há tecnologia nacional para reduzir à metade esse valor, isto é, produzir uma cabeça de gado em cada meio hectare –, liberaríamos 70 milhões de hectares, mais do que é destinado hoje à plantação de grãos. Isso também é segurança alimentar.

Segurança alimentar significa que sejamos capazes de manter a natureza em harmonia prestando os serviços necessários à agricultura. A agricultura não vive sem água, sem o período de chuva, sem terra agricultável. E o que proporciona isso naturalmente, sem custos, é a própria natureza, que combate os insetos, as pragas.

A Amazônia, comprovadamente, interfere no regime de chuvas de todo o Brasil e em algumas partes do mundo. Embora relativamente protegida, ela está sofrendo os efeitos das mudanças climáticas, entre os quais a seca e a redução da vazão dos rios.

Em Mendoza, região da Argentina grande produtora de vinho, as uvas são irrigadas com as águas oriundas das Cordilheiras. Agora, a neve e o degelo estão diminuindo. O que vai ser feito daquela região, se não houver providências? Providências que agora já são de adaptação.

O Brasil tem um grande diferencial, pois é um país megadiverso. Está tudo pronto, mas se nós sinalizarmos que o desenvolvimento depende do avanço das fronteiras de produção sobre os nossos biomas, sobre as nossas riquezas ambientais, vamos prejudicar a nós mesmos. Se a revisão do Código Florestal passar como está, a recuperação, a regeneração da Mata Atlântica vai ficar impossível.

Acredita que devemos aperfeiçoar a nossa legislação, não no sentido de sinalizar mais desmatamento ou afrouxamento das normas, mas no sentido de dar firmeza aos serviços ambientais e incentivarmos as novas tecnologias.

O mundo vai precisar de novas tecnologias. Não temos como enfrentar o que já está ocorrendo, a não ser por meio da ciência, da tecnologia, da criatividade. Manifesta-se otimista nesse aspecto, mas afirma que não se pode desperdiçar os poucos recursos naturais que ainda existem. A Amazônia é um berçário de recursos e deve ser conservada.

Hoje, estamos vendo o aumento de doenças. O câncer, segundo especialistas, será, daqui a quatro anos, a doença que mais vai atingir a humanidade. Um tratamento de câncer é caríssimo. Como é que vamos disponibilizar esse tratamento, se a destruição dos recursos genéticos continuar nesse ritmo? Não nos cabe desperdiçar os recursos ambientais. A

biodiversidade pode estar sendo destruída agora por um motosserra, ou seja, uma possibilidade de cura do câncer, da AIDS pode estar sendo destruída agora no trator, na corrente. É da natureza, da biodiversidade que o homem tira os remédios, os cosméticos, aponta soluções.

Precisamos ter a coragem de cobrar os serviços ambientais que a Amazônia presta à humanidade, ter uma política consistente de criação de um fundo. A Rio+20 pode seguramente discutir um fundo global. Será que poderemos ter para a Amazônia uma política diferente, uma noção diferente? Ou continuaremos a encarar a Amazônia apenas como uma fronteira agrícola a ser mais cedo ou mais tarde vencida, para que se coloque, primeiro o gado, depois uma monocultura, processo após o qual a terra fica degradada? Temos mais de 165 mil quilômetros de terra degradada na Amazônia.

Essas questões estão interligadas e merecem um estudo melhor. O Parlamento brasileiro, embora tenha cometido equívocos, é o único caminho para a discussão democrática e é por meio dele que vamos encontrar uma solução. Não podemos destruir o nosso futuro.

O meio ambiente não se contrapõe à agricultura, ao contrário, são parceiros e devem fortalecer esses laços. O que tem que ser defendido não é o ganho individual ou de determinados grupos financeiros, mas o da sociedade. Os direitos difusos devem se sobrepor aos direitos individuais e é dentro dessa perspectiva que espera que possamos trazer luz à escuridão que se aproxima nesses meses de votação dos Código Florestal.

SR. RUBENS BORN

Acredita que a busca do diálogo para a superação dos conflitos se faz pela educação. Quando falamos em mudanças do padrão de consumo, não nos referimos somente às tecnologias de produção e às escolhas individuais. A mudança de consumo não pode se restringir ao campo das liberdades individuais. O sistema tem que ter mudanças sistêmicas, tanto na produção quanto no consumo. Isso significa pensar a oferta e a demanda em outra perspectiva.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para

a Agricultura e Alimentação (FAO), um terço da produção de alimentos é desperdiçado. Nos Estados Unidos, esse valor chega a 40%, se pegarmos só a fatia dos consumidores mais ricos. Ou seja, os países ricos e as camadas mais ricas da população perdem 222 milhões de frutas e hortaliças, quantidade equivalente à produção de alimentos na África, o continente que mais sofre com a fome.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se os 400 indivíduos mais ricos do mundo, pessoas físicas, doassem 1% do seu patrimônio, resolveríamos o problema da educação no planeta.

Ao longo dos últimos 200 anos, acreditou-se que o capitalismo poderia fortalecer a democracia, mas, no momento de crise, ele ameaça direitos que foram conquistados no ambiente democrático.

É preciso resgatar a Agenda 21, integrar meio ambiente e desenvolvimento nas decisões sobre Economia.

SR. VICENTE ANDREU GUILLO

Estamos desenvolvendo, na Agência Nacional de Águas (ANA), o Pacto Nacional pela Gestão de Água. Entendemos que, se não trabalharmos na eficiência da gestão para isso e se não capacitarmos os órgãos gestores estaduais, vamos ter uma gestão sempre desigual, heterogênea. Uma vez que a Constituição pressupõe dominialidade federal e estadual dos recursos hídricos, teremos dificuldade de integrar políticas públicas de recursos hídricos de abrangência nacional.

No âmbito do Pacto, busca-se comprometer os governos estaduais, no sentido de capacitarem seus órgãos gestores de água. Muitas vezes, os órgãos gestores são apenas homologatórios do processo de outorga, embutindo-se aí um risco muito grande, pois as outorgas podem não ser efetivamente um instrumento futuro de gestão da água, tornando-se quase um cheque em branco de acesso à água. Queremos ver o comprometimento dos Governos de Estado, o que está dentro da proposta do Pacto.

A Política Nacional, por ser descentralizada e participativa, tem como órgãos prioritários os Comitês de Bacia Hidrográfica,

por planejamento da bacia hidrográfica brasileira. Esse é um grande avanço da legislação brasileira. Porém, o que se tem assistido é uma grande ausência do Poder Público na presença dos comitês de bacia hidrográfica. Com isso, as decisões tomadas no comitê de bacia hidrográfica têm pouca repercussão efetiva. Isso acaba gerando desmotivação e descrédito. Os diversos usuários acabam não participando dos comitês de bacias.

Portanto, é uma questão chave levar o Poder Executivo, principalmente os Estados, para dentro da Política de Recursos Hídricos e dos comitês. Caso contrário, haverá uma fragilidade imensa. Não há nenhum ministro de estado, governador, secretário que participe dos comitês de bacias hidrográficas brasileiras. No modelo brasileiro, a sociedade decide, mas o nível de implantação das decisões é baixíssimo.

Outra questão interessante da proposta de Pacto, que está prevista na Lei das Águas, refere-se aos chamados pontos de entrega, ou seja, aqueles pontos onde um rio federal passa de um estado para outro, ou os pontos em que os rios fazem divisa entre os estados brasileiros. Hoje, a gestão de água dos nossos estados de montante para jusante é uma relação bastante frágil. No Pacto, vamos trabalhar a implementação, no âmbito brasileiro, dos pontos de controle. Definimos 54 pontos de controle, por acordo ou por arbitragem da ANA.

Em relação ao Código Florestal, defendemos as APPs hídricas, na condição de atores do sistema. Mantivemos a margem mínima de trinta metros para rios de até dez metros e toda progressividade para os rios maiores. Esses princípios foram mantidos. Para a recomposição, há interpretações distintas, em função da largura do rio. O texto aprovado no Senado Federal representa um avanço bastante significativo.

Por que o Código Florestal tornou-se um tema tão candente no Brasil? O que mudou? O que mudou é que ele passou a ser executado. Essa pressão pela execução do Código ensejou a necessidade de uma adaptação da Lei em determinados pontos. Em certa medida, o Código Florestal colocava na irregularidade a grande maioria dos produtores rurais, sejam pequenos, médios ou grandes. Ao priorizar o módulo de até quatro módulos, isto é, a agricultura familiar, a proposta aprovada no Senado Federal possibilita um diálogo, a possibilidade de regularização de quatro milhões e oitocentas mil propriedades rurais estimadas no Brasil. Isso é um avanço significativo, porque possibilita a regularização da base da produção de

alimentos no Brasil, que é a propriedade de agricultura familiar.

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural, cinco milhões e seiscentas mil propriedades devem ser cadastradas até 2014. Isso significa o cadastramento de dez mil propriedades rurais por dia útil até 2014.

Quanto à Rio+20, afirma que o documento Zero Draft é bastante tímido em relação à água. É um documento de baixíssimo ou nenhum nível de ousadia, que reafirma a água como um direito humano, o que já foi feito na Assembleia Nacional da ONU; trata das águas residuais; e menciona os planos integrados de gestão de recursos hídricos. Os nossos planos de bacia são tão primorosos do ponto de vista do planejamento, mas são de baixíssimo nível de efetividade.

O documento da Rio+20 é do mundo, não é um documento do Brasil. Do ponto de vista da diplomacia internacional, esse documento será sempre conservador. Quem vai dar uma tinta mais progressista a esse documento são os movimentos sociais. E vamos fazer assim em relação à água. Vamos nos mobilizar, para que consigamos, de forma intensa nos diálogos setoriais, o avanço em questões que sejam relevantes do ponto de vista da água. Se o documento for uma simples reafirmação daquilo que já existe, a contribuição para o futuro será abaixo das expectativas.

Com relação à segurança alimentar, refere-se ao alinhamento de políticas públicas. Afirma que é muito difícil conseguir alinhar políticas de infraestrutura hídrica, de saneamento e de aproveitamento dos reservatórios hidrelétricos brasileiros. No âmbito da ANA e com o Ministério de Meio Ambiente, busca-se a articulação com outros ministérios, em particular com o Ministério da Integração Nacional, no que tange à segurança.

Outra questão é o problema da preservação e os grandes projetos de infraestrutura hídrica. Há um conflito bastante significativo desses projetos com as temáticas de natureza ambiental. Se o Planeta passa por mudanças rápidas de origem antrópica, a única maneira de fazer frente a elas é aumentar o nível de regularização dos diversos corpos d'água no Brasil. E isso significa represas, não apenas do setor elétrico, mas também de contenção. Precisamos fazer esse debate.

Outro aspecto a discutir são as grandes obras de

infraestrutura. A transposição do rio São Francisco, por exemplo. A sociedade brasileira, particularmente na temática ambiental, se contrapõe fundamentalmente a esse tema e nós vamos fazê-lo de maneira coerente, respeitosa, mas é um debate que precisa ser feito. Diante de um clima que varia, que muda, como podemos garantir oferta de água necessária para a vida e para produção em todos os países?

SR. JUAREZ FREITAS

Vê a sustentabilidade como princípio social, ambiental, econômico, ético, jurídico e político. O desenvolvimento é um valor supremo e deve ser duradouro e sustentável. Mas, a Constituição diz que esse desenvolvimento não pode ser antropocêntrico.

Esse é um princípio jurídico rigorosamente novo. Os juristas clássicos não cogitariam isso. O Relatório Brudtland, de 1987, certamente influenciou a nossa Carta Magna, ao reconhecer os direitos de gerações futuras. Os juristas tradicionais clássicos mal conseguem dar conta dos direitos do nascituro. Avançamos num paradigma, em uma nova perspectiva jurídica, ao defendermos a titularidade de direitos fundamentais de gerações futuras. Isso muda tudo – e mudou, ainda que as pessoas ainda não tenham se dado conta.

Mudou, por exemplo, o nosso modo de fazer o Direito Civil. Está no art. 1.228 § 1º, do Código Civil, que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades social, econômica e ambiental. É a sustentabilidade consagrada no Código Civil, normativamente.

Resta concretizar esse princípio. Vamos para o Direito Administrativo, para mostrar que a sustentabilidade não é um princípio apenas de direito ambiental. As licitações, obrigatoriamente, têm que incorporar critérios de sustentabilidade. A Lei de Licitações, art. 3º, consagra o princípio do desenvolvimento sustentável.

A União disciplina esse princípio por meio da Instrução Normativa nº 1, de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mas, os critérios de sustentabilidade são obrigatórios também nos editais, nas licitações e nas contratações diretas realizadas no âmbito dos Estados e Municípios, pois não se trata de opção política, mas de uma obrigação legal e constitucional.

Mais recentemente, a Lei 12.462, de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações (Lei do RDC), muito controversa, novamente consagra o princípio do desenvolvimento sustentável. Diz que, necessariamente, temos que fazer uma ponderação de custos e benefícios diretos e indiretos sociais, econômicos e ambientais nas contratações públicas. Custos indiretos, em bom português, são as chamadas externalidades. Portanto, agora é o momento de o Tribunal de Contas da União fazer cumprir o art. 4º da Lei do RDC.

O Estatuto da Cidade assegura o direito à cidade sustentável. A Lei de Mobilidade Urbana, de 2012, reitera com muita tenacidade o compromisso com a sustentabilidade. Precisamos, cada vez mais, cogitar acerca de tributação e sustentabilidade, por meio de incentivos fiscais.

Portanto, o princípio da sustentabilidade vale para todas as matérias, incluída a segurança alimentar. É um princípio de eficácia direta e imediata no sistema brasileiro. A comunidade jurídica precisa entendê-lo dessa forma.

As secretarias de meio ambiente, que são secretarias transversais, devem fazer uma saudável pressão para que as licitações, as contratações e os gastos públicos brasileiros sejam sustentáveis. O poder de contratações não resolve tudo, mas corresponde a mais de 10% do PIB, sendo, portanto, estratégico. Quem tratar do tema de sustentabilidade só a partir do direito ambiental não conseguirá efeitos benéficos sequer nesse campo.

Em relação ao Zero Draft da Rio+20, o primeiro esboço do documento da Conferência, considera-o extremamente tímido e até pouquíssimo ambicioso. Especificamente no que toca à segurança alimentar, o documento reafirma o direito à alimentação. Apela a todos os deputados para que priorizem a intensificação da produção de alimentos de modo sustentável, via maior investimento na produção local e redução de desperdício. Não há nada no documento que trate de uma adjetivação dessa alimentação. Temos que ter alimentação sadia, limpa, descontaminada, com origem conhecida, certificada, mas nada disso aparece no documento.

Além disso, falar em produção local é perfeitamente coerente, mas sabemos que isso é inviável em larga escala. Podemos dar prioridade à produção local, mas vamos ter que exportar e não se fala nada

sobre a distribuição.

A nossa matriz de transportes está equivocada, historicamente. Temos uma matriz de transporte esmagadoramente rodoviária. Trata-se de matéria de Estado e não de um governo. Em uma concepção de política sustentável, deve-se pensar um horizonte intertemporal longo. Temos que dar prioridade às malhas hidroviária e ferroviária.

No caso da malha hidroviária, temos alguns projetos do Governo Federal. Precisamos dobrar a sua participação na nossa rede de transportes, com redução de custos, ganhos ambientais óbvios, redução de perdas e assim por diante.

O documento fala em equidade de preços dos alimentos e propõe o que chamam de sistema de negociação mais transparente e aberto. A Lei de Alimentação Saudável do Rio Grande do Sul pode ser um ponto de partida nessa discussão. Reitera que o Poder Público pode realizar compras diretas de alimentos de pequenos produtores familiares. É preciso reduzir substancialmente os intermediários, em matéria de alimentos. Isso está colocado de forma vaga, genérica, mas deveríamos tornar a matéria minuciosamente clara.

O documento fala em acesso à informação e aumento do uso de tecnologias apropriadas. Na Sociologia, estudam-se duas grandes correntes: a da modernização ecológica e a do realismo crítico. Afirma ter simpatia pela corrente do realismo crítico, mas não exclui a modernização ecológica. De qualquer sorte, não se fala nada de informação ao consumidor, sobre a qualidade dos alimentos.

Como exemplo sobre a questão, relata que o Ministério Público Federal (MPF) fez um acordo com os três maiores fabricantes de refrigerantes do Brasil, tendo em vista que todos os refrigerantes light produzem uma substância chamada benzeno, que provoca câncer. Eles se comprometeram a reduzir o benzeno para índices aceitáveis até 2017. A questão envolve o direito à informação. Então, o documento deveria falar em informação ao consumidor de alimentos. Isso também é matéria de segurança alimentar.

Por último, tratou do direito à água potável e limpa e do saneamento como direito humano. O documento está certo, ao tratar o

saneamento como um direito fundamental. Esse direito precisa sair do papel. Mas, novamente, o documento ousou pouco, pois nossa Constituição é muito avançada, mais do que as outras do mundo. Conforme a Carta Magna, água é um bem público, de domínio federal ou estadual, não mais havendo águas particulares. Poderíamos cogitar de propor que uma versão nova do documento tente pelo menos ir à fronteira desse tema, reconhecendo a natureza pública da água.

Realça, uma vez mais, que sustentabilidade é um princípio jurídico do qual dependemos nós e as gerações futuras, que também são titulares desse direito fundamental.

SR. MÁRIO MANTOVANI

A reforma do Código Florestal trata de uma política pública. O Código é o que o Brasil vai mostrar de diferente ao mundo, quando conseguirmos agregar biodiversidade e carbono fixado à soja que sai do Mato Grosso para chegar ao Porto de Paranaguá; quando colocarmos esses parâmetros na soja que vai para China com seu preço feito na Bolsa de Chicago por aqueles que continuam especulando no mundo com os alimentos. Nunca se teve tanta especulação com relação a alimentos como agora. O maior ativo ambiental do Planeta está no Brasil e agora, no momento em que podemos colocar isso a nosso favor, vemos uma concentração de terra que nunca tivemos na história nacional. 80% das terras do Brasil estão na mão de menos de 20% dos proprietários, os quais definem o valor das commodities numa ciranda especulativa.

A crise que estamos vivendo no planeta é uma crise de valores, é uma crise ética, em que os recursos são cada vez mais para quem tem mais. E são cada vez mais retirados de quem tem menos. As desigualdades se ampliam. Sorte que, no Brasil, estamos conseguindo superar isso.

Não há uma dicotomia entre meio ambiente e desenvolvimento. Mencionou José Lutzenberger, “o cara que subiu na árvore”, em um gesto sensacional na década de 1970. Na época da primeira Conferência ambiental da ONU, de Estocolmo, falava-se em “pensar globalmente, agir localmente”.

É um desafio muito grande estar na Frente Parlamentar

Ambientalista, que aproxima as organizações da sociedade civil do Congresso Nacional. Essa é a única frente que tem a sociedade civil e parlamentares juntos definindo quais serão as linhas políticas a serem encaminhadas. Na Frente Parlamentar Ambientalista, todos os temas são debatidos sem preconceito. A porta está aberta, todos podem trazer a sua informação e ajudar a dar volume e presença e fortalecer a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Esse é um jeito novo de fazer política.

Em 1992, fizemos uma revolução. Quando se falava de meio ambiente não se colocava o social. O Brasil mostrou para o mundo, naquele momento, que só tinha sentido discutir meio ambiente se discutíssemos as questões sociais. Nós fizemos diferença, mudamos a forma de discutir meio ambiente no mundo. As organizações do Sul passaram a ter uma importância que jamais imaginávamos.

O modelo da ONU está completamente falido. Vamos ter que pensar uma nova governança, em que prevaleça o interesse global e não o interesse de pequenos grupos.

Quanto mais inclusiva e múltipla for a sociedade, tanto mais ela será vibrante e conseguirá fazer do Brasil um País diferente. Este é o momento das oportunidades no Brasil.

A crise global mostrou que estamos sobrevivendo porque temos um capital natural que, no passado, talvez por razões culturais, não soubemos aproveitar. Nos anos 1970, o crédito agrícola promoveu a devastação no Estado de São Paulo e no oeste do Paraná, por exemplo. Agora, não podemos mais ver isso. É o momento da crise que mostra que o Brasil vai ser diferente. Se soubermos discutir com competência, com múltiplas informações, com muita participação, talvez nos tornemos a Nação mais influente do Planeta, sem a força das armas, mas com a força das ideias e da cidadania.

SR. ADÃO VILA VERDE

Precisamos entrar na Rio+20 com as questões resolvidas ou, pelo menos, sabendo como vamos enfrenta-las. Há diversos temas que precisam ser desenvolvidos, como biomas, água, saneamento, energias alternativas, segurança alimentar, resíduos orgânicos e sólidos. Esse é um

conjunto de temas centrais para o enfrentamento da pauta preparatória da Rio+20.

É impossível debater tais temas sem discutir a visão econômica, do modelo do desenvolvimento, a visão de sociedade que se quer; sem enfrentar as questões que hoje são importantes na nossa sociedade, como a injustiça e a exclusão social; sem repensar o modelo tradicional de crescimento, de desenvolvimento onde muitas vezes vale tudo para crescer, vale tudo para atingir o desenvolvimento a qualquer preço. Se isso não for considerado, corre-se o risco de dar um enorme passo adiante e, mais tarde, dar-se três passos para trás. Temos que ter um olhar mais amplo.

SR. GIOVANE CHERINE

Temos que mudar toda uma cultura que foi pregada pelo próprio agente estatal, que incentivava o desmatamento. Temos que buscar o apoio do Planeta para a Rio+20, pois não é só o Brasil que tem que resolver os problemas ambientais, mas tem que ser sempre a partir de nós.

Quem polui tem que pagar e quem preserva tem que receber. O Brasil é um País capitalista, portanto, a consciência social tem que ser de todos. Nova Iorque preserva água pagando para os agricultores preservarem as fontes e assim economiza sete bilhões de dólares. Isso tem que acontecer no Brasil. O Brasil vende três milhões e oitocentos mil automóveis por ano e as indústrias de automóvel não pagam nada pela poluição que geram. A indústria de petróleo e a indústria eletroeletrônica não são brasileiras e não pagam nada para poluir. Agora temos a logística reversa, que é o primeiro passo na gestão do lixo, para que comecem pagar.

SR. SERGIO SAUER

A partir de 2008, o tema segurança alimentar voltou à agenda mundial como um dos principais temas das Nações Unidas, no Comitê de Segurança Alimentar, o qual deixou de ser um Comitê subordinado à FAO para se transformar em um Comitê da ONU. É o tema do momento na agenda mundial, juntamente com as mudanças climáticas.

Cita três pressupostos de um debate sobre a questão. O primeiro é o de que a fome é obscena. Em 2008, um bilhão de pessoas

passavam fome no mundo. Com o avanço da produção de alimentos e da democracia em boa parte das nações, ter fome é uma obscenidade.

O segundo pressuposto é o de que a fome é profundamente desigual. O bilhão de pessoas que passam fome não está distribuído de forma igual nos territórios, pois 80% estão na África e na Ásia. É muito mais fácil resolver a crise financeira de 2008, do que o problema da fome. A tentativa de salvar os bancos norte-americanos e europeus ocorreu muito rapidamente, mas a crise alimentar 2008 é muito mais problemática, porque a fome não atinge os países e as pessoas de forma igual.

O terceiro pressuposto é o de que a fome não resulta da falta de alimentos. De 1970 a 2007, houve um aumento em torno de 20% da produção per capita de alimentos. A fome não é um problema de escassez.

Portanto, quando falamos em segurança alimentar é preciso fazer uma grande distinção política e conceitual entre o combate à fome, a erradicação da fome, a amenização da fome e a segurança alimentar. As pessoas sofrem a fome, mas a discussão da segurança alimentar, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista social, é outra preocupação.

A China e a Arábia Saudita já estão preocupadas com segurança alimentar. Essa é um tema da agenda do futuro, mas não apresenta nenhuma relação com a fome. A noção de segurança alimentar surge nos países ricos com uma preocupação de manter estoques de alimentos, havendo recursos para acessá-los. A fome, por sua vez, é a impossibilidade de acessar esses alimentos. Essa é uma diferença fundamental.

São, também, conceitos bastante distintos a segurança alimentar e a soberania alimentar. Segurança alimentar é ter disponibilidade de alimentos; soberania alimentar é ter o controle, a capacidade e o direito de acesso a esse alimento, o controle sobre as sementes, sobre as calorias e informações sobre o que se consome.

Chegamos aos sete bilhões de seres humanos. A produção de alimentos é uma grande oportunidade de negócios. A crise de 2008 e 2009 não ocorreu por falta de alimentos, mas devido ao aumento dos preços dos alimentos. Conforme a lógica do mercado, quanto mais alto o preço, melhores os negócios. Nessa lógica, ou pensamos na segurança alimentar, ou nas oportunidades de negócios. A crise do final de 2007 para

2008, em que alguns alimentos, como o trigo e o milho, dobraram de preços, assim como em fevereiro de 2011, a segunda grande crise alimentar, que ainda permanece, é um problema não de desabastecimento, não da falta e nem da fome, mas é um problema de preços dos alimentos.

O Documento Zero da Rio+20 é fraco nas expectativas e na ousadia para enfrentar a segurança alimentar e as questões climáticas. Seria necessário ter mais vontade política para avançarmos.

Se os pressupostos acima colocados estão minimamente corretos, é impossível pensar qualquer tipo de solução intensificando a produção. O que precisa ser melhorado são os acessos aos mercados.

A crise resulta de um processo de especulação. O preço do milho ou dos cereais aumentou não apenas porque os estoques caíram em 100% em nível mundial ou porque os chineses ganharam mais. Há alguma coisa que não fecha nessa conta. Quatro empresas controlam quase 70% da comercialização mundial de alimentos. Controlam 89% de todos os produtos comercializados. No Brasil, essas mesmas empresas estão entre as dez maiores exportadoras de alimentos. Na outra ponta do consumo, há os grandes supermercados - Walmart, Carrefour e Pão de Açúcar -, que controlam 50% da comercialização brasileira de alimentos industrializados.

Outra questão vinculada à produção de alimentos é a corrida mundial por terras. Estudo publicado pelo Banco Mundial, no final de 2010, mostra que a compra de terras por grandes empresas de alimentos saltou de uma média de quatro bilhões de hectares anuais para 40 milhões de hectares, de março de 2008 a março de 2009. Essa questão afeta a segurança alimentar e soberania territorial.

A médio e a longo prazos, há problemas que precisam ser incorporados no debate sobre a segurança alimentar, como o aumento populacional e as mudanças climáticas. Mas, não se podem esquecer os problemas atuais relacionados à questão, como a degradação dos solos e contaminação das águas. Qual modelo de desenvolvimento e produção agropecuária é capaz de manter a produção e a produtividade e como resolveremos os problemas ambientais decorrentes?

A Rio+20 é um espaço a ser valorizado e a ser disputado,

mas não há soluções fáceis.

A Revolução Verde está esgotada do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental e, em parte, também do ponto de vista produtivo. A nossa produtividade de carne era maior nos anos 1960 do que é hoje. Recursos públicos precisam ser destinados para outras tecnologias. A agroecologia e a produção orgânica são fundamentais, mas é preciso avançar na construção dessas tecnologias para produção de alimentos saudáveis, para produção de alimentos que sejam capazes de conviver harmoniosamente com a natureza. É preciso fazer investimentos públicos com uma boa dose de racionalidade e responsabilidade, para o avanço de uma agricultura que realmente seja sustentável do ponto de vista social e ambiental.

SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO

O fracasso na Rio+20 será um fracasso da humanidade. Avançamos em sentido amplo em relação à consciência ambiental após a Rio-92. A crise climática tornou-se predominante no âmbito da crise ambiental. Todavia, a agenda da Rio-92, em termos de efetividade, concretude, avançou pouco. A desigualdade é problema histórico não resolvido. O capitalismo perdeu o rumo e não sabe como encontrá-lo.

É preciso orquestrar uma governança adequada no plano global para assegurar efetividade aos compromissos assumidos e garantir recursos financeiros. Também há necessidade de revisar o paradigma atual de produção, distribuição e consumo para o enfrentamento do problema da segurança alimentar. É preciso estabelecer metas claras.

SEMINÁRIO PARA O DEBATE DO TEMA ECONOMIA VERDE, REALIZADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 27 DE MARÇO DE 2012

Economia verde foi um dos dois temas definidos como pauta central da Rio+20, ao lado da governança, tendo em vista que a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento assusta o planeta e coloca a humanidade frente ao desafio mais complexo e inédito da sua história: o de reverter o processo de degradação ambiental cujos impactos atingem a escala global. As mudanças climáticas, a crise de biodiversidade, os desastres naturais, a escassez de água e a fome são faces de um processo perverso que já atinge a porção mais pobre e mais vulnerável da população humana.

Para reverter esse processo, o caminho apontado pelas Nações Unidas é o de discutir o pilar econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Entretanto, ainda não existe uma visão clara do conceito de economia verde. Ainda há muitas questões sem resposta. Afinal, como precificar as externalidades ecológicas e sociais? Como garantir que a economia verde seja inclusiva? Como discutir essas questões em um ambiente que ainda coloca a sustentabilidade como um conceito marginal, que privilegia amplamente a acumulação de capital? Seremos capazes de mudar essa perspectiva, optando por um modo em que continue a haver crescimento, mas em função do desenvolvimento? Como evitar que a economia verde venha a servir como um elemento de barreiras comerciais à produção dos países e ao comércio externo dos países em desenvolvimento? Essas e muitas outras inquietações foram colocadas pelos palestrantes e debatedores que ora apresentamos.

Enfatizou-se que a Rio+20 faz parte de um processo histórico. Apesar das dificuldades no campo conceitual, a Conferência poderá dar passos importantes se sair de esboços generalistas e questionar aspectos estruturais do atual modelo econômico, como, por exemplo, o uso do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de desenvolvimento e as dificuldades para elaboração de um instrumento alternativo; os tributos regressivos do ponto de vista ambiental e social e a urgência de se construir um sistema que leve em conta questões como intensidade de carbono e biodiversidade; a não incorporação da perspectiva ambiental nas atividades produtivas e a importância dos investimentos públicos em atividades geradoras de empregos verdes, nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação etc.; o não reconhecimento do valor intrínseco dos ecossistemas e a necessária valoração econômica dos serviços ambientais por eles prestados.

Ressaltou-se o papel do Brasil no avanço das discussões. Como sede da Eco-92 e da Rio+20, o País demonstra sua importância no plano do debate socioambiental global. O Brasil é a quinta economia do mundo e possui vantagens comparativas associadas à grande extensão territorial e à disponibilidade de recursos naturais, em especial água e biodiversidade. Portanto, o Brasil tem voz e deve desempenhar bem o seu papel de vanguarda.

Porém, palestrantes e debatedores demonstraram grande preocupação com o iminente retrocesso da legislação ambiental, especialmente a reforma do Código Florestal, que certamente enfraquecerá a liderança brasileira. Salientou-se que a base de recursos naturais que os ambientalistas defendem é a mesma que protege os recursos necessários para o desenvolvimento econômico, em especial para a agricultura.

Por outro lado, afirmou-se que parte da indústria brasileira já se deu conta de que as vantagens comparativas do Brasil no campo ambiental constituem oportunidades. Assim, além de continuar combatendo o desmatamento, o Brasil deve preparar sua estrutura produtiva para uma economia de baixo carbono, mais limpa, por meio de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária capaz de estimular a inovação e o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os textos abaixo trazem inúmeras indagações e incertezas, mas também a esperança de que, por meio do debate democrático e com base nas informações científicas, é possível avançar nas negociações. Afinal, “esbarramos nos limites do planeta”, mas temos que “preservar aquilo que é sagrado, fundamental para a vida, para que possamos deixar para as próximas gerações um mundo em boas condições, garantindo qualidade de vida para as futuras gerações.”

Fizeram parte da mesa:

- Deputada Rose de Freitas: Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados

- Sra. Izabella Teixeira: Ministra de Estado do Meio Ambiente

- Deputado Sarney Filho: Líder do Partido Verde e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados

- Deputada Perpétua Almeida: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

- Sr. Roberto Klabin: Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica

- Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto: representante da

Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores

- Sr. Helder Muteia, representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil

- Sr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)

Foram palestrantes do evento:

- PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO: Ministro e Chefe da Divisão do Meio Ambiente da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty

- HÉLDER MUTEIA: Representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

- IZABELLA TEIXEIRA: Ministra de Estado do Meio Ambiente

- SÉRGIO BESSERMAN: Economista, professor e ecologista

- SANDRA RIOS: Economista

A seguir, apresentam-se o conteúdo das palestras e a participação de parlamentares na abertura e entre as exposições:

DEPUTADA ROSE DE FREITAS:

Vivemos novos tempos no Brasil e no mundo. E a preocupação que todos têm com o meio ambiente já não é a de um grupo seleto de deputados ou de intelectuais ou do setor ligado ao meio ambiente. A Rio+20 reflete uma preocupação mundial, vai procurar definir, para as próximas décadas, a agenda do desenvolvimento sustentável. Essa agenda vai se impor em todos os patamares da vida nacional e vai reverberar fortemente na construção do futuro das próximas gerações. Trata-se de uma pauta permanente, um tratado entre países que deverá ser cumprido fidedignamente por qualquer mandatário, esteja ele no comando de uma Casa de Leis ou no Poder Executivo. O Brasil estará preparado para a Rio+20 não apenas como espectador, mas como um País que pode contribuir de fato.

SR. ROBERTO KLABIN:

A história da Rio+20 remete ao primeiro encontro intergovernamental voltado diretamente para o meio ambiente. Apesar de termos muito ainda a caminhar, parece claro que esse processo histórico ajudou a reforçar o entendimento de que os desafios para combater a crise ambiental não estão relacionados apenas com aspectos técnicos, mas também com as questões de justiça social e de responsabilidade política.

Para que não ocorra na Rio+20 o mesmo desencanto do encontro de Johannesburgo, será preciso aprofundar os documentos que estão sendo elaborados no processo de pactuação formal da Conferência. O Rascunho Zero, Zero Draft, disponibilizado pelas Nações Unidas em janeiro último, mostra-se extremamente generalista. Não há assunção de compromissos efetivos e claros. A esperança é que novas diretrizes possam ser incluídas e assim se renove o atual quadro de negociações, com propostas mais corajosas.

É preciso ressaltar a importância do Brasil nesse quadro. Fica clara a relevância do País ao sediar dois dos três maiores encontros ambientais dos últimos 40 anos. Entretanto, o iminente retrocesso da legislação ambiental certamente enfraquecerá a liderança brasileira. A revisão do Código Florestal, em vias de ser votada na Câmara dos Deputados, comprometerá a proteção dos recursos ambientais do nosso território, a preservação da biodiversidade e a proteção dos mangues e de outros ecossistemas. Estão em pauta retrocessos não apenas em relação ao Código Florestal, mas também no que toca à Lei da Mata Atlântica.

A erradicação da pobreza passa diretamente pelo desenvolvimento sustentável, por uma economia que considere a questão ambiental nas ações práticas, e não apenas no discurso.

No plano internacional, além de implementar as decisões dos encontros e conferências já realizados, novas ações também são demandadas. Esboços generalistas como o preparado para a Rio+20 só servirão para postergar ainda mais um processo que precisa ser catalisado. O momento de crise econômica que se espalha no mundo coloca em cheque modelos ultrapassados e pode viabilizar avanços relevantes. Temos de aproveitar essa crise em favor da proteção do meio ambiente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA:

Não há desenvolvimento sustentável sem o envolvimento da questão econômica, da questão ambiental e acima de tudo da questão social. Se avaliarmos a Região Norte do Brasil, que tem a maior cobertura florestal, verificaremos que são exatamente daquela região os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Isso nos traz a responsabilidade de resolver primeiro um problema interno. Como vamos valorizar aqueles que cuidaram do planeta, que cuidaram das suas florestas, que cuidaram dos seus rios? Como vamos incluir na contabilidade do nosso País a valorização e a garantia do desenvolvimento sustentável de todas essas populações, se os melhores IDHs do planeta e/ou do Brasil estão exatamente naquelas cidades que não se protegeram? Precisamos inverter essa lógica. Se estamos em busca de uma economia verde, precisamos inverter a lógica atual, para que aquele que preservou o planeta até aqui seja compensado por isso. Precisamos resolver esse problema internamente, para fazer o debate internacional. Todos os países devem colocar no papel o seu compromisso sobre o que precisa ser feito para o desenvolvimento sustentável.

MINISTRO PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

Discorreu acerca das negociações em curso sobre a Rio+20, no que toca ao Poder Executivo e ao Ministério das Relações Exteriores. Os outros Ministérios — o Governo como um todo — estão envolvidos na preparação, na organização e na negociação desse evento, mas cabe diretamente ao Itamaraty ser o porta-voz das negociações, em nome do Governo brasileiro.

A organização da preparação brasileira para a Rio+20 pode ser separada em dois planos: o nacional e o internacional.

No plano nacional, realizamos quatro reuniões da Comissão Nacional para a Rio+20, formada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo — Senado Federal e Câmara dos Deputados —, da sociedade civil, do setor empresarial, da academia, de movimentos sociais. É uma comissão representativa não só do Governo brasileiro, mas também da sociedade brasileira.

Essa Comissão produziu um documento inicial, chamado Documento de Contribuição Brasileira à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, o qual foi encaminhado ao Secretariado

das Nações Unidas e serviu de subsídio — não só, obviamente, o documento brasileiro, mas também o de todos aqueles países que participam da Conferência e que fazem parte das Nações Unidas — para a elaboração do chamado “Rascunho Zero”, o “Zero Draft”, o documento de base para as negociações que levarão ao documento final que vai ser assinado pelos Chefes de Estado durante a Rio+20, cujo Segmento de Alto Nível ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de junho.

Além disso, temos o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, do qual fazem parte representantes de outras áreas do Governo, tanto no plano federal quanto no plano estadual, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O plano internacional é o mais complexo e exige compromissos sobre textos, em um processo que se iniciou em 2010. Cabe recordar que, em 2009, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu que o Brasil seria a sede da Conferência e definiu os dois temas-chave da Conferência: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e A nova moldura institucional do desenvolvimento sustentável. São os dois grandes temas da Conferência.

Houve uma série de reuniões. Foram marcadas, de acordo com essa mesma resolução, três reuniões do chamado “Comitê Preparatório para a Rio+20”. Duas delas já foram realizadas. A última acontecerá no Rio de Janeiro, às vésperas da Conferência, nos dias 13, 14 e 15 de junho.

Em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas, ocorre a segunda rodada de negociações informais da Rio+20, para tratar do chamado “Documento Final”, o documento que vai ser assinado pelos governos dos países.

O Draft Zero, o Rascunho Zero, é um documento de caráter geral, muito sintético, mais declaratório do que propositivo. Esse texto, que inicialmente tinha 17 páginas, com as emendas e sugestões feitas — e também com a técnica de colocar colchetes entre textos, para dizer que determinado país não está de acordo com o texto apresentado —, chegou a 170 páginas.

Não faltará matéria para discussão e negociação. Há um pouco de tudo. As posições dos países, naturalmente, seguem não só as suas orientações nacionais, mas também as orientações de grupos regionais e políticos, que estão conformados no âmbito das Nações Unidas.

O Brasil faz parte do chamado “G77+China”, um grupo grande, pesado, que tem uma estrutura negociadora complexa. E muitas das posições sobre o próprio texto, seja no que diz respeito à economia verde, seja no que diz respeito à chamada “moldura institucional para o desenvolvimento sustentável”, ainda não estão totalmente definidas dentro do grupo.

Vale a pena ainda mencionar outra ideia do Governo brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Governo como um todo, que são os chamados “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”. Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável ocorrerão antes do chamado “Segmento de Alto Nível da Rio+20”.

Vejamos as datas, que são muitas: nos dias 13, 14 e 15 de junho, faremos a última reunião do Comitê Preparatório; os dias 16, 17, 18 e 19 de junho são justamente os dedicados aos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável; e nos três dias seguintes, 20, 21 e 22, será realizada Conferência a propriamente dita – o Segmento de Alto Nível da Conferência.

Esses Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável são voltados para a sociedade civil. Os governos não participarão desses diálogos. Nós organizaremos. Propusemos os seguintes temas: segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; energia sustentável para todos; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; cidades sustentáveis e inovação; desemprego, trabalho decente e migrações; águas e oceanos.

A ideia é utilizar esses Diálogos para convocar representantes eminentes da sociedade civil, da academia. O texto resultante será encaminhado à Conferência propriamente dita.

Essa é a grande novidade da Rio+20 em relação a outras reuniões multilaterais desse tipo, ou seja, a possibilidade de as discussões da

sociedade civil sobre os temas listados serem submetidas à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo. Essa seria a grande novidade. E foi uma ideia do Governo brasileiro.

Mencionou que, no plano das nossas negociações, a noção de economia verde ainda não está totalmente assentada. Não há, pelo menos no âmbito das Nações Unidas, das discussões — seja do G-77, seja dos outros grupos regionais —, uma noção clara do que seja a chamada “economia verde”.

Temos algumas preocupações relacionadas a aspectos comerciais. Por exemplo: de que a economia verde possa servir como um elemento de barreiras comerciais à produção dos países e ao comércio externo dos países em desenvolvimento.

Defendemos, no que diz respeito à moldura institucional, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, fortalecimento esse que se daria pelas contribuições obrigatórias e pela universalização da participação de todos os países que são membros das Nações Unidas nesse programa, o que não acontece hoje. E também defendemos o estabelecimento do chamado “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, que teria o propósito de unir os três aspectos, o tripé do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental propriamente dito.

SR. HÉLDER MUTEIA:

Temos um grande problema de degradação ambiental, que é uma realidade; temos o desafio da explosão demográfica — somos sete bilhões de pessoas hoje no planeta e, em 2050, seremos nove bilhões. Então, essa é uma equação extremamente importante a ser considerada. Temos as emissões dos gases, as mudanças climáticas, os desastres naturais, o problema da escassez de água.

A degradação do solo é uma grande realidade. Ao lado dela temos a degradação dos pastos e das florestas; a perda de biodiversidade; a crise energética, que também leva a algumas atitudes de desespero; e aquele que é o tema central da FAO: hoje, um bilhão de pessoas passam fome no mundo. Com toda a evolução da Ciência, o desenvolvimento econômico e social, é uma vergonha dizer que, hoje, um bilhão de pessoas

passam fome no mundo. E não é aquela fome que temos antes do intervalo do lanche, é uma fome que dói e mata.

O Brasil tem algumas situações de má nutrição, de fome em algumas regiões, mas nada comparado com a realidade que se vive na África e no sul da Ásia, onde há pessoas morrendo de fome. É uma morte sofrida: a pessoa vai definhando, até morrer sem peso, sem dignidade, desprovida de tudo.

E temos também as crises sociais, resultantes dos conflitos, das guerras. O mundo hoje também enfrenta muitas guerras, e isso traz problemas de fome, problemas de pobreza.

Estamos acelerando o desenvolvimento a custos muito altos para o nosso ambiente. E a mensagem que a FAO traz é a de que é possível, de que existe uma alternativa para encontrarmos uma forma mais sustentável de desenvolver a nossa economia, de desenvolver a humanidade, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista ambiental.

Esse novo conceito de economia verde ainda não está finalizado, mas traz novas luzes, tem bases científicas e empíricas. É possível desenvolver preservando a base de recursos que sustenta a vida no planeta. Para isso, é importante que possamos mudar os paradigmas, que comecemos a fazer as coisas de forma diferente, a ver onde estamos errados e o que pode ser melhorado.

Esse debate leva-nos a uma discussão muito importante. Porque é falsa a contradição que às vezes se estabelece entre os agricultores ou aqueles que querem fazer a agricultura e os ambientalistas. Na realidade, estamos todos preocupados com o mesmo assunto. A base de recursos que os ambientalistas defendem é a mesma base que protege o recurso que a agricultura utiliza, que são as terras, a fauna, a água. Tudo isso é uma grande preocupação para qualquer agricultor, pequeno, médio ou grande.

A ideia é a de que possamos criar um quadro que elimine essa contradição e que chame a atenção para a necessidade de fazermos as coisas de forma diferente, para preservar aquilo que é sagrado, fundamental para a vida, para que possamos deixar para as próximas gerações um mundo em boas condições, garantindo qualidade de vida para as futuras gerações.

O que a FAO vai trazer para a Rio+20 como proposta, dentro do conceito da economia verde, é aquilo que em inglês chamam de “Greening Economy With Agriculture” (GEWA), cuja tradução poderia ser “a contribuição da agricultura para a economia verde”. Como é que se enquadra a agricultura dentro do conceito da economia verde? Como fazer com que a agricultura jogue o seu papel, dentro daquilo que é a economia verde?

Sabemos que a agricultura ocupa 30% das terras do planeta e envolve 2,4 bilhões de pessoas. Tomando em consideração o setor florestal, 60% dos recursos naturais da Terra estão direta ou indiretamente ligados à atividade dos agricultores. Estamos falando da água, do Sol, das florestas, da fauna. Seria insensato não responsabilizar os agricultores, para que tomem conta desses recursos e assumam princípios, práticas e valores que lhes permitam exercer as suas atividades com sustentabilidade, com dignidade e também com ganhos econômicos. É importante que nós possamos fazer isso.

Cita como exemplo os recursos hídricos: da água doce que a humanidade consome, 70% são utilizados na agricultura, grande parte em irrigação. Com tecnologias de irrigação que economizem mais água, teremos muitos ganhos.

Os agricultores, em algumas circunstâncias, por falta de conhecimento ou por ganância de lucros, utilizam excessivamente agroquímicos, que poluem as águas. É extremamente importante investir na formação desses agricultores, na sua conscientização sobre a necessidade de preservar os recursos naturais.

Um grande problema que enfrentamos hoje é o do desmatamento, não apenas para plantar soja — e não fala só do Brasil, mas do mundo —, mas também para criação de gado e tudo o mais. Precisamos encontrar uma forma de fazer com que os agricultores possam cumprir o seu ideal, a sua responsabilidade, que também é o ideal do mundo. Não temos outra saída: temos que continuar produzindo alimentos, mas de forma sustentável.

Esse novo conceito – GEWA –, traz a responsabilização de todos os atores. É importante que tenhamos a capacidade de envolver realmente todos neste desafio. Ninguém deve ficar de fora.

O Dr. Graziano insiste em que “a economia verde precisa da agricultura, e a agricultura precisa da economia verde, porque a economia verde vai dar a plataforma para que a agricultura possa cumprir, numa nova fase, numa nova etapa, as suas atividades com dignidade”.

Existe um grande debate sobre quais são os caminhos. O próprio conceito GEWA, que vai ser trazido pela FAO, para debate na Rio+20, não é ainda um documento acabado, mas fornece as balizas, os princípios. E é por meio do debate que vamos chegar a uma conclusão sobre o formato final dessa nova plataforma.

No Brasil há debate; é um país muito dinâmico, em que existe democracia. Estamos esperançados de que a experiência de debate, de participação, no Brasil, possa também servir de plataforma para mobilizar bons êxitos para a temática de sustentabilidade.

É preciso uma grande vontade política, uma liderança forte, quer seja no âmbito do Poder Executivo, quer seja no âmbito do Poder Legislativo. Uma liderança que possa indicar os caminhos, informada sobre aquilo que são os domínios da Ciência, que nos oriente, juntos, para um caminho definitivo, numa visão holística. É preciso levar em consideração todos os ramos da Ciência, que tem sempre um papel a cumprir.

Também é importante a mudança de atitude em relação à poluição, a como tratamos o lixo, em relação ao desperdício de alimentos. Há estudos que demonstram que o alimento produzido hoje no mundo, se fosse bem distribuído, daria para alimentar todo o mundo e ainda teríamos sobras.

É importante um grande investimento em Ciência. As nossas lideranças precisam ser municiadas de informações pelos nossos cientistas. Devemos continuar investindo na Ciência, na educação.

Precisamos, ainda, abordar a problemática do gênero. O Brasil já está resolvendo esse problema do desequilíbrio do gênero, comparado com o contexto africano, em que a mulher é muito sacrificada e muito pobre. O mundo tem de resolver essa questão do equilíbrio de gênero com muita seriedade. No sul da Ásia, na África, nos lugares em que há mais pobreza e mais fome, a mulher tem problemas de acesso à educação e, portanto, é encurralada na pobreza.

A economia verde tem que criar condições para que possamos apoiar os pequenos agricultores vulneráveis e encurralados na pobreza, para que obtenham as condições básicas e mínimas para cumprirem a sua missão com dignidade. Que lhes sejam oferecidas alternativas. Não devem continuar encurralados na pobreza. E, do mesmo modo que pessoas, os países mais pobres também atuam com políticas de desespero, erradas, porque estão encurralados.

É importante que possamos levar a mensagem das boas práticas de conservação do solo, do controle integrado de pragas e doenças. São ações concretas que podem ser transmitidas aos agricultores.

O GEWA, que significa desenhar ou aprimorar o papel da agricultura dentro da economia verde, baseia-se em quatro pilares: a integridade ambiental; a estabilidade econômica, que é fundamental; o bem-estar social — nós somos seres humanos e devemos viver com dignidade, e qualquer solução que encontremos deve garantir esse princípio básico, que é o da vida com dignidade; e a boa formação. Precisamos de lideranças fortes, de lideranças comprometidas e voltadas para o futuro.

SRA. IZABELLA TEIXEIRA:

Toda conferência das Nações Unidas parte do princípio do consenso. E acolher todas as teses de 194 países significa muita negociação, significa, no momento de partida, um olhar mais conservador. O Zero Draft foi um esforço do Secretariado das Nações Unidas, de traduzir o que estava em seis mil páginas em 17 páginas.

O resultado desse esforço tem dois olhares: 1) a capacidade de colocar as questões centrais; 2) a capacidade de produzir um documento genérico. Na realidade, sai agora de 17 páginas para 170 páginas. Esse é o processo das Nações Unidas. As pessoas que estão mais acostumadas a lidar com a ONU sabem que é até razoável o documento ter 170 páginas. A pergunta que eu faço é esta: quantos colchetes há nessas 170 páginas?

Como foi dito aqui, o próprio G77+China, que é o grupo dos países em desenvolvimento e emergentes, não tem consenso entre si sobre várias teses que estão no “Documento Zero”.

E um dos pontos que leva a um debate mais crítico sobre a Conferência é o da economia verde. Todos questionam que a economia não recepciona o desenvolvimento sustentável. Então, o caminho identificado pelas Nações Unidas, certo ou errado, é o de procurar discutir o pilar econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. E foi chamado de economia verde numa mobilização de países desenvolvidos, predominantemente.

O outro lado da questão é o de que o conceito não é claro; de que as teses, muitas vezes, são fundamentadas no neoliberalismo e não deixam claro se vamos gerar emprego e se isso é oportunidade para o desenvolvimento ou não; se o conceito de economia verde é inclusivo ou não.

Mesmo nos diálogos que o Governo brasileiro está promovendo informalmente com vários grupos ou blocos de países, essas questões ainda não estão claras. Nas consultas que estão sendo realizadas, em vários grupos de países, não há uma total convergência. Isso é a democracia, o multilateralismo, a negociação.

Essas inquietações não estão só no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, mas também estão no âmbito do Governo. A maneira de se avançar a partir de uma resolução das Nações Unidas, que é ampla, é a construção de espaços específicos para o debate e para o engajamento, e não só da sociedade brasileira, mas da sociedade global. E não só naquilo que influencia as decisões da Conferência, mas também naquilo que virá no pós-Conferência. É o desafio de como nós vamos agir após o consenso geral sobre algumas teses.

O Secretário-Geral das Nações Unidas instituiu um painel para se gerar um novo relatório sobre desenvolvimento sustentável — na realidade, um desdobramento do Nosso Futuro Comum, com a participação da ex-Ministra Gro Brundtland. Foram 22 pessoas. Esse relatório tem uma avaliação política bastante robusta sobre os aspectos estratégicos da agenda do desenvolvimento sustentável nos próximos anos e quais são os desafios que se colocam.

A Conferência Rio+20 está recepcionando não só os 20 anos vividos, mas os próximos 20 anos. É isso o que ela, na realidade, coloca no jogo, embora o mandato da Conferência seja muito específico em relação à economia verde e à governança do desenvolvimento sustentável. Mas isso não

exclui que se tenha um processo mais amplo de debate político, sobre as grandes questões que a ECO-92 levantou e sobre os desafios da humanidade, se é que nós vamos chegar a nove bilhões de pessoas. Esse é o tom político que está colocado sobre a mesa.

Entendo que, do ponto de vista nacional, além dos chamados espaços formais, que foram criados com a Comissão Nacional, que não se limitou a aprovar o Documento Brasil, há outras iniciativas. Só no setor empresarial, há cinco iniciativas destinadas a construir uma plataforma empresarial brasileira: do Instituto ETHOS, da FIRJAN e da FIESP, da CNI, do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBEDS) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. São cinco interlocuções distintas, com focos distintos — muitos deles, convergentes — em torno da pauta da Rio+20. Estamos fazendo um esforço para que seja proposta uma plataforma empresarial brasileira, que possa ser objeto de entendimento e de convergência dos compromissos que podemos e devemos assumir na fase pós-Conferência.

No Fórum Social Temático, houve um pleito muito forte em três linhas: direitos humanos, juventude e a redução de desigualdades. Mas em qualquer solução econômica, tem-se que se trabalhar sobre essas questões em conjunto.

Há um debate forte, representado pelo Pinguelli, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e por outros atores, sobre a mudança do clima. Qualquer que seja o debate sobre economia verde, qualquer que seja o avanço ou não sobre a questão do desenvolvimento sustentável, clima é questão determinante, assim como a conservação da biodiversidade.

No Riocentro, o Brasil vai promover um grande evento sobre combate ao desmatamento e sobre a questão de clima. E teremos também um encontro mundial de Parlamentares, que trabalharão o papel do Legislativo. Haverá, também, um encontro mundial de juízes. Tudo isso é necessário para dar robustez à Conferência e ao pós-Conferência.

Hoje, temos hoje os melhores e os piores momentos do planeta. Todos os dias, temos milhões de escolhas, todos tomamos decisões que influenciam o nosso futuro: as pessoas, individualmente, os homens de negócio, o Governo. A questão central é que nós temos um conceito

intergeracional cujos ganhos políticos acontecerão à frente, mas cuja decisão política é de curto prazo.

Por que, se todos concordam com o desenvolvimento sustentável, ele não avança? Até os países mais conservadores, os países que não vivem na democracia, que não têm equidade em direitos humanos, mesmo esses países concordam com a tese do desenvolvimento sustentável. No entanto, por que não avançam? Quais são os requisitos, as questões e os gargalos que se colocam em relação a isso?

Ninguém discute o paradigma do desenvolvimento sustentável. Todo mundo concorda com o princípio de não retroatividade. Tudo o que se assegurou na ECO-92 continuará como referência dentro das Nações Unidas.

Mas duas questões se colocam. A primeira diz respeito a uma falha em relação à vontade política. Todos conseguem usar a sustentabilidade de uma maneira muito perversa. Mas as pessoas nem sequer sabem o que isso significa, não traduzem isso em custos sociais, econômicos e ambientais. Existe essa falha política de entendimento, de como trazer dividendos de longo prazo para o dia a dia de quem toma decisões hoje.

A segunda questão refere-se ao fato de que o desenvolvimento sustentável não é uma prioridade — é um conceito marginal. Ele não está no main stream das decisões das políticas econômicas e das políticas de desenvolvimento. Essa é uma visão geral de planeta, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Há uma dificuldade política de emplacar o desenvolvimento sustentável como main stream das decisões de desenvolvimento. Nesse caso, a saída ou a sugestão que se faz é buscar caminhos com base numa nova política econômica para o desenvolvimento sustentável.

Mas, aqui surge mais um conflito: existe uma tese defendida por alguns países desenvolvidos de que não se deve falar em economia verde, mas sim em crescimento verde — green growth, não green economy. Isso tudo está no mesmo debate. Por exemplo, no mundo financeiro, no G-20, há um debate real, robusto, sobre green growth, particularmente entre os países estão em crise econômica. Esse debate está modelando, em parte, o

diálogo com o setor privado, com alguns governos, com a sociedade e alguns países.

Além disso, é claro que, para avançar nessa política econômica rumo ao desenvolvimento sustentável, é absolutamente essencial aproximar ciência ambiental de política. Quando se fala em limites do planeta, por exemplo, sem base em um dado científico, o conceito fica vago, de interesse comum, mas sem a robustez necessária para que se possa avançar naquilo que são os desafios econômicos, sociais e ambientais.

É importante que se avance na comparação dos custos de fazer com os de não fazer. Há uma dificuldade tremenda de precificação dos cursos sociais, econômicos e ambientais, de precificação de externalidades ambientais. Isto é uma tese sem consenso: o custo da ação versus o custo da inação.

Essa é uma linguagem baseada em conhecimentos técnico-científicos, é um caminho de transição. Isso tem várias leituras, mas não dá para continuar com um cenário de business as usual. É insustentável e excludente. Essa é uma tese que tem consenso e não é somente ambientalista, mas formulada por aqueles que estão pensando em sustentabilidade e desenvolvimento, que hoje debatem o futuro do planeta do ponto de vista do desenvolvimento. A economia verde vai trazer mais empregos e novas oportunidades de desenvolvimento.

É necessário avançar no processo de governança, na visão não só da integração, mas também a capacitação das instituições. É preciso discutir, nas Nações Unidas, sobre como mudar o status de avaliação e monitoramento e de governança do desenvolvimento sustentável. Seria um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas? Busca-se isso. Essa tese tem mais consenso do que a tese da Agência de Meio Ambiente exclusivamente.

Essas são as teses predominantes: deve haver fortalecimento, a curtíssimo prazo, com recursos associados — hoje, menos de 20 países contribuem para o PNUMA; deve haver uma estrutura de governança que seja mais universal; e deve ser aberto um processo, para identificar qual o formato ideal para o programa, sobre se será uma agência ou outro tipo de organismo internacional, para que seja assegurado o seu fortalecimento e a sua mudança de escala. É isto que está sendo construído em termos de

governança, o entendimento, porque o pilar ambiental deve ter o mesmo status de outros pilares. Isso precisa ser fortalecido.

Do ponto de vista das Nações Unidas e do que temos discutido no Brasil, vemos três coisas muito objetivas: uma diversidade de teses, um caminho para construir convergência; a exclusão de temas estratégicos, que estamos buscando incluir, como clima e biodiversidade, no arcabouço da Conferência side event; e, finalmente, o desafio de trazer a sociedade civil, por intermédio dos diálogos, para a construção de uma agenda brasileira ambiciosa, de transição, sobre os novos rumos do desenvolvimento sustentável no Brasil. É importante que a sociedade brasileira pactue com isso, em função da Rio+20, que imagine que novos caminhos são esses, sem retrocesso da legislação ou dos aspectos ambientais, mas com a busca de engajamento entre o socioambiental e o econômico.

Sem a erradicação da pobreza, sem o novo patamar de governança ambiental e sem uma economia que pense e incorpore os custos do desenvolvimento sustentável, será impossível avançarmos em uma agenda mais robusta desse modelo de desenvolvimento.

Esse é o caminho que estamos buscando na interlocução com o Governo brasileiro, que não se limita ao Ministério do Meio Ambiente. Chamo atenção para o fato de que o Governo está, na realidade, buscando a interlocução com outros Ministérios. Daí a importância, na Comissão, de toda a Conferência estar centrada, além do Ministério das Relações Exteriores, também nos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e da Fazenda. Os três estão trabalhando com essa visão de como vamos caminhar, pós-Rio+20, com relação aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento no Brasil e no planeta. Que não tenhamos retrocessos no Código Florestal e nas novas legislações ambientais.

SR. SÉRGIO BESSERMAN:

No século XIX, dois jovens, Karl Marx e Friedrich Engels, escreveram um rascunho e guardaram-no na gaveta. Esse rascunho começava com uma frase, da qual eles não gostaram porque riscaram. Quando o rascunho foi descoberto, essa frase foi tão genial que hoje faz parte do texto que se chama ideologia alemã. Esta frase é a seguinte: só existe uma ciência, a ciência da história; só existe uma realidade, a realidade histórica.

A Rio+20 é um momento de um grande processo político. Estamos no olho do furacão. Estamos dando início, ao longo dos próximos anos e décadas, às maiores transformações econômicas, sociais, políticas e do pensamento humano, em toda a história da civilização, quer façamos o que é necessário, quer não façamos nada. Isso é importante compreender. Não existe economia verde, não existe problema do meio ambiente; existe um momento histórico em que o rumo atual, o modo de produzir e consumir da civilização, no momento, esbarrou nos limites do planeta. O que era uma discussão teórica vinte anos atrás, na Rio-92, já não é mais.

O contexto histórico era da seguinte ordem: vínhamos de Thatcher, Reagan, George Bush pai, com um otimismo ingênuo de que a História havia terminado, de que nunca mais haveria grandes crises econômicas, de que o mercado e a humanidade, com a sintonia fina dos bancos centrais, a Internet, poderiam enfrentar qualquer que fosse o desafio. Havia a ideia ingênua de que estaríamos entrando num novo renascimento ou coisa que o valha.

Quando a Conferência se reúne no Rio de Janeiro (Estocolmo+20), que foi a Rio-92, para discutir desenvolvimento sustentável, a ciência apresentou a realidade irrefutável de que nós tínhamos grandes problemas pela frente.

Vinte anos depois, a realidade é muito diferente. Em primeiro lugar, sabemos que a história absolutamente não havia terminado. Estamos frente à maior crise econômica desde 1929. Nenhum dos desequilíbrios macroeconômicos globais fundamentais, que levaram à crise, foi ainda sequer enfrentado. Portanto, continuaremos a conviver com a crise ainda por um bom tempo. A ciência continuou trabalhando, nesses 20 anos, com mais dinheiro para pesquisar, em função das preocupações de todos nós, e nenhuma das decisões da Rio-92 foi implementada numa escala que mereça atenção. Em 2012, o otimismo ingênuo já se foi, a humanidade se reúne, e não se sabe se haverá a coragem ou não – este será o aspecto mais decisivo da Rio+20: não será a profundidade intelectual, será algo que caberá aos políticos do mundo –, de encarar a realidade, que hoje não é mais ciência complexa, mas uma álgebra quase simples de que temos gigantescos problemas e uma janela na história, uma janela de oportunidades, de dez a vinte anos, para resolver; ou então ela não vai ter a coragem de fazer face a esta realidade.

Economia verde é economizar um recurso aqui, economizar um recurso acolá e jogar uma purpurina verde para se continuar fazendo as coisas do mesmo jeito? Ou economia verde é a busca de um modo de produzir, de consumir e de desenvolvimento humano que não esbarre nos limites do planeta? Porque esse “esbarrar nos limites do planeta” trará muito custo, muito sofrimento desnecessário, no futuro. Não se trata do fim da humanidade, de apocalipse; trata-se da mesma história de sempre: os pobres do planeta, desta vez contadas às centenas de milhões de pessoas, que são as que estão em posição mais vulnerável e que têm menos recursos para se defender, irão sofrer muito.

Chama a atenção para a fragilidade das divisões: meio ambiente, economia etc. Não há problema nenhum em relação ao meio ambiente. Isso é uma grande bobagem. Essa oposição entre preservação e conservação ambiental, de um lado, e de crescimento econômico, luta contra a pobreza, desenvolvimento do espírito humano, de outro, é um anacronismo do século XX. Corre da onipotência narcísica da humanidade, que ouviu que somos feitos à imagem e semelhança de Deus, e entendeu errado que somos deuses. Não temos poder nenhum para fazer mal à natureza do planeta. Quem quer que esteja nessa luta achando que “Precisamos salvar a natureza do planeta. Temos que ter responsabilidade. Estamos estragando a natureza, vamos salvá-la”, isso tudo é bobagem! O nosso tempo é um – e curto. Vivemos por volta de 80 anos; Jesus esteve aqui há dois mil anos; a civilização tem sete mil anos; a agricultura, onze mil anos; e o primeiro bebê idêntico a nós, Homo sapiens, que, bem educado, estaria aqui, concordando, discordando ou pensando em outra coisa, tem apenas 200 mil anos. A vida no planeta tem três bilhões e 600 milhões de anos. E só a vida pluricelular, essa biodiversidade que amamos, tem somente 650 milhões de anos. Vocês conseguem pensar nisso? Se projetarmos num relógio de 24 horas, isso significa que nós chegamos aqui nos últimos segundos. Nas 23 horas, 59 minutos e muitos segundos. E o planeta já passou por problemas incomensuravelmente maiores do que tudo o que a humanidade possa sonhar em fazer para daqui a 500 anos. É desse jeito que damos nomes às eras geológicas: Paleozoico, era da vida antiga. Aí, veio o Apocalipse, e ela acabou. Se a humanidade existisse naquela época exatamente como existe hoje, a chance de sobrar um de nós seria zero. Nós somos o topo da cadeia alimentar. Mais cinco a dez milhões de anos depois está tudo aí de novo. Veio o Mesozóico, a era da vida média, que acabou, de novo, numa extinção, ao final do Período Cretáceo. Então, o

planeta já passou por cinco apocalipses, muito superiores à tese de fazer explodir todas as bombas nucleares e botar para fora toda poluição que a gente possa fazer. E o foram incomensuravelmente superiores. Pelo tempo da natureza, cinco milhões, dez milhões de anos depois, ela se recupera.

Aquela ideia de preservação e conservação ambiental, de um lado; e de crescimento econômico e combate à pobreza, no outro extremo, isso não faz sentido. Quem mais sofrerá com a crise ambiental são os pobres.

Relativamente à Amazônia, havia antes uma hipocrisia: precisamos ocupar, crescer, botar gado, botar boi, população, por razões de crescimento econômico e soberania nacional etc. Trata-se de uma argumentação hipócrita. Ela caiu. Ninguém mais diz isso hoje. Aí, surge uma nova hipocrisia: se vivem na Amazônia vinte milhões de pessoas, nós precisamos então botar mais bois, crescer, para que elas saiam da pobreza. Ora, aquele é o pior IDH do Brasil. O IDH do arco do desmatamento é muito pior do que o IDH da Favela da Maré e do Complexo do Alemão. É isso que querem oferecer para esses vinte milhões de pessoas? É mais ocupação extensiva, mais grilagem, em nome do combate à pobreza?

Essa hipocrisia não se sustenta na realidade dos fatos. O mesmo vale para o planeta. A ideia de continuar com o atual modo de produzir e consumir em nome do combate à pobreza é uma falsidade! Quem irá se mover por conta da elevação do nível do mar serão 20% da população de Bangladesh e muitos outros ao largo de todo o planeta, e quem já sofre com os eventos climáticos extremos são os que estão em posição vulnerável. Quem irá sofrer problemas de segurança alimentar por conta da desertificação ou da perda de qualidade dos solos são as populações pobres.

Há uma única realidade: a econômica, a social e a da nossa relação com os limites do planeta. Não estamos falando em esbarrar nos limites do planeta amanhã; estamos falando que já perdemos o bonde da história.

Em relação às mudanças climáticas, aquelas que são o problema mais grave, mais urgente, mais profundo, o tempo já passou. Se o limite do perigo é de 2°C, isso já é muito grave. Mais do que isso, a gente começa a correr riscos que ninguém na vida cotidiana ou nos negócios consideraria racional assumir. Não temos nenhuma chance de aquecer por apenas mais 2°C. Se fizermos uma gigantesca revolução, talvez consigamos ficar em 3°C. Parece pouco, mais isso já é 50% acima do limite do perigo.

Um fantasma assusta o planeta: o atual desenvolvimento insustentável, que tem que ser transformado em sustentável. E não o será na Rio+20; será no âmbito de um processo político no qual a humanidade estará frente ao desafio mais complexo e inédito da sua história, porque consciente e porque estamos sendo desafiados a fazer coisas que a humanidade jamais fez.

Em primeiro lugar, a decisão tem que ser da humanidade. E a humanidade é um conceito abstrato, porque, no concreto, nós somos indianos ou paquistaneses, israelenses ou palestinos. Pela primeira vez, teremos que tomar uma decisão global. Nunca o fizemos, e quando fazemos nos dias de hoje, como na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, em Nagoya, a lacuna de governança global é de tal ordem que não faz a menor diferença. Ter acordo, como em Nagoya, sobre biodiversidade, ou não ter acordo nenhum, não faz a menor diferença. O que era bom de acontecer iria acontecer, e os desastres pela frente acontecem da mesma maneira. A humanidade tem que se insurgir enquanto humanidade.

Em segundo lugar, temos que tomar uma decisão no tempo. Nunca o fizemos antes.

Lembro-me de uma frase já consagrada: “A filosofia do crescimento a todo custo é a filosofia da célula cancerosa”. Mas também é a filosofia de cada um de nós. Não há valores, o que há hoje é crescimento, maximização da acumulação de capital, crescimento econômico. Seremos capazes de mudar isso, optando por um modo em que continue a haver crescimento, mas em função do desenvolvimento?

A linguagem às vezes trai para o bem e para o mal. Para o mal, por exemplo, em qualquer língua, ela nos separa da realidade da natureza. Meio ambiente, ambiente, environment, eu e o ao redor. Uma gigantesca besteira. Desde Darwin sabemos que a vida é uma coisa só, uma única história e uma única teia. Estamos destruindo a natureza do nosso tempo. Não estamos destruindo a natureza, nunca teremos capacidade para isso. Estamos destruindo a natureza da qual dependemos. Dependemos do clima, da biodiversidade, dos solos, dos recursos hídricos. Nós é que sofreremos. Nós não estamos separados dela. Somos parte dela e dependemos dela.

Mas a linguagem, às vezes, trai igualmente para o bem, na palavra desenvolvimento, ou desarrollo, development, développement. Isso

não quer dizer crescimento a todo custo, quer dizer prefixo “des”: desfazer. Desfazer o que está envolvido, desfazer o que está arrollado, desfazer o que está envelopado — development.

Desenvolvimento também é crescimento econômico. Mas é muito mais do que isso. É libertar o potencial. É o que as mães querem para os filhos. Não querem que eles apenas ganhem dinheiro, embora isso faça parte. O que as mães querem para os filhos é mais do que isso. Seja qual for o filho, vitimado por alguma doença ou superdotado, a mãe olha e diz: “Eu quero que ele realize o que ele pode ser”.

É desse desenvolvimento que a humanidade precisa. Esse é o desenvolvimento sustentável. Mas ninguém sabe o que ele é. É do nosso tempo histórico encontrar a resposta para essa linda pergunta.

SRA. SANDRA RIOS:

As questões do desenvolvimento sustentável já estão influenciando os fluxos de comércio, as decisões de investimento e as percepções sobre política industrial. É fundamental entender um pouco melhor o tema referente a desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, mudanças climáticas, suas implicações sobre políticas públicas, políticas industriais e políticas comerciais.

A questão da mudança climática é determinante para o debate sobre a transição para a economia verde, queiramos ou não. Se é determinante, é inescapável. Portanto, é preciso que se comece a pensar e a debater esse tema de forma um pouco mais decisiva e mais detalhada, em relação ao que temos feito até agora.

Chama a atenção para a percepção de que há uma desconexão no Brasil entre as agendas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa e a agenda de transição para a economia verde ou para uma economia de baixo carbono. Essa é uma peculiaridade do Brasil, é um caso diferente do de países desenvolvidos ou de outros países em desenvolvimento, onde essas duas agendas estão muito mais conectadas.

Por que essa é uma peculiaridade do Brasil? Porque, de um lado, no Brasil, a intensidade da emissão de gases de efeito estufa está centrada na questão do desmatamento e, de outro lado, porque nossa matriz energética é relativamente limpa, sobretudo se comparada à dos outros

principais atores da economia internacional.

Essa característica brasileira tem levado a uma menor atenção sobre as políticas econômicas, particularmente as políticas industriais relacionadas à transição para a economia verde. Temos centrado as nossas atenções na questão do desmatamento. Com isso, temos conseguido avanços importantes em relação à agenda de mitigação de emissão de gases de efeito estufa. Mas, não estamos preparando, por meio de políticas públicas, a estrutura produtiva brasileira que seria desejável para uma economia de baixo carbono, se pensarmos em vinte anos para frente.

A agenda de desenvolvimento sustentável traz um novo sentido para a política industrial: utilizar os instrumentos de política pública para orientação da economia em direção a um processo e a uma estrutura produtiva de caráter mais limpo e mais sustentável.

Basicamente, temos três conjuntos de instrumentos de políticas que podem ser utilizados. O primeiro diz respeito à remoção das barreiras ao crescimento verde. Isso tem a ver com o debate sobre subsídios à produção intensiva em emissão de carbono. Isso se refere particularmente aos subsídios ao consumo de combustíveis fósseis.

Há a questão da remoção das barreiras ao comércio de bens ambientais. Para o Brasil, as barreiras à exportação do etanol simbolizam bem esse aspecto. Há todo o debate sobre regulação, discute-se se o mercado vai ser suficiente para lidar com essa questão. Parece evidente que a regulação é fundamental para lidar com as inúmeras falhas de mercado relacionadas à mitigação de emissão de gases de efeito estufa.

E há a questão da implementação de medidas que promovam a difusão de novas tecnologias, de financiamento para adaptação à reconversão.

De modo geral, há duas importantes dimensões da política industrial verde – se quisermos chama-la assim – que se contrapõem. É importante que discutamos isso, pelo menos como marco teórico. Existe a dimensão da reconversão para a economia verde. Trata-se de reverter o processo produtivo em um processo produtivo mais limpo. Esse é um processo inescapável, que os países terão que perseguir, seja como resultado de negociações e compromissos internacionais, seja como decisão doméstica no

sentido de se atuar na direção do desenvolvimento sustentável.

Essa agenda de reconversão requer forte intervenção do Estado para dotar as economias dos países de condições, de instrumentos políticos e econômicos para que caminhem no rumo do processo de reconversão. O problema é que, de modo geral, essa é uma agenda defensiva.

Sempre que se fala em reconversão industrial, pensa-se que a essa reconversão estarão associados custos e que esses custos geram impactos negativos sobre a competitividade. Quando ocorrem impactos negativos sobre a competitividade, há imediatamente a preocupação com as barreiras que podem ser criadas ao comércio, como reação a isso. Essa é uma discussão absolutamente legítima.

Mas, a segunda dimensão das políticas industriais verdes tem relação com as oportunidades. Um país pode enfrentar esse processo de reconversão, buscando forçar sua indústria a se voltar um pouco mais para o desenvolvimento verde, importando tecnologias, importando produtos. Não necessariamente esses novos produtos e essas novas tecnologias têm que ser produzidas domesticamente. Mas, se encaramos esse processo como uma nova oportunidade de crescimento, percebemos que a agenda de inovação verde é uma agenda fortemente portadora de oportunidades.

A economia brasileira tem as vantagens comparativas necessárias para o desenvolvimento nessa direção. A indústria brasileira já se deu conta disso. Há um forte sentimento de que existem oportunidades, mas não temos instrumentos de política econômica e industrial suficientemente mobilizados para estimular que o processo se dê dessa maneira.

Temos estudado os casos de política industrial em países que vêm apoiando esse processo. É o caso da Coreia e da China. O Brasil não tem que adotar os mesmos instrumentos que a China vem adotando, porque há uma série de questões institucionais. Temos que tomar cuidado quando pensamos em políticas industriais. De qualquer maneira, é importante olhar o que a China está fazendo.

Quando observamos a experiência brasileira recente, o que percebemos é uma enorme contradição. De um lado, há esforços importantes de mitigação de emissões relacionados à redução do desmatamento, mas o Brasil tem reagido, em termos de política industrial, com

instrumentos voltados para aumento da produção, estímulo à produção de bens industriais, sem incluir condicionalidades para o desenvolvimento verde nem oferecer instrumentos de estímulo a essa produção.

É fundamental a combinação de regulação, precificação e oferta de condições de financiamento e de estrutura tributária que possa estimular esse processo de desenvolvimento e de inovação.

Não existe contradição entre transição para a economia verde, transição para a economia de baixo carbono e crescimento, particularmente se estivermos pensando em crescimento sustentável. Existem inúmeras oportunidades para serem exploradas. O Brasil tem condições de enfrentar essa agenda. Precisa é de um ambiente político-institucional e de instrumentos de política industrial e econômica que sejam compatíveis e estimulem esse processo.

Se entrarmos um pouco mais nesse debate e procurarmos discutir os instrumentos de política possíveis de serem adotados, estaremos mais bem preparados para enfrentar as negociações internacionais, com posições mais coerentes com a nossa visão de futuro.

DEPUTADO ALFREDO SIRKIS:

A Rio+20 tem duas grandes características. Por um lado, é uma conferência oficial das Nações Unidas, com 193 países que precisam decidir por consenso aquilo que conseguirem aprovar. Por outro lado, é um processo político multifacetado que envolve segmentos da sociedade internacional e da sociedade do país que está sediando essa reunião, onde é possível se avançar politicamente. Refiro-me à mobilização em torno de ideias e de propostas dentro da nossa sociedade e do mundo como um todo, da sociedade civil globalizada. Diante disso, temos de escolher qual é o nosso caminho, o nosso nicho.

Existe, com legitimidade, uma quantidade enorme, uma pletora de discussões sendo colocadas na Rio+20 que não são os dois temas da conferência oficial, que vêm a ser economia verde e governança.

Em termos de governança, nada vai acontecer. Vão mudar o nome de um programa, que é o PNUMA, para uma agência e vão transformar uma comissão em conselho. Seria outra discussão saber por que nada vai mudar em termos de governança. Mas a realidade é essa.

Onde pode eventualmente haver algum avanço, desde que, de fato, as coisas mudem profundamente, é na questão da economia. Não é muito feliz a escolha do nome “economia verde”, porque esse é um conceito confuso, traz ruído de comunicação e uma série de polêmicas que não têm nada a ver com aquilo que se quer discutir. As pessoas que não têm discurso, que estão presas ao passado, a polarizações do passado, de repente, descobrem um mote para começar a discutir se é neoliberalismo ou não, quando o neoliberalismo está enterrado. Não é essa a discussão.

A melhor forma de discutir o assunto é sair do campo conceitual e ir para o campo prático. A Conferência das Nações Unidas, em vez de fazer um documento de mais de 100 páginas, deveria considerar alguns pontos para tentar avançar.

Em primeiro lugar, temos que discutir e questionar profundamente o PIB como o grande indicador em termos de desenvolvimento. Por exemplo, na Ilha de Espanhola abriga dois países, a República Dominicana e o Haiti. Ao longo da história, a República Dominicana preservou as suas florestas, e o Haiti destruiu completamente as suas. Quem sobrevoa a Ilha de Espanhola vê, de um lado, a parte florestada e, do outro, a parte completamente desmatada. Isso coincide com a fronteira dos dois países. Hoje em dia, o Haiti é o país mais pobre da região, com uma série de situações que conhecemos. Quando se deu esse processo? Durante a fase em que se promovia esse amplo desmatamento, como se comportavam os PIBs do Haiti e da República Dominicana? É claro que o PIB do Haiti estava alto e o da República Dominicana estava baixo. Só esse exemplo nos mostra que o PIB, simplesmente, não quer dizer nada.

Uma comissão de notáveis, tendo à frente Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, foi encarregada pelo Presidente Sarkozy de elaborar um estudo sobre um novo indicador. O documento foi redigido em uma linguagem acessível a cada um de nós, que conseguimos entender rapidamente.

Deveria haver uma simplificação, sendo incorporados alguns vetores fundamentais em termos ambientais e sociais. A ONU tem condições de fazer isso a tempo da Conferência no Rio? Não. Mas ela pode aprovar como princípio o fato de que precisamos de um novo indicador. Se a Conferência for capaz de fazer isso, já será um avanço fantástico.

O segundo ponto refere-se à recomendação para que os

países alterem os respectivos sistemas tributários. Não seria aumento da carga tributária, pelo menos não em todos os países — alguns, de fato, precisam aumentá-la. Seria considerada, ao menos, a substituição de tributos que são regressivos do ponto de vista ambiental e social por tributos que levem em conta questões como intensidade de carbono, biodiversidade.

Toda política de taxação, de subsídio, de não taxação precisa ser revista à luz da preocupação com as mudanças climáticas e com a extinção da biodiversidade no planeta. Isso tem que ser uma parte integrante dos critérios que compõem os sistemas de tributação dos 193 países que estão na Conferência.

Também tem que se discutir a questão de taxas internacionais. Há toda a discussão sobre a Tobin tax. Neste momento os recursos nas mãos dos Estados nacionais e dos Governos são relativamente limitados. Há trilhões de dólares nas mãos do capital especulativo. Tem que haver uma estratégia inteligente para direcionar esses recursos para uma economia produtiva, de um lado, geradora de emprego e renda, e de baixo carbono, de outro. Um dos instrumentos nesse caso pode ser uma taxa, como a Tobin tax, em uma perspectiva que estimule a economia de baixo carbono e a preservação da biodiversidade.

O terceiro ponto seria o investimento público no campo dos 193 países e das agências multilaterais. Seria um New Deal planetário, com grande investimento público gerador de empregos nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação, com toda a perspectiva verde incorporada, evidentemente. Uma coisa é construir casas e edifícios totalmente divorciados do ambiente natural, outra é fazer isso com aquecimento solar de água, energia solar, economia de eletricidade, de água. Cabe, então, um grande investimento público, uma visão neokeynesiana com conteúdo de economia verde.

Finalmente, outro ponto a considerar é o valor econômico dos serviços ambientais prestados por ecossistemas. É totalmente absurdo que os serviços que são prestados pela Floresta Amazônica, pelo Pantanal, pelos manguezais – que o novo Código Florestal quer destruir – sejam considerados como algo que não vale nada. Tem que haver o reconhecimento do valor econômico intrínseco desses serviços ambientais.

Há outras importantes questões que poderiam ser consideradas. A Conferência não estaria perdida, se fosse capaz de definir esses quatro pontos como princípios válidos para serem posteriormente esmiuçados. Já seria um avanço.

Sobre a definição de metas, afirma que seria positivo que a Rio+20 as definisse numa série de campos. Mas, não se deve esquecer que já definimos metas: a Agenda 21, aprovada na Rio-92, é um conjunto de metas e ações; existem as Metas do Milênio. Porém, é complicado começar a definir novas metas sem fazer o balanço daquelas que anteriormente estabelecemos.

Um dos grandes problemas da Rio+20 é que não está previsto um momento em que se realize, de fato, um follow up, um check-list da Rio-92. Se temos uma Conferência que fecha um ciclo iniciado há 20 anos pela Rio-92, deveria ser feito o check-list da Convenção sobre a Mudança do Clima, da Convenção sobre a Diversidade Biológica, da Convenção da Desertificação e da Agenda 21, para ver o que fizemos, onde avançamos ou não. Para estabelecer novas metas, o que acha louvável, temos de fazer um balanço do que aconteceu com as metas que anteriormente foram fixadas.

Sobre a questão do clima, é evidente que não pode haver discussão de economia verde nem de governança internacional que esteja divorciada da discussão sobre o clima. Como isso é impossível na Conferência oficial, as Subcomissões Rio+20 do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, das Comissões de Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia, com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do Estado de Pernambuco e de algumas organizações não governamentais, tiveram a iniciativa de organizar o Desafio Rio-Clima, Rio Climate Challenge. É uma simulação, entre grupos de contato de diversos países, do que seria um acordo internacional que atendesse, de fato, aos parâmetros da ciência.

Hoje, o IPCC diz que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre não pode ultrapassar 450ppm. Para termos 50% de chance de que a temperatura se mantenha em 2°C, é necessário manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nesta proporção, de 450ppm. Há, contudo, um abismo em relação ao conjunto de metas obrigatórias assumidas pelos países signatários do Anexo I do Protocolo de Kyoto e as chamadas NAMAs, as metas voluntárias. Se todos cumprirem

religiosamente isso tudo, ainda assim haverá uma distância abissal, chamada de gap, no linguajar climático internacional.

Então, o objetivo da Rio Climate Challenge é ver o que seria necessário para, de fato, lidar com o gap e mostrar para a sociedade global, diante da emergência planetária relacionada à questão climática, que é possível e necessário proceder dessa maneira. Provavelmente teremos mais de um cenário a respeito de como isso pode ser alcançado.

SR. DEPUTADO IVAN VALENTE:

A Rio+20 é um grande palco. Ela não muda a economia, não muda os processos que estão em evolução. O que a economia verde pretende discutir? Seria o modo de produzir e consumir de maneira diferente? É a economia de baixo carbono?

Sabemos que os protocolos, na maioria das vezes, não são cumpridos, como é o caso do Protocolo de Kyoto. Sabemos que questões centrais da atualidade, como biodiversidade, mudanças climáticas, não estão na pauta da Rio+20, mas podem ali ser colocadas. Esse é ponto. O colocar depende muito da forma como se traduzem na política as questões. Para mim, discutir Rio+20 é discutir economia mundial. Discutir economia mundial é a solução que os europeus estão dando. Eles exigem cortes monumentais e sacrifícios brutais, por exemplo, do povo grego, exigem que juntem 13 bilhões de euros, e depois o Banco Central europeu dá um trilhão de euros para livrar os banqueiros europeus. Ao mesmo tempo, a FAO está falando de fome na África e no mundo.

Enquanto existir economia especulativa, não existirão soluções imediatas. É criminosa a forma como hoje são geridos os recursos. A economia é de papel. Existem mais de 40 trilhões de dólares girando pelo mundo, enquanto o PIB real talvez seja menos de um décimo disso, o PIB da indústria, da produção agrícola etc.

O Brasil é a quinta economia do mundo, é um dos maiores territórios do mundo, é o país que tem grandes vantagens comparativas: água, biodiversidade. O Brasil tem voz. Essa é a questão. Então, o Brasil pode fazer desse palco um espaço importante, central, para apresentar propostas relativamente à questão climática, à produção econômica, à geração

de energia, a matrizes desse tipo. O Brasil tem condições de desempenhar um papel de vanguarda, algo que não tem visto. Ao contrário.

Mas, como vamos nos apresentar como vanguarda na Rio+20 aprovando um retrocesso brutal do Código Florestal? Menciona também a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que retira do Poder Executivo a capacidade de demarcar terras indígenas, terras quilombolas e unidades de conservação. O que é isso? É com essa aura que o Governo brasileiro vai entrar numa conferência como a Rio+20? Ao contrário, deveríamos ser o exemplo.

Para nós, estes são pontos centrais da Rio+20: discutir a questão climática, discutir a questão da biodiversidade, debater sobre a economia mundial, mobilizar a sociedade. Isso levaria o Brasil a ter um papel de vanguarda.

Antes disso, temos de fazer a nossa lição de casa: não deixar que retrocessos como os relacionados ao Código Florestal e à PEC 215 passem pelo Congresso Nacional. No caso do Código Florestal, como não se trata de emenda constitucional, que ao menos a Presidente da República vete os dispositivos que anistiam os responsáveis por desmatamento.

DEPUTADO FERNANDO FERRO:

Afirma que trabalhou por mais de um ano na Câmara dos Deputados com a elaboração de uma proposta de marco legal sobre energias renováveis no Brasil. Tínhamos uma série de projetos de lei, com diversas sugestões e propostas de utilização e de melhoria da nossa matriz energética. Essa matriz já é boa, se comparada à média mundial, mas isso não nos autoriza a ficar tranquilos. Temos que aprofundar a diversificação da matriz e a sua limpeza.

O Projeto de Lei nº 630, de 2003, do qual foi Relator, oferece uma série de sugestões para dotar o País de legislação na área das energias renováveis. Hoje, a matéria é regulamentada por meio de decretos ou de iniciativas, que, de certa maneira, propiciaram, no caso das fontes eólicas, ampliação da sua presença. Isso foi estimulado pela crise na Europa, que terminou deslocando produtores e oportunidades para o Brasil e para a América Latina. Mas, deveríamos definir regras mais perenes nesse campo.

A aprovação dessa matéria poderia ser uma contribuição do Parlamento brasileiro para a Rio+20, no sentido de dotar o País de um marco legal de fontes renováveis alternativas. Temos algumas ações nesse campo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), mas não articuladas dentro de uma visão mais global e includente, em um conceito de matriz energética limpa. Poderemos contribuir, como expressão da vontade do Parlamento brasileiro, de colaborar, não apenas no discurso, mas com ações práticas que viabilizem posturas em prol da construção de uma economia mais sustentável.

SR. VICENTE ANDREU GUILLO:

Sobre a Rio+20, concorda que o contexto geral, muitas vezes, não está carregado de otimismo, mas, a Agência Nacional de Águas vê com muita expectativa a realização dessa Conferência, particularmente em relação ao tema água. Estão fazendo um grande esforço para que o tema venha a ter relevância na Rio+20 e, particularmente, em relação a alguns aspectos.

O primeiro é o da governança. Defende que haja uma instituição voltada para o tema no âmbito das Nações Unidas.

O segundo aspecto é a relação entre mudanças climáticas e água. Quer recolocar a discussão sobre reservatórios de água no Brasil e no mundo, que considera necessários para que se possa fazer frente às grandes inundações e à seca e oferecer segurança hídrica.

O terceiro ponto está relacionado ao pagamento dos serviços ambientais, fundamentalmente em relação à proteção dos recursos hídricos na sua qualidade e quantidade.

Não dá para discutir a Rio+20 sem debater a realidade brasileira, que é influenciada e influencia a Rio+20. Nesse sentido, gostaria de dialogar em relação à proposta que tem sido divulgada pela imprensa, na reforma do Código Florestal, de redução das matas ciliares e de encaminhar para os Estados a deliberação sobre essa questão. Entende que não há base científica alguma para sustentar uma proposta dessa natureza, e isso trará prejuízos sensíveis. É só imaginar um rio que faça fronteira entre dois Estados: de um lado o Estado devastou tudo, foi até o limite do rio; enquanto o outro lado tenta proteger. Quer dizer, não há nenhuma consistência, em termos do

pacto federativo, em uma proposta dessa natureza.

A ANA defende a manutenção da faixa mínima de 30 metros. Se remetida aos Estados a competência de definir essa faixa, isso deve ser no sentido complementar, ou seja, de alargar a proteção oferecida, e não no sentido de estipular qualquer limite de faixa de proteção das matas ciliares, o que teria consequências desastrosas para os recursos hídricos do nosso País.

SR. SERGIO BESSERMAN:

Em relação à mobilidade sustentável, afirma que essa é uma questão central. Oitenta por cento da população brasileira é urbana, é preciso dar mobilidade a todos.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Bus Rapid Transit (BRT), metrô sobre pneus, vai promover algo de mobilidade sustentável. Há um avanço grande também na construção de ciclovias, principalmente em áreas populares, porque a atual rede é toda Zona Sul.

Registrar esses avanços é importante, e também os há em outras cidades, mas tão importante quanto registrar o avanço, ou mais, é dizer que estamos a quilômetros e quilômetros de distância de planejar as cidades com uma mobilidade inteligente, potencializando o uso da bicicleta.

É indispensável que a macroeconomia global precifique os valores que a humanidade se dispõe a assumir, especialmente o fim da civilização dos combustíveis fósseis e a construção de uma economia de baixo teor de carbono. Isso tem que estar no preço das mercadorias, para que a economia de mercado se subordine aos valores que vamos estabelecer. Isto é o que nós podemos chamar de revolução radical: as empresas terem um norte definido, sistemas tributários, e assim por diante. Se isso será possível ou não, é o desafio dos nossos tempos.

SRA. SANDRA RIOS:

Afirma que o que falta são políticas públicas que induzam o uso de energias sustentáveis. Não tem a menor dúvida de que o resultado é redução de custo. O problema atual é que temos uma estrutura de incentivos – políticas tributárias, de financiamento e de subsídios – que é perversa e atua no sentido contrário ao que deveria atuar.

DEPUTADO SARNEY FILHO:

Afirma que, com as ações que a Frente Parlamentar Ambientalista realizou ao longo de 2011 e que se encerram neste Seminário, cumpriu-se o objetivo de colocar a sociedade civil a par do que é a Rio+20.

V – DOCUMENTO PRELIMINAR APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA A RECEPÇÃO DE SUGESTÕES POR PARTE DOS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL PARA A RIO+20

MINUTA PARA CONSULTA À COMISSÃO NACIONAL DA RIO+20

REUNIÃO EM 26 DE OUTUBRO DE 2011

Brasília, 25 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro sediará, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, vinte anos depois da histórica Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Existe ampla expectativa, nacional e internacional, de que a Rio+20 constitua oportunidade única nesta geração de mobilização dos recursos políticos necessários para desenhar uma saída duradoura para a crise internacional, levando em conta a complexidade de seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De forma a corresponder a essa expectativa, deverá ser cumprido o mandato da Conferência, definido na Resolução 64/236 da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que inclui o tratamento dos desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável (capítulo I deste documento) e os temas da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e da “estrutura institucional do desenvolvimento sustentável” (capítulos II e III deste documento).

Para o Brasil – País que presidirá a Conferência, cuja realização propôs, em 2007 – entre os principais resultados a serem alcançados deverão estar incluídos:

1 – A incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana.

2 – A plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, de forma a alcançar maior sinergia, coordenação e integração entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, de forma a superar a prevalência de visões ainda setoriais, vinte anos após a definição do desenvolvimento sustentável como prioridade mundial.

3 – O fortalecimento do multilateralismo, com a clara mensagem de adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável.

4 – O reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de governança global.

A oportunidade dessa agenda é dada pelo próprio desenrolar do debate sobre desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas, desde a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório Brundtland), em 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”, no qual o conceito foi apresentado como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, o conceito foi aprimorado – e os documentos multilaterais então assinados refletem esse avanço – passando a enfatizar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental, pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Joanesburgo, as oportunidades e dificuldades de implementação das decisões da Rio-92 foram identificadas e refletidas no Plano de Implementação de Joanesburgo.

Vinte anos depois, a Declaração do Rio e seus 27 Princípios permanecem atuais, em particular o de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, segundo o qual os países desenvolvidos devem tomar a dianteira nos desafios do desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua responsabilidade histórica pelo uso insustentável dos recursos naturais globais. Os Princípios do Rio incluem a necessidade de que os países desenvolvidos mantenham oferta adequada de recursos financeiros e de transferência de tecnologia, de modo a auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21, por sua vez, propõe medidas práticas a serem empreendidas tanto internacionalmente, quanto nacional e localmente. Trata das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, da conservação e gerenciamento dos recursos naturais, do fortalecimento da participação da sociedade e dos meios de implementação dos compromissos acordados, estabelecendo diretrizes e caminhos para a aplicação concreta dos princípios da Declaração do Rio. Em seus 40 capítulos, a Agenda 21 permanece atual e mantém seu caráter de referência para os programas de desenvolvimento. No Brasil, a implementação da Agenda 21, por meio da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), e a construção das Agendas 21 Locais e do Desenvolvimento Local Sustentável são demonstrações da atualidade e da importância desse documento para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável.

Confiante na renovação do papel do sistema multilateral como foro de solução dos grandes problemas globais, o Brasil almeja que os resultados da Rio+20 sirvam como referência internacional, sinalizando uma inflexão na forma como o mundo é pensado.

Os resultados deverão assegurar que todos os países se sintam capazes de implementar as decisões adotadas no Rio, a partir da criação de condições adequadas – os necessários recursos financeiros, tecnológicos e de capacitação – para implementá-los, construindo, assim, uma visão compartilhada de sustentabilidade válida para as próximas décadas.

A Rio+20 é uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável e não apenas sobre meio ambiente. O desafio da sustentabilidade constitui oportunidade excepcional para a mudança de um modelo de

desenvolvimento econômico que ainda tem dificuldades de incluir plenamente preocupações com o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

A expansão da fronteira social com a criação de mercados consumidores de massa e a diversificação da matriz energética mundial com maior uso de fontes sustentáveis constituem elementos-chave na direção desse novo modelo. A “nova economia” – de que o mundo carece em particular neste momento de crise – é a economia da sustentabilidade e da inclusão.

A sustentabilidade hoje não é mais uma questão de idealismo, mas de realismo. É necessário mudar o padrão de desenvolvimento e dar respostas à altura do desafio global.

Para o êxito da mudança, é essencial a mobilização de todos os atores: governos nacionais e locais, cientistas, acadêmicos, empresários, trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Aspectos do desenvolvimento sustentável no mundo e no Brasil nos últimos vinte anos

A situação mundial e a situação do Brasil, em particular, são muito diferentes hoje daquelas em vigor em 1992. A reconfiguração geopolítica do mundo é marcada pelo maior dinamismo econômico dos países emergentes, impulsionado pelo êxito das políticas de redução da pobreza e de ampliação massiva dos mercados consumidores. Em termos de governança internacional, busca-se maior equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no debate sobre questões econômicas e financeiras globais.

A América Latina e Caribe consolidou-se como região de paz e democracia. De acordo com o relatório da CEPAL para a Rio+20, a região evoluiu em vários aspectos sociais desde o início da década de 90, por exemplo: a pobreza extrema caiu de 48% para 32%; o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) médio aumentou de 0,614 para 0,704; a distribuição de renda melhorou (o coeficiente de Gini passou de 0,54 para 0,52); a proporção de pessoas vivendo em habitações inadequadas caiu de 34% para 23%; a população sem acesso à energia reduziu-se de 18% para 6%; e o nível de emprego passou de 53% para 58%, dado ainda mais relevante

tendo em conta o aumento do contingente populacional. Esses dados não devem mascarar, entretanto, os enormes desafios sociais ainda existentes.

No plano econômico, foram praticamente superadas na região as questões da dívida externa e das crises recorrentes de balanço de pagamentos; o crescimento econômico tem sido consistente; e a inflação está controlada na maioria dos países. A alta nos preços dos principais produtos de exportação da América Latina permitiu manter em equilíbrio, ou em superávit, as balanças comerciais, mas não se deve ignorar que a estrutura produtiva permanece concentrada em setores primários e a produtividade em certos casos ainda é baixa, comparada à dos países desenvolvidos.

No plano ambiental, o mundo passou por mudanças significativas: o aumento da concentração na atmosfera de gases de efeito estufa foi acompanhado do reconhecimento de que o aquecimento global é um fenômeno determinante para o futuro da humanidade e elemento a ser considerado na elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que o crescimento desordenado das cidades apresentava suas conseqüências negativas, a revolução nas telecomunicações – principalmente a ampliação do acesso ao telefone celular e a expansão da internet – trazia enorme impacto positivo nos campos social e político.

Na América Latina, entre os indicadores positivos de meio ambiente, ainda segundo a CEPAL, pode-se mencionar que a proporção de áreas protegidas terrestres aumentou de 10% para 21%; a intensidade de emissões de CO₂ reduziu-se de 0,67 para 0,59 (toneladas/dólar do PIB); e o consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio caiu de 75 para 5 mil toneladas anuais (em Potencial de Esgotamento de Ozônio).

No Brasil, os elementos em destaque nos últimos anos foram o dinamismo econômico aliado ao combate à pobreza, o crescimento do emprego formal, a melhor distribuição de renda, a melhora na segurança alimentar e nutricional, o enfrentamento da mudança do clima – com compromissos voluntários e planos setoriais ousados de redução de emissões –, a conservação da biodiversidade, a ampliação e diversificação da matriz energética, com ênfase em fontes renováveis, a existência de movimentos sociais fortes e avanços na equidade de gênero, entre outros.

Entretanto, o País ainda apresenta desafios compatíveis com seu estágio de desenvolvimento, como aprimorar a qualidade da educação, intensificar o progresso científico e tecnológico, promover urbanização mais adequada e maior desenvolvimento rural.

DESAFIOS NOVOS E EMERGENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para alcançar o objetivo maior de erradicar a pobreza extrema, garantindo segurança alimentar e segurança hídrica para todos, o Brasil acredita que o modelo de desenvolvimento sustentável deve dar ênfase à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

As grandes soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável virão do aproveitamento de novas fronteiras tecnológicas, principalmente nos setores de energia, saúde e agricultura.

Nestas três áreas, a inovação é essencial: o desenvolvimento de uma energia sustentável; a produção de fármacos com base na riqueza da biodiversidade e na repartição justa de benefícios; e a expansão das conquistas tecnológicas na agricultura representam passos essenciais nessa direção.

Para que seja possível universalizar tal objetivo, é preciso alcançar soluções coletivas por meio do reforço do multilateralismo.

1. Erradicação da pobreza extrema

A erradicação da pobreza extrema é condição necessária para a realização dos objetivos assumidos rumo ao desenvolvimento sustentável. Esse consenso, consolidado no Princípio 5 da Declaração do Rio e em outros compromissos, tem constituído a base de diversas iniciativas e processos internacionais voltados ao combate à pobreza, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). A prioridade também está refletida no grande conjunto de políticas públicas nacionais que, nas últimas décadas, têm sido empregadas para o combate à pobreza extrema.

Os resultados efetivos na erradicação da pobreza extrema no mundo têm sido, contudo, inconstantes e insuficientes. Enquanto alguns países, como o Brasil, têm alcançado expressivas conquistas na redução da pobreza e da desigualdade, por meio da extensão da proteção social e da inserção produtiva, parte significativa dos países tem apresentado progressos pouco encorajadores e limitados. Tais lacunas de implementação

dos compromissos relativos à erradicação da pobreza não podem ser abordadas como tema à parte na agenda do desenvolvimento sustentável, devendo ser analisadas em conjunto com o modelo de desenvolvimento que se pretende favorecer.

O compromisso internacional com a redução da pobreza extrema está no próprio cerne da realização do direito que todos os países têm a se desenvolverem. A Rio+20 deve contribuir para esses esforços e fortalecer as iniciativas internacionais de combate à pobreza, complementando os programas já existentes. A erradicação da pobreza, portanto, não é suficiente, mas condiciona a capacidade global de construir um mundo mais justo e equitativo e constitui o parâmetro segundo o qual deverão ser avaliados e abordados todos os temas e propostas considerados na Rio+20.

2. Segurança alimentar e nutricional

A principal causa de insegurança alimentar e nutricional é a falta de renda necessária para obter acesso aos alimentos, não sua produção, que é suficiente para alimentar toda a humanidade. A questão do acesso a alimentos se torna ainda mais complexa com o aumento dos preços agrícolas, que prejudica os países mais pobres no curto prazo, até o momento em que a elevação dos preços proporcione oportunidades de crescimento da produção de alimentos e geração de emprego e renda para estes mesmos países.

O Governo brasileiro entende que a segurança alimentar e nutricional deve visar ao desenvolvimento socioeconômico de toda a família e da comunidade e não apenas do indivíduo, razão pela qual se preocupa com a geração de emprego e renda, principalmente no meio rural, onde reside a maioria das pessoas em situação de insegurança alimentar.

Como todas as demais políticas públicas, aquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional não podem prescindir da ampla participação social. O Brasil acredita que a participação representa condição sine qua non para o desenvolvimento econômico e social com proteção ambiental, em âmbito nacional e internacional.

No plano internacional, a estratégia brasileira de segurança alimentar e nutricional tem duas dimensões: estrutural e humanitária. Por meio da vertente estrutural, busca promover o modelo de segurança alimentar e nutricional adotado com êxito pelos programas socioeconômicos do Brasil (reforma agrária, desenvolvimento rural, crédito, infraestrutura, assistência técnica, seguro, armazenamento, política de preços

mínimos, comercialização, matriz agroecológica, entre outras), com participação social em sua formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Por meio da vertente humanitária, o Brasil busca dar sua contribuição à garantia da segurança alimentar de populações em outros países, em especial por meio da doação de alimentos, sempre após solicitação formal e consentimento do Estado recipiendário.

3. Equidade

A equidade é um tema que deverá perpassar os resultados da Rio+20. Trata-se de conceito que deverá ir além da noção de equidade intergeracional, consagrada em 1992, contemplando a equidade de maneira mais ampla, dentro de um mesmo país e entre todos os países. A idéia de equidade é transversal a vários dos desafios novos e emergentes, como gênero, consumo, acesso à energia, trabalho decente, segurança alimentar, entre outros. Deve estar refletida nas decisões que vierem a ser adotadas em torno desses temas, inclusive em eventuais novos objetivos e indicadores para medição de progresso e de desenvolvimento. É essencial que os mecanismos internacionais a serem originados da Conferência acompanhem também a evolução da equidade em nível global.

4. Acesso à saúde

No contexto dos esforços necessários para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a saúde – como direito humano universal – tem adquirido projeção cada vez mais evidente. Políticas de proteção e promoção social na área da saúde devem ser tratadas de maneira prioritária, tendo em conta seus benefícios para a o bem-estar social, a economia e o meio ambiente.

Os sistemas de saúde devem refletir participação social e diálogo permanente entre sociedade e governo sobre as políticas públicas, constituindo espaço privilegiado de governança setorial. Devem ser, portanto, a expressão da real articulação entre os pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Uma série de fatores explica a tendência para a crescente “globalização” da saúde. Certos problemas, como a transmissão de doenças, são transfronteiriços, e impactam negativamente os esforços nacionais de desenvolvimento. Outros fatores estão relacionados a financiamento. Evoluções internacionais recentes têm ampliado o financiamento para o combate às chamadas doenças negligenciadas. Entretanto, problema perene é

a escassez de medicamentos, muitas vezes produzidos por laboratórios privados e comercializados a preços inacessíveis para os países mais pobres, como é o caso do HIV/AIDS. A dificuldade de acesso a medicamentos é também resultado da falta de pesquisa e inovação relacionada a doenças que afetam tipicamente países tropicais, como malária, dengue e cólera.

O reconhecimento das medicinas tradicionais e populares, principalmente nos países em desenvolvimento, pode contribuir para o avanço nessas áreas, haja vista que os saberes e práticas tradicionais apresentam estreita relação com os recursos ambientais e da biodiversidade, bem como podem possibilitar a inclusão social de povos e comunidades tradicionais no complexo produtivo da saúde.

5. Trabalho decente, empregos verdes e responsabilidade social das empresas

A efetiva implantação do modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe que a inserção produtiva no marco do trabalho decente seja considerada objetivo central das políticas sociais, econômicas e ambientais, de modo a assegurar que as mudanças conduzam à geração de empregos em toda a cadeia produtiva e, particularmente, em setores estratégicos e intensivos em mão-de-obra, como parte dos esforços pela erradicação da pobreza.

Grandes oportunidades para a geração de empregos podem ser criadas pelo investimento em práticas sustentáveis de manejo da terra, agricultura familiar, agricultura de base ecológica, sistemas orgânicos de produção, manejo florestal sustentável, uso racional da biodiversidade para fins econômicos e novos mercados ligados a fontes renováveis e não convencionais de energia. Os investimentos em novas atividades sustentáveis exigirão cursos de formação e qualificação profissional, por meio de planos setoriais que permitam aos trabalhadores o acesso a novos postos de trabalho formais e de melhor remuneração.

É necessário que sejam asseguradas condições e relações de trabalho ao menos compatíveis com os patamares estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho, com vistas à sua superação, no marco da garantia de condições de trabalho decente. Num mundo em que as cadeias produtivas se alongam, é natural que a atenção das empresas seja ampliada à atuação de seus fornecedores. Entretanto, a responsabilidade das

empresas sobre seus fornecedores não deve substituir a responsabilidade fiscalizadora do Estado nem deve ser usada para impor políticas e comportamentos aos fornecedores de outros países. O relacionamento das empresas com seus fornecedores, no contexto do exercício de sua responsabilidade social corporativa, deve ser pautado pelo conceito de empresas sustentáveis e trabalho decente, com respeito às condições e prioridades locais.

6. Educação

O acesso de todos a uma educação de qualidade é condição essencial para o desenvolvimento sustentável. A educação constitui um dos principais vetores de inclusão e ascensão social, principalmente quando é democrática e respeita a diversidade.

Ao mesmo tempo em que se deve buscar a ampliação do acesso em todas as esferas, da pré-escola à pós-graduação, é necessária a promoção de práticas educacionais que contribuam para a mudança dos padrões de interação com o meio ambiente. Programas transversais de educação ambiental devem ser estimulados e a formação profissional precisa estar voltada para a inovação e a implementação de padrões de produção e consumo sustentáveis, valorizando as necessidades e o conhecimento local.

Uma estratégia de democratização do ensino e do acesso ao conhecimento não pode estar dissociada de um amplo processo de inclusão digital e de incorporação das novas tecnologias de comunicação ao ensino. É necessário trabalhar para diminuir a desigualdade no acesso existente entre países e entre indivíduos.

7. Cultura

A cultura é um diferencial na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade nos âmbitos global, nacional e local. A contribuição da cultura é indispensável para a consolidação do desenvolvimento sustentável, perpassando seus pilares social, econômico e ambiental. Nesse contexto, são fundamentais a promoção do acesso à cultura, a consolidação dos direitos culturais, a garantia da diversidade cultural e, especialmente, o fortalecimento da dimensão cultural do desenvolvimento.

Cabe ao Estado, ao mercado e à sociedade buscar a ampliação das políticas públicas e investimentos que visem à proteção e à valorização da diversidade e do patrimônio cultural dos povos, a promoção da cultura e das artes.

No plano da sustentabilidade, a indústria criativa e os meios de comunicação têm papel fundamental na disseminação de valores capazes de contribuir para a mudança de comportamento dos mercados consumidores em direção ao consumo sustentável. Exemplo dessa influência é a alteração da valorização do tabagismo pela indústria criativa mundial nos últimos anos. O hábito de fumar, que há algumas décadas era socialmente estimulado, passou a ser retratado como atitude prejudicial e até condenável. Essa nova imagem do tabagismo tem auxiliado os Governos nacionais a reduzir o número de fumantes e melhorar a saúde da população. A indústria criativa constitui vetor importante para a alteração de valores culturais e promoção de hábitos de consumo mais sustentáveis.

A Conferência Rio+20 deve, portanto, discutir formas de incentivar a indústria criativa a difundir valores mais sustentáveis. O objetivo seria incentivar a substituição do “consumismo” como aspiração social pelo “consumo sustentável”. O “consumo sustentável”, se valorado culturalmente como superior ao “consumismo”, induziria, naturalmente a hábitos de produção e consumo mais sustentáveis no longo prazo.

8. Gênero e empoderamento das mulheres

Relatório da ONU demonstra que a persistência das desigualdades entre gêneros é o maior entrave ao desenvolvimento humano nos países. Essa desigualdade, segundo a ONU, chega a provocar perdas de até 85% no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresenta diferenças entre o meio rural e urbano.

As mulheres desempenham, entretanto, papel central para o êxito das políticas de desenvolvimento sustentável, especialmente na promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis. Responsáveis pela maior parte das decisões de compra e investimento das famílias, as mulheres devem ser o foco prioritário de políticas de educação e conscientização para o desenvolvimento sustentável.

A perspectiva de gênero e as medidas para a promoção da participação da mulher em posições de poder devem ser consideradas de forma transversal no desenvolvimento sustentável, perpassando o conjunto das políticas públicas nacionais e iniciativas internacionais. A importância do recorte do gênero para o desenvolvimento sustentável deve ser reconhecida tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, bem como na administração pública e nas atividades produtivas.

9. Reforço do multilateralismo com participação da sociedade civil

A participação da sociedade civil é fundamental para reforço e renovação do multilateralismo. Presente de forma ativa em grande parte dos foros multilaterais, a sociedade civil tem atuado de forma decisiva na determinação de debates na agenda internacional, bem como na reflexão e na deliberação em processos internacionais. O papel da sociedade civil no multilateralismo é de especial relevância nos foros dedicados ao desenvolvimento sustentável, tendo sido fundamental para a própria consolidação desse conceito durante e depois da Rio-92.

Desde então, a sociedade civil vem atuando de forma cada vez mais determinante nos foros multilaterais, enriquecendo debates, assumindo papel central na mobilização social em torno de questões prementes e auxiliando na implementação de compromissos e decisões acordadas. A enorme capacidade de ação e reflexão da sociedade civil ainda pode ser mais bem integrada aos trabalhos dos diversos organismos multilaterais, os quais devem buscar formas para promover níveis de participação ainda maiores. Nos foros voltados ao desenvolvimento sustentável, o debate é ainda mais relevante e deve estar no centro das discussões em torno da estrutura institucional durante a Conferência Rio+20.

10. Papel do Estado

A adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável demanda substanciais investimentos e financiamento de fontes públicas e privadas, as quais, no atual cenário de crise econômica e restrições fiscais, têm apresentado fortes limitações. Nesse contexto, é fundamental que o Estado retome seu papel de indutor e regulador do desenvolvimento, favorecendo a

adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores, calcado no uso racional e na proteção dos recursos naturais e na incorporação de pessoas excluídas à economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho decente e à renda. Por meio de instrumentos econômicos e políticas públicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos, que facilitem a adesão do setor produtivo a padrões mais sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social.

É necessário que o Estado valorize os recursos e serviços ambientais. Por exemplo, ao mensurar a importância econômica da proteção de mananciais para o abastecimento das cidades, ou mesmo da proteção das florestas para o regime de chuvas e o consequente impacto sobre a produtividade das lavouras, a proteção e conservação ambiental passam a ter fundamento econômico. O Estado deve então regular o acesso aos recursos naturais, buscando compatibilizar as necessidades de desenvolvimento econômico e social com a utilização democrática, racional e menos danosa possível desses recursos, de forma a fortalecer uma dinâmica de reforço mútuo entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Um bom exemplo é a adoção de instrumentos econômicos para valoração – atribuição de valor – da floresta em pé, como forma sustentável de redução do desmatamento e da degradação florestal.

A regulação e a capacitação do setor financeiro são fundamentais para o êxito desses esforços. Por meio da política creditícia oficial, o Estado pode induzir um comportamento mais sustentável e responsável dos agentes econômicos, estabelecendo, por exemplo, condições para obtenção de financiamento público que favoreçam a adoção de modelos de produção mais eficientes, o respeito aos requisitos do trabalho decente e a consideração da sustentabilidade econômica em longo prazo. Os agentes financeiros privados devem ser parte integral dessas políticas, uma vez que têm interesse direto na sustentabilidade, não só por serem cobrados por acionistas e clientes, mas também por seu desempenho depender da consideração equilibrada entre variáveis econômicas, sociais e ambientais. A partir de um esforço de planejamento integrado, o emprego de critérios de regularização e adequação ambiental para obtenção de financiamento nas áreas agrícola, industrial, energética e urbana, em conjunto com mecanismos

que auxiliem os diversos atores produtivos nos esforços de adequação, também representa importante instrumento para o efetivo engajamento do setor financeiro na promoção de modelo econômico mais sustentável.

O Estado também pode influenciar significativamente a adoção de modelos mais sustentáveis pela forma como afixa e aplica a receita. Os instrumentos de política fiscal, associados à valorização de serviços ambientais, desempenham, nesse sentido, papel central no repertório de políticas do Estado, por meio dos quais podem ser estabelecidos estímulos positivos para a adoção de padrões mais sustentáveis em toda a cadeia produtiva. Também são de grande importância as parcerias público-privadas, voltadas a uma maior atração de recursos e dentro de uma estrutura adequada de incentivos e tributação. As compras públicas e investimentos também podem desempenhar papel nesse contexto.

O Estado deve promover o engajamento das empresas e da sociedade na construção do desenvolvimento sustentável. Esse processo requer conhecimento e valorização das especificidades locais, marcos regulatórios compatíveis, demanda e mercado regulados, acesso a crédito, assim como investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O papel do Estado na inclusão social, erradicação da pobreza e redução das desigualdades é igualmente importante. A implementação de políticas de incentivo à formalização do trabalho e acesso às redes de proteção social, bem como massivos programas de transferência direta de renda e a atuação no provimento e regulação dos serviços públicos, são alguns dos instrumentos que o Estado pode utilizar para promover a inclusão social, maior participação na vida econômica e melhor exercício da cidadania pelos mais pobres.

Na atuação do Estado para a promoção do desenvolvimento sustentável, também é fundamental levar em conta o papel das autoridades locais, as quais podem contribuir de forma determinante para a superação dos desafios de desenvolvimento sustentável enfrentados pelas populações locais. Nesse contexto, são de particular relevância as Agendas 21 Locais e a busca de soluções inovadoras que possam ser adaptadas a cada realidade específica.

Uma nova economia, em seus processos sustentáveis de produção e consumo, pressupõe uma sociedade global ética e Estados nacionais transparentes. O aperfeiçoamento dos sistemas nacionais de transparência é hoje tão crucial quanto políticas públicas para o enfrentamento da mudança do clima ou para a erradicação da pobreza, sendo, inclusive, condição para o seu sucesso. Para tanto, faz-se necessária a promoção de princípios éticos e de mecanismos de combate à corrupção, no marco da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

11. Produção e consumo sustentáveis

Os padrões atuais de produção e consumo, altamente intensivos em recursos naturais e frequentemente ineficientes em seu uso, são insustentáveis no médio e longo prazos. Somente se estes padrões forem modificados, parcelas crescentes da humanidade poderão alcançar níveis adequados de bem-estar social, ambiental e econômico. Os países desenvolvidos devem assumir a liderança no processo de mudanças, uma vez que não só são responsáveis, historicamente, pela geração dos hábitos de consumo predominantes, mas também pelo uso insustentável dos recursos naturais nos processos produtivos.

O Parágrafo 15 do Plano de Implementação de Joanesburgo sugere o estabelecimento de um programa de ação de 10 anos, com a liderança dos países desenvolvidos, para apoiar as iniciativas regionais e nacionais de aceleração do processo de mudança para o consumo e produção sustentáveis. Como resposta a esse compromisso, o sistema das Nações Unidas, por meio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas), deu início, a partir de 2003, ao chamado “Processo de Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentáveis”.

O conjunto de programas gerados pelo Processo de Marrakesh forneceu elementos para a construção de uma proposta de abordagem sobre o assunto, encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), com o objetivo de dar-lhe dimensão política, bem como facilitar a definição de mecanismos para implementação dos programas.

Com base nessa experiência, devem ser retomadas as tratativas internacionais sobre o tema, resolvendo pendências conceituais e definições quanto aos compromissos financeiros e de transferência de tecnologia, bem como os arranjos de implementação. Ambiciona-se, assim, que na Rio+20 se adote um Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, tendo como referência os avanços alcançados no âmbito do Processo de Marrakesh.

12. Energia

É possível criar incentivos e promover reformas regulatórias e institucionais com vistas a ampliar o uso de fontes renováveis e, ao mesmo tempo, assegurar oferta e acesso à energia para as populações, sobretudo nos países em desenvolvimento e naqueles de menor desenvolvimento relativo. Dentre as fontes renováveis, a energia hidrelétrica, a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, a energia eólica e solar, entre outras fontes não convencionais, como resíduos sólidos, microalgas e efluentes, são oportunidades para a geração de emprego e desenvolvimento. Deve-se levar em conta ainda a necessidade de implementação de ações, sobretudo nos países desenvolvidos, que favoreçam o aumento da eficiência energética.

A melhoria das tecnologias de produção de combustíveis automotores mais limpos deve ser buscada, pelo incremento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente aquelas voltadas para a produção e distribuição, em larga escala. A qualidade dos combustíveis utilizados possui ligação direta com os índices de poluentes emitidos. Incentivar o uso de combustíveis renováveis e de qualidade contribuirá muito para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Os biocombustíveis oferecem uma alternativa sustentável e com viabilidade comprovada para a mitigação da mudança do clima, com efeitos positivos sobre as emissões, o acesso à energia e o desenvolvimento econômico. A ampliação da produção de biocombustíveis em bases sustentáveis poderá promover o bem-estar tanto em áreas urbanas, devido à redução na poluição atmosférica, quanto na zona rural, atuando como vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Os biocombustíveis modernos, em especial o etanol, também constituem alternativa viável e sustentável ao consumo doméstico de biomassa tradicional (carvão vegetal, lenha, esterco). Ainda utilizada por 2,5 bilhões de pessoas, sua queima em ambientes domésticos aumenta significativamente a incidência de doenças respiratórias e mata 1,6 milhão de pessoas anualmente. Sua substituição por etanol geraria, além de benefícios de saúde pública, redução de desmatamento, de emissões de carbono e permitiria que as mulheres, em geral responsáveis pela coleta da biomassa tradicional, dedicassem mais tempo a outras atividades e à geração de renda.

Outro tema cuja importância deve ser reforçada pela Conferência é o aproveitamento de aterros sanitários para a produção de energia. Além da produção de eletricidade, a combustão do biogás contribui para a diminuição da emissão de gases causadores do efeito-estufa, ao transformar metano (seu principal componente) em gás carbônico (vinte vezes menos prejudicial ao meio ambiente), bem como para diminuir riscos de acidentes e aumentar a qualidade de vida em seu entorno.

13. Cidades e desenvolvimento urbano

No contexto do desenvolvimento sustentável, é fundamental a definição do papel das cidades, forma contemporânea predominante de assentamento humano que concentra, ao mesmo tempo, os centros de comando político e econômico, bem como os pólos de irradiação dos padrões de consumo, do conhecimento e das inovações tecnológicas. O mundo deverá definir e promover um novo padrão de ocupação, freando a expansão urbana desordenada nas megacidades e fortalecendo a governança das cidades pequenas, médias e grandes, com o provimento de serviços que assegurem qualidade de vida e geração de renda às populações.

Entre os principais desafios para o estabelecimento de cidades sustentáveis, destacam-se: o desenho de políticas voltadas ao planejamento integrado; o fomento à construção sustentável, à eficiência energética e à redução do consumo de água nos edifícios, com apoio à pesquisa e democratização do acesso a novas tecnologias, bem como à implementação de tecnologias modernas com vantagens ambientais; e a (re)qualificação progressiva dos empreendimentos habitacionais de interesse

social, considerando as três dimensões básicas do desenvolvimento sustentável e a diversidade cultural e de soluções urbanísticas e arquitetônicas, bem como proporcionando o máximo aproveitamento das condições bio-geo-climáticas locais e promovendo a justiça social e ambiental. Tais políticas públicas devem priorizar, ainda, o transporte coletivo de qualidade, o saneamento, o tratamento de resíduos, restrições para ocupação em áreas de risco e de várzeas de rios, criação de áreas protegidas e aumento da resiliência aos efeitos da mudança do clima.

No contexto das estratégias para cidades sustentáveis, devem inserir-se ações específicas para o setor de construções civis e infraestrutura. Dados da ONU apontam que o setor da construção, em nível global, responde por um terço do consumo de recursos naturais, incluindo 12% de todo o uso de água doce, e pela produção de até 40% de resíduos sólidos. A promoção da sustentabilidade no ambiente urbano passa por decisões de aquisição de produtos utilizados nos processos de desenvolvimento urbano que considerem os múltiplos impactos econômicos, ambientais e sociais ao longo do ciclo de vida. As informações disponíveis sobre estes impactos é limitada, e a carência de dados afeta todos os níveis de decisão, públicos e privados, nacionais e internacionais. Tal realidade limita, também, o engajamento de segmentos mais amplos da sociedade – o poder público, a indústria, o comércio e os consumidores em geral – a na promoção da sustentabilidade. A Rio+20 configura-se como foro político adequado para estabelecer e avançar em iniciativas globais que objetivem suprir tais lacunas por informações confiáveis e compartilhadas sobre a avaliação do ciclo de vida dos produtos da construção.

Em consonância com a crescente atenção atribuída à política habitacional, assim como ao tema da eficiência energética, é importante fortalecer o debate relativo à sustentabilidade em termos globais, uma vez que as perspectivas de crescimento urbano nas próximas décadas reforçam a necessidade de construção de casas para pessoas de baixa renda. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN Habitat), em cerca de 40 anos, dois terços da população mundial viverão em cidades, sendo que aproximadamente 70% do crescimento demográfico mundial deverão ocorrer nos países em

desenvolvimento. Em 2050, estima-se que a América do Sul será a região mais urbana do mundo, com 91,4% da sua população vivendo em áreas urbanas.

14. Transportes

É fundamental que o desenvolvimento sustentável também englobe medidas e políticas para fortalecer a sustentabilidade dos sistemas de transportes. Nos transportes urbanos, a sustentabilidade está ligada ao estabelecimento de sistemas eficientes de transporte público, como corredores rápidos de ônibus (BRT, na sigla em inglês para Bus Rapid Transit) metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e rodas e outros de baixa emissão, que substituam em grande parte o veículo individual. Essas alternativas poderiam diminuir os congestionamentos, reduzir a poluição do ar, os custos dos deslocamentos e os acidentes – tendo impacto direto sobre os gastos públicos com saúde e beneficiando sobretudo a população de renda mais baixa.

No transporte de cargas, devem ser feitos investimentos na diversificação da matriz de transporte, de forma sustentável, notadamente por meio da ampliação e fortalecimento de ferrovias e do transporte aquaviário de cabotagem e navegação interior, bem da como construção ou recuperação da infraestrutura rodoviária existente. A eficiência econômica e ambiental do transporte depende, necessariamente, do reequilíbrio da matriz de transporte, com a maior participação de modais mais limpos e da integração e combinação eficiente dos diversos modais.

Os biocombustíveis representam alternativa importante para o setor de transportes, tanto no que se refere ao transporte rodoviário, com o etanol e o biodiesel, quanto no transporte aéreo, uma vez que os biocombustíveis de aviação já se encontram em fase avançada de desenvolvimento.

15. Agropecuária

Absolutamente dependente das condições ambientais, a agropecuária é essencial para o desenvolvimento dos países, ao mesmo tempo em que contribui para o combate à mudança do clima. É possível garantir segurança alimentar e nutricional, promover a mitigação das emissões e o aumento da produtividade agropecuária, reduzir os custos de produção,

melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, especialmente da água, aumentar a resiliência de sistemas produtivos, promover o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais e possibilitar a adaptação do setor agropecuário à mudança do clima.

Para que isso ocorra, é preciso, entre outras ações, investir em pesquisa agropecuária, apoiar e incentivar os produtores a adotarem tecnologias de maneira a incrementar a produtividade e a sustentabilidade. Uma renovada atenção da cooperação internacional aos investimentos no desenvolvimento rural e à difusão de tecnologias adequadas à agricultura tropical torna-se particularmente importante. Além disso, subsídios insustentáveis à agricultura de países desenvolvidos, que distorcem mercados e inviabilizam a produção em países de menor desenvolvimento relativo, devem ser eliminados. O resultado dessa atenção especial ao campo deve ser o aumento da produção sustentável, o fortalecimento da segurança alimentar, a geração de emprego, trabalho e renda, o respeito à biodiversidade e a mitigação das emissões de carbono derivados da agricultura e da pecuária.

A Rio+20 deverá tratar com particular atenção o papel da agricultura familiar, que, na maioria dos países em desenvolvimento, é responsável por grande parte da ocupação no setor rural e da produção agrícola. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. A agricultura familiar pode constituir exemplo da prática do desenvolvimento sustentável quando for ambientalmente adequada, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada.

Dessa forma, o Estado deve disponibilizar um conjunto de políticas que ultrapasse o foco apenas na produção agrícola, criando mecanismos de garantia de renda aos agricultores e às unidades familiares de produção.

16. Promoção da inovação e acesso à tecnologia

É indispensável fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos Estados para promover o desenvolvimento sustentável. Esforços internacionais para difundir o conhecimento científico, promover a capacitação de recursos humanos e viabilizar o desenvolvimento conjunto de tecnologias limpas são fundamentais para propiciar maior eficiência energética e menor impacto ambiental dos processos produtivos,

bem como a erradicação da pobreza, por meio do acesso universal a benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico.

A universalização do acesso à internet banda larga, a pesquisa para exploração econômica sustentável dos recursos da floresta, a popularização da ciência, o desenvolvimento e difusão das tecnologias sociais e a introdução de tecnologias limpas nos processos produtivos são elementos essenciais nesse processo.

A propriedade intelectual cumpre papel importante no fomento da inovação tecnológica. O Brasil reconhece a proteção internacional aos direitos de propriedade intelectual, assentada, essencialmente, no Acordo de TRIPS da Organização Mundial do Comércio. O Brasil também reconhece que, em certos casos, a propriedade intelectual pode constituir barreira à difusão e transferência de tecnologias limpas ou socialmente essenciais, como os medicamentos.

Propostas como a criação de “pools de patentes” e de fundos que financiem a transferência de tecnologia limpa e seu desenvolvimento em países em desenvolvimento são positivas e devem ser discutidas durante a Conferência. Tais soluções, contudo, não devem substituir as flexibilidades do regime internacional de propriedade intelectual.

17. Financiamento para o desenvolvimento sustentável

O caminho para o desenvolvimento sustentável exige enorme esforço de mobilização de capital de fontes públicas e privadas. No plano nacional, para mobilizar o capital necessário os Estados precisarão promover políticas públicas que direcionem os gastos e investimentos públicos para atividades sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Torna-se crucial a promoção de parcerias público-privadas para estimular atividades econômicas sustentáveis, especialmente em áreas inovadoras e indústrias nascentes, que dependem de apoio inicial para redução de riscos e criação de infraestrutura.

No plano internacional, é imprescindível que se tenha em conta o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. A responsabilidade histórica dos países desenvolvidos (que alcançaram o atual estágio com base em modelo insustentável de crescimento econômico) e a

necessidade de crescimento dos países em desenvolvimento com base em outro paradigma, por vezes mais complexo, difícil e custoso, devem guiar as iniciativas internacionais para o financiamento do desenvolvimento em parâmetros sustentáveis dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, também se insere a necessidade de melhorar a coordenação e gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, de forma a torná-la mais eficiente e transparente. Seria desejável, também, que a Rio+20 estabelecesse redes de cooperação internacionais por biomas, o que poderia facilitar o intercâmbio de melhores práticas.

18. Mudança do clima

Como se sabe, a Rio+20 não será uma reunião de negociação na área de mudança do clima: o regime criado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do clima (UNFCCC) é o processo multilateral que o Brasil apoia e quer ver fortalecido.

Entretanto, a relação entre mudança do clima e desenvolvimento sustentável é inescapável. Nos últimos anos, todos os Governos passaram a incorporar a mudança do clima em seu planejamento. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é a resposta mais adequada à mudança do clima.

Impactos naturais e efeitos negativos da mudança do clima já se fazem sentir. Em geral, países de renda baixa são severamente prejudicados por esses impactos naturais, em função de fragilidades de infraestrutura e da limitada capacidade de amparo econômico e social capacidade, por serem fortemente dependentes de atividades econômicas ligadas à natureza.

A questão climática afetará todos – desenvolvidos e em desenvolvimento – e os últimos de forma mais perversa. Apesar de os países desenvolvidos serem responsáveis pela maior parte das emissões históricas, estima-se que a maior parte dos efeitos da mudança do clima recairá sobre nações em desenvolvimento. Investimentos para lidar com adaptação às mudanças já sentidas, como enchentes, secas e incêndios florestais, são necessários para possibilitar respostas tempestivas.

A prioridade absoluta dos países em desenvolvimento é o atendimento de necessidades sociais e econômicas urgentes. No entanto,

questões sociais e ambientais não precisam ser entendidas de forma contraditória, muito pelo contrário. A mudança do clima é também uma oportunidade para o presente e o futuro do desenvolvimento dos países. A necessidade de adoção de novos modelos pode estabelecer um caminho de desenvolvimento que vise à redução das desigualdades e ao aumento da renda e que, ao mesmo tempo, esteja ancorado numa dinâmica econômica que não repita os padrões de emissão, consumo e desperdício dos países que já se industrializaram. Há diversas iniciativas concretas para a mitigação da mudança do clima e para a adaptação aos seus efeitos negativos que devem influenciar significativamente o modo como os países se desenvolvem.

A ampliação de melhores práticas e a difusão de tecnologias já existentes poderia reduzir a dinâmica de emissões, sem sacrificar o desenvolvimento econômico e social. O fluxo adequado de financiamento público, transferências tecnológicas e capacitação, oriundos de países desenvolvidos, em aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, serão elementos imprescindíveis. Oportunidades de cooperação Sul-Sul também merecem ser exploradas. É importante pontuar que recursos privados também contribuem para viabilizar o desenvolvimento e a implantação em escala de novas alternativas de tecnologias limpas.

19. Biodiversidade

Como em Mudança do Clima, não haverá negociação sobre biodiversidade na Rio+20. Do mesmo modo que a UNFCCC, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica é o processo multilateral apoiado pelo Brasil.

Entretanto, os temas de biodiversidade devem ser tratados no contexto do desenvolvimento sustentável. A conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados são medidas intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento sustentável. Os índices recentes da perda de biodiversidade do planeta revelam a importância desse tema para todos os países.

A manifestação da biodiversidade na natureza é complexa, o que ressalta a importância da conservação sistêmica dos biomas terrestres e aquáticos. Nesse contexto, há que se reconhecer o inegável valor

do estabelecimento de áreas protegidas como medida não só de conservação da biodiversidade, mas, também, de geração de emprego e renda, e de aumento da qualidade de vida da população.

A diversidade biológica está relacionada com sistemas de controle de enchentes, de doenças e pragas e de ciclos de nutrientes, essenciais para a manutenção da vida. Para assegurar o funcionamento desses sistemas, é fundamental garantir a sustentabilidade e a proteção de todos os biomas do planeta. No caso brasileiro, têm particular relevo a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Pampa. Todos esses biomas demandam atenção apropriada e específica.

Estima-se que os países em desenvolvimento abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta, sendo que 20% do número total de espécies da Terra estariam no Brasil. O País abriga, ainda, uma rica sociobiodiversidade, representada por mais de 200 povos indígenas e comunidades tradicionais – caiçaras, seringueiros, quilombolas – que reúne acervo inestimável sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A valorização dos diferentes modos de vida contribui para a diversidade de respostas para o desafio do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, assumem papel relevante nos esforços pelo desenvolvimento sustentável. O melhor aproveitamento dos referidos recursos de sua biodiversidade requer dos países em desenvolvimento investimentos em pesquisa e capacitação. Para tanto, considera-se imprescindível a cooperação internacional, com destaque para o fluxo adequado de financiamento público e privado, transferência tecnológica e capacitação proveniente dos países desenvolvidos. Ademais, oportunidades de cooperação Sul-Sul também merecem ser exploradas.

A economia de valoração da biodiversidade tornou-se um diferencial no mercado. Essa nova perspectiva econômica, elaborada a partir de elementos da biodiversidade, constrói um novo modelo que valoriza e quantifica os recursos naturais. Esse entendimento, que enfatiza o quanto os sistemas naturais fornecem bens e serviços à sociedade humana, está associado à noção de que esses sistemas são limitados, noção essa que ainda não faz parte do vocabulário da teoria econômica.

A valoração da biodiversidade não tem por objetivo mercantilizá-la ou financeirizá-la, mas atribuir-lhe valor para prevenção de dano, promover seu uso racional e sua conservação.

20. Desertificação

Do mesmo modo que Mudança do Clima e Biodiversidade, a Rio+20 não é uma reunião negociadora sobre Desertificação, em virtude da existência de processo multilateral próprio, apoiado pelo Brasil, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação.

Entretanto, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação até hoje não logrou obter os resultados necessários para enfrentar os impactos ambientais, sociais e econômicos associados à desertificação. O reconhecido déficit de implementação da Convenção deve ser superado por um maior comprometimento ético e político dos países, traduzido sob novas formas de cooperação internacional para apoiar os que sofrem os efeitos da desertificação e da seca.

As regiões áridas e semi-áridas, com população de mais de um bilhão de pessoas, concentram alguns dos mais altos níveis de pobreza do mundo. Nessas regiões, a base de recursos naturais tem sido frequentemente submetida à pressão predatória das atividades humanas que, em muitos casos, agravam os vetores de desertificação. Essas áreas são expostas a severa escassez de água e insegurança alimentar, e tornam-se mais vulneráveis aos impactos potenciais da mudança do clima.

A Rio+20 deverá, assim, constituir oportunidade para renovar o entendimento global em torno de objetivos e estratégias para dar ímpeto aos esforços internacionais de combate à desertificação, a degradação da terra e os efeitos da seca sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

21. Água

O uso sustentável da água apresenta-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados tanto por países desenvolvidos, quanto por países em desenvolvimento. No presente contexto, as ações nacionais devem ser norteadas pelo aproveitamento mais adequado da água, de forma a favorecer sua conservação e a estimular o emprego de técnicas de tratamento e recuperação mais eficientes. Paralelamente, deve-se buscar a disseminação

de políticas públicas que favoreçam o acesso de milhões de pessoas à água tratada.

Apesar de não haver foro internacional intergovernamental específico para tratar de recursos hídricos, o tema é amplamente discutido no âmbito das Nações Unidas e objeto de decisões, tais como as metas estabelecidas pela Agenda 21, a Declaração do Milênio e a Cúpula de Joanesburgo. O tema vem sendo amplamente discutido, no âmbito técnico e político, em foro internacional que congrega representantes de Governos, organizações não-governamentais, empresas privadas, usuários, instituições financeiras e cientistas.

A Rio+20 apresenta-se como oportunidade excepcional para estimular o debate internacional sobre o uso sustentável da água, bem como sobre o desenvolvimento de possíveis mecanismos de coordenação do cumprimento das decisões e dos programas de monitoramento em curso no âmbito internacional. Além disso, a troca de experiências inovadoras e bem-sucedidas sobre o uso sustentável da água, levando-se em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável, também poderia ser estimulada durante a Conferência.

22. Oceanos, mares e zonas costeiras

Nas últimas décadas, a preocupação de cientistas e conservacionistas se concentrou prioritariamente na proteção dos ecossistemas terrestres, entre outras razões, porque os impactos sobre tais ambientes eram mais facilmente observáveis. No entanto, de forma silenciosa e menos perceptível, zonas costeiras, mares e oceanos de todo o mundo vêm crescentemente sofrendo os efeitos da expansão da ocupação e dos usos humanos.

A gestão do território marítimo e costeiro requer uma abordagem integrada que leve em conta a incidência simultânea de vários fatores de pressão como urbanização, aproveitamento energético, turismo, pesca, dentre outros. O conhecimento e aproveitamento dos recursos do mar, vivos e não vivos, apresenta desafio técnico, científico e institucional. Para além do desafio para os países de promover a ocupação sustentável de suas Zonas Econômicas Exclusivas, extensas áreas oceânicas não estão sob jurisdição direta de nenhuma nação, o que não diminui o interesse e a

responsabilidade compartilhada para seu conhecimento, exploração e conservação.

A ameaça da mudança do clima é particularmente preocupante na área costeira e marinha, com conseqüências de maior ou menor grau, a depender de vulnerabilidades locais e da intensidade dos fenômenos registrados. Impõem-se medidas de adaptação, de caráter eminentemente local, porém que demandam recursos e tecnologia que muitas vezes extrapolam as capacidades nacionais.

O Capítulo 17 da Agenda 21 Global, dedicado à proteção de oceanos, mares e zonas costeiras, foi extenso nas medidas a serem adotadas, mas vinte anos depois, ainda há muito que ser feito. O tema deverá ser abordado com especial atenção na Rio+20, e os problemas e oportunidades incidentes na região costeira e marinha necessitam ser considerados na perspectiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 deverá emitir claros sinais de prioridade para o tratamento multilateral dos oceanos, inclusive de aprimoramento da coerência do sistema, por meio de maior eficácia, transparência e capacidade de resposta do UN-OCEANS, mecanismo de coordenação das agências do sistema das Nações Unidas.

23. Pesca

A superação dos conflitos pelo uso de recursos potencialmente escassos – solos agricultáveis e água – passa pela valorização dos recursos aquáticos, mediante a racionalização da pesca e a expansão da aquicultura, sem esquecer o potencial energético das algas, que podem vir a ser importante matéria prima para a produção de bioenergia. A Rio+20 deverá prover orientações para a adequada exploração dos recursos pesqueiros, num contexto onde a demanda global por recursos alimentares é crescente e se evidenciam sinais de sobreexploração e esgotamento desses recursos.

O apoio dos governos a formas sustentáveis de uso dos recursos pesqueiros como a Pesca Artesanal, que atualmente é responsável por aproximadamente 60% da produção pesqueira no Brasil, devem ser fortalecidas, além de mecanismos como acordos de pesca, planos de manejo, zonas de exclusão pesqueira e unidades de conservação marinhas de uso sustentável, com o objetivo de manter a capacidade regenerativa dos oceanos

e ecossistemas estuarinos.

Faz-se necessário dar voz e priorizar as populações tradicionais nos processos de planejamento, construção e implementação de tais ações por seu histórico de uso e culturas ancestrais consolidados nesses territórios, no intuito de compatibilizar o aumento na produção pesqueira e aquícola com a preservação de formas tradicionais sustentáveis de uso dos oceanos e zonas estuarinas.

A utilização racional dos potenciais hídricos dos países requer a adoção de medidas inovadoras para a produção aquícola, para a preservação dos estuários e manejo dos organismos aquáticos como forma de produção sustentável de alimentos, geração de emprego, trabalho e renda. Essas medidas incluem, entre outras, a manutenção e recuperação dos estoques pesqueiros a níveis sustentáveis, bem como crescente transparência na gestão desses estoques, e o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais avançadas de localização e captura do pescado e a valorização de espécies que anteriormente eram descartadas. Igualmente, a revisão aos subsídios que contribuem para a sobreexploração pesqueira é particularmente importante na pesca oceânica, sem prejuízo do desenvolvimento da pesca, em base sustentável, por parte dos países em desenvolvimento com frotas incipientes.

24. Florestas

As florestas, distribuídas nas mais diversas regiões do planeta, desempenham importantes funções, sejam elas sociais, econômicas ou ambientais. Ofertam uma variedade de bens, como produtos florestais madeireiros e não madeireiros, além de prestarem serviços ambientais essenciais, como a conservação dos recursos hídricos e do solo, a conservação da biodiversidade e a estabilidade climática. Possuem valores culturais de importância fundamental para o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza.

O manejo sustentável de todos os tipos de florestas, para a produção sustentável de bens e serviços, constitui um desafio e uma oportunidade para toda a sociedade, pois se trata de uma fonte para a produção de matérias-primas e de biomassa para geração de energia, além de importante ferramenta para conservação da floresta.

No plano internacional, a manutenção das florestas

ganha ainda mais destaque, a partir dos avanços nas Convenções das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e sobre Diversidade Biológica, nas quais a redução das emissões de carbono, a conservação da biodiversidade e a repartição de benefícios provenientes do patrimônio genético ganham destaque. O Brasil em especial tem sido proativo na liderança de propostas sob as duas Convenções.

Sem colidir com as Convenções específicas, a Rio+20 poderá ter um papel relevante ao enfatizar a valorização das florestas na economia dos países, tanto para preservação dos serviços ambientais quanto para seu uso econômico, proporcionando a geração de bens e serviços, mitigação da mudança do clima e, sobretudo, inclusão social. Esse reforço é fundamental frente à pressão que outras atividades predatórias exercem sobre as áreas florestais, gerando um ciclo vicioso de empobrecimento econômico, social e ambiental.

ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

No atual contexto de inflexão na economia mundial, a Rio+20 representa uma oportunidade para a revisão dos atuais padrões de desenvolvimento, sobretudo, à luz da insuficiência de seus resultados econômicos, sociais e ambientais. É hora de refletir sobre modelos inclusivos de expansão econômica, calcados na incorporação de setores excluídos à economia formal de trabalho, na distribuição de renda e na constituição de amplo sistema de promoção e proteção social, num marco de acesso ao consumo das camadas desfavorecidas sob um novo padrão sustentável.

A Rio+20 deveria buscar a renovação do compromisso dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável como objetivo integrador, capaz de conciliar as preocupações ambientais com as necessidades sociais, sem perder de vista o desenvolvimento econômico. Para o Brasil, o tema da Conferência – economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza – significa catalisar a ligação das intenções e objetivos gerais expressos no conceito de desenvolvimento sustentável com a realidade da operação da economia e, portanto, ser instrumento de implementação da Agenda 21.

Para cumprir esse objetivo, é preciso reforçar a ligação do

conceito de economia verde com o de desenvolvimento sustentável, de forma a evitar uma leitura do conceito de economia verde que privilegie os aspectos de comercialização de soluções tecnológicas avançadas sobre a busca de soluções adaptadas às realidades variadas dos países em desenvolvimento. Deve-se evitar que sejam colocados em oposição o crescimento econômico e a sustentabilidade. A economia verde, assim, deve ser um instrumento da mobilização pelo desenvolvimento sustentável e esse vínculo pode ser feito por meio do entendimento de “economia verde” como um programa para o desenvolvimento sustentável, ou seja: um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuam para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Para que a economia verde tenha êxito em seus objetivos, é fundamental evitar-se medidas que resultem em obstáculos ao comércio. Da mesma forma, é necessário cautela no emprego de medidas de comércio com fins ambientais, tendo em vista o seu potencial uso para fins protecionistas, particularmente contra as exportações de países em desenvolvimento.

Essa visão, de inclusão com sustentabilidade, ficaria mais evidente e reforçada ao falar em “economia verde inclusiva”, trazendo o aspecto social para a linha de frente da discussão e dos objetivos e sintetizando o tema da conferência. O conceito de “economia verde inclusiva” criaria espaço para a inserção direta de políticas sociais de forma mais ampla na discussão da Rio+20, ao passo que lhe conferiria uma marca distintiva, proporcionando à Conferência uma temática para todos os países. Com este importante ajuste conceitual, seria dado foco num ciclo de desenvolvimento sustentável com a incorporação de bilhões de pessoas à economia, com consumo de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis.

As políticas de proteção e promoção social ganhariam força e prioridade, passando a ter importantes efeitos redistributivos, com impactos positivos no emprego e no salário, servindo como atenuador das conseqüências negativas de crises econômicas internacionais. Várias políticas sociais poderiam ser mobilizadas no mesmo sentido, combinando serviços universais com a atenção a grupos específicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho decente e promoção da diversidade de gênero, raça e etnia. Diante do contexto de instabilidade nos preços das commodities e de

riscos climáticos crescentes, políticas de promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional podem ter papel importante nas estratégias de “economia verde inclusiva”.

Exemplos da integração de estratégias econômicas, ambientais e sociais que devem ser aprofundados e reproduzidos são: programas de transferência de renda e fomento a atividades de conservação ou recuperação ambiental, apoio aos segmentos da população que obtêm renda a partir da reciclagem de resíduos sólidos, disseminação de boas práticas agropecuárias com tecnologias acessíveis às pequenas propriedades e aos agricultores familiares e a incorporação de tecnologias de maior eficiência energética em programas habitacionais populares. Programas de geração de trabalho, emprego e renda – com a concessão de linhas de financiamento produtivo – e microcrédito produtivo e orientado são exemplos de instrumentos do repertório de políticas da experiência brasileira que podem ser direcionadas ao fomento da economia verde.

Essa lógica é também aplicável aos países desenvolvidos, em que houve grande concentração de renda nas últimas décadas. A compressão salarial e redução de benefícios sociais têm colocado esses países em uma espiral negativa. A economia verde inclusiva, para esses países, implicaria a recomposição dos níveis de renda das camadas inferiores da população, necessariamente associada a um novo padrão de consumo, desta vez mais responsável e sustentável. Demandaria uma mudança cultural e ética, que combata o desperdício e promova o reaproveitamento dos recursos.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O consenso em torno da complementaridade entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – é uma conquista da Rio-92. Como consequência, as estratégias de desenvolvimento dos governos nacionais, de um lado, e as ações de longo prazo das organizações internacionais, de outro, deveriam ter como objetivo a concretização dessa complementaridade.

A presente crise econômica mundial torna ainda mais

premente a necessidade de incorporar a sustentabilidade à atuação dos agentes privados e à formulação das políticas públicas, pois em condições de escassez, como as atuais, não haverá recursos para a proteção do meio ambiente se este for isolado do planejamento estratégico global.

No plano nacional, é necessário que os Estados unifiquem sua ação e seu discurso em favor da sustentabilidade, tanto nos diferentes níveis administrativos (nacional e subnacional) quanto na relação entre os Poderes do Estado (no caso brasileiro, Executivo, Legislativo e Judiciário), mas, sobretudo, na atuação das diversas Pastas do Executivo.

No plano internacional, as instituições intergovernamentais são conduzidas pela vontade de seus Estados-membros. Entretanto, estes atuam de forma diferente em cada uma delas, gerando orientações descoordenadas e muitas vezes divergentes. Seria desejável unificar o discurso de cada Estado nos diversos organismos internacionais de que participam para dar maior coerência ao sistema.

Em paralelo, os organismos internacionais deveriam pautar sua atuação pela visão integrada do desenvolvimento. Para que a sustentabilidade se incorpore, na prática, ao paradigma de atuação de todas as instituições econômicas, sociais e ambientais, é necessária a criação de um mecanismo de coordenação permanente de alto nível entre as instituições internacionais voltadas para o desenvolvimento.

Com este triplo processo – coerência interna no plano nacional, coerência de cada Estado no plano intergovernamental e coerência no plano interinstitucional global –, seria possível integrar melhor os três pilares do desenvolvimento.

Em particular, é fundamental notar a fragmentação da estrutura de governança para o financiamento internacional do desenvolvimento sustentável. Essa estrutura envolve agências e programas das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos fiduciários multidoadores, iniciativas regionais, agências de cooperação internacional de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não obstante a variedade de instituições e instrumentos envolvidos, os desafios da sustentabilidade estão ainda muito longe de serem equacionados.

Apesar de avanços, os recursos são ainda pouco

previsíveis e prejudicam o estabelecimento de programas e ações estáveis voltadas a resultados de longo prazo. A dificuldade de acesso a recursos – que não respondem integralmente às necessidades financeiras efetivas dos países em desenvolvimento – continua a ser um dos fatores que mais prejudicam a implementação das decisões sobre desenvolvimento. Segue também inadequado o alinhamento da oferta de financiamento com as prioridades dos países parceiros, ocorrendo ainda interferências sobre as prioridades domésticas, com a imposição de valores, modelos e tecnologias – sobretudo em países menos desenvolvidos.

Dada a pulverização de mecanismos e agentes, há sobreposição e redundância de ações, ou mesmo contradições. Muitos esforços que poderiam ser dirigidos a atividades fins acabam voltados a políticas e padrões burocráticos, repetidos ou excessivos, de diferentes parceiros de desenvolvimento. Nesse contexto, discutir uma nova e mais efetiva moldura institucional financeira torna-se imperativo. Urge avançar na implementação dos princípios acordados na Declaração de Monterrey, sobretudo no que diz respeito à reforma da governança e à participação efetiva dos países em desenvolvimento nos fóruns multilaterais.

É preciso estabelecer mecanismos concretos de coordenação e fomentar parcerias entre as diversas agências e instituições, de maneira a gerar sinergias. Além disso, deve-se assegurar que a interlocução com a sociedade civil em âmbito internacional seja inclusiva, com participação adequada de representantes de países em desenvolvimento, pluralidade de visões, amplitude geográfica e envolvimento local.

PROPOSTAS DO BRASIL PARA A RIO+20

P1. Programa de Proteção Socioambiental Global

Propõe-se a criação de um Programa de Proteção Socioambiental Global. Este programa tem como objetivo garantia de renda para superar a pobreza extrema em todo o mundo e promover ações estruturantes que garantam qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso à água limpa para todos.

O programa visaria a assegurar que toda estrutura multilateral opere no sentido de facilitar o acesso a tecnologias, recursos

financeiros, infraestrutura e capacitação, a fim de que todas as pessoas tenham a quantidade e qualidade mínima de alimento, água e ambiente saudável. O programa teria como centro uma estratégia de garantia de renda adequada às condições de cada país. O programa é de caráter socioambiental, pois reúne em um mesmo conjunto de ações, com igual prioridade, os objetivos de proteção social e ambiental que convergem para as populações beneficiadas.

Num momento de crise internacional em que se mobilizam vastos recursos globais para a recuperação do sistema financeiro, o programa seria uma aposta no componente social, importante na solução brasileira para o enfrentamento da crise.

Na experiência brasileira, foram fortalecidos os investimentos na proteção e desenvolvimento social – com a ampliação de programas, como “Luz para Todos” e “Bolsa Família”, e a criação de outros, como “Minha Casa, Minha Vida” e “Brasil sem Miséria, que inclui o “Bolsa Verde” – e reafirmados os compromissos com a proteção ambiental, com a queda significativa do desmatamento na Amazônia, o anúncio do compromisso nacional de redução de emissões e a ampliação dos investimentos em saneamento.

O objetivo do programa é alcançar um patamar em que a qualidade de vida e condições ambientais adequadas sejam incorporadas integralmente aos direitos das populações pobres. Esta é uma plataforma de diálogo global que poderia ser um passo crucial rumo ao desenvolvimento sustentável, com potencial para reforçar o papel virtuoso do multilateralismo

A massiva inclusão econômica constitui um modelo inovador, que promove o crescimento. O conceito socioambiental eleva à sua real condição estratégica os temas que, para além de impactar intensivamente a maioria da população, constituem o cerne do desafio do desenvolvimento sustentável.

P2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sobre a base de um programa de economia verde inclusiva, em lugar de negociações complexas que busquem o estabelecimento de metas restritivas vinculantes, poderiam ser estabelecidos objetivos orientadores em amplo espectro de temas, tal qual feito para os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em áreas em que haja grande convergência de opiniões e que possam dar ímpeto e guiar os países rumo ao desenvolvimento sustentável. Tal instrumento poderia sinalizar com clareza os macro-objetivos almejados e permitir à sociedade acompanhar, cobrar e também contribuir para a sua realização em plano nacional.

Dessa forma, enquanto um “programa” de economia verde inclusiva estabeleceria uma base de iniciativas concretas com foco em instrumentos nacionais e de cooperação internacional, compromissos políticos orientadores indicariam os objetivos de desenvolvimento sustentável prioritários. Tais objetivos guiariam as políticas e ações dos países, organismos internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e outros atores públicos e privados, induzindo à adoção de comportamentos mais sustentáveis, no horizonte, por exemplo, de 2030.

Os temas estratégicos desses compromissos poderiam ser definidos preliminarmente, iniciando um processo amplo e participativo do qual emanariam os objetivos propriamente ditos. Temas como desenvolvimento urbano, saúde, água reforçariam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao mesmo tempo em que incorporariam aspectos mais amplos do desenvolvimento sustentável.

De forma mais ambiciosa, a definição de alguns objetivos com elevado nível de agregação – por exemplo, “Dez Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” – poderia ser alcançada na própria Conferência Rio+20, após negociação dos temas estratégicos durante o processo preparatório.

O estabelecimento dos ODS deverá seguir certos critérios. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não deverão substituir os ODMs, mas complementá-los e atualizá-los. A exemplo dos ODMs, os ODS deverão conter objetivos concretos, quantificáveis e verificáveis, com prazos para serem alcançados, levando em conta realidades e prioridades nacionais. Poderiam, posteriormente, traduzir-se em indicadores para monitorar o seu cumprimento. Os Objetivos deverão ser de caráter global, voltados igualmente a países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os ODS deverão ser baseados, tanto quanto possível, em documentos já existentes e já acordados, como, por exemplo, a Agenda 21 e outros produtos de diversos foros multilaterais que já oferecem grande quantidade de material para alimentar a discussão. Com isso,

evita-se reabrir debates em torno de questões já acordadas. Para cada Objetivo, deverá haver sinalização dos meios concretos para atingi-lo.

Alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável poderão estar associados a:

- Erradicação da pobreza extrema
- Segurança alimentar e nutricional
- Acesso a empregos adequados (socialmente justos e ambientalmente corretos)
- Acesso a fontes adequadas de energia
- Equidade – intrageracional, intergeracional, entre países e dentro de cada país
- Gênero e empoderamento das mulheres
- Microempreendedorismo e microcrédito
- Inovação para a sustentabilidade
- Acesso a fontes adequadas de recursos hídricos
- Adequação da pegada ecológica à capacidade de regeneração do planeta

P3. Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis

O Brasil propõe que a Rio+20 adote um Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, tendo como referência os avanços alcançados no âmbito do Processo de Marrakesh. O Pacto Global pela Produção e Consumo Sustentáveis é um conjunto de iniciativas que busca promover mudanças nos padrões de produção e consumo em diversos setores. Poderiam ser adotadas, com caráter prioritário, iniciativas que ofereçam suporte político a:

P3. A. Compras Públicas Sustentáveis

Políticas de compras públicas sustentáveis partem da premissa de que os Governos podem desempenhar papel de destaque na alteração dos padrões de sustentabilidade da produção e do consumo. A aquisição de bens e serviços por agentes públicos – as chamadas contratações públicas ou compras governamentais –, representam parte significativa da economia internacional: cerca de 15% do PIB mundial. A adoção horizontal de critérios que privilegiem, por exemplo, a vida útil dos produtos, sua reutilização

e reciclagem, a redução da emissão de poluentes tóxicos, o menor consumo de matérias-primas ou energia, ou que beneficiem pequenos produtores ou comunidades extrativistas, teria impacto significativo na promoção do desenvolvimento sustentável. A utilização de tais critérios de sustentabilidade social e ambiental nos procedimentos de contratações públicas poderia, ainda, favorecer a adoção de padrões sustentáveis de produção pelos agentes privados, criando mercado e garantindo escala para a implementação de novas tecnologias.

Reconhecendo que as políticas de compras dos países são fruto de decisões soberanas, a Rio+20 poderia, no âmbito da discussão sobre Produção e Consumo Sustentáveis, incentivar iniciativas nacionais na área de compras públicas sustentáveis e promover a troca de experiências na matéria. A Conferência deve, ainda, conferir ímpeto político ao tema, afirmando-o como um princípio na administração pública. Nesse sentido, a Rio+20 pode constituir espaço para que os países apresentem planos nacionais de compras sustentáveis e para que seja promovida discussão do quadro conceitual para a inserção desses planos, assegurando as salvaguardas necessárias para sua execução de maneira transparente e não-discriminatória, de acordo com as respectivas legislações nacionais.

P3. B. Classificações de Consumo e Eficiência Energética

A Rio+20 poderá promover a adoção de tabelas de consumo e eficiência energética e sua correspondente associação a programas de etiquetagem, como feito no Brasil e em outros países. A medida possibilita a agentes privados, notadamente os consumidores, avaliar e otimizar o consumo de energia/combustível dos equipamentos, selecionar produtos de maior eficiência em relação ao consumo e melhor utilizar os equipamentos, possibilitando economia nos custos de energia.

A partir das diversas iniciativas nacionais de eficiência energética, muitas das quais voluntárias, poderia ser proposta no âmbito da Rio+20 a criação de uma iniciativa internacional multissetorial. O mecanismo teria capacidade de estimular tanto a aproximação dos padrões mínimos de operação de cada setor nos diferentes países ao melhor padrão operacional existente no mundo, quanto a ampliação dos melhores padrões internacionais. Caberia analisar os padrões internacionais já porventura existentes a fim de verificar se podem constituir base adequada para o exercício.

P3. C. Financiamento de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento Sustentável

Com o objetivo de qualificar recursos humanos de alto nível (nível técnico, graduação e pós-graduação) e apoiar projetos científicos, tecnológicos e inovadores, as bolsas de estudo e recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, financiadas em grande parte com recursos públicos, têm um potencial de indução expressivo. Reconhecendo este potencial, os países poderiam, no âmbito da Rio+20, acordar o desenvolvimento sustentável e a economia verde inclusiva como temas prioritários para concessão de financiamento de ciência, tecnologia e inovação, com a possível adoção de um percentual-alvo de recursos para essas áreas.

P4. Repositório de Iniciativas

Embora sejam imprescindíveis novas pesquisas e soluções, muitas das tecnologias e práticas necessárias ao desenvolvimento sustentável já estão disponíveis. Há inúmeras experiências de sucesso nas áreas de desenvolvimento urbano, consumo sustentável, saúde, habitação, saneamento, eficiência energética, agricultura sustentável, entre outros. Entre erros e acertos, importantes lições foram aprendidas. Falta, no entanto, disseminar e dar escala a essas experiências.

Um produto da Conferência poderia ser o estabelecimento de veículos próprios para disseminação de boas práticas, como um repositório das ideias e iniciativas empreendidas. Um repositório coligido por um secretariado internacional, se possível formado a partir de alguma organização já existente, poderia harmonizar e classificar informações sobre experiências de sucesso a serem apresentadas pelos países, de forma a facilitar sua utilização por outros países e mecanismos de cooperação internacional. O repositório poderia, por meio de diálogo entre o secretariado e os Estados-membros, examinar as condições que tornaram possível o sucesso de cada experiência, de modo a identificar as pré-condições para sua replicação bem sucedida e os fatores de singularidade que eventualmente não recomendariam sua reprodução.

Haveria, portanto, foco nas características de viabilidade e poderia, igualmente, haver avaliação do potencial de integração da iniciativa com os programas existentes e as necessidades sociais de países que busquem replicá-la. O secretariado poderia ainda prestar assistência técnica

aos países em desenvolvimento para a preparação de projetos e o desenvolvimento de estruturas de acompanhamento. As experiências assim coligidas serviriam para dinamizar os mecanismos nacionais e de cooperação internacional, inclusive a utilização de recursos dos organismos multilaterais, ao facilitar a preparação de projetos. A entidade responsável pelo repositório não seria, porém, ela mesma um financiador direto, a fim de evitar a distorção de seus objetivos pela expectativa dos beneficiários de acessar os recursos ou o controle do mecanismo pelos doadores.

P5. Protocolo Verde Internacional no Setor Financeiro

O setor financeiro possui uma capacidade de indução e fomento singular na economia. Reconhecendo essa capacidade, diversas iniciativas nacionais e internacionais foram empreendidas nas últimas décadas com intuito de imprimir a adoção de padrões mais responsáveis do ponto de vista ambiental e social. No plano internacional, foram estabelecidos, em 2002, os “Princípios do Equador das Instituições Financeiras”, por iniciativa da Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial. Os Princípios do Equador servem de referencial para 72 instituições financeiras signatárias para identificação, avaliação e gestão de risco no financiamento de projetos com desembolso superior a US\$ 10 milhões.

No Brasil, os bancos públicos firmaram, em 1995, e atualizaram, em 2008, o protocolo de intenções denominado Protocolo Verde, assinado também pelos bancos privados em 2009, por meio da Federação Brasileira de Bancos. Mediante o Protocolo Verde, as instituições signatárias assumiram o compromisso de incluir a dimensão ambiental nos seus procedimentos de análise de risco e avaliação de projetos, bem como priorizar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável.

O desafio colocado para Rio+20 é ampliar e dar escala a essas experiências. A iniciativa brasileira do Protocolo Verde, cujo escopo é significativamente mais amplo que o dos Princípios do Equador, poderia servir de base para o lançamento de uma iniciativa mais abrangente, com compromisso de adoção pelos países.

P6. Novos Indicadores para Mensuração do Desenvolvimento

A busca da plena realização do desenvolvimento sustentável deve ser orientada por uma clara compreensão das razões pelas

quais esse conceito não foi levado à prática efetivamente nos últimos vinte anos. Uma das razões para tanto é que a implementação do desenvolvimento sustentável não foi dotada de meios suficientemente claros, práticos e mensuráveis. Assim, a realização do desenvolvimento sustentável acabou sendo percebida mais como custo do que como benefício, especialmente por ter sido identificada e associada como uma questão setorial apenas ambiental.

As mais reconhecidas métricas de desenvolvimento são, basicamente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB). Tais métricas, como medida de desenvolvimento sustentável, são claramente limitadas, por não integrarem a grande diversidade de aspectos sociais e ambientais aos valores econômicos, induzindo a percepções errôneas do grau de desenvolvimento e de progresso dos países. O IDH constitui um avanço para indicar o “bem estar” dos povos, mas ainda é incompleto ao deixar de incluir questões associadas à escassez de recursos naturais e ao desenvolvimento econômico. Além disso, é uma iniciativa ainda periférica ao sistema econômico.

Ao medir-se o desenvolvimento a partir de indicadores limitados, os agentes públicos e privados são direcionados, voluntaria ou involuntariamente, a ações que geram resultados igualmente imperfeitos.

O Brasil apoia o estabelecimento de processo para adoção de novas formas de medida do progresso, que reflitam as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento. Esse processo deverá ter prazo para encerramento, com o engajamento de todos os atores relevantes, e deve ser construído com base nas experiências já existentes. O processo de revisão de métricas deverá ser cuidadoso, evitando a proposição de índices demasiadamente complexos, com muitos componentes.

P7. Pacto pela Economia Verde Inclusiva

P7. A. Relatórios de Sustentabilidade

De forma voluntária, diversas empresas têm rotineiramente divulgado ações que refletem suas preocupações e responsabilidades no campo da sustentabilidade. A prática de publicação de relatórios de sustentabilidade pelas empresas é voltada não apenas a seus acionistas, mas também aos mais diversos públicos, dentre os quais seus funcionários, a mídia, o Governo, os consumidores e a sociedade civil em

geral, constituindo uma estratégia tanto de imagem quanto de posicionamento estratégico. Esses relatórios permitem não só divulgar, mas incentivar e disseminar experiências sustentáveis, acabando por estimular e difundir a adoção de boas práticas.

Com o intuito de ampliar essa prática, poderia ser acordada na Rio+20 uma iniciativa para que empresas estatais, bancos de fomento, patrocinadoras de entidades de previdência privada, empresas de capital aberto e empresas de grande porte divulguem, de forma completa, objetiva e tempestiva, relatórios sobre suas atividades que, além dos aspectos econômico-financeiros, incluam, obrigatoriamente, e de acordo com padrões internacionalmente aceitos e comparáveis, informações sobre suas atuações em termos sociais, ambientais e de governança corporativa. Tal medida poderia contribuir significativamente para a inclusão desses temas na agenda estratégica de grandes organizações, favorecendo uma economia verde inclusiva.

P7. B. Índices de Sustentabilidade

Nos últimos anos, muitos investidores passaram a se preocupar, para além da sustentabilidade econômica, também com a sustentabilidade social e ambiental das empresas, acreditando que geram valor para os acionistas no longo prazo. Como resultado, foram lançadas diversas iniciativas para identificar as empresas mais sustentáveis.

No Brasil, a BM&FBOVESPA estabeleceu, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, que mede o retorno de uma carteira de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade. Em 2010, foi lançado o Índice Carbono Eficiente (ICO2), que recalcula o IBrX (indicador composto pelas 50 ações mais negociadas na Bolsa) com base nas emissões de gases de efeito estufa das empresas.

A partir de experiências como as do Brasil, poderia ser discutida no âmbito da Rio+20 a adoção de índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores. Os índices, assim como os relatórios de sustentabilidade, ampliariam o foco sobre a atuação das empresas e alavancariam a adoção de boas práticas corporativas.

Atenção especial dever ser dada a indicadores capazes

de apontar tendências estruturais, ou de mais longo prazo, relativas à compatibilidade de empresas ou negócios com o paradigma do desenvolvimento sustentável. Dentre eles, poderiam ser consideradas métricas da proporção entre aumento da produção e geração de impactos e/ou demandas excessivas por recursos naturais.

P8. Propostas para a Estrutura Institucional do Desenvolvimento Sustentável

P8. A. Mecanismo de Coordenação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

Qualquer esforço para dar maior coerência ao arranjo institucional para o desenvolvimento sustentável em nível internacional deve ter como meta principal prover incentivos reais para que as instituições já existentes almejem objetivos comuns e os persigam a partir de estratégias convergentes e atividades coordenadas. Para isso, seria imprescindível o desenvolvimento de plataforma integrada de informações sobre temas de desenvolvimento sustentável e a adoção de mandatos específicos para que organismos internacionais estabeleçam programas e estratégias conjuntas para enfrentamento de problemas transversais de forma integrada.

A criação de mecanismo permanente de coordenação de alto nível entre todas as instituições internacionais que lidam com o desenvolvimento seria uma iniciativa de considerável impacto político e efetividade.

O mecanismo de coordenação poderia usar a experiência dos encontros que, após a Conferência de Monterrey, vêm sendo promovidos pelo ECOSOC com as instituições de Bretton Woods, a OMC e a UNCTAD, mas representaria um avanço com relação a esses encontros, pois forneceria a dimensão política necessária a uma verdadeira coordenação. O mecanismo de coordenação poderia se reunir duas vezes por ano, às margens da AGNU e da reunião anual do Banco Mundial e do FMI.

A adoção de mecanismo de coordenação também teria o efeito de atribuir a responsabilidade pela coerência institucional aos próprios Estados-membros. Os Secretariados das diversas instituições e convenções ligadas ao tema do desenvolvimento sustentável, que frequentemente são confrontados com a necessidade de exercer essa tarefa, teriam, assim, maior disponibilidade de recursos para a implementação das decisões e

compromissos adotados, de forma coerente e coordenada, pelos Estados-membros.

P8. B. Reforma do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), transformando-o em Conselho de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Vinte anos após a Rio-92, ano em que o conceito de desenvolvimento sustentável se firmou, há consenso global de que as Nações Unidas (e os países que dela fazem parte) não foram capazes de oferecer um enfoque abrangente, coordenado e coerente para a implementação dessa idéia e para o imenso conjunto de ações, políticas, planos e estratégias desenvolvidas com esse objetivo.

A Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) foi concebida como um foro de alto nível sobre desenvolvimento sustentável. Na prática, porém, a CDS foi criada em nível hierárquico baixo, sem dispor dos meios e da força política necessários para exercer o seu esperado papel de coordenação e articulação, tornando sua ação pouco efetiva e inconsistente em relação aos seus objetivos.

O ECOSOC é lugar natural para se pensar em reformas na área de governança para o desenvolvimento sustentável. Um dos principais órgãos das Nações Unidas, é responsável pela coordenação das ações econômicas e sociais de 14 agências especializadas, comissões funcionais e comissões regionais, recebendo, ainda, relatórios de onze programas e fundos. Nos cálculos do próprio Conselho, com seu vasto mandato, seu campo de ação estende-se por mais de 70% dos recursos humanos e financeiros de todo o sistema das Nações Unidas. Contudo, seu desenho institucional, concebido num mundo em que a natureza dos problemas globais era de ordem distinta, torna o ECOSOC impotente para enfrentar os problemas atuais.

A Rio+20 poderá lançar o processo de reforma do ECOSOC para que esse Conselho possa ser um foro central para a discussão do desenvolvimento sustentável, tratando com igual peso as suas dimensões ambiental, econômica e social, e com respaldo e poder político para oferecer orientação e coordenação para todas as ações do sistema ONU no campo do desenvolvimento sustentável.

P8. C. Aperfeiçoamento da Governança Ambiental Internacional. Estabelecimento da participação universal e de contribuições obrigatórias para o PNUMA

O fortalecimento da governança ambiental internacional não prejudica nem exclui a necessidade de fortalecimento dos demais pilares do desenvolvimento sustentável. Ademais, na ótica do Brasil, os debates sobre governança para o desenvolvimento sustentável e governança ambiental não são opostos nem alternativos, mas complementares. Por isso o Brasil defende que a Rio+20 inclua, entre seus resultados, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA.

O PNUMA foi criado há 40 anos, com desenho que respondia aos desafios ambientais da época. Hoje, contudo, a dimensão da crise ambiental mundial requer modelo de instituição melhor aparelhada para lidar com os novos desafios.

Parte do problema associa-se à grande quantidade de agências e programas da ONU que atuam na esfera ambiental, sem a devida articulação, provocando superposição e duplicação de iniciativas, além de inadequada alocação dos escassos recursos disponíveis.

A Rio+20 deverá, portanto, avançar no debate sobre os diversos processos já estabelecidos sobre governança ambiental internacional. Minimamente, deverá adotar decisões no sentido de estabelecer a participação universal no Conselho de Administração do PNUMA e contribuições obrigatórias, de acordo com escala a ser estabelecida nos mesmos padrões de outras organizações das Nações Unidas.

O estabelecimento da participação universal no PNUMA é medida há muito discutida e que, na prática, não apresenta desvantagens. Pode, porém, agregar importante componente de fortalecimento político ao Programa. Além disso, sua adoção não prejudica qualquer outra decisão em torno do complexo debate sobre governança ambiental internacional, que requer reformas institucionais mais abrangentes e ações adicionais em diversos outros níveis.

A justificativa para mudança nos critérios de contribuição encontra-se no fato de que grande parte das dificuldades do PNUMA hoje se relaciona à falta de financiamento estável e previsível: o financiamento do Programa se baseia em contribuições voluntárias dos Estados-Membros das

Nações Unidas.

Esse arranjo financeiro pouco previsível e altamente discricionário compromete a estabilidade financeira da organização e sua capacidade de planejar além do atual ciclo orçamentário. Compromete, ainda, a autonomia do Programa, uma vez que o torna muito dependente de determinados Estados-Membros que, assim, exercem indesejada influência no estabelecimento da agenda do PNUMA. Nos últimos anos, verificou-se substantiva redução das contribuições voluntárias ao Fundo Ambiental do PNUMA, as quais foram sendo gradativamente substituídas por contribuições “carimbadas” em crescente proporção em relação ao orçamento total do PNUMA.

P8. D. Lançamento de processo negociador para uma Convenção Global sobre Acesso à Informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça em temas ambientais (implementação do Princípio 10 da Declaração do Rio)

Propõe-se apoiar, na Rio+20, o início de um processo de negociação de uma convenção global para assegurar a implementação do Princípio 10 da Declaração do Rio, o qual estabelece que “o melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes.”

Esse princípio já foi objeto de instrumentos regionais, por meio dos quais se procurou aumentar as oportunidades de acesso às informações ambientais e assegurar procedimentos transparentes e confiáveis. Tais mecanismos permitem aperfeiçoar a rede de governança ambiental, introduzindo um relacionamento de confiança entre a sociedade civil e os governos. A elaboração de instrumento desse tipo deverá contar com a participação de todos os setores da sociedade civil.

P8. E. Participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais

A proposta de lançar processo negociador para uma convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça em temas ambientais aplica-se aos Estados nacionais (acordo multilateral de implementação nacional). Embora muitos Estados nacionais já fundamentem suas decisões a partir de algum nível de participação dos atores não-governamentais, essa perspectiva ainda é distante no sistema multilateral.

Nesse contexto, seria desejável que a Rio+20 apresentasse resultado que, respeitando os princípios do sistema multilateral e da soberania dos países, promova conexões efetivas e criativas entre o mundo não-governamental e os processos decisórios multilaterais, aperfeiçoando o processo decisório multilateral, hoje essencialmente baseado em decisões intergovernamentais. As formas encontradas até o momento para viabilizar a participação e a presença do mundo não-governamental nos processos multilaterais têm sido tímidas ou meramente legitimadoras de processos onde, a rigor, essa presença não tem qualquer efetividade. Um dos grandes resultados da Rio+20 poderá ser a modificação desse quadro, reconhecendo as demandas, aspirações e propostas de atores – indivíduos e organizações – que não apenas são influenciados, mas também influenciam profundamente as formas como a comunidade internacional se organiza e age.

P8. F. Governança da água

Existem, hoje, diversas agências e programas das Nações Unidas que tratam de recursos hídricos. Contudo, mesmo com a criação do mecanismo interagências UN-WATER, as respostas, em termos de eficiência, coerência e coordenação, são de pouca efetividade para a elaboração da agenda de programas e agências do sistema ONU e tímidas, quando comparadas aos problemas reais enfrentados pelos países.

Para superar esse quadro, faz-se necessário fortalecer o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos da ONU, o que permitiria tratar de maneira mais integrada os diferentes aspectos relacionados ao uso sustentável da água. A discussão deverá também levar em conta iniciativas existentes fora do sistema das Nações Unidas, com a participação de governos, setor privado, bancos de desenvolvimento e organismos

multilaterais.

VI – SUGESTÕES APRESENTADAS À COMISSÃO NACIONAL PELO DEPUTADO SARNEY FILHO (PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL) PARA O APERFEIÇOAMENTO DO DOCUMENTO PRELIMINAR APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E SUGESTÕES APRESENTADAS PELO DEPUTADOS RICARDO TRIPOLI, EM DOCUMENTO TAMBÉM PROTOCOLADO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em outubro de 2011, foram apresentadas, pelo Deputado Sarney Filho, as seguintes sugestões por escrito:

Na Rio+20 pretende-se centrar os debates em torno de dois temas principais: a economia verde e a governança para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a erradicação de pobreza.

Espera-se que a Rio+20 contribua para o fortalecimento do multilateralismo, com um modelo institucional que integre as agendas econômica, social e ecológica. Esse fortalecimento torna-se essencial no momento de crise econômica da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, que afeta a economia global, reduzindo empregos e acentuando as desigualdades e a pobreza. O mundo árabe, por sua vez, vivencia um extenso processo de transformação no Oriente Médio e no Norte da África, em prol da democratização da região e de melhores condições de vida econômicas, políticas e sociais. Vivenciamos a falta de consenso político, a falta de recursos financeiros e a falta de entendimento para avançar em torno de uma agenda internacional.

Nesse cenário de crise, estamos frente ao desafio de construir uma nova governança global em prol do meio ambiente. Como gerenciar os desequilíbrios globais, em especial os relativos às alterações climáticas, ao fornecimento de energia, à extinção de biodiversidade, à segurança alimentar e a tantos outros temas que afetam o meio ambiente e a segurança global?

Entendo que o Brasil deveria assumir uma posição de liderança nesse processo, enfrentando-o como oportunidade para a construção de uma nova governança rumo à sustentabilidade, que reflita as forças reais da sociedade mundial. O Brasil tem atuado positivamente nas negociações internacionais, como proponente do mecanismo de desenvolvimento limpo e de

ampliação das energias renováveis na matriz mundial, o que nos coloca em posição de legitimidade para bem conduzir os entendimentos na Rio+20.

Considerando-se as dificuldades para avançar na questão climática por meio de um acordo consensual, parece-nos mais sensato crer que não ultrapassaremos o patamar de medidas que cada um dos países pode adotar para acelerar a descarbonização de suas economias, de acordo com planos individuais. Porém, isso não é motivo para que ignoremos a gravidade das consequências das mudanças climáticas e que a questão deixe de ser enfrentada na Rio+20 pelo conjunto das nações. Nesse sentido, devemos idealizar um novo padrão de governança, que considere os entendimentos possíveis entre as Partes.

Aprimoro aqui minha proposta de abril deste ano, quando reunimo-nos no Itamaraty, no Rio de Janeiro, para tentarmos construir um pensamento brasileiro para a Rio+20¹.

A proposta do Brasil para a Rio+20 deve ser a de uma abordagem mais criativa, naquilo em que o País pode emprestar ao evento, sendo seu anfitrião. Independentemente do funcionamento do sistema vigente e das agendas já em negociação, poderia haver, na Cúpula, espaços mais heterodoxos de negociação. Que os grupamentos de países que já se reúnem corriqueiramente, que o façam, na Rio+20, para dizerem o que podem, em seu conjunto, acordar.

Essa proposta encontra eco numa abordagem bastante interessante vinda da Globe International, organização de parlamentares, inspirada por Tony Blair e Al Gore, antes restrita à parte do G-8 e, hoje, em plena expansão. Este mês, firmamos uma sólida parceria, a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional e a Globe International para juntos organizarmos a primeira Cúpula Mundial de Legisladores, programada para acontecer no Rio de Janeiro no início da Rio+20².

O entendimento dessa parceria é de que os países devem pavimentar suas economias em direção à sustentabilidade, não apenas

¹ A proposta apresentada pelo Deputado Sarney Filho na reunião convocada pelo Ministério das Relações Exteriores, em abril de 2011, é a que consta no preâmbulo.

² A citada parceria acabou não se consolidando, por dificuldades operacionais, ficando, a Frente Parlamentar Ambientalista, assim como a CMADS, apenas apoiadoras do evento.

a partir da tentativa de consenso global, em que as delegações já saem de seus países com o discurso defensivo pronto, mas a partir de marcos legais possíveis de serem construídos em seus ambientes domésticos. Um de nossos objetivos é que a Cúpula Mundial de Legisladores torne-se um organismo fomentador de legislações nacionais para a Economia Verde.

No caso da Cúpula Rio+20, a formação de entendimentos estaria nas mãos dos países que, em bloco, se identificam como semelhantes em sua inserção no mundo globalizado. Lidariam com suas reais possibilidades, conforme a compreensão que têm, no momento, a respeito de como as mudanças climáticas os afetam, procurando encontrar soluções parciais que, num conjunto maior, talvez venham a oferecer um quadro renovado de busca da sustentabilidade.

Um exemplo seria a possibilidade de acordos sobre taxa zero no comércio de energias renováveis, que pudesse acelerar e ampliar o uso de fontes alternativas no mercado internacional. Tais acordos beneficiariam países importantes, que têm interesses em vender, sem barreiras, suas tecnologias renováveis: o Brasil, com seu etanol e hidroeletricidade; os Estados Unidos, a China e a União Europeia, com energia eólica, solar fotovoltaica e automóveis híbridos.

Outro exemplo, ainda na questão da descarbonização da matriz mundial, seria a criação de um esforço mundial de pesquisa de fontes de energia descarbonizantes, nos moldes do esforço supranacional na construção da estação espacial, pelo rol de países interessados.

Espaços mais heterodoxos de negociação poderiam também permitir ambientes de entendimento que contemplem as outras forças grandemente definidoras da realidade, como as corporações, as ONGs e a mídia.

O foco não estaria no estabelecimento do consenso entre os países, nem mesmo em um grupamento de países. O objetivo seria o de criar diálogos mais abertos, não necessariamente consensuais, abrangendo, além das delegações dos Estados, setores decisivos para a construção de um cenário desejado de menor intensidade de carbono na economia mundial.

Essa perspectiva inovadora permitiria organizar um novo modelo de governança que integre melhor as agendas da economia e do meio

ambiente.

A partir desse entendimento e tendo-o como base para a condução das negociações, entendo que o Brasil deve encaminhar as seguintes propostas para a Rio+20, algumas delas com conteúdo já desenvolvido no documento preliminar das propostas brasileiras que os senhores nos enviaram.

1 – Obter o compromisso dos países, que assim se dispuserem, de que, até 2017, passem a adotar o PIB Verde, de início paralelamente ao PIB tradicional, até que, progressivamente, este último seja substituído. Deve-se para tanto, ao nosso ver, adotar as orientações metodológicas do Relatório de 2009 da Comissão Stiglitz-Sen. Propomos sejam consideradas essas peculiaridades na proposta P6 do documento preliminar desta Comissão Nacional. A economia precisa dar passos concretos no sentido de internalizar os custos sociais e ambientais das atividades, por meio da valoração dos recursos naturais e da inclusão de objetivos sociais a serem implantados, como o aumento de empregos e a diminuição do consumo.

2 – Obter o compromisso dos países, que assim se dispuserem, com a taxa zero para tecnologias de produção de energia renovável, conforme citei anteriormente.

3 – Obter o compromisso dos países, que assim se dispuserem, com o cumprimento de metas de transição, até 2022, para uma economia sustentável de baixo carbono. Seriam as Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS), ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme o item P2 do documento preliminar.

4 – Obter o compromisso dos países, que assim se dispuserem, com o direcionamento de suas compras e contratos governamentais para bens, produtos e serviços certificados quanto à origem social e ambientalmente sustentáveis, de modo a impulsionarem, em suas economias, a competitividade de bens, produtos e serviços da economia verde, proposta que encontra eco no item P3.A. do documento preliminar.

5 – Iniciar a negociação de um fundo internacional de financiamento e da implementação de um sistema de transferência de recursos financeiros, de tecnologias e de capacitação para a Adaptação às Mudanças Climáticas.

6 – Proponho que se ultrapasse o objetivo P8.C. do documento preliminar de apenas fortalecer-se o PNUMA, criando-se organismo que englobe e amplie os atuais PNUD e PNUMA, com função de a) monitorar e promover as Metas de Desenvolvimento Sustentável, ou Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como propões o documento preliminar; b) efetuar a Coordenação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável, proposto no P 8 do documento preliminar, tendo em vista atribuir responsabilidade e coerência institucional, em relação à sustentabilidade, entre as instituições de Bretton Woods, a OMC e a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento) e aos próprios Estados-membro e c) promover um esforço mundial de pesquisa de fontes de energia descarbonizantes, nos moldes do esforço supranacional na construção da estação espacial, conforme já citei anteriormente.

7 – Por último, como contribuição ao item P8B do documento preliminar, proponho que, na transformação do atual Conselho Econômico e Social (Eco Soc) em um Conselho Mundial do Desenvolvimento Sustentável (CMDS), o novo Conselho haja também como um mecanismo internacional de revisão periódica universal (semelhantes ao Conselho de Direitos Humanos da ONU), no qual os países e as agências internacionais exponham e deliberem sobre o progresso do desenvolvimento sustentável em seus ambientes domésticos e no âmbito internacional.

Saliento, por fim, que o Brasil precisa ainda ter o cuidado de manter-se coerente com as propostas que faz para a Rio + 20, não permitindo retrocessos a si mesmo. Um Código Florestal que espelhe a vontade do País com a conservação e uso racional de seus recursos e serviços ambientais, bem como uma política industrial que, ao contrário do que se está vendo, esteja em consonância com as metas de redução de emissões pactuados em nossa Lei do Clima, são fundamentais.

Conquistamos papel de liderança, no plano ambiental, e precisamos avançar, sempre.

Em 2012, completaremos vinte anos desde as primeiras tentativas de entendimento mundial para evitar o risco de que mudanças climáticas, erosão de biodiversidade, desertificação, entre outros problemas ambientais, comprometam a segurança da vida no planeta e cause sofrimento extremo à humanidade.

Estou certo de que nosso País saberá promover mudanças que estimulem a conservação ambiental, será capaz de consolidar uma mudança cultural pela valorização e uso prudente dos nossos recursos naturais. Estou convicto de que o Brasil conduzirá com eficácia os debates da Rio+20, em prol de um modelo de desenvolvimento que possa garantir o bem estar a todas as nações e às gerações futuras.

Em outubro de 2011, foram também apresentadas, pelo Deputado Ricardo Tripoli, as seguintes sugestões por escrito:

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

A salvaguarda do meio ambiente, na atualidade, é almejada por todos, ainda que uma série de outras prioridades sejam sempre citadas em paralelo pelos povos das mais diversas nações. A mudança de paradigmas deu-se, entretanto, paulatinamente. E o principal veículo de transformação que culminou na majoração da consciência ambiental tem como ponto nevrálgico a informação e a educação. Por tal razão, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), assume importante papel neste processo, pela magnitude, credibilidade e penetração.

É de conhecimento geral que a preservação do meio ambiente depende exclusivamente da mudança de comportamento dos indivíduos e das nações. As consequências da degradação e dizimação das espécies de fauna e flora são devastadoras e comprometem a sobrevivência da Terra e na Terra.

O mais recente objeto de pesquisa é a Síndrome da Floresta Vazia, que compromete a manutenção da biodiversidade e dos mais diversos biomas. No Brasil, o fenômeno ocorre nas maiores florestas nacionais, cujos percentuais de preservação já clamam por clemência.

A Floresta Amazônica e a Mata Atlântica já apresentam as consequências da dizimação de espécies da fauna, como grandes mamíferos, responsáveis pelo pisoteamento e a disseminação das sementes, que garantem a manutenção da floresta. Nestas matas, felinos de grande porte, topo de cadeia, queixadas e antas não mais são encontrados em quilômetros e quilômetros de extensão. A mata parece robusta e viscosa, todavia está desprovida de vida e da esperança de continuidade. Isto é

decorrência da caça ilegal e predatória.

Há muito nos preocupamos com a supressão das florestas, das matas ciliares, dos habitats, ciente das conseqüências acarretadas, para a manutenção do clima, da água. Ocorre que a floresta sem a vida animal também não prospera. A relação de interdependência é inequívoca.

Neste diapasão, se faz necessário concentrar esforços no que justifica toda e qualquer ação de proteção e preservação: a Vida.

A vida de todos os indivíduos, de todos os seres vivos, deve ser a motivação de toda e qualquer discussão e política pública brasileira vislumbrando o desenvolvimento histórico, social, econômico, político e ambiental.

O Bem-Estar Animal, ciência difundida mundialmente, tem norteado, por princípios éticos e técnicos, relações comerciais e internacionais.

Tem-se que Bem-Estar Animal é a garantia de atendimento às necessidades físicas, mentais e naturais do animal, a isenção de lesões, doenças, fome, sede, desconforto, dor, medo e estresse, a possibilidade de expressar seu comportamento natural, bem como a promoção e preservação da sua saúde e de seu habitat, subdividido em três principais necessidades:

a) necessidades físicas dos animais: aquelas que interferem nas condições anatômicas e fisiológicas das espécies (necessidades nutricionais específicas, movimentos naturais, exercícios, peso corpóreo);

b) necessidades mentais dos animais: aquelas que interferem na saúde mental, manifestação de comportamento naturais das espécies, índole, formação hierárquica, estimulação ambiental e social;

c) necessidades naturais dos animais: aquelas etológicas e que permitam aos animais expressar seu comportamento natural e aquelas definidas na interação dos animais em seus grupos, com outras espécies animais, inclusive com seres humanos, de acordo com o ambiente em que forem inseridos ou em que vivam.

No país, uma das mais bem sucedidas políticas públicas

já implementadas, alinhada ao desenvolvimento sustentável e passível de assegurar a manutenção dos ecossistemas e a saúde e bem-estar dos seres humanos e animais, é o STEPS - Programa Nacional de Abate Humanitário, desenvolvido pela Sociedade Mundial de Proteção Animal – WSPA/ Brasil em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a capacitação dos funcionários de fazendas e frigoríficos para atendimentos às normas de bem-estar animal, condicionantes para a acreditação e viabilização de exportação de produtos de origem animal.

Além desta atividade, quaisquer práticas que envolvam quaisquer espécies ou categorias de animais devem obediência aos preceitos mundiais de Bem-Estar Animal.

Por tal razão, incorporar a defesa dos animais às necessidades prementes de salvaguarda do meio ambiente, por meio do atendimento às normas de bem-estar animal é medida de rigor e deve ser inserida na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Atenciosamente,

Ricardo Tripoli

Deputado Federal (PSDB/SP), Relator da Subcomissão Especial Rio + 20 da Câmara dos Deputados.

VII – DOCUMENTO APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ÀS NAÇÕES UNIDAS COMO CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À AGENDA DA CONFERÊNCIA RIO + 20, APÓS AS SUGESTÕES DOS PARTICIPANTES DA COMISSÃO NACIONAL

Uma observação geral e que demandou inúmeras reclamações dos membros da Comissão Nacional foi o não acatamento da maioria das sugestões por parte do Ministério das Relações Exteriores. O fato pode ser constatado na nova versão do documento do Itamaraty.

Brasília, 26 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro sediará, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, vinte anos depois da histórica Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Existe ampla expectativa, nacional e internacional, de que a Rio+20 constitua oportunidade única nesta geração de mobilização dos recursos políticos necessários para desenhar uma saída duradoura para a crise internacional, levando em conta a complexidade de seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De forma a corresponder a essa expectativa, deverá ser cumprido o mandato da Conferência, definido na Resolução 64/236 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que inclui o tratamento dos desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável (capítulo I deste documento) e os temas da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e da “estrutura institucional do desenvolvimento sustentável” (capítulos II e III deste documento).

Para o Brasil – País que presidirá a Conferência, cuja realização propôs, em 2007 – entre os principais resultados a serem alcançados deverão estar incluídos:

1 – A incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana.

2 – A plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, de forma a alcançar maior sinergia, coordenação e integração entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, de forma a superar a prevalência de visões ainda setoriais, vinte anos após a definição do desenvolvimento sustentável como prioridade mundial.

3 – O fortalecimento do multilateralismo, com a clara mensagem de adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável.

4 – O reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de governança global.

A oportunidade dessa agenda é dada pelo próprio desenrolar do debate sobre desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas, desde a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório Brundtland), em 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”, no qual o conceito foi apresentado como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, o conceito foi aprimorado – e os documentos multilaterais então assinados refletem esse avanço – passando a focar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental, pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Joanesburgo, as oportunidades e dificuldades de implementação das decisões da Rio-92 foram identificadas e refletidas no Plano de Implementação de Joanesburgo.

Vinte anos depois, o legado da Rio-92, com a Declaração do Rio e seus 27 Princípios, permanece atual, em particular o princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, segundo o qual os países desenvolvidos devem tomar a dianteira nos desafios do desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua responsabilidade histórica pelo uso insustentável dos recursos naturais globais. Os Princípios do Rio incluem a necessidade de que os países desenvolvidos mantenham oferta adequada de

recursos financeiros e de transferência de tecnologia, de modo a auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21, por sua vez, propõe medidas práticas a serem empreendidas tanto internacionalmente, quanto nacional e localmente. Trata das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, da conservação e gerenciamento dos recursos naturais, do fortalecimento da participação da sociedade e dos meios de implementação dos compromissos acordados, estabelecendo diretrizes e caminhos para a aplicação concreta dos princípios da Declaração do Rio. Em seus 40 capítulos, a Agenda 21 permanece atual e mantém seu caráter de referência para os programas de desenvolvimento. No Brasil, a implementação da Agenda 21, por meio da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), e a construção das Agendas 21 Locais e do Desenvolvimento Local Sustentável são demonstrações da atualidade e da importância desse documento para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável.

É fundamental que, na avaliação das propostas apresentadas na Rio+20, as discussões sejam pautadas pelo princípio da não-regressão, segundo o qual não podem ser admitidos retrocessos de conceitos e de compromissos internacionais previamente assumidos. Tal princípio se reveste de particular importância diante dos desafios enfrentados globalmente, os quais, em lugar de flexibilização ou relativização, convidam a adotar soluções inovadoras e ousadas, que respondam de forma abrangente e equilibrada às necessidades dos três pilares do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 deverá, portanto, visar ao futuro e não ao passado, buscando antecipar os temas e os debates das próximas décadas.

Confiante na renovação do papel do sistema multilateral como foro de solução dos grandes problemas globais, o Brasil almeja que os resultados da Rio+20 sirvam como referência internacional, sinalizando uma inflexão na forma como o mundo é pensado.

Os resultados deverão assegurar que todos os países se sintam capazes de implementar as decisões adotadas no Rio, a partir da criação de condições adequadas – os necessários recursos financeiros, tecnológicos e de capacitação – para implementá-los, construindo, assim, uma

visão compartilhada de sustentabilidade válida para as próximas décadas.

A Rio+20 é uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável e não apenas sobre meio ambiente. O desafio da sustentabilidade constitui oportunidade excepcional para a mudança de um modelo de desenvolvimento econômico que ainda tem dificuldades de incluir plenamente preocupações com o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

A expansão da fronteira social com a criação de mercados consumidores de massa e a diversificação da matriz energética mundial com maior uso de fontes sustentáveis constituem elementos-chave na direção desse novo modelo. A “nova economia” – de que o mundo carece em particular neste momento de crise – é a economia da sustentabilidade e da inclusão.

A sustentabilidade hoje não é mais uma questão de idealismo, mas de realismo. É necessário mudar o padrão de desenvolvimento e dar respostas à altura do desafio global.

Para o êxito da mudança, é essencial a mobilização de todos os atores: governos nacionais e locais, cientistas, acadêmicos, empresários, trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Aspectos do desenvolvimento sustentável no mundo e no Brasil nos últimos vinte anos

A situação mundial e a situação do Brasil, em particular, são muito diferentes hoje daquelas em vigor em 1992. A reconfiguração geopolítica do mundo é marcada pelo maior dinamismo econômico dos países emergentes, impulsionado pelo êxito das políticas de redução da pobreza e de ampliação massiva dos mercados consumidores. Em termos de governança internacional, busca-se maior equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no debate sobre questões econômicas e financeiras globais.

A América Latina e Caribe consolidou-se como região de paz e democracia. De acordo com o relatório da CEPAL para a Rio+20, a região evoluiu em vários aspectos sociais desde o início da década de 90, por exemplo: a pobreza extrema caiu de 48% para 32%; o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) médio aumentou de 0,614 para 0,704; a distribuição de renda melhorou (o coeficiente de Gini passou de 0,54 para

0,52); a proporção de pessoas vivendo em habitações inadequadas caiu de 34% para 23%; a população sem acesso à energia reduziu-se de 18% para 6%; e o nível de emprego passou de 53% para 58%, dado ainda mais relevante tendo em conta o aumento do contingente populacional. Esses dados não devem mascarar, entretanto, os enormes desafios sociais ainda existentes.

No plano econômico, foram praticamente superadas na região as questões da dívida externa e das crises recorrentes de balanço de pagamentos; o crescimento econômico tem sido consistente; e a inflação está controlada na maioria dos países. A alta nos preços dos principais produtos de exportação da América Latina permitiu manter em equilíbrio, ou em superávit, as balanças comerciais, mas não se deve ignorar que a estrutura produtiva permanece concentrada em setores primários e a produtividade em certos casos ainda é baixa, comparada à dos países desenvolvidos.

No plano ambiental, o mundo passou por mudanças significativas: o aumento da concentração na atmosfera de gases de efeito estufa foi acompanhado do reconhecimento de que o aquecimento global é um fenômeno determinante para o futuro da humanidade e elemento a ser considerado na elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que o crescimento desordenado das cidades apresentava suas conseqüências negativas, a revolução nas telecomunicações – principalmente a ampliação do acesso ao telefone celular e a expansão da internet – trazia enorme impacto positivo nos campos social e político.

Na América Latina, entre os indicadores positivos de meio ambiente, ainda segundo a CEPAL, pode-se mencionar que a proporção de áreas protegidas terrestres aumentou de 10% para 21%; a intensidade de emissões de CO₂ reduziu-se de 0,67 para 0,59 (toneladas/dólar do PIB); e o consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio caiu de 75 para 5 mil toneladas anuais (em Potencial de Esgotamento de Ozônio).

No Brasil, os elementos em destaque nos últimos anos foram o dinamismo econômico aliado ao combate à pobreza, o crescimento do emprego formal, a melhor distribuição de renda, a melhora na segurança alimentar e nutricional, o enfrentamento da mudança do clima – com compromissos voluntários e planos setoriais ousados de redução de emissões –, a conservação da biodiversidade, a ampliação e diversificação da matriz

energética, com ênfase em fontes renováveis, a existência de movimentos sociais fortes e avanços na equidade de gênero, entre outros.

Entretanto, o País ainda apresenta desafios compatíveis com seu estágio de desenvolvimento, como aprimorar a qualidade da educação, intensificar o progresso científico e tecnológico, promover urbanização mais adequada e maior desenvolvimento rural.

CAPÍTULO I – DESAFIOS NOVOS E EMERGENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A base da contribuição brasileira para a Conferência Rio+20 é o reforço do multilateralismo. A oferta do Brasil para sediar a Rio+20 é, também, um símbolo do compromisso político do Governo brasileiro com o multilateralismo como a principal solução de longo prazo para os mais importantes desafios globais. Os resultados da Conferência deverão oferecer à comunidade internacional o sinal necessário sobre a importância de soluções multilaterais, de forma que todos os países possam sentir-se – e às suas necessidades – incluídos.

A agenda multilateral, contudo, tem sido contaminada por fortes divisões. Por isso, qualquer abordagem ou resultado que aprofunde a lacuna entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento será inaceitável, tornando impossível o consenso para a Rio+20. São fundamentais novos padrões para a relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e o Brasil acredita fortemente na possibilidade de países trabalhando em parceria, sem renunciar aos seus direitos soberanos de fazer suas próprias escolhas baseados nas suas circunstâncias, capacidades e necessidades particulares.

A grande pergunta que a Rio+20 precisará responder refere-se ao tipo de desenvolvimento que queremos. Para isso, dentro da ótica de fortalecimento do sistema multilateral, será necessário encontrar elementos que unam os países. Existem vários desses elementos, entre os quais se destaca, com grande potencial de agregar esforços e produzir consensos, a inovação tecnológica para a sustentabilidade. Para isso, é necessário um grande pacto global em torno do esforço para geração e disseminação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável. Esse pacto global tem o poder de unir países desenvolvidos e em desenvolvimento, porque a inovação tecnológica poderá responder às necessidades crescentes dos países em

desenvolvimento e às necessidades de modificação dos padrões insustentáveis de produção e consumo.

A contribuição brasileira contempla, com destaque, três questões diretamente associadas à dimensão da inovação tecnológica: i) segurança energética, com ênfase em fontes sustentáveis; ii) segurança alimentar e nutricional, incluída a questão de acesso à água e à inovação tecnológica para a produção agropecuária; e iii) papel dos recursos da biodiversidade para a inclusão social, como a produção de fármacos para a saúde, por meio da conservação e uso sustentável da diversidade biológica e do acesso justo e equitativo aos benefícios da biodiversidade.

A idéia que a Rio+20 deverá transmitir à comunidade internacional, portanto, será a de um processo essencialmente inclusivo, que contemple igualmente as questões econômica, ambiental e social. Por isso, a idéia de inovação tecnológica contempla, também, as tecnologias sociais, nas quais o Governo brasileiro alcançou grande avanço nos últimos anos.

O documento de contribuição brasileira busca, assim, apresentar, a partir de exercício conjunto de debate entre governo e sociedade, os temas que a Rio+20 não poderá ignorar, os quais constituem o cerne do desenvolvimento sustentável inclusivo que almejamos para o planeta. Esses temas encontram-se elencados a seguir.

1. Erradicação da pobreza extrema

A erradicação da pobreza extrema é condição necessária para a realização dos objetivos assumidos rumo ao desenvolvimento sustentável. Esse consenso, consolidado no Princípio 5 da Declaração do Rio e em outros compromissos, tem constituído a base de diversas iniciativas e processos internacionais voltados ao combate à pobreza, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). A prioridade também está refletida no grande conjunto de políticas públicas nacionais que, nas últimas décadas, têm sido empregadas para o combate à pobreza extrema.

Os resultados efetivos na erradicação da pobreza extrema no mundo têm sido, contudo, inconstantes e insuficientes. Enquanto alguns países, como o Brasil, têm alcançado expressivas conquistas na redução da pobreza e da desigualdade, por meio da extensão da proteção social e da inserção produtiva, parte significativa dos países tem apresentado

progressos pouco encorajadores e limitados. Tais lacunas de implementação dos compromissos relativos à erradicação da pobreza não podem ser abordadas como tema à parte na agenda do desenvolvimento sustentável, devendo ser analisadas em conjunto com o modelo de desenvolvimento que se pretende favorecer.

O compromisso internacional com a redução da pobreza extrema está no próprio cerne da realização do direito que todos os países têm a se desenvolverem. A Rio+20 deve contribuir para esses esforços e fortalecer as iniciativas internacionais de combate à pobreza, complementando os programas já existentes. A erradicação da pobreza, portanto, não é suficiente, mas condiciona a capacidade global de construir um mundo mais justo e equitativo e constitui o parâmetro segundo o qual deverão ser avaliados e abordados todos os temas e propostas considerados na Rio+20.

2. Segurança alimentar e nutricional

A principal causa de insegurança alimentar e nutricional é a falta de renda necessária para obter acesso aos alimentos, não sua produção, que é suficiente para alimentar toda a humanidade.

O atual cenário mundial da segurança alimentar e nutricional está marcado pelos altos preços dos alimentos devido a fatores como a especulação financeira das commodities agrícolas e as variações climáticas. O crescimento da demanda por alimentos nos países em desenvolvimento, embora contribua para o aumento dos preços internacionais, revela o êxito de políticas de inclusão social nesses mesmos países e gera oportunidades de crescimento da produção no longo prazo, com efeitos benéficos para a garantia de emprego e renda.

O Estado brasileiro busca consolidar o direito à alimentação. O grande desafio é assegurar que as políticas públicas atuem de forma integrada, intersetorial, viabilizando ações que vão desde a produção de alimentos – onde o segmento da agricultura familiar deve ser incluído e valorizado – até o consumo de alimentos. A partir desta integração será possível enfrentar os desafios da conservação ambiental, da adaptação à mudança do clima e da busca por maior justiça social.

Como todas as demais políticas públicas, aquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional não podem prescindir da ampla

participação social. O Brasil acredita que a participação representa condição sine qua non para o desenvolvimento econômico e social com proteção ambiental, em âmbito nacional e internacional.

No plano internacional, a estratégia brasileira de segurança alimentar e nutricional tem duas dimensões: estrutural e humanitária. Por meio da vertente estrutural, busca promover o modelo de segurança alimentar e nutricional adotado com êxito pelos programas socioeconômicos do Brasil (reforma agrária, desenvolvimento rural, crédito, infraestrutura, assistência técnica, seguro, armazenamento, política de preços mínimos, comercialização, matriz agroecológica, entre outras), com participação social em sua formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Por meio da vertente humanitária, o Brasil busca dar sua contribuição à garantia da segurança alimentar de populações em outros países, em especial por meio da doação de alimentos, sempre após solicitação formal e consentimento do Estado recipiendário.

3. Equidade

A equidade é um tema que deverá perpassar os resultados da Rio+20. Trata-se de conceito que deverá ir além da noção de equidade intergeracional, consagrada em 1992, contemplando a equidade de maneira mais ampla, dentro de um mesmo país e entre todos os países. A idéia de equidade é transversal a vários dos desafios novos e emergentes, como gênero, raça e etnia, consumo, acesso à energia, trabalho decente, segurança alimentar, entre outros. Deve estar refletida nas decisões que vierem a ser adotadas em torno desses temas, inclusive em eventuais novos objetivos e indicadores para medição de progresso e de desenvolvimento. É essencial que os mecanismos internacionais a serem originados da Conferência acompanhem também a evolução da equidade em nível global.

4. Acesso à saúde

No contexto dos esforços necessários para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a saúde – como direito humano universal – tem adquirido projeção cada vez mais evidente. Políticas de proteção e promoção social na área da saúde devem ser tratadas de maneira prioritária, tendo em conta seus benefícios para a o bem-estar social, a economia e o meio ambiente.

Os sistemas de saúde devem incluir em suas práticas a participação social e o diálogo permanente entre sociedade e governo sobre as políticas públicas, constituindo espaço privilegiado de governança setorial. Devem ser, portanto, a expressão da real articulação entre os pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Entre os principais desafios para a garantia do direito à saúde estão o envelhecimento populacional, a alta incidência de doenças crônicas não-transmissíveis e o aumento de óbitos e incapacidades por causas externas (acidentes e violências). Esses desafios aumentam o número de pessoas em uso contínuo e prolongado de serviços de saúde e geram a necessidade de incorporação de tecnologias assistenciais e de medicamentos, que devem ser determinados pelas mudanças sociais, econômicas e epidemiológicas dos países, visando à sustentabilidade do desenvolvimento.

Uma série de fatores explica a tendência para a crescente “globalização” da saúde. Certos problemas, como a transmissão de doenças, são transfronteiriços, e impactam negativamente os esforços nacionais de desenvolvimento. Outros fatores estão relacionados a financiamento. Evoluções internacionais recentes têm ampliado o financiamento para o combate às chamadas doenças negligenciadas. Entretanto, problema perene é a escassez de medicamentos, muitas vezes produzidos por laboratórios privados e comercializados a preços inacessíveis para os países mais pobres, como é o caso dos medicamentos de combate ao HIV/AIDS. A dificuldade de acesso a medicamentos é também resultado da falta de pesquisa e inovação relacionada a doenças transmissíveis, principalmente vinculadas à pobreza, como malária, dengue e cólera.

O reconhecimento das medicinas tradicionais e populares, principalmente nos países em desenvolvimento, pode contribuir para o avanço nessas áreas, haja vista que os saberes e práticas tradicionais apresentam estreita relação com os recursos ambientais e da biodiversidade, bem como podem possibilitar a inclusão social de povos e comunidades tradicionais no complexo produtivo da saúde.

5. Trabalho decente, empregos verdes e responsabilidade social das empresas

A efetiva implantação do modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe que a inserção produtiva no marco do trabalho decente

seja considerada objetivo central das políticas sociais, econômicas e ambientais, de modo a assegurar que as mudanças conduzam à geração de empregos em toda a cadeia produtiva e, particularmente, em setores estratégicos e intensivos em mão-de-obra, como parte dos esforços pela erradicação da pobreza.

Grandes oportunidades para a geração de empregos podem ser criadas pelo investimento em práticas sustentáveis de manejo da terra e da água, agricultura familiar, agricultura de base ecológica, sistemas orgânicos de produção, manejo florestal sustentável, uso racional da biodiversidade para fins econômicos e novos mercados ligados a fontes renováveis e não convencionais de energia. Os investimentos em novas atividades sustentáveis exigirão cursos de formação e qualificação profissional, por meio de planos setoriais que permitam aos trabalhadores o acesso a novos postos de trabalho formais e de melhor remuneração.

É necessário que sejam asseguradas condições e relações de trabalho ao menos compatíveis com os patamares estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho, com vistas à sua superação, no marco da garantia de condições de trabalho decente. Num mundo em que as cadeias produtivas se alongam, é natural que a atenção das empresas seja ampliada à atuação de seus fornecedores. Entretanto, a responsabilidade das empresas sobre seus fornecedores não deve substituir a responsabilidade fiscalizadora do Estado nem deve ser usada para impor políticas e comportamentos aos fornecedores de outros países. O relacionamento das empresas com seus fornecedores, no contexto do exercício de sua responsabilidade social corporativa, deve ser pautado pelo conceito de empresas sustentáveis e trabalho decente, com respeito às condições e prioridades locais.

6. Educação

O acesso de todos a uma educação de qualidade é condição essencial para o desenvolvimento sustentável. A educação constitui um dos principais vetores de inclusão e ascensão social, principalmente quando é democrática e respeita a diversidade.

Ao mesmo tempo em que se deve buscar a ampliação do acesso em todas as esferas, da pré-escola à pós-graduação, é necessária a promoção de práticas educacionais que contribuam para a mudança dos

padrões de interação com o meio ambiente. Programas transversais de educação ambiental devem ser estimulados e a formação profissional precisa estar voltada para a inovação e a implementação de padrões de produção e consumo sustentáveis, valorizando as necessidades e o conhecimento local.

Uma estratégia de democratização do ensino e do acesso ao conhecimento não pode estar dissociada de um amplo processo de inclusão digital e de incorporação das novas tecnologias de comunicação ao ensino. É necessário trabalhar para diminuir a desigualdade no acesso existente entre países e entre indivíduos.

Os espaços educadores sustentáveis devem avançar estratégias para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade. Tais espaços são construídos a partir da adequação dos espaços físicos a padrões sustentáveis, da adoção de processos de gestão participativos e da inclusão dos temas do desenvolvimento sustentável nas propostas político-pedagógicas.

7. Cultura

A cultura é um diferencial na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade nos âmbitos global, nacional e local. A contribuição da cultura é indispensável para o desenvolvimento sustentável, perpassando os pilares social, econômico e ambiental. É a dimensão onde são reconhecidos os significados e sentidos das ações que podem transformar sociedades. Nesse contexto, são fundamentais a consolidação a consolidação dos direitos culturais como parte dos direitos humanos, o acesso à cultura, a garantia da diversidade cultural e o reconhecimento dos saberes dos povos originários e tradicionais.

Cabe ao Estado e à sociedade civil organizada desenvolver ações abrangentes e colaborativas que visem ao fortalecimento da dimensão cultural do desenvolvimento levando em consideração a construção de sociedades mais justas e conscientes. Para atingir esse objetivo é preciso combinar políticas de cultura, meio ambiente, educação, saúde, infraestrutura, planejamento territorial, entre outras.

A Conferência Rio+20 deve levar em conta o potencial da cultura na geração de alternativas para superação do “consumismo” como hábito típico do modelo atual e apontar para mudança de paradigma. A sustentabilidade, na sociedade do conhecimento e da informação, precisa

conjugar os modelos culturais da diversidade, das cadeias produtivas e das soluções inovadoras propostas pela economia criativa. O desenvolvimento sustentável deve consolidar uma cidadania cultural que garanta a todos o direito de participar desse processo de transformação.

8. Gênero e empoderamento das mulheres

Relatório da ONU demonstra que a persistência das desigualdades entre gêneros é o maior entrave ao desenvolvimento humano nos países. Essa desigualdade, segundo a ONU, chega a provocar perdas de até 85% no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresenta diferenças entre o meio rural e urbano.

As mulheres desempenham, entretanto, papel central para o êxito das políticas de desenvolvimento sustentável, especialmente na promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis. Responsáveis pela maior parte das decisões de compra e investimento das famílias, as mulheres devem ser o foco prioritário de políticas de educação e conscientização para o desenvolvimento sustentável.

A perspectiva de gênero e as medidas para a promoção da participação da mulher em posições de poder devem ser consideradas de forma transversal no desenvolvimento sustentável, perpassando o conjunto das políticas públicas nacionais e iniciativas internacionais. A importância do recorte do gênero para o desenvolvimento sustentável deve ser reconhecida tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, bem como na administração pública e nas atividades produtivas.

9. Promoção da Igualdade Racial

Qualquer forma de racismo é incompatível com o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável pressupõe inclusão social e econômica, equilíbrio ambiental e uso responsável da tecnologia, bem como diversidade cultural e regional, processos decisórios participativos e não-discriminatórios.

A ideologia do racismo tem sido historicamente peça fundamental na estruturação de sistemas de produção baseados não só em relações injustas de trabalho, mas também na destruição do meio ambiente. Atividades produtivas relevantes para o desenvolvimento econômico nos últimos séculos basearam-se na exploração de mão-de-obra escrava e numa perspectiva predatória em relação aos recursos naturais.

A realidade econômica e social de muitas sociedades continua altamente influenciada por esses padrões históricos. Em muitos países, os grupos sociais com os índices mais elevados de pobreza e com os piores indicadores socioeconômicos e de acesso a bens e serviços são os povos associados a esse histórico de exploração, como afrodescendentes, indígenas e migrantes. Em um círculo vicioso, as manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e todas as formas de intolerância são agravadas por essas condições de pobreza e carência que se perpetuam em determinados grupos sociais. Do ponto de vista ambiental, esses grupos sociais estão muitas vezes relegados a viver em condições inadequadas de moradia, saneamento, acesso à água e tratamento de lixo.

Uma parcela dos referidos grupos sociais vive em comunidades tradicionais. O racismo também produz efeitos contra essas comunidades, desqualificando e desautorizando seus modos de vida e suas perspectivas próprias sobre o desenvolvimento. É fundamental não só primar pelo direito dessas comunidades de preservarem e promoverem seus saberes e suas formas de organização coletiva, mas também se faz necessário reconhecer a importância que as comunidades tradicionais conferem à preservação do meio ambiente.

10. Reforço do multilateralismo com participação da sociedade civil

A participação da sociedade civil é fundamental para reforço e renovação do multilateralismo. Presente de forma ativa em grande parte dos foros multilaterais, a sociedade civil tem atuado de forma decisiva na determinação de debates na agenda internacional, bem como na reflexão e na deliberação em processos internacionais. O papel da sociedade civil no multilateralismo é de especial relevância nos foros dedicados ao desenvolvimento sustentável, tendo sido fundamental para a própria consolidação desse conceito durante e depois da Rio-92.

Desde então, a sociedade civil vem atuando de forma cada vez mais determinante nos foros multilaterais, enriquecendo debates, assumindo papel central na mobilização social em torno de questões prementes e auxiliando na implementação de compromissos e decisões acordadas. A enorme capacidade de ação e reflexão da sociedade civil ainda pode ser mais bem integrada aos trabalhos dos diversos organismos multilaterais, os quais devem buscar formas para promover níveis de participação ainda maiores. Nos foros voltados ao desenvolvimento

sustentável, o debate é ainda mais relevante e deve estar no centro das discussões em torno da estrutura institucional durante a Conferência Rio+20.

11. Papel do Estado

A adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável demanda substanciais investimentos e financiamento de fontes públicas e privadas, as quais, no atual cenário de crise econômica e restrições fiscais, têm apresentado fortes limitações. Nesse contexto, é fundamental que o Estado retome seu papel de indutor e regulador do desenvolvimento, favorecendo a adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores, calcado no uso racional e na proteção dos recursos naturais e na incorporação de pessoas excluídas à economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho decente e à renda. Por meio de instrumentos econômicos e políticas públicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos, que facilitem a adesão do setor produtivo a padrões mais sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social.

É necessário que o Estado valorize os recursos e serviços ambientais. Por exemplo, ao mensurar a importância econômica da proteção de mananciais para o abastecimento das cidades, ou mesmo da proteção das florestas para o regime de chuvas e o consequente impacto sobre a produtividade das lavouras, a proteção e conservação ambiental passam a ter fundamento econômico. O Estado deve então regular o acesso aos recursos naturais, buscando compatibilizar as necessidades de desenvolvimento econômico e social com a utilização democrática, racional e menos danosa possível desses recursos, de forma a fortalecer uma dinâmica de reforço mútuo entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Um bom exemplo é a adoção de instrumentos econômicos para valoração – atribuição de valor – da floresta em pé, como forma sustentável de redução do desmatamento e da degradação florestal.

A regulação e a capacitação do setor financeiro são fundamentais para o êxito desses esforços. Por meio da política creditícia oficial, o Estado pode induzir um comportamento mais sustentável e responsável dos agentes econômicos, estabelecendo, por exemplo, condições para obtenção de financiamento público que favoreçam a adoção de modelos de produção mais eficientes, o respeito aos requisitos do trabalho decente e a consideração da sustentabilidade econômica em longo prazo. Os agentes

financeiros privados devem ser parte integral dessas políticas, uma vez que têm interesse direto na sustentabilidade, não só por serem cobrados por acionistas e clientes, mas também por seu desempenho depender da consideração equilibrada entre variáveis econômicas, sociais e ambientais. A partir de um esforço de planejamento integrado, o emprego de critérios de regularização e adequação ambiental para obtenção de financiamento nas áreas agrícola, industrial, energética e urbana, em conjunto com mecanismos que auxiliem os diversos atores produtivos nos esforços de adequação, também representa importante instrumento para o efetivo engajamento do setor financeiro na promoção de modelo econômico mais sustentável.

O Estado também pode influenciar significativamente a adoção de modelos mais sustentáveis pela forma como aufer e aplica a receita. Os instrumentos de política fiscal, associados à valorização de serviços ambientais, desempenham, nesse sentido, papel central no repertório de políticas do Estado, por meio dos quais podem ser estabelecidos estímulos positivos para a adoção de padrões mais sustentáveis em toda a cadeia produtiva. Também são de grande importância as parcerias público-privadas, voltadas a uma maior atração de recursos e dentro de uma estrutura adequada de incentivos e tributação. As compras públicas e investimentos também podem desempenhar papel nesse contexto.

O Estado deve promover o engajamento das empresas e da sociedade na construção do desenvolvimento sustentável. Esse processo requer conhecimento e valorização das especificidades locais, marcos regulatórios compatíveis, demanda e mercado regulados, acesso a crédito, assim como investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O papel do Estado na inclusão social, erradicação da pobreza e redução das desigualdades é igualmente importante. A implementação de políticas de incentivo à formalização do trabalho e acesso às redes de proteção social, bem como massivos programas de transferência direta de renda e a atuação no provimento e regulação dos serviços públicos, são alguns dos instrumentos que o Estado pode utilizar para promover a inclusão social, maior participação na vida econômica e melhor exercício da cidadania pelos mais pobres.

Na atuação do Estado para a promoção do desenvolvimento sustentável, também é fundamental levar em conta o papel

das autoridades locais (no caso brasileiro, de nível estadual e municipal), as quais podem contribuir de forma determinante para a superação dos desafios de desenvolvimento sustentável enfrentados pelas populações locais. Nesse contexto, são de particular relevância as Agendas 21 Locais e a busca de soluções inovadoras que possam ser adaptadas a cada realidade específica.

Uma nova economia, em seus processos sustentáveis de produção e consumo, pressupõe uma sociedade global ética e Estados nacionais transparentes. O aperfeiçoamento dos sistemas nacionais de transparência é hoje tão crucial quanto políticas públicas para o enfrentamento da mudança do clima ou para a erradicação da pobreza, sendo, inclusive, condição para o seu sucesso. Para tanto, faz-se necessária a promoção de princípios éticos e de mecanismos de combate à corrupção, no marco da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

12. Produção e consumo sustentáveis

Os padrões atuais de produção e consumo, altamente intensivos em recursos naturais e frequentemente ineficientes em seu uso, são insustentáveis no médio e longo prazos. Somente se estes padrões forem modificados, parcelas crescentes da humanidade poderão alcançar níveis adequados de bem-estar social, ambiental e econômico. Os países desenvolvidos devem assumir a liderança no processo de mudanças, uma vez que não só são responsáveis, historicamente, pela geração dos hábitos de consumo predominantes, mas também pelo uso insustentável dos recursos naturais nos processos produtivos.

O Parágrafo 15 do Plano de Implementação de Joanesburgo sugere o estabelecimento de um programa de ação de 10 anos, com a liderança dos países desenvolvidos, para apoiar as iniciativas regionais e nacionais de aceleração do processo de mudança para o consumo e produção sustentáveis. Como resposta a esse compromisso, o sistema das Nações Unidas, por meio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas), deu início, a partir de 2003, ao chamado “Processo de Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentáveis”.

O conjunto de programas gerados pelo Processo de Marrakesh forneceu elementos para a construção de uma proposta de abordagem sobre o assunto, encaminhada à Comissão de Desenvolvimento

Sustentável das Nações Unidas (CDS), com o objetivo de dar-lhe dimensão política, bem como facilitar a definição de mecanismos para implementação dos programas.

Com base nessa experiência, devem ser retomadas as tratativas internacionais sobre o tema, resolvendo pendências conceituais e definições quanto aos compromissos financeiros e de transferência de tecnologia, bem como os arranjos de implementação. Ambiciona-se, assim, que na Rio+20 se adote um Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, tendo como referência os avanços alcançados no âmbito do Processo de Marrakesh.

13. Energia

É possível criar incentivos e promover reformas regulatórias e institucionais com vistas a ampliar o uso de fontes renováveis e, ao mesmo tempo, assegurar oferta e acesso à energia para as populações, sobretudo nos países em desenvolvimento e naqueles de menor desenvolvimento relativo. Dentre as fontes renováveis, a energia hidrelétrica, a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, a energia eólica e solar, entre outras fontes não convencionais, como resíduos sólidos, microalgas e efluentes, são oportunidades para a geração de emprego e desenvolvimento. Deve-se levar em conta ainda a necessidade de implementação de ações, que favoreçam o aumento da eficiência energética.

A melhoria das tecnologias de produção de combustíveis automotores mais limpos deve ser buscada, pelo incremento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente aquelas voltadas para a produção e distribuição, em larga escala. A qualidade dos combustíveis utilizados possui ligação direta com os índices de poluentes emitidos. Incentivar o uso de combustíveis renováveis e de qualidade contribuirá muito para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Os biocombustíveis oferecem uma alternativa sustentável e com viabilidade comprovada para a mitigação da mudança do clima, com efeitos positivos sobre as emissões, o acesso à energia e o desenvolvimento econômico. A ampliação da produção de biocombustíveis em bases sustentáveis poderá promover o bem-estar tanto em áreas urbanas, devido à redução na poluição atmosférica, quanto na zona rural, atuando como vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

14. Cidades e desenvolvimento urbano

No contexto do desenvolvimento sustentável, é fundamental a definição do papel das cidades, forma contemporânea predominante de assentamento humano que concentra, ao mesmo tempo, os centros de comando político e econômico, bem como os pólos de irradiação dos padrões de consumo, do conhecimento e das inovações tecnológicas. O mundo deverá definir e promover um novo padrão de ocupação, freando a expansão urbana desordenada nas megacidades e fortalecendo a governança das cidades pequenas, médias e grandes, com o provimento de serviços que assegurem qualidade de vida e geração de renda às populações.

Entre os principais desafios para o estabelecimento de cidades sustentáveis, destacam-se: o desenho de políticas voltadas ao planejamento integrado; o fomento à construção sustentável, à eficiência energética e à redução do consumo de água nos edifícios, com apoio à pesquisa e democratização do acesso a novas tecnologias, bem como à implementação de tecnologias modernas com vantagens ambientais; e a (re)qualificação progressiva dos empreendimentos habitacionais de interesse social, considerando as três dimensões básicas do desenvolvimento sustentável e a diversidade cultural e de soluções urbanísticas e arquitetônicas, bem como proporcionando o máximo aproveitamento das condições bio-geo-climáticas locais e promovendo a justiça social e ambiental. Tais políticas públicas devem priorizar, ainda, o transporte coletivo de qualidade, com acessibilidade, o saneamento, o tratamento de resíduos, restrições para ocupação em áreas de risco e de várzeas de rios, criação de áreas protegidas e aumento da resiliência aos efeitos da mudança do clima e às mudanças ambientais globais. Os desastres naturais constituem um óbice ao desenvolvimento sustentável inclusivo. Torna-se necessário, portanto, ênfase na prevenção e resposta adequada a desastres naturais e promoção de boas práticas em matéria de defesa civil

No contexto das estratégias para cidades sustentáveis, devem inserir-se ações específicas para o setor de construções civis e infraestrutura. Dados da ONU apontam que o setor da construção, em nível global, responde por um terço do consumo de recursos naturais, incluindo 12% de todo o uso de água doce, e pela produção de até 40% de resíduos sólidos. A promoção da sustentabilidade no ambiente urbano passa por decisões de aquisição de produtos utilizados nos processos de desenvolvimento urbano

que considerem os múltiplos impactos econômicos, ambientais e sociais ao longo do ciclo de vida. As informações disponíveis sobre estes impactos é limitada, e a carência de dados afeta todos os níveis de decisão, públicos e privados, nacionais e internacionais. Tal realidade limita, também, o engajamento de segmentos mais amplos da sociedade – o poder público, a indústria, o comércio e os consumidores em geral – a na promoção da sustentabilidade. A Rio+20 configura-se como foro político adequado para estabelecer e avançar em iniciativas globais que objetivem suprir tais lacunas por informações confiáveis e compartilhadas sobre a avaliação do ciclo de vida dos produtos da construção.

Em consonância com a crescente atenção atribuída à política habitacional, assim como ao tema da eficiência energética, é importante fortalecer o debate relativo à sustentabilidade em termos globais, uma vez que as perspectivas de crescimento urbano nas próximas décadas reforçam a necessidade de construção de casas para pessoas de baixa renda. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN Habitat), em cerca de 40 anos, dois terços da população mundial viverão em cidades, sendo que aproximadamente 70% do crescimento demográfico mundial deverão ocorrer nos países em desenvolvimento. Em 2050, estima-se que a América do Sul será a região mais urbana do mundo, com 91,4% da sua população vivendo em áreas urbanas.

Outro tema que deve ser abordado pela Conferência é o aproveitamento de aterros sanitários para a produção de energia. Além da produção de eletricidade, a combustão do biogás contribui para a diminuição da emissão de gases causadores do efeito-estufa, ao transformar metano (seu principal componente) em gás carbônico (vinte vezes menos prejudicial ao meio ambiente), bem como para diminuir riscos de acidentes e aumentar a qualidade de vida em seu entorno.

15. Transportes

É fundamental que o desenvolvimento sustentável também englobe medidas e políticas para fortalecer a sustentabilidade dos sistemas de transportes. Nos transportes urbanos, a sustentabilidade está ligada ao estabelecimento de sistemas eficientes de transporte público, como corredores rápidos de ônibus (BRT, na sigla em inglês para Bus Rapid Transit) metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e rodas e outros de baixa emissão,

que substituam em grande parte o veículo individual. Essas alternativas poderiam diminuir os congestionamentos, reduzir a poluição do ar, os custos dos deslocamentos e os acidentes – tendo impacto direto sobre os gastos públicos com saúde e beneficiando sobretudo a população de renda mais baixa.

No transporte de cargas, devem ser feitos investimentos na diversificação da matriz de transporte, de forma sustentável, notadamente por meio da ampliação e fortalecimento de ferrovias e do transporte aquaviário de cabotagem e navegação interior, bem da como construção ou recuperação da infraestrutura rodoviária existente. A eficiência econômica e ambiental do transporte depende, necessariamente, do reequilíbrio da matriz de transporte, com a maior participação de modais mais limpos e da integração e combinação eficiente dos diversos modais.

Os biocombustíveis representam alternativa importante para o setor de transportes, tanto no que se refere ao transporte rodoviário, com o etanol e o biodiesel, quanto no transporte aéreo, uma vez que os biocombustíveis de aviação já se encontram em fase avançada de desenvolvimento.

16. Agropecuária

Absolutamente dependente das condições ambientais, a agropecuária é essencial para o desenvolvimento dos países, ao mesmo tempo em que contribui para o combate à mudança do clima. É possível garantir segurança alimentar e nutricional, promover a mitigação das emissões e o aumento da produtividade agropecuária, reduzir os custos de produção, melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, especialmente da água, aumentar a resiliência de sistemas produtivos, promover o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais e possibilitar a adaptação do setor agropecuário à mudança do clima.

Para que isso ocorra, é preciso, entre outras ações, investir em pesquisa agropecuária, apoiar e incentivar os produtores a adotarem tecnologias de maneira a incrementar a produtividade e a sustentabilidade. Uma renovada atenção da cooperação internacional aos investimentos no desenvolvimento rural e à difusão de tecnologias e informações meteorológicas adequadas à agricultura tropical torna-se particularmente importante. Além disso, subsídios insustentáveis à agricultura

de países desenvolvidos, que distorcem mercados e inviabilizam a produção em países de menor desenvolvimento relativo, devem ser eliminados. O resultado dessa atenção especial ao campo deve ser o aumento da produção sustentável, o fortalecimento da segurança alimentar, a geração de emprego, trabalho e renda, o respeito à biodiversidade e a mitigação das emissões de carbono derivados da agricultura e da pecuária. A produção de alimentos e fibras é realizada em várias escalas e pode comportar sistemas de produção sustentáveis, baseados na agricultura de baixa emissão de carbono, recuperação de áreas de pastagens degradadas, agricultura orgânica e florestas plantadas, visando ao aumento da produtividade e à proteção das áreas florestas naturais. Isto ocorre nos diferentes segmentos produtivos, envolvendo do grande ao pequeno produtor rural.

A Rio+20 deverá tratar com particular atenção o papel da agricultura familiar, que, na maioria dos países em desenvolvimento, é responsável por grande parte da ocupação no setor rural e da produção agrícola. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais, o uso sustentável dos recursos genéticos e a agroecologia. A agricultura familiar pode constituir exemplo da prática do desenvolvimento sustentável quando for ambientalmente adequada, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada.

Dessa forma, o Estado deve disponibilizar um conjunto de políticas que ultrapasse o foco apenas na produção agrícola, criando mecanismos de garantia de renda aos agricultores e às unidades familiares de produção.

17. Promoção da inovação e acesso à tecnologia

É indispensável fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos Estados para promover o desenvolvimento sustentável. Esforços internacionais para difundir o conhecimento científico, promover a capacitação de recursos humanos e viabilizar o desenvolvimento conjunto de tecnologias limpas são fundamentais para propiciar maior eficiência energética e menor impacto ambiental dos processos produtivos, bem como a erradicação da pobreza, por meio do acesso universal a benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico.

A universalização do acesso à internet banda larga, a

pesquisa para exploração econômica sustentável dos recursos da floresta, a popularização da ciência, o desenvolvimento e difusão das tecnologias sociais e a introdução de tecnologias limpas nos processos produtivos são elementos essenciais nesse processo.

A propriedade intelectual cumpre papel importante no fomento da inovação tecnológica. O Brasil reconhece a proteção internacional aos direitos de propriedade intelectual, assentada, essencialmente, no Acordo de TRIPS da Organização Mundial do Comércio. O Brasil também reconhece que, em certos casos, a propriedade intelectual pode constituir barreira à difusão e transferência de tecnologias limpas ou socialmente essenciais, como os medicamentos.

Propostas como a criação de “pools de patentes” e de fundos que financiem a transferência de tecnologia limpa e seu desenvolvimento em países em desenvolvimento são positivas e devem ser discutidas durante a Conferência. Tais soluções, contudo, não devem substituir as flexibilidades do regime internacional de propriedade intelectual.

18. Financiamento para o desenvolvimento sustentável

O caminho para o desenvolvimento sustentável exige enorme esforço de mobilização de capital de fontes públicas e privadas. No plano nacional, para mobilizar o capital necessário os Estados precisarão promover políticas públicas que direcionem os gastos e investimentos públicos para atividades sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Torna-se crucial a promoção de parcerias público-privadas para estimular atividades econômicas sustentáveis, especialmente em áreas inovadoras e indústrias nascentes, que dependem de apoio inicial para redução de riscos e criação de infraestrutura.

No plano internacional, é imprescindível que se tenha em conta o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. A responsabilidade histórica dos países desenvolvidos (que alcançaram o atual estágio com base em modelo insustentável de crescimento econômico) e a necessidade de crescimento dos países em desenvolvimento com base em outro paradigma, por vezes mais complexo, difícil e custoso, devem guiar as iniciativas internacionais para o financiamento do desenvolvimento em parâmetros sustentáveis dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, também se insere a necessidade de melhorar a coordenação e gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, de forma a torná-la mais eficiente e transparente. Seria desejável, também, que a Rio+20 estabelecesse redes de cooperação internacionais por biomas, o que poderia facilitar o intercâmbio de melhores práticas.

19. Mudança do clima

Como se sabe, a Rio+20 não será uma reunião de negociação na área de mudança do clima: o regime criado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do clima (UNFCCC) é o processo multilateral que o Brasil apoia e quer ver fortalecido.

Entretanto, a relação entre mudança do clima e desenvolvimento sustentável é inescapável. Nos últimos anos, todos os Governos passaram a incorporar a mudança do clima em seu planejamento. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é a resposta mais adequada à mudança do clima.

Impactos naturais e efeitos negativos da mudança do clima já se fazem sentir. Em geral, países de renda baixa são severamente prejudicados por esses impactos naturais, em função de fragilidades de infraestrutura e da limitada capacidade de amparo econômico e social capacidade, por serem fortemente dependentes de atividades econômicas ligadas à natureza.

A questão climática afetará todos – desenvolvidos e em desenvolvimento – e os últimos de forma mais perversa. Apesar de os países desenvolvidos serem responsáveis pela maior parte das emissões históricas, estima-se que a maior parte dos efeitos da mudança do clima recairá sobre nações em desenvolvimento. Investimentos para lidar com adaptação às mudanças já sentidas, como enchentes, secas e incêndios florestais, são necessários para possibilitar respostas tempestivas.

A prioridade absoluta dos países em desenvolvimento é o atendimento de necessidades sociais e econômicas urgentes. No entanto, questões sociais e ambientais não precisam ser entendidas de forma contraditória, muito pelo contrário. A mudança do clima é também uma oportunidade para o presente e o futuro do desenvolvimento dos países. A

necessidade de adoção de novos modelos pode estabelecer um caminho de desenvolvimento que vise à redução das desigualdades e ao aumento da renda e que, ao mesmo tempo, esteja ancorado numa dinâmica econômica que não repita os padrões de emissão, consumo e desperdício dos países que já se industrializaram. Há diversas iniciativas concretas para a mitigação da mudança do clima e para a adaptação aos seus efeitos negativos que devem influenciar significativamente o modo como os países se desenvolvem.

A ampliação de melhores práticas e a difusão de tecnologias já existentes poderia reduzir a dinâmica de emissões, sem sacrificar o desenvolvimento econômico e social. O fluxo adequado de financiamento público, transferências tecnológicas e capacitação, oriundos de países desenvolvidos, em aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, serão elementos imprescindíveis. Oportunidades de cooperação Sul-Sul também merecem ser exploradas. É importante pontuar que recursos privados também contribuem para viabilizar o desenvolvimento e a implantação em escala de novas alternativas de tecnologias limpas.

20. Biodiversidade

Como em Mudança do Clima, não haverá negociação sobre biodiversidade na Rio+20. Do mesmo modo que a UNFCCC, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica é o processo multilateral apoiado pelo Brasil.

Entretanto, os temas de biodiversidade devem ser tratados no contexto do desenvolvimento sustentável. A conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados são medidas intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento sustentável. Os índices recentes da perda de biodiversidade do planeta revelam a importância desse tema para todos os países.

A manifestação da biodiversidade na natureza é complexa, o que ressalta a importância da conservação sistêmica dos biomas terrestres e aquáticos. Nesse contexto, há que se reconhecer o inegável valor do estabelecimento de áreas protegidas como medida não só de conservação da biodiversidade, mas, também, de geração de emprego e renda, e de aumento da qualidade de vida da população.

A diversidade biológica está relacionada com sistemas de controle de enchentes, de doenças e pragas e de ciclos de nutrientes, essenciais para a manutenção da vida. Para assegurar o funcionamento desses sistemas, é fundamental garantir a sustentabilidade e a proteção de todos os biomas do planeta. No caso brasileiro, têm particular relevo a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Pampa. Todos esses biomas demandam atenção apropriada e específica.

Estima-se que os países em desenvolvimento abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta, sendo que 20% do número total de espécies da Terra estariam no Brasil. O País abriga, ainda, uma rica sociobiodiversidade, representada por mais de 200 povos indígenas e comunidades tradicionais – caiçaras, seringueiros, quilombolas – verdadeiros mantenedores da biodiversidade. A valorização dos diferentes modos de vida contribui para a diversidade de respostas para o desafio do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, assumem papel relevante nos esforços pelo desenvolvimento sustentável. O melhor aproveitamento dos referidos recursos de sua biodiversidade requer dos países em desenvolvimento investimentos em pesquisa e capacitação. Para tanto, considera-se imprescindível a cooperação internacional, com destaque para o fluxo adequado de financiamento público e privado, transferência tecnológica e capacitação proveniente dos países desenvolvidos. Ademais, oportunidades de cooperação Sul-Sul também merecem ser exploradas.

A economia de valoração da biodiversidade tornou-se um diferencial no mercado. Essa nova perspectiva econômica, elaborada a partir de elementos da biodiversidade, constrói um novo modelo que valoriza e quantifica os recursos naturais. Esse entendimento, que enfatiza o quanto os sistemas naturais fornecem bens e serviços à sociedade humana, está associado à noção de que esses sistemas são limitados, noção essa que ainda não faz parte do vocabulário da teoria econômica.

A valoração da biodiversidade não tem por objetivo mercantilizá-la ou financeirizá-la, mas atribuir-lhe valor para prevenção de dano, promover seu uso racional e sua conservação.

21. Combate à Desertificação

Do mesmo modo que Mudança do Clima e Biodiversidade, a Rio+20 não é uma reunião negociadora sobre Desertificação, em virtude da existência de processo multilateral próprio, apoiado pelo Brasil, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação.

Entretanto, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação até hoje não logrou obter os resultados necessários para enfrentar os impactos ambientais, sociais e econômicos associados à desertificação. O reconhecido déficit de implementação da Convenção deve ser superado por um maior comprometimento ético e político dos países, traduzido sob novas formas de cooperação internacional para apoiar os que sofrem os efeitos da desertificação e da seca.

As regiões áridas e semi-áridas, com população de mais de um bilhão de pessoas, concentram alguns dos mais altos níveis de pobreza do mundo. Nessas regiões, a base de recursos naturais tem sido frequentemente submetida à pressão predatória das atividades humanas que, em muitos casos, agravam os vetores de desertificação. Essas áreas são expostas a severa escassez de água e insegurança alimentar, e tornam-se mais vulneráveis aos impactos potenciais da mudança do clima.

A Rio+20 deverá, assim, constituir oportunidade para renovar o entendimento global em torno de objetivos e estratégias para dar ímpeto aos esforços internacionais de combate à desertificação, a degradação da terra e os efeitos da seca sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

22. Água

O uso sustentável da água apresenta-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados tanto por países desenvolvidos, quanto por países em desenvolvimento. No presente contexto, as ações nacionais devem ser norteadas pelo aproveitamento mais adequado da água, de forma a favorecer sua conservação e a estimular o emprego de técnicas de tratamento e recuperação mais eficientes. Paralelamente, deve-se buscar a disseminação de políticas públicas que favoreçam o acesso de milhões de pessoas à água tratada.

Apesar de não haver foro internacional

intergovernamental específico para tratar de recursos hídricos, o tema é amplamente discutido no âmbito das Nações Unidas e objeto de decisões, tais como as metas estabelecidas pela Agenda 21, a Declaração do Milênio e a Cúpula de Joanesburgo. O tema vem sendo amplamente discutido, no âmbito técnico e político, em foro internacional que congrega representantes de Governos, organizações não-governamentais, empresas privadas, usuários, instituições financeiras e cientistas.

A Rio+20 apresenta-se como oportunidade excepcional para estimular o debate internacional sobre o uso sustentável da água, bem como sobre o desenvolvimento de possíveis mecanismos de coordenação do cumprimento das decisões e dos programas de monitoramento em curso no âmbito internacional. Além disso, a troca de experiências inovadoras e bem-sucedidas sobre o uso sustentável da água, levando-se em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável, também poderia ser estimulada durante a Conferência.

23. Oceanos, mares e zonas costeiras

Nas últimas décadas, a preocupação de cientistas e conservacionistas se concentrou prioritariamente na proteção dos ecossistemas terrestres, entre outras razões, porque os impactos sobre tais ambientes eram mais facilmente observáveis. No entanto, de forma silenciosa e menos perceptível, zonas costeiras, mares e oceanos de todo o mundo vêm crescentemente sofrendo os efeitos da expansão da ocupação e dos usos humanos.

A gestão do território marítimo e costeiro requer uma abordagem integrada que leve em conta a incidência simultânea de vários fatores de pressão como urbanização, aproveitamento energético, turismo, pesca, dentre outros. O conhecimento e aproveitamento dos recursos do mar, vivos e não vivos, apresenta desafio técnico, científico e institucional. Para além do desafio para os países de promover a ocupação sustentável de suas Zonas Econômicas Exclusivas, extensas áreas oceânicas não estão sob jurisdição direta de nenhuma nação, o que não diminui o interesse e a responsabilidade compartilhada para seu conhecimento, exploração e conservação.

A ameaça da mudança do clima é particularmente preocupante na área costeira e marinha, com conseqüências de maior ou

menor grau, a depender de vulnerabilidades locais e da intensidade dos fenômenos registrados. Impõem-se medidas de adaptação, de caráter eminentemente local, porém que demandam recursos e tecnologia que muitas vezes extrapolam as capacidades nacionais.

O Capítulo 17 da Agenda 21 Global, dedicado à proteção de oceanos, mares e zonas costeiras, foi extenso nas medidas a serem adotadas, mas vinte anos depois, ainda há muito que ser feito. O tema deverá ser abordado com especial atenção na Rio+20, e os problemas e oportunidades incidentes na região costeira e marinha necessitam ser considerados na perspectiva dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 deverá emitir claros sinais de prioridade para o tratamento multilateral dos oceanos, inclusive de aprimoramento da coerência do sistema, por meio de maior eficácia, transparência e capacidade de resposta do UN-OCEANS, mecanismo de coordenação das agências do sistema das Nações Unidas.

24. Pesca e Aquicultura

A superação dos conflitos pelo uso de recursos potencialmente escassos – solos agricultáveis e água – passa pela valorização dos recursos aquáticos, mediante a racionalização da pesca e a expansão da aquicultura, sem esquecer o potencial energético das algas, que podem vir a ser importante matéria prima para a produção de bioenergia. A Rio+20 deverá prover orientações para a adequada exploração dos recursos pesqueiros, num contexto onde a demanda global por recursos alimentares é crescente e se evidenciam sinais de sobreexploração e esgotamento desses recursos.

A aquicultura tem importância estratégica para o desenvolvimento sustentável inclusivo, ao criar empregos, produzir proteínas de alto valor nutritivo e, dessa forma, contribuir para a eliminação da fome e da pobreza e para a segurança alimentar e nutricional, evitando o desmatamento e a degradação ambiental.

O apoio dos governos a formas sustentáveis de uso dos recursos pesqueiros como a pesca artesanal deve ser fortalecido, assim como deve ser estimulada a adoção de planos de manejo, zonas de exclusão pesqueira e unidades de conservação marinhas de uso sustentável, com o

objetivo de manter a capacidade regenerativa dos oceanos e ecossistemas estuarinos.

Faz-se necessário dar voz e priorizar as populações tradicionais nos processos de planejamento, construção e implementação de tais ações por seu histórico de uso e culturas ancestrais consolidados nesses territórios, no intuito de compatibilizar o aumento na produção pesqueira e aquícola com a preservação de formas tradicionais sustentáveis de uso dos oceanos e zonas estuarinas.

A utilização racional dos potenciais hídricos dos países requer a adoção de medidas inovadoras para a produção aquícola, para a preservação dos estuários e manejo dos organismos aquáticos como forma de produção sustentável de alimentos, geração de emprego, trabalho e renda. Essas medidas incluem, entre outras, a manutenção e recuperação dos estoques pesqueiros a níveis sustentáveis, bem como crescente transparência na gestão desses estoques, e o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais avançadas de localização e captura do pescado e a valorização de espécies que anteriormente eram descartadas. Igualmente, a revisão aos subsídios que contribuem para a sobreexploração pesqueira é particularmente importante na pesca oceânica, sem prejuízo do desenvolvimento da pesca, em base sustentável, por parte dos países em desenvolvimento com frotas incipientes.

25. Florestas

As florestas, distribuídas nas mais diversas regiões do planeta, desempenham importantes funções, sejam elas sociais, econômicas ou ambientais. Ofertam uma variedade de bens, como produtos florestais madeireiros e não madeireiros, além de prestarem serviços ambientais essenciais, como a conservação dos recursos hídricos e do solo, a conservação da biodiversidade e a estabilidade climática. Possuem valores culturais de importância fundamental para o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza.

O manejo responsável de todos os tipos de florestas, para a produção sustentável de bens e serviços, constitui um desafio e uma oportunidade para toda a sociedade, pois se trata de uma fonte para a produção de matérias-primas e de biomassa para geração de energia, além de importante ferramenta para conservação da floresta e geração de trabalho decente.

No plano internacional, a manutenção das florestas ganha ainda mais destaque, a partir dos avanços nas Convenções das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e sobre Diversidade Biológica, nas quais a redução das emissões de carbono, a conservação da biodiversidade e a repartição de benefícios provenientes do patrimônio genético ganham destaque. O Brasil em especial tem sido proativo na liderança de propostas sob as duas Convenções.

Sem colidir com as Convenções específicas, a Rio+20 poderá ter um papel relevante ao enfatizar a valorização das florestas na economia dos países, tanto para preservação dos serviços ambientais quanto para seu uso econômico, proporcionando a geração de bens e serviços, mitigação da mudança do clima e, sobretudo, inclusão social. Esse reforço é fundamental frente à pressão que outras atividades predatórias exercem sobre as áreas florestais, gerando um ciclo vicioso de empobrecimento econômico, social e ambiental.

CAPÍTULO II - ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

No atual contexto de inflexão na economia mundial, a Rio+20 representa uma oportunidade para a revisão dos atuais padrões de desenvolvimento, sobretudo, à luz da insuficiência de seus resultados econômicos, sociais e ambientais. É hora de refletir sobre modelos inclusivos de expansão econômica, calcados na incorporação de setores excluídos à economia formal de trabalho, na distribuição de renda e na constituição de amplo sistema de promoção e proteção social, num marco de acesso ao consumo das camadas desfavorecidas sob um novo padrão sustentável.

A Rio+20 deveria buscar a renovação do compromisso dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável como objetivo integrador, capaz de conciliar as preocupações ambientais com as necessidades sociais, sem perder de vista o desenvolvimento econômico. Para o Brasil, o tema da Conferência – economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza – significa catalisar a ligação das intenções e objetivos gerais expressos no conceito de desenvolvimento sustentável com a realidade da operação da economia e, portanto, ser instrumento de implementação da Agenda 21.

Para cumprir esse objetivo, é preciso reforçar a ligação do conceito de economia verde com o de desenvolvimento sustentável, de forma a evitar uma leitura do conceito de economia verde que privilegie os aspectos de comercialização de soluções tecnológicas avançadas sobre a busca de soluções adaptadas às realidades variadas dos países em desenvolvimento. Deve-se evitar que sejam colocados em oposição o crescimento econômico e a sustentabilidade. A economia verde, assim, deve ser um instrumento da mobilização pelo desenvolvimento sustentável e esse vínculo pode ser feito por meio do entendimento de “economia verde” como um programa para o desenvolvimento sustentável, ou seja: um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuam para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Para que a economia verde tenha êxito em seus objetivos, é fundamental evitar-se medidas que resultem em obstáculos ao comércio. Da mesma forma, é necessário cautela no emprego de medidas de comércio com fins ambientais, tendo em vista o seu potencial uso para fins protecionistas, particularmente contra as exportações de países em desenvolvimento.

Essa visão, de inclusão com sustentabilidade, ficaria mais evidente e reforçada ao falar em “economia verde inclusiva”, trazendo o aspecto social para a linha de frente da discussão e dos objetivos e sintetizando o tema da conferência. O conceito de “economia verde inclusiva” criaria espaço para a inserção direta de políticas sociais de forma mais ampla na discussão da Rio+20, ao passo que lhe conferiria uma marca distintiva, proporcionando à Conferência uma temática para todos os países. Com este importante ajuste conceitual, seria dado foco num ciclo de desenvolvimento sustentável com a incorporação de bilhões de pessoas à economia, com consumo de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis.

As políticas de proteção e promoção social ganhariam força e prioridade, passando a ter importantes efeitos redistributivos, com impactos positivos no emprego e no salário, servindo como atenuador das conseqüências negativas de crises econômicas internacionais. Várias políticas sociais poderiam ser mobilizadas no mesmo sentido, combinando serviços universais com a atenção a grupos específicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho decente e promoção da diversidade de gênero, raça

e etnia. Diante do contexto de instabilidade nos preços das commodities e de riscos climáticos crescentes, políticas de promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional podem ter papel importante nas estratégias de “economia verde inclusiva”.

Exemplos da integração de estratégias econômicas, ambientais e sociais que devem ser aprofundados e reproduzidos são: programas de transferência de renda e fomento a atividades de conservação ou recuperação ambiental, apoio aos segmentos da população que obtêm renda a partir da reciclagem de resíduos sólidos, disseminação de boas práticas agropecuárias com tecnologias acessíveis às pequenas propriedades e aos agricultores familiares e a incorporação de tecnologias de maior eficiência energética em programas habitacionais populares. Programas de geração de trabalho, emprego e renda – com a concessão de linhas de financiamento produtivo – e microcrédito produtivo e orientado são exemplos de instrumentos do repertório de políticas da experiência brasileira que podem ser direcionadas ao fomento da economia verde.

Essa lógica é também aplicável aos países desenvolvidos, em que houve grande concentração de renda nas últimas décadas. A compressão salarial e redução de benefícios sociais têm colocado esses países em uma espiral negativa. A economia verde inclusiva, para esses países, implicaria a recomposição dos níveis de renda das camadas inferiores da população, necessariamente associada a um novo padrão de consumo, desta vez mais responsável e sustentável. Demandaria uma mudança cultural e ética, que combata o desperdício e promova o reaproveitamento dos recursos.

CAPÍTULO III - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O consenso em torno da complementaridade entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – é uma conquista da Rio-92. Como consequência, as estratégias de desenvolvimento dos governos nacionais, de um lado, e as ações de longo prazo das organizações internacionais, de outro, deveriam ter como objetivo a concretização dessa complementaridade.

A presente crise econômica mundial torna ainda mais premente a necessidade de incorporar a sustentabilidade à atuação dos agentes privados e à formulação das políticas públicas, pois em condições de escassez, como as atuais, não haverá recursos para a proteção do meio ambiente se este for isolado do planejamento estratégico global.

No plano nacional, é necessário que os Estados unifiquem sua ação e seu discurso em favor da sustentabilidade, tanto nos diferentes níveis administrativos (nacional e subnacional) quanto na relação entre os Poderes do Estado (no caso brasileiro, Executivo, Legislativo e Judiciário), mas, sobretudo, na atuação das diversas Pastas do Executivo.

No plano internacional, as instituições intergovernamentais são conduzidas pela vontade de seus Estados-membros. Entretanto, estes atuam de forma diferente em cada uma delas, gerando orientações descoordenadas e muitas vezes divergentes. Seria desejável unificar o discurso de cada Estado nos diversos organismos internacionais de que participam para dar maior coerência ao sistema.

Em paralelo, os organismos internacionais deveriam pautar sua atuação pela visão integrada do desenvolvimento. Para que a sustentabilidade se incorpore, na prática, ao paradigma de atuação de todas as instituições econômicas, sociais e ambientais, é necessária a criação de um mecanismo de coordenação permanente de alto nível entre as instituições internacionais voltadas para o desenvolvimento.

Com este triplo processo – coerência interna no plano nacional, coerência de cada Estado no plano intergovernamental e coerência no plano interinstitucional global –, seria possível integrar melhor os três pilares do desenvolvimento.

Em particular, é fundamental notar a fragmentação da estrutura de governança para o financiamento internacional do desenvolvimento sustentável. Essa estrutura envolve agências e programas das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos fiduciários multidoadores, iniciativas regionais, agências de cooperação internacional de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não obstante a variedade de instituições e instrumentos envolvidos, os desafios da sustentabilidade estão ainda muito longe de serem equacionados.

Apesar de avanços, os recursos são ainda pouco previsíveis e prejudicam o estabelecimento de programas e ações estáveis voltadas a resultados de longo prazo. A dificuldade de acesso a recursos – que não respondem integralmente às necessidades financeiras efetivas dos países em desenvolvimento – continua a ser um dos fatores que mais prejudicam a implementação das decisões sobre desenvolvimento. Segue também inadequado o alinhamento da oferta de financiamento com as prioridades dos países parceiros, ocorrendo ainda interferências sobre as prioridades domésticas, com a imposição de valores, modelos e tecnologias – sobretudo em países menos desenvolvidos.

Dada a pulverização de mecanismos e agentes, há sobreposição e redundância de ações, ou mesmo contradições. Muitos esforços que poderiam ser dirigidos a atividades fins acabam voltados a políticas e padrões burocráticos, repetidos ou excessivos, de diferentes parceiros de desenvolvimento. Nesse contexto, discutir uma nova e mais efetiva moldura institucional financeira torna-se imperativo. Urge avançar na implementação dos princípios acordados na Declaração de Monterrey, sobretudo no que diz respeito à reforma da governança e à participação efetiva dos países em desenvolvimento nos fóruns multilaterais.

É preciso estabelecer mecanismos concretos de coordenação e fomentar parcerias entre as diversas agências e instituições, de maneira a gerar sinergias. Além disso, deve-se assegurar que a interlocução com a sociedade civil em âmbito internacional seja inclusiva, com participação adequada de representantes de países em desenvolvimento, pluralidade de visões, amplitude geográfica e envolvimento local.

CAPÍTULO IV – PROPOSTAS DO BRASIL PARA A RIO+20

P1. Programa de Proteção Socioambiental Global

Propõe-se a criação de um Programa de Proteção Socioambiental Global. Este programa tem como objetivo garantia de renda para superar a pobreza extrema em todo o mundo e promover ações estruturantes que garantam qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso à água limpa para todos.

O programa visaria a assegurar que toda estrutura multilateral opere no sentido de facilitar o acesso a tecnologias, recursos financeiros, infraestrutura e capacitação, a fim de que todas as pessoas tenham a quantidade e qualidade mínima de alimento, água e ambiente saudável. O programa teria como centro uma estratégia de garantia de renda adequada às condições de cada país. O programa é de caráter socioambiental, pois reúne em um mesmo conjunto de ações, com igual prioridade, os objetivos de proteção social e ambiental que convergem para as populações beneficiadas.

Num momento de crise internacional em que se mobilizam vastos recursos globais para a recuperação do sistema financeiro, o programa seria uma aposta no componente social, importante na solução brasileira para o enfrentamento da crise.

Na experiência brasileira, foram fortalecidos os investimentos na proteção e desenvolvimento social – com a ampliação de programas, como “Luz para Todos” e “Bolsa Família”, e a criação de outros, como “Minha Casa, Minha Vida” e “Brasil sem Miséria, que inclui o “Bolsa Verde” – e reafirmados os compromissos com a proteção ambiental, com a queda significativa do desmatamento na Amazônia, o anúncio do compromisso nacional de redução de emissões e a ampliação dos investimentos em saneamento.

O objetivo do programa é alcançar um patamar em que a qualidade de vida e condições ambientais adequadas sejam incorporadas integralmente aos direitos das populações pobres. Esta é uma plataforma de diálogo global que poderia ser um passo crucial rumo ao desenvolvimento sustentável, com potencial para reforçar o papel virtuoso do multilateralismo

A massiva inclusão econômica constitui um modelo inovador, que promove o crescimento. O conceito socioambiental eleva à sua real condição estratégica os temas que, para além de impactar intensivamente a maioria da população, constituem o cerne do desafio do desenvolvimento sustentável.

P2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sobre a base de um programa de economia verde inclusiva, em lugar de negociações complexas que busquem o estabelecimento

de metas restritivas vinculantes, poderiam ser estabelecidos objetivos orientadores em amplo espectro de temas, tal qual feito para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em áreas em que haja grande convergência de opiniões e que possam dar ímpeto e guiar os países rumo ao desenvolvimento sustentável. Tal instrumento poderia sinalizar com clareza os macro-objetivos almejados e permitir à sociedade acompanhar, cobrar e também contribuir para a sua realização em plano nacional.

Dessa forma, enquanto um “programa” de economia verde inclusiva estabeleceria uma base de iniciativas concretas com foco em instrumentos nacionais e de cooperação internacional, compromissos políticos orientadores indicariam os objetivos de desenvolvimento sustentável prioritários. Tais objetivos guiariam as políticas e ações dos países, organismos internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e outros atores públicos e privados, induzindo à adoção de comportamentos mais sustentáveis, no horizonte, por exemplo, de 2030.

Os temas estratégicos desses compromissos poderiam ser definidos preliminarmente, iniciando um processo amplo e participativo do qual emanariam os objetivos propriamente ditos. Temas como desenvolvimento urbano, saúde, água reforçariam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao mesmo tempo em que incorporariam aspectos mais amplos do desenvolvimento sustentável.

De forma mais ambiciosa, a definição de alguns objetivos com elevado nível de agregação – por exemplo, “Dez Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” – poderia ser alcançada na própria Conferência Rio+20, após negociação dos temas estratégicos durante o processo preparatório.

O estabelecimento dos ODS deverá seguir certos critérios. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não deverão substituir os ODMs, mas complementá-los e atualizá-los. A exemplo dos ODMs, os ODS deverão conter objetivos concretos, quantificáveis e verificáveis, com prazos para serem alcançados, levando em conta realidades e prioridades nacionais. Poderiam, posteriormente, traduzir-se em indicadores para monitorar o seu cumprimento. Os Objetivos deverão ser de caráter global, voltados igualmente a países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os ODS deverão ser baseados, tanto quanto possível, em documentos já existentes e já acordados, como, por

exemplo, a Agenda 21 e outros produtos de diversos foros multilaterais que já oferecem grande quantidade de material para alimentar a discussão. Com isso, evita-se reabrir debates em torno de questões já acordadas. Para cada Objetivo, deverá haver sinalização dos meios concretos para atingi-lo.

Alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável poderão estar associados a:

- Erradicação da pobreza extrema
- Segurança alimentar e nutricional
- Acesso a empregos adequados (socialmente justos e ambientalmente corretos)
- Acesso a fontes adequadas de energia
- Equidade – intrageracional, intergeracional, entre países e dentro de cada país
- Gênero e empoderamento das mulheres
- Microempreendedorismo e microcrédito
- Inovação para a sustentabilidade
- Acesso a fontes adequadas de recursos hídricos
- Adequação da pegada ecológica à capacidade de regeneração do planeta

P3. Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis

O Brasil propõe que a Rio+20 adote um Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, tendo como referência os avanços alcançados no âmbito do Processo de Marrakesh. O Pacto Global pela Produção e Consumo Sustentáveis é um conjunto de iniciativas que busca promover mudanças nos padrões de produção e consumo em diversos setores. Poderiam ser adotadas, com caráter prioritário, iniciativas que ofereçam suporte político a:

P3. A. Compras Públicas Sustentáveis

Políticas de compras públicas sustentáveis partem da premissa de que os Governos podem desempenhar papel de destaque na alteração dos padrões de sustentabilidade da produção e do consumo. A aquisição de bens e serviços por agentes públicos – as chamadas contratações

públicas ou compras governamentais –, representam parte significativa da economia internacional: cerca de 15% do PIB mundial. A adoção horizontal de critérios que privilegiem, por exemplo, a vida útil dos produtos, sua reutilização e reciclagem, a redução da emissão de poluentes tóxicos, o menor consumo de matérias-primas ou energia, ou que beneficiem pequenos produtores ou comunidades extrativistas, teria impacto significativo na promoção do desenvolvimento sustentável. A utilização de tais critérios de sustentabilidade social e ambiental nos procedimentos de contratações públicas poderia, ainda, favorecer a adoção de padrões sustentáveis de produção pelos agentes privados, criando mercado e garantindo escala para a implementação de novas tecnologias.

Reconhecendo que as políticas de compras dos países são fruto de decisões soberanas, a Rio+20 poderia, no âmbito da discussão sobre Produção e Consumo Sustentáveis, incentivar iniciativas nacionais na área de compras públicas sustentáveis e promover a troca de experiências na matéria. A Conferência deve, ainda, conferir ímpeto político ao tema, afirmando-o como um princípio na administração pública. Nesse sentido, a Rio+20 pode constituir espaço para que os países apresentem planos nacionais de compras sustentáveis e para que seja promovida discussão do quadro conceitual para a inserção desses planos, assegurando as salvaguardas necessárias para sua execução de maneira transparente e não-discriminatória, de acordo com as respectivas legislações nacionais.

P3. B. Classificações de Consumo e Eficiência Energética

A Rio+20 poderá promover programas de etiquetagem de consumo e eficiência energética, utilizados em vários países, entre eles o Brasil. A medida possibilita a agentes privados, notadamente os consumidores, avaliar e otimizar o consumo de energia/combustível dos equipamentos, selecionar produtos de maior eficiência em relação ao consumo e melhor utilizar os equipamentos, possibilitando economia nos custos de energia.

A partir das diversas iniciativas nacionais de eficiência energética, muitas das quais voluntárias, poderia ser proposta no âmbito da Rio+20 a criação de uma iniciativa internacional multissetorial. Caberia analisar os padrões internacionais já porventura existentes a fim de verificar se podem constituir base adequada para o exercício.

P3. C. Financiamento de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento Sustentável

Com o objetivo de qualificar recursos humanos de alto nível (nível técnico, graduação e pós-graduação) e apoiar projetos científicos, tecnológicos e inovadores, as bolsas de estudo e recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, financiadas em grande parte com recursos públicos, têm um potencial de indução expressivo. Reconhecendo este potencial, os países poderiam, no âmbito da Rio+20, acordar o desenvolvimento sustentável e a economia verde inclusiva como temas prioritários para concessão de financiamento de ciência, tecnologia e inovação, com a possível adoção de um percentual-alvo de recursos para essas áreas.

No âmbito dessa iniciativa, poderia ser considerada a criação de instituto, associado à Universidade das Nações Unidas, para realizar estudos sobre os rumos do desenvolvimento sustentável e o futuro comum da humanidade.

P4. Repositório de Iniciativas

Embora sejam imprescindíveis novas pesquisas e soluções, muitas das tecnologias e práticas necessárias ao desenvolvimento sustentável já estão disponíveis. Há inúmeras experiências de sucesso nas áreas de desenvolvimento urbano, consumo sustentável, saúde, habitação, saneamento, eficiência energética, agricultura sustentável, entre outros. Entre erros e acertos, importantes lições foram aprendidas. Falta, no entanto, disseminar e dar escala a essas experiências.

Um produto da Conferência poderia ser o estabelecimento de veículos próprios para disseminação de boas práticas, como um repositório das ideias e iniciativas empreendidas. Um repositório coligido por um secretariado internacional, se possível formado a partir de alguma organização já existente, poderia harmonizar e classificar informações sobre experiências de sucesso a serem apresentadas pelos países, de forma a facilitar sua utilização por outros países e mecanismos de cooperação internacional. O repositório poderia, por meio de diálogo entre o secretariado e os Estados-membros, examinar as condições que tornaram possível o sucesso de cada experiência, de modo a identificar as pré-condições para sua

replicação bem sucedida e os fatores de singularidade que eventualmente não recomendariam sua reprodução.

Haveria, portanto, foco nas características de viabilidade e poderia, igualmente, haver avaliação do potencial de integração da iniciativa com os programas existentes e as necessidades sociais de países que busquem replicá-la. O secretariado poderia ainda prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento para a preparação de projetos e o desenvolvimento de estruturas de acompanhamento. As experiências assim coligidas serviriam para dinamizar os mecanismos nacionais e de cooperação internacional, inclusive a utilização de recursos dos organismos multilaterais, ao facilitar a preparação de projetos. A entidade responsável pelo repositório não seria, porém, ela mesma um financiador direto, a fim de evitar a distorção de seus objetivos pela expectativa dos beneficiários de acessar os recursos ou o controle do mecanismo pelos doadores.

P5. Protocolo Internacional para a Sustentabilidade do Setor Financeiro

O setor financeiro possui uma capacidade de indução e fomento singular na economia. Reconhecendo essa capacidade, diversas iniciativas nacionais e internacionais foram empreendidas nas últimas décadas com intuito de imprimir a adoção de padrões mais responsáveis do ponto de vista ambiental e social. No plano internacional, foram estabelecidos, em 2002, os “Princípios do Equador das Instituições Financeiras”, por iniciativa da Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial. Os Princípios do Equador servem de referencial para 72 instituições financeiras signatárias para identificação, avaliação e gestão de risco no financiamento de projetos com desembolso superior a US\$ 10 milhões.

No Brasil, os bancos públicos firmaram, em 1995, e atualizaram, em 2008, o protocolo de intenções denominado Protocolo Verde, assinado também pelos bancos privados em 2009, por meio da Federação Brasileira de Bancos. Mediante o Protocolo Verde, as instituições signatárias assumiram o compromisso de incluir a dimensão ambiental nos seus procedimentos de análise de risco e avaliação de projetos, bem como priorizar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável.

O desafio colocado para Rio+20 é ampliar e dar escala a essas experiências. A iniciativa brasileira do Protocolo Verde, cujo escopo é

significativamente mais amplo que o dos Princípios do Equador, poderia servir de base para o lançamento de uma iniciativa mais abrangente, com compromisso de adoção pelos países.

P6. Novos Indicadores para Mensuração do Desenvolvimento

A busca da plena realização do desenvolvimento sustentável deve ser orientada por uma clara compreensão das razões pelas quais esse conceito não foi levado à prática efetivamente nos últimos vinte anos. Uma das razões para tanto é que a implementação do desenvolvimento sustentável não foi dotada de meios suficientemente claros, práticos e mensuráveis. Assim, a realização do desenvolvimento sustentável acabou sendo percebida mais como custo do que como benefício, especialmente por ter sido identificada e associada como uma questão setorial apenas ambiental.

As mais reconhecidas métricas de desenvolvimento são, basicamente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB). Tais métricas, como medida de desenvolvimento sustentável, são claramente limitadas, por não integrarem a grande diversidade de aspectos sociais e ambientais aos valores econômicos, induzindo a percepções errôneas do grau de desenvolvimento e de progresso dos países. O IDH constitui um avanço para indicar o “bem estar” dos povos, mas ainda é incompleto ao deixar de incluir questões associadas à escassez de recursos naturais e ao desenvolvimento econômico. Além disso, é uma iniciativa ainda periférica ao sistema econômico.

Ao medir-se o desenvolvimento a partir de indicadores limitados, os agentes públicos e privados são direcionados, voluntaria ou involuntariamente, a ações que geram resultados igualmente imperfeitos.

O Brasil apoia o estabelecimento de processo para adoção de novas formas de medida do progresso, que reflitam as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento. Esse processo deverá ter prazo para encerramento, com o engajamento de todos os atores relevantes, e deve ser construído com base nas experiências já existentes. O processo de revisão de métricas deverá ser cuidadoso, evitando a proposição de índices demasiadamente complexos, com muitos componentes.

P7. Pacto pela Economia Verde Inclusiva

P7. A. Relatórios de Sustentabilidade

De forma voluntária, diversas empresas têm rotineiramente divulgado ações que refletem suas preocupações e responsabilidades no campo da sustentabilidade. A prática de publicação de relatórios de sustentabilidade pelas empresas é voltada não apenas a seus acionistas, mas também aos mais diversos públicos, dentre os quais seus funcionários, a mídia, o Governo, os consumidores e a sociedade civil em geral, constituindo uma estratégia tanto de imagem quanto de posicionamento estratégico. Esses relatórios permitem não só divulgar, mas incentivar e disseminar experiências sustentáveis, acabando por estimular e difundir a adoção de boas práticas.

Com o intuito de ampliar essa prática, poderia ser acordada na Rio+20 uma iniciativa para que empresas estatais, bancos de fomento, patrocinadoras de entidades de previdência privada, empresas de capital aberto e empresas de grande porte divulguem, de forma completa, objetiva e tempestiva, relatórios sobre suas atividades que, além dos aspectos econômico-financeiros, incluam, obrigatoriamente, e de acordo com padrões internacionalmente aceitos e comparáveis, informações sobre suas atuações em termos sociais, ambientais e de governança corporativa. Tal medida poderia contribuir significativamente para a inclusão desses temas na agenda estratégica de grandes organizações, favorecendo uma economia verde inclusiva.

P7. B. Índices de Sustentabilidade

Nos últimos anos, muitos investidores passaram a se preocupar, para além da sustentabilidade econômica, também com a sustentabilidade social e ambiental das empresas, acreditando que geram valor para os acionistas no longo prazo. Como resultado, foram lançadas diversas iniciativas para identificar as empresas mais sustentáveis.

No Brasil, a BM&FBOVESPA estabeleceu, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, que mede o retorno de uma carteira de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade. Em 2010, foi lançado o Índice Carbono Eficiente (ICO2), que recalcula o IBrX (indicador composto pelas 50 ações mais negociadas na

Bolsa) com base nas emissões de gases de efeito estufa das empresas.

A partir de experiências como as do Brasil, poderia ser discutida no âmbito da Rio+20 a adoção de índices de sustentabilidade comparáveis para referência de investimentos em bolsas de valores. Os índices, assim como os relatórios de sustentabilidade, ampliariam o foco sobre a atuação das empresas e alavancariam a adoção de boas práticas corporativas.

Atenção especial deve ser dada a indicadores capazes de apontar tendências estruturais, ou de mais longo prazo, relativas à compatibilidade de empresas ou negócios com o paradigma do desenvolvimento sustentável. Dentre eles, poderiam ser consideradas métricas da proporção entre aumento da produção e geração de impactos e/ou demandas excessivas por recursos naturais.

P8. Propostas para a Estrutura Institucional do Desenvolvimento Sustentável

P8. A. Mecanismo de Coordenação Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

Qualquer esforço para dar maior coerência ao arranjo institucional para o desenvolvimento sustentável em nível internacional deve ter como meta principal prover incentivos reais para que as instituições já existentes almejem objetivos comuns e os persigam a partir de estratégias convergentes e atividades coordenadas. Para isso, seria imprescindível o desenvolvimento de plataforma integrada de informações sobre temas de desenvolvimento sustentável e a adoção de mandatos específicos para que organismos internacionais estabeleçam programas e estratégias conjuntas para enfrentamento de problemas transversais de forma integrada.

A criação de mecanismo permanente de coordenação de alto nível entre todas as instituições internacionais que lidam com o desenvolvimento seria uma iniciativa de considerável impacto político e efetividade.

O mecanismo de coordenação poderia usar a experiência dos encontros que, após a Conferência de Monterrey, vêm sendo promovidos

pelo ECOSOC com as instituições de Bretton Woods, a OMC e a UNCTAD, mas representaria um avanço com relação a esses encontros, pois forneceria a dimensão política necessária a uma verdadeira coordenação. O mecanismo de coordenação poderia se reunir duas vezes por ano, às margens da AGNU e da reunião anual do Banco Mundial e do FMI.

A adoção de mecanismo de coordenação também teria o efeito de atribuir a responsabilidade pela coerência institucional aos próprios Estados-membros. Os Secretariados das diversas instituições e convenções ligadas ao tema do desenvolvimento sustentável, que frequentemente são confrontados com a necessidade de exercer essa tarefa, teriam, assim, maior disponibilidade de recursos para a implementação das decisões e compromissos adotados, de forma coerente e coordenada, pelos Estados-membros.

P8. B. Reforma do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), transformando-o em Conselho de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Vinte anos após a Rio-92, ano em que o conceito de desenvolvimento sustentável se firmou, há consenso global de que as Nações Unidas (e os países que dela fazem parte) não foram capazes de oferecer um enfoque abrangente, coordenado e coerente para a implementação dessa idéia e para o imenso conjunto de ações, políticas, planos e estratégias desenvolvidas com esse objetivo.

A Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) foi concebida como um foro de alto nível sobre desenvolvimento sustentável. Na prática, porém, a CDS foi criada em nível hierárquico baixo, sem dispor dos meios e da força política necessários para exercer o seu esperado papel de coordenação e articulação, tornando sua ação pouco efetiva e inconsistente em relação aos seus objetivos.

O ECOSOC é lugar natural para se pensar em reformas na área de governança para o desenvolvimento sustentável. Um dos principais órgãos das Nações Unidas, é responsável pela coordenação das ações econômicas e sociais de 14 agências especializadas, comissões funcionais e comissões regionais, recebendo, ainda, relatórios de onze programas e fundos. Nos cálculos do próprio Conselho, com seu vasto mandato, seu campo de ação estende-se por mais de 70% dos recursos humanos e financeiros de todo o

sistema das Nações Unidas. Contudo, seu desenho institucional, concebido num mundo em que a natureza dos problemas globais era de ordem distinta, torna o ECOSOC impotente para enfrentar os problemas atuais.

A Rio+20 poderá lançar o processo de reforma do ECOSOC para que esse Conselho possa ser um foro central para a discussão do desenvolvimento sustentável, tratando com igual peso as suas dimensões ambiental, econômica e social, e com respaldo e poder político para oferecer orientação e coordenação para todas as ações do sistema ONU no campo do desenvolvimento sustentável.

P8. C. Aperfeiçoamento da Governança Ambiental Internacional: estabelecimento da participação universal e de contribuições obrigatórias para o PNUMA

O fortalecimento da governança ambiental internacional não prejudica nem exclui a necessidade de fortalecimento dos demais pilares do desenvolvimento sustentável. Ademais, na ótica do Brasil, os debates sobre governança para o desenvolvimento sustentável e governança ambiental não são opostos nem alternativos, mas complementares. Por isso o Brasil defende que a Rio+20 inclua, entre seus resultados, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA.

O PNUMA foi criado há 40 anos, com desenho que respondia aos desafios ambientais da época. Hoje, contudo, a dimensão da crise ambiental mundial requer modelo de instituição melhor aparelhada para lidar com os novos desafios.

Parte do problema associa-se à grande quantidade de agências e programas da ONU que atuam na esfera ambiental, sem a devida articulação, provocando superposição e duplicação de iniciativas, além de inadequada alocação dos escassos recursos disponíveis.

A Rio+20 deverá, portanto, avançar no debate sobre os diversos processos já estabelecidos sobre governança ambiental internacional. Minimamente, deverá adotar decisões no sentido de estabelecer a participação universal no Conselho de Administração do PNUMA e contribuições obrigatórias, de acordo com escala a ser estabelecida nos mesmos padrões de outras organizações das Nações Unidas.

O estabelecimento da participação universal no PNUMA é

medida há muito discutida e que, na prática, não apresenta desvantagens. Pode, porém, agregar importante componente de fortalecimento político ao Programa. Além disso, sua adoção não prejudica qualquer outra decisão em torno do complexo debate sobre governança ambiental internacional, que requer reformas institucionais mais abrangentes e ações adicionais em diversos outros níveis.

A justificativa para mudança nos critérios de contribuição encontra-se no fato de que grande parte das dificuldades do PNUMA hoje se relaciona à falta de financiamento estável e previsível: o financiamento do Programa se baseia em contribuições voluntárias dos Estados-Membros das Nações Unidas.

Esse arranjo financeiro pouco previsível e altamente discricionário compromete a estabilidade financeira da organização e sua capacidade de planejar além do atual ciclo orçamentário. Compromete, ainda, a autonomia do Programa, uma vez que o torna muito dependente de determinados Estados-Membros que, assim, exercem indesejada influência no estabelecimento da agenda do PNUMA. Nos últimos anos, verificou-se substantiva redução das contribuições voluntárias ao Fundo Ambiental do PNUMA, as quais foram sendo gradativamente substituídas por contribuições “carimbadas” em crescente proporção em relação ao orçamento total do PNUMA.

P8. D. Lançamento de processo negociador para uma Convenção Global sobre Acesso à Informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça em temas

Propõe-se apoiar, na Rio+20, o início de um processo de negociação de uma convenção global para assegurar a implementação do Princípio 10 da Declaração do Rio, o qual estabelece que “o melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de

danos e recursos pertinentes.”

Esse princípio já foi objeto de instrumentos regionais, por meio dos quais se procurou aumentar as oportunidades de acesso às informações ambientais e assegurar procedimentos transparentes e confiáveis. Tais mecanismos permitem aperfeiçoar a rede de governança ambiental, introduzindo um relacionamento de confiança entre a sociedade civil e os governos, aí incluídas as instâncias subnacionais de tomada de decisão. A elaboração de instrumento desse tipo deverá contar com a participação de todos os setores da sociedade civil e todos os níveis de governo.

P8. E. Participação dos atores não-governamentais nos processos multilaterais

A proposta de lançar processo negociador para uma convenção global sobre acesso à informação, participação pública na tomada de decisões e acesso à justiça em temas ambientais aplica-se aos Estados nacionais (acordo multilateral de implementação nacional). Embora muitos Estados nacionais já fundamentem suas decisões a partir de algum nível de participação dos atores não-governamentais, essa perspectiva ainda é distante no sistema multilateral.

Nesse contexto, seria desejável que a Rio+20 apresentasse resultado que, respeitando os princípios do sistema multilateral e da soberania dos países, promova conexões efetivas e criativas entre o mundo não-governamental e os processos decisórios multilaterais, aperfeiçoando o processo decisório multilateral, hoje essencialmente baseado em decisões intergovernamentais. As formas encontradas até o momento para viabilizar a participação e a presença do mundo não-governamental nos processos multilaterais têm sido tímidas ou meramente legitimadoras de processos onde, a rigor, essa presença não tem qualquer efetividade. Um dos grandes resultados da Rio+20 poderá ser a modificação desse quadro, reconhecendo as demandas, aspirações e propostas de atores – indivíduos e organizações – que não apenas são influenciados, mas também influenciam profundamente as formas como a comunidade internacional se organiza e age.

P8. F. Governança da água

Existem, hoje, diversas agências e programas das Nações Unidas que tratam de recursos hídricos. Contudo, mesmo com a criação do mecanismo interagências UN-WATER, as respostas, em termos de

eficiência, coerência e coordenação, são de pouca efetividade para a elaboração da agenda de programas e agências do sistema ONU e tímidas, quando comparadas aos problemas reais enfrentados pelos países.

Para superar esse quadro, faz-se necessário fortalecer o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos da ONU, o que permitiria tratar de maneira mais integrada os diferentes aspectos relacionados ao uso sustentável da água. A discussão deverá também levar em conta iniciativas existentes fora do sistema das Nações Unidas, com a participação de governos, setor privado, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais.

VIII – NOVAS SUGESTÕES APRESENTADAS À COMISSÃO NACIONAL PELO DEPUTADO SARNEY FILHO (PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL), AGORA PARA COMPORER AS SUGESTÕES DO GOVERNO BRASILEIRO À MINUTA ZERO DO DOCUMENTO DA CONFERÊNCIA RIO + 20

De: Gabinete do Deputado Sarney Filho

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2012

Para: Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável – Itamaraty

Assunto: Comissão Nacional da Rio+20. "Minuta zero". Pedido de comentários.

Prezados Senhores,

Encaminhamos na sequência nossos comentários às partes I e II da "minuta zero" do documento base de negociação da Rio+20, conforme solicitado em mensagem do dia 12 deste mês.

De forma geral, acreditamos que o documento necessita de um conjunto relevante de aperfeiçoamentos.

Contamos com o acatamento de nossas preocupações, que na verdade representam o posicionamento conjunto de vários técnicos e

entidades da sociedade civil que vêm acompanhando o processo da Rio+20 juntamente com a Frente Parlamentar Ambientalista.

Em face do exíguo tempo que tivemos para análise do conteúdo do documento, reservamo-nos o direito de, posteriormente, apresentar outras sugestões, mais detalhadas.

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada.

Respeitosamente,

DEPUTADO SARNEY FILHO

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

Presidente da Subcomissão Especial Rio + 20 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados

RIO+20: COMENTÁRIOS ÀS PARTES I E II DA “MINUTA ZERO”.

- PREÂMBULO:

- Consta no parágrafo 2 referência a “todas as formas de pobreza”. O conceito de pobreza necessita ser desenvolvido nesse item ou ao longo do texto. Quais são as formas de pobreza que precisam ser enfrentadas?

- No mesmo parágrafo, está presente referência a crescimento e estabilidade no plano econômico, que beneficiem a todos. No lugar de “crescimento”, deveria constar o atendimento das necessidades básicas de todos, em bases equitativas.

- No parágrafo 3 ou em parágrafo a ser acrescido em sua sequência, além da referência às Metas do Milênio, seria importante incluir referência à melhoria das condições de vida dos mais pobres também no quesito respeito aos direitos humanos.

- A referência à cooperação constante no parágrafo 4 demandaria mais especificação. Cooperação em que sentido? Estarão inclusos nessa cooperação apoio financeiro, transferência de tecnologia ou quais outros

elementos?

- No parágrafo 4, também é importante desenvolver o conceito de questões emergentes.

- No parágrafo 5, sugere-se a inserção do pilar cultural, juntamente com os pilares econômico, social e ambiental. Dessa forma, compatibiliza-se o dispositivo com o parágrafo 16.

- **RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO:**

- Além da menção ao reforço do desenvolvimento sustentável no plano global constante no parágrafo 9, cabe incluir referência às esferas regional, nacional e local. Cabe registrar que não parecem claros no documento os meios a serem adotados para que se alcance o reforço nesse sentido.

- Ainda no parágrafo 9, cabe lembrar que a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais não os isenta de sua parte de responsabilidade perante o patrimônio comum da humanidade.

- O tom de otimismo caracterizado no parágrafo 10 parece exagerado. É certo que ocorreram progressos, mas fica difícil falar em exemplos de erradicação plena da pobreza.

- No parágrafo 11, cabe citar outras crises, entre elas a crise ambiental em senso estrito e, também, a crise ética associada ao individualismo exacerbado.

- Também no parágrafo 11, a frase “Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains” tem uma lógica invertida. Deve ficar claro que foi uma visão desenvolvimentista irresponsável que acarretou insegurança alimentar, mudanças climáticas e perda de biodiversidade. Assim, a questão é assegurar uma nova perspectiva de desenvolvimento.

- Acredita-se que, enquanto os custos ambientais não forem efetivamente considerados nas ações públicas e privadas, não se conseguirão ganhos reais em termos de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Nesse ponto do texto, ou mais à frente, deve ser acrescido parágrafo nesse sentido.

- Ainda no parágrafo 11, entre os problemas não mencionados, deve constar a existência de milhões de refugiados ambientais hoje no mundo.

- A frase do parágrafo 12 “Many Governments now incorporate environmental and social issues into their economic policies” também tem uma lógica invertida. A política econômica não se pode sobrepor às questões ambientais e sociais.

- No parágrafo 14, necessita de especificação. O que significa exatamente redobrar esforços quanto a reduzir desigualdades sociais e assegurar o respeito aos ecossistemas?

- A redação do parágrafo 15 é demasiadamente genérica. Quais são os desafios dos países menos desenvolvidos?

- No parágrafo 17, além dos grupos citados, devem constar as comunidades tradicionais (não apenas os povos indígenas), a população da terceira idade e outros grupos sociais não mencionados.

- No parágrafo 18, é importante registrar que a tecnologia, por si só, não garante a participação efetiva da sociedade civil.

- No parágrafo 23, falta especificar como a parceria para o desenvolvimento sustentável será concretizada. A redação é demasiadamente genérica.

- No documento em geral, falta a conceituação clara de governança. O que as Nações Unidas entendem exatamente por governança?

IX – CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL, DURANTE REUNIÃO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, À MINUTA INICIAL (ZERO DRAFT) DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+20, ENTRE AS QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DA SUBCOMISSÃO, ATRAVÉS DE SEU PRESIDENTE, DEPUTADO SARNEY FILHO

As contribuições da Subcomissão, por meio da intervenção do Deputado Sarney Filho, estão destacadas em negrito.

16 DE FEVEREIRO DE 2012

THE FUTURE WE WANT 1

TABLE OF CONTENTS Paras

I. Preamble/Stage setting

Vision 1-5

II. Renewing Political Commitment

A. Reaffirming Rio principles and past action plans 6-9

B. Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges (Integration, Implementation, Coherence) 10-16

C. Engaging major groups.....17-21

D. Framework for action..... 22-24

III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

A. Framing the context of the green economy, challenges and opportunities.....25-31

B. Toolkits and experience sharing32-36

C. Framework for action37-43

IV. Institutional Framework for Sustainable Development

A. Strengthening/reforming/integrating the three pillars 44

B. GA, ECOSOC, CSD, SDC proposal45-49

C. UNEP, specialized agency on environment proposal, IFIs,

United Nations operational activities at country level50-58

1 Submitted by the co-Chairs on behalf of the Bureau in accordance with the decision in Prepcom 2 to present the zero-draft of the outcome document for consideration by Member States and other stakeholders no later than early January 2012. 2

D. Regional, National, Local59-62

V. Framework for action and follow-up

A. Priority/key/thematic/cross-sectoral issues and areas63-104

B. Accelerating and measuring progress (SDGs, GDP and others)105-111

C. Means of Implementation (finance, access to and transfer of technology, capacity building)112-128

Comentários Gerais

MMA

O preâmbulo do chamado Rascunho Zero transparece o atual momento internacional de incertezas econômicas e políticas, à medida que reforça o conceito de estabilidade. Sob o aspecto de conteúdo, o preâmbulo aborda três mensagens principais:

i) O objetivo geral da Conferência Rio+20 é assegurar um futuro próspero, seguro e sustentável para as pessoas e para o planeta.

ii) A ação dos países será pautada de forma a libertar a humanidade da fome e da pobreza, lutando pela estabilidade econômica e por sociedades inclusivas.

iii) Os três últimos parágrafos do preâmbulo se dedicam a reiterar o compromisso multilateral com os ODM, com a cooperação

internacional e com a agenda aprovada para a Conferência Rio+20

Chama a atenção o fato de que, no segundo item apontado acima, o qual resume a linha de ação acordada para países, não está pautado o uso racional dos recursos ambientais. Por outro lado, percebe-se clara alusão às agendas social e econômica como linhas prioritárias de ação, o que pode descaracterizar o pretendido equilíbrio entre os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Enfatiza-se, também, que o registro sobre os ODM no preâmbulo se confunde conceitualmente com a seção A do item II do documento, a qual está dedicada a reafirmar os Princípios do Rio e os instrumentos acordados anteriormente pela comunidade internacional.

MF

De uma forma geral, concordamos que o documento proposto pelo Secretariado da ONU é uma boa base para discussão. Não obstante, notamos a ausência de referência ao desafio da redução das desigualdades socioeconômicas como um objetivo-chave do desenvolvimento sustentável. Essa questão poderia ser inserida no parágrafo 25, somando-se às prioridades de erradicação da pobreza e segurança alimentar, já destacadas no texto.

Foram sanadas preocupações que o Ministério da Fazenda possuía, como a potencial criação de barreiras comerciais, a imposição de condicionalidades para provimento de financiamento, a ampliação da dependência tecnológica de países em desenvolvimento e a restrição do espaço para adoção de políticas de desenvolvimento. Para a primeira reunião de negociação, sugere-se defender a manutenção do parágrafo 33, evitando assim retrocessos.

De fato, o documento enfatiza muitos compromissos já assumidos e propõe poucas ações novas. Dentre estas, o Secretário considerou propostas apoiadas pelo Brasil como a criação de mecanismos para troca de experiências (o chamado de repositório de boas práticas), o estabelecimento de metas de desenvolvimento sustentável e indicadores para medição do progresso.

O papel do Estado aparece de forma diluída ao longo do documento, em especial no parágrafo 32 (quando listadas as “policy options”, como instrumentos regulatórios, fiscais e econômicos, incentivos financeiros, reformas de subsídios e compras públicas) e no parágrafo 38 (ao encorajar que Estados desenvolvam suas estratégias de economia verde).

MCTI

Limites do Planeta: Uma falha importante do documento é não enfrentar a questão central dos limites naturais do planeta. Não menciona também a questão demográfica. Parece que apenas uma mudança nas tecnologias, daquelas baseadas no petróleo para as ‘verdes’ (biomassa), seria suficiente para resolver a situação global do planeta.

Cuidado particular com a manipulação tecnológica em grande escala da Terra que afeta o clima.

A ciência é um elemento essencial na busca de uma conciliação entre o desenvolvimento sustentável o crescimento ilimitado da população e da economia sem afetar os limites naturais do planeta e as bases da biodiversidade.

Cultura: O documento dá pouco destaque para a importância da cultura e da diversidade cultural no contexto do desenvolvimento sustentável. Valorizar a promoção da interculturalidade na relação entre a ciência e conhecimentos tradicionais. Importante mencionar a recuperação, preservação, valorização e acesso público ao patrimônio cultural da humanidade.

Participação democrática: As ações concertadas entre as nações do mundo devem sê-lo com a participação ativa da sociedade civil, especialmente das comunidades que devem ser mais diretamente afetadas pelas decisões tomadas.

Acesso público de uma forma compreensível aos impactos sociais, econômicos e ambientais das novas tecnologias.

Metas para a sustentabilidade: O documento não trata disto, tendo aqui uma abordagem frouxa. É essencial mais firmeza e o estabelecimento de compromisso. É importante a adoção de metas para o

desenvolvimento sustentável nas suas 3 dimensões (social, econômica e ambiental) [como proposto no documento Resilient People, Resilient Planet].

Uma proposta seria o estabelecimento de uma lista de Metas Globais de Sustentabilidade para substituir as Metas do Milênio que expiram em 2015.

Reforçar a importância da questão da inovação tecnológica, destacada no documento brasileiro como um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável (em três dimensões principais). No draft zero ela aparece de forma breve como um dos meios para a implementação da visão proposta ou nos instrumentos inovativos de parcerias ou de construção financeira da economia verde.

A propriedade intelectual cumpre papel importante no fomento da inovação tecnológica. O Brasil reconhece a proteção internacional aos direitos de propriedade intelectual, assentada, essencialmente, no Acordo de TRIPS da Organização Mundial do Comércio. O Brasil também reconhece que, em certos casos, a propriedade intelectual pode constituir barreira à difusão e transferência de tecnologias limpas ou socialmente essenciais como os medicamentos.

Propostas como a criação de “pools de patentes” e de fundos que financiem a transferência de tecnologia limpa e seu desenvolvimento em países em desenvolvimento são positivas e devem ser discutidas durante a Conferência. Tais soluções, contudo, não devem substituir as flexibilidades do regime internacional de propriedade intelectual.

SBPC:

Educação: como já apontamos na breve sugestão aos itens I e II, cujos comentários foram

solicitados em 17 de Janeiro, a Educação não aparece com o devido destaque no documento, cujo conteúdo é voltado para nortear mudança de paradigma na forma de a sociedade humana se relacionar com o planeta, considerando a erradicação das desigualdades de oportunidades e, conseqüentemente, da pobreza, em todos os seus aspectos. Não observamos a referência à Educação em nenhum ponto. A mudança de comportamento para um mundo mais justo passa, necessariamente, pela educação, incluído, este universo o papel da educação não formal (centros ou espaços culturais,

museus, bibliotecas, eventos itinerantes, exposições, museus e bibliotecas também na versão itinerantes entre tantos outros), da educação científica associada à ambiental como suporte para ações que promovam definitivamente a cidadania. Ações consistentes devem ser propostas.

Cultura: a cultura, manifestação de todos os povos, resultado da criatividade humana para expressar seus sonhos, seus anseios e suas angústias, das mais diversas formas, não pode deixar de receber o devido destaque pelo fato de ser fonte de subsídios para ações promotoras de equidade e justiça social.

Ciência: a ciência, resultado de uma característica do ser humano: a curiosidade, já bastante evidente nos primeiros anos de vida dos indivíduos das diferentes populações que habitam os mais distintos ambientes do planeta, tem seu papel fundamental em nossa sociedade. A produção de conhecimento que se acumula hoje é um patrimônio da humanidade que, juntamente com os conhecimentos tradicionais, já existentes antes de a ciência se estruturar, certamente abrigam soluções para o melhor futuro que queremos. É defensável o uso do conhecimento científico por todos e para todos – apropriação do conhecimento - quer nas soluções políticas, na preservação dos biomas, na saúde e nas tecnologias.

Ambiente: biomas preservados, ambientes degradados, ação antrópica, mudanças globais, vida sustentável – a interação entre estes aspectos da vida no planeta é o grande desafio colocado para todos, motivo de tantas intenções e ações ao longo destes anos. A intenção de gerar crescimento econômico, baseado na exploração desenfreada dos recursos naturais – ação antrópica, associada às mudanças globais por eventos naturais resultou na degradação do ambiente trazendo a certeza de que, para mantermos o que resta de nossos biomas preservados devemos, irremediavelmente, estabelecer uma forma de viver sustentável, por meio da tomada de consciência de que os recursos naturais do planeta são finitos. Todos os esforços devem ser envidados para que esta tomada de consciência resulte numa sociedade justa, sem miséria, e com suas formas de vida, em todas as suas manifestações e relações preservadas. É primordial expressar a intenção de garantir fomento a Educação, Ciência e Cultura de modo que Governos, instituições financeiras internacionais e empresas sejam estimulados a alimentar uma cooperação internacional para a promoção da ciência e tecnologia, inclusive as voltadas para a inovação sustentável que

auxiliará na manutenção da qualidade de vida do nosso planeta.

CUT

Texto precisa ser fortalecido;

Mencionam os princípios do Rio. Nomeia CBDR mas seria importante explicitar princípio da precaução e do poluidor pagador. Deve mencionar questão da igualdade entre etnias, gêneros, gerações e entre países e entre países. Texto não aponta para mudança de paradigma nem do modelo de desenvolvimento vigente. Sugestão: apontar para redistribuição da riqueza economia e natural.

Engaging civil society: importante que mencione acesso a informação, no entanto falta mencionar relevância da participação.

Framework of action é fraco e coloca papel de liderança para empresas (como parag. 19) e Parágrafo 24 onde ainda acreditamos que deva ser o Estado o indutor e em consulta com os atores envolvidos (indústria, sindicatos, ONGS, etc) construir e avançar. Fortalecer o papel do Estado e não destacar um major group.

IDEC

Aspectos positivos presentes no documento:

Reafirmação de tratados e convenções realizadas ao longo das últimas décadas, como, por exemplo, a Declaração do Rio, a Agenda 21, o Programa de Implementação Contínua da Agenda 21 e Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável.

A menção a indicadores para medir o grau de desenvolvimento, o reconhecimento de que o PIB isoladamente é incapaz de medir o grau de bem estar da população.

Metas de desenvolvimento, embora demarquem 2015 como ano foco.

Reafirmação da importância dos processos de participação da sociedade civil e sua incorporação nos processos de discussão, do compromisso com direito e acesso a informação, democracia, transparência política, financeira e comercial.

Aspectos negativos presentes no documento:

Conceitos apresentáveis no preâmbulo são questionáveis. É dada ênfase ao desafio de erradicar a pobreza e a fome através de estabilidade e crescimento econômico, mesmo que no âmbito da economia verde.

Não fica clara em que medida a economia verde pode assegurar a erradicação da pobreza e da desigualdade. E mesmo após a crise financeira que o mundo entrou desde 2008, não se fala de controle social nos processos econômicos.

Desequilíbrio no tratamento de questões e áreas prioritárias/temáticas multisetoriais como cidades, desastres naturais, mudanças climáticas, produtos químicos e dejetos e, sobretudo, consumo e produção sustentáveis.

O tratamento insuficiente dado a tema tão central para a promoção do desenvolvimento sustentável como o de produção e consumo sustentável, evidencia o caráter pouco ambicioso do documento. Não se fala nada de mecanismos de transição dos padrões de produção e consumo num horizonte de limitação de recursos. O texto não enfrenta o dilema hiperconsumo versus desigualdade e pobreza; não evidencia mecanismos concretos que assegurem atendimento das necessidades básicas da crescente população e inversão da lógica de crescimento econômico ancorado no consumismo a qualquer preço.

Falta ainda tratamento específico ao direito de informação, responsabilidades das empresas, reversão da desregulamentação da economia e de políticas públicas efetivas que implementem mecanismos concretos governamentais que estimulem mudança nos atuais padrões de produção e consumo. Temas-chave como segurança alimentar e mobilidade sustentável são superficialmente mencionados, embora sejam cruciais e dependentes de avanços concretos significativos para assegurar os compromissos que vem sendo firmados há mais de 20 anos.

Falta, ao longo de todo documento, indicações claras de como os compromissos já acordados e que vem sendo reafirmados ao longo dos últimos 20 anos serão implementados concretamente.

Apesar de mencionar a importância da participação

social, o texto não é enfático sobre a implementação de mecanismos de participação da sociedade civil que sejam efetivos, no sentido das demandas e contribuições da sociedade civil serem incorporadas nas decisões governamentais.

O papel do Estado é minimizado. Fala-se pouco de seu papel como regulador e indutor de mudanças de nos padrões de produção e consumo.

Demandas concretas de alteração ao draft zero:

Alterar drasticamente os conceitos apresentados no preâmbulo. Aprofundar o conceito sobre economia verde e quais mecanismos para impedir uma simples renovação do business as usual maquiado de verde que não enfrente a necessidade urgente de mudança dos padrões de produção e consumo e de erradicação não apenas da pobreza, mas também da desigualdade através de mecanismos justos de transição.

Garantir que o texto seja enfático sobre a urgência da implementação efetiva dos compromissos já assumidos.

Dar tratamento condizente com a área prioritária de produção e consumo sustentável como evidenciado no item anterior.

ITC

“Destacamos a importância da Cultura como o 4º pilar de uma Economia Verde com Desenvolvimento Sustentável , especialmente como prática educativa, tradicional, holística e guia de vida para a humanidade em harmonia com a natureza”

MMM

O documento zero da ONU apresenta a chamada “economia verde” como estratégia central para resolver os graves problemas da pobreza e da destruição da natureza sem tocar na desigualdade de renda e de poder de decisão sobre os territórios.

É uma pena que a crise financeira e sua má gestão pela enorme transferência de recursos públicos, de poupança das famílias e dos Estados para o setor privado, em especial ao setor financeiro, premiado com remunerações vergonhosas, não tenha mudado em nada a idéia de que os

empresários, e as corporações transnacionais, sejam “responsáveis” por resolver os problemas que eles mesmos criaram. E pior, que ainda se escreva no parágrafo 116 “que as políticas públicas devem criar um ambiente estável para o investimento e um quadro regulatório favorável aos investimentos de longo prazo às práticas industriais sociambientalmente responsáveis”. Ou seja, mais uma vez quer se justificar a transferência de recursos públicos para o setor privado por meio da construção de infra-estruturas e financiamento direto, além de ações de controle e militarização de territórios.

Entre outros pontos, o documento recupera a Declaração de Paris, que institucionalizou os marcos neoliberais e instrumentalizou a cooperação internacional e insta a concluir a Rodada de Doha o que implica a privatização de serviços e da natureza.

Esses são alguns dos exemplos que nos levam a avaliar que o documento da ONU vai na direção oposta do que a sociedade vem expressando, seja nas ruas, em protestos, nos meios de comunicação, que é a crítica e questionamento ao papel dessas empresas, especialmente corporações, no aprofundamento das desigualdades e na geração de pobreza. Acreditamos que o governo brasileiro pode expressar uma crítica à economia verde e às tentativas de “humanizá-la” como já vimos anteriormente com o discurso de “ajuste estrutural humanizado” e outros. Afirmamos novamente que não é possível unificar os conceitos de economia verde e erradicação da pobreza, que são por si contraditórios.

Deputado Sarney Filho

No documento em geral, falta a conceituação clara de governança. O que as Nações Unidas entendem exatamente por governança?

I. Preamble/Stage Setting

Comentário Sen. Rodrigo Rollemberg - “O futuro que queremos” não apresenta definição clara do que deve ser entendido como economia verde. A delimitação desse conceito é feita de modo frágil, com base nos objetivos que a economia verde deve buscar. Embora ela seja explicitamente considerada como um “meio para obter o desenvolvimento

sustentável, que deve continuar a ser a nossa meta geral” (item 26), esses dois conceitos parecem confundir-se. Entretanto, o desenvolvimento sustentável não pode ser reduzido à economia verde. A promoção desta deve ser, de fato, um instrumento da busca por aquele. No contexto do desenvolvimento sustentável, viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e justiça social são três dimensões igualmente relevantes e importantes. Esses três pilares formam a essência do conceito. O risco que se corre ao confundir a busca pelo desenvolvimento sustentável com a promoção da economia verde é o de conferir maior destaque ao pilar econômico, em detrimento dos demais. Historicamente, a ênfase na dimensão econômica do desenvolvimento tem gerado e aprofundado a degradação ambiental e a injustiça social. A constatação desse fato levou à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável no final da década de 1980 e à sua adoção pela comunidade internacional no Rio’92. Uma eventual reafirmação da supremacia do pilar econômico, no contexto da promoção da economia verde, constituiria um retrocesso injustificável.

Cultura: em uma única passagem, o documento reconhece a importância da cultura para a promoção do desenvolvimento sustentável (item 16). Essa lacuna constitui uma das maiores fragilidades do texto.

Os saberes locais podem influenciar decisivamente na promoção do desenvolvimento sustentável. Se, por um lado, a mundialização dos sistemas produtivos pode otimizar o uso dos recursos naturais, por outro, tende a ampliar significativamente a necessidade, por exemplo, de sistemas de logística e transporte nem sempre racionais do ponto de vista ambiental. Além disso, o deslocamento da produção para regiões com numeroso contingente populacional em situação de vulnerabilidade podem contribuir para a exclusão social e a degradação das condições de trabalho.

Preservar as iniciativas locais tende a levar em consideração outras variáveis que não apenas a eficiência econômica. Este é apenas um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Com igual importância, deve-se promover também a responsabilidade ambiental e a justiça social. Nesse contexto, é fundamental conservar os modos de produção e consumo locais.

Comentários CNI: A análise em separado das seções I e

II não deve prejudicar a visão de conjunto do documento. Muitos dos desafios postos para a Conferência Rio+20 estão centrados na discussão sobre como tornar operacionais princípios e orientações estratégicas de caráter geral.

A indústria brasileira vê como positiva a explicitação do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, bem como a ênfase dada aos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais. Esse deve ser o pilar de todo o processo de negociação no âmbito da Conferência.

Em consonância com o que a indústria já apresentou em suas contribuições ao Zero Draft, destacamos, ainda, a relevância da referência a padrões de produção e consumo sustentável, mesmo que de forma discreta. Nesse sentido, seria importante reforçar no início do documento o papel da cidadania (mudanças dos padrões de consumo) na transição para um modelo de crescimento verde.

1. We, the heads of State and Government, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, resolve to work together for a prosperous, secure and sustainable future for our people and our planet.

1. (CDES) Nós, chefes de Estado e Governo, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20-22 de junho de 2012, resolvemos trabalhar juntos por um futuro próspero, seguro e sustentável para nossos povos e nosso planeta.

1. (SDH) - Nós, chefes de Estado e Governo, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20-22 de junho de 2012, resolvemos trabalhar juntos por um futuro próspero, seguro e sustentável, com justiça social e equidade, para nossos povos e nosso planeta.

1. (SBPC): Nós, chefes de Estado e Governo, reunidos no Rio de Janeiro, RJ, Brasil, de 20-22 de junho de 2012, resolvemos trabalhar juntos por um futuro próspero, seguro e sustentável para nossos povos e nosso planeta.

2. We reaffirm our determination to free humanity from hunger and want through the eradication of all forms of poverty and strive for

societies which are just, equitable and inclusive, for economic stability and growth that benefits all.

2. (CDES) Reafirmamos nossa determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza e da luta por sociedades justas, equitativas e inclusivas em prol do desenvolvimento sustentável para o benefício de todos.

2. (CEBDS)- "Nós reafirmamos nossa determinação em libertar a humanidade da fome e da carência através da erradicação de todas as formas de pobreza e conflito, para que as sociedades se tornem justas, igualitárias e inclusivas, viabilizando a estabilidade política e o crescimento econômico para benefício de todos."

2. (SDH) - Reafirmamos nossa determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza e da luta por sociedades justas, equitativas e inclusivas em prol da estabilidade econômica, do crescimento para o benefício de todos, e do respeito aos direitos humanos.

2. bis(SDH) - Reiteramos, ainda, o entendimento de que a promoção e a proteção dos direitos humanos, em seu sentido mais amplo, são fundamentais no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

2. (SBPC) - Reafirmamos nossa determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza para que a sociedade seja justa e equitativa.

2. (SBPC 2) - Reafirmamos nossa determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza para que as sociedades sejam justas e equitativas.

2. (V. Civilis) We reaffirm our determination to free humanity from hunger and want through the eradication of all forms of poverty and strive for societies which are equitable and inclusive, for economic stability and growth sustainable development that benefits all.

2. (Dep. Sarney Filho) O conceito de pobreza necessita ser desenvolvido nesse item ou ao longo do texto. Quais são as formas de pobreza que precisam ser enfrentadas?

No lugar de “crescimento”, deveria constar o atendimento das necessidades básicas de todos, em bases equitativas.

3. We are committed to making every effort to accelerate progress in achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals by 2015, thus improving the lives of the poorest people.

3. (CDES) Estamos comprometidos a envidar todos os esforços para acelerar o progresso na consecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, até 2015, melhorando assim a vida de todos, em especial as vidas dos mais necessitados.

3. (SBPC) Estamos comprometidos a envidar todos os esforços para acelerar o progresso na consecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, até 2015, melhorando assim a vida dos que não tem acesso às oportunidades e melhorias que garantem a qualidade de vida e devem estar disponível para todos.

3. (Dep. Sarney Filho) Além da referência às Metas do Milênio, seria importante incluir referência à melhoria das condições de vida dos mais pobres também no quesito respeito aos direitos humanos.

4. We are also committed to enhancing cooperation and addressing the ongoing and emerging issues in ways which will enhance opportunities for all, be centred on human development while preserving and protecting the life support system of our common home, our shared planet.

4. (CDES) Também estamos comprometidos a aumentar a cooperação e abordar temas atuais e emergentes de forma a aumentar as oportunidades para todos, centrados no desenvolvimento humano, ao mesmo tempo preservando e protegendo o sistema vital de nosso lar comum, nosso planeta compartilhado.

4. (CEBDS) “Nós também estamos comprometidos em ampliar a cooperação intra-organizações e entre Organizações Governamentais/intergovernamentais, organizações da sociedade Civil e Organizações Privadas, e também a abordagem das questões já existentes e que estejam surgindo em maneiras que melhorarão as oportunidades para

todos..."

4. (SBPC) Também estamos comprometidos a cooperar e abordar temas atuais e emergentes visando implantar ações que se constituam em oportunidades para todos, promovendo a qualidade de vida por meio da preservação e proteção do sistema vital de nosso lar comum, nosso planeta compartilhado.

4. (V. Civilis) We are also committed to enhancing cooperation and addressing the ongoing and emerging issues in ways which will enhance opportunities for all, be centred on human development while, respecting all forms of life, preserving and protecting the life support system of our common home, our shared planet.

4. (Dep. Sarney Filho) Cooperação em que sentido? Estarão inclusos nessa cooperação apoio financeiro, transferência de tecnologia ou quais outros elementos? Também é importante desenvolver o conceito de questões emergentes.

5. We urge bold and decisive action on the objective and themes for the conference. We renew our commitment to sustainable development and express our determination to pursue the green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We further affirm our resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development. Taken together our actions should fill the implementation gaps and achieve greater integration among the three pillars of sustainable development – the economic, the social and the environmental.

5. (CDES) Instamos ações arrojadas e decisivas em relação aos objetivos e temas da Conferência. Renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em exercer a economia verde, inclusive com a transição justa, no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza,. Afirmamos ainda nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Tomadas em conjunto, nossas ações devem suprir as lacunas de implementação e atingir uma integração maior entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

5. (SBPC) Instamos ações decisivas em relação aos

objetivos e temas da Conferência. Renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em exercer a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Afirmamos ainda nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Tomadas em conjunto, nossas ações devem suprir as lacunas de implementação e atingir uma integração maior entre os três pilares do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

5. (V. Civilis) We urge bold and decisive action on the objective and themes for the conference. We renew our commitment to sustainable development and express our determination to pursue the green and inclusive economies in the context of sustainable development and poverty eradication, promoting a fair transition to green decent jobs and livelihoods. We further affirm our resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development. Taken together our actions should fill the implementation gaps and achieve greater integration among the three pillars of sustainable development – the economic, the social and the environmental, considering also the ethical, political, cultural and spiritual dimensions.

5. (CUT) Determinação não deve ser centrada na economia verde e sim na implementação de viabilização da erradicação da pobreza, e do desenvolvimento sustentável e sim que a economia funcione para social.

5. (Dep. Sarney Filho) Sugere-se a inserção do pilar cultural, juntamente com os pilares econômico, social e ambiental. Dessa forma, compatibiliza-se o dispositivo com o parágrafo 16.

II. Renewing Political Commitment

[A. Reaffirming Rio principles and past action plans]

Comentários Gerais

MMA

Ainda sobre a seção A do item II, sugere-se a revisão de quais acordos internacionais merecem, de fato, destaque no documento. O Rascunho Zero priorizou menção às Declarações do Rio e de Joanesburgo, à Agenda 21, aos acordos de desenvolvimento de pequenos países insulares e

de menor desenvolvimento relativo, bem como o compêndio de acordos sobre financiamento ao desenvolvimento. Poder-se-ia considerar menção a outras Declarações-chave que balizam o debate sobre desenvolvimento sustentável, em nível mundial.

Acerca da Seção B, que se detém sobre a avaliação de progresso e implementação nos últimos 20 anos, sugere-se pleitear o registro, no parágrafo 10, de ganhos também alcançados na arena ambiental. Ressalte-se que, nesse parágrafo, há registro expresso aos ganhos em matéria de erradicação da pobreza e dinamismo econômico. Não seria prudente deixar a menção ao tratamento das questões ambientais globais somente para o parágrafo seguinte, 11, o qual registra as perdas de biodiversidade e as mudanças climáticas como grandes entraves ao desenvolvimento sustentável.

Ademais, o parágrafo 11 pode ser reformulado. O item justifica os retrocessos em matéria de desenvolvimento sustentável em função das crises recentes. Mistura conceitos e afirmações sobre retrocessos e desafios, sem que estes sejam objeto de encaminhamentos concretos nas seções e capítulos seguintes, o que pode fragilizar o documento como um todo.

Sugere-se retirar os parágrafos 15 e 16, os quais reiteram os desafios enfrentados por países de menor desenvolvimento relativo e os nexos entre cultura e desenvolvimento sustentável, e realocá-los em local mais apropriado. Tal como está, a Seção B apresenta fragilidades considerando o título proposto e o conteúdo apresentado.

Sobre o engajamento dos Grupos Principais, objeto de análise da Seção C, observa-se que o Rascunho Zero se detém a reiterar o papel de atores da sociedade civil, parlamentos e governos locais no desenvolvimento sustentável e nos exercícios de formulação de políticas públicas nacionais e locais. Faltam, entretanto, sinalizações concretas sobre formas de engajamento desses atores nos processos multilaterais. De igual maneira, o parágrafo D, sobre formas de ação, em seu parágrafo 23, sinaliza a importância de revigorar a parceria global pelo desenvolvimento sustentável, sem indicar em quais termos tal processo se daria.

O parágrafo 24 parece fazer alusão às discussões que têm sido conduzidas no âmbito da GRI – Global Reporting Initiative, a qual tem

se destinado a promover, em escala global, a prática das relatorias corporativas. Sugere-se avançar o entendimento, em nível de governo, sobre prós e contras dessa iniciativa. Acrescente-se a essa observação o fato de que, caso a proposta do item seja criar estrutura internacional de incentivo à relatoria corporativa, ela poderia estar mais bem acomodada em outro capítulo do documento – ex.3 ou 5.

Por fim, submete-se à consideração da Secretaria-Executiva proposta de ajustes na estrutura do Rascunho Zero. Observa-se que as propostas concretas de encaminhamento estão diluídas em meio a sentenças de caráter declaratório, as quais, além de deixar os compromissos assumidos menos explícitos, poderiam ser facilmente encaixadas em preâmbulo mais robusto.

(ETHOS) A breve, mas eficaz, avaliação dos avanços verificados desde a Rio92, a ratificação da necessidade de reafirmação dos compromissos políticos anteriormente assumidos, o reconhecimento dos gaps de implementação e a ênfase conferida à necessidade de superá-los são sinais muito positivos dos capítulos I e II.

Essa introdução deixa, entretanto, de relacionar os reconhecidos problemas e desafios atuais – entre os quais incluem-se os chamados desafios emergentes a que faz menção o item 11 do capítulo II – com a fadiga, para não dizer-se esgotamento, do modelo de desenvolvimento como um todo que, mostra-se, mais e mais insustentável. Da mesma forma, deixa de mencionar a presente crise econômica/recessão global e de relacioná-la a um modelo decisório, público e privado, voltado para o curto prazo e que desconsidera os princípios e a busca do desenvolvimento sustentável.

O tratamento desses dois temas (modelo desenvolvimento e crise econômica) dariam à Conferência maior relevância estratégica, evitando-se o indesejável descolamento entre as decisões política dos países membros e a chamada “economia real”, vício do qual as conferências anteriores padeceram.

6. We reaffirm that we continue to be guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations and with full respect for international law and its principles.

7. We reaffirm our commitment to advance progress in

implementation of the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation. The Rio Principles shall continue to guide the international community and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments.

7. (V. Civilis) We reaffirm our commitment to advance progress in implementation of the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Earth Charter, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation. The Rio Principles shall continue to guide the international community and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments.

8. We also reaffirm our commitment to the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Doha Declaration on Financing for Development: the Political Declaration on Africa's development needs, and the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries.

8. (SBPC) Também reafirmamos nosso compromisso com o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, a Declaração de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento: a Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África, e o Programa de Ação de Istambul para os Países em que prevalecem as desigualdades no tocante ao acesso à educação, serviços de saúde, cultura e confortos produzidos a partir de inovação.

8. (V. Civilis) We also reaffirm our commitment to the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Political Declaration on Africa's development needs, and the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries

9. We recognize the need to reinforce sustainable development globally through our collective and national efforts, in accordance

with the principle of common but differentiated responsibilities and the principle of the sovereign right of states over their natural resources.

9. (V. Civilis) We recognize the need to reinforce sustainable development globally through our collective and national efforts, in accordance with all the Rio Principles, which shall continue to guide the international community and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed or voluntary commitments and actions principle of common but differentiated responsibilities and the principle of the sovereign right of states over their natural resources.

9. (Dep. Sarney Filho) Cabe incluir referência às esferas regional, nacional e local. Cabe registrar que não parecem claros no documento os meios a serem adotados para que se alcance o reforço nesse sentido. Cabe lembrar que a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais não os isenta de sua parte de responsabilidade perante o patrimônio comum da humanidade.

[B. Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges (Integration, Implementation, Coherence)]

10. We recognize that the twenty years since the Earth Summit in 1992 have seen progress and change. There are deeply inspiring examples of progress, including in poverty eradication, in pockets of economic dynamism and in connectivity spurred by new information technologies which have empowered people.

10. (CDES) Reconhecemos que os vinte anos desde a Cúpula da Terra em 1992 viram progressos e mudanças. Existem exemplos profundamente inspiradores de progresso, inclusive nas áreas de erradicação de pobreza e de transferência de renda, bolsões de dinamismo econômico, e conectividade, provocados por novas tecnologias da informação que deram autonomia aos povos.

10. (SBPC) Reconhecemos que os vinte anos, desde a Cúpula da Terra, em 1992, viram progressos e mudanças, sem deixar de reconhecer também que muito mais poderia ter sido feito. Existem exemplos

profundamente inspiradores de progresso, inclusive nas áreas de erradicação de pobreza, bolsões de dinamismo econômico, e conectividade, provocados por novas tecnologias da informação que deram autonomia aos povos. Acreditamos que a crítica ao que não se fez, ou se deixou de fazer, e até mesmo os retrocessos, não podem deixar de ser considerados, além disso, a autonomia dos povos é o desejável, mas conseguir esta autonomia não será apenas por meio de ações decorrentes da tecnologia da informação. Excelente seria se assim fosse.

10. (V. Civilis) We recognize that the twenty years since the Earth Summit in 1992 have seen progress and change. There are deeply inspiring examples of progress, including in poverty eradication, in pockets of economic dynamism and in connectivity spurred by new information technologies which have empowered people [and by programs of income and wealth distribution.

10 (CNI) Acrescentar o reconhecimento dos avanços tecnológicos que vêm possibilitando a redução do consumo específico de recursos naturais (quantidade de recursos naturais por produto final) nos processos produtivos.

10. (Dep. Sarney Filho) O tom de otimismo caracterizado no parágrafo 10 parece exagerado. É certo que ocorreram progressos, mas fica difícil falar em exemplos de erradicação plena da pobreza.

11. We acknowledge, however, that there have also been setbacks because of multiple interrelated crises – financial, economic and volatile energy and food prices. Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains. New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. New and emerging challenges include the further intensification of earlier problems calling for more urgent responses. We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats. Unsustainable development has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050.

11. (CDES) Reconhecemos, entretanto, que também

houve retrocessos devido a diversas crises interrelacionadas – financeira, econômica, e preços voláteis da energia e dos alimentos. A insegurança alimentar, mudança do clima e a perda de biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas apontam para a gravidade das ameaças que enfrentamos. São, portanto, inúmeras as evidências de esgotamento do atual modelo de desenvolvimento. Os desafios novos e emergentes incluem o aprofundamento de problemas anteriores, que requerem respostas mais urgentes. Estamos muito preocupados com o fato de que cerca de 1,4 bilhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema, um sexto da população mundial está desnutrida, pandemias e epidemias são ameaças onipresentes. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais já limitados do planeta e na capacidade de carga dos ecossistemas. Somando atualmente sete bilhões de pessoas sem que os problemas anteriormente indicados tenham sido resolvidos, a projeção é que se atinja a marca de nove bilhões até 2050.

11. (CNI) We acknowledge, however, that there have also been setbacks because of multiple interrelated crises – financial, economic and volatile energy and food prices. Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains. New and emerging challenges include the further intensification of earlier problems calling for more urgent responses. We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats. Unsustainable development has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050.

11. (CBEDS) "Nós reconhecemos, entretanto, que também houve retrocessos devido a múltiplas crises inter-relacionadas – financeiras, econômicas e preços voláteis de energia e alimentos. Insegurança alimentar, mudança climática e perda biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas demonstram a gravidade das ameaças que enfrentamos. Desafios novos e emergentes incluem a contínua intensificação de problemas anteriores, requerendo assim respostas mais urgentes. Preocupa-nos profundamente que cerca de 1,4 bilhões de pessoas ainda vivam em extrema pobreza e um sexto da população

do mundo esteja mal nutrida, com pandemias e epidemias continuando como ameaças onipresentes. Preocupa-nos também a deficiência do processo educacional em diversos países. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais limitados da Terra e sobre a capacidade de carga dos ecossistemas. Nosso planeta suporta sete bilhões de pessoas, com expectativa de alcançar nove bilhões até 2050.

11. (SDH) - Reconhecemos, entretanto, que também houve retrocessos devido a diversas crises interrelacionadas – financeira, econômica, e preços voláteis da energia e dos alimentos. A insegurança alimentar, mudança do clima e a perda de biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas apontam para a gravidade das ameaças que enfrentamos. Os desafios novos e emergentes incluem o aprofundamento de problemas anteriores, que requerem respostas mais urgentes. Estamos muito preocupados com o fato de que cerca de 1,4 bilhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema, um sexto da população mundial está desnutrida, pandemias e epidemias são ameaças onipresentes, que afetam particularmente as mulheres e crianças, as pessoas idosas e as pessoas com deficiência. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais já limitados do planeta e na capacidade de carga dos ecossistemas. Nosso planeta suporta atualmente sete bilhões de pessoas, e espera-se que atinja a marca de nove bilhões até 2050.

11. (V. Civilis) We acknowledge, however, that there have also been setbacks because of [lacks in global governance and unaccountable concentrated power, leading to] multiple interrelated crises – financial, economic and volatile energy and food prices. Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains. New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. New and emerging challenges include the further intensification of earlier problems calling for more urgent responses. We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats, [while a small part of the World concentrates wealth and consumption, keeping production and consumption patterns incompatible with the limits of the planet and impossible to be shared by all people]. Unsustainable development has

increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050.

11. (Dep. Sarney Filho) Cabe citar outras crises, entre elas a crise ambiental em senso estrito e, também, a crise ética associada ao individualismo exacerbado.

A frase “Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains” tem uma lógica invertida. Deve ficar claro que foi uma visão desenvolvimentista irresponsável que acarretou insegurança alimentar, mudanças climáticas e perda de biodiversidade. Assim, a questão é assegurar uma nova perspectiva de desenvolvimento. Acredita-se que, enquanto os custos ambientais não forem efetivamente considerados nas ações públicas e privadas, não se conseguirão ganhos reais em termos de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Nesse ponto do texto, ou mais à frente, deve ser acrescido parágrafo nesse sentido. Deve constar a existência de milhões de refugiados ambientais hoje no mundo.

12. We note that national commitment to sustainable development has deepened. Many Governments now incorporate environmental and social issues into their economic policies, and have strengthened their commitment to sustainable development and the implementation of Agenda 21 and related agreements through national policies and plans, national legislation and institutions, and the ratification and implementation of international environmental agreements.

12. (CDES) Observamos que compromissos nacionais com o desenvolvimento sustentável foram fortalecidos. Muitos Estados e governos hoje incorporam questões ambientais e sociais em suas políticas econômicas, e fortaleceram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a implementação da Agenda 21 e acordos relacionados por meio de políticas e planos nacionais, legislação e instituições nacionais e da ratificação e implementação de acordos ambientais internacionais.

12. (V. Civilis) We note that national commitment to sustainable development has deepened. Many Governments and States now incorporate environmental and social issues into their economic policies, and have strengthened their commitment to sustainable development and the implementation of Agenda 21, the Earth Charter and related agreements

through national policies and plans, national legislation and institutions, and the ratification and implementation of international environmental agreements.

12. (Dep. Sarney Filho) A frase do parágrafo 12 “Many Governments now incorporate environmental and social issues into their economic policies” também tem uma lógica invertida. A política econômica não se pode sobrepor às questões ambientais e sociais.

13. We nevertheless observe that, despite efforts by Governments and non-State actors in all countries, sustainable development remains a distant goal and there remain major barriers and systemic gaps in the implementation of internationally agreed commitments.

13. (CDES) Todavia, observamos que, apesar dos esforços de Estados, governos e atores não estatais em todos os países, o desenvolvimento sustentável permanece como um objetivo distante e ainda restam barreiras e brechas sistêmicas na implementação de compromissos acordados internacionalmente.

13. (V. Civilis) We nevertheless observe that, despite efforts by States, Governments and non-State actors in all countries, sustainable development remains a distant goal and there remain major barriers and systemic gaps in the implementation of internationally agreed commitments.

13. (CUT) Apoiar e apontar para necessidade inserção dos três pilares no planejamento estratégico das nações, planejamento de longo prazo.

14. We resolve to redouble our efforts to eradicate poverty and hunger and to ensure that human activities respect the earth’s ecosystems and life-support systems. We need to mainstream sustainable development in all aspects of the way we live. We acknowledge the particular responsibility to nurture sustainable development and sustainable consumption and production patterns.

14. (CDES) Decidimos redobrar nossos esforços para erradicar a pobreza e a fome, e garantir que as atividades humanas respeitem os ecossistemas do planeta e seus sistemas vitais. Precisamos integrar o desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da forma como vivemos. Reconhecemos a responsabilidade particular de cultivar o desenvolvimento

sustentável e padrões de produção, consumo e distribuição sustentáveis e produzir uma resposta sistêmica às crises interrelacionadas – financeira, econômica, social, ambiental.

14. (SDH) - Decidimos redobrar nossos esforços para erradicar a pobreza e a fome, e garantir que as atividades humanas respeitem os direitos humanos e os ecossistemas do planeta e seus sistemas vitais. Precisamos integrar o desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da forma como vivemos. Reconhecemos a responsabilidade particular de cultivar o desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo sustentáveis.

14. (V. Civilis) We resolve to redouble our efforts to eradicate poverty and hunger and to ensure that human activities respect the earth's ecosystems and life-support systems. We need to mainstream sustainable development in all aspects of the way we live. We acknowledge the particular responsibility in nurturing sustainable development and consumption and production patterns, and by programs of income and wealth distribution].

14. (Dep. Sarney Filho) O que significa exatamente redobrar esforços quanto a reduzir desigualdades sociais e assegurar o respeito aos ecossistemas?

15. We recognize the special challenges facing least developed countries, landlocked developing countries, Small Island developing States, middle-income countries and African countries.

15. (V. Civilis) We recognize the special challenges facing least developed countries, landlocked developing countries, small island developing States, middle-income countries and African countries as well as several vulnerable communities in some other developing countries.

15. (Dep. Sarney Filho) A redação do parágrafo 15 é demasiadamente genérica. Quais são os desafios dos países menos desenvolvidos?

16. We acknowledge the diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations contribute to the enrichment of humankind and the protection of the Earth's life support system. We emphasize the importance of culture for sustainable development. We call for a holistic

approach to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature.

16. (CEBDS) "Nós reconhecemos a diversidade do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações contribuem para o enriquecimento da humanidade e para a proteção do sistema de suporte à vida da Terra. Nós enfatizamos a importância da formação das futuras gerações para uma cultura focada na promoção desenvolvimento sustentável. Nós enfatizamos a importância da educação e da cultura para o desenvolvimento sustentável. Nós pedimos que uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável seja adotada para guiar a humanidade para uma vida em harmonia com a Natureza."

16. (MTur) Reconhecemos a diversidade do mundo e que todas as culturas e civilizações contribuem para o enriquecimento da humanidade e proteção do sistema vital da Terra. Enfatizamos a importância da cultura e do turismo para o desenvolvimento sustentável. Convocamos uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável que guiará a humanidade para uma vida em harmonia com a natureza.

16. (MinC) We acknowledge the diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations contribute to the enrichment of humankind and the protection of the Earth's life support system, underlining the relevance of the UNESCO Convention for the Protection and Promotion of Diversity of Cultural Expression. We emphasize the importance of culture for sustainable development. We call for a holistic approach to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature.

[C. Engaging major groups]

(V. Civilis) [C. Engaging Civil Society]

Comentário Sen. Rodrigo Rollemberg - em que pese o documento dedicar uma seção ao tema, apenas determinadas categorias parecem receber atenção: setor privado (comércio e indústria), governos locais, povos indígenas, crianças e jovens. Os demais atores principais reconhecidos pela Agenda 21 (mulheres, organizações não-governamentais, trabalhadores e seus sindicatos, comunidade científica e tecnológica e agricultores) são simplesmente mencionados no documento. Esse enfoque é claramente insuficiente. Todos os atores indicados nos capítulos 23 a 32 da Agenda 21 são

fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e, portanto, devem ser levados em conta na implementação dos meios para alcançá-lo, inclusive a promoção da economia verde. Entendemos que, embora o resultado possível da Rio+20 tenda a ser uma carta de intenções política, o papel dos diversos atores envolvidos na promoção do desenvolvimento sustentável deve ser devidamente valorizado. Caso contrário, o documento pode configurar um flagrante retrocesso em relação ao que foi acordado há vinte anos.

17. We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making. Sustainable development requires major groups – women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers – to play a meaningful role at all levels. It is important to enable all members of civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their specific knowledge and practical know-how into national and local policy making. In this regard, we also acknowledge the role of national parliaments in furthering sustainable development.

17. (CDES) Destacamos que um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a ampla participação pública nos processos decisórios. O desenvolvimento sustentável requer que os grupos principais – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, povos extrativistas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil estejam engajados com o desenvolvimento sustentável, incorporando seu conhecimento específico e prático às políticas locais e nacionais. Nesse sentido, também reconhecemos o papel dos parlamentos nacionais na promoção do desenvolvimento sustentável.

17. (CEBDS) "É importante permitir que todos os membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando seus conhecimentos específicos e know-how prático na elaboração de políticas internacionais, nacionais e locais."

17. (MMA) We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making. Sustainable development requires major groups – women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers – to play a meaningful role at all levels. In this regard, we also acknowledge the role of national parliaments in furthering sustainable development. Moreover, we agree on establishing a process, under the auspices of the Secretary-General, to review the current patterns of major groups' participation in multilateral negotiations, so as to offer them a higher level of incidence into the decision-making procedures in these fora.

17a.(MMA) We request all United Nations bodies to commit to new measures of systematically and progressively improving access to information and public participation in their regular proceedings, at all stages in the decision-making at the highest level. This will build on, but will not be limited by, the Major Groups and Stakeholders approach, to create more effective means of participation, enhancing flexibility, collaboration, and cooperation between actors.

17. (MinC) We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making. Sustainable development requires major groups- women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, the cultural and educational community, and farmers- to play a meaningful role at all levels. It is important to enable all members of civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their specific knowledge and practical know-how into national and local policy making. In this regard, we also acknowledge the role of national parliaments in furthering sustainable development.

17. (V. Civilis) We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad [and effective] public participation in decision-making. Sustainable development requires major groups [and other social actors] at all levels to play a meaningful role. It is important to enable all members of civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their political will, specific knowledge and practical know-how into national and local policy making. In this

regard, we also acknowledge the role of national parliaments and governing bodies at all levels, including multilateral and national institutions in furthering sustainable development. The multilateral system and United Nations shall enhance and improve their capacity to engage with organized civil society, through mechanisms that will make global public participation wider and more effective.

17. (Dep. Sarney Filho) Devem constar as comunidades tradicionais (não apenas os povos indígenas), a população da terceira idade e outros grupos sociais não mencionados.

18. We recognize that improved participation of civil society depends upon strengthening the right to access information and building civil society capacity to exercise this right. Technology is making it easier for Governments to share information with the public and for the public to hold decision makers accountable. In this regard, it is essential to work towards universal access to information and communications technologies.

18. (CDES) Reconhecemos que uma melhor participação da sociedade civil depende do fortalecimento do direito de acesso universal à informação e da capacitação da sociedade para exercer esse direito. A tecnologia tem facilitado o compartilhamento de informações pelos governos e faz com que o público possa monitorar o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, é essencial trabalhar em prol do acesso universal a tecnologias de informação, comunicação.

18. (CEBDS) "Nós reconhecemos que uma melhor participação da sociedade civil depende do fortalecimento do direito a acesso à educação e à informação e da capacidade da sociedade civil exercer esse direito. A tecnologia está facilitando aos Governos partilhar informações com o público e ao público cobrar atitudes dos tomadores de decisões. Nesse sentido, é essencial trabalhar para obter acesso universal à educação e informações e tecnologias de comunicações."

18. (V. Civilis) We recognize that improved participation of civil society depends upon strengthening the right to access information and building civil society capacity to exercise this right. Technology is making it easier for Governments and Business to share information with the public and for the public to hold decision makers accountable. In this regard, it is essential to work towards universal access to information and communications

technologies, social media and other advanced means for public participation.

18. (Dep. Sarney Filho) É importante registrar que a tecnologia, por si só, não garante a participação efetiva da sociedade civil.

19. We acknowledge the important role of the private sector in moving towards sustainable development. We strongly encourage business and industry to show leadership in advancing a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication.

19. (MAPA) Reconhecemos o importante papel do setor privado no caminho para o desenvolvimento sustentável. Nós encorajamos fortemente a agricultura, o comércio e a indústria para demonstrarem liderança na promoção da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

19. (CDES) Reconhecemos o papel fundamental importante do setor privado em avançar na rota do desenvolvimento sustentável. Incentivamos enfaticamente que empresas e indústrias demonstrem liderança na promoção da economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

19. (CEBDS) “Nós reconhecemos o importante papel do setor privado para se obter um desenvolvimento sustentável. Nós encorajamos intensamente que negócios e indústrias demonstrem liderança no avanço da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. E nos comprometemos a estabelecer políticas que estimulem as empresas a fortalecer sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.”

19. (SDH) Reconhecemos o papel importante do setor privado em avançar na rota do desenvolvimento sustentável. Incentivamos enfaticamente que empresas e indústrias demonstrem compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a erradicação da pobreza.

19. (CNI) É importante ressaltar que a liderança no processo de transição não deve ser exclusiva do setor “negócios e indústria”. Mesmo tendo papel central na rota do desenvolvimento sustentável, o setor de negócios e indústria compartilha responsabilidades com o Estado e com a sociedade. O Estado tem a função primordial de criar condições institucionais, incentivos e financiamento para uma transição para padrões mais sustentáveis

de produção sem rupturas, e a sociedade, papel fundamental na transição dos padrões de consumo.

19. (V. Civilis) We acknowledge the important role of the private sector in moving towards sustainable development. We strongly encourage business and industry to show leadership in advancing a green and inclusive economies by deepening their commitment with in the context of sustainable development and poverty eradication, and strengthening transparent tools and proper corporate social and environmental responsibility frameworks.

20. We also acknowledge the essential role of local governments and the need to fully integrate them into all levels of decision making on sustainable development.

20. (CDES) Reconhecemos também o papel essencial de Estados Nacionais e governos locais e a necessidade de integrá-los completamente em todos os níveis decisórios na área de desenvolvimento sustentável.

21. We recognize the importance of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in the global, regional and national implementation of sustainable development strategies. We also recognize the need to reflect the views of children and youth as the issues we are addressing will have a deep impact on the youth of today and the generations that follow.

[D. Framework for action]

22. We commit to improving governance and capacity at all levels – global, regional, national and local – to promote integrated decision making, to fill the implementation gap and promote coherence across institutions.

22. (CDES) Comprometemo-nos a melhorar a governança e a capacitação em todas as esferas – global, regional, nacional e local – a fim de promover um processo decisório integrado, preencher as lacunas de implementação, promover a coerência entre as instituições e permitir maior controle social.

22. (CEBDS) “Nós nos comprometemos a melhorar a governança, a transparência e a capacidade em todos os níveis – global,

regional, nacional e local – para promover uma tomada de decisões integradas, para preencher a lacuna na implementação e promover a coerência em diversas instituições.”

22. (V. Civilis) We commit to improving governance and capacity at all levels - global, regional, national and local – to promote integrated decision making, to fill the implementation gap and promote coherence across institutions. Governance for sustainable development shall cover both political and economic spheres, and allow for public participation and social control.

23. We commit ourselves to reinvigorating the global partnership for sustainable development. We recognize that States must work together cooperatively and join with all stakeholders to address the common sustainable development challenges we face.

23. (CEBDS) “Nós nos comprometemos a revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos que os Estados precisam trabalhar cooperativamente, de forma transparente e se juntar com todos os stakeholders para abordar os desafios comuns ao desenvolvimento sustentável que enfrentamos. Nesse trabalho cooperativo é fundamental o combate a qualquer forma de corrupção.”

23. (Dep. Sarney Filho) Falta especificar como a parceria para o desenvolvimento sustentável será concretizada. A redação é demasiadamente genérica.

24. We call for a global policy framework requiring all listed and large private companies to consider sustainability issues and to integrate sustainability information within the reporting cycle.

24. (CDES) Defendemos uma estrutura política global que incite todas as grandes empresas, públicas e privadas, e o setor financeiro a considerar questões de sustentabilidade e a integrar informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos.

24. (CEBDS) “Nós pedimos que uma estrutura política global que estimule as empresas públicas ou privadas a ampliar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e a relatar e divulgar publicamente sua evolução.”

24. (MMA) We call for a global policy framework requiring all listed, public and private, companies to consider sustainability issues and to integrate sustainability information within the reporting cycle.

24. (V. Civilis) We call for a United Nations Convention a global policy framework requiring all listed and large private companies to implement consider sustainability issues [into their management and throughout their supply chains]and to integrate sustainability information within their reporting cycle.

24. (CNI) Questiona-se o fato de que uma estrutura política global possa interferir nas atividades industriais para além das regras já estabelecidas pelos acordos internacionais e os marcos regulatórios nacionais. Importante mencionar o papel que a OMC vem desempenhando na equalização das condições de competitividade. Caso seja do entendimento dos chefes de estados reunidos na Rio+20 a instituição dessa estrutura política global, recomenda-se que, mais do que “incitar”, deve-se defender um mecanismos que “incentive e fomenta” organizações a considerarem “questões de sustentabilidade e a integração de informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos”. Ademais, sugere-se que, além das empresas privadas, estenda-se essa responsabilidade também a organizações públicas, substituindo “private companies” por “private and public organizations”.

III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

Comentários Gerais:

(Ethos) Este capítulo é bastante feliz na dissertação sobre a abrangência e, ao mesmo tempo, flexibilidade da expressão economia verde, esclarecendo tratar-se mais de um conjunto de princípios norteadores para a ação que um sistema ou modelo pronto. Da mesma forma, elucida que o desenvolvimento de uma economia baseada em tais princípios não deve criar novas dificuldades, barreiras e condicionalidades ao desenvolvimento dos países pobres e/ou em desenvolvimento, buscando, assim, afastar receios e resistências de um grande número de nações.

Também é muito feliz ao preconizar que cada um dos países deve buscar a aplicação desses princípios de acordo com suas características (realidades econômica, social e ambiental) e que tal busca deve

abranger um conjunto de instrumentos (fiscais, regulatórios, de investimento, incentivo e transparência).

Falha, porém, ao deixar de sugerir um encaminhamento mais consistente e mensurável para esta ação individual e voluntária que, em nosso entender, traduzir-se-ia na recomendação de que todos os países elaborassem Planos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, contemplando uma agenda mínima, nas dimensões econômica, social, ambiental e ética, a serem acompanhados pelas Nações Unidas que, por sua vez, deveriam apoiá-los, técnica e financeiramente, na medida da ambição e das características de cada um. Sem esse encaminhamento, ou outro congênere, as excelentes recomendações dos itens 28, 32, 37, 38 e 39 perdem efetividade, pela carência de framework e uniformidade.

Quanto ao reconhecimento do papel das empresas e o seu encorajamento para a ação em prol do desenvolvimento sustentável (item 40, retomada no item 116 do capítulo que enfatiza a necessidade de estabilidade regulatória para que os agentes privados desenvolvam as suas atividades e contribuam para o desenvolvimento sustentável), recomendamos seja indicado um procedimento geral a ser adotados pelas companhias, sugerindo-se sejam estudados e definidos padrões locais mínimos de operação sustentável para as empresas públicas nacionais e concessionárias, bem como para as companhias nacionais que operem internacionalmente devendo-se, também, criar condições para que as companhias multinacionais operem localmente com base em seu melhor padrão mundial, caso este seja superior ao mínimo local ou globalmente estabelecido.

Quanto às estratégias de cooperação técnica e científica, esboçadas na alínea c do item 42 (e retomadas no item 115 do capítulo V), estas seriam mais fortalecidas se também indicassem o apoio das Nações Unidas para a criação de um novo mapa de cooperação, incentivando-se os processos colaborativos entre países que apresentem semelhanças geográficas e geopolíticas.

A. Framing the context of the green economy, challenges and opportunities

Comentário MCTI:

Retomar a discussão da adoção do conceito de economia

verde inclusiva para qualificar de forma mais clara o que se busca em termos de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

A questão da governança e de novos modelos econômicos que sejam ecologicamente e socialmente sustentáveis se coloca como decisiva na Rio + 20. Se os mesmos modelos econômicos selvagens e a mesma alta concentração dos negócios mundiais em poucos grandes conglomerados multinacionais permanecerem há pouca esperança de mudança. Uma pergunta importante, portanto, é quem controlará a 'economia verde'?

Uma sugestão pontual seria a criação de novos mecanismos antitrust (internacionalmente aceitos) que pudessem controlar o poder destas corporações, que são muitas vezes definidos por interesses financeiros imediatistas e que só visam a sua 'sustentabilidade'.

25. We are convinced that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute to meeting key goals – in particular the priorities of poverty eradication, food security, sound water management, universal access to modern energy services, sustainable cities, management of oceans and improving resilience and disaster preparedness, as well as public health, human resource development and sustained, inclusive and equitable growth that generates employment, including for youth. It should be based on the Rio principles, in particular the principle of common but differentiated responsibilities, and should be people-centred and inclusive, providing opportunities and benefits for all citizens and all countries.

25. (MMA) We are convinced that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute to meeting key goals – in particular the priorities of poverty eradication, food security, sound water and waste management, universal access to modern energy services, sustainable cities, management of oceans and improving resilience and disaster preparedness, combating illegal deforestation, desertification and land degradation, sustainable forest management, conservation of biodiversity, as well as public health, human resource development and sustained, inclusive and equitable growth that generates

employment, including for youth. It should be based on the Rio principles, in particular the principle of common but differentiated responsibilities, and should be people-centred and inclusive, providing opportunities and benefits for all citizens and all countries.

25. (MAPA) Nós estamos convencidos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza – portanto, a economia verde contemplada no conceito triple bottom line, que abrange as três dimensões: econômica, ambiental e social – deve contribuir para se alcançar os objetivos-chave, em particular as prioridades da erradicação da pobreza, segurança alimentar e produção sustentável de alimentos, um sólido gerenciamento de recursos hídricos, acesso universal a fontes renováveis de energia e serviços de energia moderna, cidades sustentáveis, gerenciamento de oceanos e melhorando a resistência e a preparação para desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e igualitário que gera empregos, incluindo para jovens. Ele deve se basear nos princípios da Eco-92, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e deve ser centrado nas pessoas e inclusivo, oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos e todos os países.

25 (MCTI) We are convinced that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute to meeting key goals – in particular the priorities of poverty eradication, food security, sound water management, universal access to modern energy services, sustainable cities, management of oceans and improving resilience and disaster preparedness, as well as public health, human resource development and sustained, inclusive and equitable growth that generates employment, including for youth. It should be based on the Rio principles, in particular the principle of common but differentiated responsibilities, and should be people-centred and inclusive, providing opportunities and benefits for all citizens and all countries.

25. (MinCidades) Nós estamos convencidos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve contribuir para se alcançar metas-chave – em particular as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, um sólido gerenciamento de recursos hídricos, mobilidade sustentável, acesso universal a serviços de energia moderna, cidades sustentáveis, gerenciamento de

oceanos e melhorando a resistência e a preparação para desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e igualitário que gera empregos, incluindo para jovens. Ele deve se basear nos princípios da Eco-92, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e deve ser centrado nas pessoas e inclusivo, oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos e todos os países.

25. (SDH) Estamos convictos de que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deve contribuir para o cumprimento de objetivos-chave – principalmente as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, respeito aos direitos humanos, trabalho decente, gestão racional da água, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resiliência e resposta contra desastres, bem como de saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo, equitativo e gerador de empregos, inclusive para os jovens. Ela deve ser baseada nos princípios do Rio, especialmente no princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, concentrando-se nos indivíduos, de forma inclusiva e oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos de todos os países.

25. (FBOMS) Estamos convencidos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deveria contribuir para o alcance de objetivos chave - em particular a prioridade na erradicação da pobreza, segurança alimentar, manejo adequado de água, mobilidade sustentável, acesso universal a serviços modernos de fornecimento de energia, cidades sustentáveis, manejo de oceanos e melhorar a resiliência e a capacidade de preparação, bem como a saúde humana, o desenvolvimento de recursos humanos e um crescimento sustentado, inclusivo e equitativo que gere empregos inclusive para a juventude. Deveria estar baseada nos princípios do Rio, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e deve ser centrada no povo e inclusiva, gerando oportunidades e benefícios para todos os cidadãos e países.

26. We view the green economy as a means to achieve sustainable development, which must remain our overarching goal. We acknowledge that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should protect and enhance the natural resource base,

increase resource efficiency, promote sustainable consumption and production patterns, and move the world toward low-carbon development.

26. (MAPA) Nós vemos a economia verde como parte importante de um conjunto de ações e políticas desenvolvidas para obter o desenvolvimento sustentável, que precisa continuar sendo nossa meta geral. Nós reconhecemos que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve conservar e melhorar a base de recursos naturais, promover o acesso a segurança alimentar e nutricional, ampliar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono.

27. We underscore that green economy is not intended as a rigid set of rules but rather as a decision-making framework to foster integrated consideration of the three pillars of sustainable development in all relevant domains of public and private decision-making.

28. We recognize that each country, respecting specific realities of economic, social and environmental development as well as particular conditions and priorities, will make the appropriate choices.

29. We are convinced that green economy policies and measures can offer win-win opportunities to improve the integration of economic development with environmental sustainability to all countries, regardless of the structure of their economy and their level of development.

29. (INMETRO) Estamos convictos de que políticas e medidas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza podem oferecer oportunidades vantajosas para todos para aperfeiçoar a integração do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e justiça social para todos os países, independente da estrutura de sua economia e do nível de seu desenvolvimento.

30. We acknowledge, however, that developing countries are facing great challenges in eradicating poverty and sustaining growth, and a transition to a green economy will require structural adjustments which may involve additional costs to their economies. In this regard, the support of the international community is necessary.

30. (SDH) Reconhecemos, entretanto, que os países em

desenvolvimento enfrentam grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e que uma transição para economia verde exigirá ajustes estruturais que podem implicar em custos adicionais às suas economias e às suas sociedades. Nesse sentido, é necessário o apoio da comunidade internacional.

31. We note that the transformation to a green economy should be an opportunity to all countries and a threat to none. We therefore resolve that international efforts to help countries build a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication must not:

a- create new trade barriers;

b-) impose new conditionalities on aid and finance;

c-) widen technology gaps or exacerbate technological dependence of developing countries on developed countries;

d-) restrict the policy space for countries to pursue their own paths to sustainable development.

B. Toolkits and experience sharing

32. We acknowledge that countries are still in the early stages of building green economies and can learn from one another. We note the positive experiences in developing a green economy in some countries, including developing countries. We recognize that a mix of policies and measures tailored to each country's needs and preferences will be needed. Policy options include, inter alia, regulatory, economic and fiscal instruments, investment in green infrastructure, financial incentives, subsidy reform, sustainable public procurement, information disclosure, and voluntary partnerships.

32. (INMETRO) Reconhecemos que os países ainda estão no início da construção de economias verdes no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e podem aprender uns com os outros. Constatamos experiências positivas no desenvolvimento da economia verde em alguns países, inclusive países em desenvolvimento. Reconhecemos que será necessária uma combinação de políticas e medidas individualizadas para as necessidades e preferências de cada país. As opções políticas incluem, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimentos em infraestrutura verde, educação, incentivos financeiros,

reforma de subsídios, compras públicas sustentáveis, incentivos à economia solidária, comércio justo, transparência das informações, participação social e parcerias voluntárias.

32. (MF) O parágrafo 32 poderia ser alterado, de forma a reconhecer que é o Estado que possui a liderança na adoção do “mix of policies” ali detalhados.

33. We support the creation of an international knowledge-sharing platform to facilitate countries’ green economy policy design and implementation, including:

- a menu of policy options;
- a toolbox of good practices in applying green economy policies at regional, national and local levels;
- a set of indicators to measure progress;
- a directory of technical services, technology and financing that could assist developing countries.

33. (MAPA) Nós apoiamos a criação e adoção voluntária de uma plataforma internacional de compartilhamento de conhecimento e experiências para facilitar a elaboração e a implementação da economia verde pelos países, com atenção nas prioridades nacionais, incluindo:

- a) um menu de opções políticas;
- b) um instrumental de boas práticas na aplicação de políticas de economia verde nos níveis regionais, nacionais e locais;
- c) um conjunto de indicadores para medir o progresso;
- d) um diretório de tecnologia, financiamento e serviços técnicos que possa auxiliar países em desenvolvimento.

34. We request the UN Secretary-General, in consultation with international organizations, relevant entities of the UN system and others,

to establish such a platform.

35. We urge member States to make national presentations on their experiences in the appropriate institutional framework as described in Section IV below.

36. We also urge all major groups, particularly business and industry, to share their experiences in this regard.

36. (INMETRO) Instamos as comunidades locais a compartilhar suas experiências de tecnologias sociais e ambientais e seus conhecimentos tradicionais.

C. Framework for action

Comentário MCTI - Nas temáticas selecionadas destacar questões apontadas no documento brasileiro, mas que receberam pouca ou nenhuma ênfase no draft zero, tais como: diversidade cultural, racismo e xenofobia, saberes e medicinas tradicionais, mudança do modelo cultural "consumista", proteção e promoção social na área da saúde; trabalho decente, desenvolvimento rural e recursos aquáticos.

37. We recognize the value of having a set of differentiated strategies, tailored to the needs of different countries and different sectors.

37 (MCTI) - Nós reconhecemos que há um limite natural na capacidade suporte do planeta, e o valor de um conjunto diferenciado de estratégias, customizadas para as necessidades de diferentes países e diferentes setores.

37. (MAPA) Nós reconhecemos o valor de ter à disposição um conjunto de estratégias diferenciadas, adaptada para as necessidades de diferentes países e diferentes setores.

Novo Para (MAPA) Nós reconhecemos a importância estratégica, para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentado de todas as nações – especialmente dos países em desenvolvimento e regiões ainda empobrecidas – que assume a atividade agropecuária, com seus diversos elos produtivos, e do seu papel como provedor de alimentos e fontes

renováveis de energia, tornando-se tanto mais sustentável quanto mais sua produção está aliada à conservação dos recursos naturais.

Novo Para (MAPA). No contexto da agricultura como centro das atenções para a garantia da produção sustentável de alimentos, a redução do número de famílias famintas e a erradicação da pobreza, reconhecemos a contribuição efetiva dos novos recursos tecnológicos incorporados pelos agricultores à atividade rural, que possibilitaram: os avanços dos programas locais de combate à pobreza; o desenvolvimento socioeconômico, sobretudo na geração de empregos e renda no meio rural desses países; poupança dos recursos naturais à medida que as tecnologias reduziram a necessidade de abertura de novas áreas de plantio, portanto, com menor uso de terra e água.

38. We encourage all States to develop their own green economy strategies through a transparent process of multi-stakeholder consultation.

38. (INMETRO) Comprometemo-nos a desenvolver planos estratégicos, com metas e indicadores para economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza mediante um processo transparente com ampla participação social.

38. (MF) O parágrafo 38 poderia ser alterado com base no texto da contribuição brasileira à Conferência, que propõe ser “fundamental que o Estado retome seu papel de indutor e regulador do desenvolvimento, favorecendo a adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores, calcado no uso racional e na proteção dos recursos naturais e na incorporação de pessoas excluídas à economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho decente e à renda. Por meio de instrumentos econômicos e políticas públicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos, que facilitem a adesão do setor produtivo a padrões mais sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social.”

39. We encourage the United Nations, in cooperation with other relevant international organizations, to support developing countries at their request in developing green economy strategies.

39. (INMETRO) Incentivamos as Nações Unidas, em cooperação com outras organizações internacionais relevantes, a apoiar países

em desenvolvimento, a pedido, a desenvolverem seus planos estratégicos de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

40. We strongly encourage business and industry – organized by industrial sectors, cooperating across countries and in consultation with governments, workers and trade unions and other stakeholders – to develop green economy roadmaps for their respective sectors, with concrete goals and benchmarks of progress, including for net creation of jobs.

40. (INMETRO) Incentivamos enfaticamente que empresas e indústria – organizados por setores industriais, cooperando entre os países e em consulta com os governos, trabalhadores, sindicatos e outras partes interessadas – desenvolvam guias de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza para seus respectivos setores, com objetivos e referenciais concretos de progresso, incluindo a geração líquida de empregos decentes.

(MF) Entre os parágrafos 40 e 41, sugere-se destacar o papel do setor financeiro, dada sua capacidade de indução e fomento singular na economia, capaz de imprimir a adoção de padrões mais responsáveis do ponto de vista ambiental e social. O lançamento de uma iniciativa mais abrangente, com compromisso de adoção pelos países, poderia ainda ser buscado.

41. We acknowledge and encourage voluntary national commitments and actions by State actors as well as stakeholders to achieve a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, including through the shaping of innovative partnerships.

42. We realize that to make significant progress towards building green economies will require new investments, new skills formation, technology development, transfer and access, and capacity building in all countries. We acknowledge the particular need to provide support to developing countries in this regard and agree:

To provide new, additional and scaled up sources of financing to developing countries;

To launch an international process to promote the role of innovative instruments of finance for building green economies;

To gradually eliminate subsidies that have considerable negative effects on the environment and are incompatible with sustainable development, complemented with measures to protect poor and vulnerable groups;

To facilitate international collaborative research on green technologies involving developing countries, ensuring the technologies so developed remain in the public domain and are accessible to developing countries at affordable prices;

To encourage creation of Centres of Excellence as nodal points for green technology R&D;

To support developing countries' scientists and engineers and scientific and engineering institutions to foster their efforts to develop green local technologies and use traditional knowledge;

To establish a capacity development scheme to provide country-specific advice and, where appropriate, region and sector-specific advice to all interested countries and to assist them in accessing available funds.

42. (MAPA) Nós temos consciência que, para realizar um progresso significativo na direção da criação de economias verdes irá requerer novos investimentos, formação de novas habilidades, desenvolvimento, transferência e acesso a tecnologias, e fomentação de capacidade em todos os países. Nós reconhecemos em particular que precisamos oferecer apoio a países em desenvolvimento nesse sentido, e concordamos em com os objetivos de:

a) Oferecer fontes de financiamento novas, adicionais e ampliadas para países em desenvolvimento;

b) Lançar um processo internacional para promover o papel de instrumentos de financiamento inovadores para a criação de economias verdes;

c) Eliminar gradualmente os subsídios, quando esses, ao invés de legítimos instrumentos políticos de governos em apoio aos produtores, se constituem em mecanismos artificiais de preços que oneram e desestabilizam os mercados locais, sobretudo nos países pobres e em

desenvolvimento, que exerçam efeitos consideravelmente negativos sobre o meio ambiente e sejam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável, complementadas com medidas para proteger grupos pobres e vulneráveis;

...

e) Encorajar a criação de Centros de Excelência como pontos nodais para P&D de tecnologia verde, com atenção aos direitos de propriedade intelectual;

f) Apoiar cientistas e engenheiros e instituições científicas e de engenharia de países em desenvolvimento para fomentar seus esforços no desenvolvimento de tecnologias verdes locais e usar o conhecimento tradicional, aliados aos avanços científicos que muitas vezes não alcançam os pequenos produtores.

42. (CEBDS) "Nós temos consciência de que, para realizar um progresso significativo na direção da criação de economias verdes serão necessários novos investimentos, estrutura educacional, formação de novas habilidades, desenvolvimento, transferência e acesso a tecnologias, e fomentação de capacidade em todos os países. Nós reconhecemos em particular que precisamos oferecer apoio a países em desenvolvimento nesse sentido e concordamos em:"

"f) Apoiar cientistas, engenheiros, pesquisadores em geral e instituições científicas, de engenharia e outras de pesquisa de países em desenvolvimento para fomentar seus esforços no desenvolvimento de tecnologias verdes locais e usar o conhecimento tradicional;"

"h) Nos comprometemos a incentivar o setor educacional público e privado a adotar em suas diretrizes curriculares aspectos voltados à educação para a sustentabilidade em todos os níveis."

42. (INMETRO) Constatamos que para alcançar progressos significativos na construção de economias verdes no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza serão necessários novos investimentos, formação de novas competências, desenvolvimento, transferência e acesso a tecnologia, e capacitação em todos os países. Reconhecemos a necessidade da mutua cooperação e apoio entre os países, em especial para os países em desenvolvimento e concordamos em:

a) criar novas fontes adicionais e escalonadas de financiamento aos países em desenvolvimento;

b) lançar um processo internacional para promover o papel de instrumentos inovadores de financiamento para o desenvolvimento de economias verdes no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza;

c) eliminar gradualmente os subsídios que impactem negativamente sobre o meio ambiente e sejam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável, complementados por medidas para proteger os grupos mais pobres e vulneráveis;

d) facilitar a pesquisa internacional colaborativa sobre tecnologias verdes que envolvam os países em desenvolvimento, garantindo que as tecnologias desenvolvidas permaneçam sob domínio público e sejam de fácil acesso aos países em desenvolvimento a preços acessíveis;

e) incentivar a criação de Centros de Excelência como pontos de ligação para P&D em tecnologias verdes;

f) apoiar cientistas e engenheiros, bem como instituições científicas e de engenharia de países em desenvolvimento a promover seus esforços para o desenvolvimento de tecnologias verdes locais e uso de conhecimentos tradicionais;

g) estabelecer um esquema de desenvolvimento de competências para oferecer aconselhamento específico para cada país e, quando couber, aconselhamento específico de cada região ou setor para todos os países interessados e para auxiliá-los a acessar fundos disponíveis.

42. (ITC) Sugestão de inclusão: 1) Os conhecimentos tradicionais indígenas são fontes sagradas para a ética ambiental e a dignidade humana e o bem viver .

2) Recomendamos a promoção dos conhecimentos tradicionais indígenas como base principal para um desenvolvimento sustentável com acesso a novos conhecimentos, respeitando a consulta livre,

prévia e informada principalmente quanto ao uso dos recursos naturais de seus territórios para a qualidade de vida e o futuro melhor.

43. We recognize the importance of measuring global progress. In this regard, we will be guided by a roadmap that contains the following indicative goals and timeline:

2012~2015: establishment of indicators and measures to evaluate implementation; establishment of mechanisms for the transfer of technology, sharing of know-how, and enhancement of capacities;

2015~2030: implementation and periodic assessment of progress;

2030: comprehensive assessment of progress.

We request the Secretary-General, in close cooperation with the UN system, to provide a report for the General Assembly at its 67th session, detailing further steps in this regard.

43. (FBOMS) Requisitamos que a economia verde inclua o valor pelos serviços ambientais, utilizando como base instrumental a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (ONU), para melhorar a integração entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental em todos os países.

IV. Institutional framework for sustainable development

A. Strengthening/reforming/integrating the three pillars

Comentários Gerais

(Ethos) É bem vindo o reconhecimento da necessidade, conveniência e oportunidade de promoção do papel do ECOSOC na integração dos pilares do desenvolvimento sustentável e coordenação/monitoramento da implementação dos acordos (item 48), bem como é desejável o aumento de capacidade do PNUMA (item 51).

Da mesma forma, vai ao encontro do nosso ponto de vista a existência de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, seja ele advindo ou não da antiga Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Entendemos como necessário, entretanto, melhor qualificá-lo no sentido de que

nova instância tenha nível hierárquico comparável ao Conselho de Segurança e integre, coordene e direcione um conjunto de atores e mecanismos, a saber: as agências e programas do Sistema das Nações Unidas (especialmente ECOSOC, UNEP, UNDP, WTO, ILO, UNIDO, UNCTAD, FAO, OHCHR, UNPA, UNESCO), as instituições financeiras multilaterais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que também integram o sistema ONU), as organizações multilaterais (como G20 e G77) e as cortes internacionais de justiça, além de manter diálogo e fóruns consultivos com organizações não governamentais (de mercado e da sociedade civil), garantindo, assim, legitimidades às decisões e processo;

44. We recognize that strong governance at local, national, regional and global levels is critical for advancing sustainable development. The strengthening and reform of the institutional framework should, among other things:

a-) Integrate the three pillars of sustainable development and promote the implementation of Agenda 21 and related outcomes, consistent with the principles of universality, democracy, transparency, cost-effectiveness and accountability, keeping in mind the Rio Principles, in particular common but differentiated responsibilities.

a-) (MAPA) Integrar os três pilares – ambiental, econômico e social – do desenvolvimento sustentável e promover a implementação da Agenda 21 e resultados relacionados, de modo consistente com os princípios de universalidade, democracia, transparência, custos acessíveis e responsabilidade, mantendo e mente os princípios da Eco-92, em particular as responsabilidades comuns mas diferenciadas.

b-) Provide cohesive, government-driven policy guidance on sustainable development and identify specific actions in order to fulfil the sustainable development agenda through the promotion of integrated decision making at all levels.

c-) Monitor progress in the implementation of Agenda 21 and relevant outcomes and agreements, at local, national, regional and global levels.

d-) Reinforce coherence among the agencies, funds and programmes of the United Nations system, including the International

Financial and Trade Institutions.

B. GA, ECOSOC, CSD, SDC proposal

[General Assembly]

Comentário MCTI - Governança das questões do desenvolvimento sustentável no ONU: Um ponto ainda é a questão de como será a organização, do ponto de vista da ONU, para gerenciar suas políticas na direção do desenvolvimento sustentável e em que nível da organização as decisões serão tomadas. É importante fortalecer a governança internacional para o desenvolvimento sustentável. As políticas atuais são fragmentadas e frágeis.

i) Criação de um Global Sustainable Development Council [como proposto no documento Resilient People, Resilient Planet].

Outra possibilidade: Criação de um Internacional Panel on Sustainable Development, já proposto pela Indonesia e pelo Major Group for Children and Youth. Ele seria importante para colaborar com os órgãos de desenvolvimento sustentável da ONU para a tomada de decisões com apoio no conhecimento científico.

ii) Estabelecimento de um Scientific Advisory Board do Secretário Geral da ONU [como proposto no documento Resilient People, Resilient Planet]

45. We reaffirm the central role of the General Assembly as the highest policy-making body, and call for it to further integrate sustainable development as a key element of the overarching framework for United Nations activities.

[Economic and Social Council]

46. We reaffirm that the Economic and Social Council is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and its specialized agencies and supervision of its subsidiary bodies, in particular its functional commissions.

47. We also reaffirm that ECOSOC is a central forum for intergovernmental deliberations on economic and social issues, and provides guidance and coordination to the UN system's operational activities for

development in the field.

48. We agree to promote the role of ECOSOC in the integration of the three pillars of sustainable development including by making better use of the coordination segment of ECOSOC for monitoring implementation of agreements on sustainable development and, similarly, making use of the ECOSOC operational activities and humanitarian segments to promote mainstreaming of sustainable development into programmes of UN agencies and programmes.

[Commission on Sustainable Development]

49. We reaffirm the role of the Commission on Sustainable Development as the high level commission on sustainable development in the United Nations system. We agree to consider options for improving the working methods, the agenda and programme of work of the Commission to better facilitate, promote, and coordinate sustainable development implementation, including measures to ensure more focused, balanced and responsive engagement with a more limited set of issues, and enhanced implementation of its decisions. We also agree to consider means to enhance the review function of the Commission, including through a voluntary review process.

OR

[Sustainable Development Council]

49 alt. We resolve to transform the CSD into a Sustainable Development Council that will serve as the authoritative, high-level body for consideration of matters relating to the integration of the three dimensions of sustainable development

49 alt. bis The work of the Council should be based on fundamental documents on sustainable development such as Agenda 21, the Rio principles and related outcomes. The Council should, inter alia, fully carry out the functions and mandates of the Commission for Sustainable Development. It would be guided by the need to promote integration of the three pillars of sustainable development, promote effective implementation at all levels and promote effective institutional coherence. It should help in enhancing the involvement of all stakeholders, particularly major groups, in the follow-up of Rio+20.

49 alt ter. We request the President of the General Assembly to conduct open, transparent and inclusive negotiations, with the aim of establishing the mandate, modalities, functions, size, composition, membership, working methods and procedures of the Council and report on the outcome before the end of the 67th session of the General Assembly.

49 alt. (MMA) We resolve to transform the CSD into a Sustainable Development Council, as a subsidiary organ of the General Assembly, that will serve as the authoritative, high-level body for consideration of matters relating to the integration of the three dimensions of sustainable development

49 alt. bis (MMA) The work of the Council should be based on fundamental documents on sustainable development such as Agenda 21, the Rio principles and related outcomes. The Council should, inter alia, fully carry out the functions and mandates of the Commission for Sustainable Development. It would be guided by the need to promote integration of the three pillars of sustainable development, promote effective implementation at all levels and promote effective institutional coherence. It should help in enhancing the involvement of all stakeholders, particularly major groups, in the follow-up of Rio+20.

49 alt ter. (MMA) We request the President of the General Assembly to conduct open, transparent and inclusive negotiations, with the aim of establishing the mandate, modalities, functions, size, composition, membership, working methods and procedures of the Council and report on the outcome before the end of the 67th session of the General Assembly.

C. UNEP, specialized agency on environment proposal, IFIs, United Nations operational activities at country level

50. We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental pillars of sustainable development, and to this end:

51. We agree to strengthen the capacity of UNEP to fulfil its mandate by establishing universal membership in its Governing Council and call for significantly increasing its financial base to deepen policy coordination

and enhance means of implementation.

51. (MMA) We agree to strengthen the capacity of UNEP by, among other measures, revising its mandate, establishing universal membership in its Governing Council and adopting mandatory stable, adequate and predictable financial contributions to deepen policy coordination and enhance means of implementation.

OR

51 alt. We resolve to establish a UN specialized agency for the environment with universal membership of its Governing Council, based on UNEP, with a revised and strengthened mandate, supported by stable, adequate and predictable financial contributions and operating on an equal footing with other UN specialized agencies. This agency, based in Nairobi, would cooperate closely with other specialized agencies.

52. We stress the need for a regular review of the state of the planet and the Earth's carrying capacity and request the Secretary-General to coordinate the preparation of such a review in consultation with relevant international organizations and the UN system.

53. We call for the scientific basis for decision making to be strengthened across the UN system and recognise that the interface between science and policy-making should be enhanced.

54. We recognize that sustainable development must be given due consideration by the International Financial Institutions, especially the World Bank and the International Monetary Fund, the regional development banks, UNCTAD and the World Trade Organization in regulating global trade. In that regard, we request the international financial institutions to review their programmatic strategies to ensure the provision of better support to developing countries for the implementation of sustainable development.

54. (MMA) We recognize that sustainable development must be given due consideration by the International Financial Institutions, especially the World Bank and the International Monetary Fund, the regional development banks, UNCTAD and the World Trade Organization in regulating global trade. In that regard, we request these institutions to review their programmatic strategies, aligned with the decisions and recommendations of the Council on Sustainable Development, to ensure the provision of better

support for the implementation of sustainable development, in both developed and developing countries.

55. We recognize that coordination and cooperation among the MEAs are needed in order to, inter alia, address policy fragmentation and avoid overlap and duplication. We welcome the work already undertaken to enhance synergies among the three conventions in the chemicals and waste cluster. We call for further measures to enhance coordination and cooperation among MEAs in other clusters.

55. (CEBDS) Sugerimos esclarecer o significado da sigla MEA (Multilateral Environmental Agreement?)

56. We emphasise the need to strengthen operational activities for sustainable development, especially the delivery of the UN system in the field.

57. We agree to further consider the establishment of an Ombudsperson, or High Commissioner for Future Generations, to promote sustainable development.

58. We agree to take steps to give further effect to Rio Principle 10 at the global, regional and national level, as appropriate.

58.(MMA) We agree to take steps at various levels to give further effect to Rio Principle 10 at the global, regional and national level, as appropriate, and in particular to:

(a) (MMA) provide support to UNEP through a robust program to implement the 2010 UNEP Bali guidelines on Principle 10;

(b) (MMA) encourage governments to make commitments to improve national laws, institutions and practices in conformity with Principle 10;

(c) (MMA) encourage governments to consider the development of regional treaties to promote Principle 10 as appropriate; and

(d) (MMA) mandate UNEP to begin the process of conducting open, transparent and inclusive negotiations, for a global treaty on Principle 10.

D. Regional, national, local

59. We reaffirm that overarching sustainable development strategies incorporated in national development plans are key instruments for the implementation of sustainable development commitments at regional, national and sub-national levels.

60. We call for the strengthening of existing regional and sub-regional mechanisms, including the regional commissions, in promoting sustainable development through capacity building, exchange of information and experiences and providing expertise.

61. We underline the need for more coherent and integrated planning and decision-making at the national level. We therefore call on countries to establish and strengthen, as appropriate, national sustainable development councils to enable them to coordinate, consolidate and ensure the mainstreaming of cross-cutting issues in the highest decision-making bodies, with the integration and full participation of all stakeholders.

Novo Para (MAPA). Enfatizamos a necessidade de fortalecer os conselhos setoriais existentes para a busca e construção do desenvolvimento sustentável, de forma inclusiva, plena e universal.

62. We recognise the need to integrate sustainable urban development policy as a key component of a national sustainable development policy and, in this regard, to empower local authorities to work more closely with national governments. We recognize that partnerships among cities have emerged as a leading force for action on sustainable development. We commit to support international cooperation among local authorities, including through assistance from international organizations.

V. Framework for action and follow-up

Comentários Gerais

MCTI We welcome the Intergovernmental Science-policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services/IPBES adopted at 3rd Ad Hoc Intergovernmental and Multi-Stakeholder Meeting in Busan, Republic of

Korea in June 2010, for the conservation and sustainable use of biodiversity, long-term human wellbeing and sustainable

Development

The four main functions of IPBES will be:

a) to identify and prioritize key scientific information needed for policymakers and to catalyze efforts to generate new knowledge; b) to perform regular and timely assessments of knowledge on biodiversity and ecosystem services and their interlinkages; c) to support policy formulation and implementation by identifying policy-relevant tools and methodologies; d) to prioritize key capacity-building needs to improve the science-policy interface, and to provide and call for financial and other support for the highest-priority needs related directly to its activities

Indicadores de sustentabilidade: Criação de um índice de desenvolvimento sustentável e/ou de um conjunto de indicadores.

(Ethos) A relação de temas e desafios (emergentes ou não) elencados entre os itens 64 e 104 é extremamente relevante, necessariamente não exaustiva e carecendo de um item fundamental que diz respeito à promoção da integridade e do combate à corrupção, fator responsável por diversas dimensões da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento e da atual crise econômica. Recomendamos que essa dimensão seja incluída no documento.

No que se refere à aceleração e mensuração de progresso (item 105 suas alíneas), recomendamos que a proposta de criação de um conjunto de Metas de Desenvolvimento Sustentável, aos moldes das Metas de Desenvolvimento do Milênio, seja complementada pela articulação destas com os Planos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, sugeridos e descritos acima e cuja elaboração e desenvolvimento daria cumprimento às metas.

No que se refere à superação PIB como instrumento de medição do desenvolvimento, sugerimos detalhar um pouco melhor as características do novo indicador, a partir dos estudos da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi. Sugerimos que a redação mencione, por exemplo, que o novo padrão deverá redefinir o conceito de prosperidade, considerando, além do PIB efetivo (para fins de medição) e o PIB potencial (para fins de planejamento), os

custos dos ativos e serviços naturais implicados na produção de bens e disponibilização de serviços, os impactos sociais decorrentes do modelo de crescimento adotado e considerando o nível de renda nacional vis-à-vis o acesso da população local a formas adequadas de saneamento, saúde, educação, consumo, mobilidade, cultura e bem estar. O novo padrão deverá, portanto, medir os capitais naturais, sociais, humanos e financeiros. Embora a ONU seja o ambiente natural para o desenvolvimento desse novo indicador, sua complexidade requer esforço conjunto de todas as nações e, nesse sentido, sugerimos que a ONU recomende que os diversos países busquem desenvolver novos padrões de mensuração do desenvolvimento a serem consolidados por ela.

No que se refere aos meios de implementação, mais especificamente ao apoio financeiro, entendemos que o investimento de 0.7 do PIB dos países desenvolvidos (aprovado na 34^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 1980, e nunca implementado no seu limite), acrescido de 0,15 ou 0,20 % para investimento nos países menos desenvolvidos, é absolutamente insuficiente para o enfrentamento da magnitude dos desafios atuais. Recomendamos que o apoio financeiro seja uma combinação de receitas: elevação dos 0,7% do PIB dos países desenvolvidos para 1% + recursos provenientes de direitos de uso dos espaços marítimo e aéreo + taxa de 0,05% sobre movimentações financeiras internacionais de caráter especulativo (Taxa Tobin) . Esses recursos seriam redistribuídos na medida das metas e compromettimentos voluntários assumidos pelas diversas nações, submetidos à verificação externa independente.

Outros meios de implementação da economia verde devem ser incorporados ao documento, não faltando, evidentemente, contribuições dos países e dos major groups nesse sentido. São eles:

Precificação do carbono e criação de um mercado global de carbono: tanto a precificação/cotação quanto o modelo de operações do mercado considerariam as experiências dos países e blocos de países, bem como o acúmulo de informações a partir da implementação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDLs) no âmbito do Protocolo de Kyoto;

Pagamento pelos serviços dos ecossistemas: sugere-se o estudo da adoção de padrão para cobrança pelos ativos, recursos e serviços naturais como forma de conduzir os sistemas produtivos a buscarem o ciclo

fechado de produção. As experiências dos países e blocos serviriam de referência para as definições globais que também deverão considerar o efetivo acesso à biodiversidade e a repartição dos benefícios de sua utilização, conforme compromissos já assumidos (Convenção da Diversidade Biológica);

(Tópico sugerido MME) [Mining]

(Para sugerido MME 1) We recognize that mineral goods constitute the basis of a large range of productive chains, sustaining development in many regions. However, such development must be followed by sustainable principles.

(Para sugerido MME 2) We propose, aiming at a future vision for sustainable development in mining: to assure efficient public governance in the mining sector; to support formalization programmes and strengthening of small-scale mining activities; to develop capacity- building and training programmes; to promote sustainable mineral production stimulating adding-value in a way of increasing revenues and employment in the mining regions.

(Para sugerido MME 3) Nós reconhecemos que os bens minerais formam a base de muitas cadeias produtivas, sustentando o desenvolvimento de várias regiões. Entretanto, esse desenvolvimento deve ocorrer segundo os princípios da sustentabilidade.

(Para sugerido MME 4) Nós propomos para construção de uma visão de futuro: assegurar a governança pública eficaz do setor mineral; ampliar os programas de formalização e fortalecimento da mineração a pequena escala; desenvolver programas de formação e qualificação de recursos humanos; e promover a produção mineral sustentável, com incentivo para a agregação de valor de forma a ampliar a geração de renda e emprego nas regiões mineradoras.

A. Priority/key/thematic/cross-sectoral issues and areas

63. We recognize that progress in implementation requires attention to a number of sectoral and cross-sectoral priority areas as well as to the linkage among different sectors. We also recognize that assessing progress in these areas can benefit from defining aspirational goals,

targets and indicators, as appropriate. We therefore commit to the following actions:

[Food security]

64. We reaffirm the right to food and call upon all States to prioritize sustainable intensification of food production through increased investment in local food production, improved access to local and global agri-food markets, and reduced waste throughout the supply chain, with special attention to women, smallholders, youth, and indigenous farmers. We are committed to ensuring proper nutrition for our people.

64. (MAPA) Nós reafirmamos o direito à alimentação e convocamos todos os Estados a darem prioridade à intensificação sustentável da produção de alimentos, otimizada pela adoção das eficientes tecnologias disponíveis e que devem estar acessíveis a todos os agricultores; com maiores investimentos na produção local no aumento da produtividade de alimentos; ampliando o acesso aos mercados locais e globais agroalimentares; e a redução do nível de dejetos em toda a cadeia de abastecimento; com atenção especial para as mulheres, os pequenos agricultores, jovens e agricultores nativos. Nós estamos comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada para nossos povos.

64. (SDH) Reafirmamos o direito à alimentação e conclamamos todos os Estados a priorizar a intensificação sustentável da produção de alimentos mediante mais investimentos em produção local, melhoria do acesso a mercados agrícolas e alimentícios locais e globais, e redução de resíduos pela cadeia de abastecimento, com atenção especial às mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores indígenas e quilombolas. Comprometemo-nos a garantir a nutrição apropriada para nossos povos.

65. We call for more transparent and open trading systems and, where appropriate, practices that contribute to the stability of food prices and domestic markets; ensure access to land, water and other resources; and support social protection programmes.

65. (MAPA) Nós pedimos por sistemas de tratamento mais transparentes e abertos e, quando apropriado, práticas que contribuam para a estabilidade dos preços de alimentos e mercados locais e global; assegurem acesso à terra, água e outros recursos; e deem suporte a programas de proteção social.

66. We further support initiatives at all levels that improve access to information, enhance interactions among farmers and experts through education and extension services, and increase the use of appropriate technologies for sustainable agriculture.

66. (MAPA) Nós adicionalmente apoiamos fortemente iniciativas em todos os níveis que melhorem o acesso a informações, melhorem as interações entre agricultores e peritos através de serviços de educação e extensão, e ampliem o uso de tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável. Sugerimos, outrossim, que tais ações se integrem a agenda estratégica dos governos, e mereçam atenção e apoio da comunidade acadêmica e da iniciativa privada.

Novo Para (MAPA). Nós reconhecemos o papel chave da agricultura na promoção da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e nós encorajamos fortemente iniciativas que incentivem a adoção de práticas de agricultura sustentável em atenção às políticas e estratégias nacionais e que, também, não imponham barreiras ao comércio internacional.

[Water]

67. We underline the importance of the right to safe and clean drinking water and sanitation as a human right that is essential for the full enjoyment of life and all human rights. Furthermore, we highlight the critical importance of water resources for sustainable development, including poverty and hunger eradication, public health, food security, hydropower, agriculture and rural development.

68. We recognize the necessity of setting goals for wastewater management, including reducing water pollution from households, industrial and agricultural sources and promoting water efficiency, wastewater treatment and the use of wastewater as a resource, particularly in expanding

urban areas.

68. (MinCidades) Nós reconhecemos a necessidade de estabelecer metas para a gestão de águas residuais, incluindo a redução da poluição da água por fontes domésticas, industriais e agrícolas e a promoção da eficiência hídrica, o tratamento de esgotos e o uso de águas residuais como um recurso, em particular na expansão de áreas urbanas.

69. We renew our commitment made in the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI) regarding the development and implementation of integrated water resources management and water efficiency plans. We reaffirm our commitment to the 2005-2015 International Decade for Action “Water for Life”. We encourage cooperation initiatives for water resources management in particular through capacity development, exchange of experiences, best practices and lessons learned, as well as sharing appropriate environmentally sound technologies and know-how.

[Energy]

Comentário MME: constata-se que a meta de duplicar a quota das energias renováveis na matriz energética global até 2030 aparenta ser um tanto otimista. Para se ter uma ideia, a própria Agência Internacional de Energia – IEA, em seu documento World Energy Outlook 2011, considera que, para o cumprimento do cenário 450 , é necessário que tenhamos 23% de fontes renováveis na matriz energética mundial em 2030, enquanto em 2009 contávamos com 13% – representa um aumento de 77%. Ressalta-se que, em 1980, o mundo contava com 12,6% de sua matriz energética advinda de fontes renováveis, em 2000 com 13,1%, e em 2009 com 13,0%. Isso mostra que nem mesmo com o aumento expressivo no preço do petróleo, as ações advindas do protocolo de Kyoto e todos os esforços envidados nas últimas décadas foi possível auferir um aumento significativo na participação das fontes renováveis.

70. We propose to build on the Sustainable Energy for All initiative launched by the Secretary-General, with the goals of providing universal access to a basic minimum level of modern energy services for both consumption and production uses by 2030; improving energy efficiency at all levels with a view to doubling the rate of improvement by 2030; and doubling the share of renewable energy in the global energy mix by 2030 through promoting the development and use of renewable energy sources and technologies in all countries. We call for provision of adequate financial

resources, of sufficient quality and delivered in a timely manner, to developing countries for providing efficient and wider use of energy sources.

70. (MME) Propomos a continuidade e o aprimoramento da iniciativa Energia Sustentável para Todos, lançada pelo Secretário-Geral, com o objetivo de oferecer acesso universal de um nível básico mínimo de serviços modernos de energia até 2030; melhorar a eficiência energética em todos os níveis objetivando dobrar a taxa de melhorias até 2030; e dobrar a parcela de energia renovável na matriz energética até 2030 por meio da promoção da disseminação do desenvolvimento e do uso de tecnologias de energia renovável em todos os países. Conclamamos a oferta adequada de recursos financeiros, com qualidade suficiente e disponibilização oportuna, para países em desenvolvimento avançarem na eficiência e variedade de fontes de energia.

70. (CEBDS) "Nós propomos dar prosseguimento à iniciativa de Energia Sustentável Para Todos, lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, com as metas de oferecer acesso universal a um nível básico mínimo de serviços de energia moderna tanto para uso de consumo como de produção até 2030; melhorando a eficiência de energia em todos os níveis com o objetivo de dobrar a velocidade de melhoria até 2030; e dobrar a participação da energia renovável na matriz energética global até 2030 através da promoção do desenvolvimento e uso de fontes e tecnologias para energia renovável em todos os países. Para garantir a sustentabilidade econômica dessa iniciativa, nós pedimos que sejam provisionados recursos financeiros adequados, de qualidade satisfatória e entregue em tempo hábil, para países em desenvolvimento para oferecer uso eficiente e mais amplo de fontes de energia."

71. We agree that each country should work for low-carbon development. We encourage more widespread use of energy planning tools to provide a robust framework for donors and partners to coordinate their development cooperation efforts.

71. (MME) Concordamos que cada país deve trabalhar em prol do desenvolvimento de baixo carbono. Incentivamos o aprimoramento de políticas energéticas e o desenvolvimento e uso mais amplo de ferramentas de planejamento energético que considerem de forma integrada os três pilares

do desenvolvimento sustentável e os recursos hídricos. Com isto, pode-se oferecer, adicionalmente, um quadro robusto de doadores e parceiros para coordenar seus esforços de desenvolvimento de cooperação.

Novo Para (MME) We recognize that the challenge posed by climate change requires a revolution in the energy, transport and agricultural sectors. Bioenergy should be an integral part of this revolution. In this matter it is necessary to consider the synergies that can be present in projects for both food and energy production especially in poorest countries.

[Cities]

72. We commit to promote an integrated and holistic approach to planning and building sustainable cities through support to local authorities, efficient transportation and communication networks, greener buildings and an efficient human settlements and service delivery system, improved air and water quality, reduced waste, improved disaster preparedness and response and increased climate resilience.

72 – (SDH) Comprometemo-nos a promover uma abordagem integrada e holística para o planejamento e construção de cidades sustentáveis e acessíveis mediante apoio a autoridades locais, redes eficientes de transporte e comunicação, prédios mais verdes e assentamentos humanos e sistemas de serviços urbanos eficientes, melhor qualidade do ar e da água, redução dos resíduos, e melhor resposta e preparo a desastres e maior resiliência climática.

72. (MinCidades) Nós nos comprometemos em promover uma abordagem integrada e holística para o planejamento e a construção de cidades sustentáveis através do suporte às autoridades locais, políticas habitacionais inclusivas, redes de transporte e de comunicação eficientes, mobilidade sustentável, edifícios mais verdes e um sistema de serviço de entrega e assentamentos humanos eficientes, qualidade de ar e água melhorada, redução de dejetos, uma melhor preparação e resposta para desastres e ampliação da resistência (resiliência) climática.

[Green jobs-social inclusion]

Comentário MCTI - Juventude: Pouca ênfase é dada no documento à questão dos jovens em um mundo que deve se tornar sustentável: educação, oportunidades par emprego, expectativas, trabalho,

hábitos para um mundo sustentável etc. As pessoas com < 20 receberão o Planeta que a Rio + 20 deixar para elas.

73. We recognize that the development of human capacity is essential to achieving broad-based economic growth, building strong, sustainable communities, promoting social well-being, and improving the environment. Workers must have the skills and protections necessary to participate in and benefit from the transition to a green economy, which has great potential to create decent jobs, particularly for the youth, and eradicate poverty.

73. (CEBDS) "Nós reconhecemos que o desenvolvimento da capacidade humana é essencial para se obter um crescimento econômico de base ampla, a construção de comunidades fortes e sustentáveis, a promoção do bem-estar social e melhorar o meio ambiente. Os trabalhadores precisam ter acesso à educação para desenvolver as habilidades e proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma economia verde, que possui um grande potencial para criar trabalhos decentes, em particular para os jovens, e erradicar a pobreza."

73. (SDH) Reconhecemos que o desenvolvimento de competências humanas é essencial para atingir um crescimento econômico amplo, construir comunidades fortes e sustentáveis, promover bem-estar social, melhorar o meio ambiente e equiparar oportunidades. Os trabalhadores, especialmente para os jovens, mulheres e pessoas com deficiência, devem possuir as competências e proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma economia verde, que tem grande potencial para gerar empregos decentes e contribuir para a erradicação da pobreza.

74. We also recognize that significant job creation opportunities can be availed through investments in public works for restoration and enhancement of natural capital, sustainable land and water management practices, family farming, ecological farming, organic production systems, sustainable forest management, rational use of biodiversity for economic purposes, and new markets linked to renewable and unconventional energy sources. We encourage business and industry to contribute to green job creation throughout their global supply chains, including through support to small and medium enterprises.

74. (MAPA) Nós também reconhecemos que

oportunidades significativas de criação de empregos podem ser ajudadas através de investimentos em obras públicas para a restauração e melhoria do capital natural, práticas e gerenciamento sustentáveis do solo e de recursos hídricos, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gerenciamento florestal sustentável, uso racional de biodiversidade com propósitos econômicos e novos mercados ligados a fontes de energia renovável e não convencional. Nós encorajamos negócios e indústrias a contribuírem para a criação de empregos verdes em toda sua cadeia de abastecimentos global, incluindo através de suporte para pequenas e médias empresas.

74. (MTur) Também reconhecemos que oportunidades significativas de geração de emprego podem ser alcançadas por meio de investimentos em trabalhos públicos de restabelecimento e aumento de capital natural, solos sustentáveis e práticas de gestão hídrica, atividade turística sustentável, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gestão sustentável de florestas, uso racional da biodiversidade para fins econômicos, e novos mercados ligados a fontes de energia renováveis e não convencionais. Incentivamos empresas e a indústria a contribuírem com a geração de empregos verdes por meio de suas cadeias globais de abastecimento, inclusive por meio do apoio a pequenas.

74. (MinCidades) Nós também reconhecemos que oportunidades significativas de criação de empregos podem ser ajudadas através de investimentos em obras públicas para a restauração e melhoria do capital natural, para a mobilidade sustentável, práticas e gerenciamento sustentáveis do solo e de recursos hídricos, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gerenciamento florestal sustentável, uso racional de biodiversidade com propósitos econômicos e novos mercados ligados a fontes de energia renovável e não convencional. Nós encorajamos negócios e indústrias a contribuírem para a criação de empregos verdes em toda sua cadeia de abastecimentos global, incluindo através de suporte para pequenas e médias empresas.

75. We recognise and acknowledge that social well being and growth are also built on robust and high quality infrastructure that creates jobs and wealth, adds long term value and allows for broad inclusion. In this regard, we commit to enhanced infrastructure investment which promotes sustainable development.

75. (CEBDS) “Nós reconhecemos e admitimos que o bem-estar social, o desenvolvimento e o crescimento econômico são também erigidos sobre uma infra-estrutura robusta e de alta qualidade que crie empregos e riqueza, acrescente valor a longo prazo e possibilita uma inclusão ampla. Nesse sentido, nós nos comprometemos com um aumento no investimento em infra-estrutura que promova o desenvolvimento sustentável.”

75. (SDH) Reconhecemos e confirmamos que o bem-estar social e o crescimento também são construídos sobre uma infraestrutura robusta e de alta qualidade, que gere empregos e riqueza, agregue valor a longo prazo e permita maior inclusão e acessibilidade. Nesse sentido, comprometemo-nos a aumentar os investimentos em infraestrutura que promova o desenvolvimento sustentável.

76. Understanding that building green economies will depend critically on creating green jobs, we agree to take the following measures:

a-) improve knowledge of green jobs trends and developments, and integrate relevant data into national economic statistics;

b-) address potential skills shortages through skills mapping and promoting of green jobs training programs;

c-) put in place an enabling environment for robust creation of decent jobs by private enterprises investing in the green economy, including by small and medium enterprises.

76. (MAPA) No entendimento que a criação de economias verdes dependerá crucialmente na criação de trabalhos verdes, nós concordamos em tomar as seguintes medidas:

(Inclusão de nova letra antes da letra “a”) formar um banco de informações setoriais em cada área de conhecimento com qualidade e transparência, base para qualquer evolução a que se pretenda.

a) melhorar o conhecimento sobre tendência e desenvolvimentos em trabalhos verdes e integrar dados relevantes em estatísticas econômicas nacionais;

b) lidar com a falta de capacitação através do mapeamento de habilidades e da promoção de programas de treinamento em

trabalhos verdes;

c) estabelecer um ambiente favorável à robusta criação de trabalhos decentes por empresas privadas investindo na economia verde, incluídas as pequenas e médias empresas.

77. We stress the need to provide social protection to all members of society, including those who are not employed in the formal economy. In this regard, we strongly encourage national and local initiatives aimed at providing a social protection floor for all citizens.

77. (MDS) Ressaltamos a responsabilidade dos Estados nacionais, que deverão desempenhar papel proativo e indutor da estruturação de sistemas de proteção social, combinando princípios contributivos e não contributivos e integrando benefícios e o acesso a serviços essenciais, de prevenção e apoio aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Compreendida como direito fundamental, a proteção social deverá articular ações básicas de caráter universal a ações específicas, voltadas ao enfrentamento da violação de direitos, a exemplo de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra as mulheres, idosos e pessoas com deficiências, dentre outras. A este respeito, incentivamos as iniciativas nacionais e locais destinadas a fornecer um piso de proteção social para todos os cidadãos, independente de sua condição em relação à economia formal.

77. (SDH) Enfatizamos a necessidade de oferecer proteção social a todos os membros da sociedade, inclusive aqueles que não estão empregados pela economia formal. Nesse sentido, incentivamos enfaticamente iniciativas nacionais e locais que visem oferecer proteção social a todos os cidadãos, de forma a garantir o pleno gozo de seus direitos.

Oceans and Seas, SIDS

78. We recognize that oceans are critical to sustaining Earth's life support systems. Careless exploitation of the oceans and their resources puts at risk the ability of oceans to continue to provide food, other economic benefits and environmental services to humankind. We stress the importance of the conservation, sustainable management and equitable sharing of marine and ocean resources. We also recognize the significant economic, social and environmental contribution of coral reefs to island and coastal States,

and support cooperation based on the Coral Triangle Initiative (CTI), and the International Coral Reef Initiative (ICRI).

79. We endorse the Regular Process for the Global Marine Assessment as a credible, robust process, and support the completion of its first global integrated assessment of the state of the marine environment by 2014. We call for consideration of assessment findings in formulation of national, regional and global oceans policy.

80. We note the establishment by the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, and we agree to initiate, as soon as possible, the negotiation of an implementing agreement to UNCLOS that would address the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction.

81. We call on countries to advance implementation of the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities, including further capacity-building and mobilization of resources for investment in treatment of human wastes and waste water and to develop a global action plan to combat marine litter and pollution.

82. We also propose to implement an international observing network for ocean acidification and to work collectively to prevent further ocean acidification.

83. We note that despite agreement to restore global fish stocks to sustainable levels by 2015, many stocks continue to be depleted unsustainably. We call upon States to re-commit to maintaining or restoring depleted fish stocks to sustainable levels and to further commit to implementing science-based management plans to rebuild stocks by 2015.

84. We urge countries to combat illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing by adopting and implementing effective tools, in accordance with international law. We note the agreement on port state measures to prevent, deter and eliminate illegal, unreported and unregulated fishing approved by FAO in 2009 and urge States that have not yet acceded to the agreement to do so.

85. We reaffirm that Small Island Developing States

(SIDS) remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities. The vulnerability of SIDS has worsened over the last two decades, primarily because of higher exposure to external shocks, including increasing adverse impacts of climate change and more frequent and intense natural disasters as well as the fuel, food, and financial crises, combined with inadequate international support.

86. We call for increased efforts to assist SIDS in implementing the BPOA and MSI and achieving sustainable development, including improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system that support SIDS' sustainable development. We also call for the convening of the third international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in 2014.

86 (CEBDS) Sugerimos esclarecer o significado das siglas BPOA (Barbados Program of Action?) e MSI (Mauritius Strategy?).

[Natural disasters]

87. We reiterate the call for disaster risk reduction to continue to be addressed in the context of sustainable development and placed within the post-2015 development agenda. We call for increased coordination among national, regional and international levels for a robust response to environmental emergencies and improved forecasting and early warning systems, as well as closer coordination between emergency response, early recovery and development efforts, including adoption of a post “Hyogo Framework” and its integration into development policy.

87. (SDH) Reiteramos o apelo para que a redução de riscos de desastres continue a ser tratada no contexto do desenvolvimento sustentável e seja incluída na agenda de desenvolvimento pós-2015. Conclamamos uma maior coordenação entre as esferas nacional, regional e internacional para uma reação vigorosa às emergências ambientais e melhores sistemas de previsão do tempo e sistemas de alertas antecipados, bem como maior coordenação entre as respostas de emergência e os esforços de recuperação rápida e desenvolvimento, inclusive a adoção de um pós “Quadro de Ação de Hyogo” e sua integração às políticas de desenvolvimento, com atenção especial para populações vulneráveis e para as crianças.

[Climate change]

88. We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and express our deep concern that developing countries are particularly vulnerable to and are experiencing increased negative impacts from climate change, which is severely undermining food security and efforts to eradicate poverty, and also threatens the territorial integrity, viability and the very existence of small island developing states. We welcome the outcome of COP17 at Durban and look forward to the urgent implementation of all the agreements reached.

88. (CEBDS) "Nós reafirmamos que a mudança climática é um dos maiores desafios de nossa época. Expressamos nossa profunda preocupação que países em desenvolvimento estejam mais vulneráveis, com riscos crescentes decorrentes da mudança climática, dificultando a segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza, a integridade territorial, a viabilidade e a própria existência de pequenos Estados Insulares em desenvolvimento. Nós damos boas-vindas ao resultado da COP17 em Durban e aguardamos ansiosamente a implementação urgente de todos os acordos firmados."

Novo Para (MAPA). Nós encorajamos a adoção de esforços nacionais e internacionais pela criação de um melhor comércio de tecnologias e produtos limpos, que contribuem para a redução dos gases de efeito estufa.

89. We encourage international initiatives and partnerships to address the interrelationship among water, energy, food and climate change in order to achieve synergies as well as to minimize conflicts among policy objectives, being particularly sensitive to impacts on vulnerable populations.

89.(MMA) We encourage international initiatives and partnerships to address the interrelationship among water, forests, energy, food and climate change in order to achieve synergies as well as to minimize conflicts among policy objectives, being particularly sensitive to impacts on vulnerable populations.

89. (MinCidades) Nós encorajamos as iniciativas e parcerias internacionais para abordar a interrelação entre água, energia, alimentos, mobilidade sustentável e mudança climática, de modo a obter sinergias assim como minimizar conflitos entre objetivos políticos, com

particular sensibilidade aos impactos sobre populações vulneráveis.

[Forests and biodiversity]

90. We support policy frameworks and market instruments that effectively slow, halt and reverse deforestation and forest degradation and promote the sustainable use and management of forests, as well as their conservation and restoration. We call for the urgent implementation of the “Non-Legally Binding Instrument on all Types of Forests (NLBI)”.

90. (MAPA) Apoiamos estruturas políticas e instrumentos de mercado que reduzam, detenham e revertam o desmatamento e a degradação florestal de modo efetivo e promover o uso e o gerenciamento sustentável de florestas, assim como sua conservação e restauração, com atenção às políticas e estratégias nacionais, além do incentivo ao pagamento por serviços ambientais. Pedimos a implementação urgente do “Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI)”, em bases voluntárias.

Novo Para (MAPA) Reconhecemos os benefícios derivados das matas ciliares e dos seus ecossistemas associados. Reconhecemos também a necessidade de explorar, mecanismos globais, regionais, nacionais e locais para compensar e premiar quem promove os serviços de proteção do ecossistema.

91. We welcome the Nagoya Protocol adopted at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biodiversity. We support mainstreaming of biodiversity and ecosystem services in policies and decision-making processes at international, regional and national levels, and encourage investments in natural capital through appropriate incentives and policies, which support a sustainable and equitable use of biological diversity and ecosystems.

91. (MF) No parágrafo 91, ao tratar de florestas e biodiversidade, identificamos a possibilidade incluir os programas de transferência de renda com compromisso ambiental (a exemplo do Bolsa Verde brasileiro) entre as políticas, instrumentos e incentivos relevantes.

91. (CEBDS) “Nós consideramos bem-vindo o Protocolo

de Nagoya adotado na 10ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade. Nós apoiamos a institucionalização de serviços de biodiversidade e ecossistema em processos políticos e de tomada de decisões nos níveis regionais, nacionais e internacional, e encorajamos investimentos no capital natural (ecossistemas marinhos, água e floresta, por exemplo) através de incentivos e políticas apropriados, que apóiem um uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.”

[Land degradation and desertification]

92. We recognize the economic and social significance of land, particularly its contribution to growth, food security, and poverty eradication, and note that the intensity of desertification of most of Africa's arable land is a serious challenge to sustainable development in the region. We call for enhanced support by the international community to the implementation of the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD).

92. (MAPA) Nós reconhecemos a importância econômica e social do solo, meio inerente, indissociável e vital da atividade agropecuária – portanto, para da geração de alimentos, o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento sustentado, a segurança alimentar e a erradicação da pobreza, e notamos que a intensidade de desertificação da maior parte do solo arável da África é um sério desafio ao desenvolvimento sustentável na região. Nós pedimos por um maior apelo da comunidade internacional para a implementação da Convenção para Combater Desertificação da ONU (UNCCD).

93. We agree to support partnerships and initiatives for the safeguarding of soil resources such as the Global Soil Partnership (GSP). We also encourage scientific studies and initiatives aimed at raising wider awareness of the economic benefits of sustainable land management policies that achieve healthy and productive land and soil.

93. (MAPA) Nós concordamos em dar suporte a parcerias e iniciativas para a proteção de recursos e aprimoramento do uso do solo, como a Parceria Global sobre Solos (GSP). Nós também encorajamos estudos científicos e iniciativas com o objetivo de aumentar a conscientização sobre os benefícios econômicos de políticas de gerenciamento sustentável do solo que

obtenham solo e terras saudáveis e produtivas.

Novo Para. (MRE) We commit to foster the development of practices that lead to zero land degradation in world scale and to ensure availability of related financial, scientific and technological resources for developing countries.

[Mountains]

94. We recognize that mountains are highly vulnerable to global changes such as climate change, and are often home to communities including of indigenous peoples, who have developed sustainable uses of their resources yet are often marginalized, sometimes with high poverty rates, exposure to natural risks and food insecurity. We recognize the benefits derived from mountains and their associated ecosystems. We also recognize the need to explore global, regional, national, and local mechanisms to compensate and reward mountain communities for the services they provide through ecosystem protection.

94. (MAPA) Reconhecemos que montanhas são altamente vulneráveis a mudanças globais tal como a mudança climática, e são frequentemente o lar de comunidades incluindo de povos indígenas, que desenvolveram usos sustentáveis de seus recursos, mas são frequentemente marginalizados, às vezes com altas taxas de pobreza, exposição a riscos naturais e insegurança alimentar. Nós reconhecemos os benefícios obtidos das montanhas e seus ecossistemas associados. Nós também reconhecemos a necessidade de explorar mecanismos globais, regionais, nacionais e locais para compensar e recompensar comunidades montanhesas pelos serviços que oferecem através da proteção ao ecossistema.

94. (ITC) Sugestão de inclusão: a) Apoiamos a participação dos Povos Indígenas em todos os processos de Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde ou Erradicação da Pobreza que afete suas comunidades e territórios.

b) Os Territórios Indígenas são fontes sagradas e principal equilíbrio humano e ambiental de uso tradicional Indígena no usufruto e sustentabilidade econômica e ecológica limpa, segura e coletiva.

[Chemicals and waste]

95. We call for strengthening the Strategic Approach to International Chemicals Management (SAICM), to step up efforts towards a more robust, coherent, effective and efficient international regime for chemicals throughout their lifecycle. Sustainable and adequate long-term funding will be important to assist developing countries with sound chemical and waste management through an integrated approach.

95. (MAPA) Consideramos relevante o papel da ciência Química na pesquisa e desenvolvimento de novas fórmulas, tecnologias e produtos que trouxeram expressiva contribuição à melhoria da qualidade e da expectativa de vida das pessoas – que aumentou em 25 anos de vida, nas últimas cinco décadas – nas sociedades modernas e justificou a escolha, pela ONU, do ano de 2011 como Ano Internacional da Química. Ao mesmo tempo, nós pedimos pelo fortalecimento da Abordagem Estratégica para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos (SAICM), pela ampliação dos esforços e regulamentação mais coerente, sempre orientada estritamente pela ciência, efetivo e eficiente para produtos químicos ao longo de todo seu ciclo de vida. Um financiamento de longo prazo sustentável e adequado será importante para auxiliar países em desenvolvimento com um sólido gerenciamento de dejetos e produtos químicos através de uma abordagem integrada.

95. (CEBDS) “Nós pedimos pelo fortalecimento da Abordagem Estratégica para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos (SAICM), focando ampliação dos esforços na direção de um regime internacional mais robusto, coerente, efetivo e eficaz para produtos químicos ao longo de todo seu ciclo de vida. Um financiamento de longo prazo sustentável e adequado será importante para auxiliar países em desenvolvimento com um sólido gerenciamento de dejetos e produtos químicos através de uma abordagem integrada.”

96. We commend the increased coordination and cooperation among the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants, and call for public-private partnerships aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound waste management. We also note with concern the emerging challenges of electronic waste and plastics in the marine environment, which should be addressed inter alia through appropriate programmes and environmentally sound technologies for material and energy

recovery.

96. (MMA) We commend the increased coordination and cooperation among the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants, and call for international cooperation aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound waste management. We also note with concern the emerging challenges of electronic waste and plastics in the environment, which should be addressed inter alia through appropriate programmes and environmentally sound technologies aiming at material reduction, recovery and recycle and energy reduction and recovery.

96. (CEBDS) “Nós concordamos e elogiamos a ampliação da coordenação e da cooperação entre a Convenção de Basiléia, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e pedimos por parcerias público-privadas com o objetivo de melhorar a capacidade e a tecnologia para um gerenciamento de resíduos ambientalmente adequado. Nós também notamos com preocupação os emergentes desafios da disposição incorreta de resíduos. A presença de resíduos sólidos no meio ambiente marinho, deve ser abordada, entre outras maneiras, através de programas apropriados e tecnologias ambientalmente adequadas para recuperação de material e energética.”

[Sustainable Consumption and Production]

97. We agree to establish a 10-Year Framework of Programmes on sustainable consumption and production (SCP) as part of a global pact on sustainable consumption and production, based on the text elaborated in the negotiations in the United Nations Commission on Sustainable Development at its nineteenth session.

Novo Para (CEBDS): "A estrutura estabelecida para a promoção do Consumo e Produção Sustentável deverá ter como referência decisões baseadas na análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais em todo o ciclo de vida dos produtos e serviços.”

[Education]

Comentário MCTI Há uma omissão grave do documento ao não destacar com a devida ênfase o papel essencial da educação para uma sociedade que pretende ter um desenvolvimento sustentável e para o

enfrentamento da questão das mudanças climáticas. Uma educação científica básica de qualidade é essencial para isto. É indispensável a inclusão de conteúdos/práticas ambientais na educação em todos os níveis, integrando os conceitos e as práticas de desenvolvimento e consumo sustentável desde a escola básica. Há a necessidade de uma verdadeira revolução na educação para que haja uma formação cidadã adequada para o desenvolvimento sustentável nas 3 dimensões apontadas pelo Documento.

Propor a criação de um fundo global para educação como sugerido pelo documento Resilient People, Resilient Planet - A Future worth Choosing [Report of the UM Secretary-General's High-Level Panel on Global Sustainability] É importante destacar também a popularização e da apropriação social da C&T e da educação não formal (papel dos meios de comunicação, espaços científico-culturais etc) que podem (e devem) ser elementos importantes no âmbito da educação e da formação cidadania.

98. We recognize that access by all people to quality education is an essential condition for sustainable development and social inclusion. We commit to strengthening the contribution of our education systems to the pursuit of sustainable development, including through enhanced teacher training and curricula development.

98. (Saúde) We recognize that health is a prerequisite, outcome and indicator of the three pillars of sustainable development, as well as an essential element of poverty eradication. We, therefore, propose to build upon previous agreements reached by the International Community, in particular those contained in Chapter 6 of the 'Agenda 21' (Protection and Promotion of Human Health) in order to avoid any backsliding on previously agreed issues of consensus.

98. (SDH) Reconhecemos que o acesso a educação de qualidade é uma direito humano e é condição essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Comprometemo-nos a fortalecer a contribuição de nossos sistemas educacionais na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive por meio de reforço aos treinamentos de professores e desenvolvimento de currículos.

99. We call upon universities to become models of best practice and transformation by setting an example of sustainability of facilities on their campuses and teaching sustainable development as a module across all disciplines. In this way sustainable practices will become embedded in

learning and action.

99. (Saúde) We also recognize that human health is determined by social, economic and environmental conditions and that health is strongly influenced by the societal conditions in which all people are born into, grow, live and age. These conditions are collectively referred to as the 'social determinants of health' and are further described in the Rio Declaration on Social Determinants of Health. When promoting Sustainable Development, economic growth must not occur at the expense of health.

99. (CEBDS) Convocamos as universidades a se tornarem modelos das melhores práticas e transformação ao dar um exemplo de sustentabilidade de suas instalações em seus campi e ensinando desenvolvimento sustentável como um módulo amplo (incluindo eficiência energética, mudança do clima, biodiversidade, eficiência hídrica etc.) em todos os cursos. Desse modo, práticas sustentáveis se tornarão uma parte integrante do aprendizado e da ação.”

100. We encourage international education exchange activities on education for sustainable development, including the creation of fellowships and scholarships for international study in disciplines and interdisciplinary fields pertinent to the promotion of sustainable development.

100. (Saúde) We agree that these social, economic and environmental conditions have to be addressed in a comprehensive and coordinated manner, integrating inter-sectoral policies and efforts at local, national, regional and international levels, including: promoting green economies; reducing air, water and chemical pollution: as well as promoting strategies to mitigate and improve societies' capacity to adapt to climate change.

101. We agree to promote education for sustainable development beyond the end of the United Nations Decade of Education for Sustainable Development in 2014, to educate a new generation of students in the values, key disciplines and holistic, cross-disciplinary approaches essential to promoting sustainable development.

101. (Saúde) We also agree to promote universal health coverage through comprehensive and equitable health systems. We further agree to promote inter-sectoral policies aimed at addressing the global health

challenges posed by the high incidence of communicable and non-communicable diseases and by the increased mortality rates resulting from external causes including: accidents, violence, and tobacco use.

101. (CEBDS) “Nós concordamos em promover a educação para o desenvolvimento sustentável para além da Década de Educação da ONU para o Desenvolvimento Sustentável em 2014, para educar uma nova geração de estudantes e líderes nos valores, disciplinas-chaves e abordagens holísticas e multidisciplinares essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.”

[Gender equality]

102. We recognize that sustainable development is linked to and depends on women’s economic contributions, both formal and informal. We note with concern that persistent social and economic inequities continue to affect women and children, who make up the majority of those living in poverty.

102 (Saúde) We recognize that global governance for sustainable development can also be improved by enhancing awareness of, and accountability for, the impact that policy decisions may cause on health outcomes. Monitoring such impacts can be accomplished through the wider use of health impact assessments, and by monitoring process indicators that measure the extent to which health is taken into account in various decision-making processes. Health must be a key component of any new set of global goals that may be developed to follow the Millennium Development Goals after 2015.

102. (CEBDS) “Nós reconhecemos que o desenvolvimento sustentável está ligado e também depende das contribuições econômicas tanto de homens como de mulheres, tanto formais como informais. Nós notamos com preocupação que desigualdades sociais e econômicas persistentes continuam a afetar mulheres e crianças, que compõem a maioria das pessoas que vivem em condições de pobreza. É importante estimular a formulação de políticas públicas que ajudem a reduzir essas desigualdades.”

103. We call for removing barriers that have prevented women from being full participants in the economy and unlocking their potential as drivers of sustainable development, and agree to prioritize measures to

promote gender equality in all spheres of our societies, including education, employment, ownership of resources, access to justice, political representation, institutional decision-making, care giving and household and community management.

103. (CEBDS) “Pedimos que sejam removidas as barreiras que têm evitado que as mulheres se tornem participantes plenos na economia e liberando seu potencial como motivadoras do desenvolvimento sustentável, e concordamos em dar prioridade às medidas de promoção da igualdade dos sexos em todas as esferas de nossas sociedades, incluindo educação, empregos, propriedade de recursos, acesso à justiça, representação política, participando na tomada de decisões institucionais e sociais (públicas e privadas), assistência médica e gerenciamento de lares e comunidades.”

104. We support the work of UN Women in achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life and bringing greater attention to the linkages between gender equality and the promotion of sustainable development.

Novo Para. (CEBDS) “Nós reconhecemos que a preservação da diversidade cultural é tão necessária para a humanidade quanto a biodiversidade é para a natureza, conforme expresso na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.

Lamentavelmente, tem-se observado que a redução da diversidade cultural tem sido acompanhada da degradação do meio-ambiente. Caso se mantenha o atual ritmo de extinção da diversidade cultural, das 6000 línguas existentes no mundo, estima-se que 90% delas deixarão de existir até o final do presente século.”

Novo Para. (CEBDS) “Encorajamos ações que busquem preservar a diversidade cultural, por reconhecer que a mesma contribui para a coesão social, para a vitalidade da democracia e para a identidade dos povos. Ela constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

B. Accelerating and measuring progress

105. We recognize that goals, targets and milestones are

essential for measuring and accelerating progress towards sustainable development and agree to launch an inclusive process to devise by 2015:

a set of global Sustainable Development Goals that reflect an integrated and balanced treatment of the three dimensions of sustainable development, are consistent with the principles of Agenda 21, and are universal and applicable to all countries but allowing for differentiated approaches among countries;

a mechanism for periodic follow-up and reporting on progress made toward their achievement.

105. (CEBDS) “Nós reconhecemos que metas, objetivos e marcos são essenciais para a medição e aceleração do progresso na direção do desenvolvimento sustentável e nos comprometemos em lançar um processo inclusivo para elaborá-las até 2015:”

106. We invite all stakeholders to join this process and request the UN Secretary-General to coordinate this process.

107. We propose that the Sustainable Development Goals could include sustainable consumption and production patterns as well as priority areas such as oceans; food security and sustainable agriculture; sustainable energy for all; water access and efficiency; sustainable cities; green jobs, decent work and social inclusion; and disaster risk reduction and resilience.

107. (MAPA) Nós propomos consideramos que, em atenção às políticas e estratégias nacionais, as Metas de Desenvolvimento Sustentável possam incluir os padrões de consumo e produção sustentáveis assim como áreas prioritárias como os oceanos; a segurança alimentar e a agricultura sustentável; a energia sustentável para todos; acesso e eficiência de água; cidades sustentáveis; trabalhos verdes, empregos decentes e inclusão social; e redução de riscos e a resistência a desastres.

107. (MinCidades) Nós propomos que as Metas de Desenvolvimento Sustentável possam incluir os padrões de consumo e produção sustentáveis assim como áreas prioritárias como os oceanos; a segurança alimentar e a agricultura sustentável; a energia sustentável para todos; acesso e eficiência de água; cidades sustentáveis; mobilidade sustentável; trabalhos verdes, empregos decentes e inclusão social; e redução

de riscos e a resistência a desastres.

108. We consider that the Sustainable Development Goals should complement and strengthen the MDGs in the development agenda for the post-2015 period, with a view to establishing a set of goals in 2015 which are part of the post-2015 UN Development Agenda.

109. We also propose that progress towards these Goals should be measured by appropriate indicators and evaluated by specific targets to be achieved possibly by 2030, and request the Secretary-General for proposals in this regard.

109. (CEBDS) “Nós também propomos que o progresso na direção dessas metas deve ser medido por indicadores apropriados, monitorados e avaliados para objetivos específicos a serem alcançados possivelmente até 2030, e requisitamos do Secretário-Geral propostas nesse sentido.”

110. We resolve to strengthen the capacity of all countries to collect and analyze data and information needed to support the monitoring of progress towards the Sustainable Development Goals. We request the Secretary-General, with the support of interested donors, the UN system, international organizations and other entities, to promote a global partnership in this regard.

111. We also recognize the limitations of GDP as a measure of well-being. We agree to further develop and strengthen indicators complementing GDP that integrate economic, social and environmental dimensions in a balanced manner. We request the Secretary-General to establish a process in consultation with the UN system and other relevant organizations.

111. (MMA) We also recognize the limitations of GDP as a measure of well-being. We agree to further develop and strengthen indicators complementing GDP that integrate economic, social and environmental dimensions in a balanced manner. We request the Secretary-General to establish a process in consultation with the UN system and other relevant organizations.

Novo Para. (MAPA) Reconhecemos o papel fundamental do cooperativismo para a viabilização e dinamização da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e

concordamos em fortalecer o cooperativismo e a adoção de instrumentos de apoio da organização cooperativista, nos diversos setores e para os diversos segmentos da sociedade civil.

A própria resolução 64 da Organização das Nações Unidas destaca 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, com o tema “Cooperativas para um mundo melhor”.

[Transport and sustainable mobility]

(Novo Para sugerido por MinCidades). We acknowledge the critical importance of universal access to safe, clean and affordable mobility to enable economic development in support of poverty eradication, and social development in support of human development.

(Novo Para sugerido por MinCidades). We believe that a global commitment to sustainable mobility requires the implementation of a set of best practices and strategies contained in a new sustainable transport policy paradigm for passenger and freight transport, known as “Avoid, Shift, Improve” (ASI). ASI Best Practices focus on access while avoiding unnecessary motorized trips with smarter land use planning, pricing, and technology; shifting trips to more sustainable modes through price incentives, better information, and improved service quality; and improving vehicle efficiency with cleaner fuels, improved network management, and more efficient vehicle technology. All the elements of ASI have been demonstrated at scale.

C. Means of implementation

[Finance]

Comentário MCTI - Financiamento: Uma falha do documento é não apontar propostas para fontes de receita para o desafio da sustentabilidade do Planeta (por exemplo, poderiam vir de taxa sobre as movimentações do mercado financeiro global).

Aumentar o financiamento para o desenvolvimento sustentável, incluindo fundos públicos e privados e parcerias para mobilizar mais recursos é uma proposta do documento Resilient People, Resilient Planet.

112. We call for the fulfillment of all official development assistance commitments, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product for

official development assistance to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all necessary and appropriate measures to raise the rate of aid disbursements to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries in line with the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the decade 2011-2020 in accordance with their commitments.

113. We call for the prioritization of sustainable development in the allocation of resources in line with the priorities and needs of developing countries, and for substantial increases in the provision of financing to developing countries for sustainable development.

114. We call for increased aid effectiveness, taking into account the Paris Declaration, the Accra Action Agenda and the Busan Partnership for Effective Development Cooperation in ensuring that aid is effective, accountable and responsive to the needs and priorities of developing countries. There is a need for greater coherence at both the international and national levels, including effective oversight of resources to ensure that developing countries have steady and predictable access to adequate financing, including by the private sector, to promote sustainable development.

115. We welcome the ongoing efforts to strengthen and support South-South cooperation and triangular cooperation. We stress that South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation. We also stress that triangular cooperation should be further utilized as an effective modality for development cooperation.

116. We reaffirm the key role of the private sector in promoting sustainable development including through multi-stakeholder partnerships. Public policy should create a stable investment climate and regulatory framework conducive to long-term investment and socially and environmentally responsible behaviour by business and industry.

117. We call for the Global Environment Facility to be

strengthened, with regularity in funding flows and reform of governance processes towards more transparent and democratic systems. We urge simplification of procedures and assistance to the least developed countries and SIDS in accessing resources from the GEF.

[Science and Technology]

Comentário MCTI - A importância das pesquisas científicas, dos intercâmbios científicos e do uso aberto de seus dados e resultados (inclusive dos dados de satélites) não está mencionada de forma adequada no documento e deve sê-lo. Há a necessidade premente de integrar a ciência com as decisões políticas em todos os níveis, de forma que os tomadores de decisão na escala internacional o façam com a colaboração da expertise científica.

A ciência ainda não possibilitou um entendimento mais detalhado sobre os impactos humanos no ambiente e é necessário apoiar fortemente a realização de mais pesquisas. A Rio+ 20 deve propor um mecanismo para fomentar mais pesquisas e melhorar o acesso ao conhecimento em todos os campos do conhecimento e também a sua apropriação social. É crucial, para enfrentar os desafios globais, o entendimento da inter-relação entre os sistemas naturais e os sócio-econômicos. Este esforço científico deve estar mais integrado interdisciplinarmente, envolvendo ciências naturais e sociais.

Devem ser estabelecidos mecanismos internacionais de financiamento para a pesquisa coordenada sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, e não apenas para o desenvolvimento de R&D em tecnologias verdes.

Governos, instituições financeiras internacionais e empresas devem ser estimuladas a se engajar em uma cooperação internacional em inovação e em tecnologias orientadas para o desenvolvimento sustentável.

118. We reaffirm the commitments related to science and technology contained in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and in the outcomes of other major United Nations Summits and Conferences.

119. We recognize the importance of strengthening the

scientific, technological and innovation capacities of countries to promote sustainable development. In this regard, we stress the need for effective mechanisms, enhanced means, appropriate enabling environments, and the removal of obstacles to the scaling up of the development and transfer of technology to developing countries.

119. (CEBDS) “Reconhecemos a importância do fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação de países para promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de mecanismos efetivos, meios melhorados, ambientes apropriados e a remoção de obstáculos à escalada do desenvolvimento e da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento e ao mesmo tempo manter o incentivo em novos desenvolvimentos tecnológicos preservando a propriedade intelectual.”

120. We agree to strengthen international cooperation conducive to investment and technology transfer, development and diffusion.

120. (CBDES) “Nós concordamos em fortalecer a cooperação internacional que conduza ao para investimento e à transferência, desenvolvimento e difusão de ciência e tecnologia.”

Novo Para (MCTI). Nós concordamos em tratar como bens públicos os dados científicos obtidos por satélites, até certo grau de precisão, para uso na proteção do meio ambiente e no planejamento agrícola.

[Capacity Building]

121. We reaffirm the need for providing support to existing regional and sub-regional structures and mechanisms in developing countries and encouraging their creation, where needed, with the aim of facilitating cooperation and the exchange of information, including capacity building, exchange of experiences and expertise to advance the implementation of the decisions at regional and sub regional levels.

122. We call for the immediate implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building.

123. We urge the participation and representation of scientists from developing countries in processes related to global environmental and sustainable development assessment to strengthen scientific

capacities in these countries.

[Trade]

124. We urge the members of the WTO to redouble efforts to achieve a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system and for an early balanced, ambitious and development-oriented outcome of the Doha Development Round of multilateral trade negotiations. We call for the full realization of the commitments made in the 2005 Hong-Kong Ministerial Declaration of the WTO in favour of the least developed countries.

125. We reaffirm that there is an urgent need for the international economic and financial institutions to work together to ensure that developing countries, particularly the least developed countries, are able to benefit from the advantages of the multilateral trade system and their integration into global markets.

126. We support the eventual phase out of market distorting and environmentally harmful subsidies that impede the transition to sustainable development, including those on fossil fuels, agriculture and fisheries, with safeguards to protect vulnerable groups.

126. (MAPA) Nós reconhecemos a importância de avanços na eliminação de subsídios que causem distorções nos mercados, que sejam prejudiciais ao ambiente e impeçam a transição para o desenvolvimento sustentável, incluindo os que envolvam combustíveis fósseis, agricultura e pesca, com proteções para grupos vulneráveis.

126. (CEBDS) “Nós apoiamos a eventual retirada gradual de subsídios distorcivos ao mercado e ambientalmente prejudiciais que dificultam a transição para o desenvolvimento sustentável.” (fim do parágrafo)

Comentário MCTI - Avaliar as possíveis consequências em termos de comércio internacional do item 126, conforme apresentado no draft zero.

127. We support the trade capacity building and facilitation activities of international and regional organizations which would assist developing countries, particularly the least developed countries, in

identifying and seizing new export opportunities, including those created by the transition towards a green economy.

[Registry/compendium of commitments]

128. We welcome the voluntary commitments made at Rio+20 and invite the Secretary-General to compile them in a registry/compendium that will serve as an accountability framework.

128. (MRE) We agree to issue a compendium/registry of country-based set of commitments towards sustainable development which will serve as an accountability framework. The commitments shall be specific, measurable, achievable, time-bound and will be compiled by the Secretary-General.

128.(MMA) We welcome the voluntary commitments made at Rio+20 and invite the Secretary-General to compile them in a registry/compendium that will serve as an accountability framework. The commitments shall be specific, measurable, achievable, and time-bound.

X – PRÓXIMAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO

A Subcomissão Especial sobre a Rio + 20 deverá organizar a participação dos membros da CMADS em dois eventos paralelos da Conferência da ONU: o Encontro Mundial de Legisladores, patrocinado pela Globe International, e a Iniciativa Rio Clima, evento paralelo à Rio + 20, patrocinado pelas subcomissões Rio + 20 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que tem como objetivo dar visibilidade à questão climática durante a Conferência da ONU.

1 – Sobre o Encontro Mundial de Legisladores

A Globe International é uma organização de parlamentares, inspirada por Tony Blair e Al Gore, antes restrita à parte do G-8 e, hoje, em plena expansão.

Um dos entendimentos da Globe é de que os países devem pavimentar suas economias em direção à sustentabilidade, não apenas a partir da tentativa de consenso global, em que as delegações já saem de seus países com o discurso defensivo pronto, mas a partir de marcos legais possíveis de serem construídos em seus ambientes domésticos. Um dos objetivos da Globe, durante a Rio + 20, é que o Encontro Mundial de Legisladores torne-se um organismo fomentador de legislações nacionais para a Economia Verde. Outro objetivo é que o Encontro organize-se continuamente para que os parlamentos do mundo possam acompanhar mais de perto as negociações das convenções e acordos internacionais relacionados ao meio ambiente, principalmente ao Clima.

2 – Sobre a Iniciativa Rio Clima

Para entender do que se trata a Iniciativa, reproduzimos aqui a fala do Deputado Alfredo Sirkis, durante o Seminário sobre Economia Verde, patrocinado pela CMADS e Frente Parlamentar Ambientalista.

“É evidente que não pode haver discussão de economia verde nem de governança internacional que esteja divorciada da discussão sobre o clima. Como isso é impossível na Conferência oficial, as Subcomissões Rio+20 do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, das Comissões de Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia, com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do

Estado de Pernambuco e de algumas organizações não governamentais, tiveram a iniciativa de organizar o Desafio Rio-Clima, Rio Climate Challenge. Trata-se de uma simulação, entre grupos de contato de diversos países, do que seria um acordo internacional que atendesse, de fato, aos parâmetros da ciência.

Hoje, o IPCC diz que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre não pode ultrapassar 450ppm. Para termos 50% de chance de que a temperatura se mantenha em 2°C, é necessário manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nesta proporção, de 450ppm. Há, contudo, um abismo em relação ao conjunto de metas obrigatórias assumidas pelos países signatários do Anexo I do Protocolo de Kyoto e as chamadas NAMAs, as metas voluntárias e o real comprometimento com a mitigação das mudanças climáticas e adaptação aos seus efeitos. Se todos cumprirem religiosamente tudo o que acordaram até agora, ainda assim haverá uma distância abissal, chamada de gap, no linguajar climático internacional.

Então, o objetivo da Rio Climate Challenge, em português Iniciativa Rio Clima, é ver o que seria necessário para, de fato, lidar com o gap e mostrar para a sociedade global, diante da emergência planetária relacionada à questão climática, que é possível e necessário proceder dessa maneira. Provavelmente teremos mais de um cenário a respeito de como isso pode ser alcançado”.

A seguir, está reproduzido o convite feito pelo Congresso Nacional e suas subcomissões Rio + 20 para o evento lateral na Conferência, intitulado Iniciativa Rio Clima.



*Senado Federal
Presidência*

Brasília, March 16th 2012

Mr.

Dear Mr.,

As President of the National Congress, and together with the Chairpersons of the External Relations Committee, the Rio+20 Committees, the Climate Change Committee, and the Environment Committees of the Federal Senate and of the Chamber of Deputies, I am honored to invite you to the Rio Climate Challenge (RCC) initiative, a side event to the Rio + 20 UN Conference taking place the 14th, 15th, 16th, and 17th of June, at the Rio de Janeiro Sul America Convention Center.

The Rio Climate Challenge (RCC) is a policy simulation process in support of the UN/COP work program leading up to the final negotiation of a binding international climate agreement in 2015. It aims to establish workable contingency scenarios for addressing “*the significant gap between the aggregate effect of Parties’ mitigation pledges and (...) aggregate pathways consistent with having a likely chance of holding the increase in global temperature below 2 degrees Celsius(...) above pre-industrial levels*”, as stated in the Durban Platform for Enhanced Action and previous UN/COP documents.

The objective is to demonstrate that it is possible to have a workable climate agreement according to the IPCC parameters limiting GHG concentration in the atmosphere below 450 ppm and to create realistic scenarios of how it could be done, as a contribution to the UN process under the Rio 92 Climate Convention.

The Rio Climate Challenge (RCC) initiative will be preceded by a Preparatory Meeting, to be held on the 13th, 14th, and 15th of April in the capital city of Recife, state of Pernambuco, and you are also invited to

this meeting.

Details about the meetings are enclosed. In case of acceptance, please reply as soon as possible to rioclimatechallenge@gmail.com, attention of Ms. Sonia Mattos, who will be ready to make the necessary travel and accommodation arrangements, should you need them.

Together with the Rio + 20, Climate Change, Environment, and Foreign Affairs Committees of the Federal Senate and of the Chamber of Deputies, as well as with our state and local authority partners and supporting civil society organizations, I will be delighted to welcome you to Rio de Janeiro for this comprehensive round of debates and negotiations.

We hope you will be able to attend the initiative meetings and look forward to welcoming you in Rio in June.

Yours Sincerely,

Senator **José Sarney**
President of the Brazilian Congress

Senator **Fernando Collor de Melo**
Chairman of the Federal Senate Foreign Relations and National Defense Committee;

Senator **Cristovam Buarque** ,
Chairman of the Federal Senate Rio + 20 Subcommittee;

Senator **Rodrigo Rollemberg**
Chairman of the Federal Senate Environment Committee;

Senator **Sérgio Souza**
Chairman of the National Congress Climate Change Committee;

Congressman **José Sarney Filho**
Chairman of the Committee on Environment and Sustainable Development (CMADS) of the Brazilian House of Representatives, chairman of the CMADS Rio + 20 Subcommittee, leader of the Green Party and coordinator of the Environmental Parliamentary Group;

Congressman **Alfredo Sirkis**
Chairman of the Rio+20 Subcommittee of the Committee on Foreign Affairs of the Brazilian House of Representatives and Rio Climate Challenge coordinator.

Para a realização do evento, houve já uma reunião em Recife para a organização da Iniciativa que deverá ocorrer de 13 a 21 de junho, no Rio de Janeiro.

O que lá foi discutido:

O Rascunho da Agenda para a Rio+20 é pouco específico, não contém metas objetivas, quantificadas e com prazos e não aborda o desafio da sustentabilidade de forma coerente. A mudança climática está ausente do documento, apesar de ser o desafio central de qualquer programa de desenvolvimento sustentável neste século. A razão fundamental a justificar a transição para uma economia verde, de baixo carbono, é a mudança climática. Ao não fazer essa conexão crítica, o documento perde coerência e consistência científica.

O que o Rio Climate pretende fazer

O evento Rio Clima é um processo de simulação política que pretende apoiar o trabalho da ONU de negociação em direção a um acordo climático internacional e vinculante em 2015.

O processo terá início durante a Rio + 20, com 3 a 5 dias de um exercício de um cenário de planejamento. Através de uma simulação, a Rio Clima pretende estabelecer cenários viáveis para resolver a diferença significativa hoje existente entre as promessas de mitigação das Partes (dos Estados) e caminhos consistentes de ação, para ter-se uma chance de manter o aumento na temperatura global abaixo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, como está declarado na Plataforma de Ação Avançada de Durban e em anteriores documentos da COP do Clima da ONU.

A simulação será organizada em dois caminhos interativos. O caminho técnico irá gerar opções políticas e avaliá-las de uma perspectiva científica e econômica. Irá apontar que opções políticas respondem ao problema do ponto de vista científico e econômico. Já o caminho político vai envolver delegações fictícias em negociações de alternativas políticas que se mostraram eficazes e viáveis do ponto de vista científico e econômico (aquelas indicadas pelo caminho técnico), ainda avaliando as alternativas de uma perspectiva política, ou seja, se são realmente viáveis do ponto de vista

político.

Essas delegações não-oficiais serão compostas por grupos de contato dos principais países emissores de gases de efeito estufa e dos países mais vulneráveis às alterações climáticas. As “negociações simuladas” entre essas "delegações" irão basear-se nos blocos oficiais existentes nas negociações internacionais: BASIC, da UE, a Umbrella (países desenvolvidos que não fazem parte da União Europeia. Normalmente é composto por Austrália, Canadá, Índia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Rússia, Ucrânia e Estados Unidos), a Liga Árabe e AOSIS (Aliança dos Estados das Pequenas Ilhas). Os resultados contínuos do processo serão apresentados ao Secretariado da Convenção do Clima e às Partes antes da COP 18 (Qatar, dezembro de 2012) e de cada COP subsequente até 2015, prazo final, quando se espera chegar a um acordo vinculante.

Embora as "delegações" fictícias não estejam representando oficialmente os seus governos e nações, elas devem levar em conta as preocupações de seus governos, mas, ao mesmo tempo, explorar soluções criativas, sugerir novos caminhos e alternativas mais ambiciosos, dentro de um espírito "sim nós podemos".

A RCC será lançada com um evento de mídia global: um concerto acústico do compositor, ex-ministro da cultura do Brasil, Gilberto Gil e outros artistas de alcance global.

Os organizadores e grupo facilitador estão convidando:

- China, Brasil, África do Sul e Índia, do Grupo BASIC;
- Alemanha, França, Reino Unido e União Europeia;
- EUA, Japão, Canadá, Austrália e Rússia, do Grupo Umbrella;
- Arábia Saudita, pela Liga Árabe, e o Qatar como país anfitrião da COP 18;
- Grenada, Tuvalu and Maldivas, pelos países vulneráveis do Grupo AOSIS.

Outras delegações podem eventualmente juntar-se ao

processo, mas é altamente recomendável manter o número abaixo de 20. Convites serão eventualmente enviados a outros países observadores e a instituições multilaterais, como Banco Mundial, por exemplo, e também a ONGs.

As delegações poderão ter composição flexível, mas procurar ter, todavia, 3 principais componentes: 1) líderes políticos e dirigentes governamentais, 2) cientistas ou acadêmicos, 3) experts em economia da esfera pública ou privada ou executivos de indústrias.

A escolha ideal dos cabeças das delegações seriam homens de estado mais idosos e experientes, incluindo ex-presidentes brasileiros.

É aconselhável ter políticos e funcionários governamentais atualmente fora das posições do governo - ou, eventualmente, dos atuais gabinetes – porém capazes de expressar suas preocupações e metas nacionais, compartilhando o desejo de encontrar uma solução para o impasse atual na negociação do Clima. Eles, os participantes das delegações fictícias, serão incentivados a consultar seus governos e, se os governos estiverem dispostos a participar das simulações de modelos, eles serão bem-vindos a enviar observadores oficiais ou debatedores.

As “negociações” seguirão os modelos dos “acordos” em quatro áreas: 1) como compartilhar o esforço de mitigação e a tecnologia que isso implica, 2) como compartilhar os encargos financeiros e estabelecer a economia global de redução de carbono 3) Como lidar com os problemas de adaptação mais graves 4) Como enquadrar tudo isso em ONU dinâmica, linguagem e propostas específicas de uma COP da ONU.

No plano científico, é importante encontrar alternativas e prover os governos com um leque de opções. Na esfera econômica, é aconselhável ter especialistas das áreas públicas, privadas e multilaterais, envolvidos e trabalhando em modelos para cada setor intensivo em carbono: indústria, energia, transporte, uso da terra, etc. As discussões podem também ser divididas por setor.

Quais são os produtos e metas adicionais da Rio Clima - RCC?

1 - O Protocolo do Desafio do Clima do Rio - um

documento que, idealmente, estabeleceria:

– Um conjunto de estratégias de mitigação potencialmente aceitáveis para os países emissores-chaves e para os países vulneráveis, os quais que identifiquem compromissos e ações capazes de preencher o "gap" atualmente existente, tendo em vista manter a concentração de GEE na atmosfera e o aquecimento global, sob os limites estabelecidos pelo IPCC e adotados pelo processo COP ONU: 450ppm e 2 graus Celsius.

– Uma proposta de adaptação para enfrentar os efeitos mais graves e inevitáveis já previstos pelo IPCC.

- Uma proposta de encargos financeiros compartilhados, relativos às responsabilidades históricas e futuras na emissão de gases de efeito estufa, assim como mecanismos de implementação de uma economia de redução de carbono, fazendo com que a mitigação, seu tempo de ação, as tecnologias de redução de carbono, absorvedores e outros serviços sejam convertidos em valores econômicos.

2 – Recomendações para a Rio + 20 sobre economia verde e governança sobre ligações com a economia de baixo carbono e o processo da ONU de mudanças climáticas.

3 – Recomendações para a COP 18, no Qatar, em dezembro de 2012, e outras COPs da ONU.

4 – Instituição da RCC como um processo contínuo de apoio que forneça sugestões (alternativas) externas e independentes para o processo das COPs até 2015.

5 – Captação de Recursos.

RESULTADOS da reunião preparatória de Recife

Pelo que vimos observando em nossos contatos com as pessoas que virão ao Rio Climate Challenge - RIO CLIMA, até agora, há mais de uma abordagem em relação a nosso objetivo comum. Temos pessoas mais ligadas ao processo das Nações Unidas, bem como outras céticas com relação ao mesmo que dão preferência a caminhos baseados no mercado, em acordos bilaterais e multilaterais mais restritos. E temos também diversas opiniões intermediárias entre essas duas abordagens. Por outro lado, existem inúmeras

diferentes estratégias possíveis visando tentar manter as concentrações de GEE na atmosfera abaixo de 450 ppm. Portanto, é bem possível que consigamos produzir não um, mas diversos cenários conduzindo para diferentes possibilidades de acordos/ arranjos envolvendo governos, instituições multilaterais, corporações, setores econômicos privados e estatais, etc.

Ao estabelecermos nossa metodologia, devemos evitar os procedimentos típicos das Nações Unidas (intensivamente discursivos) e tentar modos diferenciados de técnicas de construção de consenso juntamente com ferramentas de apoio à tomada de decisões.

Yossi Beilin(Daniela.b@beilink.com) e Yasser Abbed Rabbo (aawwad@palestine-pmc.com) apresentaram e discutiram, em Recife, suas próprias experiências extraordinárias com a negociação daquela simulação diplomática que foi a Iniciativa de Genebra. Embora se refira a um tema bastante diferente - igualmente difícil- as suas narrativas trouxeram inspiração e orientação para o Rio/Clima.

Em Recife também foi iniciado o processo de escalar e completar os grupos de contato nacionais e o supranacional.

A seguir, está reproduzido o programa do evento lateral na Conferência, intitulado Iniciativa Rio Clima a ser realizado no Rio de Janeiro durante a Rio + 20.

I – As Locações

1 – Forte Copacabana (FC) – As cerimônias de abertura e de encerramento, assim como o concerto acústico do RCC, serão no Forte Copacabana, no final da Av. Atlântica, em Copacabana, aonde será também instalado o Centro de Imprensa, assim como diversos outros eventos promovidos pela Prefeitura do Rio e pelo setor empresarial.

2 – O Centro de Conferências Firjan (FCC) – No Centro do Rio, à Rua Santa Luzia, próximo ao Consulado Americano. O local tem um auditório para 350 pessoas, com toda a infra-estrutura para apresentações e tradução simultânea, assim como salas de trabalho para nossos três grupos temáticos e demais áreas de apoio.

3 – O Centro de Conferências do Hotel Guanabara

(GHCC) – No hotel onde os participantes ficarão hospedados, no centro do Rio, na esquina da Av. Presidente Vargas com Av. Rio Branco.

4 – Riocentro - Local da Conferência das Nações Unidas Rio +20 e Centro de Imprensa (RCPR) – o RCC terá uma sala de imprensa no Riocentro, que é o local da Conferência Oficial.

AGENDA

De 1 a 11 de Junho

Encontros Preparatórios com o grupo facilitador que trabalhou junto de 13 a 15 de Abril, em Recife. (GHCC)

Segunda e Terça, 11 e 12 de Junho

Chegada dos participantes para a Cerimônia de Abertura e fase de “construção de cenários”.

Quarta-feira, 13 de Junho(FCC)

10:00 às 12:30 e 15:00 às 17:30 – Salão Plenário

Pela manhã e à tarde, nossos palestrantes convidados apresentarão painéis e responderão perguntas da audiência sobre “As últimas informações sobre Mudanças Climáticas”.

10:00 às 12:30 e 15:00 às 17:30 – Grupos de Trabalho nas Salas de Apoio

Sala 1 – Sessão de trabalho preparatório sobre Mitigação

Sala 2 – Sessão de trabalho preparatório sobre Financiamento de Baixo Carbono

Sala 3 – Sessão de trabalho preparatório sobre Adaptação

Sala 4 – Encontro preparatório do Grupo Supranacional

Quinta-Feira, 14 de Junho(FC)

10:00 às 12:30 no Salão Plenário do Forte Copacabana

Cerimônia de Abertura conduzida por Maurice Strong, com a presença do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, o prefeito do Rio Eduardo Paes, o governador de Pernambuco Eduardo Campos, ex secretário executivo do Fórum de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (UN FCCC) Ivo de Boer e demais convidados e participantes ilustres.

15:00 às 17:00 – Centro de Conferências Firjan

Salão Plenário – Apresentações dos palestrantes convidados sobre “Estratégias para Energia Limpa”

Salas de Apoio- Grupos de trabalho simultâneos

Sala 1– Sessão de trabalho sobre Mitigação

Sala 2- Sessão de trabalho sobre Financiamento de Baixo Carbono

Sala 3 – Sessão de trabalho sobre Adaptação

Sala 4 – Sessão de Trabalho sobre Medidas

Sexta-Feira, 15 de Junho – Centro de Conferências Firjan

9:30 às 12:30 – Salão Plenário – Sessão Plenária com cientistas do IPCC dedicada aos mais recentes dados disponíveis sobre feedbacks, concentração de GEE e projeções de aumento de temperatura, bem como outras informações que desejem apresentar.

9:30 às 12:00 e 15:00 às 19:00 – Encontros Simultâneos dos Grupos de Trabalho

Sala 1 – Manhã e Tarde - Sessões de Trabalho sobre Mitigação

Sala 2 – Manhã e tarde – Sessões de Trabalho sobre Financiamento de Baixo Carbono

Sala 3 – Manhã e Tarde – Sessões de Trabalho sobre Adaptação

Sábado, 16 de Junho – Centro de Conferências Firjan

9:30 às 12:30 – Salão Plenário – Manhã: apresentação de painéis sobre Financiamento de Baixo Carbono e sobre Adaptação, pelos palestrantes convidados.

9:00 às 12:30 – Encontros Simultâneos dos Grupos de Trabalho

Sala 1 – Sessão de Trabalho Final sobre Mitigação

Sala 2 – Sessão de Trabalho Final sobre Financiamento de Baixo Carbono

Sala 3 – Sessão de Trabalho Final sobre Adaptação

15:00 às 19:00 - Salão Plenário

Relatórios dos Grupos de Trabalho

Exercício Conjunto com os três Grupos de Trabalho

Domingo, 17 de Junho – Centro de Conferências Firjan

9:30 às 12:30 – Salão Plenário

Apresentação dos cenários propostos para Mitigação, Financiamento e Adaptação.

15:00 às 17:00 - Forte Copacabana – Cerimônia de Encerramento conduzida pela Secretária Executiva do Fórum para Mudanças Climáticas das Nações Unidas (UN FCCC), Christiana Figueres, com a presença de ex-presidentes Brasileiros e demais convidados ilustres.

Segunda, 18 de Junho – Centro de Conferências do Hotel Guanabara

10:00 às 17:00 – Simulação de Negociações pelos políticos e formuladores de políticas públicas dos diversos países representados para a elaboração do “Primeiro Documento Desafio Rio Clima” e

recomendações para a Conferência das Nações Unidas Rio + 20.

**Terça-Feira 20 de Junho - Sala de Imprensa do Rio
Centro**

10:30 às 11:30 – Conferencia de imprensa, apresentando o “Primeiro Documento Desafio Rio Clima” e as recomendações para o segmento de alto nível da Rio + 20 referentes aos aspectos da Economia Verde e da Governança que sejam relevantes para a economia de baixo carbono e dos processos de negociação climática.

Quarta-Feira, 21 de Junho - Forte Copacabana

21:00 às 23:00 – Concerto acústico Rio Climate Challenge com Gilberto Gil, Andy Summers & amigos.

Para que a Subcomissão Especial sobre a Rio + 20 possa preparar os membros da CMADS para sua participação nos dois eventos paralelos, um deles por ela co-patrocinada, proponho a aprovação do Requerimento em anexo.

Este Relatório Parcial procurou situar os membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS quanto às atividades já desenvolvidas pela Subcomissão Especial sobre a Rio + 20 e ao andamento atual dos preparativos para a Conferência.

Terminada a Cúpula, Relatório Final será apresentado à apreciação deste Colegiado.

Deputado Ricardo Tripoli
Relator

VOLUME II

ANEXO I MINUTA INICIAL DO DOCUMENTO QUE DEVE ORIENTAR OS DEBATES NA CONFERÊNCIA RIO + 20, APÓS NEGOCIAÇÃO ENTRE OS CO-PRESIDENTES DA CONFERÊNCIA (ÚLTIMA VERSÃO DE MINUTA INICIAL RECEBIDA PELA SUBCOMISSÃO)



UNITED NATIONS



THE FUTURE WE WANT³

Negotiated Draft as of 28th March 2012 with Co-Chairs' Suggested Text

TABLE OF CONTENTS

Paras

I. Preamble/Stage setting

Vision.....	1-5
-------------	-----

II. Renewing Political Commitment

A. Reaffirming Rio principles and past action plans.....	6-9
B. Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges (Integration, Implementation, Coherence).....	10-16
C. Engaging major groups.....	17-21
D. Framework for action.....	22-24

³ Submitted by the co-Chairs on behalf of the Bureau in accordance with the decision in PrepCom 2 to present the zero-draft of the outcome document for consideration by Member States and other stakeholders.

III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

A.	Framing the context of the green economy, challenges and opportunities.....	25-31
B.	Toolkits and experience sharing.....	32-36
C.	Framework for action.....	37-43

IV. Institutional Framework for Sustainable Development

A.	Strengthening/reforming/integrating the three pillars.....	44
B.	GA, ECOSOC, CSD, SDC proposal.....	45-49
C.	UNEP, specialized agency on environment proposal, IFIs, United Nations operational activities at country level.....	50-58
D.	Regional, National, Local.....	59-62

V. Framework for action and follow-up

A.	Priority/key/thematic/cross-sectoral issues and areas.....	63-104
B.	Accelerating and measuring progress (SDGs, GDP and others)...	105-111
C.	Means of Implementation (finance, access to and transfer of technology, capacity building).....	112-128

LEGEND	
Zero draft (as at January 2012)	<i>Times New Roman font (i.e. standard font), underlined, italics, in red.</i>
“Compilation text” (as at 28 th March 2012)	Times New Roman font (i.e standard font), mixture of bold /non-bold text insertions with attributions and [], in black.
Co-chair’s text (17 th April 2012)	Letter Gothic font (i.e. old typewriter font), with Co-chairs Suggested Text (CST) numbering system, in blue.

THE FUTURE WE WANT

[THE FUTURE WE WANT –G77, Switzerland, New Zealand / RIO COMMITMENT TO THE FUTURE WE WANT– Japan, EU]

CST⁴: RIO COMMITMENT TO THE FUTURE WE WANT

I. Preamble/Stage Setting

[I. Preamble/Stage Setting [/Common Vision on Sustainable Development –G77, Switzerland, New Zealand] Japan delete]

CST I. Our Common Vision

1. We, the heads of State and Government, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, resolve to work together for a prosperous, secure and sustainable future for our people and our planet.

1. We, the [heads of State and Government [and high representatives –G77, New Zealand] / [representatives of the peoples of the world -US] [, Ministers, and other leaders including representatives of civil society including business and academia – Switzerland, Mexico, Canada] [, and other representatives of the peoples of the world, - EU, Switzerland, Mexico], having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, [and mindful of our responsibility to one another and to future generations, – Israel] resolve to [renew our commitment to sustainable development and –G77, New Zealand, Mexico] work together [for / to ensure – G77; US retain] a [prosperous, secure / happy, prosperous –G77 / inclusive - Montenegro; EU retain secure] [, peaceful – Switzerland; G77 delete] [, equitable – EU, G77; US delete] and [inclusive – G77] sustainable future [within a healthy and life supporting environment – Switzerland] for [our / all – EU] people [, present and future generations, - Switzerland, Mexico] [, our societies – EU; US, G77 request clarification] [and – G77 delete] our planet [and future generations –G77, Mexico].

[1. bis We reaffirm the need to promote integral and sustainable development, based on the centrality of the human person and grounded in the principle of the inherent human dignity and worth of each and every person. Such development should take into account both the material well-being of society and the spiritual and ethical values which give meaning to material and technological progress. - Holy See]

⁴ CST: throughout the document this refers to Co-Chairs' suggested text that is intended to help in streamlining the compilation text.

[1. ter We recognize that sustainable development is fundamentally a question of people's opportunities to influence their lives and future, participate in decision making and voice their concerns. Democracy, human rights, gender equality, education and good governance are key pre-requisites for empowering people to make sustainable choices. We join forces to eradicate poverty, reduce inequality, make growth inclusive, create new jobs and promote sustainable production and consumption, while combatting climate change and respecting other planetary boundaries. Sustainable development requires a joint effort of us all. It can only be achieved in a broad alliance of people, governments, civil society and the private sector; all working together for a sustainable future. -EU]

CST 1. We, the heads of State and Government and other representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20-22 June 2012, and having consulted with civil society, resolve to renew our commitment to sustainable development, and to work together for a prosperous, secure, equitable, inclusive and sustainable future for our planet and its present and future generations. (merged 1 and 1 bis)

2. We reaffirm our determination to free humanity from hunger and want through the eradication of all forms of poverty and strive for societies which are just, equitable and inclusive, for economic stability and growth that benefits all.

2. We reaffirm [, as a matter of urgency, -G77, New Zealand] our determination [to ensure the environmental sustainability of our planet and -Kazakhstan] to free humanity from hunger [and want- Canada delete] [and to conserve, protect and restore the Earth's ecosystem - Switzerland; G77, Japan, Australia move] through the [protection, and improvement of the environment and the - Switzerland] [eradication / elimination -US] of [all forms of -G77; US delete] [extreme - US] poverty [and inequality - RoK] and [strive / we commit to - EU] for [societies which are / a world which is - G77] just, equitable and inclusive [and environmentally sustainable - Canada], [for economic stability and / that can promote -G77] [sustained economic -G77] [[growth / development -EU] [and development, social equity and environmental sustainability and to conserve, protect and restore the Earth's ecosystem -G77] that benefits / prosperity for - Switzerland] [and provides opportunities for - EU] all [, while ensuring that the rights of future generations are protected. - RoK] [, both present and future generations -Norway, New Zealand] [, present as well as future generations -EU] [We also reaffirm that poverty eradication constitutes an overriding priority and is indispensable for the attainment of sustainable development. -G77, Mexico, New Zealand, Holy See] [In this regard, we reaffirm our commitment to promote multilateral solutions to common problems and recognize the need to address sustainable development holistically and better mainstream it in all aspects of decision making at all levels, from public decisions, to individual behaviour and lifestyle. [We acknowledge our particular responsibility -G77 bracket] to actively promote sustainable development and sustainable consumption and production patterns. -EU; G77, Japan move].

[2. bis We acknowledge the need for an integrated approach incorporating economic, social and environmental aspects to confront the challenges of sustainable development, recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions. [Accordingly we recognize the urgency in committing to mutually reinforcing and structured measures [including the establishment of intergovernmentally agreed mechanisms – EU, Japan, Switzerland request clarification] and actions for the full integration of sustainable development pillars, implementation and assessment of the commitments and review of the implementation [in conformity with the principle of common but differentiated responsibilities. –US, Japan, New Zealand delete] - G77]

[2. ter We reaffirm that we continue act in accordance with the purposes and principles of the Charter of the United Nations and with full respect for international law and its principles, including the Universal Declaration of Human Rights. – EU, Liechtenstein, Holy See; US, G77 delete]

[2. quat We also reaffirm the importance that freedom, peace and security, respect for all human rights and fundamental freedoms, the rule of law, gender equality and an overall commitment to just and democratic societies have for sustainable development. – EU, Iceland; US, G77 requests clarification]

[2. quat alt We reaffirm that the right to development and the right to food remain as some of the critical gaps to be fulfilled in order to achieve sustainable development. –G77; Liechtenstein see para 4 ter]

[2. quint We acknowledge that good governance and the rule of law at the national and international levels are essential for sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development and the eradication of poverty and hunger. [In this regard, we also acknowledge the role of national parliaments in furthering sustainable development. –G77 move to last part of second section on major groups] – EU]

CST 2. We recognize that poverty eradication constitutes an overriding priority and is indispensable for the attainment of sustainable development and, in this regard, we reaffirm our determination to free humanity from extreme poverty, hunger and inequality as a matter of urgency. *(para 2)*

CST 2. bis We reaffirm our commitment to making every effort to accelerate the achievement of internationally agreed goals, including the Millennium Development Goals by 2015. *(from paragraph 3) [moved from following para 3 of original zero draft]*

CST 2. ter We strive for a world which is just, equitable and inclusive and, in this regard, we commit to work together to promote sustained economic growth and

development, social equity and environmental sustainability, and thereby to benefit all. (from para 2)

CST 2. quat We will continue to act in accordance with the purposes and principles of the Charter of the United Nations and with full respect for international law and its principles, including the Universal Declaration of Human Rights. In so doing, we reaffirm the importance that freedom, peace and security, respect for all human rights and fundamental freedoms, the rule of law, and gender equality have for sustainable development. (from JPOI, 2 ter, 2 quat, and 4 bis)

CST 2. quint We acknowledge that good governance, and the rule of law, at the national and international levels are essential for sustainable development, including sustained, inclusive and equitable economic growth, and the eradication of poverty and hunger. We reaffirm that to achieve our goals of sustainable development, we need more effective, democratic and accountable international and multilateral institutions. (from 2 quint, Johannesburg Declaration on Sustainable Development 31)

CST 2. sext We acknowledge the need to further mainstream sustainable development in decision making at all levels through integrated approaches, incorporating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions. In this regard, we will cooperate closely to address sustainable development challenges, as well as reviewing and assessing progress in implementing sustainable development. (from 2 bis and 4 quat)

3. We are committed to making every effort to accelerate progress in achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals by 2015, thus improving the lives of the poorest people.

3. We [are committed / **reaffirm our commitment – EU, G77, Holy See**] to making every effort to accelerate [progress – G77 delete] [in achieving / **the achievement of – G77**] [the – Norway delete] internationally agreed [development – Switzerland, Norway, EU delete] goals [**with regards to development, environment, gender equality, health, population development and human protection – Switzerland; EU, Holy See, G77, Cambodia, US delete**], including the Millennium Development Goals by 2015 [, thus improving the lives of the poorest people – G77, Switzerland delete] [**and prosperity for all, preserving the environment as well as ensuring basic social protection and human rights – Switzerland, EU; G77, Cambodia, US delete**] [, which is a global challenge requiring global partnership – RoK; EU, G77, Cambodia, US delete].

(para 3 moved to become CST.2.bis above)

4. We are also committed to enhancing cooperation and addressing the ongoing and emerging issues in ways which will enhance opportunities for all, be centred on human development while preserving and protecting the life support system of our common home, our shared planet.

4. [[We are also committed / We reaffirm our commitment – EU, G77, Switzerland] to [enhancing / strengthening – EU, G77] [international – G77] [coherence and – Switzerland; G77 delete] cooperation and addressing the [ongoing / persistent – Switzerland] and [emerging / persistent –G77; EU retain] [issues / challenges – EU] [and challenges -G77] [related to sustainable development – G77, EU] in ways which will enhance [equal – Norway, EU, Switzerland] opportunities for all, [in particular for developing countries. – G77, Holy See; EU, Switzerland delete] [be [centred / founded – EU] on [sustainable – Switzerland; EU delete] human development [and human security – Japan; EU requests clarification] [,human rights and gender equality – EU] [while preserving and protecting / whilst integrating the need to preserve, protect and restore – EU, Switzerland] [the [life support – G77, New Zealand delete; Switzerland retain] system of our common home / the natural resources of – EU, Switzerland], our shared planet [, within the carrying capacity of its ecosystems and planetary boundaries – EU] -US delete].-G77 delete]

[4.alt We also reaffirm that protection of the environment and conservation and sustainable use of the earth's ecosystems and natural resources are a fundamental basis for eradicating poverty and improving human well-being. – US]

[4. bis We reaffirm that peace and security, development and human rights, as pillars of the United Nations system and the foundation for collective security and well-being, are interdependent, interlinked and mutually reinforcing. Development requires freedom, peace and security, good governance, respect for all human rights, including the right to food, the rule of law, gender equality, respect for nature and an overall commitment to just and democratic societies.- Liechtenstein; EU merge with 2 ter and quat; G77, US delete] *(merged into CST.2 ter)*

[4. ter We recall that the right to development is an inalienable human right by virtue of which every human person and all peoples are entitled to participate in, contribute to, and enjoy economic, social, cultural and political development, in which all human rights and fundamental freedoms can be fully realized. – Liechtenstein; EU questioning placement; G77, US delete]

[4. quat We acknowledge the need to [further – US] mainstream sustainable development in all aspects of the way we live through a holistic approach to development. – G77 merge with 2bis, New Zealand] *(merged into CST.2 bis)*

[4. quint We affirm that carbon intensive economic development is not sustainable, threatens poverty eradication, the fulfillment of human needs, and ultimately the

life-supporting functions of our planet. –Mexico; G77 delete; EU placement; US reserve]

[4. sext We declare that achieving sustainable development requires [urgent and universal –US delete] changes in production and consumption patterns and the pursuit of specific policies aimed at the integration of the three pillars of sustainable development. Therefore, we recognize the need to transform our development models [which so far have over depended in the excessive use of natural resources, particularly fossil fuels, exceeding the carrying capacity of the planet's ecosystems./ to take into account the value of natural resources, particularly non-renewable resources US] –Mexico; G77 delete; EU placement]

CST 4. We reaffirm our commitment to strengthening international cooperation and addressing the persistent challenges related to sustainable development with a view towards enhancing gender equality and equal opportunities for all. We also reaffirm that protection of the environment, and conservation and sustainable use of the earth's ecosystems and natural resources are a fundamental basis for eradicating poverty and improving human well-being. (merged 4 and 4 alt)

5. We urge bold and decisive action on the objective and themes for the conference. We renew our commitment to sustainable development and express our determination to pursue the green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We further affirm our resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development. Taken together our actions should fill the implementation gaps and achieve greater integration among the three pillars of sustainable development – the economic, the social and the environmental.

[5. We [urge / look to the future with confidence that the global community will be united to join the common cause to take – RoK, New Zealand; EU delete, covered in 1bis, Belarus language / are determined to take – New Zealand] [and commit to take – Liechtenstein, Switzerland, EU, Belarus, Iceland] bold and decisive action on the objective and themes for the conference. We renew our commitment to sustainable development [In addition, we – Switzerland, EU] express our determination to pursue [the – Japan delete] [required transformation towards a – Switzerland; US delete] green economy in the context of sustainable development and poverty eradication [over the next twenty years – Turkey]. We further affirm our resolve to strengthen [and reform – EU, Serbia] the institutional framework for sustainable development. Taken together our actions [further specified in this document – Switzerland; US, EU delete] [at the international, regional, sub-regional, national and sub-national level – EU, Serbia] should fill the implementation gaps [, ensure better policy coherence – EU; US delete] [and – Montenegro delete] achieve greater integration among the three [pillars / dimensions – Switzerland, EU, Norway] of sustainable development – the economic, the social and the environmental [, thus setting the ground for new universal and comprehensive

ethics of the humanity – Russian Federation, Belarus; US, Canada, New Zealand, Switzerland, EU delete / recognizing the indispensable role of ethics in sustainable development–Holy See; Canada, New Zealand delete]]. [We further stress the importance of ensuring adequate and efficient energy as a strategic goal in implementing the mechanisms of this integration for all countries. – Kazakhstan, Kyrgyzstan, Belarus; US, Canada, New Zealand, Switzerland, EU, Iceland delete] [and strengthen the inter-generational responsibility and solidarity – Montenegro; New Zealand delete]. [In this regard, we commit to further mainstream biodiversity and ecosystem services in policies and decision-making processes at all levels, including through promoting the valuation of biodiversity and ecosystem services – EU, Norway, Serbia, Switzerland questions placement; New Zealand delete] -G77 delete entire para]

[5. alt We reaffirm the objective of the Conference which is to secure renewed political commitment for sustainable development, assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges. At the same time we express our willingness to address the two themes of the Conference: the green economy in the context of sustainable development and poverty eradication and the International framework for Sustainable Development. –G77, Mexico; US, Canada, New Zealand, EU, Switzerland, RoK, Norway delete]

[5. bis We recognize that the cost of inaction far outweighs the cost of action and that this will inform our choices and promote the sustainability of our policies. – EU, Switzerland, Norway, Australia, Belarus, Iceland; US, Canada, New Zealand, RoK, G77 delete]

CST 5. We reaffirm the objective of the Conference, which is to secure renewed political commitment for sustainable development, assess the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and address new and emerging challenges. *(from 5 and 5 alt)*

CST 5 bis. We are determined to take bold and decisive actions at all levels, and in cooperation with all stakeholders to give concrete expression to our renewed commitment for sustainable development. These actions, which are set out below, are intended to fill implementation gaps, ensure better policy coherence, strengthen international cooperation, and achieve greater integration among the three dimensions of sustainable development. We express our determination to address herein the themes of the Conference, namely green economy in the context of sustainable development and poverty eradication; and the strengthening and reform of the institutional framework for sustainable development.

CST 5. ter. We recognize the importance of concrete and urgent action in order to secure the future we want for present and future generations. (*from 5 bis*)

II. Renewing Political Commitment

[II./I.-Japan; G77 retain two sections] Renewing Political Commitment

CST: II. Renewing Political Commitment

[A. Reaffirming Rio principles and past action plans]

[A. Reaffirming Rio principles [and other relevant documents – New Zealand, EU] and past action plans – Japan delete; G77 retain]

CST: A. Reaffirming Rio principles and past action plans

6. We reaffirm that we continue to be guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations and with full respect for international law and its principles.

[6. We reaffirm that we [continue to be / **are –G77**] guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations and [with / **by the – Liechtenstein**] full respect for international law [and its principles – US delete]. – *EU move paragraph as 2 ter with amendments; G77 retain in Section II*]

[6. bis We reaffirm our commitment to the Universal declaration of Human Rights and other relevant international and regional human rights instruments.- Norway, Mexico, EU (*merge with 2bis*); Switzerland, Norway, New Zealand, US streamline; G77 delete]

[6. ter We reaffirm our commitment to inclusive, transparent and effective multilateralism [and emphasize the need to strengthen the United Nations and other international institutions[, in order to ensure the full and fair participation of [developing countries / all – Switzerland], - EU delete] so as to enable those institutions to address the challenges of sustainable development – New Zealand delete]. –G77; *New Zealand merge with 2ter*; Norway reserves; US delete]

[6. quat We recall the [Stockholm Declaration on the Human Environment and the –Switzerland] Rio Declaration on Environment and Development and reaffirm our commitment to the fulfilment of [its / their – Switzerland] principles which shall continue to guide the international community [and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments, - US delete] and lay the foundation for the actions set out in this declaration. – EU, New Zealand; Switzerland, Norway, G77 streamline with pre7, 7, 7alt; Australia delete]

(Paragraphs 6, 6 bis and 6 ter merged with paragraph CST 2.ter)

(Paragraphs 6 quat and pre 7 merged with CST 7)

[Pre 7. We reaffirm that the Rio principles shall continue to guide the international community [and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments – US delete]. – Holy See, EU; G77 streamline with 7alt]

7. We reaffirm our commitment to advance progress in implementation of the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation. The Rio Principles shall continue to guide the international community and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments.

[7. We reaffirm our commitment to advance progress in implementation of **[the Stockholm Declaration on the Human Environment, – Switzerland, EU]** the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation **[and we reaffirm our commitment to the Rio principles.- Norway]**. **[[The [Stockholm and – Switzerland, EU] Rio Principles [and commitments – Switzerland]** [shall continue to guide the international community and – Japan delete] serve as the basis for [cooperation, coherence and implementation of agreed commitments / **action** –US]. – Norway delete] – *EU include sentence in para. 6 quat*] – G77 delete para and replace with package (7alt, 8bis, 9alt)]

[7. alt We reaffirm the Principles contained in the Rio Declaration on Environment and Development. The Rio Principles shall continue to guide the international community [and serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments –US delete] [and lay the foundation for the actions set out in this declaration –New Zealand]. - G77 (package replacement of 7,8,9), Mexico]

CST 7. We recall the Stockholm Declaration on the Human Environment, and the Rio Declaration on Environment and Development, and we reaffirm our commitment to the fulfilment of all their principles, which shall continue to guide the international community and provide the foundation for the actions set out in this Declaration. (merged 6 quat, pre 7, 7 and 7 alt)

8. We also reaffirm our commitment to the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Doha Declaration on Financing for Development: the Political Declaration on Africa's development needs, and the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries.

[8. We also reaffirm our commitment to **[other international outcomes that are relevant for advancing the implementation of sustainable development such as – Switzerland, New Zealand, ROK, EU]** the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Doha Declaration on Financing for Development, the Political Declaration on Africa’s development needs, [and – Switzerland, RoK delete] the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries [, **the Paris Declaration on Aid Effectiveness, the Nairobi Declaration, the Malmö Ministerial Declaration, the Bali Ministerial Declaration, the Cartagena decision on Strengthening International Environmental Governance and the Bali Strategic Plan for Capacity-building and Technology Support – Switzerland; G77 delete]** **[Beijing Declaration and Platform for Action – RoK]. [and the Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the resilience of nations and communities to disasters – Australia, Japan *insert in para*] – G77 delete para and replace with package (7alt, 8bis, 9alt)]**

[8. alt We also reaffirm our commitment to other international outcomes that are relevant for advancing the implementation of sustainable development. – US, Canada]

[8. bis [We recognize the need to reinforce sustainable development globally through our multilateral and national efforts, in accordance with the principle of common but differentiated responsibilities and the principle of the sovereign right of States over their natural resources, - EU delete] without causing damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction, and we also reaffirm our commitment to the [conservation and sustainable use of the ocean and its resources – EU, New Zealand retain somewhere]. –G77 (package replacement of 7,8,9); Switzerland, US delete]

[8. ter We also reaffirm our commitment to the full implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population, the key actions for further implementation of the Programme of Action and the Beijing Declaration and Platform for Action. – EU, Iceland, *Switzerland merge with 8*; G77 delete]

CST 8. We reaffirm our commitment to fully implement the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation. We also reaffirm our commitment to the full implementation of the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries, the Almaty programme of action for Landlocked Developing Countries, the Political Declaration on Africa’s development needs, and the New Partnership for Africa’s Development, as well as our commitment to fulfil all goals and objectives contained in the outcomes of all the major United Nations conferences and summits in the economic,

social and related fields. (merged 8 and 9 alt, GA resolution 64/236)

9. We recognize the need to reinforce sustainable development globally through our collective and national efforts, in accordance with the principle of common but differentiated responsibilities and the principle of the sovereign right of states over their natural resources.

[9. We recognize the need to reinforce sustainable development globally through our collective [and national /**national and regional – Turkey**] efforts [, in accordance with the –Japan, Canada delete] [**Stockholm and Rio – Switzerland**] principle[s – **Switzerland**] [of [common but differentiated responsibilities and the principle of the sovereign right of states over their natural resources -Japan, Switzerland, RoK, Canada, EU delete]. [**We need to work better together in solving common problems and advancing shared interests. – Japan**] –US delete] -Norway, EU, New Zealand delete paragraph; G77 delete para and replace with package (7alt, 8bis, 9alt)]

[9.alt We reaffirm our commitment to fully implement the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy for Implementation. We reaffirm our commitment to the full implementation of the Istanbul Programme of Action for Least Developed Countries, the Almaty programme of action for Landlocked Developing Countries, the Political Declaration on Africa's development needs, and the New Partnership for Africa's Development, as well as the commitment to fulfil all development goals and objectives contained in all the major United Nations conferences and summits in the economic, social and related fields. – G77 (*package replacement of 7,8,9*); New Zealand, US streamline with 8, EU streamline with 8bis]

[9. bis We urge all parties to fully implement their commitments under the three Conventions, the UNFCCC, the CBD and the UNCCD and to take effective and concrete actions and measures at all levels, and to enhance international cooperation[, in accordance with the principles identified in the Conventions[, including the principle of common but differentiated responsibilities – EU, New Zealand delete] – US delete]. –G77, Mexico]

[9. ter We reaffirm our commitment to reinvigorate the political will and international commitment to the principles and objectives of sustainable development, to move the sustainable development agenda forward, and raise the level of commitment by the international community to a common cause for sustainable development, including the need to achieve the internationally agreed development goals including the Millennium Development Goals (MDGs). We therefore call for the adoption of concrete measures, supported by adequate means of implementation that would ensure accelerated implementation of sustainable development commitments. –G77; New Zealand, US, EU delete] (*covered by CST 8*)

[9. quat We recall the Monterrey consensus of the international conference on financing for development and the Doha Declaration on the follow-up international conference on financing for development [and in that context also reaffirm our commitment to increase the financial flows for development, considering the existing global socio-economic gaps and the already adopted goals for ODA and other financial flows. – EU delete] –G77; New Zealand, US delete] (covered by CST 8)

[9. quint We recognize the sustainable urbanization can provide a key to unify forces to integrate the three pillars of sustainable development: economic, environmental, and social. In the regard we stress the urgent need to strengthen cooperation mechanisms, partnership arrangements and other implementation tools for the sustainable urbanization. –Mexico; New Zealand, G77, US move to Section 5; EU reserves] (merged with CST.72)

CST 9. We urge all parties to fully implement their commitments under the three Conventions – the United Nations Framework Convention on Climate Change, the Convention on Biological Diversity and the United Nations Convention to Combat Desertification, to take effective and concrete actions and measures at all levels, and to enhance international cooperation, in accordance with the principles identified in the Conventions, including the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities. (9 bis)

CST 9.bis. We reaffirm our commitment to reinvigorate political will and international commitment to the principles and objectives of sustainable development, to move the sustainable development agenda forward, and to raise the level of commitment by the international community to implement sustainable development, including through the achievement of the internationally agreed development goals including the Millennium Development Goals (MDGs). We therefore agree to the adoption of concrete measures, supported by adequate means of implementation that accelerate implementation of sustainable development commitments. (9 ter)

[B. Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges (Integration, Implementation, Coherence)]

[B. Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing

new and emerging challenges (Integration, Implementation, Coherence) – Japan delete; G77 retain]

CST B. Advancing Integration, Implementation, and Coherence: Assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges

10. We recognize that the twenty years since the Earth Summit in 1992 have seen progress and change. There are deeply inspiring examples of progress, including in poverty eradication, in pockets of economic dynamism and in connectivity spurred by new information technologies which have empowered people.

[10. We recognize that the twenty years since the Earth Summit in 1992 **[and ten years since the World Summit on Sustainable Development in 2002 – Turkey, G77]** have seen progress and change. There are deeply inspiring examples of progress, including in **[protecting the ozone layer, regulating international trade in endangered species, environmentally sound management of hazardous chemicals and wastes through international regulation and in – Switzerland, Turkey; G77, EU delete]** poverty eradication **[, in pockets of / through – Switzerland / , in health, education, environmental protection, the promotion of renewable energy, there are areas of –EU, Iceland, G77, US, Turkey]** economic dynamism / where hundreds of millions of people have been lifted out of poverty – Australia, New Zealand, EU] **[including through innovation from the private sector and other stakeholders – EU, New Zealand, ROK, US, Switzerland; G77 delete]** and **[advances – EU, G77]** in connectivity spurred by new information technologies which **[have increased access to knowledge and – Israel]** have empowered **[and freed a vast number of – EU; G77 delete]** people. **[We welcome new opportunities presented by the diversification of actors including emerging economies, the private sector and civil society, to collectively address the issue of sustainable development. We encourage each actor to play an appropriate role. – Japan, EU, Switzerland move to C] – G77 delete]**

[10. alt 1 We recognize that the twenty years since the Earth Summit in 1992 have seen some progress, including in sustainable development and poverty eradication. However, [the persistently increasing gap –EU delete] between developed and developing countries points to the continued need for a dynamic and enabling international economic environment supportive of international cooperation, particularly in the areas of finance, technology transfer in all areas, including oceans, debt, trade, and full and effective participation of developing countries in global decision making, if the momentum for global progress towards sustainable development is to be maintained and increased. [We recognize the need to avoid backtracking on previously undertaken international commitments. This is particularly important in the light to today's global challenges, which demand neither accommodation nor relativism, – EU delete] but [innovative and bold solutions capable of providing broad and balanced response to the needs relating to the three pillars of sustainable development – New Zealand, Canada merge into 10]. – G77; US, Switzerland, Turkey delete]

[10. alt 2 We recognize that there are deeply inspiring examples of progress to pursue sustainable development. However, 20 years since the Earth Summit in 1992, sustainable development is still a common undertaking. –Mexico, EU, US as replacement for 10, 11, 11alt; G77, Turkey, Switzerland delete; Canada merge with 10]

[10. bis We recognize that [research and analysis / science – Mexico] have opened new opportunities[, for both developing and developed countries, -G77 delete; US retain] for achieving sustainable development and the contribution of the scientific community is crucial in this respect. We also acknowledge that technological development and innovations from the private sector and other stakeholders offer solutions to many problems[, taking into account – US, Switzerland delete]. – EU, ROK, Switzerland; G77, Turkey delete; New Zealand, Canada move to Section II C] (*incorporated into II.C*)

CST 10. We recognize that there are inspiring examples of progress in sustainable development, including in the areas of poverty eradication, health, gender equality, education, and environmental protection and natural resource management and use. Advances in connectivity spurred by new information technologies have increased access to knowledge and have empowered large numbers of people. However, twenty years since the Earth Summit in 1992, and ten years since the World Summit on Sustainable Development in 2002, the achievement of sustainable development remains elusive. (10)

CST 10. bis We also recognize the need to accelerate progress in closing development gaps between developed and developing countries and, to this end, underscore the continued need for a dynamic and enabling international economic framework, strengthened international cooperation, particularly in the areas of finance, technology transfer, capacity building, and the full and effective participation of developing countries in global decision making. (*merged 10, 10 alt 1 and 10 alt 2*)

11. We acknowledge, however, that there have also been setbacks because of multiple interrelated crises – financial, economic and volatile energy and food prices. Food insecurity, climate change and biodiversity loss have adversely affected development gains. New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. New and emerging challenges include the further intensification of earlier problems calling for more urgent responses. We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats. Unsustainable development has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the

carrying capacity of ecosystems. Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050.

[11. We acknowledge, however, that **several challenges noted in 1992 still persist and there are new and emerging challenges. We also acknowledge that – RoK** there have [also - RoK delete] been setbacks [„inter alia, – EU] because of **continued reliance on unsustainable consumption and production patters, exacerbated by the occurrence of – Switzerland**] multiple interrelated **external and systemic – Switzerland; EU delete**] **global – EU** crises – **[such as – Switzerland**] [financial, **[and – Switzerland**] economic **[crisis, – Switzerland**] **[and – Switzerland delete**] **[of excessively – Liechtenstein** [volatile / excessive volatility of – Canada, New Zealand] energy and food prices **[and continued degradation of the earth’s ecosystems – Switzerland]– EU delete**]. **[Global population increase, – Japan**] **[Global challenges such as – Liechtenstein**] Food **[and nutrition – EU**] insecurity, climate change [, **natural disasters, water stress – Switzerland/environmental degradation - Turkey**] **[and – Japan, RoK delete**] biodiversity loss [, **deforestation and natural disasters – Japan**] **[and water shortage – RoK**] [, **desertification and land degradation, insufficient policy coherence and integration – EU, Switzerland**] **[continue to intensify and – Liechtenstein**] **[have adversely affected / are adversely affecting – Liechtenstein**] **[development gains / the achievement of sustainable development. – EU, Switzerland]**. **[We fundamentally depend on natural systems and resources for our existence and development. Our efforts to defeat poverty and pursue sustainable development will be in vain if environmental degradation and natural resource depletion continue unabated. – Switzerland, EU]** New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. **[Currently observed changes to the Earth system are unprecedented in human history – Norway, EU, Switzerland]**. **[New and emerging challenges [and increasing global imbalances – Turkey] include the further intensification of earlier problems – Liechtenstein delete] [calling / which calls - Liechtenstein] for [more urgent [and adequate – Switzerland] / a comprehensive and urgent global – Liechtenstein] response[s - Liechtenstein delete] – EU delete]**. **[We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty [and/ especially in rural areas, significant portions of the world’s population suffer from hunger and do not have access to electricity, water and sanitation - Turkey] one sixth of the world’s population is undernourished, [and that – Israel] pandemics and epidemics are omnipresent threats. [Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050. The increasing population causes extra challenge for sustainable development. – Japan] Unsustainable development has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. [[Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050.- Japan delete] [Further actions are needed to respond to these challenges and to achieve sustainable development. – Japan] – Liechtenstein delete] –Holy See delete] –US, G77 delete paragraph]**

[11. alt We also acknowledge that there have been setbacks, aggravated by multiple interrelated crises – such as financial and economic crises, food and energy crises and the challenges relating to the limit and unsustainable use of resources, climate change, biodiversity loss, drought and desertification, land degradation, urbanization, water and sanitation, frequency of disasters, social impact of extreme weather events, health, seas and ocean acidification, melting of

glaciers, floods and degradation of mountain areas, unsustainable use of resources –including that of marine living resources due to over-fishing, IUU fishing, destructive fishing practices [and subsidies that contribute to fishing overcapacity –EU reserves], and illicit activities that negatively impact the achievement of sustainable development. New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. New and emerging challenges include the further intensification of earlier problems calling for more urgent responses [, in accordance with the principle of common but differentiated responsibilities – EU delete]. We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats. [Unsustainable development caused mainly by the pressures placed by developed countries on the global environment has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. – EU delete] –G77; New Zealand, US delete]

[11. bis We acknowledge that the lack of integration of the three pillars of sustainable development [and the lack of implementation of commitments of sustainable development –EU delete] have led to the scale and gravity of global challenges, especially climate change, threatening the ability of developing countries to achieve the MDGs and for some threatening the territorial integrity and the existence and viability as countries. –G77; US delete]

[11. ter We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty and one sixth of the world's population is undernourished, pandemics and epidemics are omnipresent threats. Unsustainable development has increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. Our planet supports seven billion people expected to reach nine billion by 2050. – Liechtenstein; *EU merge with 11 ter alt*; G77 delete]

[11. ter alt 1 We are deeply concerned that around 1.4 billion people still live in extreme poverty [insert source of the figure]. Unsustainable forms of development and unsustainable consumption and production patterns [and lack of ethical considerations in development strategies –Holy See; New Zealand delete] [in developed countries – G77; New Zealand delete] have increased the stress on the earth's limited natural resources and on the carrying capacity of ecosystems. – EU]

[11. ter alt 2 We recognize that our planet supports 7 billion people and population is expected to exceed 9 billion by 2050 and stress the importance of allowing women to manage the timing, number and spacing of their children through access to voluntary family planning. –US]

[11. quat We also recognize that population dynamics are strongly and inseparably linked to our efforts to promote sustainable development and to further improve human wellbeing, reduce poverty, promote decent employment, ensure food, nutrition, water and energy security, which require higher economic performance, and our efforts to protect the environment and that population dynamics need to be addressed through human rights based policies. – EU; G77, Holy See, US delete; *New Zealand move to Section V*]

[11. quint We acknowledge therefore that international environmental, social and economic [goals / commitments – G77] have only been partially met and have not succeeded in [eradicating poverty and reversing adverse environmental change / achieving sustainable development –G77]. –Mexico, Turkey; New Zealand, US delete; EU streamline]

CST 11. We acknowledge that there have been areas of insufficient progress and setbacks in achieving sustainable development, aggravated by multiple interrelated crises – the financial and economic crises, food and energy crises. We resolve to address more forcefully pressing challenges such as unsustainable patterns of consumption and production; unsustainable use of resources including marine living resources; climate change; ocean acidification; biodiversity loss; drought, desertification and land degradation; urbanization; health; water and sanitation; natural disaster preparedness; and illicit activities that negatively impact the achievement of sustainable development. We recognize that efforts to eradicate poverty and pursue sustainable development will be in vain if environmental degradation and natural resource depletion continue unabated. New scientific evidence points to the gravity of the threats we face. (merged 11 and 11 alt)

CST 11.bis We are deeply concerned that one in five people on this planet, or around 1.4 billion people, still live in extreme poverty, and that one in six is undernourished, while pandemics and epidemics remain omnipresent threats. We acknowledge that with the world's population expected to exceed nine billion by 2050, the challenge of eradicating extreme poverty and hunger will increase. We remain committed as an international community to meeting this challenge. (merged 11 ter alt 1 and 11 ter alt 2)

CST 11. ter We acknowledge that international environmental, social and economic commitments have been only partially met; and, have not succeeded in achieving sustainable development, and that many challenges have intensified even as new ones have emerged, thereby calling for more urgent, integrated and coherent responses at all levels. (merged 11 alt and 11 quint)

12. We note that national commitment to sustainable development has deepened. Many Governments now incorporate environmental and social issues into their economic policies, and have strengthened their commitment to sustainable development and the implementation of Agenda 21 and related agreements through national policies

and plans, national legislation and institutions, and the ratification and implementation of international environmental agreements.

12. [We note [**with appreciation – EU, US, Switzerland**] that national commitment to sustainable development has deepened. – G77 delete; Canada retain] [**We note that efforts to achieve sustainable development have been reflected through national policies and plans. – G77; EU reserves**] [Many – G77 delete] Governments [now – G77 delete] incorporate environmental and social issues into their [**national development plans and – EU, G77, US, Switzerland**] economic policies [**more broadly – EU, G77, US**], and have strengthened their commitment to sustainable development [and the implementation / **since the adoption – EU, G77, US**] of Agenda 21 [and related agreements – EU, US delete] through national policies and plans, national legislation and institutions, and the ratification and implementation of [international / **global and regional – Montenegro, Switzerland**] [environmental – Norway, US, EU, ROK delete] agreements. [**However, coherence between social, environmental and economic policies so as they correspond with sustainable development remains a challenge. – Switzerland; G77 placement; US delete**] [**Furthermore, we recognize and applaud the numerous examples of progress and leadership [by Governments and Major Groups – ROK] in sustainable development at regional, national [sub-national – Canada] and local levels. – EU, US; G77 delete**]

(12. bis ROK deleted proposal)

CST 12. We recognize examples of progress and leadership in sustainable development at regional, national and local levels. We note that efforts to achieve sustainable development have been reflected in national policies and plans, and that governments have strengthened their commitment to sustainable development since the adoption of Agenda 21 through national legislation and institutions, and the ratification and implementation of international, regional and sub-regional agreements. (12)

13. We nevertheless observe that, despite efforts by Governments and non-State actors in all countries, sustainable development remains a distant goal and there remain major barriers and systemic gaps in the implementation of internationally agreed commitments.

13. We [**recognize [with concern –G77] -EU**][nevertheless [observe – EU, US delete]/ **are concerned – G77, Switzerland**] that, [despite / **greater – EU, US**] efforts by Governments [and [non-State actors / **other stakeholders – G77; EU retain**] in all countries [**are needed – EU, US**], [**there is a continued lack of implementation of the right to development, – Liechtenstein, G77, Holy See; US, New Zealand, EU delete**] [sustainable development remains – EU, US delete] [[a distant goal – EU, US delete] / **to be fully operationalized – G77**] [and there remain major – EU, US delete; G77 retain] [barriers and systemic gaps / **challenges – Japan/ if the barriers-EU, US; G77 retain**] [in the [**framework and – Switzerland**] implementation of internationally

agreed commitments. – EU, US delete; G77 retain] [to sustainable development are to be overcome and opportunities presented by sustainable development are to be realized.-EU, US] [Therefore, we commit ourselves to address and overcome the remaining barriers and systemic gaps in the implementation of internationally agreed commitments and improve accountability thereof. – Switzerland; G77, US, New Zealand delete]

[13. bis We reaffirm that poverty eradication continues to be an overall priority and we [call for a permanent incorporation of / underscore – US, New Zealand] it as an essential element to achieve sustainable development at all levels, and in this regard reaffirm the need to support developing countries in their efforts to promote empowerment of the poor [, including [removing barriers to opportunity, – US] enhancing the productive capacity, developing sustainable agriculture, promoting full and productive employment and decent work for all as well as creating income opportunities that must be complemented by effective social policies with a view to achieving the internationally agreed development goals, including the MDGs – New Zealand delete]. – G77, Canada, EU; *Switzerland streamline with similar paras in Sections I, III and V*]

[13. ter We express deep concern about the lack of fulfillment of internationally agreed commitments for the achievement of sustainable development and in particular those related to ODA, as well as transfer of technology and capacity building for developing countries. –G77; US, New Zealand, Canada, Japan, EU delete; *Switzerland move to MOI*] (*addressed in MOI*)

[13. quat In that regard, we urge developed countries that have not yet done so to meet the targets of 0.7 per cent of their gross national product for ODA; including 0.15 to 0.2 per cent of their gross national product to least developed countries. In order to meet agreed commitments and targets, it is important that developed countries establish clear and transparent timetables within their national budget allocation processes to reach the level of at least 0.5% for ODA for developing countries as well as 0.15% to 0.2% of GNP for ODA to LDCs, as urgently as possible, taking into account that the 2010 deadline was not fulfilled by 2010, and 0.7% by 2015, at the latest. We also urge developed countries to meet their ODA commitments as agreed in IPOA. – G77; US, New Zealand, Canada, Japan, EU delete (*see also 112*); *Switzerland move to MOI*] (*addressed in MOI*)

[13. quint We stress the urgent need for developed countries to change their unsustainable patterns of consumption and production, particularly since over- and under-consumption have resulted in enormous disparities between the rich and the poor and between developed and developing countries. In this regard, we call for the adoption of the 10 Year Framework for Sustainable Consumption and Production. –G77; US, New Zealand, Canada, EU, Switzerland delete (*placement*) (*11ter alt*)] (*moved to section on SCP*)

[13. sext We reaffirm that the current major challenge for developing countries is the impact from the multiple crises affecting the world today, particularly the ongoing economic and financial crisis, as a result of the deficiency of the international financial system. In this context, we reaffirm the urgent need to

address the lack of proper regulation and monitoring of the financial sector, the overall lack of transparency and financial integrity, excessive risk taking, overleveraging and unsustainable patterns of consumption and production in developed countries. These economic repercussions have also aggravated poverty, social exclusion, increased unequal distribution of income and wealth, and undermined efforts to implement sustainable development. In this regard we call for deepening the reform of the global financial system and architecture in order to give more voice to developing countries. Recognizing the vital role played by the major United Nations Conferences and Summits in the economic social and related fields in shaping a broad development vision, we also reaffirm the need to continue working towards a new international economic order based on the principles of equity, sovereign equality, interdependence, common interest, cooperation and solidarity among all States. –G77; US, New Zealand, Canada, EU, Switzerland delete]

[13. sept We express deep concern about the continuing high levels of unemployment and underemployment, particularly among young people, and [stress the urgent need for the development of a global strategy on youth employment / note the need for sustainable development strategies to proactively address youth employment – US, New Zealand]. –G77; Canada delete; *Switzerland move to Green Jobs-Social Inclusion in Section V*] (*moved to Section V, green jobs social inclusion*)

[13. oct We also observe that despite recognition of women’s vital role and the need for their full and effective participation to achieve sustainable development, [gender inequality persists – Iceland, G77] [women have not benefitted equally from economic and social gains, and their voice, leadership, and participation remain unequal to that of men – G77 delete]. – Liechtenstein, Iceland, EU *merge with 14bis and 18bis*; US, New Zealand *merge with 14 bis, streamline*]

CST 13. We are concerned that despite efforts by Governments and other stakeholders in all countries, there remain major challenges to sustainable development that must be overcome, including the need for greater coherence among social, environmental and economic policies and implementation modalities in support of sustainable development. Therefore, we commit ourselves to proactively address the remaining barriers and gaps in the implementation of internationally agreed commitments. (13)

CST 13. bis We reaffirm the need to support developing countries in their efforts to promote empowerment of the poor, including removing barriers to opportunity and enhancing productive capacity, developing sustainable agriculture, and promoting full and productive employment and decent work for all complemented by effective social policies with a view to achieving the internationally agreed development goals, including the MDGs. (13 bis)

CST 13. ter We express deep concern about the continuing high levels of unemployment and underemployment, particularly among young people, and note the need for sustainable development strategies to proactively address youth employment. (13 sept)

14. We resolve to redouble our efforts to eradicate poverty and hunger and to ensure that human activities respect the earth's ecosystems and life-support systems. We need to mainstream sustainable development in all aspects of the way we live. We acknowledge the particular responsibility to nurture sustainable development and sustainable consumption and production patterns.

[14. We resolve to [redouble / **adjust and strengthen** – Switzerland / **reinvigorate** – EU] our efforts to eradicate poverty and hunger [**by putting people at the center** – Japan, G77, EU] [and / **as well as our efforts**– EU] to [ensure that / **encourage** – US; EU retain] [human activities [to – US] [, **consumption and production patterns** – Turkey, G77] respect / **we responsibly manage** – Holy See] [**and improve** – Switzerland] [**and not further erode** – US] the earth's ecosystems [, **biodiversity** – US] and life-support systems. [**To narrow the gaps between the goal and implementation, -RoK**] [We need to mainstream sustainable development in all aspects of the way we live. [, **including sustainable development and sustainable consumption and production patterns-** US; EU delete] [We acknowledge the particular responsibility [to nurture/in **promoting** – Israel] sustainable development [and / **amongst others through** – Switzerland] sustainable consumption and production patterns.– EU delete] –US, New Zealand delete] – G77 delete para]

[14. alt We recognize that many of the world's populations, especially the poor, depend directly on the natural ecosystems for their cultural, economic and physical well-being. For this reason, it is essential to promote sustainable activities in order to decrease the disparities in standards of living and better meet the needs of the majority of the peoples of the world through the preservation of the environment while generating income and jobs. – G77, US; EU reserves; *Switzerland streamline with 14*]

[14. bis We emphasize [that sustainable development must be inclusive, and – Iceland delete; G77 retain] that [reproductive health and – US, New Zealand; Holy See delete] gender equality [and empowerment of women – G77] [are a necessity / is important – G77] [for sustainable development, as well as a goal in itself – Iceland]. Empowering women [to make informed decisions about their reproductive health, including having safe, affordable and effective measures of modern contraceptives and – US, New Zealand; Holy See delete] to make full use of their potential is crucial for our common future – we need the capacity of all humankind. [We reaffirm our commitments in the Beijing Platform for Action to ensure women's equal rights [, access and opportunities –G77] and opportunities to [participate / participation and leadership – G77] [and lead – Iceland] in the economy, society and political decision making – Holy See delete]. – Norway, Iceland, US, EU, *New Zealand streamlining with earlier para; Switzerland streamline*]

[14. ter We reaffirm the need to take further effective measures to remove obstacles to the realization of the right of peoples to self-determination, in particular peoples living under colonial and foreign occupation, which continue to adversely affect their economic and social development as well as their environment and are incompatible with the dignity and worth of the human person and must be combated and eliminated. People under foreign occupation must be protected in accordance with the provisions of international humanitarian law. –G77; Canada, US delete; EU, Turkey reserves]

[14. quat We also reaffirm that in accordance with the Declaration on the Principles of International Law concerning Friendly Relations and Cooperation among States in accordance with the Charter of the United Nations, this shall not be construed as authorizing or encouraging any action which would dismember or impair, totally or in part, the territorial integrity or political unity of sovereign and independent States conducting themselves in compliance with the principle of equal rights and self-determination of peoples and thus possessed of a Government representing the whole people belonging to the territory without distinction of any kind. –G77; US, Canada delete; EU, Turkey reserves]

[14. quint We reaffirm that human beings are at the centre of [sustainable development – Turkey] [concerns for human development – Turkey delete] and that they are entitled to a healthy and productive [and prosperous – Turkey] life in harmony with nature. [[We also affirm that [severe –Holy See] health inequities within and between countries are [ethically, -Holy See] politically, socially and economically unacceptable, as well as [unfair / unjust –Holy See] and largely avoidable, and that the promotion of health equity [and the right to basic healthcare – Holy See] is essential to sustainable development and to a better quality of life and well-being for all. / We also affirm that universal health coverage, where all people can use the health services they need, is a fundamental instrument in enhancing health and social equity, and promoting social cohesion and sustainable human and economic development. -Japan] – Turkey delete] – G77, Japan; US, New Zealand delete; *Switzerland move to Health in Section V*] (*moved to section on health*)

CST 14. We recognize that all humans depend on nature for their well-being and that many people, especially the poor, depend directly on natural ecosystems for their livelihoods and their cultural, economic and physical well-being. For this reason, it is essential to promote sustainable livelihoods and practices that promote the sustainable use of natural resources and ecosystems, generate jobs and incomes, and better meet people's needs. (*14 alt*)

CST 14. bis We emphasize that sustainable development must be inclusive, benefiting and involving all people, men, women, youth and children alike. We recognize that gender equality and empowerment of women to make full use of their potential is crucial for sustainable development and our common future. In this regard, we reaffirm our

commitments in the Beijing Platform for Action to ensure women's equal rights, access, and opportunities for participation and leadership in the economy, society and political decision making. (14 bis)

15. We recognize the special challenges facing least developed countries, landlocked developing countries, Small Island developing States, middle-income countries and African countries.

[15. We recognize the special challenges facing **[the most vulnerable countries and in particular – EU]** least developed countries, landlocked developing countries, **[mountainous developing states, - Switzerland, Kyrgyzstan; G77, EU delete]** Small Island developing States, [middle-income countries – Japan, G77, Canada, EU delete; Belarus, Kazakhstan retain] and African countries **[particularly those affected by drought, desertification and floods. Countries in situations of conflict and fragility also need special attention. – EU; G77 delete]** –G77 delete para] (*Serbia requests clarification on definitions of groups of countries from Secretariat*)

(New Zealand streamline 15alt - quint and Section V)

[15. alt We reaffirm the need for the fulfilment of [chapter 7 of the JPOI, -EU delete] Agenda 21, BPoA and the MSI; as Small Island Developing States are a special case both for environment and development in view of their unique and particular vulnerabilities. The international community should therefore significantly augment their efforts to assist SIDS in sustaining momentum realized to date in efforts to implement the BPOA and MSI and achieve sustainable development. [This should include improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system which support SIDS' sustainable development. – EU delete] Additionally, we call for the Rio Conference to agree to convene an international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in [2014 / 2016 –EU]. –G77; US, Canada delete]

[15. alt bis We reaffirm that the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020, adopted by the Fourth United Nations Conference on the LDCs, outlines LDC's priorities for sustainable development and defines a framework for renewed and strengthened global partnership to achieve them. The UNSDC RIO+20 should fully integrate the IPOA into its outcome document and underline renewed and scaled-up global commitment to achieve sustainable development in the LDCs. –G77; US, EU (*redundancy*) delete; *Switzerland merge into para 8*]

[15. alt ter We underline that the lack of political commitment for the implementation of previously agreed international commitments reached in major UN Summits and Conferences, especially those related to Africa's development needs, is of major concern. Instead of re-energizing global partnership and strengthening political will for delivery of promises made to Africa to assist in the fight against underdevelopment, poverty and disease, there seems to be a systematic attempt to renegotiate these commitments. All the commitments should

never be diluted nor renegotiated since they are pivotal for bringing Africa into the mainstream of global economy and serve as an essential ingredient for the achievement of sustainable development. It's urgent to fully implement all the commitments particularly those contained in the United Nations Millennium Declaration, the Declaration on the New Partnership for Africa's Development, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg Plan of Implementation) and the 2005 World Summit Outcome as well as the 2008 Political Declaration on Africa's development needs. – G77; US, EU, Switzerland delete]

[15. alt quat We recognize also the specific development challenges of middle-income countries and the need to support their efforts to eradicate poverty, reduce inequalities, and achieve their development goals, including the Millennium Development Goals. UNSCD Rio+20 should fully take into account their [capabilities and –US] challenges to achieve sustainable development in a comprehensive manner in order to effectively integrate the economic, social and environmental dimensions. –G77, Mexico, US; EU reserves; Switzerland delete]

[15. alt quint We underline the importance of international trade and trade facilitation as one of the priorities of the Almaty Programme of Action, note that the ongoing negotiations of the World Trade Organization on trade facilitation are particularly important for landlocked developing countries to gain a more efficient flow of goods and services as well as improved international competitiveness resulting from lower transaction costs, and we call upon the international community to ensure that the agreement on trade facilitation in the final outcome of the Doha Round fulfils the objective of lowering transaction costs by, inter alia, reducing transport time and enhancing certainty in transborder trade. -G77; EU delete; *Switzerland move to Trade in Section V*]

[15. bis We reaffirm that in order to fully harness the potential of trade it is important to uphold a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system that contributes to growth, sustainable development and employment, particularly for developing countries. In this context, we stress the need to eliminate all protectionist measures and tendencies[, especially those affecting developing countries, -Australia delete] including tariff, non-tariff and other barriers to trade, in particular agricultural subsidies [given the deleterious effects of such policies on developing countries; recognize both the contribution that the WTO can make in this area and the rights and obligations of the members of that body – Australia], [and to rectify any such measures already taken, - Australia delete] recognizes [the right of countries to fully utilize their policy space and flexibilities / that special and differential access for developing countries needs to be operationalized – Australia] consistent with World Trade Organization commitments, and calls upon the World Trade Organization and other relevant bodies, including the United Nations Conference on Trade and Development, to continue monitoring protectionist measures and to assess their impact on developing countries; -G77; *New Zealand move to Section V*; US, Canada, Switzerland delete]

[15. ter We welcome continued efforts to improve aid effectiveness and promote more effective development co-operation. We recognize the outcomes and important contributions of High Level Fora on Aid Effectiveness in Rome, Paris, Accra and Busan, together with the work of the Development Cooperation Forum of the Economic and Social Council. We reaffirm the principles of ownership, alignment, harmonization, managing for results and mutual accountability and also emphasize the importance of inclusive development partnerships, transparency and accountability in achieving development results, including the Millennium Development Goals, as reflected in the outcome of the 2011 High Level Forum held in Busan. – EU, New Zealand, RoK, US, Canada; G77 delete; *New Zealand move to Section V, Switzerland move to para 8 and subsection on MOI*]

CST 15. We recognize the special challenges facing the most vulnerable countries and in particular least developed countries, landlocked developing countries, Small Island Developing States, middle-income countries and African countries, especially those affected by drought, desertification and floods. Countries in situations of conflict and fragility also need special attention. (15)

CST 15. bis We recognize that Small Island Developing States are a special case both for environment and development in view of their unique and particular vulnerabilities, and that the international community should significantly augment its efforts to assist SIDS in sustaining momentum realized to date in efforts to implement the BPOA and MSI and achieve sustainable development. Additionally, we call for the convening of an international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in 2014. (15 alt)

CST 15. ter We highlight the central importance for the international community of supporting Africa's sustainable development and, in this regard, we resolve to accelerate implementation of previously agreed international commitments reached in major UN Summits and Conferences related to Africa's development needs. (15 alt ter)

CST 15. quat We commit to finding lasting solutions to the complex and mutually exacerbating challenges and problems of the least developed countries through accelerated, sustained, inclusive and equitable growth and sustainable development, including by supporting efforts to strengthen their science and technological capacities, as well as their national and regional institutions. We also acknowledge the particular sustainable development challenges facing landlocked developing countries and, in this regard, we strongly encourage the international community to invest in key transport infrastructure and to

provide other support to these countries' sustainable development. (86 ter, 86 ter 1)

CST 15. quint We recognize the significant progress made by middle-income countries in improving the well-being of their people, as well as the specific development challenges they face and the need to support their efforts to eradicate poverty, reduce inequalities, and achieve their development goals, and to achieve sustainable development in a comprehensive manner integrating the economic, social and environmental dimensions. (15 alt quat)

16. We acknowledge the diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations contribute to the enrichment of humankind and the protection of the Earth's life support system. We emphasize the importance of culture for sustainable development. We call for a holistic approach to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature.

16. We acknowledge the ~~[[natural –G77 delete] and cultural – EU, Canada; New Zealand delete]~~ diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations ~~[can – EU; New Zealand delete]~~ contribute to the ~~[enrichment / development – Turkey; New Zealand retain]~~ of humankind ~~[and the protection of the Earth's life support system – EU delete; New Zealand retain]~~. We emphasize the importance of ~~[education, – Serbia, G77, EU; New Zealand delete]~~ culture ~~[and awareness raising – Serbia, EU; New Zealand delete]~~ ~~[, human rights and good governance – Switzerland; New Zealand, G77 delete]~~ for sustainable development ~~[and its potential to develop alternatives to adopting a sustainable way of life and to lay the ground work for a sustained world – G77; New Zealand, US delete; EU requests clarification]~~ ~~[, including conservation and [valorisation / integrated management – G77] of the natural and cultural heritage and its contribution to the achievement of the Millennium Development Goals. – EU; New Zealand delete]~~ ~~[We also underline the importance of education for sustainable development. – EU, Japan; New Zealand, G77 delete]~~. ~~[We call for a holistic [and gender-sensitive –US] approach to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature [and the evolution that we are part of – Switzerland; New Zealand delete; EU requests clarification]. -G77, New Zealand delete]~~

[16. bis We call for a holistic approach to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature and our efforts to restore the health and integrity of the Earth's ecosystem. - G77, Switzerland; New Zealand merge with 4quat; US merge into para 16; EU to consider together with 2bis and 4quat] (merged with 2 bis)

[16. ter Convinced that a holistic approach to sustainable development requires a comprehensive and universal code of ethics, we welcome the thrust of the Earth Charter recognized by UNESCO as an important ethical framework for sustainable development. In this regard we request the Secretary-General to use

the capacity and expertise of the UN System to elaborate in close and regular consultations with the Member States a voluntary document comprising in an integral and comprehensive manner the globally shared values, principles and ethics of economical, social and environmental sustainability. – Russian Federation; *New Zealand reserves and move to Section V*; G77, EU, Canada, US delete; *Switzerland requests clarification*]

[16. quat We also recognize [the need to address –Australia delete] the role of patent protection and intellectual property rights [along with an examination of their impact on / as one of the factors relevant to –Australia] the access to and transfer of environmentally sound technology, in particular to developing countries, as well as to further exploring efficiently the concept of [assured –Australia delete] access for developing countries to environmentally sound technology [in its relation to proprietary rights –Australia delete] with a view to developing effective responses to the needs of developing countries in order to achieve the internationally agreed development goals including the MDGs. –G77; EU, Japan, Canada, US delete; *New Zealand move to Section V and merge with similar para 118ter*; *Switzerland streamline with similar paras*] (*moved to CST.118 ter*)

[16. quint We express deep concern at the imposition of laws and other forms of coercive economic measures, including unilateral sanctions, against developing countries, which undermine international law and the rules of the World Trade Organization and also severely threaten freedom of trade and investment, and in this regard urges States to refrain from enacting and implementing such measures that hamper the full achievement of sustainable development, as well as trade in developing countries. – G77; EU, Australia, Canada, Switzerland, US delete; *New Zealand move to trade section*] (*moved to trade section*)

CST 16. We call for holistic and integrated approaches to sustainable development which will guide humanity to live in harmony with nature and lead to efforts to restore the health and integrity of the Earth's ecosystem. We acknowledge the natural and cultural diversity of the world and recognize that all cultures and civilizations contribute to sustainable development. (*para 16 and 16 bis*)

II. C. Engaging major groups

[C. [Engaging major groups / Major groups and other stakeholders – G77, New Zealand, Switzerland] – Japan delete]

CST C. Engaging major groups and other stakeholders

CST pre 17. We reaffirm the primary role of national governments and legislative bodies in promoting sustainable development. We further acknowledge efforts and progress made at the local and sub-national levels, and recognize the vital role that cities and local communities play in implementing sustainable development by engaging citizens and stakeholders. We further acknowledge the need to fully integrate decision makers at these levels into planning and implementation of sustainable development policies. [para 20, 21 ter]

17. We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making. Sustainable development requires major groups – women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers – to play a meaningful role at all levels. It is important to enable all members of civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their specific knowledge and practical know-how into national and local policy making. In this regard, we also acknowledge the role of national parliaments in furthering sustainable development.

17. We underscore that [, **in line with the Rio Principle 10, - Montenegro**], [a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is – G77 delete; EU retain] broad public participation [**and influence in policy and – EU; G77 delete**] [in [all levels of – Liechtenstein, EU; G77 delete] decision-making – G77 delete; EU, Switzerland retain] [**at local, national, regional and international levels – EU, Switzerland**] [, **access to information and judicial and administrative proceedings are essential to the promotion of sustainable development in line with Rio Principle 10 –G77, Switzerland; New Zealand, US delete**] [, **implementation and monitoring – Switzerland**]. Sustainable development requires [**governments to ensure the meaningful involvement and active participation of – RoK, EU**] [**the meaningful participation of – Liechtenstein, Switzerland, EU**] [major groups / **Major Groups – Liechtenstein, EU**] – women, children and youth, indigenous peoples, [**faith based organizations, – Holy See; New Zealand, Switzerland, G77, EU delete**] non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers [- **as well as [civil society as a whole / relevant stakeholders – G77] – EU, Switzerland**] [- to play a meaningful role at all levels – RoK, Liechtenstein, EU delete]. [**In this regard we agree to take appropriate steps to give further effect to this Rio principle. – G77**] [[It is important to enable all members of civil society – EU delete] to be actively engaged in sustainable development / **We also acknowledge the need to include national parliamentarians amongst the major groups. All major groups of society should actively engage in sustainable development – Mexico; New Zealand retain original text; EU streamline with 2quint**] by incorporating their specific knowledge and practical know-how into national [, **sectoral – Switzerland; EU delete**] and [local / **sub-national – Switzerland, Canada**] policy making [, **implementation and monitoring – Switzerland**] [**and encouraging their active participation in decision making, planning and implementation of policies and programmes for sustainable**

development – Liechtenstein, EU]. [In this regard, we [also / further – Israel] acknowledge the [central – Israel] role of [national [and regional – Switzerland; G77 delete; *EU requests clarification*] parliaments [and local authorities – Switzerland, EU] / all levels of government – Canada] in furthering sustainable development. – EU, New Zealand delete] - G77 delete; *US streamline*]

[17. bis It is important to enable all members of civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their specific knowledge and practical know-how into national, regional and local policy making. – Montenegro; *Switzerland integrate elements in para 17; G77 delete*]

[17. ter We acknowledge the role of [regional and national –New Zealand] parliaments [, as the most representative bodies, -New Zealand delete] in furthering sustainable development. [We invite the parliaments at the regional, national and local levels to become more actively involved in the promotion and implementation of sustainable development. We also invite the parliaments to periodically review the progress made in the implementation of the national sustainable development strategies in their countries. – New Zealand delete] – Montenegro; G77 delete; *EU streamline and questions placement*]

CST 17. We underscore that a fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is broad public participation in decision-making at all relevant levels. Sustainable development requires the meaningful involvement and active participation of all Major Groups - women, children and youth, indigenous peoples, non-governmental organisations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers - and other relevant stakeholders. We also acknowledge the role of regional and national parliaments in sustainable development. In this regard, we agree to work more closely with Major Groups and parliaments and encourage their active participation in decision making, planning and implementation of policies and programmes for sustainable development at all levels including through the contribution of their specific views, knowledge and practical know-how. (para 17, 17bis, 17 ter, 18 alt)

18. We recognize that improved participation of civil society depends upon strengthening the right to access information and building civil society capacity to exercise this right. Technology is making it easier for Governments to share information with the public and for the public to hold decision makers accountable. In regard, it is essential to work towards universal access to information and communications technologies.

[18. We recognize that improved participation of civil society [also – EU] depends [, amongst others, – Switzerland] upon [the respect for the right to freedom of

association and assembly, as well as – EU, Liechtenstein, Switzerland] [strengthening the right to access/improving availability –US; EU retain] [relevant – Switzerland; *EU requests clarification*] information [that is held by public authorities – Switzerland; *EU requests clarification*] [and to judicial and administrative procedures,- Norway, EU] [, public participation in decision making, access to justice – EU, Liechtenstein, Switzerland] and building civil society capacity to [exercise [this right / these rights – EU, Switzerland] / access and utilize such information. –US, Canada; EU delete and retain EU amendment] [Technology is making / Information and Communication Technologies can make – EU, Switzerland] it easier for Governments to share [such – Switzerland] information with the public and for the public to hold decision makers accountable [, and have the potential to provide new solutions to sustainable development challenges – EU, Switzerland]. In this regard, it is essential to work towards [universal / improved – US, New Zealand, Canada; *EU requests clarification*] access to [such – Switzerland] information and [relevant – Switzerland] communications technologies. – G77 delete para]

[18. alt It is important that members of civil society be actively engaged in sustainable development by contributing with their specific views, knowledge and practical know-how into policy making at the relevant level. We recognize that improved participation of civil society and major groups in advancing sustainable development will be facilitated, inter alia, by education and elimination of illiteracy, strengthening frameworks and policies to facilitate access to information, enhancing access to information and communications technologies with the objective to allow for a more effective and timely interaction with decision makers. In this regard, technology transfer is essential to work towards a substantial reduction of the global information technology gap. –G77; New Zealand, US, EU delete; *Switzerland, EU integrate elements in original para 18*]

[18. bis We underscore that women have a vital role to [achieve / play in achieving –US] sustainable development [and in contributing to low-carbon, sustainable economics of the future. Women and girls are powerful agents of change, and ensuring women’s effective participation in sustainable development policies, programs, and decision-making at all levels is critical. – US] [and their full and effective participation is needed. [However, women have not sufficiently benefitted from economic, social and environmental policies and their voice, leadership, and participation, remain under-utilized. Women make up half of the world’s population and yet represent a staggering 70 per cent of the world’s poor. Gender equality and empowerment of women, including an equal and effective participation and voice of women, requires their increased representation in decision-making, planning and implementation of policies and programmes. –G77 delete] We recognize that gender equality and the integration of gender perspectives are essential for sustainable development, and that women and girls are powerful agents of change and key actors in effective sustainable development actions and resolve to ensure women’s effective participation in sustainable development policies, programs and decision-making at all levels – US delete]. – EU; *New Zealand merge with 13oct and 14bis using 13oct as base; Canada consolidate gender references; Switzerland, G77 move to subsection on gender in Section V*]

CST 18. We recognize that improved participation of civil society will be facilitated, inter alia, by access to education and the elimination of illiteracy, strengthening frameworks and policies to facilitate access to information and justice, enhancing access to information and communications technologies in order to permit more effective and timely interaction with decision makers and innovative solutions to sustainable development challenges, respect for the right to freedom of association and assembly, and building civil society capacities to exercise rights and utilize information. In this regard, technology transfer is essential to facilitate improved access and can contribute to substantial reduction of the global information technology gap. (para 18, 18 bis, 18 alt)

CST 18. bis We underscore that women are powerful agents of change and have a vital role to play in achieving sustainable development. In this regard, we resolve to ensure women's effective participation in sustainable development policies, programmes and decision-making at all levels. (para 18 bis; the rest should go to 13oct and 14bis using 13oct as base)

19. We acknowledge the important role of the private sector in moving towards sustainable development. We strongly encourage business and industry to show leadership in advancing a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication.

19. We acknowledge [the important role / **that – G77; EU retain**] [**and responsibility – Switzerland, EU**] [of – G77 delete] the private sector [in moving towards / **can play an important role in the promotion of – G77; EU retain**] sustainable development [, **the increasing willingness of their participation, and the need for Member States to encourage and promote conditions for such action – RoK, EU / and its financing - Turkey**] [**in accordance with the relevant national legislation and policies. -G77; EU delete**] We strongly encourage business and industry [**irrespective of its sector, size, location and ownership structure – Switzerland, US; G77 delete**] to [**commit themselves to supporting Governments' efforts to achieve equitable and sustainable growth – G77; US delete; EU requests clarification**] [show leadership [**and innovation – Canada**] in advancing a green economy in the context of sustainable development – G77 delete; Switzerland, EU retain] and poverty eradication .– Japan delete; Switzerland, EU retain] [, **particularly sectors with a high environmental and social impact, including through corporate environmental and social responsibility – Canada**] [, **national policies and objectives, as well as in transforming unsustainable production and consumption patterns, noting the importance of applying standards of corporate social responsibility and accountability. -G77, Switzerland, EU streamline**][**and in particular in developing sustainable production and consumption policies – Israel; EU streamline**] [**and in formulating an effective energy strategy. – Kazakhstan;**

G77, US delete; *EU requests clarification and prefers 70-71* [through actions such as development, production and marketing of resource efficient, clean and safe products, services, processes and technologies, and adopting inclusive and accountable business practices including protecting basic worker rights, enhance workers' job security, and improving their terms of employment. – Switzerland, EU; G77 delete; *US requests clarification*]. [Strengthening of public-private partnerships is one of the [essential –G77 delete] tools for advancing sustainable development. – Serbia; *EU streamline with 19alt1 and 19alt2*] [Business and industry should seek to align their practices with the objectives and principles of the UN Charter as well as with those set forth by the UN Global Compact. – Turkey, *Switzerland move to subsection on private sector*; G77 delete]

[19. alt 1 We acknowledge that the [transition –G77 delete] to sustainable development will depend on full engagement of both the public and private sectors. [We recognize the need to establish policies to ensure that social and environmental costs and benefits are [fully –EU delete] reflected in [prices and decisions / the enabling environment – US]. – New Zealand delete] – Norway, US (*preferable to 19*), *EU streamline with 19alt2*; Canada, G77 delete; *Switzerland merge into para 19*]

[19. alt 2 [We underline the key role of the private sector, in delivering green growth through trade, investment, research and development, innovation and resource efficiency. The scale of investment, innovation, technological development and employment creation required for sustainable development and poverty eradication is beyond the range of the public sector alone. We thus call on the private sector to seek opportunities from green economy -including through, sustainable business models corporate social responsibility as well as life-cycle and supply chain analysis. [We commit to ensure a predictable and consistent and enabling regulatory framework for the private sector to launch and implement initiatives to advance sustainable development. – Japan reserves] We acknowledge increased efforts of the business community to conduct business in a more socially and environmentally responsible manner and encourage them to continue on this path, with ever more commitment and a sense of urgency. –G77 delete] We also commit to [engage with the / working with business and industry and –US] workers and trade unions to promote the sustainable development agenda. – EU; New Zealand, Canada delete; *Switzerland merge elements into para 19*; G77 merge with 21quat]

[19. bis We acknowledge the important role of international and regional financial organizations as well as academia for inclusive sustainable development. – Turkey, *Canada integrate into 19*; G77 delete]

CST 19. We acknowledge that the implementation of sustainable development will depend on full engagement of both the public and private sectors, and that strengthening of public-private partnerships can be an important tool in facilitating this engagement. We commit to regulatory and policy frameworks that enable business and industry to

launch and implement initiatives to advance sustainable development. [para 19 alt 1 and 19 alt 2]

[Para 24 moved here, combined with 104 dec alt]

CST 24. We recognize the need to establish a process aimed at agreeing on, and developing a reliable and robust global system for national sustainability accounting and reporting. We recognize the need for a global commitment on corporate sustainability reporting which promotes and encourages large private and public companies to take sustainability issues into account in conducting their activities and to integrate sustainability information within their reporting cycles. The Global Reporting Initiative launched in Rio in 1992 can serve as one useful point of reference in this regard. [24, 104 dec alt]

20. We also acknowledge the essential role of local governments and the need to fully integrate them into all levels of decision making on sustainable development.

[20. We reaffirm the primary role of national governments, in the process of achieving sustainable development. We acknowledge the role of national legislative bodies in promoting sustainable development. – G77] We also acknowledge the essential role [of / that – G77; EU retain] local [and sub-national – Canada, New Zealand, Switzerland; G77 delete] governments [can play – G77; EU delete] [and the need to fully integrate them into [all levels of –Australia delete] decision making [and implementation – Switzerland; G77 delete] on sustainable development – G77 delete; EU retain / and the need for them to fully integrate sustainable development into their decision making. – New Zealand] [in integrated planning and implementation of sustainable development policies. [We further acknowledge efforts and progress made at local level and stress that cities and local communities have a major role in [advancing a real / achieving – G77] sustainable development agenda on the ground, including through their role in engaging citizens and other stakeholders. –EU, Switzerland; New Zealand delete] – RoK, New Zealand, Canada delete paragraph; G77, Australia, Canada paragraph 20 to become paragraph 17; US streamline; EU retain placement]

[20 moved to CST pre 17.]

[20. bis We recognize the important role of [academia –G77] science and strengthening science-policy interface in advancing sustainable development[, in particular through innovative technologies – G77 delete]. – Serbia, EU, US questions placement; New Zealand delete]

CST 20. bis We recognize the importance of the availability of scientific and technological information, and access to, and transfer of environmentally sound technology for sustainable development. We are committed to

working more closely with academia and the scientific and technological community to strengthen the science-policy interface as well as to foster knowledge sharing, international research collaboration and technology transfer. [20 bis, 31 bis]

[20. ter We acknowledge the essential role of the international organisations as [a nodal point of global governance – US requests clarification] which promotes the three pillars of sustainable development in a balanced manner while encouraging cooperation among states, local governments, [civil society –EU] and the private sector. – RoK, EU; New Zealand, G77 delete]

[moved to CST 21. quint]

[20. quat We commit ourselves to [re – G77 delete]invigorating the global partnership for sustainable development to support [development / developing – G77] countries overcome the gap of finance, technology and capacity. [We recognize that States must work together cooperatively and join with all stakeholders, in particular the major groups, to address the common sustainable development challenges we face. –G77 delete] – RoK, EU move to framework for action; New Zealand merge with 23; US requests clarification]

[moved to CST 23.]

21. We recognize the importance of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in the global, regional and national implementation of sustainable development strategies. We also recognize the need to reflect the views of children and youth as the issues we are addressing will have a deep impact on the youth of today and the generations that follow.

(New Zealand, Canada, Switzerland split indigenous issues and youth into two separate paragraphs)

[21. [We stress the importance of the participation of indigenous people to the promotion of sustainable development. In this regard, - G77, New Zealand, Switzerland] We recognize the [role of indigenous peoples and the – EU, US; New Zealand delete] importance of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in the global, regional and national [and sub-national – EU, Switzerland, US] implementation of sustainable development strategies. [We also recognize the need to [reflect / promote intergenerational solidarity by recognizing – Holy See; New Zealand, EU retain original / integrate - Montenegro] the views of children [and / , - Turkey] youth [and women – Turkey] as the issues we are addressing will have a deep impact on the youth of today [both boys and girls –US] and the generations that follow. – Switzerland, G77, EU delete] - RoK delete paragraph] (*G77 language should be in accordance with Declaration on Rights of Indigenous Peoples*)

CST 21. We stress the importance of the participation of Indigenous Peoples to the promotion of sustainable development. In this regard we recognize the importance of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in

the global, regional, national, and sub-national implementation of sustainable development strategies. [21]

[21. bis We also recognize the need to [reflect on / integrate – G77] the views of [[women, - New Zealand delete] [disabled persons / persons with disabilities -New Zealand], - G77 delete] children and youth as the issues we are addressing will have a deep impact on the youth [of today – G77 delete] and the generations that follow. – Switzerland, EU reword end based on 21bis alt and 18bis; US delete]

[21. bis alt 0 We also recognize the need to reflect the views of children and youth as the issues we are addressing will have a deep impact on the youth of today and the generations that follow. – Switzerland]

[21. bis alt We stress the need for the active participation of young people in decision making processes, as the issues we are addressing have a deep impact on them and the generations that follow, and as the contribution of young people [as agents for change –G77 delete] is vital to achieve sustainable development. – EU, Liechtenstein, New Zealand, Switzerland, US]

CST 21. bis We stress the need for the active participation of young people in decision making processes as the issues we are addressing have a deep impact on them and the generations that follow, and as the contribution of young people, both boys and girls, is vital to achieve sustainable development. [21 bis, bis alt 0, bis alt]

[21. ter We also recognize the importance of local communities in the achievement of sustainable development. –G77; EU delete; New Zealand merge with 21bis; US streamline] [included in CST pre 17.]

[21. quat We stress the importance of the participation of workers and trade unions to the promotion of sustainable development. As [their / the –US] representatives [of working people – US], trade unions are important [actors / partners –US] in facilitating the achievement of the integration of the social pillar into the sustainable development and for the promotion of socially responsible and economic development, social equity and decent work. –G77, Switzerland, EU streamline]

CST 21. ter We stress the importance of the participation of workers and trade unions to the promotion of sustainable development. As the representatives of working people, trade unions are important partners in facilitating the achievement of the social pillar of sustainable development and the promotion of socially and environmentally-responsible economic development, social equity and decent work. Information, education and training on sustainability at all levels, including the workplace, are key to strengthening workers' and trade unions' capacity to support sustainable development. [21]

CST 21. quat We recognize that farmers, including fishers and pastoralists, play a critical role in the protection and sustainable use of the natural resource base and rural ecosystems and can, through sustainable practices, contribute to reducing land degradation and desertification, enhancing food security and the livelihoods of the poor, and invigorating domestic production and sustainable economic growth. [32 bis]

CST 21. quint We note the valuable contributions of non-governmental organisations as information providers, practitioners, monitors of progress, and partners in promoting sustainable development.

CST 21. sext We acknowledge the essential role of international organisations, including the United Nations and the international financial institutions, in advancing the sustainable development agenda by encouraging close cooperation among states as well as between states and other stakeholders, as well as by mobilizing resources for sustainable development. [20 ter, 19 bis]

[22 moved to CST 2. quint]

[20. quat We commit ourselves to [re – G77 delete]invigorating the global partnership for sustainable development to support [development / developing – G77] countries overcome the gap of finance, technology and capacity. [We recognize that States must work together cooperatively and join with all stakeholders, in particular the major groups, to address the common sustainable development challenges we face. –G77 delete] – RoK, EU move to framework for action; New Zealand merge with 23; US requests clarification]

CST 23. We commit ourselves to invigorating the global partnership for sustainable development that we launched in Rio in 1992. We recognize the need to impart new momentum to our cooperative pursuit of sustainable development, to work closely with the major groups and all stakeholders, and to support developing countries in filling gaps in the areas of finance, technology and capacity building. [23 and 20 quat]

[D. Framework for action]

[D. Framework for action – Japan, RoK, EU delete]
(Consider consolidating all three frameworks for action – Canada, G77)

(New Zealand delete all part D and move some concepts to other parts)

(All paragraphs in Part II.D. have been moved and merged to other parts of the document, as noted below)

[Pre 22 We recognize that member states are primarily responsible for driving for their own sustainable development agenda. In this regard we note that countries have established and strengthen regional and sub-regional organizations to help them in their development process. – G77 (G77, New Zealand want it moved to Section V) (moved to Part IV)

[Pre 22. bis We reaffirm that the following means of implementation identified in Agenda 21, programme for further implementation of Agenda 21 and JPOI are indispensable to achieving full and effective translation of sustainable development commitments into tangible sustainable development outcomes; financing, technology development and transfer, capacity development, globalization and trade. – G77 (G77, New Zealand want it moved to Section V)] (moved to Part V, MOI)

[Pre 22. ter To achieve a successful outcome of the United Nations conference on sustainable development, we need to renew our commitment to an integrated approach that involves the three pillars of sustainable development focused on implementation of commitments. The UNCSO should identify a framework of action, in accordance with the principle of common but differentiated responsibilities, and look for a substantial increase and allocation of new, additional, predictable, and adequate financial resources, grants and credits and investment, including the development of infrastructure in order to support the implementation of national policies and development strategies in developing countries. – G77 (G77, New Zealand want it moved to Section V)] (moved to Part V, chapeau and MOI)

[Pre 22. quat We strongly believe that increased political commitment [of developed countries –New Zealand delete] is essential to fill the gaps in the means of implementation. – G77 (G77, New Zealand want it moved to Section V)] (moved to Part V, MOI)

[Pre 22. quint Provision of a clear registry on financial resources and technology transfer from developed countries available for the implementation of sustainable development commitments, as well as its timelines, functions, recipients, management, and objectives with a view to strengthening transparency and a culture of accountability. – G77; New Zealand delete (G77 wants it moved to Section V)] (moved to Part V, MOI)

22. We commit to improving governance and capacity at all levels – global, regional, national and local – to promote integrated decision making, to fill the implementation gap and promote coherence across institutions.

[22. We commit to improving [governance [, **accountability – RoK, Liechtenstein, EU; US requests clarification**] and capacity / **policies – G77**] at all levels – global, regional, [sub-regional, – **Serbia**] national [, **sub-national – Canada**] and local – to promote [the objectives of [overall –EU delete] **sustainable development, – Kazakhstan**] [integrated/cross-sectoral **cooperation policy formulation and balanced integration of economic, social and environmental issues and considerations into – Montenegro**] [and **participatory – Switzerland, EU / and inclusive - Liechtenstein**] decision making, [as one of the ways – **G77**] to [fill / **contributing to filling – G77**] the implementation gap and [promote / **promoting – G77**] coherence [across institutions –Iceland delete] [as well as in agreements, treaties, laws and policies – **Switzerland; US delete**] [, **reaffirming that the active participation of women, on equal terms with men, at all levels of decision-making is essential to the achievement of equality, sustainable development, peace and democracy. We reiterate the need for effective participation of both women and men in decision-making and management at all levels and encourage the use of national mechanisms to increase the proportion of women in positions of power - Iceland**]. – EU bracket paragraph; (*G77 wants it moved to Section V*) (*moved to Part IV, except Iceland's proposal moved to section on gender in Part V*)

[22. alt 1 We commit to improving governance and capacity at all levels – global, regional, national and local – to strengthen the integration of the three pillars to fill the implementation gap and promote coherence across institutions. – **RoK; EU questions placement**] (*moved to Part IV*)

[22. alt 2 We stress [the importance / our resolve to further strengthen – **US**] [of better cooperation / coordination –**US**] and coherence [between / of –**US**] the United Nations[, the International Financial Institutions and the World Trade Organization / and the multilateral financial, trade and development institutions, respecting their mandates and governance structure, to support inter alia, sustainable development in its economic, social, and environmental dimensions – **US**]. [This is necessary to make the economic, social and environmental dimensions of sustainable development mutually reinforcing. –**US delete**] – **Norway; EU move to Section IV**] (*moved to Part IV*)

[22. bis We reiterate the importance of good governance at the international level[, and transparency in the financial, monetary and trading systems –**New Zealand reserves**]. - **G77 (G77 wants it moved to Section V)**] (*moved to Part V, MOI*)

23. We commit ourselves to reinvigorating the global partnership for sustainable development. We recognize that States must work together cooperatively and join with all stakeholders to address the common sustainable development challenges we face.

[[23. We [commit / **recommit – Canada**] ourselves to reinvigorating the global [and **regional – Kazakhstan; US**] partnership[s – **Kazakhstan; US delete**] for sustainable development. We recognize that States must work together cooperatively and join with all stakeholders to address the common sustainable development challenges we face. –

G77, RoK delete; EU bracket paragraph; New Zealand retain] *(merged with CST 23 in Part II.C)*

[23. alt We commit ourselves to reinvigorating the global partnership for development. We recognize that States must work together cooperatively, honour their international development commitments. - G77; New Zealand delete (G77 wants it moved to Section V)] *(moved to CST 23 in Part II.C)*

[23. bis We call for better integration of regional and sub-regional initiatives and actions for sustainable development, utilization of already existing agreements, institutional arrangements and mechanisms of regional and sub-regional coordination and cooperation. – Serbia; New Zealand delete; US merge with 23; EU move to Section IV] *(moved to Part IV)*

24. We call for a global policy framework requiring all listed and large private companies to consider sustainability issues and to integrate sustainability information within the reporting cycle.

[24. [We call for a [n effective – Switzerland, EU] global policy framework [, building on the Global Compact and Global Reporting Initiative, – Switzerland, EU] [the strengthening of the existing international mechanisms aimed at incorporating sustainability standards into the functioning of the business sector as well as setting up – Montenegro] [requiring [all / which promotes and encourages [publicly –EU delete] – Australia, EU] listed and large – Japan, Switzerland, EU delete] private [- Norway, EU delete] [and public – Switzerland] companies /encourage the private sector – Canada] - [that are listed – Switzerland; EU delete] to [consider / take – Switzerland] [taking note of all – Kazakhstan] sustainability issues [into account in conducting their activities, to implement corporate sustainable development policies – Switzerland] and [to integrate / the standardisation and increased use of corporate reporting of –Australia] sustainability information within the [ir – Switzerland] [appropriate – Kazakhstan; EU requests clarification] reporting cycle[s – Switzerland]. – RoK, US, Canada, G77, New Zealand delete paragraph; EU bracket paragraph] *(merged with 24. alt and 104. dec. bis and moved to after CST 19)*

[24. alt We encourage the private sector to consider sustainability issues and to integrate sustainability information within their reporting cycle. – Canada, New Zealand, US; EU delete] *(merged with 24 and 104. dec. bis and moved to after CST 19)*

III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

CST III. Green Economy in the context of sustainable development and poverty eradication

A. Framing the context of the green economy, challenges and opportunities

A. [Framing the context of the green economy, challenges and opportunities [as well as other approaches, visions and models of sustainable development and poverty eradication – G77; Switzerland delete]/ Overview of the Green Economy – US]

CST.A. Overview

[Pre25. We reaffirm that market-based growth strategies are insufficient by themselves to ensure equitable economic growth and to solve the problem of widespread poverty, to provide adequate health care, education, full employment and decent work for all and to reduce inequality and promote social development and inclusion. – G77; EU (questions placement), New Zealand, US, Canada, Japan positive tone needed] (*into CST.28 bis*)

[Pre25. bis We further reaffirm that a framework of social policies at the national level with well-functioning institutions at all levels is vital to promoting sustainable development. – G77; EU (questions placement), New Zealand questioning placement; Canada, Japan rewording] (*into CST.28bis*)

[Pre25.ter We reaffirm that the current major challenge for developing countries is the impact from the multiple crises affecting the world today, particularly the ongoing economic and financial crisis, as a result of the deficiency of the international financial system. In this context, we reaffirm the urgent need to address the lack of proper regulation and monitoring of the financial sector, the overall lack of transparency and financial integrity, excessive risk taking, overleveraging and unsustainable patterns of consumption and production in developed countries. These economic repercussions have also aggravated poverty, social exclusion, increased unequal distribution of income and wealth, and undermined efforts to implement sustainable development. In this regard we call for deepening the reform of the global financial system and architecture in order to give more voice to developing countries. Recognizing the vital role played by the major United Nations Conferences and Summits in the economic social and related fields in shaping a broad development vision, we also reaffirm the need to continue working towards a new international economic order based on the principles of

equity, sovereign equality, interdependence, common interest, cooperation and solidarity among all States. – G77; New Zealand, US, Canada, Japan, EU delete; Australia reserve] (*into CST.25*)

[Pre 25. quat We are convinced that sustained and widespread prosperity will require major reforms in global economic governance, including the reform of the global financial system and architecture, along with the renewed commitment to sustainable development to balance material wealth improvements with the protection of the natural resources and ecosystems and to ensure equity and justice. – G77; EU (questioning placement), Japan, US, Canada delete; Australia reserve] (*into CST.25*)

[Pre 25. quint Sustainable development must remain our overarching goal. We view green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as one of the tools to achieving sustainable development. In this regard, we emphasize the need for [each State to assess and consider/ participants to consider –US] related opportunities, challenges and risks [as well as the means of implementation needed – US delete, G77 retain]. It should foster integration of the three pillars of sustainable development and not be a rigid set of rules, but provide options for policy making. – G77] (*into CST pre 25, CST pre 25ter, CST.25 bis and CST.30*)

[Pre 25. sext Green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication” should be developed in accordance with the principles in the Rio Declaration on Environment and Development, in particular the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities as well as national priorities, and the instruments further adopted for the implementation of Agenda 21, in particular the Johannesburg Plan of Implementation. – G77; US, EU rewording; New Zealand delete] (*into CST pre 25 quat and CST.25 ter*)

[Pre 25. sept We view the green economy as a means to achieve sustainable development. An inclusive, green economy in the context of sustainable development and poverty eradication will result in improved human well-being, social development and equity, new employment and income opportunities for all, greater opportunities for individuals and gender equality, while significantly reducing pressure on the environment, ecological risks and scarcities of natural resources, and as such contributes to meeting key global goals. – EU, Canada; G77 delete but welcome proposals to improve pre 25 quint and 25 alt 1] (*into CST pre 25 ter*)

[Pre 25. oct We view the green economy as a means to achieve sustainable development, which remains our overarching goal, with a green growth strategy that turns the current challenges and crisis into new opportunities by ensuring economic growth while improving environmental sustainability. We are committed to building a green economy for all by making our growth green and [equitable/ inclusive – US]. We reaffirm that Green economy is essential for poverty eradication by creating new markets and jobs, and thus needs to be considered in the context of sustainable development and poverty eradication. – RoK; G77 delete

but welcome proposals to improve pre 25 quint and 25 alt 1] (*into CST pre 25 ter*)

[Pre 25. non We are convinced that the green economy is a means to achieving our common vision to eradicate poverty, reduce inequality and make growth inclusive, and [production and consumption more sustainable, while combating climate change and respecting a range of other planetary boundaries/ promote protection of the environment and natural resources -US] . It should promote sustained, inclusive and equitable economic growth that generates employment and strengthens social cohesion. – Liechtenstein; G77 delete but welcome proposals to improve pre 25 quint and 25 alt 1] (*into CST pre 25, CST pre 25 ter*)

Note: Liechtenstein, EU, Switzerland, RoK combining pre 25 sept, oct, non, with positive tone and vision.

Replace equitable with inclusive – US, RoK flexible

CST pre 25. We acknowledge that there are different approaches, visions, models and tools to achieve our overarching goals to eradicate poverty and achieve sustainable development. We consider a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication to be a useful concept or tool for achieving sustainable development, that it can provide options for policy making but is not a rigid set of rules. (*from pre 25. quint, pre 25. non and 26*)

CST pre 25. bis We encourage all countries, in accordance with their national circumstances and priorities, to consider how moving towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication can improve the welfare of their people while ensuring the healthy functioning of the Earth's ecosystems. (*from 25*)

CST pre 25. ter If effectively designed and implemented, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication can foster the integration of the three dimensions of sustainable development, and deliver poverty eradication, inclusive, equitable and sustainable growth, improved human well-being and social development, new opportunities for employment and decent work, while respecting the Earth's limited natural resources and serving to re-establish harmony with nature. (*from 25, 25 bis, Pre 25 quint, pre 25 sept, pre 25 oct, pre 25 non and 30 quint*)

CST pre 25. quat We affirm that pursuit of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication must be in accordance with the Rio principles,

Agenda 21 and the JPOI and contribute towards achieving internationally agreed goals. (from pre 25 sext, 25, 25 alt 1 and 30 quint)

25. We are convinced that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute to meeting key goals – in particular the priorities of poverty eradication, food security, sound water management, universal access to modern energy services, sustainable cities, management of oceans and improving resilience and disaster preparedness, as well as public health, human resource development and sustained, inclusive and equitable growth that generates employment, including for youth. It should be based on the Rio principles, in particular the principle of common but differentiated responsibilities, and should be people-centred and inclusive, providing opportunities and benefits for all citizens and all countries.

25. [We affirm that the human [person – Holy See] is at the center of sustainable development. We encourage transition to the green economy with a view to promoting welfare of [a large and growing world population / all the people of the world – Holy See] and ensuring well-functioning of our ecosystem at the same time. – Turkey] We are convinced that [taking – US] a green economy [approach is a useful tool for achieving – US] [in the context of –US delete] sustainable development and poverty eradication [should – US delete] [improve wellbeing and social equity of a large and growing world population while respecting the earth’s limited natural resources and maintaining the services of ecosystems and should – Switzerland][and can – US] contribute to meeting key goals – in particular the priorities of [people-centered development – Holy See; EU delete] [poverty – RoK delete][eradication/reduction – US/RoK delete], [gender equality and women’s empowerment, - US, Norway, Iceland] food [and natural resources – Kazakhstan, Belarus; EU delete] security [and improved nutrition, gender equality and the empowerment of women-Canada], [and nutrition, sustainable agriculture – Israel] [sustainable management of natural resources, - Serbia, Holy See] [biosafety, – Turkey; EU delete] sound water [and land – Switzerland] management [and infrastructure – Turkey/biodiversity, sustainable land management, sustainable agriculture, sustainable transport, population dynamics, gender equity including human rights – Bangladesh, Iceland], [sustainable transport, improving – US] universal access to [safe water supply, adequate sanitation – Serbia][modern/renewable – Switzerland/effective, affordable – Montenegro, Serbia, Moldova][and sustainable – US, Montenegro, Serbia, Holy See] energy services [provided sustainably and used effectively – Moldova], [an effective response to climate change, – RoK] [and focus on renewables, green manufacturing and waste management, efficient transport systems, - Turkey] sustainable cities, [ecosystem resilience, – Switzerland] [conservation and sustainable use of biodiversity and ecosystems, resource efficiency and cleaner production, – US] [resource-efficient and responsible industrial production, - Serbia] [sustainable – Norway, Iceland] management of [biodiversity and – Norway] oceans and [improving resilience and disaster [preparedness/risk reduction – US]/ improved disaster risk reduction and resilience – Switzerland / actions to improve resilience and reduce vulnerability to the impacts of natural disasters and

climate change – Australia / disaster risk reduction and resilience - Japan], [environmental protection – Turkey, Holy See] as well as public health, [including universal access to reproductive health – US, Norway, Iceland; Holy See delete] [nutrition, ageing – Turkey, Holy See] [access to quality education for all, – Montenegro] [human resource development – US delete] and sustained, inclusive [and equitable – US delete][growth/prosperity for all – Switzerland, EU] that generates [green – Bangladesh] [employment/decent work – US / decent jobs – Mexico, Holy See] [in sustainable economic activities – Montenegro], including for [women and – Canada/women, - Switzerland, Australia] youth [and the poor – Switzerland]. [[It/Efforts – US] should be based on the Rio principles, [[in particular the principle of common but differentiated responsibilities, -Switzerland, Japan, Norway, EU delete] [and of public participation in decision-making processes, - Serbia] and should be – Canada, US delete] [people-centred and inclusive, [ensuring human security and – Japan] providing [equal – Norway] opportunities and benefits for all [citizens / people – Holy See] and all countries/ and strive to meet the needs of all people while creating an environment for innovation needed to achieve those goals and needs – US] [while respecting ecological limits – Serbia]-G77 delete paragraph] (*into CST pre 25 ter and CST pre 25 quat*)

[25 alt 1[Green economy policies – EU bracket] in the context of sustainable development and poverty eradication should be developed in accordance with the Rio principles, Agenda 21, the JPOI and protect and sustain the natural resource base, improve resource sustainability in an integrated manner in order to move towards a more sustainable world. – G77; New Zealand, Switzerland, US, Canada, Japan delete; EU merge with 25 alt 2]] (*into CST pre 25. quat*)

[25 alt 1 bis We recognize that natural resources are limited and that developed countries have made an excessive use of them. At the same time, we recognize that developing countries need to use natural resources in order to achieve their development needs and to cover their under-consumption, to this end, [we urge developed countries to promote sustainable consumption and production patterns – EU, Norway, Switzerland bracket] and to transfer the appropriate technology to developing countries in order to allow them to develop in a more sustainable manner. – G77; EU, Canada, New Zealand, Switzerland, US, Japan delete] (*move to Section V – Sustainable Consumption and Production; CST Chapeau*)

[25 alt 2 We are convinced that for global growth to be sustainable, it must be achieved alongside the objectives of eradicating poverty and hunger, tackling climate change, and the sustainable use of natural resources. We commit to take the necessary steps to ensure a global and just transition to a green economy that promotes long-term sustainable, equitable and inclusive growth, create green and decent jobs, while eradicating poverty around the world, providing benefits for and empowerment of all citizens and offering win-win opportunities to all countries, regardless of the structure of their economy and their level of development, and respecting the carrying capacity of ecosystems. – EU; New Zealand combine with 25 quat; Switzerland, US delete; G77 delete and refer to 30 bis] (*into CST.25*)

[25 bis Green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should be developed with respect to [the right to development – Japan, US bracket] of each country while allowing for the eradication of poverty and hunger, the achievement of social equity while reducing inequalities, and reducing environmental degradation with a view to reestablish harmony with nature. At the same time, it is vital to promote sustainable development models in order to encourage changing the unsustainable consumption and production patterns. [These efforts should be supported by an effective international cooperation through technology transfer, capacity building and financial resources on favourable terms, in accordance with the commitments made at the major United Nations Conferences and Summits on sustainable development. – G77; EU, New Zealand, Switzerland, US, Canada delete] (*into CST.pre 25 ter, CST.25 bis, CST.25 quint*)

[25 ter We recognize that strong and urgent action on unsustainable patterns of consumption and production is fundamental and central to addressing environmental sustainability, conservation and sustainable use of biodiversity, regeneration of natural resources, and the promotion of sustainable, inclusive and equitable global growth. In this regard, we urge developed countries to undertake significant changes in the lifestyles of their people to move towards a more sustainable future for all. – G77; EU, New Zealand in part V with rewording; Canada, Switzerland, US delete] (*move to Section V – Sustainable Consumption and Production; CST Chapeau*)

[25 pre quat Green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should respect the different realities of economic, social and environmental development of countries as well as their particular conditions and priorities. We reaffirm the policy space of each country to define their own paths towards sustainability in their economy and society, in accordance with their own circumstances and priorities. In this regard, states have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental and developmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other states or of areas beyond the limits of national jurisdiction. We recognize that each country will make the appropriate choices in accordance with their national priorities and legislation. –G77] (*into CST.25 bis*)

[25 quat We emphasize that in a green economy many challenges can be transformed into economic opportunities for all, not least for women and young people, not only reversing negative environmental trends, but also driving future sustainable growth, innovation and creation of decent jobs providing new incentives for investment and helping to develop local economies and reduce poverty. – EU, Canada; US revert; G77 refer to 31 d ter but can work on merging] (*into CST.25 ter and CST.25 quat*)

[25 quint We underscore the importance of the protection and promotion of human rights, good governance and the rule of law for the green economy in the context of poverty reduction and sustainable development. – Liechtenstein; New

Zealand, Norway, US delete; Canada shorten; EU placement could be improved; Liechtenstein flexible depending on agreed language at the beginning; G77 delete]
(move to Section I - CST.2 quat)

[25 sext We acknowledge the fundamental link between the rule of law and economic opportunity, whereby the equal promotion and protection under the law can unlock the potential of new economic actors, such as women and youth. Many poor continue to be excluded from the legal system, which inter alia hinders their ability to secure their livelihoods, entitlements and rights, and to leverage their assets, and understand that this is to the detriment of sustainable development and undermines stability and security. – Liechtenstein; EU, Canada streamline; US, G77 delete] *(move to Section I - CST.2 quat)*

[25sept We recognize that the development of human capacity is essential to achieving broad-based economic growth, building strong, sustainable communities, promoting social well-being, and improving the environment. Workers must have the skills and protections necessary to participate in and benefit from the transition to a green economy, which has great potential to create decent jobs, particularly for the youth, and eradicate poverty. – New Zealand, Switzerland; EU, Canada streamline; G77 refer to 30 bis and merge] *(into CST.28)*

[25 oct Understanding that building green economies will depend critically on creating jobs in sectors supporting green growth we agree to [take/ consider – Canada] the following measures:

- a) improve knowledge of trends and developments in jobs in sectors supporting green growth and integrate relevant data into national economic statistics;**
- b) address potential skills shortages through skills mapping and promoting of jobs in sectors supporting green growth training programs;**
- c) put in place an enabling environment for robust creation of decent jobs by private enterprises investing in the green economy, including by small and medium enterprises. – New Zealand, Switzerland replacement of para. 76, New Zealand move to 36 bis; G77 see section V para 76]** *(merge with 36bis and para 76 into CST.34 bis)*

CST 25. We view efforts towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as a common undertaking and commit to work together towards an equitable and inclusive transition that provides benefits for and empowerment of all citizens and offers opportunities to all countries, regardless of the structure of their economy and their level of development. (25 alt2 and 28.)

CST 25. ter We recognize that each country will choose an appropriate path towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, as nationally defined, and with national sustainable development plans, while taking into account the possible impacts of those choices on other countries. (from 25 bis, 25 pre quat, 25 quat, 27, 27 bis, 28, 28 bis, 30 quint, 30 sext and pre 37 ter)

CST 25. quat We agree that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication could offer new opportunities for advancing sustainable development objectives provided that it contributes to eradicating poverty, promotes sustained and sustainable economic growth, fosters innovation, creates decent jobs, and advances social inclusion. (from 25 quat, 30 quint)

CST 25. quint We recognize that a green economy transition will benefit from strengthened international cooperation and we acknowledge that, in making the transition, developing countries will need support, inter alia in terms of knowledge and information dissemination and sharing, technology transfer, capacity building and financial resources on favourable terms. (from 25 bis, 30 alt, 30 ter, 32 alt)

26. We view the green economy as a means to achieve sustainable development, which must remain our overarching goal. We acknowledge that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should protect and enhance the natural resource base, increase resource efficiency, promote sustainable consumption and production patterns, and move the world toward low-carbon development.

[26. [We view the green economy [approach – US; EU delete] as [a means / an important contribution – Holy See/one of the means - Bangladesh] to [achieve / achieving – Holy See] sustainable development [and poverty eradication – New Zealand] [, which must remain our overarching [goal/objective – New Zealand] – Holy See delete]. – Liechtenstein delete / We recognize that green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should address the three pillars of sustainable development in a comprehensive, coordinated, synergistic and balanced manner. – RoK] We acknowledge that [using – US] [a/the – Liechtenstein] green economy [approach – US] [in the context of sustainable development and poverty eradication – RoK, New Zealand delete][should/needs to – Montenegro][protect and enhance the natural resource base/enhance our ability to manage natural resources transparently and sustainably – US, Canada], [prevent its further degradation, – Montenegro] increase resource efficiency [with a view to decreasing the exploitation of non-renewable resources – Switzerland; Canada delete], [promote preservation and support to ecosystem services, - Kazakhstan, Russia Federation, Belarus] promote sustainable consumption and production

patterns, [promote technological innovation – Japan] and move the world toward [low-carbon/low-emissions – US][environmentally sustainable – New Zealand] development [while improving human well-being and enhancing social equity - RoK] [, and in this regard underscore the importance that the green economy be underpinned by an improved science-policy interface – Liechtenstein]. – G77, US delete] [We acknowledge the potential for green economy that lies in scientific research and design, innovation and entrepreneurship ... and acknowledge that green economy should create an enabling environment for such activities – Liechtenstein] (*into CST pre 25 and CST.26*)

[26 alt We emphasize the importance of increasing resource and energy efficiency, promoting sustainable consumption and production patterns, tackling climate change, protecting biodiversity, managing forests sustainably, combating land degradation and desertification, reducing pollution, improving public health, providing decent work, ensuring social protection for all in order to strengthen social cohesion, improving ecosystem resilience as well as using and managing natural resources and ecosystems in a sustainable and responsible manner, both as requirements and key vehicles to ensure the just transition towards a green economy that contributes to sustainable development and poverty eradication. – EU; Switzerland delete, US; Canada streamline] (*into CST.26*)

G77: delete 26 and 26 alt

[26 bis We recognize that to achieve sustainable growth in a way that respects resource constraints and [planetary boundaries - Canada bracket] and contributes to a transformation towards an economy which is competitive, inclusive and provides a high standard of living with less input and lower environmental impacts, all resources should be sustainably managed within environmental limits, from raw materials to energy, water, air, land, soil, biodiversity and marine resources, and waste should be turned into a resource. – EU; Switzerland, US delete; Canada streamline; G77 captured in 25 alt bis] (*into CST.26*)

CST 26. We acknowledge that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication has the potential to drive sustainable growth and innovation, and that it needs to enhance our ability to manage natural resources transparently, sustainably and with lower environmental impacts, increase resource efficiency, promote the preservation and support of ecosystem services, promote sustainable consumption and production patterns, and move the world toward sustainable development. (*from 25. quat, 26., 26. alt, and 26. bis*)

27. We underscore that green economy is not intended as a rigid set of rules but rather as a decision-making framework to foster integrated consideration of the three pillars of sustainable development in all relevant domains of public and private decision-making.

[27. We underscore that **[an inclusive, - EU/the - Liechtenstein]** green economy [is not intended [as/to be achieved through – EU]/rather than – Liechtenstein] a rigid set of rules [but rather – Liechtenstein delete] – RoK delete][[as – RoK delete/ is - Liechtenstein][**an economy of the future, - Kazakhstan**] a [[decision-making – Switzerland delete] framework/**an approach – US**] to foster/ **by fostering an –EU**] integrated [consideration/**and balanced implementation – Switzerland**] of the three [pillars/**dimensions – EU, Switzerland**] of sustainable development in all relevant domains of public and private decision-making [**at all levels-EU, Switzerland**] [**rather than a rigid set of rules – RoK**]. [This involves establishing an enabling regulatory framework, creating strong incentives for green markets, eco-innovation and non-technological and social innovation, generating knowledge on effective and efficient policy instruments, leveraging financial resources, and promoting sustainable entrepreneurship, greater business engagement, socially responsible investment and public-private partnerships, recognising the Internationally Agreed Global Guidelines on Responsible Business Practices, the Global Reporting Initiative and the principles of the UN Global Compact. It also involves the proper recognition of the social and economic values of natural capital, and an enhancement of the way in which we measure and evaluate growth and progress. – EU; Switzerland move to section B; US delete] – G77 delete] (*into CST.25 bis*)

[27. bis We agree with the green economy must not create negative externalities on other countries, in particular LDCs, SIDS and African countries suffering from flood and drought i.e. jeopardize their rights and development. – Bangladesh; EU, New Zealand, Canada, US delete; Switzerland delete, consider in para 31] (*into CST.25 bis*)
(Co-Chairs: text of 27 has been reflected in CST pre 25.)

28. We recognize that each country, respecting specific realities of economic, social and environmental development as well as particular conditions and priorities, will make the appropriate choices.

[28. [We acknowledge that the transition to a green economy is a driver for growth and should be a common undertaking of all countries. – Japan, EU, New Zealand, Canada, US] We [recognize [however – Japan] that/urge – Switzerland] each country, respecting specific realities of economic, social and environmental development as well as particular conditions and priorities, [will/to – Switzerland/ is called to – Holy See][need to – Israel] [make [the appropriate – Canada delete] choices / should choose an appropriate path towards green economy – Japan] [that reflect their national circumstances – Canada, US /with a set of minimum types and levels of action by each country within a given time frame – Bangladesh; Canada delete, US][, underpinned by a common vision – Liechtenstein] [and cooperate constructively in multilateral and bilateral processes and agreements. Special attention shall be given to policy coherence – Switzerland]. – G77, EU, US delete; RoK move after para. 29] (*into CST.25 bis*)

[28 bis Green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should be underpinned by national objectives, social, economic [and environmental development imperatives and the fulfilment of the internationally agreed development goals, including the MDGs – US delete]. – G77; Switzerland delete] (*into CST.25 bis*)

[28 ter We are convinced that green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute primarily to achieving sustainable development of developing countries. – G77; New Zealand, Canada, US, Switzerland, EU delete]

[28 quat We commit to make sustainable choices more easily available, affordable and attractive to consumers by setting, together with the private sector, sustainable product standards, in accordance with the best available technology and by applying price incentives and disincentives. – Norway, EU; Switzerland move to section B; US delete; G77 delete] (*move to Section V – Sustainable Consumption and Production; CST.97 sept*)

[28 quat alt We encourage the private sector to make sustainable choices more easily available, affordable and attractive to consumers by supporting efforts to develop, together with other stakeholder groups, sustainable product standards, in accordance with the best available technology. – Canada, US; G77 delete] (*move to Section V – Sustainable Consumption and Production; CST.97 sept*)

[28 quint We call for the integration of social and environmental costs in how the world prices and measures economic activities. Governments can institute innovative market-based mechanisms to create incentives for companies to move towards more sustainable patterns of production and take a longer view on profitability. – Norway, EU; G77 delete] (*into CST.28 bis*)

[28 sext We encourage reform of national fiscal and credit systems to provide long-term incentives for sustainable practices, as well as disincentives for unsustainable behaviour. – Norway, EU; G77 delete] (*into CST.28 bis*)

*CST 28. We recognise that the transition to a green economy has potential to create decent jobs, particularly for youth, and that workers must have the skills and protections necessary to participate in, and benefit from, this transition. We recognise that each country should implement policies for the generation of decent jobs that support such a transition. We also encourage business and industry to contribute to the creation of jobs throughout their global supply chains that support this transition. (*from 25 sept, 73 ter, 74 alt and 74 quat*)*

CST 28. bis We call for an accurate accounting of social and environmental costs in economic decision making and policy making, and encourage countries to make further

efforts to provide long-term incentives and disincentives to promote sustainable practices. We recognize that governments may choose to institute innovative market-based mechanisms to create incentives for companies to move towards more sustainable patterns of production and take a longer view on profitability. At the same time, we acknowledge that, to ensure equitable economic growth, poverty eradication, social development and inclusion, market-based mechanisms need to be accompanied by a framework of social policies at the national level and well-functioning institutions at all levels (*from 28 quint, 28 sext, Pre 25 and Pre 25bis*)

CST 28. ter We encourage, as valuable contributions to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, those sustainable practices of small-scale farmers and fishers and indigenous peoples, particularly in developing countries, that: preserve the environment; reduce land degradation and desertification; enhance food security and the livelihoods of the poor; and, invigorate domestic production and sustainable economic growth. (*from 32bis*)

29. We are convinced that green economy policies and measures can offer win-win opportunities to improve the integration of economic development with environmental sustainability to all countries, regardless of the structure of their economy and their level of development.

[29. We [are convinced/**recognize** – **New Zealand**] that green economy policies [**as part of sustainable development strategies** – **Holy See**] and measures [**governed and structured within a human-centred ethics** -**Holy See**] can offer [win-win/**mutually beneficial** – **New Zealand**] opportunities [to/**and help** – **Canada**] improve the integration of economic [**and social** – **US, Canada, Serbia, Holy See**] development with environmental sustainability [to/**in** – **US, Canada**] all countries, regardless of the structure of their economy [and/or – **US**] their level of development[, **but transition to green economy**][requires – **US bracket**] a **balanced policy mix** [**and structural transformation at the country level** – **Canada delete**] – **Turkey**] [**and we are committed to work together to identify and support the implementation of green economy policy options** – **RoK**]. – G77, EU delete] (*into CST.29*)

[29 bis We are aware that managing green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication will require an enabling environment at all levels, which includes a leading role for the State, as well as the active participation of all relevant stakeholders. –G77; Switzerland merge with para 29; EU merge with other paras] (*into CST.29*)

CST 29. We recognise that policies related to a green economy in the context of sustainable development and

poverty eradication, can offer opportunities to improve the integration of economic and social development with environmental sustainability in all countries. We are aware that implementing such relevant policies in the context of sustainable development and poverty eradication will require an enabling environment at all levels and a balanced policy mix, including a leading role for the State as well as active participation of all relevant stakeholders. We are committed to working together to identify and support the implementation of appropriate and relevant policy options. (from para 29 and 29 bis)

30. We acknowledge, however, that developing countries are facing great challenges in eradicating poverty and sustaining growth, and a transition to a green economy will require structural adjustments which may involve additional costs to their economies. In this regard, the support of the international community is necessary.

30. We acknowledge [, however, - EU, RoK, New Zealand delete] that [many – New Zealand] [developing/many – EU, Switzerland] countries[in particular LDCs, SIDS and African countries suffering from flood and drought– Bangladesh, US delete] [in particular middle-income countries – Belarus] [are facing/face- EU][great / greater – RoK / significant – New Zealand] challenges in eradicating poverty and [sustaining/ensuring sustainable – EU][equitable – Liechtenstein] [economic – New Zealand] [growth/prosperity – Switzerland, EU], and [that - Canada] [a transition to/taking – US][a/an inclusive, –EU, Canada] green economy [approach – US] [[will/may – EU, New Zealand] require structural [adjustments[and resources – Bangladesh]/changes – New Zealand] [, including capacity building, education and training, – Turkey; Switzerland delete][in all countries – Canada, EU] [which/and – EU / that – New Zealand] [may- New Zealand delete] involve additional [short term – EU] costs [to their economies – Canada delete]/ will require a better understanding of the contributions of natural capital to social and economic development and increased investments in resource productivity – US, Canada]. In [this regard/addressing these challenges and in order to seize opportunities – EU], [sustained efforts by developing countries to mobilize their own resources for such processes as well as – Switzerland, EU][the/national action and investment as well as – US, EU / strong –Montenegro / ongoing – New Zealand] [support [of / from – New Zealand] the international community[, including the engagement of the private sector, - EU, Canada][is necessary/can play a significant role – US / may be necessary – New Zealand/adequate financial and technological support and strong commitment from the international community is necessary – Bangladesh; Canada, Switzerland delete][, especially for the Least Developed Countries- EU, Canada; US delete] [as well as the promotion of sustainable policies which do not necessarily imply the investment of additional resources from these countries – EU support] [(i.e. subsidies elimination and removal of preferred fiscal treatments of pollution agents). EU delete] – Mexico] (into CST 30)

[30 alt We acknowledge that developing countries are facing great challenges in eradicating poverty and achieving sustainable development. The adoption of green

economy policies may result in risks, challenges and additional costs to the economies of developing countries. Such challenges and risks should be duly considered by countries in accordance with their priorities and at their own pace. [In this regard, developing countries' efforts should be supported by adequate means of implementation by developed countries, including new and additional financial, technical and technological assistance, such as the transfer of environmentally-sound and state of the art technology, as well as capacity building. – Canada delete] –G77; EU, Japan, US, Switzerland, New Zealand delete] (*into CST.30 and CST 25 quint*)

[30 bis We reaffirm that the international actions in the field of environment and development, including this process, should address the interest and needs of all developing countries, considering their own characteristics, ethnical diversity and social complexity. At the same time, this process should be carried forward considering the special situation and needs of developing countries, especially LDCs, LLDCs, SIDS and Africa, and those most environmentally vulnerable. – G77; Japan, US, Switzerland, New Zealand delete; EU sceptical]

[30 ter We note that the multiple crises that have plagued the global economy in recent years point to a need to increase substantially our efforts to achieve sustainable development. In this regard, countries need adequate financial support, capacity building, and transfer of technology to re-orient, as appropriate and in accordance with national priorities and legislation, current development models towards a more sustainable, inclusive and equitable economy by inter alia, enhancing resource efficiency of national economies, and pursuing economic growth while protecting the environment. – G77] (*into CST.25 quint*)

[30 quat We also recognize and respect the existence of different approaches, visions, models, policies and tools, sovereignly decided by each country, in order to achieve sustainable development and poverty eradication in an integrated manner including the three pillars. – G77] (*CST pre 25*)

[30 quint We respect the sovereign decision of each country, in the context of sustainable development and poverty eradication, to make the transition to a green economy, as nationally defined and in line with national sustainable development plans, which could offer new opportunities for advancing sustainable development objectives provided that it eradicates poverty, promotes economic growth, social inclusion, and creates employment, in accordance with the principles and recommendations of the 1992 Rio Summit and the 2002 World Summit on Sustainable Development, and if such efforts are fully supported by developed countries through adequate financial support, capacity building and transfer of technology. –G77] (*into CST pre 25 ter, CST pre 25 quat, CST.25 ter, CST.25 qut, CST.25 quint, CST 30*)

[30 sext In this regard, we emphasize that green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, should be in strict accordance with national objectives, social, economic, and environmental development policies and the attainment of internationally agreed sustainable development commitments, including the MDGs. – G77] (into CST.25 bis).

[30 sept Furthermore, there is a need to foster better understanding of the social, environmental and economic implications and impacts of green economy. – G77] (into CST.30)

[30 oct In this regard, we call for international support and cooperation, including of the UN system, to facilitate the achievement of sustainable development, through different nationally defined visions, models, policies, tools and approaches, including green economy, while recognizing that no one-size-fits-all solution to sustainable development. – G77]

Note: US reserves position on 30 bis to 30 oct

[30 non We understand that the effect of the policies on green economy may vary across and within the countries. We recognize, therefore, that the support for the costs incurred from the structural adjustments for the transition to a green economy, both at the national and international levels, is instrumental and agree to make efforts so that the benefits and costs of the transition would be distributed in an equitable manner. – RoK; Canada, US delete; G77 clarify]

[30 dec - withdrawn by Serbia]

CST 30. In considering policy options, we recognize that each State and all stakeholders will need to consider related opportunities, challenges and risks as well as the means of implementation. (from pre 25 quint, 30 quint, 30 sept and 32)

31. We note that the transformation to a green economy should be an opportunity to all countries and a threat to none. We therefore resolve that international efforts to help countries build a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication must not:

- a) create new trade barriers;*
- b) impose new conditionalities on aid and finance;*
- c) widen technology gaps or exacerbate technological dependence of developing countries on developed countries;*
- d) restrict the policy space for countries to pursue their own paths to sustainable development.*

31. We [note/acknowledge – EU] that the [[transformation/transition – EU] to [a/an inclusive, -EU] green economy / **transformation process to further achieve sustainable development – G77**] should be [just, socially inclusive and promote equity; it should be- Mexico] an opportunity [to/for – EU, G77] all countries[in particular LDCs, SIDS and African countries suffering from flood and drought – Bangladesh; EU delete][and a threat to none/to pursue their own path towards sustainable development and poverty eradication- EU; G77 delete]. We therefore resolve that international [community and the UN system must support – G77] efforts [to help/ by developing – G77] countries [through effective cooperation in order to – G77] [build/use – US][a- EU, G77 delete] green economy[policies – G77] [approach to achieve – US][[in the context of – US delete] sustainable development and poverty eradication]. **In this regard these policies – G77**[[must/should – RoK] not/should – US, Norway, Switzerland] /policies and measures should – EU: *(into CST.31)*

[Pre a) lead us astray from the urgent need to achieve sustainable consumption and production patterns; - Mexico;]

- a) [create [new – G77 delete] [tariff or non-tariff – Mexico] trade barriers [or any form of protectionism, unilateral measures or other border trade measures, consistent with principle 12 of the Rio Declaration on environment and development – G77; EU delete] / create new barriers to trade and investment – Japan / be compatible with multilateral trade rules – EU / be consistent with international trade rules and avoid creating unnecessary barriers to trade – US/ constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or disguised restriction on international trade – Canada; EU delete / create trade policy measures that constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade – New Zealand; EU delete / enhance the mutual supportiveness of trade, environment and development– Norway];
- b) [[not – Norway] [impose [inappropriate – New Zealand] [new/unwarranted procyclical – Japan]conditionalities on [[investment, - EU bracket]- Turkey] aid [provision – Kazakhstan] and finance/generate conditionalities in the areas of financing, ODA and [other forms of international cooperation – EU delete] – G77 / facilitate access to stable and predictable aid – EU/ seek to lever existing financial mechanisms with new private sector financing – US, EU; G77 delete];

[We also encourage governments to be mindful that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should not – RoK] [and must not result in: - Japan; G77 delete]

- c) [[widen/ reduce – Norway/ widening-Japan] technology gaps [or/and – Norway][exacerbate/exacerbating – Japan/ Norway delete] /contribute to close technology gaps and diminish – EU] technological dependence of developing [countries [in particular middle-income countries – Belarus; EU delete] on developed countries / help bridge the technology gaps

between developing and developed countries and encourage national or local solutions – US, EU / widen technology gaps between and within countries- New Zealand] – Israel delete];

[c. alt) create obstacles to the scaling up of the development and transfer of technology to developing countries; - Israel; G77 change to c bis]

d) [[[restrict/ restricting – Japan/ increase - Norway][the – Norway delete][policy space / policy choices – Mexico / sovereignty – Japan/ Norway delete][for/ of – Mexico / Norway delete]/strengthen the ability of – EU] [developing - EU delete] – G77] countries[’ capacities – Norway] to pursue their own paths to sustainable development[, inter alia by imposing additional mandatory and/or legally binding commitments on developing countries – [EU delete] G77] / support the policies, programmes, and actions for countries to draw upon in pursuit of sustainable development – US / ignore that it is for each Government to evaluate the trade-off between the benefits of accepting international rules and commitments and the constraints posed by the loss of policy space – New Zealand]; - Canada delete]

[d)bis endanger the development of indigenous people and local communities, their cultural heritage and traditional knowledge[, including those of minor ethnic groups; -Canada delete] - G77; US delete]

[d)ter increase inequality and endanger the development and advancement of women, youth, children and disabled people; - G77; US delete]

[d)quat represent a pretext for developed countries to renege on past commitments; - G77; EU, Canada, US, New Zealand delete]

[d)quint limit the livelihoods of small and subsistence farmers, fishermen and those working in small and medium enterprises; - G77; US delete]

[d)sext restrict productive activities in developing countries that are key for eradicating poverty; - G77; EU, Canada, US, New Zealand delete]

[d)sept improve the quality of employment and jobs, guided by relevant ILO Provisions; – EU; US, G77 delete]

[d)oct increase inequality and vulnerability of certain population groups such as women and youth; – Switzerland; US delete]

[d)non create food insecurities / negatively affect food security- G77]; – Holy See; EU, US, New Zealand delete]

[d)dec ignore integral human development. –Holy See; US delete; G77 clarify]

[31 bis The availability of scientific and technological information and access to and transfer of environmentally sound technology are [essential requirements / important considerations – Canada, US, New Zealand] for sustainable development. [Providing adequate information on the environmental aspects of present technologies consists of two interrelated components: upgrading information on present and state-of-the-art technologies, including their environmental risks, and improving access to environmentally sound technologies. At the same time developed countries [should help developing countries build capacities for technology assessment / and developing countries should work to build capacities for technology assessment and to provide an environment that is conducive to private sector investment – Canada]. –US, New Zealand. EU delete] – G77;]

[31 ter We recognize the role of the private sector through corporate social responsibility [and technology diffusion and transfer – US delete]. – G77; Norway, Canada, New Zealand delete] (*into CST.40*)

[31 quat We reaffirm the validity of cooperation between North and South as the basis of international cooperation in order to achieve the objectives of sustainable development. At the same time, we acknowledge the importance of other cooperation mechanisms, including partnerships, that have proved their usefulness for developing countries and that can complement effectively, and not substitute, North and South cooperation. – G77; EU, US, New Zealand delete] (*into CST.31 bis*)

[31 quat alt We reaffirm the validity of cooperation between North and South as the basis of international cooperation in order to achieve the objectives of sustainable development. At the same time, we recognize that the architecture for development cooperation has become more complex, characterized by a greater role of state and non-state actors, as well as cooperation among countries at different stages of their development. South-South and triangular cooperation, new forms of public-private partnerships and vehicles for development can complement North-South forms of cooperation. – Canada; G77 merge with 31 quat] (*into CST.31 bis*)

[31 quint When building an inclusive, green economy we recognize that a mix of policies and measures tailored to each country's needs and priorities will be necessary through the development of policy options and effective regulatory frameworks that may include, inter alia, regulatory, economic and fiscal instruments, investment in green infrastructure, financial incentives, subsidy reform, sustainable public procurement, and voluntary partnerships. – EU, US; G77 delete] (*into CST.37*)

CST 31. We acknowledge that the transition to an inclusive green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, should be an opportunity for all countries to pursue their own paths towards achieving goals in the above areas. In this regard, green economy policies should:

- a. be consistent with international trade rules, enhance the mutual supportiveness of trade, environment and development and avoid arbitrary or unjustifiable discrimination or disguised restriction on international trade;
- b. facilitate developing countries' access to stable and predictable financing and aid, seek to lever existing financial mechanisms with new private sector financing, and not generate conditionalities on ODA or finance;
- c. contribute to closing technology gaps between developing and developed countries, encourage national or local solutions, and promote the development and transfer of technology to developing countries;
- d. strengthen the capacity of and provide the flexibility for countries to pursue their own paths to sustainable development; and
- e. reduce inequality and support the livelihoods, development and advancement of vulnerable population groups. *(from 31)*

CST 31. bis We reaffirm the validity of international cooperation in order to achieve the objectives of sustainable development. At the same time, we recognize that the architecture for development cooperation has become more complex, characterized by the greater role of state and non-state actors, innovative partnerships, as well as cooperation among countries at different stages of development. South-South and triangular cooperation and new forms of public-private partnership can complement, and not substitute, North-South cooperation. *(from 31 quat and 31 quat alt)*

B. Toolkits and experience sharing

[B. Toolkits and experience sharing – G77 delete; US, RoK, Switzerland, EU retain]

CST.B. Toolkits and experience sharing

32. We acknowledge that countries are still in the early stages of building green economies and can learn from one another. We note the positive experiences in developing a green economy in some countries, including developing countries. We recognize that a mix of policies and measures tailored to each country's needs and preferences will be needed. Policy options include, inter alia, regulatory, economic and fiscal instruments, investment in green infrastructure, financial incentives, subsidy reform, sustainable public procurement, information disclosure, and voluntary partnerships.

32. We acknowledge that countries are still in the early stages of [building/ **the transition to – EU**] green economies and can learn from one another. [We note the positive experiences in developing a green economy in some countries, including developing countries [**in particular middle-income countries – Belarus**] – New Zealand delete] [, **and the significant supporting role played by regional environmental agreements – EU, Serbia**] [We recognize that a mix of policies and measures tailored to each country’s [features, - **Kazakhstan**] needs and preferences [will be needed/ **is desired – RoK**] [, **taking into account the effectiveness of such measures and policies as well as their environmental, social and economic effects – Mexico**]. Policy options [**adopted should contribute to sustainable development and could - New Zealand**] include, [as necessary, - **New Zealand**] inter alia, [**the development of data platforms with environmental, economic, and social data provided in an understandable way to the public and policy makers to inform the development of – US; Switzerland delete**][suitable - **New Zealand**] regulatory, economic and fiscal instruments, investment in green infrastructure[**and services – Georgia**], [**promotion of green innovation, - Japan**] [**appropriate – New Zealand**] financial incentives, [**tax and – Kazakhstan**] subsidy reform, [**green professional training and development of green skills,– Israel**], sustainable public procurement, information disclosure, and voluntary partnerships. – EU delete] [**Such policies must be based upon objective and comprehensive scientific data and analysis, and take into account the available national and international experience. – Russian Federation, EU**] [**Education for sustainable development is important in many dimensions, including improving consumer choice, equipping decision makers with adequate information and increasing political will in the promotion of green economy. – Serbia; EU, Canada delete; Switzerland move to Section 5**] [However, we further acknowledge the need to enhance our understanding of the long-term effectiveness of such policies and measures and of the economic benefits and transition costs associated to their implementation. – Mexico; Canada delete] -G77 delete paragraph] (*into CST.30, CST.32 and CST.37*)

[32 alt We acknowledge that experience sharing can help countries in identifying policies to promote sustainable development and poverty eradication. We note the positive experiences in some countries including in developing countries in adopting green economy policies that promote sustainable development through an inclusive economy and welcome the exchange of sustainable development experiences and knowledge in the priorities areas of developing countries. – G77, US, Canada, Holy See, Australia; Switzerland delete] (*into CST.25 quint and CST.32*)

[32 bis Green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should consider the environmental, social, and economic benefits of sustainable practices [of fishers and indigenous peoples and small-scale farmers –US delete] in developing countries, whose production activities preserve the environment and reduce land degradation and desertification, enhance food security and the livelihood of the poor, and invigorate domestic production and sustainable economic growth. – G77, Holy See] (*into CST 28 quat*)

[32 ter We recognize the power of connection technologies and innovative applications to promote sustainable development and reduce poverty. These technologies and applications build capacity by fostering transparency and accountability by governments and by stimulating participation by businesses, farmers, NGOs, academia and the general public in producing and utilizing the open, accurate and credible data required for sound, scientifically-based policy making. – US; G77 clarify] (*into CST 32 bis*)

CST 32. We acknowledge that networking and experience sharing can help countries in identifying policies to promote sustainable development and poverty eradication. We note the positive experiences in some countries including in developing countries in adopting inclusive policies for a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and welcome the exchange of experiences and knowledge related to the above. (*from 32 and 32 alt*)

CST 32. bis We recognize the power of connection technologies and innovative applications to promote knowledge exchange and capacity building for a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. These technologies and applications build capacity by fostering transparency and accountability by governments and by stimulating participation from a variety of stakeholders in producing and utilizing the open, accurate and credible data required for sound, scientifically-based policy making. (*from 32 ter*)

33. We support the creation of an international knowledge-sharing platform to facilitate countries' green economy policy design and implementation, including:

- a) a menu of policy options;
- b) a toolbox of good practices in applying green economy policies at regional, national and local levels;
- c) a set of indicators to measure progress;
- d) a directory of technical services, technology and financing that could assist developing countries.

[33. [We note the positive experiences in developing a green economy in some countries, including developing countries. To learn from these experiences – New Zealand][We / we – New Zealand][support the [creation / **development, as necessary, and use – New Zealand**][or strengthening – US] of [an – US delete] international [knowledge [-/ and technology – Turkey] sharing – Switzerland delete][platform/platforms – US, Australia] [/network aimed at responding to – Mexico][to facilitate/ that enable countries, civil society, and the private sector to share policy options, best practices and indicators relevant to the regional, national and local levels with a view to strengthening – US / Mexico delete]countries' green

economy policy design and implementation **[needs and identifying supportive measures to minimize the social and economic transition costs – Mexico; US delete]**, including/resolve to create a capacity development scheme that will provide country-specific advice on legal, economic and other instruments and policies and, where appropriate, region and sector-specific advice to all interested countries and to assist them in accessing available funds. The scheme, with input from the UN system, International Financial Institutions, bilateral and multilateral donors and the private sector, should be voluntary and demand-driven. Part of this scheme should be an international knowledge-sharing platform and include the following – EU; US delete]: - G77 delete] (*into CST.33 chapeau*)

[33 alt We encourage the establishment of a global green economy partnership in order to facilitate the transition towards green economy and support capacity building in developing countries with the participation of governments, civil society, private sector and relevant international organizations. – RoK; US, Canada delete; EU merge with 33; G77 clarify] (*into CST.33*)

- [a) We support the creation of an international knowledge-sharing platform and in that regard, taking note that similar efforts have been undertaken [as the Green Growth Knowledge Platform (GGKP) among the Global Green Growth Institute (GGGI), the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), the United Nations Environment Programme (UNEP), and the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD or World Bank), - US delete] to facilitate countries' green economy policy design and implementation, including – RoK, Australia] a menu/menus – US] of policy options [and guidance – EU]; - G77, Canada delete]**
- [a)bis a policy assessment interface including representatives of governments, academia and the private sector; - Mexico; US, Canada delete]**
- [b) [a[nassessed – Mexico] toolbox/toolboxes – US] of [sustainable – Mexico] good practices [and advisory assistance on a voluntary basis – Turkey] in applying green economy policies[, targets and measures – EU; US, Canada delete] at regional, national [, sub-national – EU, Canada] and local levels[, including in the field of regulatory and subsidies reforms, fiscal instruments, investments and sustainable infrastructure, and means of financing – Mexico; US, EU, Canada delete]; - G77 delete]**
- [b)bis a set of models or good examples of green economy strategies; - Japan; G77 clarify]**
- [c) [[a [set/range – Canada]/examples – EU] of indicators [to/that can help – Canada][monitor and – Bangladesh]measure progress / mechanisms to promote the development of and access to shared**

data bases that countries, civil society, and the private sector can use to assess their progress – US];- G77, New Zealand delete]

[c)bis a set of methodologies for policy evaluation;- EU; G77 clarify]

[c)ter an inventory of green technologies; - Japan; G77 clarify]

[d) [a directory of [technical [services/support and cooperation – Turkey], / green – RoK] [technology and [of – Israel] financing [that could assist developing countries / for countries that request assistance – Israel][in particular middle-income countries – Belarus; EU delete] – New Zealand delete] / directories to facilitate access to technical assistance, training, finance, technology, and capacity building - US]. – G77 delete]

[d)bis a mechanism to identify social and economic transition costs as well as possible solutions; - Mexico; US, EU, Canada delete]

[d)ter a set of practical guidelines to address issues relating to the application of green economy-policies and trade-related agreements; - Mexico; US, Canada delete]

[d) quat –withdrawn by Serbia]

[The scheme should be based on interested countries' own leadership and respecting national differences. The interested countries should be matched to the actors most appropriate to provide the country-specific advice. – EU] (*into CST. 33*)

[33bis.In this regard we acknowledge the work of UNEP, the World Bank, OECD, FAO and GGGI to collaborate to create and launch the Green Growth Knowledge Platform, call for an implementation-oriented approach and encourage other relevant institutions and stakeholders to join in this effort. – EU, US, Canada]

CST 33. With a view to strengthening the capacity of all countries to design and implement policies related to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, we support the creation of a capacity development scheme and strengthening of international knowledge and technology sharing platforms and partnerships that enable countries, civil society, and the private sector to share policy options and best practices, provide country-specific advice, and assist developing countries in accessing available funds and technologies. We agree that these should be demand-driven and voluntary, respect national differences and priorities, and could include:

a) toolboxes of good practices in applying green economy policies at regional, national, sub-national and local levels;

- b) a set of models or good examples of green economy strategies;
- c) mechanisms to promote the development of, and access to, shared databases that countries, civil society and the private sector can use to assess their progress;
- d) a set of methodologies for policy evaluation; and
- e) directories to facilitate access to technical assistance, training, finance, technology and capacity building for countries that request assistance. (from 33, 33 alt, 42(g) and 42(g)dec)

34. We request the UN Secretary-General, in consultation with international organizations, relevant entities of the UN system and others, to establish such a platform.

[34. We request the UN Secretary-General, [in consultation with – Mexico delete] [relevant – EU, New Zealand] [bodies of the UN system and other actors, including – New Zealand] international organizations, [governments, civil society, business, and – US] [and major groups – New Zealand] [[relevant-EU delete] entities of the UN system – New Zealand delete] [, including the regional commissions, - EU][and others – New Zealand delete], to [[establish/identify and promote the further development of – US] such [a – US delete][platform/scheme, ina participatory approach allowing ownership by all stakeholders within existing or future structures that may result from the IFSD reform – EU/platforms as key capacity building tools to support sustainable development - US] / support the establishment/activities of such knowledge sharing-platform/network – Mexico / provide a report for the General Assembly at its 67th session, detailing further steps in this regard – New Zealand]. – G77, Canada, US delete] (merge with 33bis into CST.34)

CST 34. Noting the high priority we attach to creation of green and decent jobs in our economies, we encourage member States to take the following measures:

- a) improve knowledge and statistical capacity on trends, developments, and constraints;
- b) address potential skills shortages and mismatches through sex and age disaggregated mapping of skills required, revision of relevant curricula, and promotion of training programmes, particularly for women and youth, including within the framework of education for sustainable development;
- c) put in place an enabling environment with incentives for robust creation of jobs for both men and women by private enterprises and the public sector, investing in the green economy by

small and medium enterprises and effective social dialogue and participation;

- d) take measures that pay special attention to women, youth and the unemployed, create and implement social safeguards, and promote the equal and full participation of women;
- e) pursue national policy and regulatory frameworks to promote a dynamic, inclusive, well-functioning and socially responsible private sector, facilitate the access of young entrepreneurs to finance, and explore public-private partnerships.

(from 25 oct, 36 bis, and 76.c.bis, ter, quat, quint, and sext)

35. We urge member States to make national presentations on their experiences in the appropriate institutional framework as described in Section IV below.

[35. We [urge/invite – US] member States[, observers and international organizations – EU] to [involve civil society and business as well as women and youth in their decision making in using the green economy to pursue sustainable development and to involve them in – US][[make – US delete][voluntary – Mexico] national presentations on/share – EU] their experiences [and best practices – EU] [in the appropriate institutional framework as described in Section IV below/ through this scheme and other means – EU; US delete]. – G77 delete] *(merge with 36 into CST.35)*

CST 35. We invite member States to involve relevant major groups in their decision making related to the use of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and invite member States to share their experiences and expertise in this regard. *(from 35 and 36)*

[Pre 36 We recognize that despite some progress made in the past decades, poverty eradication remains the most pressing issue in the area of sustainable development. Our common goal to eradicate the root causes of poverty should guide our efforts towards sustainability, while considering the needs of both present and future generations. Sustainable, sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries will remain the main priority, in order to achieve their ultimate goals of eradicating poverty and hunger, achieving the MDGs and restoring harmony with nature. - G77, US proposed to move to Section V; EU, New Zealand delete] *(move to Section V – Poverty Eradication; into CST.63 quint)*

[Pre 36 bis We recognize also the value of having a set of differentiated strategies, tailored to the development needs of different countries and different sectors in order to guarantee sustainable consumption and production patterns, emphasizing the [rational – New Zealand delete] use of nature and its resources in a way that does not compromise the well-being and existence of present and future generations, and does not exhaust the natural resources of the planet[, with the developed countries taking the lead and with all countries benefiting from the process, taking into account the Rio principles, including, inter alia, the principle of common but differentiated responsibilities as set out in principle 7 of the Rio Declaration on Environment and Development – Canada, New Zealand, Japan, EU delete].- G77, US proposed to moved to Section V] (*into CST.37*)

36. We also urge all major groups, particularly business and industry, to share their experiences in this regard.

[36. We also [urge/invite – US, Canada] all major groups [to work with governments and – US, Canada], [particularly business and industry, - US, Canada delete] to share their experiences [and expertise – Israel] in this regard [and disclose information on their environmental performance – EU, Canada]. – G77 delete] (*into CST.35*)

[36 bis Understanding that building green economies will depend critically on creating green jobs, we agree to [take / consider –Canada] the following measures

- a) improve knowledge trends and developments [of green jobs / in jobs in sectors supporting green growth – New Zealand], and integrate relevant data into national economic statistics;
- b) address potential skills shortages through skills mapping and promoting of green jobs training programs;
- c) put in place an enabling environment for robust creation of decent jobs by private enterprises investing in the green economy, including by small and medium enterprises. (*into CST.34 bis*)]

(G77, EU move 36 bis to para. 76; New Zealand to retain instead of 25 oct)
(Co-Chairs: moved to CST 34 bis)

C. Framework for action

C. [[[Framework/Plan – RoK] for action/Making the transition happen – EU, Switzerland, RoK; Iceland retain]-G77, New Zealand move entire part C to section V; EU, Switzerland, Norway, RoK, Japan retain; Canada retain in one place – either III or V]

CST C. Actions to Advance Progress

[Pre 37. As a tool to trigger the start of a profound, world-wide just transition towards a sustainable future, we agree to establish a global green economy roadmap, with deadlines for specific goals, objectives and concrete actions at the international level in a specific number of crosscutting and thematic areas. This global green economy roadmap will include the priority issues in the Framework for Action and follow up. – EU, Iceland move to the introduction of Section V; Canada, US, New Zealand delete] (move to Section V after 63 ter)

[Pre. 37 bis We recognize that goals, targets and milestones are essential to focused and coherent action, and for measuring and accelerating progress towards sustainable development, and that progress should be measured against appropriate targets and indicators. – EU, move to the introduction of section V] (move to Section V after 63 ter)

[Pre 37. ter We recognize that each country, taking into account its specific realities of economic, social and environmental development and national priorities, will make the appropriate choices to promote its transition to an inclusive, green economy, taking into account the possible impacts of those choices on other countries. – EU, Canada; New Zealand delete] (CST.25 bis)

[Pre 37. quat We express our commitment to the transition to a green economy, as part of our renewed political commitment to sustainable development, and resolve to introduce and implement green economy policies and measures with a view to addressing the various challenges we face today. – Japan; Switzerland move to Section A] (into CST.27 bis)

37. We recognize the value of having a set of differentiated strategies, tailored to the needs of different countries and different sectors.

[37. We recognize the value of having a [set/menu – US, Canada] of [differentiated – US, Canada delete] strategies [, tailored to the needs of different countries and different sectors/**from which countries can draw to tailor solutions to their specific conditions** – US, Canada]. – EU, Japan, G77, New Zealand delete;] (into CST.37)

[37. alt We recognize that each country should have the flexibility of adopting its own policies and measures, in accordance with its own national priorities and circumstances – G77 propose to move to Section V; New Zealand delete; EU merge with other paras] (into CST.37)

CST 37. In building an inclusive, green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, we recognize that a mix of policies and measures tailored to each country's own national priorities and circumstances will be necessary through the development of policy options and effective regulatory frameworks that encourage

sustainable consumption and production, and the use of natural resources in a way that does not compromise the well-being of present and future generations. It will be important to take into account the effectiveness of such policies as well as their environmental, social and economic effects, using the best available scientific data and analysis. (from 31 quint, 32, pre 36 bis, 37, 37 alt)

38. We encourage all States to develop their own green economy strategies through a transparent process of multi-stakeholder consultation.

[38. [We acknowledge green economy definition should have flexibility from the countries own perspective and developing countries, in particular LDCs, SIDS and African countries suffering from flood and drought must retain the flexibility to set their own means towards incorporate green economy concepts in their development plans in accordance with their national interests-Bangladesh; EU, New Zealand, Norway, US delete]We [encourage all States/pledge – Switzerland; Canada, US retain][as part of their national planning processes, -Norway][, when developing – New Zealand] [to – New Zealand delete][develop/integrate – US/ New Zealand delete][and implement – EU] [through a transparent process of multi-stakeholder consultation – Montenegro; EU reword] [[their-US, New Zealand delete]/ our – Switzerland][own- US, New Zealand delete][national – Switzerland] green economy [strategies/action plans by 2015 – Switzerland; US delete][, or integrate green economy measures into national sustainable development strategies, - EU, Canada] [into broader national planning documents – US, Canada][, tailored to the needs of different countries and different sectors, - Japan, Canada] [to do so – New Zealand] [through – Montenegro delete][a/ an inclusive and – EU, Liechtenstein / Montenegro delete][transparent process [of/, including through – New Zealand] multi-stakeholder consultation – Montenegro delete] [that includes and actively engages all government levels and all the relevant actors of civil society, including youth, as well as the private sector. Such strategies should be based on realistic assumptions, clear goals and efficient policy options towards these goals should be prepared – EU; US delete] [which would have measurable goals and targets as well as adequate green budgets for their implementation – Montenegro, EU; US delete]. [We underscore the importance of such strategies being developed together with private sector and civil society, including women, youth, children, indigenous people[s – Mexico] and persons with disabilities - EU to revert on language, consistency of listing; Norway, Iceland; EU supportive in principle, revert on language] [We also welcome efforts of those countries that already initiated processes related to preparation of national green economy strategic frameworks. – Serbia, EU] – G77 delete] (to CST 38)

CST 38. We encourage all states to develop their own strategies towards a green economy that enables appropriate integration into national sustainable development strategies or other national planning documents in accordance with their own priorities. We underscore the importance of states taking a leadership role in developing

strategies and policies through an inclusive and transparent process that actively engages all stakeholders. We also welcome efforts of those countries that have already initiated processes to prepare national green economy strategies and policies. (from 38)

39. We encourage the United Nations, in cooperation with other relevant international organizations, to support developing countries at their request in developing green economy strategies.

[39. We [encourage/call upon – EU][the – US delete] United Nations [entities – US] [system – New Zealand], [in cooperation with/ and – US / as well as - Japan] other relevant international organizations [and States - Japan], [including the OECD - US] to [work together to – Japan] support developing [and middle-income – Montenegro; EU delete] countries[in particular middle-income countries – Belarus; EU delete] at their request in developing green economy strategies [with a priority for Least Developed Countries - EU] [, and recognize the role of the Global Green Growth Institute (GGGI) in providing country-specific green growth strategies to developing countries – RoK, EU]. – G77 delete] (into CST.39)

[39 alt. We request the UNGA to launch a process to reform the international financial and monetary system, to democratize its governance structure, promoting more participation of developing countries and making it more development-oriented. – G77propose to move to section V; EU, New Zealand, Canada, Switzerland, US, Japan, Australia delete] (move to Section IV on IFSD)

[39.bis We invite the International Financial Institutions and other relevant organizations to insert green growth and sustainable development policies into their cooperation processes and country-support structural agendas, while considering the specific country conditions and levels of development. – Mexico; Switzerland move to para. 42] (into CST.39 bis)

CST 39. We call upon UN entities, in cooperation with other relevant international organisations and partnerships, to work together to support developing countries, upon request, in the development of strategies towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, with a priority for Least Developed Countries. (from 39)

CST 39. bis We invite the International Financial Institutions and other relevant organizations to include policies related to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication in their cooperation processes and country-support agendas, while considering the specific country conditions and levels of development. (from 39 bis)

40. We strongly encourage business and industry – organized by industrial sectors, cooperating across countries and in consultation with governments, workers and trade unions and other stakeholders – to develop green economy roadmaps for their respective sectors, with concrete goals and benchmarks of progress, including for net creation of jobs.

[40. We strongly encourage business and industry [– organized by industrial sectors, cooperating across countries – EU, US delete] [and – US delete] in consultation with governments, [local communities and authorities, indigenous [peoples and – Mexico] communities, - EU, Norway, Switzerland] workers [, cooperatives – Canada] and trade unions [, health, education and research sectors–EU] and other stakeholders [, including through innovative partnerships–EU] – to develop [and institute gender-sensitive – US] [green economy/sustainable – Holy See][roadmaps/strategies – EU, US, New Zealand][for their respective sectors – US delete] [where possible, - US][over their value chains – Switzerland], [with concrete goals and benchmarks of [relative and absolute – Switzerland] progress, including for net creation of [green and decent – EU, Norway/decent - Norway] jobs – Japan, New Zealand, US delete] [for both men and women, especially for young people entering the workforce – US] [and for net improvements in resource productivity – Kazakhstan][and finding the new channels of inclusion of the less competitive workers in the labor market – Serbia] [, resource efficient production, and taking into account universally accepted principles concerning environment, human rights, labor, women’s empowerment and anti-corruption, such as those set forth with the UN Global Compact- Switzerland]. [The Global Compact’s principles on Corporate Social Responsibility should be promoted. – Norway, Australia] – G77 delete] (*into CST.40*)

[40 bis We emphasize the importance of capturing the [real costs of goods and services – US delete] to society and the environment to inform choices of companies and consumers [and the importance of adequate incentives and of an enabling regulatory environment. We encourage innovative market-based mechanisms to create incentives for companies –Canada, Japan delete] to [help – Canada, New Zealand] move towards more sustainable patterns of production and consumption and take a longer term view on profitability. – EU, Australia; Switzerland questions placement] (*Move to Section V – Sustainable Consumption and Production; CST (before CST.97 sept)*)

CST 40. We strongly encourage business and industry in consultation with all relevant stakeholders to develop green economy strategies in their respective areas and along their supply chains with concrete goals and benchmarks of progress, including for resource efficient production and net creation of decent jobs and taking into account universally accepted principles concerning the environment, human rights, labour, women’s empowerment, anti-corruption, and corporate social responsibility. (*from 40 and 31 ter*)

41. We acknowledge and encourage voluntary national commitments and actions by State actors as well as stakeholders to achieve a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, including through the shaping of innovative partnerships.

[41. We acknowledge and encourage [[voluntary national [and local – EU] commitments and actions / **voluntary Nationally Appropriate Sustainable Development Actions (NASDAs) and commitments – Israel**] by State [and non-State – EU] actors [as well as stakeholders- EU delete] / **State actors and stakeholders to enter into commitments and take actions voluntarily – US**] to [achieve/build – EU/use - US][a / **an inclusive– US**] green economy [in the context of /**approach in pursuit of – US**] sustainable development and poverty eradication [./ **Such collaboration should further objectives of sustainable development and poverty eradication, - US**] including through the [shaping/creation – US] of innovative partnerships [where appropriate – US]. [**We encourage such voluntary commitment and partnerships in the compendium as set forth in paragraph 128. – Switzerland**]- New Zealand delete, merge with para 128; G77 delete] (*into CST.41 bis and Section V – Compendium of Commitments*)

[41 alt We acknowledge the [primary –US delete] role of appropriate actions by national governments [supplemented by / and -US] those of other stakeholders, as appropriate, in promoting green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication. – G77; EU delete] (*G77 wants it moved to section V; Norway keep in section*) [- New Zealand move to Section V; Switzerland questions placement] (*into CST.41*)

[41 bis We encourage new public private partnerships with the financial sector in order to capitalize substantial additional financing from the private sector for implementing green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. – Switzerland] [- New Zealand, US move to Section V; *Norway keep in section*; Switzerland, EU question placement; EU merge with other paras] (*into CST.41 bis*)

[41 ter We recognize the critical role of technology as well as the importance of promoting green innovation in achieving a green economy. In this regard, we call on governments to invest in green technology and ensure incentives to R&D and innovation. – Japan; -US move to Section V; Switzerland, EU question placement; EU merge with other paras] (*into CST.41 ter*)

CST 41. We acknowledge the primary role of appropriate actions by national governments complemented by those of other stakeholders, as appropriate, in promoting policies related to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. (*from 41 alt*)

CST 41. bis We encourage new public-private partnerships with the financial sector and other innovative partnerships in order to mobilize substantial additional financing from

the private sector for implementing a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication.
(from 41 and 41 bis)

CST 41. ter We recognize the critical role of technology as well as the importance of promoting innovation in achieving a green economy. In this regard, we call on governments to invest in technology and ensure incentives to R&D and innovation that support the transition to a green economy.
(from 41 ter)

42. We realize that to make significant progress towards building green economies will require new investments, new skills formation, technology development, transfer and access, and capacity building in all countries. We acknowledge the particular need to provide support to developing countries in this regard and agree:

- a) To provide new, additional and scaled up sources of financing to developing countries;
- b) To launch an international process to promote the role of innovative instruments of finance for building green economies;
- c) To gradually eliminate subsidies that have considerable negative effects on the environment and are incompatible with sustainable development, complemented with measures to protect poor and vulnerable groups;
- d) To facilitate international collaborative research on green technologies involving developing countries, ensuring the technologies so developed remain in the public domain and are accessible to developing countries at affordable prices;
- e) To encourage creation of Centres of Excellence as nodal points for green technology R&D;
- f) To support developing countries' scientists and engineers and scientific and engineering institutions to foster their efforts to develop green local technologies and use traditional knowledge;
- g) To establish a capacity development scheme to provide country-specific advice and, where appropriate, region and sector-specific advice to all interested countries and to assist them in accessing available funds.

[[42. We realize that [to make significant progress towards building/ **the transition to – EU**] green economies will require [new – EU delete] investments [**from both the private and the public sector – Norway**], new skills formation, [[technology development / **development of new technologies – New Zealand**], [transfer and – New Zealand delete] access [**to existing and new technologies – New Zealand**], and

capacity building in all countries/capacity building and in this regard we stress the role of both the public and the private sector – EU] [./, - Japan] [[We acknowledge/acknowledging – Japan] the particular need to provide support to developing [and middle income – Belarus, Kazakhstan; EU delete / and economies in transition – Switzerland, Belarus] countries [in particular middle-income countries – Belarus] [. – Japan] [in / In – Japan] this regard [and/, we –Japan] agree / To strengthen progress in this regard, particularly in least developed countries, we commit – EU / To support this, we agree – New Zealand]: - US delete para and all sub paras, take up concept in section V-C] (*chapeau into CST.42*)

[a) To [use existing financial mechanisms such as the Global Environment Facility as effectively as possible and make efforts in – Switzerland, EU][[provide/providing – Switzerland] new, additional and scaled up/continue to mobilize domestic and international – Canada] sources of financing [to developing [and middle income – Belarus; Switzerland, EU delete] countries – Canada delete] [and countries with economies in transition – Holy See; EU, Switzerland delete] [from all sources – Switzerland] [to, inter alia, finance mitigation and adaptation measures – Mexico; EU delete] [and to ensure their most effective use – Montenegro]; - US delete] (*move to Section V – Finance*)

[a)alt 1. To means of financing, which can also help catalyzing private investments to developing countries, that will be drawn from a broad range of sources, including domestic resources, ODA, international financial institutions, south-south and triangular cooperation and other sources; - EU, Switzerland] (*move to Section V – Finance*)

[a)alt 2. To enhance efforts to mobilize adequate and predictable sources of financing in particular to developing countries; - Japan] (*move to Section V – Finance*)

[a)alt 3. To the continued provision of financing to developing countries, alongside an increased focus on the development results achieved; - New Zealand; EU, Japan, New Zealand merge alt 1 2 3] (*move to Section V – Finance*)

[a) alt 4. That while ODA remains critical for low-income countries, financing sustainable development requires vast new sources of capital from both private and public sources. It requires both mobilizing more public funds and using global and national capital to leverage private capital through the development of incentives. – Norway, Switzerland] (*move to Section V – Finance*)

[a)bis To facilitate the implementation at all levels of society in developing countries of the Green Economy [concept –EU bracket] in the context of sustainable development and poverty eradication; - Moldova flexible on this]

- [b) To [**consider – Japan**] [[launch / **launching – Japan / promote -Norway**] an international [process / processes –Norway, Australia] [to promote – Norway delete]/**explore – Canada**] [the role of –Norway delete] innovative [instruments/**mechanisms – Canada**] of finance for building green economies[, **such as the development and expansion of national and international schemes for payments for ecosystem services, [taxation of shipping fuel and aviation –RoK delete], redeployment of funds currently used for fossil fuel subsidies- Switzerland, RoK**];- US delete; *G77 move to section V*] (*move to Section V – Finance*)
- [b)alt 1. To explore ways to finance the transition to a green economy, **building on current processes, and especially on the promotion of the role of innovative instruments of finance and the right stimulus and regulatory framework [such as the development and expansion of national and international schemes for payments for ecosystem services, taxation of shipping fuel and aviation, redeployment of funds currently used for fossil fuel subsidies- Switzerland]; - EU**] (*move to Section V – Finance*)
- [b) alt 2. To continue dialogue on financing sources, including existing and soon-to-be created environment related funds, private sector finance and other potential sources of financing for building green economies; - New Zealand; EU merge alt 1 + 2] (*move to Section V – Finance*)
- [b) bis To **build the capacity to better take natural capital into account in economic decisions; - Norway, Australia; EU rewording**]
- [c) To [[gradually – New Zealand, Iceland delete] eliminate/**phase out – Switzerland**][**all types of – Mexico**] [**environmentally harmful - New Zealand**] [**inefficient – Canada**]subsidies [**and price distortions – Mexico**][, **particularly in the energy, agriculture and fisheries fields, - Switzerland**]that [have – New Zealand delete][**considerable/considerably – RoK/ New Zealand delete**][negative effects on the environment and – New Zealand delete] are incompatible with sustainable development [**until 2020 – Switzerland**], complemented with [**targeted – New Zealand**] measures to protect poor and vulnerable [groups / **persons – Holy See**]; - EU, US, RoK delete; *G77 move to section V*; Switzerland questions placement] (*into Section V – Trade; CST.126*)
- [c)bis To [establish a mechanism / develop an international cooperation framework – Moldova] in order to protect developing countries from the investments (external/internal) in old, obsolete technologies, which have a negative impact on development and environment; - Moldova; Switzerland, New Zealand delete] (*move to Section V – Science and Technology*)
- [d) To facilitate international collaborative research on green technologies involving developing countries [[**in particular middle-income countries –**

Belarus, Kazakhstan] [, **[and – New Zealand]** ensuring the technologies so developed [remain in the public domain and – Switzerland, RoK, New Zealand delete] are accessible to developing countries [**in particular middle-income countries – Belarus, Kazakhstan; EU delete**] [at affordable prices/**under mutually agreed terms and conditions – New Zealand**] –Australia delete] – Canada, Japan, Norway delete]; – US delete; G77 move to section V; Switzerland questions placement] (*move to Section V – Science and Technology; into CST pre 120*)

[d)alt To facilitate international collaborative research on green technologies and services, eco innovation and public private partnerships to develop green solutions which are accessible to developing countries and the poor; - EU, Moldova] (*move to Section V – Science and Technology; into CST pre 120*)

[d)bis To develop national and international financial mechanisms accessible by local and regional authorities; - Turkey; New Zealand delete] (*move to Section V – Finance*)

(e) To encourage creation of Centres of Excellence as nodal points for green technology R&D; - US, New Zealand delete; Switzerland questions placement] (*move to Section V – Science and Technology; into CST.120 quint*)

(f) To support[, **as appropriate, – New Zealand**][developing – New Zealand delete][**and middle-income – Montenegro; EU delete**] [countries’/ **efforts by – New Zealand**] scientists [, **researchers – Montenegro**] and engineers and scientific[, **research – Montenegro**] and engineering institutions to [foster their efforts to – New Zealand delete] develop [**local – New Zealand**] green [local – New Zealand delete] technologies [and/**including in relation to – New Zealand**] use [of – New Zealand] traditional knowledge [**in accordance with domestic law [and taking into consideration applicable community protocols and procedures - New Zealand; EU to revert]**]; - US delete; Switzerland questions placement] (*move to Section V – Science and Technology; into CST.120 alt ter*)

(g) To [establish a/**build on existing – Canada**] capacity development scheme[s – **Canada**] to provide country-specific [**technical and policy – RoK**] advice and, where appropriate, region and sector-specific advice to all interested countries and to assist them in accessing available funds. – G77 delete][–EU prefer to work with para 33] (*into CST.33*)

[g)bis To support concrete initiatives for promoting and [leveraging – RoK delete] the contribution of the private sector in the transition towards a green economy; -EU, RoK] (*into CST.42*)

- [g)ter** To promote the systematic application of sustainable public procurement, based on robust criteria and reliable tools within priority sectors, as examples for private procurement and consumption patterns for citizens; - EU] *(move to Section V - Sustainable Consumption and Production; into CST.42.g.ter)*
- [g)quat** To promote internationally harmonized standards, which are essential in order to secure the global development and dissemination of cost effective solutions that support diffusion of green technologies, reduce costs by enabling scaling up of production, encourage competition and enable consumers globally to purchase green technologies;- EU] *(move to Section V - Science and Technology; into CST.119 quat)*
- [g)quint** To promote the commitment of organizations, corporations and institutions to social and environmental responsibility i.e. by making a link between the global objectives of sustainable development and their individual contribution, including the use of international standards as ISO 26000;-EU] *(move to Section V - Sustainable Consumption and Production; CST 42.g.quint)*
- [g)sext** To support the roll-out of tried and tested green technologies and approaches; - EU] *(move to Section V - Science and Technology; CST 119 quat)*
- [g)sept** To promote production and consumption patterns that preserve biodiversity and ecosystem services for future generations; -EU] *(move to Section V - Sustainable Consumption and Production)*
- [g)oct** To enable and encourage private sector investment in green technology; – Canada, EU merge with above] *(into CST.42)*
- [g)dec** To support and facilitate international and regional collaborative activities to enhance knowledge-sharing and capacity development for scientists and policymakers on green economy; – Japan] *(into CST.33)*
- [g)undec** To strengthen international and national financial mechanisms accessible to sub-national and local governments to implement sustainable development programmes; – Mexico; EU willing to support] *(move to Section V - Finance)*
- [g)duodec** To [implement guarantees –EU delete] in the international sharing of expertise so as to respect local and traditional knowledge [as an intellectual and cultural heritage of communities –EU reword]. – Holy See]

[h)To establish a green job center to promote the exchange of information and knowledge on green job skills and to facilitate the integration of relevant data into national economic policies; - RoK] *(move into 34 bis (d))*

[To this end we call upon the Secretary-General to include concrete suggestions as to the nature and scope of these commitments in his Report to the General Assembly at its 67th session on the implementation of this Declaration. – EU; Norway,Switzerland questions placement]

CST 42. We realize that the transition to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication will require investment, skills formation, capacity building and technology development, transfer and access, with an important role for both the public and private sectors. Governments should support initiatives for promoting and leveraging the contribution of the private sector in the transition towards a green economy. We acknowledge the particular need to provide support to developing countries in this transition, and further means of implementation are detailed in Section (...). *(from 42)*

43. We recognize the importance of measuring global progress. In this regard, we will be guided by a roadmap that contains the following indicative goals and timeline:

- a) 2012~2015: establishment of indicators and measures to evaluate implementation; establishment of mechanisms for the transfer of technology, sharing of know-how, and enhancement of capacities;
- b) 2015~2030: implementation and periodic assessment of progress;
- c) 2030: comprehensive assessment of progress.

We request the Secretary-General, in close cooperation with the UN system, to provide a report for the General Assembly at its 67th session, detailing further steps in this regard.

[[43. We recognize the [fundamental- EU] importance of [measuring global progress/guiding the [transformation / transition – US] towards green economy in the context of sustainable development and poverty eradication – Switzerland][towards sustainable development and the [just –US delete] transition to a green economy –EU][towards a green economy – Japan] [in moving towards a green economy – Liechtenstein] [and encourage all countries to collect environmental, social, and economic data to determine the effectiveness of policies and programs and to make the information available to the public and policy makers and conduct periodic assessments of progress – US].][In this regard, [[and subject to the

provision of adequate support through means of implementation and financing resources by the international community, EU bracket] - Mexico] we will be guided by **[[a/an International Green Economy – Switzerland]** roadmap that **[contains/assembles- Switzerland] – EU delete]** the **[following indicative/measures, - Switzerland][goals and [timeline/timelines – Switzerland]/timelines- EU]** **[regarding green economy contained in this document. We request the Secretary General to undertake the following steps - Switzerland]:-** US, New Zealand, Russian Federation delete] [US delete all sub para] (*into CST 43 and CST 43 bis*)

[a) 2012~2015: **[review of existing i.e. – Montenegro]** **[development of green economy strategies, - Japan; Switzerland questions placement]** establishment of **[the above –mentioned roadmap as well as relative and absolute – Switzerland][a range of – Canada]** indicators[, **a financial resources mobilization strategy with quantitative targets – Mexico; Canada delete]**[, and measures to evaluate **[implementation; [establishment of the policy assessment interface; - Mexico]** establishment of **[mechanisms for/enabling environments to facilitate – Canada]** the transfer of technology, sharing of **[best practices and – Japan]** know-how, and enhancement of capacities/**the status of transformation towards green economy, considering the existing sustainable development monitoring system – Switzerland][and mechanisms for green investments - Georgia][that takes into account the need, roles and contributions of all stakeholders – Liechtenstein];-** US, New Zealand, Russian Federation delete; *G77 move to section V*]

[a)alt 2012~2015: **based on previous work and experiences within the UN, other international organisations and UN Member States, establishment of a comprehensive, harmonized and easy to access core set of indicators (including indicators beyond GDP) and measures to evaluate implementation; -EU; Switzerland consider with para 111; Russian Federation delete]** (*move to Section V – Measuring Progress; into CST.109 and CST.111*)

[b) 2015~2030: **implementation and periodic assessment of progress [, at all appropriate levels, including regional and national –EU]; - US, New Zealand, Russian Federation delete;***G77 move to section V*]

[c) 2030: **comprehensive assessment of progress. – US, New Zealand, Russian Federation delete;** *G77 move to section V*]

[We **[also- Switzerland]** request the Secretary-General, in close cooperation with the UN system, to provide a report for the General Assembly at its 67th session, detailing further steps in this regard. – US, New Zealand, G77, Russian Federation delete]

[43bisWe call for the rationalization and phasing out of environmentally or economically harmful subsidies, including for fossil fuels, that are incompatible with sustainable development, complemented by measures to protect poor and vulnerable groups and to ensure an enabling environment is put in place for the

transition to a green economy; - EU, Switzerland, New Zealand merge similar para; New Zealand questions placement; Russian Federation delete] (*move to Section V - Trade; into CST.126*)

CST 43. We recognise the importance of providing guidance that can facilitate the transition towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and encourage all countries to gather relevant environmental, social and economic data to determine the effectiveness of policies and programs, and to make the information available to the public and policy makers and conduct periodic assessments of progress. (*from 43*)

IV. Institutional framework for sustainable development

IV. Institutional framework for sustainable development

A. Strengthening/reforming/integrating the three pillars

A. [Strengthening/reforming/integrating the three [pillars / dimensions –EU] –G77 bracket]

USA delete all additional/new paras

Norway delete all paras with references to former agreements

[Pre 44. We reaffirm article 139 of the JPOI in its totality and reiterate the importance of enhancing effectiveness, promoting a coordinated approach, transparency and avoiding overlapping efforts. – G77; Canada, Japan, US, New Zealand, Switzerland; Norway merge with 44 bis and ter]

[Pre 44 bis. We underscore [recognize that effective governance at local national, regional, and global levels is critical for advancing sustainable development to respond to the needs of the people. We underscore –G77] [the importance of international governance for sustainable development and the need –G77 delete] for a [strengthened and –G77] reformed IFSD that is better prepared to more coherently respond to current and future challenges, to more efficiently [and effectively –G77] bridge gaps in the implementation of the sustainable development agenda as well as to accelerate global action towards [a greener and more – G77 delete] sustainable [economy / development –G77] and eradication of poverty [worldwide –G77 delete] [while respecting all visions, models and approaches of sustainable development –G77]. Any reform [and strengthening – G77] of the institutional framework for sustainable development should ensure adequate [monitoring, review and implementation of sustainable development measures / coherence of the UN agenda on sustainable development, a balanced integration of the three pillars, as well as follow-up and implementation of sustainable development commitments, especially those related to financial assistance and transfer of technology to developing countries –G77]. –EU; US delete; New Zealand merge with 44 ter; Switzerland merge with 44]

[Pre 44 ter. We recognize the need for inclusive, transparent [reformed –G77] and effective multilateral approaches to managing global challenges, and in this regard we reaffirm the central role of the United Nations in ongoing efforts to find common solutions to such challenges. – Liechtenstein, EU, G77; EU support streamlining of Pre 44, bis and 44. ter; US delete]

CST pre 44. We underscore the importance of a strengthened institutional framework for sustainable development which: responds coherently to current and future challenges; efficiently bridges gaps in the implementation of the sustainable development agenda; and, advances efforts towards poverty eradication. In this connection, we affirm

Article 139 of the JPOI in its totality, and reiterate the importance of the institutional framework for sustainable development, promoting an integrated and coordinated approach, transparency and the need to avoid duplication of efforts. We reaffirm also multilateral approaches, and the central role of the United Nations in efforts to find common solutions related to sustainable development.

(Relates to all pre-44 paras.)

44. We recognize that strong governance at local, national, regional and global levels is critical for advancing sustainable development. The strengthening and reform of the institutional framework should, among other things:

- a) Integrate the three pillars of sustainable development and promote the implementation of Agenda 21 and related outcomes, consistent with the principles of universality, democracy, transparency, cost-effectiveness and accountability, keeping in mind the Rio Principles, in particular common but differentiated responsibilities.
- b) Provide cohesive, government-driven policy guidance on sustainable development and identify specific actions in order to fulfil the sustainable development agenda through the promotion of integrated decision making at all levels.
- c) Monitor progress in the implementation of Agenda 21 and relevant outcomes and agreements, at local, national, regional and global levels.
- d) Reinforce coherence among the agencies, funds and programmes of the United Nations system, including the International Financial and Trade Institutions.

44. We recognize that [strong [and effective- Switzerland, EU] / effective – New Zealand, Norway, G77, Liechtenstein] [, representative and integrated – Norway] governance at [local, [sub-national – EU, Canada] national, regional and global / all – New Zealand] levels [representing the voices and interests of both women and men from major groups and civil society, – US, Canada] is critical for advancing sustainable development [. [The strengthening and reform of the / We call for a strengthened – EU]] / [and that – New Zealand] institutional [framework / frameworks – New Zealand] [should / which will – EU], among other things:

[44. alt The strengthening and reform of the institutional framework is not an end in itself but a means to achieve sustainable development, and should lead to the balanced integration of the three dimensions and mainstreaming of sustainable development, [without putting any additional burden [on developing countries-New Zealand delete] or posing an obstacle to their development prospects –EU delete] and respecting their national priorities [and policy space – EU, New Zealand delete]. In this regard, it should as part of its core mandate, among other things: -

G77, Liechtenstein; EU, New Zealand propose to merge; Canada, US, Japan delete; Switzerland merge with 44]

CST 44. We recognize that effective governance at local, sub-national, national, regional and global levels representing the voices and interests of both women and men is critical for advancing sustainable development. The strengthening and reform of the institutional framework should not be an end in itself, but a means to achieve sustainable development. We therefore call for a strengthened institutional framework which will, among other things:

(Relates to para. 44 and incorporates paras. 22 and 22 alt 1)

[Pre a) [Be based on Chapter 11 of the JPOI, the provisions of Chapter 38 of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, and the principles of the Rio Declarations, in particular, that of common but differentiated responsibilities. –EU, Canada delete] Furthermore, IFSD should promote the achievement of internationally agreed development goals, including the MDGs taking into account the outcomes of all major United Nations conferences in the economic, social and related fields and the needs of developing countries. – G77; Canada move to section 5; US, Japan, New Zealand delete; Switzerland move to B]

a) [Integrate [the / and reflect the equal importance – Australia] three [pillars / dimensions – EU, Norway] of sustainable development [to ensure integrated decision making at all levels – New Zealand, Liechtenstein, EU] and -G77 delete] [promote / Promote – G77] the implementation of Agenda 21 and related outcomes [, / and based on an action- and result-oriented approach. –G77] [consistent with the principles of universality [(as appropriate) – New Zealand] [gender-equality, - US, Norway, EU] democracy, [human rights, good governance, - Norway, EU] [transparency, / human rights – EU] [rule of law, - Republic of Korea, EU] cost-effectiveness, [transparency – EU] and accountability [, keeping in mind the Rio Principles [, in particular [the need for human-centered development policies and – Holy See; EU delete] common but differentiated responsibilities – G77 delete] – US, Japan, Norway, Switzerland] – EU, Canada, New Zealand delete].

[a) bis Reaffirm the principle of common but differentiated responsibilities as the basis of international cooperation in the area of sustainable development which is essential for the fulfilment of agreed international commitments and for the implementation of sustainable development objectives. – G77; EU, Canada, US, Japan, New Zealand delete]

[a) ter Promote a balanced integration of the three dimensions of sustainable development and develop equitable actions and strategies for the three

of them. – G77 *can merge with a*); US, Japan, New Zealand, Switzerland delete]

CST 44(a). Promote a balanced integration of the three dimensions of sustainable development and the implementation of Agenda 21 and its related outcomes, based on an action- and result-oriented approach consistent with the principles of universality, gender equality, democracy, human rights, rule of law, transparency, cost-effectiveness, and accountability, respecting all the Rio principles and all outcomes of UN conferences and summits in the economic, social and related fields.

(Relates to paras. a)-a) ter)

[a) **quat Strengthen the linkages between the global, regional and national levels in order to ensure effective interaction and the utilization of regional and subregional frameworks to promote sustainable development at the national level.** – G77; US delete; New Zealand, Switzerland, EU bracket]

[a) **quint Ensure full and effective participation as well as increased voice of developing countries, including countries in special situation in the decision making at the global level in all fields in particular in the economic field including in the governance structure of IFIs.** – G77; EU, Canada, US, Japan, New Zealand delete; Switzerland bracket]

[a) **sext Help resolve the actual difficulties of developing countries in areas such as financing, technology and capacity building.** – G77; EU merge with 44 b) bis; Canada delete or move to section V MoI; US delete; Japan delete or move to section 5; New Zealand delete]

[a) **sept Attract high-level political leadership and direction and attain universal legitimacy;** - EU; US delete; New Zealand rephrase; Switzerland, Norway move to B; G77 clarify]

CST 44(b). Enhance linkages at all levels, and ensure full and effective participation of all countries, particularly developing countries.

(Relates to paras. a) quat to a) sept)

b) [Provide cohesive, government-driven policy guidance on sustainable development and [identify/ **explore platforms for enabling** – US; G77 clarify] specific actions in order to fulfil the sustainable development agenda through promotion of [improved awareness, knowledge and – EU, G77] integrated [and inclusive – Liechtenstein, G77] decision making at all levels [and taking a systematic approach to interlinked issues – EU, Serbia; G77 clarify] [, supported by the creation of a legal framework for sustainability impact assessment – Montenegro; Japan, New Zealand bracket; Switzerland include in (c; G77 delete)]. – New Zealand, Norway delete]

[**b alt Encourage government-driven and market-oriented policies and actions to promote an integrated, action-oriented approach to sustainable development that is based on data, information and evidence. –US; EU merge with 44 b); G77 delete]**

[b) bis Ensure effective implementation through better assessment of country performances and sharing of best practices, inter alia through the development of a mechanism for periodic peer review on a voluntary basis encouraging States and other stakeholders, in a constructive spirit, to outline their sustainable development policies, to share experiences and lessons learned, and to fulfil their commitments on sustainable development. – EU, Norway, Serbia; Canada, New Zealand bracket; US, G77 delete; Switzerland include in B; Liechtenstein move]

CST 44(c). Provide policy guidance on sustainable development, voluntarily share experiences and lessons learned, and promote improved awareness, knowledge and information, and integrated and inclusive decision making at all levels. The provision of policy guidance and approaches should be data driven and evidence based.

(Relates to paras. b) to b) bis, e) venginti)

[b) ter Broaden [and deepen –G77 delete] the opportunities for active participation of [all / relevant –G77] stakeholders, [and encourage partnerships among them –G77] [also through a better utilization of the expertise and resources of non-state actors, and also ensure women’s equal participation and gender equality in all decision making processes –G77 delete]. – EU, Norway, Liechtenstein; US delete]

CST 44(d). Enhance the participation and effective involvement of all relevant stakeholders, as well as promote partnerships, including of non-state actors such as the private sector and all other relevant civil society actors.

(Note:Relates to paras. b) ter, d) ter, e) viginti (et) duo)

c) [[Monitor [and regularly review – New Zealand, EU] / Assess policy impacts and monitor – Switzerland, EU; G77 delete] progress [in / against clear objectives, report and follow-up on – EU, G77] the implementation of [Agenda 21 and [other – Republic of Korea; G77 delete] relevant outcomes and agreements / the sustainable development agenda – EU; G77 delete], [at local, [sub-national, – EU, Canada; G77 delete] national, regional and global levels – New Zealand delete] [making recommendations, as appropriate, for further action to ensure implementation is effective. – New Zealand; G77 delete] – US delete whole para; EU retain]

[c) alt Follow-up the implementation of Agenda 21 and relevant outcomes and agreements, and identify weaknesses or gaps that affect

the full implementation. – G77; EU questions placement; Canada, US, Switzerland delete]

- [c) bis Ensure greater coherence in the UN system through the implementation of a System-Wide Strategy for Sustainable Development, including more joint programming, building on experiences made by, inter alia, UNAIDS and UN-Women. – Norway; EU merge with d) and d) bis; US delete; G77 clarify]**

CST 44(e). Monitor progress, reporting and follow-up on the implementation of Agenda 21 and other relevant outcomes and agreements at all levels, including with respect to gaps and weaknesses that affect full implementation of the above.

(Relates to paras. c), c) alt, c) bis)

- [c) ter Provide a means to ensure that the needs of future generations are taken into account in decision-making processes and adoption of development policies. – Montenegro; US, G77 delete]**

- d) [Reinforce coherence [, coordination – Switzerland, G77] and monitoring – New Zealand, Liechtenstein; G77 delete; EU delete as covered by c)] [and cooperation – US, Switzerland] [and coordination – G77, Liechtenstein][among / within and between – Norway] the agencies, funds and programmes of the United Nations system [, including the International Financial [and Trade – EU delete] Institutions / to ensure effective implementation and avoid duplication – New Zealand, EU] – G77] [as appropriate – US] [, as well as other relevant organizations, such as the World Trade Organization and promote effective and efficient delivery of results – EU, G77; New Zealand bracket] .**

- [d) alt Reinforce coordination and cooperation among the agencies, funds and programs of the United Nations system, as well as other financial and trade organizations such as IFIs and WTO, within their respective mandates, while ensuring in this regard appropriate accountability to member States. –G77]**

- [d) bis Address fragmentation, overlap, competition and conflicting agendas among UN agencies, funds and programmes in order to promote a strategic global vision through coherence and consistency across the UN system and to reduce transaction costs and achieve effective results for member states taking into account national ownership and leadership. – G77, Liechtenstein (merge with e duodec); EU merge d) and c) bis; US delete; Switzerland merge with original d]**

CST 44(f). Increase effectiveness and efficiency through limiting overlap and reinforcing coordination and cooperation among the agencies, funds and programs of the United Nations system, including the International Financial Institutions (IFIs), as well as other relevant organizations, such the World Trade Organization, within their respective mandates.

(Relates to paras. d), d) alt, d) bis, e), e) ter, e) septendec).

- [d) ter Encourage partnerships among various stakeholders, including non-state actors such as the private sector, and review the implementation of such partnerships. – EU, Republic of Korea; New Zealand bracket; US delete; G77 merge with b ter; Switzerland questions placement; Liechtenstein merge] *(Addressed in CST 44(d))*
- [d) quat [Ensure access to reliable, relevant and timely data, information and assessments, and promote measures to- New Zealand delete] strengthen the interface between policymaking and science in order to facilitate informed political decision-making on sustainable development issues. – EU; US, G77 delete; Switzerland, Liechtenstein questions placement]

Canada, Switzerland e to e viginti (et) duo - delete

- [e) Promote strong, effective and efficient and accessible institutions that take into account specific needs of developing countries, including countries and peoples in special situations, in addressing the implementation gaps in terms of means of implementation (MOIs): finance, capacity building and technology transfer. – G77; US, New Zealand, Canada, Switzerland delete; EU delete as discussion belongs to section V.C.; Japan move to section V] *(addressed in CST 44(f))*.
- [e) bis Reaffirm the commitment to sustainable development for poverty eradication and the promotion of social inclusion and equity [and that, therefore, this will be an indubitable opportunity to orient our efforts towards the construction of a new international economic order that is more fair, equitable and inclusive, and that addresses the limitations of the current development model-Republic of Korea delete]. – G77; EU, US, Japan, New Zealand, Canada, Switzerland delete]
- [e) ter Strengthen the capacity of the United Nations to foster international cooperation in order to address fully the wide range of issues pertaining to [sustainable - New Zealand] development[, particularly of developing countries- New Zealand delete]. – G77; EU merge c) bis, d) and d) bis; US, Canada, Switzerland delete] *(addressed in CST 44(b))*
- [e) quat Strengthen, as part of its core mandate, the implementation of the Mauritius Strategy and Barbados Programme of Action, which represent the essential blueprint of sustainable development for SIDS and it should also have an effective answer for the needs and vulnerabilities to the [economic and financial crisis –EU, New Zealand delete] as well as climate change; as well as increasing the institutional capability of the UN system to address SIDS issues, through inter alia addressing system-wide shortcomings in the institutional support for SIDS in accordance with the pathways laid out in A/RES/65/2 and the MSI pp. 100-102. – G77 can move to e) dec; EU, New Zealand questions placement; US, Japan, Canada, Switzerland delete] *(addressed in part V, SIDS)*

- [e] quint **Ensure that developed countries implement their responsibilities regarding means of implementation in Multilateral Environment Agreements in accordance with the Rio Principles. – G77; EU, US, Japan, New Zealand, Canada, Switzerland delete]**
(addressed in section on MOI)
- [e] sext **Promote the incorporation of the concept of sustainable development at all levels, for the design and the work of the MEAs. – G77; EU, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand bracket]**
- [e] sept **Improve participation of developing countries in the governance bodies of the financial mechanisms of MEAs, as well as in developing policies and strategies for sustainable development at all levels. – G77; EU, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand bracket]**
- [e] oct **Provide also support to the existing regional and sub-regional structures and mechanisms with a mandate in the field of sustainable development in developing countries and encouraging their creation, where needed, with the aim of promoting cooperation, enhance capacity building and the exchange of information, that facilitates exchange of experiences and expertise to advance the implementation of the decisions at regional and sub regional levels. – G77; Japan, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand move to section V]** *(addressed in para. 60)*
- [e] non **Ensure immediate implementation of Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building (Bali Plan). – G77; Japan, US, New Zealand, Canada, Switzerland delete; EU delete as discussion belongs to section V.C.]** *(addressed in section on MOI)*
- [e] dec **Strengthen:**
- (i) **the full implementation of the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Declaration on Sustainable Development and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (“Johannesburg Plan of Implementation”), as well as the outcomes of major United Nations conferences and summits in the economic, social and related fields including the development goals and objectives contained therein.**
- (ii) **the implementation of the Mauritius Strategy and Barbados Programme of Action, which represent the essential blueprint of sustainable development for SIDS and it should also have an effective answer for the needs and vulnerabilities to the economic and financial crisis as well as climate change; as well as increasing the Institutional capability of the UN system to address SIDS issues, through inter alia addressing system-wide shortcomings in the institutional support for SIDS in accordance with the pathways laid out in A/RES/65/2 and the MSI pp. 100-102.**

(iii) the full implementation of all the commitments related to Africa's development needs, particularly those contained in the United Nations Millennium Declaration, the Declaration on the New Partnership for Africa's Development, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Chapter 8 of the JPOI) and the 2005 World Summit Outcome as well as the 2008 Political Declaration on Africa's development needs

(iv) the implementation of the Istanbul Program of Action for LDCs which outlines LDCs priorities for sustainable development and defines a framework for renewed and strengthened global partnership to achieve them; strengthening of the relevant entities within the United Nations system which support LDCs' sustainable development. – G77; EU, Japan, US, New Zealand, Canada, Switzerland delete] *(Co-Chairs submit that these references are encompassed by text in CST.8 and CST.8bis in part II)*

- [e) undec Improve the ability of developing countries to have access to environmentally sound technology. – G77; EU, US, New Zealand, Canada, Switzerland delete] *(addressed in CST.118, CST.118alt)*
- [e) duodec Reduce the overlapping and duplication of responsibilities among the existing structures related to the compilation of scientific information. In that regard, the creation of new commissions, groups, panels or their equivalent without the establishment of their clear responsibilities, functions, composition and source of financing through previous negotiations in the intergovernmental framework should be avoided. – G77; EU, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand bracket]
- [e) tredec Improvement of the participation and representation of scientists from developing countries in processes related to global environment assessments for which clear and equitable selection terms of reference should be set up. – G77; EU delete; US, Canada, Switzerland delete; New Zealand move to section V]
- [e) quattordec Provide political guidance and identifying specific actions in order to fulfil the sustainable development agenda; – G77, Liechtenstein; EU merge with a) bis and place up in the text; Japan, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand, Liechtenstein move up and merge with 44 a sept] *(addressed in CST 44(c))*
- [e) quindec Review and monitoring the progress in the implementation of the commitments set forth in the Agenda 21, including those related to the provision of financial resources and transfer of technology, as well as of the fulfilment of the target of 0.7 percent of the gross national income of developed countries for ODA to developing countries; – G77; EU, US, Japan, New Zealand, Canada, Switzerland delete] *(Co-*

Chairs submit that this amendment is covered by CST 44(b) and text on MOI in part V)

- [e) **sedec** Revise on a regular basis of the adequacy of funding and mechanisms, including efforts to reach the objectives agreed in chapter 33 of Agenda 21; – G77; EU, Japan, US, New Zealand, Canada, Switzerland, delete] *(Addressed in text on MOI in part V)*
- [e) **septendec** Establish channels/instances for effective cooperation and exchange of information between United Nations organs, organizations, funds and programmes and the multilateral financial bodies, within the institutional arrangements for the follow-up of Agenda 21; – G77; EU, US, Canada, Switzerland delete; New Zealand bracket] *(covered in CST 44(f))*
- [e) **duodeviginti** Strengthen the operational activities for development, especially the delivery of the UN System in the field; – G77, Liechtenstein; EU, New Zealand questions placement (para 56); US, Canada, Switzerland delete] *(covered by para. 56)*
- [e) **undeviginti** Respond to the scale and magnitude of continuing, new and emerging challenges and issues related to sustainable development; – G77, Liechtenstein; EU merge with b); US, New Zealand, Canada, Switzerland delete]
- [e) **viginti** Facilitate member states to share experiences and lessons learned in different formats or instances in order to identify the most effective ways to achieve the objectives of MEAs; – G77, Liechtenstein; EU covered by b) bis; New Zealand bracket; US, Canada, Switzerland delete] *(covered by CST.55)*
- [e) **viginti (et) unus** Ensure the transparency of the process of staff selection of the UN Secretariat, which should be based on merit and taking into account balanced geographical representation at all levels. – G77; EU, Japan, US, New Zealand, Canada, Switzerland delete]
- [e) **viginti (et) duo** Promote the participation of all relevant stakeholders in the sustainable development agenda [while ensuring the intergovernmental nature of the IFSD –EU delete]; - G77 merge with b ter; US, New Zealand, Canada, Switzerland delete] *(covered in CST 44(d))*

[44.bis We recognize also that, since UNCED in 1992, Multilateral Environmental Agreements have increased in number in response to environmental challenges. In this regard, we recognize that coordination and cooperation among the MEAs, as well as effective leadership are needed in order to, inter alia, address policy fragmentation, and avoid overlapping and duplication. We resolve to promote synergies according to their mandate and to streamline the work of MEAs, as appropriate, in order to increase efficiency and effectiveness in their activities. – G77, Liechtenstein; EU, Norway questions placement; Japan, US delete; Switzerland move to C] *(addressed in CST.55)*

[44.ter We believe that the Institutional Framework for Sustainable Development should have two overall functions:

a) Implementation of sustainable development

b) Integration of the three pillars of sustainable development (social, environmental, economic) – G77, EU *can merge with 44*; US, New Zealand, Switzerland delete; Norway bracket] (*addressed in CST. 44(a) and (d)*)

[44. quat We reiterate that there is a need to strike a balance in reflecting the agreed priorities of the Organization in the allocation of resources to the United Nations regular budget, which is persistently to the detriment of the development activities. In this regard, we stress that the Secretariat must strictly implement General Assembly mandates without exceptions and/or delays. – G77; EU, Canada, Japan, US, New Zealand, Switzerland, Norway delete]

B. GA, ECOSOC, CSD, SDC proposal

B. GA, ECOSOC, CSD, SDC [IMTT – G77, EU delete] proposal

[Pre 45. We acknowledge the vital importance of an inclusive, transparent, reformed and effective multilateral system in order to better address the urgent global challenges of today, recognizing the universality of the United Nations, and reaffirming our commitment to promote and strengthen the effectiveness and efficiency of the United Nations system. In this regard we reaffirm the role and authority of the General Assembly on global matters of concern of the international community as stated in the Charter. –G77; EU questions placement; US, Switzerland bracket]

[Pre 45 bis – We resolve to establish an institutional architecture that achieves the main objective of putting in place a strong global governance structure for sustainable development that also addresses the shortcomings of the current system and emphasizes that a strengthened IFSD needs to provide for political leadership, including at the highest levels, coherence and coordination, stronger science policy interface, effectiveness and efficiency in implementation, progress monitoring and review, transparency, accountability as well as wider participation and effective association of major groups and non-state actors, starting already in the reform process; - EU; G77 delete]

[Pre 45 ter We emphasize IFSD reforms should be decided on the basis of a clear identification of the specific functions required and should take into account [structural, legal and budgetary / various –G77] implications, that reforms should promote synergies between existing processes, seek to avoid duplication, eliminate unnecessary overlaps, [maximize effective use of financial resources – G77 delete] and reduce administrative burdens and build on existing arrangements. –EU, G77 with amendments]

CST Pre 45. We acknowledge the vital importance of an inclusive, transparent, reformed and effective multilateral system in order to better address the urgent global challenges of today, recognizing the universality of the United Nations, and reaffirming our commitment to promote and strengthen the effectiveness and efficiency of the United Nations system.

CST Pre 45 ter. We emphasize that reform and strengthening of the institutional framework for sustainable development should: be guided by the specific functions required and mandates involved; take into account structural, legal and budgetary implications; promote synergies between existing processes; seek to avoid duplication and eliminate unnecessary overlaps; and, reduce administrative burdens, and build on existing arrangements.

[General Assembly]

[General Assembly]

45. We reaffirm the central role of the General Assembly as the highest policy-making body, and call for it to further integrate sustainable development as a key element of the overarching framework for United Nations activities.

[New Zealand reserves its position on paras. 45-51alt until after discussion of para. 44.]

45. We reaffirm the [central – US delete; G77 retain] role of the General Assembly [as the highest **[universal –EU; G77 flexible]** policy-making body, / **on global matters of concern to the international community as set out in the Charter, - US, G77]** and call for it to further integrate sustainable development as a key element of the overarching framework for United Nations activities. **[We invite the President of the General Assembly to organise a periodic high-level dialogue on sustainable development as part of the annual Ministerial Week. – EU; G77 reserve]**

[45 bis. We call for the General Assembly to consider means to adequately reflect the priority of sustainable development in its agenda setting. –G77; US bracket]

[45 ter. We request the Secretary General to convene in this respect periodic high-level exchanges on sustainable development when leaders meet at the opening of the new session of the General Assembly. – Switzerland; US bracket; G77 reserve]

CST 45. We reaffirm the central role of the General Assembly as the highest universal policy-making body on global matters of concern to the international community as set out in the Charter, and call for it to further integrate sustainable development as a key element of the

overarching framework for United Nations activities. In this regard, we call for the General Assembly to consider means to adequately reflect the priority of sustainable development in its agenda setting, including through periodic high-level dialogues.

[Economic and Social Council]

[Economic and Social Council]

46. We reaffirm that the Economic and Social Council is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and its specialized agencies and supervision of its subsidiary bodies, in particular its functional commissions.

[US reserves its position on paras. 46-49 alt ter]

46. We reaffirm that the Economic and Social Council [**as outlined by chapter 10 of the UN Charter- Canada; G77 delete**] is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and its [**funds, programmes and –G77; EU delete**] specialized agencies and supervision of its subsidiary bodies, in particular its functional commissions [**and to promote the implementation of Agenda 21 by strengthening system-wide coherence and coordination – G77**].

[46 bis. We reaffirm the role that the Charter of the United Nations and the General Assembly have vested in the Economic and Social Council as a principal body for coordination, policy review, policy dialogue and recommendations on issues of economic and social development and for the follow-up to the Millennium Development Goals. -G77; US, Switzerland bracket]

CST 46. We reaffirm that the Economic and Social Council is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and its funds, programmes and specialized agencies and supervision of its subsidiary bodies, in particular its functional commissions, and for promoting the implementation of Agenda 21 by strengthening system-wide coherence and coordination.

47. We also reaffirm that ECOSOC is a central forum for intergovernmental deliberations on economic and social issues, and provides guidance and coordination to the UN system's operational activities for development in the field.

47. We also reaffirm that [ECOSOC / **the Economic and Social Council - EU, G77**] is a central forum for intergovernmental deliberations on economic

and social issues, and provides guidance and coordination to the UN system's operational activities for development in the field.

Note: Co-Chairs have not proposed text for paras. 48 to 51

48. We agree to promote the role of ECOSOC in the integration of the three pillars of sustainable development including by making better use of the coordination segment of ECOSOC for monitoring implementation of agreements on sustainable development and, similarly, making use of the ECOSOC operational activities and humanitarian segments to promote mainstreaming of sustainable development into programmes of UN agencies and programmes.

Note: G77 reserves position from paragraphs 48 to 53.

[48. We agree to **[further-EU]** [promote the role **[and improved functioning – Turkey]** of **[ECOSOC/ the Economic and Social Council-EU]** in the integration of the three pillars of sustainable development including by making better use of the coordination segment of **[ECOSOC/ the Economic and Social Council-EU]** for monitoring implementation of agreements on sustainable development and, similarly, making – Switzerland delete] **[make – Switzerland]** use of the **[ECOSOC/ the Economic and Social Council-EU]** operational activities and humanitarian segments to promote mainstreaming of sustainable development into programmes of UN agencies and programmes. - G77 bracket]

[48 bis We agree to further strengthen the role of the Economic and Social Council in the integration of the three pillars of sustainable development, including by transforming CSD into a Sustainable Development Council held by the Economic and Social Council building on current High Level Economic and Social Council functions allowing the Economic and Social Council to give balanced and equal weight to the three dimensions of sustainable development and effectively integrating sustainability issues into the core of the UN intergovernmental policy-making, ensuring the full involvement of relevant UN agencies and bodies as well as the IFIs, and endowed with, inter alia, a review mechanism of countries' sustainable development performances. –EU]

[Commission on Sustainable Development]

[Commission on Sustainable Development]

49. We reaffirm the role of the Commission on Sustainable Development as the high level commission on sustainable development in the United Nations system. We agree to consider options for improving the working methods, the agenda and programme of work of the Commission to better facilitate, promote, and coordinate sustainable development implementation, including measures to

ensure more focused, balanced and responsive engagement with a more limited set of issues, and enhanced implementation of its decisions. We also agree to consider means to enhance the review function of the Commission, including through a voluntary review process.

[Canada reserves its position on paragraph 49]

[New Zealand reserves position on paragraphs 49 through 51]

[49. We reaffirm the role of the Commission on Sustainable Development as the high level commission on sustainable development in the United Nations system. We agree to [consider options for improving / **take steps to improve – Japan**] the working methods, the agenda and programme of work of the Commission to better facilitate, promote, and coordinate sustainable development implementation, including measures to ensure more focused, balanced and responsive engagement with a more limited set of issues, and enhanced implementation of its decisions [**through further cooperation with relevant organizations, in particular development agencies – Japan**]. We also agree to consider means to enhance the review function of the Commission, including through a voluntary review process. [**We further agree to consider the possible creation of a Sustainable Development Council which would replace the Commission. – Japan**] –G77 bracket; Norway, Switzerland, RoK, Mexico, EU delete]

OR

[OR – Japan, Mexico delete]

[Sustainable Development Council]

[[Sustainable Development Council – Japan, Mexico delete]

49 alt. We resolve to transform the CSD into a Sustainable Development Council that will serve as the authoritative, high-level body for consideration of matters relating to the integration of the three dimensions of sustainable development

[49 alt. We resolve to [transform / **replace – Norway**] the CSD [into / **by – Norway**] a Sustainable Development Council that will [**report directly to the General Assembly and – Norway**] serve as the authoritative, high-level body [**subsidiary to the General Assembly – Liechtenstein**] for consideration of [matters relating to the integration of the three dimensions of – Liechtenstein delete] sustainable development [, **while avoiding duplication of the tasks carried out by the ECOSOC. – Norway, Republic of Korea**] [**on a regular basis throughout the year – Liechtenstein.**] [,ensuring the full involvement of relevant UN agencies and bodies as well as the IFIs, and endowed with,

inter alia, a review mechanism of countries' sustainable development performances-EU]- G77 bracket; Japan, Mexico delete]

49 alt. bis The work of the Council should be based on fundamental documents on sustainable development such as Agenda 21, the Rio principles and related outcomes. The Council should, inter alia, fully carry out the functions and mandates of the Commission for Sustainable Development. It would be guided by the need to promote integration of the three pillars of sustainable development, promote effective implementation at all levels and promote effective institutional coherence. It should help in enhancing the involvement of all stakeholders, particularly major groups, in the follow-up of Rio+20.

[49 alt. bis The work of the Council should be based on fundamental documents on sustainable development such as Agenda 21, the Rio principles [, **the JPol-EU**] and related outcomes. [The Council should, inter alia, [fully carry out the functions and mandates of the Commission for Sustainable Development-EU delete] / **address emerging issues and review progress on sustainable development – Norway**]. [It would be guided by the need to promote integration of the three pillars of sustainable development, [**address emerging issues and review sustainability progress, with meetings held on a regular basis throughout the year and – Switzerland**] promote effective implementation at all levels and promote effective institutional coherence [**basing its work on a strong science-policy interface. Building on and strengthening those CSD working methods worth preserving, it-EU**] [, including building the stronger links between its program of work and the activities of the relevant regional bodies and national councils for sustainable development. – Montenegro; RoK move to para 61] [within the UN system. The Council should address emerging issues and review sustainability progress and The Council would develop a peer review mechanism that would encourage states, in a constructive spirit, to explain their policies, to share experiences and lessons learned, and to fulfil their commitments. – Switzerland] [It should aim at high-level political attendance from all three dimensions of sustainable development and be mandated to make decisions and assess progress according to national commitments. – Norway] It should [**also – Switzerland**] [**engage relevant international institutions and – Norway**] help [in – Republic of Korea delete] enhancing the involvement of all stakeholders, particularly major groups, in the follow-up of Rio+20. – G77 bracket; Japan, Mexico delete]

[49 alt bis alt. The work of the Council should be based on fundamental documents on sustainable development such as Agenda 21, the Rio principles and related outcomes. The Council should fully carry out the functions and mandates of the Commission for Sustainable Development. It would be guided by the need to promote integration of the three pillars of sustainable development, review implementation, progress, and policy development on sustainable development at all levels, and to further promote dialogue, partnerships, and meaningful participation of all stakeholders, in particular governments and major groups and

international or regional forums and organizations dealing with matters of global concern. The Council should also be mandated to:

- a) Support governments at all levels in moving towards a green economy and in developing and implementing their own sustainable development policies;
- b) Address emerging issues, including developing policy recommendations and initiating responses;
- d) Promote effective implementation of sustainable development, including through accountability and monitoring mechanisms such as a periodic review;
- e) Prepare through joint effort with the heads of relevant international organizations, including relevant United Nations agencies, international financial institutions, the private sector and other relevant stakeholders, a regular global sustainable development outlook report that brings together information and assessments currently dispersed across institutions, and analyses them in an integrated way; - Liechtenstein]

[49. alt 1 We agree to transform the mandate, functions and scope of the UNEP and the Commission on Sustainable Development (CSD), with a view to creating a new institution that, while preserving part of the current mandates, includes the aspects of sustainability in a more coherent manner and can face more effectively existing challenges and threats. - Cuba

[49. alt 2 In that regard, we agree to modify the current mandate of the Global Ministerial Environment Forum of the UNEP, so that it addresses sustainable development problems from a more comprehensive perspective, and we resolve to establish a Global Ministerial Forum on Sustainable Development / Global Ministerial Forum on Sustainability that holds its meetings, in principle, at the United Nations headquarters, in New York, once a year. The current CSD functions would be assumed by this new Forum. – Cuba]

[49. alt 3 The Forum is created for the purpose of:

- a) Contributing to achieving greater coherence, coordination and rationality in the main elements of the global institutional framework.
- b) Strengthening the UNEP and reinforcing its role by allowing it to play a significant part in the inter-secretariat coordination effort. – Cuba]

[49. alt 4 The Forum shall have the following characteristics:

- a) In order to have a more effective technical support, the Forum should be supported by a DESA-UNEP team, in an effort of joint cooperation and coordination between both Secretariats.

- b) It would report to ECOSOC and, through it, to the United Nations General Assembly.
- c) It would be a high-level Forum in which economic, social and environmental Ministers would preferably participate, according to the agenda and/or programme of work adopted.
- d) It would be open to the participation of all Member States.
- e) It should take into account in its deliberations the decisions and/or recommendations of the Governing Council of the UNEP concerning the various environmental issues related to development problems.
- f) The Forum would also recommend to the United Nations General Assembly the review of new international legal instruments on sustainable development. – Cuba]

[Pre 49 alt ter The work of the Council should not create institutional overlaps, but rather promote effective coordination and coherence within the UN system. – Liechtenstein]

[Pre 49 alt ter bis A key task for the Council should be to ensure effective implementation, accountability and exchange of experiences through a periodic review of national performance. – Norway]

49 alt ter. We request the President of the General Assembly to conduct open, transparent and inclusive negotiations, with the aim of establishing the mandate, modalities, functions, size, composition, membership, working methods and procedures of the Council and report on the outcome before the end of the 67th session of the General Assembly.

[49 alt ter We request [the President of the General Assembly to conduct open, transparent and inclusive negotiations, with the aim of establishing the mandate, modalities, functions, size, composition, membership, working methods and procedures of the Council and report on the outcome / **the Secretary-General to develop proposals to give effect to these reforms for consideration by the General Assembly –EU]** before the end of the 67th session of the General Assembly. – G77 bracket; Japan, Mexico delete]

[49 alt quat⁵. [We support the establishment of an Ombudsperson, or Higher Commissioner for Future Generations, to promote sustainable development and the integrated approach at the highest level of decision, policy and program making within the UN. We call upon the member states to establish similar institutions in their own national laws, which would be independent from the executive and have a mandate to consider petitions from the public and advocate for the interests and needs of future generations. – Montenegro]

⁵ Former para 57

[49 alt quint We agree to further consider the establishment or appointment, of a High-level Representative for Sustainable Development and Future Generations, possibly to be held within an existing office as the high-level voice called upon to promote an integrated and coherent approach to sustainable development through continuous dialogue with policy-makers, the UN system and civil society. – EU]

C. UNEP, specialized agency on environment proposal, IFIs, United Nations operational activities at country level

C. UNEP, [specialized / Specialized -EU] agency on environment proposal –US, Russian Federation delete] [, IFIs, United Nations operational activities at country level – EU delete] / [Enhanced international environmental governance – Liechtenstein]

50. We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental pillars of sustainable development, and to this end:

[50. We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental pillars of sustainable development, and to this end: - G77 bracket]

[50 bis. We agree to take a step-by-step approach to strengthen international environmental governance. In this regard, as a first step, we urge UNEP and the secretariats of the MEAs as well as other relevant UN entities to further enhance collaboration among themselves with a view to improving efficiency, while considering the possible establishment of a UN specialized agency for the environment in the future, as a final step, by integrating UNEP and the secretariats of the MEAs. – Japan, RoK; US, EU, Russian Federation, Canada delete]

[50 ter We agree to strengthen and reform international environmental governance in such a way that the reformed institution based on UNEP meets the following characteristics:

- a) Have a strong mandate, based on UNEP's mandate as set out in UNGA resolution as well as the 1997 Nairobi and 2000 Malmö Ministerial Declarations, and the necessary political visibility in order to fulfil the key functions of an effective international environmental governance system as set out in the Belgrade-Rome outcome;
- b) Be universal in its membership and decision-making, with each member State allocated one vote in case all efforts to reach consensus have been

exhausted and, as a last resort, a decision needs to be taken by majority vote;

- c) **Have increased authority to bring oversight, guidance, coordination and coherence to the range of multilateral environmental agreements;**
- d) **Have the authority to enhance synergies among multilateral environmental agreements, in particular within thematic clusters;**
- e) **Have the authority to lead a process of United Nations system-wide strategic planning for the environment through the development of a system-wide strategy for the environment;**
- f) **[Have secure, stable, [additional / adequate –EU] and predictable financing to fulfil its mandate through the application of the UN scale of assessment for an amount which at least equals the current overall level of contributions to the Environment Fund and through additional voluntary funding from public and non-public sources;-Japan delete]**
- g) **Be an autonomous body that sets the global policy agenda for environment and provide guidance for environmental financing;**
- h) **Have the ability to enhance capacity and technology support, monitor the effectiveness of implementation of multilateral environmental agreements and agreed international environmental objectives, and facilitate access to technology and technology transfer by developing a system-wide capacity-building framework for the environment; -EU requests clarification**
- i) **Have a strengthened regional presence in order to assist improved implementation at the national level; and**
- j) **Promote the science-policy interface to deal with pressing environmental sustainability concerns, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, and to support national and regional scientific networks and scientists. – Switzerland, EU, Liechtenstein, Mexico; EU willing to incorporate elements in its proposals in paras 51; Canada reserve; US, Russian Federation delete]**

51. We agree to strengthen the capacity of UNEP to fulfil its mandate by establishing universal membership in its Governing Council and call for significantly increasing its financial base to deepen policy coordination and enhance means of implementation.

[51. We [agree to strengthen / **support strengthening – US**] the capacity of UNEP to fulfil its mandate **[to set the global environmental agenda, provide policy advice and guidance and coordinate environmental activities in the United Nations system, - Japan, EU]** [. We therefore request the UN General Assembly to adopt a range of measures to do so, including: - US] by establishing universal membership in its Governing Council [, **establishing an Executive Board to facilitate more efficient decision-making between GC sessions, - Norway**] [and call for [significantly –G77 delete] increasing its financial base to deepen policy coordination and enhance means of implementation. – Canada, Japan delete] / **[as well as options for more**

nimble oversight. – US] [with a revised and strengthened mandate, supported by stable, adequate and predictable financial contributions and operating on an equal footing with other UN specialized agencies. This agency, based in Nairobi, would cooperate closely with other specialized agencies. – Mexico, EU]– EU, Turkey, Republic of Korea delete; Canada reserve]

OR

[OR – EU, Republic of Korea, Japan delete]

51 alt. We resolve to establish a UN specialized agency for the environment with universal membership of its Governing Council, based on UNEP, with a revised and strengthened mandate, supported by stable, adequate and predictable financial contributions and operating on an equal footing with other UN specialized agencies. This agency, based in Nairobi, would cooperate closely with other specialized agencies.

[51 [alt. – EU delete] We resolve to establish a UN specialized agency for the environment [with universal membership of its Governing Council – EU delete], [based on UNEP, - Turkey delete] with a revised and strengthened mandate, supported by stable, adequate and predictable financial contributions and operating on an equal footing with other UN specialized agencies. This agency, based in Nairobi, would cooperate closely with [the UN system and – EU] other specialized agencies. – US, Canada, Japan, Russian Federation delete; EU support]

[51 alt 2 We agree to strengthen the capacity of UNEP by transforming it into a fully-fledged UN agency named World Environmental Organization with universal membership of its governing council and initiate the process of elaborating the World Environmental Constitution as the only way of reaching the required efficiency of the World Environmental Organization and as a legal framework for the transition to green economy. –Ukraine; Japan, Russian Federation, Canada delete]

[51 bis. This specialized agency should also ensure effective participation of [non-state actors / stakeholders – Liechtenstein]. – EU, Ukraine, Liechtenstein; Switzerland placement; US, Japan Russian Federation, Canada delete]

[51 ter. This Agency should be the designated Agency of the UN system on environmental issues and have clear policy advice and guidance functions as well as authority on assessment and early warning on the global environment. It will build strong links between science, policy and decision-making to support evidence-based and coherent decision-making inside and outside the UN. It will offer specific capacity building and technical assistance to countries to assist in the process of implementing international environmental norms, standards, guidelines, or guidance which will pass via its regional centers through close

institutional links with other UN bodies. It will disseminate environmental information worldwide, raise awareness and mobilise public opinion on critical environmental issues. The agency will undertake efforts to improve efficiency and effectiveness of MEAs at national, regional, and international levels as well as to enhance synergies among existing MEAs where this is feasible and desirable. – EU, Ukraine, Liechtenstein, RoK; US, Japan, Russian Federation, Canada delete]

[51 quat. We decide to establish an Intergovernmental Negotiating Committee to prepare the statute for a specialized agency, for consideration by the General Assembly before the end of its 67th session. – EU, Ukraine; US, Japan, Russian Federation, Canada delete]

[51 quint. We call on the UNEP Governing Council/Global Ministerial Environment Forum to conduct periodic reviews of the reports of the MEAs to ensure coherence and coordination among them, with a view to moving towards integration of UNEP and the secretariats of the MEAs. – Japan; EU merge with 51ter; US, Canada delete]

52. We stress the need for a regular review of the state of the planet and the Earth's carrying capacity and request the Secretary-General to coordinate the preparation of such a review in consultation with relevant international organizations and the UN system.

[52. We [stress the need for a / **welcome UNEP's** – US] regular review of the state of the planet [and the Earth's carrying capacity – US delete] [[and / **through its periodic Global Environmental Outlook. We encourage UNEP to assist in building the capacity of countries committed to collecting environmental information and making it available on the Eye on Earth or UNEP Live platforms to provide information for the public and policymakers to determine the effectiveness of their policies and programs and identify development priorities.** – US, Mexico] [request / We also encourage –US] the [Secretary-General / **Executive Director of UNEP** / [the new UN specialized agency for the environment – Switzerland, EU]] to [coordinate the preparation of such a review [to be carried out every five years – Bangladesh] in consultation with relevant international organizations and the UN system – US delete] – G77 bracket] [**building on the Global Environmental Outlook process** – Switzerland, Mexico] [**explore with relevant international organizations and the UN system ways to connect UNEP's environmental review with other outlook reports that address different dimensions of sustainable development.** – US] [based, *inter alia*, on reports submitted under multilateral agreements. – Israel]; – EU prefer to work on 52alt]

[52. alt We stress the need for continuation of a regular review of the state of the planet and the Earth's carrying capacity within the Global Environmental Outlook process driven by UNEP. Such a review should bring together the information and assessments currently dispersed across institutions making the linkages between these for a value added

approach to support informed decision making. – EU, Canada, Mexico, Norway; US bracket]

CST 52. We stress the need for the continuation of a regular review of the state of the planet and the Earth's carrying capacity within the Global Environmental Outlook process, bringing together information and assessments so as to support informed decision making.

53. We call for the scientific basis for decision making to be strengthened across the UN system and recognise that the interface between science and policy-making should be enhanced.

[53. We call for the scientific basis for decision making to be strengthened [. **This could include through the UNEP Live and Eye on Earth platforms, the UNEP International Resources Panel, greater collaboration with national academies of sciences, - US, Canada]** across the UN system [and in **governments – US]** and recognise that the interface [between / **among – Holy See]** science [, **ethics – Holy See, Russian Federation; EU delete]** and policy-making should be enhanced -G77 bracket] [at all levels for example through bodies such as the IPCC and IPBES – EU]

54. We recognize that sustainable development must be given due consideration by the International Financial Institutions, especially the World Bank and the International Monetary Fund, the regional development banks, UNCTAD and the World Trade Organization in regulating global trade. In that regard, we request the international financial institutions to review their programmatic strategies to ensure the provision of better support to developing countries for the implementation of sustainable development.

[54. We recognize that [**many actors are important to – US]** sustainable development [[**must / should – G77]** be given due consideration by / **and – US]** the International Financial Institutions, especially the World Bank [and /, - **Japan]** the International Monetary Fund [, / **and – Japan]** [**and – New Zealand]** the regional development banks [, **in accordance with their respective mandates. – G77]** [, UNCTAD and the World Trade Organization [in regulating global trade / **have a role to play – US]** – New Zealand, Japan delete]. In that regard, we [request / **invite – US, New Zealand]** the international financial institutions to review their programmatic strategies [**and environmental and social [and economic – RoK] safeguards policies – US]** to ensure the provision of better support to developing [**LDCs -RoK]** countries [**in particular middle-income countries and LDCs – Belarus, Russian Federation / in particular LDCs -RoK]; EU delete]** for the implementation of sustainable development. – G77 delete] – EU merge with 54alt and move to place as 56 bis]

[54alt. We invite the International Financial Institutions, especially the World Bank and the International Monetary Fund, the regional development banks, UNCTAD and the World Trade Organization to review their programmatic strategies to ensure the provision of better support to developing countries for the implementation of sustainable development policies and further urge these institutions to recognize that sustainable development must be given due consideration. – Mexico; Canada reserve; US, New Zealand delete]

CST 54. We recognize that sustainable development should be given due consideration by the IFIs, especially the World Bank, the International Monetary Fund, the regional development banks, and the United Nations Commission on Trade and Development (UNCTAD) and the WTO in relation to trade, in accordance with their respective mandates. In this regard, we invite the IFIs to review their programmatic strategies with the view of mainstreaming sustainable development in their respective mandates, programs, strategies and decision-making processes in support of developing countries' efforts in the implementation of sustainable development.

(Note: 22 alt3 moved and incorporated here.)

[54bis. We reiterate our call for the reforming of the international financial system, including through an ambitious and expeditious reform of the Bretton Woods institutions, particularly their governance structures, based on the full and fair representation of developing countries, in order to address the democratic deficit in those institutions and improve their legitimacy; and that these reforms must reflect current realities and ensure the full voice and participation of developing countries to support developing countries in the implementation of activities for sustainable development including through the provision of resources, without conditionalities. – G77, Mexico; EU, US, Japan, Canada, New Zealand, RoK delete]

[54ter. We call for International Monetary Fund and World Bank quota realignments to result in an equitable voting power distribution between developed and developing countries, without diluting the quotas and shares of individual developing countries, and reiterate that the existing quota formula, biased against developing countries, has to be improved before it is used again, and that the next realignment of quotas in favour of developing countries should go far beyond the initial modest outcome achieved during the April 2008 meeting of the Bretton Woods institutions; in this regard, as a first step, the reforms should achieve, at a minimum, parity of voting power for developing countries as a group in the decision-making process within the Bretton Woods institutions; - G77; EU, US, Japan, Canada, New Zealand, RoK delete]

CST 54 bis. We reiterate that reform of the international financial architecture needs to continue on the basis of transparency, and effective participation of developing countries in decision-making processes.

(Integrates language from para. 141 of the JPOI)

55. We recognize that coordination and cooperation among the MEAs are needed in order to, inter alia, address policy fragmentation and avoid overlap and duplication. We welcome the work already undertaken to enhance synergies among the three conventions in the chemicals and waste cluster. We call for further measures to enhance coordination and cooperation among MEAs in other clusters.

55. We [recognize [that / **MEA bodies should consider ways, as appropriate, to improve – US**] / [encourage further – **G77, New Zealand**] [that –G77 delete] coordination and cooperation [as well as exchange of information – **Turkey**] [among [the MEAs are needed / **MEAs and the rest of the UN system, when appropriate, - G77**]– US delete] [the significant contributions made by the MEAs and encourage further coordination and cooperation among them and the rest of the UN system – **EU**] in order to, inter alia, [[address / **reduce – US**] policy fragmentation / **promote policy coherence at all levels – G77, EU, Switzerland**] and avoid overlap and duplication [as well as facilitate appropriate cooperation in solving challenges that are interlinked and addressing environmental issues in multiple sectors – **US**]. [We commit to ensure there is policy coherence across all MEAs. – **Liechtenstein, EU, Switzerland**] We welcome the work already undertaken to enhance synergies among the three conventions in the chemicals and waste cluster [and resolve to continue this process by deepening it to include further measures and by enlarging it to include other instruments. – **Switzerland; Canada delete**] [We also welcome the efforts undertaken by the MEAs hosted by ECE, in enhancing synergies among them and with other stakeholders – **Serbia**]. We [call for –**EU** / invite parties to MEAs to consider – **US, New Zealand; EU, G77 delete**] further measures [, such as joint Conferences of Parties (COPs), joint activities, joint managerial functions and joint service, - **Japan, Liechtenstein; G77 delete**] to [achieve efficiency and – **US, EU**] enhance coordination and cooperation among MEAs [, as appropriate – **G77; EU delete**] [in [this and – **New Zealand**] other clusters – **US delete**] [and the rest of the UN system in the field. – **G77**] [such as the biodiversity cluster in particular – **Switzerland; G77 delete**] [including through joint delivery of common MEA services and back-to-back meeting schedules. –**Liechtenstein; G77 delete**] [, in particular the biodiversity cluster. – **Japan; G77 delete**]

[55alt We recognize the significant contributions made by the MEAs and encourage further coordination and cooperation among them and the rest of the UN system in order to, inter alia, promote global, regional, and national policy coherence and avoid overlap and duplication. We welcome the work already undertaken to enhance synergies among the three Rio

Conventions and the three conventions in the chemicals and waste cluster (the Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions) and agree to further cooperation and coordination that involves future conventions in the cluster and as appropriate the Strategic Approach to International Chemicals Management, with the aim of achieving a robust, coherent and transparent framework that can effectively address future challenges. We also call for further measures to enhance coordination and cooperation among MEAs in other clusters such as biodiversity, in full respect of the relevant mandates of the MEAs concerned. We further welcome the efforts made for a future financing of the chemicals and wastes cluster through an integrated approach. – EU, Norway; Japan requests clarification; Canada reserve; New Zealand delete]

CST 55. We recognize the significant contributions made by the multilateral environmental agreements (MEAs) and encourage further coordination and cooperation among them, as well as with all relevant components of the UN system, in order to, inter alia, promote global, regional, subregional and national policy coherence and avoid overlap and duplication. We welcome the work already undertaken to enhance synergies among the three Rio Conventions, and the three Conventions in the chemicals and waste cluster (the Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions). We invite parties to MEAs to consider further measures to achieve efficiency and enhance coordination and cooperation among MEAs, as appropriate, in these and other clusters, as well as within the UN system in the field.

[Para. 55 should be moved to become para. 51 ter – Japan]

[55 bis. We resolve to promote enhanced access to information, public participation in decision-making and access to justice in environmental matters[, including by considering legally binding frameworks at the most appropriate level. -Canada delete] – EU, Switzerland] –reference para 58 - RoK

[C bis. Delivering as one, IFIs, and United Nations operational activities at country level – EU, Switzerland]

[Pre 56. We invite the UN SG to further strengthen and streamline policy coordination and internal mechanisms such as the Chief Executive Board (CEB), the UN Development Group (UNDG), the Environmental Management Group (EMG) as effective coordinating arrangements in support of sustainable development and to further consider ways of ensuring more efficient working methods and joint reporting exercises. – EU, Canada; Mexico reference similar language in para 128 bis]

56. We emphasise the need to strengthen operational activities for sustainable development, especially the delivery of the UN system in the field.

[56. We emphasise the need to strengthen operational activities for sustainable development [, especially / **at the country level including – US, EU**] the [coordinated – EU] delivery [of / by – Holy See] the UN system in the field. – G77 delete and move to principles, EU retain here] **[We emphasize the need to make effective use of existing expertise and to build on lessons learned from Delivering as One (DaO), to improve support to developing countries in their endeavours towards sustainable development. In this regard, we recognize the need to strengthen the role of the Resident Coordinator in leading the UN Country Team in support of the formulation and implementation of sustainable development policies at the national level, including by better integrating environmental and social concerns into country programs. – EU, Canada, Switzerland] [In this regard, we recall that the IV Intergovernmental Conference on Delivering as One (DaO) held in Montevideo, Uruguay from 8-10 November 2011, inter alia, recognised that the impact of implementing DaO in the field has been positive, called for the lessons learned to be widely shared, and signalled that it is time to carry DaO beyond the pilot phase. – Canada, New Zealand, Switzerland] [The United Nations Development system must be aligned with national sustainable development policies and priorities, and it must be coordinated in the delivery of the United Nations system support. – Norway, EU, Canada] [In this context, we recognize the importance of the “Delivering as One system, coordinated by the UNDP, which has shown a potential to integrate activities from all three pillars of sustainable development. – Montenegro, EU, Canada; Mexico complement to 128 ter]**

[56 bis We recognize that, consistent with the provisions of their respective Articles of Agreement, sustainable development must be given due consideration by the International Financial Institutions, especially the World Bank and the International Monetary Fund, the regional development banks, UNCTAD and the World Trade Organization. In that regard, we request the international financial institutions to review their programmatic strategies with the view of mainstreaming sustainable development in their mandate, programs, strategies and decision-making processes in support of developing countries’ efforts in the implementation of sustainable development. – EU; New Zealand delete]
(Reflected in CST 54)

[56 ter. We agree that the UN system [and the other international organizations relating to sustainable development –RoK] should become a model of best practice and transformation by setting an example of sustainability inter alia through implementation of sustainable management policies and practices in its facilities and operations. In this way sustainable practices will become embedded in action and delivery. – New Zealand, EU, US]

CST 56. We emphasise the need to strengthen operational activities for sustainable development, including coordinated delivery by the UN system in the field that is closely aligned with national sustainable development policies and priorities. We stress the need to build on the lessons learned from ongoing coordination initiatives, including "Delivering as One", to improve support to developing countries in advancing sustainable development. We call on the UN system to continue implementing sustainable management policies and practices in its facilities and operations at all levels.

57. We agree to further consider the establishment of an Ombudsperson, or High Commissioner for Future Generations, to promote sustainable development.

[57. We agree to further consider the establishment of [an Ombudsperson, or / **the position of – Liechtenstein**] High Commissioner for [Future Generations / **Intergenerational Solidarity – Holy See**], to promote sustainable development [**at global, regional, and national level – Bangladesh**]. – G77, Japan, Russian Federation, New Zealand delete; Canada, Norway reserve; EU delete and propose language in 49 alt quint; Montenegro, Liechtenstein move to para. 49 alt sext]

58. We agree to take steps to give further effect to Rio Principle 10 at the global, regional and national level, as appropriate.

[58. We [**recognize the need to ensure the rule of law, good governance and citizens' right of access to official information, public participation in decision-making and equal access to justice and – Switzerland, EU**] [agree to take steps to give further effect to Rio Principle 10 [**and 20 – Iceland**] at the global, regional and national level, as appropriate] / **encourage action at the national, regional and local levels to promote access to information, public participation, and access to environmental justice in environmental matters – US**] . – G77, EU, Canada, New Zealand, Norway, Japan delete]

[58 alt. We resolve to promote enhanced access to information, public participation in decision-making and access to judicial and administrative procedures in environmental matters. – Norway, EU; US, Liechtenstein combine with para 58]

CST 58. We encourage action at the national, regional and local levels to promote access to information, public participation, and access to justice in environmental matters, as appropriate.

D. Regional, national, local

[D. Regional, national, [sub-national – Canada, EU] local

[Move heading above para. 58 – US]

[Pre 59. We acknowledge the [growing –Switzerland delete] importance of the regional dimension of sustainable development. Regional frameworks can complement and facilitate effective translation of global policies into concrete action at national level. – G77, Canada]

59. We reaffirm that overarching sustainable development strategies incorporated in national development plans are key instruments for the implementation of sustainable development commitments at regional, national and sub-national levels.

59. [We reaffirm [that / the importance of implementing – Mexico] overarching sustainable development strategies [incorporated – Mexico] in national development plans [are / as– Mexico] key instruments for the implementation of sustainable development commitments at [regional, national and sub-national / all –G77] levels. – US, EU delete] [We recognize that regional and sub-regional environmental agreements are also effective in supporting sustainable development. – Serbia]

[59 alt 1 We encourage regional, national, sub-national and local authorities to set up overarching sustainable development strategies for guiding decision-making [and implementation –Switzerland] on all levels. This encompasses long-term thinking and skills to implement commitments in an integrative and coherent way. – EU, Switzerland; US reserve and possibly merge elsewhere; New Zealand delete]

[59 alt 2 We recognize that systematic and coordinated efforts to assess and build national monitoring, assessment and governance capacity – enhancing transparency, public participation in decision making, accountability, equal administration of justice, and institutional arrangements for effective implementation and enforcement – are critical to promoting the rule of law and establishing a sound foundation for sustainable development. We intend to support capacity building and sharing of information on good governance tools and best practices to build national [and sub-national - Canada] capacity for governance. We also recognize that most sustainable development investments are made with capital from non-governmental sources, and that stakeholders should have opportunities to ensure that environmental safeguards and social equity are taken into account in investment decisions, and should have meaningful participation in processes that result from this Conference – US, EU, Canada; New Zealand delete]

[59alt 2 bis We urge all governments to prioritize monitoring and assessment of data and urge them to integrate social, economic, and

environmental information to inform their development decision-making processes – US, EU, Canada, Mexico; New Zealand delete]

CST 59. We reaffirm the importance of sustainable development strategies as key instruments for guiding decision-making and implementation of sustainable development commitments at all levels. We recognize that systematic and coordinated efforts to assess and build national monitoring, assessment and governance capacity are critical to sustainable development.

[59 alt 3 We encourage regional, national [, sub-national - Canada] and local authorities as well as the private sector to set up overarching sustainable development strategies for guiding decision making at all levels. This encompasses long term thinking and development of skills to implement commitments in an integrative way. National development plans and sector strategies should become parts of sustainable development strategies. – Montenegro; EU integrate into 59 alt 1; New Zealand delete]

[59bis. We recognize that regional and subregional organizations have a significant role to play in spurring the establishment and development of institutional and strategic frameworks for sustainable development, as well as in ensuring their effective operationalization and implementation. We underscore the need to support these institutions and facilitate institutional coherence and harmonization of relevant development policies, plans and programmes. Furthermore, there is an urgent need to ensure effective linkage among global, regional, sub-regional and national processes to advance sustainable development. – G77; EU streamline with 59 ter and quat]

[59ter. We emphasize the role of the [UN – Mexico] Regional Commissions [and sub-regional offices –Mexico clarify] in promoting a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development in their respective regions. We call for strengthening their capacities [for empowering regional voices – Switzerland clarify] on sustainable development. – G77, Mexico; EU streamline with 59 bis and 59 quat]

[59quat. We call upon the UN system to support and work closely with regional and sub-regional organizations to promote sustainable development as well as ensure their effective operationalization and implementation, - G77, Canada, Mexico; EU streamline with 59 bis and 59 ter]

60. We call for the strengthening of existing regional and sub-regional mechanisms, including the regional commissions, in promoting sustainable development through capacity building, exchange of information and experiences and providing expertise.

[60. We [call / urge the strengthening of – Mexico] / [for the strengthening of / on – Japan] existing regional and sub-regional mechanisms [and cooperation processes – Montenegro], including the regional commissions [and programs – Kazakhstan], [regional and sub-regional organizations and initiatives – Serbia] [in promoting / to prioritize –Japan] sustainable development [inter alia – EU, Montenegro] through [national policy reviews, - EU, Serbia] [more efficient and effective – EU, Montenegro] [defining policy measures, strengthening cooperation processes and enforcement – Serbia] capacity building, exchange of information [, know-how – Montenegro] [and experiences and / , experiences, best practices and lessons learnt, as well as – Montenegro] providing expertise – G77, Mexico delete para] [as well as developing and implementing regional instruments, including legal ones. – Switzerland] [and national policy reviews. In this regard we recognize the achievements of the Mediterranean Commission for Sustainable Development in promoting and implementing the objectives of Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation, in particular through Agenda MED21 and the adoption and implementation of the Mediterranean Strategy for Sustainable Development.– Montenegro; Canada delete] [We acknowledge that the effective operation of regional and sub-regional mechanisms would contribute to enhanced governance at the global level. – Republic of Korea]

[60 bis. We welcome and support the cross-regional initiative "Green Bridge", proposed at the Ministerial Conferences of Environment and Development in the UNESCAP and UNECE regions as a voluntary and practical mechanism for supporting countries' and organizations' efforts to move towards a green economy, and encourage interested parties to join this initiative. –Kazakhstan, Belarus, RoK, Ukraine; EU, US, Canada move to compendium of commitments]

CST 60. We emphasize that regional and sub-regional organizations, including the UN regional commissions, have a significant role to play in promoting a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development in their respective regions. In this regard, we urge their strengthening in promoting sustainable development through more efficient and effective capacity building, exchange of information, best practices, and lessons learnt. We also welcome cross-regional initiatives for sustainable development.
(Incorporates 23 bis and 60 bis)

61. We underline the need for more coherent and integrated planning and decision-making at the national level. We therefore call on countries to establish and strengthen, as appropriate, national sustainable development councils to enable them to coordinate, consolidate and ensure the mainstreaming of cross-

cutting issues in the highest decision-making bodies, with the integration and full participation of all stakeholders.

[61. We underline the need for [more – G77, EU delete] coherent [and / , - **Switzerland**] integrated planning and decision-making at the national level [. / **which should be grounded in science. We, therefore, call on countries to establish and strengthen, as appropriate, standing cross-sectoral mechanisms for decision-making within public administration, which would include representatives from all sectors/areas. We also call on countries to introduce or strengthen the implementation of appropriate impact assessments. – Montenegro**] We therefore call on countries to establish and [/or – **Serbia**] strengthen, [**inter-ministerial coordination mechanisms, vertical coordination mechanisms with sub-national entities, sustainability impact assessment instruments and, - Switzerland**] as appropriate, national [**institutions dealing with – G77**] sustainable development [councils – G77 delete] [, **or other multi-stakeholder mechanisms – EU**] to enable them to coordinate, consolidate and ensure the mainstreaming of [cross-cutting issues [, **including gender balance and the empowerment of women, - Canada**] [**including gender equality and the empowerment of women, – Switzerland**] in the [highest / **appropriate – G77 / sustainable development policy and – EU**] decision-making [bodies – EU delete], with the integration and full participation of all [**relevant -G77**] stakeholders [. / , **in particular the private sector. We also call upon countries to apply appropriate impact assessment. – EU, Serbia**] [. / , **including relevant national agencies. – Mexico**] – US delete whole para.]

[61 bis. We therefore furthermore call on countries to include as many stakeholders in the decision-making processes at all levels. We particularly call on countries to establish and strengthen, as appropriate, national sustainable development councils or similar multi-stakeholder bodies to enable them to coordinate, consolidate and ensure the mainstreaming of cross-cutting issues in the highest decision-making bodies, with the integration and full participation of all stakeholders. We call on and encourage countries to promote the establishment of similar multi-stakeholder councils at the local level, with the goal of strengthening the principle of subsidiarity in the implementation of sustainable development. – Montenegro, EU; US reserve]

CST 61. We underline the need for more coherent and integrated planning and decision-making at the national level. We therefore call on countries to establish and strengthen, as appropriate, national multi-stakeholder institutions dealing with sustainable development to enable national efforts to coordinate, consolidate and ensure the mainstreaming of cross-cutting issues, including gender equality and the empowerment of women in the appropriate decision-making bodies, with the integration and full participation of all relevant stakeholders. We call on, and encourage countries to promote the establishment of similar

multi-stakeholder councils at the sub-national and local levels as relevant.

[61 ter We acknowledge that population dynamics, including population growth, migration, urbanization, age structure and household composition influence consumption rates and are relevant to the management of resources and sustainable development planning, and should be integrated into development strategies and environmental management. – Switzerland; EU placement; New Zealand move to section V]

62. We recognise the need to integrate sustainable urban development policy as a key component of a national sustainable development policy and, in this regard, to empower local authorities to work more closely with national governments. We recognize that partnerships among cities have emerged as a leading force for action on sustainable development. We commit to support international cooperation among local authorities, including through assistance from international organizations.

[62. We recognise the need to integrate sustainable urban development policy **[at all government levels – EU]** as a key component of a national sustainable development policy **[as well as in the UN system – EU]** and, in this regard, **[as appropriate, - G77]** to empower **[sub-national and – EU]** local authorities **[in accordance with national legislation – G77]** to work more closely with national **[and sub-national – Canada]** governments **[to tackle economic, environmental, climate, demographic and social challenges affecting urban areas – EU]** **[and with other stakeholders, in particular civil society – Serbia, EU]**. [We recognize that partnerships among cities have emerged as a leading force for action on sustainable development. We commit to support international cooperation among local authorities, including through assistance from international organizations. – G77, EU delete] – US delete whole para; New Zealand move to section V]

[International TT mechanism- G77]

[62bis. We resolve to establish an International Mechanism under the General Assembly in order to promote, implement and monitor concrete actions, supported by stable adequate and predictable financial contributions and focused on bridging the technological gap between developed and developing countries and facilitating transfer of technology in sustainable development and strengthen national capacities in developing countries on scientific understanding and technology evaluation. – G77, Belarus – move to section B; EU, Japan, Canada, New Zealand, US delete]

(Co-Chairs note that proposal for an International Mechanism is also reflected under Science and Technology section)

[62 ter. We recognize that partnerships among cities have emerged as a leading force for action on sustainable development. We commit to support international cooperation among local authorities, including through assistance from international organizations. – EU; US reserve; RoK move to para 72]

[62 quat. We recognize the need to enshrine sustainable development in key national documents, such as constitutions or basic laws, and into budget processes in order to ensure long-term political commitment to sustainable development. – Switzerland; US, Canada reserve]

V. Framework for action and follow-up

V. Framework for action and follow-up

A. Priority/key/thematic/cross-sectoral issues and areas

A. [~~Priority/key/-G77 delete~~] thematic/cross-sectoral issues and areas

CST. A. Priority/thematic/cross-sectoral issues and areas

Note: G77 has proposed a new order for the sections in Part A, as follows: Eradication of poverty (new paragraphs), Sustainable consumption and production, Cities, Health (new paragraphs), Education, Gender equality, Social inclusion, Food security, Land degradation and desertification, Forests, Biodiversity, Mountains, Water, Oceans and seas, Chemicals and waste, Natural disasters, Climate change, Energy, Sustainable tourism (new paragraphs), Sustainable transportation (new paragraphs), Harmony with nature (new paragraphs), SIDS, LDCs (new paragraphs), Africa (new paragraphs), Other groups and regions with sustainable development challenges (new paragraphs), Trade.

Note: EU would like to 1) re-emphasize the link between Section III, and Section V A. Section V A should be action-oriented.

2) ensure consistency and accuracy of the various references on indigenous issues throughout the text, and 3) EU will revert on language / consistency of various listings of vulnerable groups.

Note: New Zealand would like to use “food production” rather than “local food production”.

[Pre 63. We believe that there are not a great number of new and emerging issues that we have not identified in Agenda 21 and in subsequent outcomes. What we need to address are the consequences of the lack of implementation of previous commitments by the international community and the lack of proper attention and prioritization of sustainable development over the last 20 years. –G77; EU, New Zealand, US, Canada delete; Japan positive tone needed; G77 retain] (merge with para. 13 in Section II)

Note: streamlined para on poverty eradication at the beginning – EU, Norway

Note: EU wants moved paras Pre 3.7 and Pre 37. bis moved here and was previously proposed in Pre 37, corresponds to the EU amendments to para 105 of section V.B

63. We recognize that progress in implementation requires attention to a number of sectoral and cross-sectoral priority areas as well as to the linkage among different sectors. We also recognize that assessing progress in these areas can benefit from defining aspirational goals, targets and indicators, as appropriate. We therefore commit to the following actions:

63. We recognize that progress in implementation [of the outcomes of major

summits on sustainable development – Canada] requires attention to a number of sectoral and cross-sectoral priority areas as well as to the linkage among different sectors **[and we encourage results-driven initiatives and partnerships to address them.-EU, Switzerland]**. We also recognize that assessing progress in these areas can benefit from **[developing platforms to share information, knowledge, and commitments, as well as – US]** defining aspirational goals, targets and indicators, as appropriate, **[that take into account gender equality and the empowerment of women – Iceland, Canada / and that takes into account gender equality and the empowerment of women as a cross-cutting issue – Norway / supported by solid statistical and geospatial information - RoK]**. [We therefore commit to the following actions: **-EU, US delete]**

[63. alt We recognize that progress in implementation requires an efficient linkage among the three pillars of sustainable development and due [means of implementation – EU delete] to support actions in the following areas: - G77; EU move to pre63 and combine with paras moved from Section III; US reserve]

CST.63. To achieve a successful outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development, we need to renew our commitments towards an integrated approach that involves the three pillars of sustainable development focused on implementation of agreed global commitments.

CST.63. bis We recognize that progress in implementation of the outcomes of major summits and conferences on sustainable development requires attention to a number of sectoral and cross-sectoral priority areas, as well as to the linkages among different sectors. We also recognize that goals, targets and indicators, as appropriate, are essential for measuring and accelerating progress in these areas.

CST.63.ter We acknowledge that a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication can be a useful tool in contributing to progress with implementation in the sectoral and cross-sectoral priority areas enumerated below.

CST.63.pre quat. We encourage the formulation of a green economy roadmap to advance implementation in the priority areas on the basis of international cooperation and national ownership.

CST.63.quat We are aware that adequate means of implementation are necessary to fulfil agreed commitments. We note that progress with implementation of commitments in these priority areas can be enhanced by developing platforms and fora to voluntarily share information and knowledge related to commitments. We therefore commit to the following actions:

Note: Merge para. Pre21 ter (from Section II, Part D), 63 and 63alt. Proposals on gender merge with para. 105 in Section 5B on accelerating and measuring progress and para. 102 on gender equality.

[63. bis We underline that food security, water and energy are important elements of a green economy and should be considered in a comprehensive perspective based on an integrated assessment of challenges and opportunities, ensuring full policy coherence and well-functioning ecosystems, with a view to exploiting synergies and avoiding adverse consequences across sectors. –EU, Switzerland; Rok combine with 63.quat ; New Zealand, US, G77 delete] (Merge into sub-section of food security).

[63. ter We recognize that sustainable low carbon development can contribute to economic development, access to sustainable energy services and poverty eradication and carries important co-benefits such as energy-savings, increased energy security, reduced (*mortality?*) and improved health. We encourage sustainable low carbon development to take place through policies that ensure the inclusion of environmental externalities. –EU; New Zealand, US, Canada, G77 delete; Norway placement needs to be reconsidered] (Merge into para. 71 on energy).

Note: place pre 37 and pre 37. bis here plus the language proposed in Section V, B, 105 - EU

[We therefore commit to the following actions: -EU; US delete; G77 delete, together with pre37 and 105]

[Eradication of poverty –G77]

Eradication of poverty

Note: Poverty eradication is a fundamental area of SD, a cross-cutting issue, should be mainstreamed and addressed in Section I & II. – Switzerland, Japan, New Zealand, Norway, Canada, EU considering best way to address also in section V)

63. quat Switzerland proposal agreed to move to pre 64 quat

[63. quint We recognize that despite some progress made in the past decades, poverty eradication remains [the most/ a – US] pressing issue in the area of sustainable development. Our common goal to eradicate the root causes of poverty should guide our efforts towards sustainability, while considering the needs of both present and future generations. Sustainable, sustained, inclusive and equitable economic growth [in developing countries – EU delete] [will/ should – US] remain the main priority, in order to achieve their ultimate goals of eradicating poverty and hunger, achieving the MDGs [and restoring harmony with nature.- EU

consider placement, should be in one place] – G77] (Merged with 63 oct and split into CST. 63 quint and CST. 63 sext)

CST. 63. quint We recognize that, despite progress made in the past decades, poverty eradication remains the most pressing issue in the area of sustainable development. Our common goal to eradicate the root causes of poverty should guide our efforts towards sustainable development, while considering the needs of both present and future generations. (from 63 quint)

[63. sext We are committed to making every effort to achieve the Millennium Development Goals by 2015, including through actions, policies and strategies defined in the present outcome document [in support of developing countries – US delete], in particular [in – US] those countries that are lagging most behind and those Goals that are most off track, thus improving the lives of the poorest people. – G77] (Recommend incorporation into Section II)

CST. 63. sext. Sustainable, sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable consumption and production patterns, and protection of the natural resource base are overarching objectives of sustainable development and should remain our main priorities in order to achieve the eradication of poverty and hunger, attain the MDGs, and restore harmony with nature. We commit to work towards the achievement of these objectives in all relevant fora. (From 63 quint and 63 oct).

[63. sept We express concern that three years from the 2015 target date of the Millennium Development Goals, while there has been progress in reducing poverty in some regions, this progress has been uneven and the number of people living in poverty in some countries continues to increase, with women and children constituting the majority of the most affected groups, especially in the least developed countries and particularly in Africa. – G77; US delete] (Recommend incorporation into Section II)

CST.63. sept. We emphasize that national efforts of developing countries to eradicate poverty and hunger should be complemented by an enabling international environment aimed at expanding the development opportunities of developing countries. (from 63 non)

[63. oct We reaffirm that poverty eradication, [changing unsustainable patterns of production and consumption, - US delete] and protecting and managing the natural resource base of [economic and social – US delete] development are overarching objectives of, and essential requirements for, sustainable development and in this regard decide to work towards the achievement of these objectives in all the relevant fora. – G77] (Merged into CST. 63. sext)

[63. non We also [reaffirm – New Zealand bracket] that sustained and inclusive economic growth is essential for eradicating poverty and hunger, in particular in developing countries, and stress that national efforts in this regard should be complemented by an enabling international environment aimed at expanding the development opportunities of developing countries. – G77; US reserve] (*Becomes CST. 63 sept*).

[63. dec We consider that promoting universal access to social services and providing social protection floors can make an important contribution to consolidating and achieving further development gains. Social protection systems that address and reduce inequality and social exclusion are essential for protecting the gains towards the achievement of the Millennium Development Goals. –G77; US reserve; Norway consider placement; EU could consider action-oriented proposal] (*Merged with para 77 into CST 63. non*)

[63. undec We emphasize the need to accord the highest priority to poverty eradication within the United Nations development agenda, while stressing the importance of addressing the causes and challenges of poverty through integrated, coordinated and coherent strategies at the national, intergovernmental and inter-agency levels. –G77; US reserve] (*becomes CST. 63. oct*)

CST. 63. oct. We also emphasize the need to accord the highest priority to poverty eradication within the United Nations development agenda, addressing the causes and challenges of poverty through integrated, coordinated and coherent strategies at the national, subregional, regional, intergovernmental and inter-agency levels. (From 63. undec)

[63. duodec We reiterate the need to give the highest priority to its consideration of the item on poverty eradication in the agenda of the General Assembly, and in that regard, recall the decision, in General Assembly resolution 63/230, as a contribution to the Second Decade, to convene, during its sixty-eighth session, a meeting of the General Assembly at the highest appropriate political level centred on the review process devoted to the theme relating to the issue of poverty eradication, and stressing that the meeting and the preparatory activities should be carried out within the budget level proposed by the Secretary-General for the biennium 2012–2013 and should be organized in the most effective and efficient manner; -G77; New Zealand, US, Norway delete]

CST.63. non. We recognize that promoting universal access to social services can make an important contribution to consolidating and achieving development gains. Social protection systems that address and reduce inequality and social exclusion are essential for eradicating poverty, advancing the achievement of the Millennium Development Goals. In this regard, we strongly encourage national and local initiatives aimed at providing social protection modalities for all citizens, and call for the consideration, under the UNGA, of a global social

protection programme that takes into account the three pillars of sustainable development. (from 63. dec and 77)

[Food security]

[Food security /Sustainable agriculture and food security –G77, New Zealand / Nutrition and sustainable agriculture – EU, Switzerland / Food and nutrition security – Norway, Canada / Agriculture, fisheries, and food security –US / Food security and sustainable agriculture – Liechtenstein / Agriculture and food security – Turkey]

CST. Sustainable agriculture, food and nutrition security

[63. bis We underline that food security, water and energy are important elements of a green economy and should be considered in a comprehensive perspective based on an integrated assessment of challenges and opportunities, ensuring full policy coherence and well-functioning ecosystems, with a view to exploiting synergies and avoiding adverse consequences across sectors. –EU, Switzerland; *Rok combine with 63. quat* ; New Zealand, US, G77 delete]

[Pre 64. We reaffirm that the right to development, the right to food and proper nutrition should be fulfilled in order to achieve sustainable development and poverty eradication. [In this regard, strong support of the international community and of the United Nations system to national governments' efforts is essential.- EU delete; G77 retain] –G77; US, New Zealand delete, *EU considering best way to address also in section V; G77 retain*)]

[Pre 64.bis We emphasize the need to revitalize the agricultural and rural development sectors in developing countries in an economically, socially and environmentally sustainable manner in order to increase agricultural productivity, improve livelihoods of rural communities and achieve food security. –G77; EU - supportive in principle, revert on language]

[Pre 64. ter We acknowledge that food security has become a pressing global challenge, considering global population growth, resource scarcity and intensified extreme weather events. We reaffirm the necessity to promote sustainable agriculture and fisheries, [which would contribute to positive externalities of [agriculture/ food security and economic growth – Canada] – New Zealand delete] as well as [conservation and– New Zealand] sustainable use of natural resources such as land, water and biodiversity – Japan; US, G77 delete; EU: avoid duplication with other sections]

[Pre 64. quat We are convinced that a [transformation – G77 request clarification] of the [agriculture and food system – G77 request clarification] is needed to

achieve global food and nutrition security, to manage natural resources sustainably, to maintain availability of natural resources and to improve livelihoods across the rural-urban continuum. –Switzerland moved from 63 quat; G77 delete]

CST. pre 64 We reaffirm the right to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food, and the fundamental right of everyone to be free from hunger. In this regard, strong support of the international community and of the United Nations system to national governments' efforts is essential. (Pre 64 and 64)

CST. pre 64 bis We acknowledge that food security has become a pressing global challenge. We reaffirm the necessity to promote sustainable agriculture and fisheries, as well as conservation and sustainable use of natural resources such as land, water and biodiversity. In this regard, we call upon all States to prioritize an integrated approach to sustainable and resource-efficient agriculture, increasing productivity, increasing resilience to and mitigation of climate change and minimizing negative impacts to the environment. (Pre 64. ter, 64 alt2)

CST. pre 64 quat We underscore the importance of enhancing synergies among agriculture, biodiversity, health, food security and nutrition in development policies and strategies at both national and international levels. (66 quint)

CST. pre 64 quint We also underline that agriculture, food security, water and energy are important elements of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and should be considered in a comprehensive manner that fosters policy coherence and synergistic action, as well as integration with the three pillars of sustainable development. (63 bis)

64. We reaffirm the right to food and call upon all States to prioritize sustainable intensification of food production through increased investment in local food production, improved access to local and global agri-food markets, and reduced waste throughout the supply chain, with special attention to women, smallholders, youth, and indigenous farmers. We are committed to ensuring proper nutrition for our people.

[64. We reaffirm the [right to [safe and nutritious – Israel] food and / our commitment to promoting global food security and access to adequate, safe, and nutritious food for current and future generations. We –US, EU] [call upon all States / commit –Switzerland] to prioritize [market oriented –Australia] [sustainable [[intensification of G77 clarify] –Holy See, Liechtenstein delete / more sustainable – US, EU] food production [and/or distribution systems –US] [through increased

investment [in local [climate resilient –Norway, EU] food production / sustainable agriculture practices which are climate resilient and resource efficient, research for sustainable agriculture –Switzerland, Norway, EU] [and management –Holy See, EU], improved [infrastructure and – Holy See, EU] access to local [, regional – Canada] and global [agri –Norway delete] food [and fish – Iceland] markets, [in particular access of smallholders to food markets – Liechtenstein, EU; G77 placement] [and reduced [loss and – Norway] waste throughout the supply chain - Iceland delete], [with special attention to [and participation of –Holy See] [the land and user rights and access to productive resources for –Norway; EU - supportive in principle, revert on language] women, smallholders, youth, [persons with disabilities –Norway, EU] and indigenous farmers. – EU to revert on consistency of listing; US delete] [We reiterate the importance of empowering rural women as critical agents for enhancing agricultural and rural development and food and nutritional security and ensuring their equal access to productive resources, land, financing, technologies, training and markets –Liechtenstein, Norway, EU; G77 merge with 64 alt 1] [We are committed to ensuring [proper / healthy, sufficient and appropriate nutrition –Liechtenstein, EU] for our people –US delete]. [We recognize the interdependence of natural and human systems and call for the development and adoption of science-based integrated place- and scale-appropriate landscape management. We also call for the promotion of sustainable intensification of agricultural production on [existing – EU bracket] agricultural lands, where appropriate, such that increased yields are realized with fewer inputs and smaller impacts on the environment. We also recognize the need to maintain natural ecological processes that support food production systems. –US, Norway] [We recognize the importance of empowering rural women as critical actors for enhancing agricultural and rural development, as well as food and nutritional security. –Canada] [In this regard we also underline the responsibility of all governments to ensure national food production in accordance with national food security strategies. –Norway] [The ultimate goal in food provision is to ensure all segments of population are able to [consume / have access to – EU] quality and healthy food. –Serbia] – EU revert]

[64. alt 1 We reaffirm the need to enhance sustainable food production, including [local – New Zealand delete] food production, in particular through the support to smallholder, family agriculture and women farmers [in developing countries – EU bracket], supporting the development and functioning of local markets as well as equitable access to regional and international markets, [while eliminating trade distorting barriers – US bracket]. –G77, Holy See, Liechtenstein; US delete]

[64. alt 2 We reaffirm the right to food and call upon all States to prioritize an integrated and coherent approach to sustainable and resource efficient agriculture, increasing productivity, increasing resilience to and mitigation of climate change and minimizing negative impacts to the environment. [This includes improving:

- (a) increased investment in [sustainable intensification – G77 clarify] of food production with a focus on environmentally friendly, small-scale, local and organic production;

- (b) water efficiency and soil protection;**
- [(c) reduction of waste and losses throughout the supply chain, including reduced post harvest losses; - G77 merge with 64 ter]**
- (d) access to local, national and global agri-food and fisheries markets, including through improved access to credit and, improved farm inputs, access to education and training, and access to and use of agricultural research;**
- (e) the use of environment-friendly practices for all types of agricultural production. – Canada delete]**

Specific attention must be paid to challenges faced by poor smallholder farmers, women-and youth. This includes ensuring their participation in decision making processes. –EU, Norway, Liechtenstein; US, G77 delete]

[64. alt 3 We call upon all States to prioritize increasing sustainable food production and productivity through increased investment in [local – New Zealand delete] food production considering diverse conditions between countries, improved access of farmers to local and global agri-food markets, reduction of vulnerability to climate change and natural disasters, reduction of post-harvest loss throughout the supply chain, and enhanced rural development [with special attention to women, smallholders, youth, and [indigenous peoples – EU to revert on language / consistency of listing]. In order to maximize and harmonize the benefits of investment, we acknowledge the importance of international policy coordination, [including further promotion of Responsible Agricultural Investment (RAI) – US delete; EU retain] [in conjunction with voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests - EU] in close cooperation with related international organizations. We are committed to ensuring proper nutrition for our people. –Japan, EU; G77 delete]

[64. alt 4 We [reaffirm the right of everyone to have access – US bracket] to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food and call upon all States to prioritize environmentally sustainable intensification of food production through increased investment aimed at raising agricultural productivity [with special attention to women, smallholders, [youth – US question], and [indigenous farmers.- EU to revert on language / consistency of listing] –New Zealand, Canada; EU - supportive on principle, revert on language]

CST. 64 We recognize that a majority of the world's poor live in rural areas and that rural communities play an important role in the cultural and economic systems of many countries. We therefore affirm the importance of addressing the needs of rural communities through, inter alia, promoting access to land and secure land tenure; in particular for women, indigenous peoples and other vulnerable groups; ensuring access to credit, clean water, and sanitation; increasing investments in human-centered sustainable development programs; increasing access to sustainable energy sources; and promoting socially

responsible and sustainable practices in the agricultural sector. (merged 64. quat, 64 undec, and 73 bis)

CST. 64 bis We emphasize the need to support vibrant agricultural and rural development sectors notably in developing countries in an economically, socially and environmentally sustainable manner in order to increase agricultural productivity, improve livelihoods of rural communities and achieve food security. In this regard, we reaffirm the need to enhance sustainable food production through support to smallholder, family agriculture and women farmers in developing countries, and to the development and functioning of local markets as well as equitable access to regional and international markets. We recognize the importance of local, national, regional, and global markets for promoting food security and rural development, along with the importance of urban-rural linkages. (pre 64.bis,64,64 alt 1,2, 3 and 4, 64 sept, 64 oct, 64 duodec, 65)

[64. bis We stress the need to enhance agricultural production, productivity and sustainability, including through public and private investment, expanded access to markets, credit, inputs and land, improved land-use planning, crop diversification and commercialization, sound water management, including efficient [irrigation/ integrated water management – EU], water harvesting and storage, the development of strong agriculture value chains and investment in rural infrastructure, in order to reach the poverty and hunger targets of the Millennium Development Goals. –G77, Holy See; EU - supportive in principle, revert on language; New Zealand delete]

[64. ter We stress the need to increase investment in agriculture and rural development, including through international cooperation, with a view to increasing the agricultural production of developing countries, [many of which have become net food importers- EU bracket]. We also recognize that access to microcredit and microfinance can contribute to the achievement of the goals and targets in increasing food production. –G77, Holy See; EU - supportive in principle, revert on language; US delete]

CST 64. ter We emphasize the importance of promoting sustainable agricultural practices, stressing that sustainable agriculture offers significant possibilities to foster growth and development; and we recognize the need to address inequalities by offering increased availability of, and access to food, increased opportunities for employment, bridging of disparities between rural and urban areas and the greater involvement of women, youth and other disadvantaged groups in development activities. (66 bis)

CST. 64 quat We stress the need to enhance agricultural production, productivity and sustainability through:

increased public and private investment in agriculture and rural development; expanded access to markets, credit including microcredit and microfinance, inputs and land; improved land-use planning; crop diversification and commercialization; sound integrated water management, including efficient irrigation, water harvesting and storage; the development of strong agriculture value chains, with reduced waste and losses throughout the value chain, including reduced post harvest losses; and investment in rural infrastructure, in order to reach the poverty and hunger targets of the Millennium Development Goals. (64. bis and 64 ter)

[64. quat We stress the need to promote access to land and secure land tenure, in particular for women, [indigenous peoples /indigenous [peoples – Mexico] and local communities – EU] and other vulnerable groups, [recognizing the existence of different laws and/or systems of land access and tenure among States.- US bracket] –G77, Liechtenstein, EU (*check consistency with other sections*); Canada, US delete]

CST. 64 quint We reiterate the importance of empowering rural women as critical agents for enhancing agricultural and rural development, food and nutritional security, and ensuring their equal access to productive resources, health care and social services, land, financing, technologies, training and markets. (64,64 alt 1,2,3 and 4, 64 oct, 64 duodec, 64 sedec)

[64. quint We reaffirm the crucial role of fisheries and aquaculture to food and nutrition security. We therefore recognize the need to promote ecosystem approaches to management [[and advance fisheries eco-certification /such as fisheries eco-certification – New Zealand] to achieve sustainable levels of fish stocks and aquaculture systems as well as healthy marine habitats.- US delete] – Monaco; EU - supportive in principle, revert on language; New Zealand placement; G77 delete]

[64. sext We recognise that [living marine resources/ living fish resources – EU; New Zealand reserve] are a critical source of dietary protein, micronutrients and minerals. We therefore underline the importance of sustainable fisheries in contributing substantially to human food security and in providing for the livelihood of millions of people. – Iceland, Norway; supportive in principle, revert on language; G77 delete]

CST.pre 64 sext We stress the need to enhance sustainable livestock production notably in developing countries, including through improving pasture land and irrigation schemes, enhanced water resource development efforts, recognizing that the livelihood of pastoralists and the health of livestock are intertwined.

CST. 64 sext We reaffirm the crucial role of sustainable fisheries, and aquaculture for food security, and in providing for the livelihood of millions of people; and we also recognize the need to promote ecosystem approaches to fisheries management. (64 quint, 64 sext, Pre66)

CST. 64 sept We underline the importance of supporting and advancing research in improving and diversifying crop varieties and seed systems, as well as supporting the establishment of sustainable agricultural systems and management practices, such as conservation agriculture and integrated pest management. We recognize the role of indigenous communities and small farmers' traditional seed supply systems, notably in developing countries, in the conservation of biodiversity and food security, and we agree to support policies and strategies to strengthen farmer-based seed supply at the community level as an important component of a competitive commercial seed industry. (64. quindec, 66 ter)

CST. 64 oct We acknowledge that good governance of land use and land-use planning are fundamental to achieve food security in the context of climate change, population growth and increasing competition for scarce natural resources. We stress the need to promote sustainable use and conservation of genetic resources for food and agriculture in view of their contribution to food security and poverty eradication, as well as access and benefit sharing. (65. quat)

CST. 64 non We call for countries to implement the Committee on Food Security (CFS) Voluntary Guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security. (65 bis)

CST. 64 dec We support strengthening investments in sustainable agricultural and food-related research, innovation, and education, including through initiatives such as the Consultative Group on International Agricultural Research. We support initiatives at all levels that improve access to information, technical knowledge and know-how that empowers farmers to choose among diverse methods of promoting sustainable agriculture, and to use appropriate environmentally sound technologies, and that enhance interactions among farmers, small-scale fishers and experts through education and extension services. (66, 66 alt and 66 sext)

[64. sept We commit to support and promote an [environmentally – EU delete (redundant)] sustainable [global New Zealand delete] food production system, as

a vital element of the green economy, that can meet global food and nutrition demand, including through increased investment in infrastructure, institutions, research, innovation and education, by addressing physical and climatic constraints on food production, enhancing resilience, promoting resource use efficiency by [incorporating the polluter pays principle, – US bracket] internalising externalities, [pricing resources such as water, – Japan delete] [[phasing out [environmentally harmful production linked subsidies – US delete; *EU ensure consistency with other subsidies related paras*],/ achieving substantial reduction of market-distorting subsidies – Canada] reducing post-harvest losses and waste and by reducing the emissions intensity of agricultural production systems and increasing their potential for soil carbon sequestration, and promoting more fair, transparent and open trading systems with improved access to agri-food markets. – New Zealand; G77 delete] (*merged with CST 64. quat and CST 64.dec*)

[[64. oct We reaffirm the [right to [quality - EU bracket] food - US bracket] for all and call upon all States to prioritize [sustainable intensification – EU bracket] of food production through increased investment in [local – EU bracket] food production, improved and easier access to [local and global – New Zealand bracket] agri-food markets, and improved care for the environmental concerns within food production with the goal of, inter alia, reducing waste throughout the supply chain, and [with special attention to women, gender equality, smallholders, youth, vulnerable groups and indigenous farmers. – EU to revert on language / consistency of listing] We are committed to the functioning of green agriculture which strives to contribute to:

- (a) [the achievement of the right to access to adequate food for all and – US bracket]
- (b) the use of traditional and scientific knowledge to sustain healthy ecosystems, in a manner that integrates food production with the respect for limitation of the natural resources, hence, contributing to the development in the rural areas. – Montenegro; EU supportive in principle, revert on language; G77 delete paragraph]

[64. non We urge the Committee on World Food Security, as the foremost inclusive international and intergovernmental platform for supporting country-led processes towards ensuring food security and hunger elimination, to act in a proactive way in order to strengthen policy convergence among the different stakeholders on the main food security and nutrition issues. – Switzerland, Norway, EU; US, G77 bracket]

[64. dec [We call for a mandate to the FAO/ We call upon FAO – EU/ We invite the FAO – US, New Zealand] to [continue to – EU] conduct [, through CFS, – EU] [a regular, intergovernmental, participatory, cross-sectoral and [multi-stakeholder assessment of agricultural knowledge, science and technology.- G77 request clarification] - US, New Zealand bracket] The findings shall provide a basis for the work of the Committee on World Food Security and for a coordinated and coherent system-wide

implementation of sustainable agriculture, food and nutrition security. – Switzerland, EU; Australia, Norway delete; G77 bracket]

CST. 64 undec We invite the FAO to continue to conduct, through the CFS, a regular, intergovernmental, participatory, cross-sectoral and multi-stakeholder assessment of agricultural knowledge, science and technology as basis for a coordinated and coherent UN system-wide approach to sustainable agriculture, food and nutrition security. (64 non and 64 dec)

[64. undec We also acknowledge the importance of [co-existence of diverse agricultural patterns – Australia, G77 bracket] [and technologies – Canada], diversification of crops, improvement of disaster response, rural developments, and organization of farmers and [human resource development for the purpose of resource management.- G77 request clarification] – Japan, EU; G77 bracket] (see CST 64 ter)

[64. duodec We commit to transform agriculture and food systems to achieve global food and nutrition security, to manage natural resources sustainably, and to improve livelihoods across the rural-urban continuum, [with special attention to women, smallholders, youth, and indigenous farmers. farmers - EU to revert on language / consistency of listing] In this regard, also [the challenges of sustainable cities and sustainable food and nutrition security need to be linked. – G77 move to Cities or retain] – Liechtenstein, EU; Canada combine with 63 quat] (merged with CST 64)

[64. tredec [We promote investments by governments and the private sector on large scale agricultural projects. – EU, US, New Zealand bracket] We underline the need to support the traditional farming methods [in an environmentally sound manner/ which can contribute to sustainable agriculture – EU], which is vital for the poor people living in rural areas whose livelihood is highly dependent upon agricultural activities. We also promote the identification of local livelihood resources to expand agricultural and economic activities – Turkey, G77] (see CST 64 ter)

[[64. quattuordec We reaffirm that sustainable food security and food safety depend on the sustainable use of natural and environmental resources by the farmer. – Israel; G77 delete]

[64. quindec We underline the importance of supporting and advancing research in improving and diversifying crop varieties, and seed systems, as well as supporting the establishment of sustainable agricultural systems and management practices, such as conservation agriculture and integrated pest management, in order to make agriculture more resilient and, in particular, to make crops and farm animals/livestock more tolerant to diseases, pests and environmental stresses, including drought and climate change, in a manner consistent with national regulations and relevant international agreements. – Israel; G77 delete]

[64. sedec We stress the critical role of women in the agricultural sector and their contribution to enhancing agricultural and rural development, improving food

security and nutrition and eradicating rural poverty, and underline further the fact that meaningful progress in agricultural development necessitates, inter alia, closing the gender gap and ensuring that women have equal access to agricultural technologies and related services and inputs, all the necessary productive resources, as well as education and training, social services, health care and health services, financial services, and access to and participation in markets. – Israel] flexible with streamlining the text – Israel; G77 delete] (*CST.64 quat*)

65. We call for more transparent and open trading systems and, where appropriate, practices that contribute to the stability of food prices and domestic markets; ensure access to land, water and other resources; and support social protection programmes.

65. [We call for [a – EU] more transparent [predictable – Canada] and open trading [systems / environment in support of food security and nutrition – EU / mechanism – Mexico; EU bracket] [regulated by science-based standards to facilitate international trade in innovative agricultural products – Canada] and [,where appropriate – New Zealand delete] [market-oriented – Australia; EU bracket] [innovative – Canada] practices [and technologies – Canada] that [contribute / improve – New Zealand] to the stability of food prices [and / in – New Zealand] domestic [and international food –New Zealand] markets; [ensure / enable conditions for local peoples' equitable and transparent – EU / ensuring - Mexico] access to land, water and other resources; [promote agro-biodiversity and resilience – EU; US bracket] and [support / supporting – Mexico] social protection [and insurance – Montenegro] programmes -US delete] [and traditional food production practices – Mexico; EU bracket] [in agriculture – Montenegro] [including, in particular the elimination of unilateral protectionist measures which exacerbate volatility in food prices and undermine the livelihoods of farmers and smallholders – New Zealand] [This should involve all actors across the food supply chain. We call for countries to implement the CFS Voluntary Guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security – EU, Norway] [We reaffirm our commitment to: promoting open and transparent markets; strengthening institutions and governance; promoting secure rights to land and natural resources; and respecting worker rights and our international obligations. We recognize the importance of local, national, regional, and global markets for promoting food security, along with the importance of urban-rural linkages. [We support initiatives to improve market efficiency, including accurate and timely market information, and infrastructures that improve market access and reduce waste throughout the supply chain. - G77 request clarification] – US, Canada, Norway, EU; G77 delete].

[65. alt We are deeply concerned by the recent extreme volatility of commodity prices and subsequent busts and by the fact that many commodity-dependent developing countries and economies in transition continue to be highly vulnerable to excessive price fluctuations, and recognizing the need to improve the regulation, functioning, and transparency of financial and commodity markets in order to address excessive commodity price volatility. We stress the need to discourage market-distorting financial speculation on food commodities, inter alia,

through adequate regulatory systems for financial commodity markets and improved transparency and oversight mechanisms. –G77; New Zealand, US delete]

[65. alt bis We emphasize the need to change the unsustainable consumption patterns in the lifestyles [in developed countries – EU, Switzerland delete], including waste of food, in order to guarantee the right of everyone to have access to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food and the fundamental right of everyone to be free from hunger, so as to be able to fully develop and maintain his or her physical and mental capacities. -G77, Switzerland; New Zealand, US delete; EU reword; G77 retain]

[65 bis We also reaffirm the need to eliminate barriers and policies that distort production and trade in agricultural products which impede the achievement of food security and call for a universal, rules-based, transparent, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system [that will promote agriculture and rural development in developing countries and contribute to world food security -New Zealand delete] [in conclusion to the Doha Round – Canada] [, and for a rapid implementation of the Doha agricultural mandate while recognizing as well the right of countries to fully utilise their [policy space and – Australia delete] flexibilities consistent with WTO commitments. – Canada, New Zealand delete] –G77; EU bracket and move to Section V, C; US delete; G77 retain]

[65 ter We stress the need to address the excessive price volatility of food and agricultural commodities and we call for scaling up appropriate market-based risk management tools and capacity building initiatives for commodity risk management strategy. – EU; US, G77 delete]

[65. quat [We acknowledge that good governance of land use and land-use planning are fundamental to achieve food security [in the context of climate change,- US delete] population growth and increasing competition for scarce natural resources. – G77 bracket] [We stress the need to promote [sustainable – G77] use and conservation of genetic resources for food and agriculture in view of their contribution to food security and poverty eradication [, as well as access and benefit sharing – G77; EU clarify].- US delete] – Norway, Canada, Australia, Switzerland, Liechtenstein]

[65. quint We welcome the “Agriculture Market Information System” AMIS, the “Voluntary Guidelines for Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests” and the “Principles for Responsible Agricultural Investments” as key instruments to develop public policy, establish reporting and monitoring, or enable private decision-making in investment. – Switzerland, Norway, EU; New Zealand, US reserves on RAI; G77 delete]

CST 65. We are deeply concerned by the recent excessive volatility of commodity prices, and by the fact that many commodity-dependent developing countries and economies in transition continue to be highly vulnerable to price fluctuations. We call for a more transparent, predictable

and open trading environment in support of food security. We stress the need to discourage market-distorting financial speculation on food commodity markets, inter alia through adequate regulatory systems for such markets and improved transparency and oversight mechanisms. We also strongly discourage unilateral trade measures which exacerbate food price volatility. We support initiatives to improve market efficiency, including accurate and timely market information. We welcome the "Agriculture Market Information System" (AMIS), (65, 64 alt, 65 bis, 65 quint)

[Pre. 66 We recognize the significant contribution of sustainable fisheries to food security, income, wealth and poverty eradication for present and future generations and further recognize the urgent need for capacity-building, [including the transfer of marine technology – EU bracket, question placement] and in particular fisheries-related technology, to enhance the ability of developing States to exercise their rights to realize the benefits from fisheries resources. -G77, New Zealand raises question of placement]
(CST 64 sext)

66. We further support initiatives at all levels that improve access to information, enhance interactions among farmers and experts through education and extension services, and increase the use of appropriate technologies for sustainable agriculture.

[66. [[We call for [increased – EU, New Zealand delete] support for international agricultural research through initiatives such as the Consultative Group on International Agricultural Research to sustainably boost agricultural productivity – Australia, Norway] We [further – G77 delete] support initiatives at all levels that improve [inclusiveness, - EU] access to [agriculture-related – Montenegro] information [and know-how – EU] [are gender responsive - Liechtenstein], enhance interactions among farmers [including [subsistent – EU bracket] farmers, small-scale fishers –G77] [, communities dependent on fisheries – Monaco / fishers – Iceland / fishermen - Norway] and experts through education and [strong – Israel] extension services, [particularly to prevent soil degradation, support natural soil fertility and sustainably manage agriculture water use. We promote agricultural research to expand –EU] [and increase – EU delete] the use of [agriculture research, –G77] [locally – Liechtenstein] appropriate [and environmentally sound –G77] [farming methods and – Norway] [new – Montenegro] [technologies / practices – Liechtenstein / and practices – New Zealand / practices and crops - EU] [and traditional knowledge –G77] for [fisheries, aquaculture and – Norway] sustainable agriculture [and fishing –G77 / and fisheries – Monaco / as well as sustainable utilization [and conservation – EU] of marine resources. – Iceland] [and increased productivity, based on innovation and science adapted to local conditions –EU] [and productive reconversion, taking into account the precautionary principle. –Mexico; EU bracket] [Climate resilient methods and [knowledge-intensive systems – G77 clarify] must be promoted, including conservation agriculture practices, improved crop varieties, plant protection, agro-forestry, integrated crop- systems and efficient water

management. – Norway, EU; G77 bracket] [, according to the needs and characteristics of the farmer. – Israel] – US, Canada delete paragraph]

[66. alt Agriculture can be a cornerstone of the green economy and is critical to poverty alleviation. We support strengthening investments in sustainable agricultural and food-systems research, innovation, and education. We recognize that a range of technologies [practices –New Zealand] and techniques are needed to meet projected increases in food demand and to make agriculture more resource efficient. We call for investment in effective, transparent and science-based regulatory systems. [We support initiatives for sharing experiences and best practices, - G77 under consideration] [including through education and extension services that empower farmers to choose among a variety of methods of promoting more sustainable agriculture [and science-based regulation to avoid unnecessary trade disruptions of innovative agricultural products – G77 delete]– Canada]. – US, Canada, Norway]

[66. bis We emphasize the importance of promoting sustainable agricultural practices, stressing that sustainable agriculture offers significant possibilities to foster growth and development and to overcome entrenched inequalities within [and across –US delete] countries by offering increased availability of and access to food, increased opportunities for employment, the bridging of [crippling – EU bracket] disparities between rural and urban areas and the greater involvement of women, youth and other disadvantaged groups in [more meaningful developmental activities – EU bracket] [we stress the importance of better integrating women producers and consumers into agriculture, food security and nutritional programmes [as well as capacity building. – G77] –US; G77 bracket]. – G77; New Zealand delete]

[66 ter We recognize the role of indigenous [peoples' – Mexico] communities and small farmers' traditional seed supply systems [in developing countries –EU, New Zealand delete; G77 retain] in the conservation of biodiversity and food security, pursuing complementary policies and strategies to strengthen farmer-based seed supply at the community level, as an important component of a competitive commercial seed industry. –G77, Norway merge with para 64; US delete; G77 retain; EU to revert] (*see CST 64 sept*)

[66. quat We recognize the need to [strongly support developing countries to intensify / develop – US] [sustainable – EU, New Zealand] agricultural production for domestic and export markets, and their efforts to add value to agricultural products. –G77, New Zealand; G77 retain] (*see CST 64 bis*)

[66. quint We underscore the importance of enhancing synergies between agriculture, biodiversity, health, food security and nutrition in development policies and strategies at both national and international levels, [including by prioritizing and mainstreaming agriculture and food security into development policies. – EU support] –G77; US delete; G77 retain]

[66. sext We stress the need to [increase support for/ enhance – EU / support - US] [sustainable –New Zealand, Switzerland] livestock production [in developing

countries – EU, New Zealand, Switzerland delete] including through improving pasture land and irrigation schemes, enhanced water resource development efforts, recognizing that the livelihood of pastoralists and livestock resources are intertwined. –G77, Switzerland; G77 retain] (*CST pre 64 sext*)

[66. sept We commit to increasing the effectiveness of the international architecture around food security through: improved emergency food responses; and full implementation of reform of the Food and Agriculture Organization to ensure its leadership in the United Nations in supporting sustainable agricultural and food security initiatives. – Australia, EU; *Norway merge with para 64 non*; US bracket; G77 delete]

[66. oct We call for strengthening of efforts to improve the development of appropriate agricultural technologies and their [transfer and -US delete] dissemination under fair, transparent and mutually agreed terms to developing countries. – Israel; G77 delete] (*see CST 64 dec*)

[66. non We further support strong agricultural R& D, promoting sustainable food security and nutrition, adjusted and implemented according to the specific realities. – Israel; G77 delete] (*see CST 64 dec*)

[Water]

Water

Note: G77 proposes to move para 69 here, as para Pre 67.

[Pre 67. We underline the goal set up in JPOI and MDGs regarding the provision of clean drinking water and adequate sanitation as necessary to protect human health and the environment and in this regard we reaffirm the need to halve, by the year 2015, the proportion of people who are unable to reach or to afford safe drinking water (as outlined in the Millennium Declaration) and the proportion of people who do not have access to basic sanitation – G77, EU open to work on language]

CST pre 67. We underline the commitments made in the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI) and the Millennium Declaration regarding development of Integrated Water Resources Management (IWRM) and Water Efficiency Plans, and the provision of clean drinking water and adequate sanitation as essential to protect human health and the environment. In this regard, we reaffirm the need to develop the IWRM and efficiency plans and to halve, by 2015, the proportion of people who are unable to access or to afford safe drinking water and basic sanitation and highlight our commitment to the 2005-2015 International

Decade for Action "Water for Life." (from Pre 67, and 67, 67alt bis, 67ter, 67 quat, 69)

(G77 suggests to use original language from the Millennium Declaration)

67. We underline the importance of the right to safe and clean drinking water and sanitation as a human right that is essential for the full enjoyment of life and all human rights. Furthermore, we highlight the critical importance of water resources for sustainable development, including poverty and hunger eradication, public health, food security, hydropower, agriculture and rural development.

67. [We underline [the importance of [guaranteeing – Holy See] [the right / **non-discriminatory access – Canada / to / [the availability – G77 bracket] of - Israel] safe [and clean – US delete] [and affordable – Israel] drinking water and sanitation [[as a human right that is / **Access to safe and clean drinking water and sanitation – Israel] essential – Canada, US delete] [for the full enjoyment of life and [and the ability to exercise – Israel] all human rights – US to come back; EU to revert] / the need to continue to increase sustainable access to safe drinking water and basic sanitation through prioritizing integrated water and sanitation strategies – New Zealand]. [We commit to achieving universal access to safe drinking water and basic sanitation. – EU, RoK, New Zealand] [We acknowledge the critical situation caused by unsustainable management, over-consumption and pollution of water [and wetland – New Zealand] resources. – Holy See, EU; G77 bracket] [Furthermore, we highlight [the critical importance of [integrated – EU, Canada] water resources [management – EU, Canada] – G77 bracket] for / We commit to increase access to potable water and improve sanitation through investment in sustainable water-resources management. [We recognize that sustainable water-resources management is a prerequisite for achieving the goals of – - EU support] - Holy See] sustainable development, including poverty and hunger eradication, [gender equality and women's empowerment – US, Canada, EU] public health, [women's empowerment – Iceland, New Zealand] food security [and nutrition – EU, Canada], [hydropower – EU delete], [power generation – Mexico] agriculture [resilient ecosystems – New Zealand, EU] [and – EU delete] rural development [as well as for the protection of biodiversity and ecosystem services. –EU] [and biodiversity. – Israel] [We recognize the close link between inland water biodiversity and water [and wetland –New Zealand] related ecosystem services.- Norway, EU] [In this regard, we encourage each government to make efforts to secure adequate water supply and investment in water-related infrastructure. – ROK, EU] – G77 delete paragraph]****

[67. alt We recognize water as a critical component of life support systems on the planet. We highlight the critical importance of water [to exercise the right to development and –US delete] for sustainable development, including poverty and hunger eradication, public health, agriculture, food security, hydropower, forestation and rural development. –G77, EU (support most elements in para as an addition, not alt); Canada, New Zealand delete; G77 retain] (covered by CST. 68)

[67. alt bis We recognize the right to safe and clean drinking water and sanitation as a human right that is essential for the full enjoyment of life and all human rights. –G77; US, Canada delete; G77 retain]

[67 bis We support the efforts of developing countries to accelerate progress towards water access, water resources management [by increased resources from all sources, including official development assistance, in response to countries' needs -EU, US delete, should be discussed in MOI section; G77 retain]. –G77]

CST. pre 67 bis We support the efforts of developing countries to accelerate progress towards improved water access, and efficient water resources management, by making available increased resources from all sources, including official development assistance, in response to their national developmental priorities.

[67 ter We reiterate the importance of integrating water in development and sector policies, in particular agricultural, rural development and energy related policies. We will strive to improve water efficiency, reduce water losses and ensure the sustainability of water services, including through incentives *(covered by CST.68)* [and pricing for cost recovery –Japan delete] while at the same time making adequate provisions for vulnerable social groups. *(partially covered by CST. Pre 67)* [We encourage payments for ecosystem services – G77 clarify] aiming at reducing water supply and treatment costs while securing the sustainability of natural water capital. – EU; *New Zealand merge with pre 68; G77 delete*]

[67. quat We recognize the key role that natural ecosystems play in maintaining freshwater quantity and quality, and therefore support efforts [to conserve and sustainably use these ecosystems– G77 clarify]. – US; EU support substance]

[67 quint We reiterate the importance of integrating water in development and sectoral policies, in particular food and energy-related policies. We will strive to improve water efficiency, reduce water losses and ensure the sustainability of services, including through incentives and pricing for cost recovery, while at the same time making adequate provisions for vulnerable social groups. – Turkey; EU support substance; G77 bracket] *Check duplicate language in 68 bis (partially covered by CST. Pre 67 and CST.68)*

Note: G77 will propose language to merge 67 ter, quat, and quint

CST. 67 We recognize the human right to safe drinking water and sanitation as essential for the full enjoyment of life, and commit to the progressive realization of universal access to safe and clean drinking water and basic sanitation services, with a particular emphasis on people living in vulnerable social and economic situations. We further highlight the critical importance of water

resources and basic sanitation services within the context of the three pillars of sustainable development, including for poverty and hunger eradication, gender equality and empowerment of women, public health, food security and nutrition, rural development, production of energy, as well as for the protection of biodiversity and our planet's ecosystems. We recognize the key role that natural ecosystems play in maintaining freshwater quantity and quality, and therefore support efforts to protect and sustainably manage these ecosystems. (from 67, 67 alt bis, 67 quat, pre68)

[Pre 68. We recognize that [more efficient management of water resources and water environment – G77 bracket] is required for green economy, given recent trends such as population [growth dynamics – EU], urbanization, water pollution, rising demand for water and rising frequency of floods and water depletion due to climate change. – Japan; EU merge with 67 sext; G77 delete]

68. We recognize the necessity of setting goals for wastewater management, including reducing water pollution from households, industrial and agricultural sources and promoting water efficiency, wastewater treatment and the use of wastewater as a resource, particularly in expanding urban areas.

[68. We recognize [the [necessity of setting [objectives and – Israel] goals for / the need for measures to make – New Zealand] [major water activities as well as for potable water consumption and – Israel] wastewater management / [more effective – New Zealand], including [in – New Zealand] reducing / need to reduce –G77] water pollution from households, [and industries, as well as promoting – Mexico] industrial [, mining – US] and agricultural sources and promoting water efficiency, wastewater treatment and the use of [treated – Mexico] wastewater as a resource [by best available technologies – Turkey], [and the use of desalinated water where appropriate, - Israel] [particularly in expanding urban areas / through national policies supported by regional and international cooperation, including the dissemination of relevant technology. –G77; New Zealand delete; G77 retain] [and the use of desalinated water where appropriate,- Israel] – EU support substance on operational targets and actions and open to work on language]

[68. bis We reiterate the importance of integrating water in development and sectoral policies, in particular food and energy related policies. We will strive to improve water efficiency, reduce water losses and ensure the sustainability of services, including through incentives [and pricing for cost recovery – Japan delete], while at the same time making adequate provisions for vulnerable social groups. – Switzerland; EU support substance] Check duplicate language in 67 quat

[68. ter We acknowledge that the “Hashimoto Action Plan” and “Hashimoto Action Plan II” (2010-2012) have played important roles in the utilization of water resources, by setting goals such as improving access to water and sanitation, integrated water resource management, and disaster response. We encourage the

United Nations Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation (UNSGAB) to start considering new goals for priority areas for water resources management after 2013. –Japan; EU supports substance and willing to work on language; US, New Zealand, G77 delete]

[68. quat We acknowledge the necessity of acting on setting measures to reduce the [polluting impact of agriculture on water sources – EU bracket], and to promote the efficient use and integral treatment of water and of nonpoint source pollutants. – Mexico; New Zealand merge with 67; EU supports idea and willing to work on language; G77 delete]

CST.68 We commit to adopt measures to increase water efficiency, reduce pollution, promote wastewater treatment, and encourage the use of treated wastewater as a resource and the use of desalinated water where appropriate. We reiterate the importance of integrating water in development and sectoral policies, in particular food and energy related policies. (From 67, 67alt, 67 ter, 67quint, pre68, 68, 68bis)

69. We renew our commitment made in the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI) regarding the development and implementation of integrated water resources management and water efficiency plans. We reaffirm our commitment to the 2005-2015 International Decade for Action "Water for Life". We encourage cooperation initiatives for water resources management in particular through capacity development, exchange of experiences, best practices and lessons learned, as well as sharing appropriate environmentally sound technologies and know-how.

69. [We renew our commitment[s – **Switzerland**] made in the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI) regarding the development and implementation of integrated water resources management [**in an integrated water basin approach – Switzerland**] [and water efficiency plans [**and recognize the importance of water science and information in the development and implementation of such plans –Australia**] / . **We encourage water development plans which integrate advanced technologies for reducing water scarcity. – Israel**] [that promote water resource allocation among competing uses in a way that balances the satisfaction of basic human needs and the requirement of preserving ecosystems and their functions – **Switzerland; EU - support substance, work on language in 69 alt**]. [We reaffirm our commitment to the 2005-2015 International Decade for Action "Water for Life". –Switzerland delete] – New Zealand delete] We [encourage cooperation initiatives - **EU support substance, work on language in 69 alt**] for [**inclusive – US**] [**sustainable, integrated, and resource-efficient –Canada, New Zealand, EU**] water resources management in particular through capacity development, exchange of experiences, best practices and lessons learned, [as well as [**voluntary – US**] sharing [**of – US**] appropriate environmentally sound technologies and know-how – New Zealand delete] [**on mutually agreed terms and conditions – US, New Zealand / that take gender considerations into account. – Iceland; EU - support substance, work on language in 69 alt**] [We also recognize the need for [transboundary cooperation on water

and for making use of international conventions on water and their principles, - [G77 bracket] welcoming the forthcoming global opening of the convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes. - Switzerland, Serbia; New Zealand delete]. – G77 delete paragraph]

Note: G77 proposes to move para 69 as para Pre 67; EU combine with 69 alt

[69. alt We recognize that an integrated approach to sustainably managing our valuable water resources is a cornerstone and prerequisite for [sustainable development and –RoK] green growth, and therefore agree to strengthening of the implementation of internationally agreed goals for water and sanitation and promote new commitments to reduce water pollution from households, industrial and agricultural sources, increase water efficiency and appropriate waste water treatment, promote the use of waste water as well as other non conventional water resources such as desalinization, as a resource. We reaffirm our commitment to the 2005-2015 International Decade for Action “Water for Life” [and recognize the need to continue our effort beyond 2015 – US delete]. We stress the importance of cooperation at national and transboundary levels for water resources management in particular through partnerships, the need for [enhancing – RoK] capacity development, exchange of experiences, best practices and lessons learned, as well as sharing appropriate environmentally sound [best available –RoK] technologies [on mutually agreed terms and conditions –US] and know-how. –EU, RoK]

[69. bis We recognize the importance of [large scale – EU delete] investments on the water sector such as drinking water and waste water treatment, irrigation and sewerage networks, hydro-energy, [dams and reservoirs. – EU delete] – Turkey; US, New Zealand delete]

[69. ter *withdrawn by Serbia*]

[69. quat We underline the importance of the sustainable use and management of water resources to increase and ensure agricultural productivity, and calls for further efforts to develop and strengthen irrigation facilities and water-saving technologies. – Israel]

CST.69 We underline the central role of IWRM for addressing water scarcity and improving water quality. We encourage the development and implementation of water efficiency plans at the basin level that promote water resource allocation among competing uses in a manner that balances the satisfaction of basic human needs, and the requirement of preserving ecosystems and their functions, and we recognize the importance of water science and information in the development and implementation of such plans. We also encourage inclusive cooperation at national, transboundary and international levels for water resource management in particular through capacity development, exchange of experiences, best practices and lessons learned, and we also welcome the use and sharing of

appropriate environmentally sound technologies and know-how. We reaffirm the need for transboundary cooperation on water. In this regard we welcome the General Assembly Resolution A/RES/65/154 designating 2013, as the International Year of Water Cooperation. (*From 69, 69 alt*)

[Energy]

Energy

[Pre 70. We note that development is not possible without energy and sustainable development is not possible without sustainable energy. – EU, Belarus, Norway, New Zealand, Kazakhstan; G77 delete]

[Pre70. bis We recognize the importance of access to sustainable energy services in order to [achieve the Millennium Development Goals, - US, Canada delete] save lives, improve health and ensure basic human needs and the importance of improving energy efficiency and [increasing the share of renewable energy / advancing clean energy technologies –Canada] in order to address climate change [and achieve the objective of limiting global climate change to an average increase of 2°C, compared to pre-industrial levels / with a view to reducing global greenhouse gas emissions so as to halt the increase in global average temperature below 2°C above pre-industrial levels – Japan]. – EU, Japan, Norway, Kazakhstan; New Zealand, G77, US delete]

[Pre 70. ter We underline the strong interdependence between energy, water and food security as well as the importance of sustainable energy for gender equality since women are often disproportionately adversely affected by the lack of access to sustainable energy, while at the same time women are instrumental in changing energy consumption patterns. – EU, Belarus, Norway, Iceland; US, New Zealand, G77 delete]

[Pre 70. quat We recognize the critical role that energy plays in the development process, as well as in poverty eradication and social inclusion both as a domestic necessity and a factor of production, and are concerned that about 1.4 billion people worldwide do not have access to [sustainable –New Zealand] energy services [and recognize the need to ensure access to [sustainable – EU] energy for all – US delete]. –G77, Norway, Iceland, Kazakhstan; *EU merge with pre 70 bis; New Zealand merge with pre 70*]

[Pre 70. quint We are concerned that millions of poor people are unable to afford to pay for modern energy services, even when those services are available, and emphasize the need to address the challenge of access to and affordability of modern energy services for all, in particular the poor; [and emphasize the need to take further action to mobilize the provision of adequate financial resources[, of sufficient quality and arriving in a timely manner, as well as the transfer of advanced technology to developing countries, including LDCs, SIDS, LLDCs, Africa and MICs for providing reliable, affordable, economically viable, socially acceptable and environmentally sound energy services – US, New Zealand delete] –

Norway, Canada, EU delete as discussion belongs to Section V]. –G77, Belarus, Kazakhstan]

[Pre 70. sext We reaffirm support for the implementation of [national – Canada reserve] policies and strategies to combine, as appropriate, the increased use of new and renewable energy sources and low-emission technologies, the more efficient use of energy, greater reliance on advanced energy technologies, [including cleaner fossil fuel technologies, and the sustainable use of traditional energy resources – EU bracket], as well as the promotion of access to modern, reliable, affordable and sustainable energy services and the enhancement of [national – Canada reserve] capacities to meet the growing energy demand, as appropriate [, supported by international cooperation in this field and by the promotion of the development [and dissemination of appropriate, affordable and sustainable energy technologies and the transfer of such technologies to developing countries. In striving to achieve this objective we acknowledge that the use of energy resources and the determination of an appropriate energy mix to serve the developmental needs of our people lies within the exclusive competence of national governments, based on individual national circumstances and developmental aspirations – EU bracket] –Canada, New Zealand delete]. –G77, Belarus, Kazakhstan; US delete, EU *open to work on this para*]

CST.pre 70 We recognize the importance of access to sustainable energy services in order to save lives, improve health and ensure basic human needs. We also recognize the importance of improving energy efficiency and increasing the share of renewable energy and clean energy technologies in order to address climate change. We recognize the critical role that energy plays in sustainable development, as well as in poverty eradication, social inclusion and for gender equality. We are concerned that millions of poor people are unable to afford to pay for modern energy services, even when those services are locally available, and emphasize the need to address the challenge of access to, and affordability of modern energy services for all. We reaffirm support for the promotion of access to modern, reliable, affordable and sustainable energy services and the enhancement of national capacities to meet the growing demand. (*pre 70 through pre 70 sext*)

70. We propose to build on the Sustainable Energy for All initiative launched by the Secretary-General, with the goals of providing universal access to a basic minimum level of modern energy services for both consumption and production uses by 2030; improving energy efficiency at all levels with a view to doubling the rate of improvement by 2030; and doubling the share of renewable energy in the global energy mix by 2030 through promoting the development and use of renewable energy sources and technologies in all countries. We call for provision of adequate financial resources, of sufficient quality and delivered in a timely manner, to developing countries for providing efficient and wider use of energy sources.

[70. [We [propose / **agree – EU, Iceland, RoK**] to build on the Sustainable Energy for All initiative [launched by the Secretary-General, with the / **and note the Secretary-General's –US; EU delete**] goals [by 2030 – EU] of [providing / **ensuring – EU, Japan**] universal access to [a basic minimum level of – EU, US, Japan delete] [modern / **efficient, sustainable and affordable – Montenegro / sustainable renewable and affordable –Switzerland**] energy services [for [both consumption and production / households – US; EU delete] uses by 2030 –EU delete]; [improving / **at least doubling the global rate of improvement in –EU / as well as doubling the global rate of improvement in - US**] energy efficiency [at all levels with a view to [doubling / tripling – Switzerland] the [global – Japan] rate of improvement by 2030 – EU delete]; [and [at least – EU] doubling the share of [**sustainable – Montenegro**] [renewable energy / **zero and low-carbon emission energy –Canada; EU delete**] in the global energy mix [by 2030 –EU delete] through promoting the development and use of [**environmentally sustainable – New Zealand; EU delete**] [renewable energy – Canada delete] [**zero and low-carbon – Canada; EU delete**] sources [**including hydropower [, geothermal –Iceland] – Turkey; EU delete**] and [and **deployment of renewable energy and energy efficiency – EU**] technologies in all countries. – G77 delete] [We call for [provision of adequate / **recognize the importance of mobilizing domestic and international – Canada**] financial resources [, **of sufficient quality and delivered in a timely manner, to developing [and middle income – Kazakhstan] countries, in particular middle-income countries – Belarus, Kazakhstan**] for providing / **to encourage – Canada**] efficient and wider use of [**environmentally least-harmful –Montenegro; EU delete**] energy sources. – EU, Norway delete / governments to create **enabling environments that facilitate private sector investment in clean and efficient energy technologies. –US, Canada / to create enabling environments that facilitate private sector investment - EU**] [To complement these initiatives, we commit to phase out over the medium term, **inefficient fossil fuel subsidies that encourage wasteful consumption and undermine sustainable development, while mitigating adverse impacts on vulnerable groups; and to regular reporting of expenditures and actions taken to reduce subsidies; technical assistance underpinned by research and development; and the sharing of tools needed to achieve reform. –Switzerland, New Zealand, EU; check EU 70 ter for identical language and questions placement; US delete**] [**Sustainable energy and energy efficiency are key pathways towards the green economy, increased employment and a sustainable future. It is vital for the future of sustainable growth that the evolution of renewable and efficient energy is accelerated. –Iceland, EU] – G77 delete paragraph]**

[70. alt In response to our proclamation of 2012 as the Year of Sustainable Energy for All, we commit to eradicate energy-poverty by 2030 as part of our engagement for sustainable development and the achievement of the Millennium Development Goals; we also recognize that providing universal access to modern, affordable and sustainable energy services, will require our commitment to universally enhance energy efficiency at all levels with a view to doubling the rate of improvement by 2030; and doubling the share of renewable energy in the global energy mix by 2030 through promoting the development and use of renewable energy sources and technologies in all countries.- Mexico; EU supports reference to the year; Canada, G77 delete]

[70. bis. We call on the Secretary General of the United Nations to decide a follow up mechanism to the Sustainable Energy for All initiative within the existing UN Framework to ensure accountability of commitments made under the initiative. –EU, RoK; G77 delete]

[70. ter We commit to complementing these initiatives to call for the rationalization and phasing out of [inefficient – Canada, Australia] fossil fuels subsidies that encourage wasteful consumption and are incompatible with sustainable development, [complemented with measures to protect poor and vulnerable groups; [and to regular reporting of expenditures and actions taken to reduce subsidies; - US delete] – Canada delete] technical assistance underpinned by research and development; and the sharing of tools needed to achieve reform. – EU, RoK; *check similar language in paragraph 70 from Switzerland and New Zealand*; G77 delete]

[70. quat. We welcome the development of partnerships with the private sector to create enabling environments for business and spur investment in sustainable energy development together with awareness programmes in educational institutions. – EU, RoK, Canada; G77 delete]

[70. quint We recognize that development assistance alone will be inadequate to meet the challenge of providing access to sustainable energy services to the 1.3 billion people who lack electricity or the 2.7 billion people who rely on traditional fuels such as fuelwood, charcoal, animal waste, and coal for cooking and heating. – EU, RoK, Canada; G77 delete]

[70. sext [Consistent with international obligations, –Canada] We encourage States and relevant stakeholders to reduce trade and investment barriers against energy efficient products, to conduct joint international research and capacity development to promote government-private sector cooperation and the supply of efficient and low-carbon energy [, and to provide adequate incentives for the construction, industry and transportation sectors – Canada delete]. –Japan; G77 delete]

[70 sept To achieve these mutually complementary objectives, we underscore the role that member states have in enhancing national strategies for electrification; sharing and adopting best practices and policies for energy efficiency, for energy sensitive urban and rural planning and for the use of the regulatory frameworks to promote market conditions in which clean and renewable energy is affordable and price-competitive; [[and further recognize the need to provide increased financial resources – EU bracket] through international cooperation in particular to least developed countries for supporting the development of institutional frameworks, and for leveraging investments and in mitigating risks – US, Canada delete]. – Mexico; G77 delete]

[70. oct Further, to enhance the use of renewable energy resources we strongly encourage the financial institutions to develop a special risk

mitigation mechanism to finance renewable energy explorations. –Iceland; G77 delete]

CST 70. We agree to build on the Sustainable Energy for All initiative and note the goal of ensuring universal access to modern energy services by 2030; doubling the global rate of improvement in energy efficiency by 2030; and doubling the share of renewable energy in the global energy mix by 2030. We recognize the importance of the mobilization and timely delivery of domestic and international financial resources to achieve these results. We urge governments to create enabling environments that facilitate private sector investment in relevant and needed clean energy technologies. We call on the Secretary General of the United Nations to create a follow up mechanism to the Sustainable Energy for All initiative within an appropriate framework to ensure accountability of commitments. We encourage States and relevant stakeholders to conduct joint international research and capacity development, to promote government-private sector cooperation and to enhance the supply and affordability of sustainable energy. (70 through 70 oct)

CST. 70 bis We support reform that would lead to the gradual elimination of fossil fuel subsidies, and would accelerate movement towards renewable, and less polluting, sources of energy. The reduction of subsidies must be accomplished in a manner that protects the poor, and eases the transition for affected vulnerable groups. (Merge paras 70; 70 ter; 70 sext; 104. tredec(correct price signals – EU), 126, 126 alt2; co-chairs suggest moving this para on fossil fuel subsidies to Energy section after para 70 oct.)

71. We agree that each country should work for low-carbon development. We encourage more widespread use of energy planning tools to provide a robust framework for donors and partners to coordinate their development cooperation efforts.

71. We [agree that each country should [develop and implement national energy policies and – Norway] [work for / undertake action towards –EU / encourage – New Zealand / sustainable – EU] low-[carbon / emission – Norway] [environmentally sustainable [economic growth – RoK] – New Zealand, EU] development / support low-emission development strategies as indispensable to sustainable development – US / support low-carbon growth strategies as indispensable to sustainable development –RoK] [and see the necessity of developing a global energy-ecological strategy and – Kazakhstan, Belarus, RoK, Tadjikistan, Russian Federation; EU bracket / and build on the Secretary General’s initiative in response to the Year of Sustainable Energy for All –Mexico, RoK]. [We call for provision of adequate finance from a variety of sources delivered in a timely manner. ODA can play an important role with regard to the

energy sector, i.a. leveraging public and private sector investments and in mitigating risks. – Norway] [. We – Kazakhstan delete] [decide to – Mexico] encourage more widespread use of energy planning tools to – Norway delete / the development of energy strategies that are conducive to the development of sustainable energy systems and their implementation through adequate clear legal, economic and regulatory frameworks at national and regional level. This will – EU] [provide / need – Norway] a robust framework for donors [and partners to coordinate their development cooperation [and investment - EU] efforts / multilateral financial institutions, climate finance and a predictable enabling environment with strong incentives for large-scale commercial investments to realize the goals of the Sustainable Energy for All initiative – Norway] [To this end we commit to supporting sustainable energy, including through national efforts for electrification and dissemination of clean cooking and heating solutions and international efforts to accelerate the deployment of energy efficiency and renewable energy technologies, including by collaborative action to share and adopt best practices and policies [and to develop and harmonize minimum standards and labels. – US delete] [We recognize furthermore the great value of Information and Communication technologies as factors to achieve significant energy savings. – EU] [as well as marine renewable energies, such as offshore windpower, solar wave and tidal energies – Monaco] [in the field of energy efficiency and renewable energy sources – Republic of Moldova] [In this regard, we also encourage member States to adopt energy efficiency programs such as MEPS (Minimum Energy Performance Standard), and to increase the use of new and renewable energy and smart grid. – ROK] [through the establishment of a global platform/partnership for sustainable energy for all –Mexico, RoK] [We recognize that each State has a right to determine its national energy policy in accordance with its national requirements and taking into account its relevant international obligations. We also recognize that diverse portfolios of energy sources are needed to ensure access to sustainable energy and electricity resources in all regions of the world. – Belarus, Kazakhstan, Russian Federation]

[71 alt. 1 We recognize the importance of Government incentives in favour of energy efficiency and the diversification of the energy matrix and R&D, in developing countries, including joint research and technology development to support innovative bottom-up solutions for the development, operation and maintenance of new energy systems, supported by public sectors as an effective way of addressing both domestic energy resource issues and the global challenge of climate change. We call for the support of developed countries in this regard. – G77; US, Norway, New Zealand delete]

[71. alt 2 We agree that each country should work for low-carbon development through the promotion of energy-efficiency, renewable energy and clean energy. We encourage both developed and developing countries to establish low-carbon growth strategies and to further cooperate to achieve global low-carbon growth by fully mobilizing technologies, markets and finance through public-private cooperation. – Japan, Canada, Australia; US, New Zealand delete]

CST 71. We agree that each country should implement national energy policies, and support low-emission

development strategies as indispensable to sustainable development. ODA can play an important role with regard to the energy sector by leveraging public and private sector investments and in mitigating risks. We commit to supporting sustainable energy through national efforts on electrification and dissemination of sustainable cooking and heating solutions, including by collaborative action to share and adopt best practices and policies. We recognize that each State has a right to determine its national energy policy in accordance with its national requirements, while taking into account its relevant international obligations. We recognize the importance of Government incentives in promoting energy efficiency, and the diversification of the energy matrix. We note that the development, operation and maintenance of new efficient energy systems, including through local innovation, is an effective way of addressing both domestic energy resource issues and the global challenge of climate change. We recognize that sustainable low emissions development can contribute to economic development and carries important co-benefits such as increased energy security, reduced mortality and improved health. We encourage the establishment of low-carbon growth strategies and strengthened public-private and international cooperation to achieve global low-carbon growth by fully mobilizing technologies, markets and finance. (71 through 71 alt2, and 63ter)

CST Sustainable tourism

CST 71. pre bis We emphasize that tourism can make a significant contribution when it is closely integrated to the three dimensions of sustainable development.. We recognize the importance of and support sustainable tourism activities which conserve the environment, promote environmental awareness, respect biodiversity and cultural diversity, and improve the welfare of local communities by supporting their local economies and the human and natural environment as a whole.

[71. bis We encourage measures to promote sustainable tourism, which has a positive impact on sustainable development and on the integration of its three dimensions, taking into account that tourism has been identified as a powerful engine for poverty reduction and development, stimulating jobs and trade for all developing and developed countries and accounts for 5% of the world's GDP. [In this regard, we emphasize the need to fully comply with ODA and other agreed commitments in the context of sustainable development and poverty eradication in order to achieve the Internationally Agreed Development Goals, including the MDGs, - EU move to section V] and to implement sustainable tourism. – New

Zealand delete] –G77; US delete] (*Merged with 71sext and 71sept and streamlined*)

CST 71. bis We acknowledge the benefits deriving from well designed and marketed sustainable tourism approaches for long-term sustainable growth, poverty reduction and development, livelihoods of local communities, improved infrastructure, the creation of decent jobs, trade opportunities and a high valuation of environment, climate change, biodiversity and ecosystem related services.

[71. ter We renew our call for enhanced support to sustainable tourism activities and capacity building in developing countries in order to contribute to the achievement of sustainable development. –G77, EU; US delete]

[71. quat We encourage Member States to promote investment in sustainable tourism, including eco-tourism, in accordance with their national legislation, which may include creating small- and medium-sized enterprises and facilitating access to finance, including through microcredit initiatives for the poor, local and indigenous [peoples' – Mexico] communities in areas with high ecotourism potential, including rural [and coastal –Monaco] areas. In this regard we underline the importance of establishing, [at the national level and – Canada delete] in accordance with national priorities and legislation, appropriate guidelines and regulations for promoting and supporting sustainable tourism, including eco-tourism and cultural tourism. –G77, Monaco; EU - supportive in principle, revert on language; US delete]

CST 71. quat We encourage Member States to promote investment in sustainable tourism, underlining the importance of establishing appropriate guidelines and regulations for promoting and supporting sustainable tourism in accordance with national priorities and legislation.

CST 71. pre quint We renew our call for enhanced support to sustainable tourism activities and relevant capacity building in developing countries in order to contribute to the achievement of sustainable development.

[71. quint We recognize the importance of sustainable tourism activities which conserve the environment, respects cultural diversity and improve the welfare of the local people. We support [ecotourism / sustainable tourism – EU] activities which respect wildlife, flora, and natural and cultural habitats, promote environmental awareness, and which support the local economy of communities and the human and natural environment as a whole. –G77, US, Canada, New Zealand, EU] *Moved to chapeau of subsection as CST 71 pre bis*

[71. sext We emphasize that tourism as one of the largest global productive as well as services' sectors with consistent growth trends can make a significant

contribution [as a driver of green economies and sustainable production and consumption patterns – G77 delete]. We recognize the benefits deriving from sustainably designed and marketed touristic approaches for long-term sustainable growth and poverty reduction, livelihood of local communities, improved infrastructure, the creation of decent jobs and a high valuation of environment, climate, biodiversity and ecosystem services. We urge the members to pledge stronger commitment to the recommendations of the UN WTO Global Code of Ethics, to the Global Partnership on Sustainable Tourism (GPST) and the Guidelines on Biodiversity and Tourism Development within the Convention of Biological Diversity (CBD). – EU *moved from 89 sext; US delete*] (*Merged with 71bis and 71sept to create CST 71bis*)

[71. sept We support sustainable tourism and recognise its cross-sectoral nature with positive impacts on the three dimensions of sustainable development and close linkages to other sectors. We recognize that tourism is a powerful engine for poverty reduction and development for most LDCs and SIDS as well as stimulating decent jobs and trade opportunities for developing and developed countries. [We also recognize that sustainable tourism has a strong potential to contribute to the transition towards a green economy - G77 delete] – ROK *moved from 104 quindec; US delete*]

Note: G77 will propose language to merge 71 sext and sept.

(Merged with 71bis and 71sext to create CST 71bis)

[Sustainable transportation –G77; EU to merge with 89 quint, 72 non, 72 setendec; US propose mention in Cities section; G77 retain]

CST Sustainable transportation

[71. oct We recognize that the transport sector and mobility in general have an essential and positive role to play in sustainable development. We support the development of sustainable, energy efficient multi-modal public mass transportation systems, including public mass transportation systems and better transportation systems in rural areas[, with technical and financial assistance for developing countries – EU move to section V]. We also recognize that [the interests and concerns – EU bracket] of landlocked and transit developing countries be taken fully into account while establishing transit transport systems [as established in the Almaty Programme of Action.- US bracket move to Compendium] –G77, Kazakhstan]

[71. non We note that sustainable transport is a central component of sustainable development and inclusive economic growth, considering also that transport and infrastructure contribute to global cohesion. Addressing the growing transport challenges is [increasingly urgent – G77 clarify]. Access to mobility is essential to achieve the MDGs. Sustainable transport and infrastructure could also promote an energy-efficient use of natural resources as well as fostering a cleaner and greener economy. However, the growing use of motorized transport can have negative impacts on environment and human health. Appropriate and

effective policies and measures can facilitate and enhance safe, efficient, secure, affordable and environmentally sustainable transport and mobility for poverty eradication. – EU *moved from 89 quint; G77 delete*]

[72. non We recognize the important key role of transportation in achieving sustainable development. In particular, we acknowledge the critical importance of universal access and a sustainable approach to safe, clean, and affordable transportation to enable and improve the resiliency of cities, energy systems, mobility networks, equity, and economic growth. – US; EU, Canada, New Zealand, RoK move to Sustainable Transport; use in sustainable transport para – G77]

[72. septendec We commit ourselves to promote secure, efficient and sustainable transport systems, through the strengthening of [national –Canada delete] legal frameworks, the definition of public policies and strategies, to contribute and guarantee balanced social development, greenhouse gas emissions reduction as a result of ground, maritime and air transportation, through clean transport which enhances the coverage and access of regional services, achieving the integration of economies and respecting the environment. – Mexico; EU, US move to Sustainable Transport; G77 - delete]

CST 71. oct We note that transportation and mobility are central to sustainable development. We recognize the critical importance of universal access and a sustainable approach to safe, clean, and affordable transportation to enable and improve resiliency of cities, productivity of rural areas, health, social equity, and economic growth. (*streamlined 72.non*)

CST. 71 non Sustainable transportation contributes to pollution emissions reductions, and enhances the coverage and access of regional services, achieving the better integration of the economy while respecting the environment. Accordingly, we support the development of sustainable transport systems, including energy efficient multi-modal public mass transportation systems as well as improved transportation systems in rural areas. (*merged 71 oct, 71 non and 72 septendec to form CST.71.bis*)

[Harmony with nature –G77; EU, US consolidate placement; G77 retain placement]

[71. dec We recognize that [the most – US delete] important challenges for sustainable development are to eradicate poverty, [achieve the right to development – US delete] while promoting a life in harmony with nature, and taking into account the need for a more holistic approach towards sustainable development. We reaffirm the need to promote integrated sustainable management of natural resources and ecosystems that ensures economic growth while allowing

ecosystem restoration, regeneration and adaptation to the new and emerging challenges. –G77]

[71. undec We recognize the need to integrate the three dimensions of sustainable development, and in this regard we encourage that economic investment integrates social and environmental responsibility. –G77]

CST retain the subsection as is.

[Cities]

[[Cities [and metropolitan regions - EU] / Human Settlement, Sustainable Cities, [Rural Development - EU delete] and Housing -G77] / Sustainable Urban Areas - New Zealand]

CST Sustainable Cities

[Pre 72. We recognize the need for an integrated approach for urban renewal and human settlements that provides adequate resources for affordable housing and housing-related infrastructure and prioritizes slum prevention and slum upgrading. [We encourage the United Nations System to support developing countries in this regard –EU, US, New Zealand delete]. -G77; EU to merge with 72 sept; Canada delete]

[Pre 72. bis We commit to improve the quality of human settlements and the living and working conditions of both urban and rural dwellers in the context of poverty eradication, so that all people have access to basic services and housing. – G77]

[Pre 72. ter [We note that a majority of the world's population now live in urban areas. – New Zealand merge with 72 bis; G77 delete] We are convinced that building sustainable cities for the future which continuously create economic, social and environmental values through building [low-carbon cities / sustainable cities –US / low emissions cities –US] and [providing adequate service for population structure –Canada delete] should be a priority in our efforts to move towards green economy. – Japan, US, Kazakhstan, EU; G77 delete]

CST pre 72. We recognize the need for an integrated approach to urban development and human settlements that provides adequate resources for affordable housing and infrastructure, and prioritizes slum prevention and slum upgrading. We commit to improve the quality of human settlements, and the living and working conditions of both urban and rural dwellers in the context of poverty eradication, so that all people have access to basic services and housing. (pre 72., pre 72. bis)

72. We commit to promote an integrated and holistic approach to planning and building sustainable cities through support to local authorities, efficient transportation and communication networks, greener buildings and an efficient human settlements and service delivery system, improved air and water quality, reduced waste, improved disaster preparedness and response and increased climate resilience.

72. [We commit to [promote/promoting – EU] / **we recognize the importance of – G77**] an integrated [and / **gender-sensitive, - US**] holistic approach to planning [, **designing – Mexico**] and building sustainable [and **more compact – EU**] [**compact – Israel**] [cities / **urban areas – New Zealand** / **environmentally sustainable, socially responsible and economically productive cities - Mexico**] [and **urban settlements – G77**] [**based on the analysis of population trends and projections, including – US**] [in particular - Mexico] through [national urban development policies that - Mexico] support [to –Mexico delete] [and **empowerment of – US**] local authorities, [acknowledging their role in decision-making and policy-shaping. We are also committed to promoting resource –EU] [, proper land use, - Japan] [for development, operation, maintenance and renewal of socially inclusive housing, – Israel] [.We recognize that place based policies support – US] efficient [and sustainable –EU] transportation and communication networks, [in accordance with national capacities –G77] [skilled workforce – US / smart grid systems, renewable energy – Japan, RoK] [greener / sustainable –G77 / more sustainable – Montenegro] buildings [urban green spaces –G77] [, sustainable infrastructure – EU] [and an – EU delete] [efficient human settlements [and the delivery of sustainable energy services, safe water and proper sustainable sanitation services – EU] and service delivery system, – G77 delete] [[rational –New Zealand delete] use of land – Montenegro] [conservation of land, urban nature, biodiversity and other natural resources, - Israel] improved air [and water – EU delete] quality, [protection of urban green spaces – US][less soil sealing – EU] [maintaining resilient ecosystem services, – New Zealand] [reduced [generation and sustainable management of – EU] [pollution and – Israel] waste [by promoting the 3Rs (reduce, reuse, recycle) – Japan], improved disaster [preparedness / risk reduction and resilience –G77 / risk reduction – US] [and/resilience and safety in buildings, – Turkey] response and increased [climate – Japan delete] resilience [are important components of sustainable urban development, human health and the wellbeing of urban populations and environments. –US] [and that disaster and climate risks are fully considered in urban planning and implementation –Australia, New Zealand, RoK] [and protection of cultures and traditions –Turkey; EU delete] [and sustainable and eco-friendly tourism. Additional attention should be put on analysis of poverty in cities and suburbs and creation of right measures to diminish further development of gaps between suburbs in the cities and the city centers. -Serbia]

CST pre 72 bis We are convinced that building sustainable cities of increasing economic, social and environmental value with low-carbon economies should be a priority effort. (merged Pre 72., Pre 72. bis and Pre 72. ter)

CST 72. We commit to promote an integrated approach to planning and building sustainable cities and urban

settlements, including support and empowerment of local authorities. Prioritizing sustainable urbanization can help to ensure coherence among sectoral policies. We are also committed to sustainable development policies that support inclusive housing, transport, energy, safe water and sanitation and healthy air quality. We support sustainable buildings and green urban spaces. We commit to sustainable management of waste via the 3Rs (reduce, reuse and recycle). Disaster risk reduction, resilience and climate risks should be fully considered in urban planning. Cities should coordinate balanced development with rural regions. *(merged 72. , 72. ter, 72. quat, 72. sedec and 9. quint)*

[72. bis We take note of the Shanghai Manual for Better Cities: A Guide for Sustainable Urban Development of the 21st Century, which could provide useful policy and case guidance for building sustainable cities. –G77; US, Canada, New Zealand delete] *(move to Compendium)*

[72. ter We encourage governments to develop [national –Canada delete] urban and rural development policies that will support local authorities and integrate efforts across ministries to address the challenges related to urbanization and support urban planning of sustainable cities, including through social policies that promote inclusiveness and [adequate standards of living for all –US delete], so that they can live to the fullest. Cities should pursue inclusive and balanced growth and coordinate balanced development with rural regions. [For developing countries to develop sustainable cities, we call upon the UN system, the international financial institutions and international community to enable developing countries to have the technical and financial resources that they require and to support the investments in developing countries upon their requests –US, Canada, New Zealand delete; EU to move to section V.C]. –G77, EU] *(merged with CST.72)*

[72. quat Cities should strengthen scientific research and technological innovation in order to improve the quality of people’s lives, create new jobs, and prevent and mitigate urban and natural disasters. –G77, Kazakhstan] *(merged with CST.72)*

[72. quint We encourage developed countries to provide resources, technology transfer and capacity building to allow all countries in particular developing countries to promulgate economically viable policies to improve resources conservation and efficiency in order to achieve sustainable cities. –G77; EU, US, Canada, New Zealand delete] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. sext We recall the decision to convene in 2016 a third UN Conference on housing and sustainable urban development (HABITAT III) to reinvigorate the global commitment to sustainable urbanization that should focus on the implementation of a “New Urban Agenda”. It should build on the Habitat Agenda, Declaration on Cities and Other Human Settlements in the New

Millennium and the relevant IADGs, including those contained in the Millennium Declaration and the Johannesburg Declaration on Sustainable Development, the JPOI and other major UN conferences and summits. –G77; US, Canada, New Zealand delete; EU revert]

[72. sept In view of the challenges in promoting and achieving sustainable cities and urban settlements, we emphasize the need to strengthen related institutions involved in the habitat and human settlement agenda, particularly UN-HABITAT. –G77; EU, US, Canada delete; New Zealand move to section IV] *(merged with CST.72.quat)*

[72. oct We underline the need to increase the number of metropolitan regions, cities and towns adopting and implementing policies and strategies for sustainable and effective urban planning and urban design in order to respond to expected population growth in the next few decades. We note that sustainable development planning requires full use of data on demographic trends and population dynamics, including population growth, density, migration, urbanization and ageing. –EU, Japan, Kazakhstan; RoK merge; G77 – delete] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. non We recognize the important key role of transportation in achieving sustainable development. In particular, we acknowledge the critical importance of universal access and a sustainable approach to safe, clean, and affordable transportation to enable and improve the resiliency of cities, energy systems, mobility networks, equity, and economic growth. – US; EU, Canada, New Zealand, RoK move to Sustainable Transport; use in sustainable transport para – G77] *(merged with CST.71)*

[72. dec We recognize that the involvement of multiple stakeholders is essential for designing cities that are desirable from the viewpoint of citizens. We also recognize that cooperation among local authorities plays an important role in promoting sustainable cities. – Japan; G77 - delete] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. undec We agree to establish a platform to promote sustainable cities for the future with active involvement of the relevant UN entities such as United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT) and United Nations Centre for Regional Development (UNCRD). – Japan; US delete; New Zealand, EU reserve; G77 delete]] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. duodec In order to achieve reduction of carbon emissions within a city boundary, we encourage municipal governments to set a vision for greener buildings from the very beginning of a city planning and to adopt energy efficiency programmes in building managements for the goal of low carbon emission cities – ROK, Kazakhstan; G77 delete]] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. tredec We note that sustainable urban planning requires full use of information and data on demographic trends and population dynamics including population growth and density, migration, ageing, and urban regeneration and transformation are efficient means for sustainable urban development. – Turkey, Japan; US streamline; G77 delete]] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. quattuordec We recognize that sustainable urbanization can provide a key to unify forces to integrate the three pillars of sustainable development: economic, environmental and social. In this regard, we stress the urgent need to strengthen cooperation mechanisms, partnership arrangements and other implementation tools for sustainable urbanization. – Mexico, Japan; US streamline; G77 delete]] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. quindec Prioritizing sustainable urbanization can also help to ensure coherence among sectoral policies such as energy, water, sustainable consumption and production, biodiversity, waste management, natural disaster preparedness and climate change adaptation – Mexico; US streamline; G77 delete]] *(merged with CST.72.bis, CST.72.ter, CST.72.quat and CST.72.quint)*

[72. sedec We agree that each country should integrate the planning of construction for sustainable urban areas within a land use planning framework, assessing in their policies the projected requirements for land use in the context of population growth and sustainability. – Mexico, Japan; G77 delete] *(merged with CST.72)*

[72. septendec We commit ourselves to promote secure, efficient and sustainable transport systems, through the strengthening of [national –Canada delete] legal frameworks, the definition of public policies and strategies, to contribute and guarantee balanced social development, greenhouse gas emissions reduction as a result of ground, maritime and air transportation, through clean transport which enhances the coverage and access of regional services, achieving the integration of economies and respecting the environment. – Mexico; EU, US move to Sustainable Transport; G77 - delete] *(merged with CST.71.bis)*

Israel withdrew 72 duodeviginti and 72 undeviginti)

(The remaining paragraphs 72 quint, 72 oct, 72 dec, 72 undec, 72 duodec, 72 tredec, 72 quattuordec, and 72 quindec were merged to produce CST 72.bis, CST 72.ter, CST 72. quat below)

CST 72.bis We underline the need for increasing the number of metropolitan regions, cities and towns, implementing policies for sustainable urban planning and design in order to respond to expected population growth in the next few decades. We encourage municipal governments to

set a vision for sustainable buildings from the initiation of city planning, and to adopt energy efficiency programmes in building management for the goal of low carbon emission cities.

CST 72.ter We note that sustainable urban planning requires full use of information and data on demographic trends and population dynamics. We also recognize that the involvement of multiple stakeholders is essential for designing cities that are desirable from the viewpoint of citizens.

CST 72.quat We stress the need to strengthen cooperation mechanisms or platforms, partnership arrangements and other implementation tools for sustainable urbanization with active involvement of the relevant UN entities including UN-HABITAT. We welcome provision of resources, technology transfer and capacity building to improve resource conservation and efficiency and integrated planning capacities in order to achieve sustainable cities.

CST Health [and population]

[72. viginti We reaffirm that health and development are intimately interconnected. [We therefore recognize that health is an important element for the promotion of sustainable development – Mexico]. We also reiterate that the goals of sustainable development can only be achieved in the absence of a high prevalence of debilitating communicable and non- communicable diseases, while obtaining sustainable health gains for the whole population requires poverty eradication. –G77; Mexico] (Merged into CST 72. viginti)

CST.72.viginti We recognize that health is a precondition, outcome and indicator of all three pillars of sustainable development. We reiterate that the goals of sustainable development can only be achieved in the absence of a high prevalence of debilitating communicable and non-communicable diseases. We are convinced that action on the social determinants of health, for both groups in vulnerable situation and the entire population, is essential to create inclusive, equitable, economically productive and healthy societies. We call for the realization of the international commitment to supporting national efforts in strengthening health systems. (*From 72. viginti, 72 viginti (et) unus, 72 viginti (et) octo, 97 oct, 97 non, 101 sept*)

[72. viginti (et) unus We recognize that health inequities arise from the societal conditions in which people are born, grow, live, work and age, referred to as social determinants of health. We are convinced that action on these determinants, for both groups in vulnerable situation and the entire population, is essential to create

inclusive, equitable, economically productive and healthy societies. In this regard positioning human health and wellbeing as one of the key features of what constitutes a successful, inclusive and fair society in the 21st century is consistent with our commitment to human rights at national and international levels. –G77; EU merge with 101 sept] (*Merged into CST 72.*)

[72. viginti (et) duo We recognize the importance of universal coverage in national health systems especially in primary health care and undertake to strengthen health systems and to [promote universal access to health system –EU to revert], as well as to accelerate multi-sectoral action, especially through preventive programmes, promotion and rehabilitation services, and [establishing sustainable financing systems – EU bracket] which prevent impoverishment and provide incentives for greater efficiency in health care providers as well as to promote changes in behaviors of population toward healthier lifestyle, in order to urgently address the primary health needs of the world's population. –G77, Mexico; Switzerland delete] (*Merged into CST.72. viginti (et) unus*)

CST.72.viginti (et) unus. We recognize that universal health coverage is a fundamental instrument in enhancing health, social cohesion and sustainable human and economic development. We pledge to strengthen health systems towards the provision of equitable universal coverage. We call for the involvement of all relevant actors for coordinated multi-sectoral action to address urgently the health needs of the world's population. (from 72.viginti (et) duo, 97 non and 14 quint).

[72. viginti (et) tre We acknowledge that the global burden and threat of NCDs constitute one of the major challenges for development in the twenty-first century which undermines social and economic development throughout the world, and threatens the achievement of internationally agreed development goals. In this regard, we commit to promote, establish or support and strengthen, by 2013, as appropriate multi-sectoral national policies and plans for the prevention and control of non-communicable diseases and associated risk factors, including alcohol, tobacco, unhealthy diets and lack of physical activity, and to integrate these into the implementation of sustainable development policies, plans and projects. –G77; EU merge with 101 oct; Switzerland delete]]

(Addressed in CST. 72. viginti (et) tre)

[72. viginti (et) quat We also recognize that other external factors contribute to the rising incidence and prevalence of NCDs and those factors should be adequately addressed. –G77; Switzerland delete] (*Addressed in CST. 72. viginti (et) tre*)

[72. viginti (et) quinque We commit to provide universal affordable access to prevention, treatment, care and support related to NCDs, especially cancer, cardiovascular diseases, chronic pulmonary diseases and diabetes. –G77; Switzerland delete]

(Addressed in 72.viginti (et) tre. Reference to universal care addressed in CST.72.viginti (et) unus).

[72. viginti (et) sext We urge on all stakeholders in the health sector to turn pledges and commitments into actual disbursements especially in relation to the fight against HIV/AIDS, Tuberculosis, Malaria and Non Communicable Diseases, including cancer. –G77;] (Addressed in CST. 72. viginti)

[72. viginti (et) septem We emphasize that HIV and AIDS, malaria, tuberculosis, influenza and neglected tropical disease are a serious concern for global health and in this regard we recommit to provide universal access to prevention, treatment, care and support related to those and other communicable diseases. -G77; Switzerland, EU delete] (Merged into CST. 72. viginti (et) tre)

CST. 72. viginti (et) duo. We emphasize that HIV and AIDS, malaria, tuberculosis, influenza and neglected tropical diseases remain serious global concerns, and we commit to provide universal access for the prevention and treatment of these diseases. (From 72. viginti (et) septem and 72. triginta)

CST. 72. viginti (et) tre. We acknowledge that the global burden and threat of non-communicable diseases constitutes one of the major challenges for development in the twenty-first century. We commit to establish or strengthen multi-sectoral national policies for the prevention and control of non-communicable diseases, with integration into the implementation of sustainable development. (From 72. viginti (et) tre, 72. viginti (et) quat, 101. oct, 72. viginti (et) novem)

[72. viginti (et) octo We call for the realization of the international commitment to supporting national efforts in strengthening health systems that deliver equitable health outcomes as a basis for a comprehensive approach that includes health financing, the training and retention of the health workforce, procurement and distribution of medicines and vaccines, infrastructure, information systems and service delivery; -G77; EU, Switzerland delete] (Addressed in CST.72. viginti)

[72. viginti (et) novem We recognize the primary role and responsibility of Governments in responding to the challenge of non-communicable diseases and the essential need for the efforts and engagement of all sectors of society to generate

effective responses for the prevention and control of non-communicable diseases. – G77; Switzerland delete] *(Addressed in CST. 72. viginti (et) tre)*

[72. triginta We commit ourselves to redoubling our efforts to reduce maternal and child mortality and improve the health of women and children, including through strengthened national health systems, efforts to combat HIV/AIDS, improved nutrition, and access to safe drinking water and basic sanitation, making use of enhanced global partnerships. We stress that accelerating progress on the Millennium Development Goals related to health is essential for making headway also with the other Goals. –G77; EU redundant with MDGs, para 44] *(Merged into CST. 72. viginti (et) duo and with CST. 72. viginti (et) non)*

[72. triginta (et) uno We reiterate that, according to national priorities, give greater priority to surveillance, early detection, screening, diagnosis and treatment of non-communicable diseases and prevention and control, and to improving the accessibility to the safe, affordable, effective and quality medicines and technologies to diagnose and to treat them; provide sustainable access to medicines and technologies, including through the development and use of evidence-based guidelines for the treatment of non-communicable diseases, and efficient procurement and distribution of medicines in countries; and strengthen viable financing options and promote the use of affordable medicines, including generics, as well as improved access to preventive, curative, palliative and rehabilitative services, particularly at the community level. –G77; Switzerland delete; EU redundant with NCD declaration para 43 1] *(Not included in CST; duplicative of para 45 1 (not 43, as EU stated) of Declaration of Non-communicable Diseases)*

[97 oct We recognize that health is a precondition, outcome and indicator of all three dimensions of sustainable development. Greening the economy leads to a reduction of air, water and chemical pollution and is a prerequisite for mitigation of and adaptation to climate change which leads to positive effects on health. [We are therefore committed to support and strengthen the leading role of the World Health Organization as the directing and coordinating authority on global health. –Holy See delete; G77 – retain;] – Switzerland] *(Addressed in CST 72. viginti)*

[97 non We urge member states to maintain and develop effective public health policies which address the social, economic, environmental and behavioral determinants of health with a particular focus on reducing health inequities. We recognize that good health is dependent on the involvement of and dialogue with other sectors and actors, as their performance has significant health impacts. We call for further collaboration in coordinated and intersectoral policy actions at the national and international level. We further acknowledge that the global burden and threat of non-communicable diseases constitute one of the major challenges for development in the twenty first century. We pledge to strengthen health systems towards the provision of equitable universal coverage. This is fundamental to avoid families falling into poverty and to have a productive workforce.-Switzerland; G77 - delete]

(Addressing determinants of health merged into CST.72. viginti; universal coverage addressed in CST.72. viginti (et) unus; burden of non-communicable diseases merged into CST.72. viginti (et) tre)

[97 dec We reaffirm the commitment to the achievement of all the Millennium Development Goals, in particular Goals 4, 5 and 6 and we are committed to ensuring universal access to quality and affordable family planning and other sexual and reproductive rights and health services.- Switzerland; Holy See, G77 delete] *(covered in CST 72. viginti (et) sext)*

[101. sept We recognize that health is a precondition, outcome and indicator of all three dimensions of sustainable development. Water, energy and food security are fundamental to human health and should be available for all people. A green economy that reduces environmental degradation including air, water and chemical pollution as well as mitigation of and adaptation to climate change is a prerequisite for health, which can prevent up to one quarter of the global burden of disease. Health is also heavily influenced by the societal determinants of health as described in the Rio Political Declaration of Social Determinants of Health 2011. – EU; G77 – delete] *(Addressed in CST 72. viginti)*

[101. oct We further acknowledge that the global burden and threat of non-communicable diseases constitute one of the major challenges for development in the twenty-first century as addressed by the Political Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Prevention and Control of Non-communicable diseases. Reducing environmental risks to health is a key component in the fight against the growing burden of non-communicable diseases, reducing the health impact of natural disasters, and also to reducing the burden from infectious diseases of poverty such as childhood pneumonia, nearly half of which is attributable to household air pollution. Strengthening health systems towards universal coverage will be essential to enable countries to deal with non-communicable diseases and is fundamental to avoid families falling into poverty and to have a productive workforce. – EU;] *(Addressed in CST. 72. viginti (et) unus., CST. 72. viginti (et) tre)*

[101. non Health indicators are central to measuring progress and achievements of sustainable development. For example, reductions in the number of people impoverished through health expenditure, now estimated to be around 150 million, is a measure not just of health, but of poverty reduction and good governance. Reduction in exposure to health risks or to the adverse health impacts of climate change and other environmental policies are important indicators in their own right. We are therefore committed to strengthen the World Health Organisation as the directing and coordinating authority on global health. – EU; G77 – delete]] *(Merged into CST 72. viginti (et) quat)*

CST. 72 viginti (et) quat. We call for further collaboration and cooperation at national and international levels to strengthen national health systems. We support

the World Health Organization as the coordinating body on global health. (*Addresses 97 oct, 101. sept, 101 non, 101 oct, and 104 oct*)

[101. dec People are at the centre of our efforts to achieve our goal of sustainable development, and we therefore commit to systematically consider population trends and projections in our national, rural and urban development strategies and policies. Through forward-looking planning, which anticipates changes in population size, geographic distribution and age structures, we can address the challenges and seize the opportunities that are associated with demographic changes, including rapid urbanization and migration. – EU; G77 – delete] (*Addressed in CST.72. viginti (et) quint*)

CST. 72 viginti (et) quint. We commit to systematically consider population trends and projections in our national, rural and urban development strategies and policies. Through forward-looking planning, we can address the challenges and opportunities associated with demographic changes. (From 101. dec)

[101. undec We remain committed to the full implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population, the key actions for further implementation of the Programme of Action and the Beijing Declaration and Platform for Action, and will pay special attention to gender equality and the right of women and men to have control over and decide freely and responsibly on matters related to their sexual and reproductive health. To this end, we will work actively to ensure that health systems provide information and health services addressing the sexual and reproductive needs of women, as this is crucial for women's rights, gender equality and women's empowerment – EU; G77 – delete]] (*Addressed in CST. 72. viginti (et) sext; reference on ICPD and Beijing Declaration and Platform moved to Section II)*)

[101. duodec We commit to address the unmet need for family planning and ensure that all women, men and young people have comprehensive information about, access to and choice of the widest possible range of safe, effective and affordable modern methods of family planning as this is essential for women's health and human rights and for advancing gender equality and will also influence population dynamics, contributing to poverty eradication and sustainable development. Facilitating the demographic transition offers opportunities to drive development and progress to a green economy. – EU; G77 – delete] (*Addressed in CST viginti (et) sext.*)

CST. 72 viginti (et) sext. We commit to reduce maternal and child mortality, and to improve the health of women and children. We reaffirm our commitment to gender equality and the rights of women and men on matters related to their sexual and reproductive health. We will ensure that health systems provide information and health services addressing

the sexual and reproductive needs of women. (Addresses 72. triginta, 97 dec, 101. undec, 101. duodec)

[104. oct We recognize that sustainable development has positive effects on health through reduction of air, water and chemical pollution. We further recognize that a healthy population is an essential condition for sustainable development, social inclusion and a productive workforce. – Norway; G77 - delete] (Addressed in CST 72. viginti (et) quint)

[104. non Equitable and universal access to health services is central to human progress, sustainable development and economic growth. We stress the importance of developing and maintaining effective public health policies which address the social, economic, environmental and behavioural determinants of health. – Norway; G77- delete] (Addressed in CST 72. vigniti)

Note: G77 proposes to move the section on education to here, and to move the following section on green jobs after the section on gender equality.

[Green jobs-social inclusion]

[Green jobs – G77 delete; EU retain] [- / and – EU] [social inclusion, -promoting full employment and decent work for all –G77, Switzerland]
[G77 delete “transition to green economies” in this section]

CST Promoting full employment and decent work for all

Note: Co-chairs suggest to move paragraphs that focus specifically on “green jobs” (paragraphs 73.ter, 74.alt, 74.quat, 74.quint) to the green economy section III and make para 76 as para CST 34

[Pre 73. We recognize that the three core themes of social development, namely, poverty eradication, full and productive employment and decent work for all and social integration are interrelated and mutually reinforcing, and that an enabling environment at all levels therefore needs to be created so that all three objectives can be pursued simultaneously. -G77; US, RoK delete; EU questions placement]

CST.Pre.73 We recognize that poverty eradication, full and productive employment and decent work for all, and social integration are interrelated and mutually reinforcing, and that an enabling environment needs to be created at all levels. (streamlined pre.73)

[Pre 73. bis We are concerned that [continuous [crisis –US delete; G77 retain] conditions in – Canada, New Zealand delete] global [labor –Canada delete; G77 retain] markets have been affected and today the world faces a serious jobs

challenge and widespread deficits of decent work, with particular impacts on youth. [[To maintain social development, the world needs to generate sustainable growth creating at least 600 million decent and productive jobs over the next decade, which would still leave 900 million workers living with their families below the US\$2 a day poverty line, largely in developing countries, according to the ILO report 2012. –US delete] [Strong commitment of the international community and the United Nations system is needed to achieve this key goal to eradicate poverty – US delete; G77 retain] –Canada delete]. –G77; US, RoK delete; EU questions placement]

CST.pre.73.bis We are concerned about labour market conditions, a serious jobs challenge and widespread deficits of decent work, especially for youth. Over the next decade, hundreds of millions of decent jobs will need to be created to reduce poverty. (streamlined pre.73.bis)

CST.pre.73.ter We urge Member States to address the global challenge of youth employment by developing and implementing strategies and policies that provide young people everywhere access to decent and productive work. (74 bis)

[Pre 73. ter We recognize the importance of developing economic and social infrastructure and productive capacities for sustained, inclusive and equitable economic growth and sustainable development, [particularly in developing countries – EU, New Zealand delete], bearing in mind the need to enhance employment and income opportunities for all, with a special focus on the poor. –G77; US delete; New Zealand merge]

CST.73.quat We recognize the importance of developing economic and social infrastructure and productive capacities for sustainable development and sustained, inclusive and equitable economic growth, bearing in mind the need to enhance employment and income opportunities for all, especially the poor. We emphasize the need to prioritize poverty eradication and support national efforts of developing countries in this regard. (pre73.ter and pre 73.quat merged)

[Pre 73. quat We emphasize the need to prioritize poverty eradication and support effective national efforts of developing countries in promoting empowerment of the poor, including enhancing productive capacity, full and productive employment and decent work for all as well as creating income opportunities that must be complemented by effective social policies with a view to achieving the internationally agreed development goals, including the MDGs. –G77, Liechtenstein; EU reserves; US delete; New Zealand merge] (Merge with pre 73.ter)

[[Pre 73. quint We recognize that respect for the rule of law and property rights and pursuing appropriate policy and regulatory frameworks – G77 clarify], inter alia, encourage business formation, including entrepreneurship, and contribute to poverty eradication. – Liechtenstein flexible with placement; EU, US, Canada merge with similar para; Switzerland move to chapter 2; G77 – delete] (Combine pre.73.quint with pre.73.sext and move to section II)

[Pre 73. sext We also emphasize the importance of access to justice for all, and in this regard encourage the [strengthening and improvement of the administration of justice and identity and birth registration systems – G77 clarify], as well as awareness-raising concerning existing legal rights. – Liechtenstein flexible with placement; EU merge; US delete; Switzerland move to chapter 2; G77 – delete] (Combine pre.73.quint with pre.73.sext and move to section II)

73. We recognize that the development of human capacity is essential to achieving broad-based economic growth, building strong, sustainable communities, promoting social well-being, and improving the environment. Workers must have the skills and protections necessary to participate in and benefit from the transition to a green economy, which has great potential to create decent jobs, particularly for the youth, and eradicate poverty.

New Zealand move 73 to 25

73. We recognize that [preserving sustainable livelihoods and –G77] the [development of human capacity / human –EU / [empowerment of individuals – Japan; G77 delete] [including through legal empowerment -Liechtenstein] is [essential / a key factor –G77] to [sustainable development including – Switzerland] achieving [broad-based / pro poor sustainable and inclusive –EU / inclusive – Norway / equitable -Switzerland] [environmentally sustainable –RoK] [economic growth / sustainable development -G77 / economic development –Switzerland], [and innovation, –EU] [, advancing gender equality, –US, Liechtenstein] building strong, sustainable communities, promoting social well-being, [and job creation,- EU] [and human security – Japan, RoK; EU revert] [decreasing poverty and exclusion - Serbia] and improving [working and living conditions as well as – EU] the environment. [Workers [must / should –EU] have [access to education, -EU] [the –EU delete] skills [healthcare, social security – EU] and [social – US] protections [including occupational safety and health, and opportunities, -US] [of fundamental rights and principles at work - Norway] necessary to participate in and benefit from [the –EU delete] [transition / approach –US; EU, Switzerland delete] to a green economy [, Social dialogue is key to ensuring broad participation and legitimacy for the transition, - Norway] which has great potential to create decent [and green – RoK] jobs [, particularly for / including - Norway [the – Canada, Norway delete] [women and – Australia, Norway] [particularly for the -ROK] youth [and vulnerable social groups – Serbia], / including for young people and women, - EU] [and elders - Mexico] [and women – Canada, Iceland, RoK] and [help – US] [eradicate / reduce –EU / alleviate -Mexico] [extreme –US; EU delete] poverty. –G77 delete last sentence] [Governments, trade unions and employers all have a role to

play, and should also help youth gain access to employment opportunities in new and emerging green sectors. Young people should have access to these skills and job opportunities to play an active role in this transition. Women and men should have equal access to these skills and protections. – US, Switzerland; RoK move to para 102] [We recognize that the transition to a green economy can negatively impact workers in certain sectors. We agree to develop national programs to address this need. – Israel]

Holy See move 73 bis before Green jobs – social inclusion –title “Rural communities”

CST.73 We recognize that preserving and creating sustainable livelihoods and developing human capacity are key factors to achieving pro-poor and inclusive sustainable development, promoting innovation, gender equality, strong and sustainable communities, social well-being and inclusion, and improved working and living conditions, as well as the environment. Workers should have access to education, skills, healthcare, social security, and social protections (including occupational safety and health), and opportunities. Governments, trade unions and employers all have a role to play, and all should help youth gain access to needed skills and employment opportunities including in new and emerging green sectors. Women and men should have equal access to job skills and protections. We recognize the need for programmes to help workers adjust to changing labour market conditions. (73)

[73 bis. We recognize that a majority of the world’s poor live in rural areas and rural communities play an important role in the cultural and economic systems of many countries. We therefore affirm the importance of addressing the needs of rural communities through, inter alia, promoting access to land, credit, clean water, sanitation, promoting human-centered sustainable development programs, increasing investment in rural communities, promoting greater access to energy sources as well as promoting best practices in the agricultural sector in order to promote socially responsible and sustainable practices. - Holy See, Mexico; EU, RoK questions placement; US delete]

Note: G77 to relate this paragraph to food security

(Move this para to the section on food security to become para CST.64).

[73. ter We recognize that each country [with due regard to their specific circumstances and development levels –EU reword] should have focalized actions to generate green jobs, while bearing in mind that employment promotion efforts for decent employment in this context should contribute to decreasing social inequalities. –Mexico, G77; EU action oriented; US, New Zealand delete] *(Move 73.ter which focuses specifically on green jobs to the green economy section III)*

74. We also recognize that significant job creation opportunities can be availed through investments in public works for restoration and enhancement of natural capital, sustainable land and water management practices, family farming, ecological farming, organic production systems, sustainable forest management, rational use of biodiversity for economic purposes, and new markets linked to renewable and unconventional energy sources. We encourage business and industry to contribute to green job creation throughout their global supply chains, including through support to small and medium enterprises.

[Pre 74. We recognize that developing countries need significant decent job creation within the three pillars of sustainable development in order to eradicate poverty. [In this regard, [respect for policy space, access to markets, loans on preferential terms – US, New Zealand delete] for national production industries, infrastructure and roads, and scientific knowledge are fundamental, as well as the need to support small and medium enterprises including small-scale farmers, family farming, sustainable agriculture and sustainable forest management in developing countries. –Canada delete] –G77; RoK delete; EU revert]

CST.Pre.74 We support national efforts to provide new job opportunities to the poor in both rural and urban areas, including support to small and medium enterprises. (streamlined para pre74 with requested changes)

74. We also recognize that [[significant – New Zealand, EU delete] job creation opportunities can / **opportunities for job creation [may also –EU delete] – G77]** be availed through [*inter alia*- G77] [**such policies as – US**] [**public – New Zealand [and private -Australia]**] investment [s in [science and technological innovation, research and design, - Liechtenstein] public works for / in – New Zealand] restoration and [enhancement of natural capital / **regenerating natural resources – G77**] [**and ecosystem services – New Zealand, Switzerland**], sustainable [land and [**integrated – Mexico**] water / **natural resource – US**] management [practices – Mexico delete], [**small and –G77**] [family [**subsistence –G77**] farming, [ecological farming / **sustainable agricultural production, including –G77**] organic / **sustainable agricultural – Canada**] production systems/**sustainable agriculture practices – New Zealand, Australia**], [**sustainable fisheries and aquaculture, – Monaco, EU**] sustainable forest management, [**sustainable tourism, – Monaco, EU**] [rational / **sustainable – G77, US, New Zealand, Mexico**] use of biodiversity [for economic [**benefits – Mexico**] purposes, **waste management and recycling, sustainable public transportation, green building – Israel**] and new markets linked to [**clean –US**] [**resource efficiency, –Montenegro**] [**new and - Liechtenstein**] renewable and [unconventional – Lichtenstein, Mexico delete / **more efficient – US**] energy sources – G77 delete] [**and to energy efficiency – Israel**] [as well as in **more sustainable construction, manufacturing and transport**. [Investments should take into account the central role that women play in managing natural resources and their significant potential for driving green economic growth – EU support] – US; **RoK move to para 102**]. We encourage business and industry to contribute to [green / **decent –G77, RoK**] [**and decent –EU**] job creation [**and decent work – US**] [particularly for the youth –G77] [for both women and men –US] [throughout their

global supply chains, including through [support to / **partnership with –US**] / **and in –G77**] small and medium enterprises [**including cooperatives –Canada**].

CST.74 We recognize that opportunities for job creation can be availed through, inter alia, public and private investments in scientific and technological innovation, public works in restoration, regenerating and conserving natural resources and ecosystem services, sustainable land and integrated natural resource management, sustainable agriculture including family farming, sustainable fisheries and aquaculture, sustainable forest management, sustainable tourism, sustainable use of biodiversity, sustainable waste management and recycling, sustainable public transportation, sustainable buildings, energy, construction, manufacturing and transport. We encourage business and industry to contribute to decent and green jobs creation for both women and men, and particularly for the youth, throughout their global supply chains including through partnership with small and medium enterprises including cooperatives.

[74. alt We also recognize that significant job creation opportunities can be availed through investments in:

- (a) restoration and enhancement of natural capital,**
- (b) a safe, sustainable, low carbon economy,**
- (c) sustainable land and water management practices,**
- (d) sustainable resource management,**
- (e) sustainable food production and farming practices, including ecological farming,**
- (f) sustainable forest management,**
- (g) sustainable tourism and cultural industry,**
- (h) sustainable use of biodiversity and restoration of ecosystems and the services they provide, and**
- (i) sustainable energy services, including renewables. – EU, RoK; Canada, New Zealand, US, G77 delete]**

(Largely addressed in CST 74)

[74. bis We express deep concern about the continuing high levels of unemployment and underemployment, particularly among young people, [and stress the urgent need for [the development / developing –US, New Zealand] [of a global strategy / strategies –US,] on youth employment –EU, US, Canada delete]. We urge Member States to address the global challenge of youth and employment by developing and implementing [strategies / policies –US] that [give / provide –US] young people everywhere [a real chance to find / access to –US] decent and productive work. -G77; US delete]

[74. ter We decide to launch an intergovernmental process under the UNGA to negotiate a global strategy on employment in order to address the high levels of

unemployment and under-employment, in particular among youth. –G77; EU, US, Canada, Japan delete; New Zealand reserve] (*Merge 74.ter with 74.bis*)

[74. quat We encourage business and industry to contribute to the creation of green jobs throughout their global supply chains, including through support to small and medium enterprises, and with special attention to women. We encourage business and industry to contribute to decent and green job creation through the development of more eco-efficient products, sustainable production, consumption and distribution modes, the greening of their supply chains, the development of greener industries, including through supporting eco-entrepreneurship, innovative green business models as well as partnerships and linkages with small and medium-sized enterprises. – EU, Canada, Liechtenstein, RoK, Switzerland; G77 delete] (*Partly addressed in CST 74; move rest to section III*)

[74. quint We recognize the importance of implementing blue economy in the regional coastal areas as a modality of green economy for the seas and oceans and support the development and implementation of the appropriate strategic policy framework. – Montenegro; EU, RoK move to Oceans; US move to Green Economy section; Canada move to another section; New Zealand move to ocean section; G77 delete] (*Delete this para, in line with G77 request*)

[Infrastructure – New Zealand; EU, Switzerland, G77 delete; US, EU questions] (*Co-chairs suggest to delete subtitle*)

75. We recognise and acknowledge that social well being and growth are also built on robust and high quality infrastructure that creates jobs and wealth, adds long term value and allows for broad inclusion. In this regard, we commit to enhanced infrastructure investment which promotes sustainable development.

75. We recognise [[and acknowledge – US delete] that social well being and growth are also [built on / **accelerated by** – US] [robust / **environmentally-sound and durable** –G77 / **environmentally sustainable infrastructure - RoK**] [and high quality –G77 delete] infrastructure that creates / **the essential role that reliable and affordable infrastructure services play in sustainable development including by creating** –New Zealand] jobs and [wealth / **growth** – US], [adds long term value [[and – Japan delete] allows for broad inclusion / **to the economy, society and environment and generates opportunity for all** – US] [and increases resilience against disasters – Japan, Switzerland]. [[In this regard, we / **Attracting new investment, connecting producers to market, assuring meaningful economic development and promoting regional integration and** – New Zealand, Switzerland] [commit to / **support** –US] enhanced infrastructure investment which promotes sustainable development –G77, Canada delete] [and inclusion in society – Serbia] [. / , as well as **quality and affordable social services to support vulnerable groups into decent jobs** -EU] [Countries should enhance infrastructure investment which promotes sustainable development. The international community should assist developing countries in this regard. –G77; Switzerland delete].

CST.75 We recognize that social well being and growth also depends on environmentally-sound and cost-effective and efficient infrastructure that creates jobs and growth, increases resilience against disasters, and adds long-term value to the economy, society and environment, and generates opportunity for all. Countries should enhance infrastructure investment which promotes sustainable development and the international financial institutions play a key role in supporting developing countries in this regard. (based on 75 with some rewording)

[75bis. We recognize that innovation [is a – G77 delete] key to growth and job creation and that research and development [should be – G77 delete] [an important [policy element in relation to green jobs. - G77 delete] – Israel;

76. Understanding that building green economies will depend critically on creating green jobs, we agree to take the following measures:

- a) improve knowledge of green jobs trends and developments, and integrate relevant data into national economic statistics;
- b) address potential skills shortages through skills mapping and promoting of green jobs training programs;
- c) put in place an enabling environment for robust creation of decent jobs by private enterprises investing in the green economy, including by small and medium enterprises.

[76. Understanding that [building / **the transition to –EU**] green economies [will depend critically on / **and -US**] creating [**decent – Norway, Switzerland**] green [**and decent – EU**] jobs, [as well as **greening existing jobs, –EU, Norway**] [**are mutually supportive goals -US**] we [agree / **seek – EU**] to take the following measures:

- [a) improve knowledge of [**decent and -RoK**] [green jobs –EU delete] trends [and –EU delete] developments, [**and constraints related to green jobs, -EU**] [integrate relevant data into national economic statistics / **develop statistical capacity, including to track those developments and integrate into broader national accounts –US, Switzerland**] [**while ensuring international compatibility – Japan, Switzerland**] – **Canada delete**] [by establishing a green jobs center –RoK];
- [b) address potential skills shortages [**and mismatches – EU**] through [sex and age disaggregated – US] [skills mapping / **mapping of skills– Montenegro**] [**required for green jobs, incorporating the new knowledge in the existing programs of education for sustainable development –Montenegro**] [**revision of relevant curricula, - EU**] and promoting of green jobs training programs [, **including within the framework of education for sustainable development – Serbia**] [, **capacity building and technology transfer – Montenegro; EU move to MOI**] [**particularly for women and youth – US**] -Canada delete];

c) put in place an enabling environment [**with incentives –EU**], for robust creation of [**green and –EU**] decent [**and green – RoK**] [jobs / **work for both men and women – US**] by private enterprises [**and the public sector – Israel**] investing in the green economy [**approach – US; EU delete**], [including / **particularly –Mexico**] by small and medium enterprises [**and through effective social dialogue and participation – EU**];

[c) bis **facilitate the access of young entrepreneurship to finance, including through adequate financial instruments such as micro credit; –EU, Switzerland; Canada delete**]

[c) ter **support research and development into green job creations and innovation through strategic public and private partnerships; – EU, Switzerland; Canada delete**]

[c) quat **promote the equal and full participation of women in order to unlock their potential as drivers, participants, and leaders of sustainable development; – US, Switzerland, EU merge with c) sext; Canada delete**]

[c) quint **create and implement social safeguards, ensuring distributional and labor equity; –Switzerland; Canada delete**]

[c) sext **take measures that pay special attention to women, youth and the unemployed, including through relevant data collection, in order to use their potential as drivers, participants, beneficiaries and leaders of sustainable development; –Switzerland; US move to 76 b); Canada delete**]

[c) sept **pursue appropriate policy and regulatory frameworks at national levels to promote a dynamic, inclusive, well-functioning and socially responsible private sector that facilitates entrepreneurship as a valuable instrument for generating economic growth and reducing poverty; – Liechtenstein; Canada delete**]

[c) oct **mainstream green economy priorities in national policies, focusing on education, employment, procurement, regional and rural development including promotion of social entrepreneurship as innovative model – Serbia, EU; US move to 25 ter; Canada delete]. – G77 delete**]

[Move to Green economy section as paragraph 25 ter – New Zealand 73

oct]

(Co-chairs' note: moved to become CST 34 in chapter III)

77. We stress the need to provide social protection to all members of society, including those who are not employed in the formal economy. In this regard, we strongly encourage national and local initiatives aimed at providing a social protection floor for all citizens.

77. We stress the need to provide social protection to all members of society, [fostering growth resilience, social justice and cohesion – Mexico; G77

clarify] including those who are not employed in the formal economy. In this regard, we strongly encourage national and local initiatives aimed at providing [a –US delete] social protection floor [s –US] for all citizens. **[[and call for the consideration, under the UNGA, of a global social protection programme that takes into account the three pillars of sustainable development – EU, US, Japan delete]. –G77]** (*para 77 merged into CST.63.non*)

[77. bis [We acknowledge that indigenous [peoples – Mexico] and local communities derive sustainable livelihoods from natural resources and that healthy and resilient ecosystems underpin their economic and social well-being. – G77 delete] We respect the cultures and [traditional [and local – G77 delete] knowledge that underpins indigenous [peoples – Mexico] and local community-approaches to conserving and using natural resources sustainably and consider there is value in facilitating greater understanding and use of this knowledge with the prior informed consent of the holders of this knowledge. – Australia; EU to revert]

Note: G77 move paragraph to Biodiversity

(Move 77.bis to the biodiversity section)

[77. ter We acknowledge the important nexus between international migration and development and in this regard we call upon States to promote and protect effectively the human rights and fundamental freedoms of all migrants, regardless of their migration status, especially those of women and children, taking into account their economic and social circumstances. We further recognize the importance of renewing the political will to act cooperatively and constructively in addressing international migration and to address international migration through international, regional or bilateral cooperation and dialogue [Mexico, G77 to revert]. (*Co-chairs suggest to keep 77. ter awaiting feedback from G77*)

Note: Could be further included in a separate section depending on the treatment of other social issues. – Mexico; US delete; Canada, New Zealand reserve]

[Oceans and Seas, SIDS]

Oceans [, [fisheries – G77 delete], Small Island Developing States – EU] and Seas [, SIDS – G77, Monaco, New Zealand, Australia delete; Iceland retain original title]

[Note: Treat SIDS in separate sub-section]

CST. Oceans and seas

[Pre 78. We stress the universal and unified character of the United Nations Convention on the Law of the Sea, which sets out the legal framework within which all activities in the oceans and seas must be carried out and forms the basis

for national, regional and global action and cooperation in the marine sector, and the 1995 Agreement on the Conservation and Management of Straddling and Highly Migratory Fish Stocks. We stress also the importance of [sustainable management and use/conservation and sustainable management-Australia, US] of marine resources. – Norway, Japan, US, New Zealand, Iceland; Turkey, G77 delete] *Identical language in 78 ter*

Pre 78 We invite States to ratify or accede to and implement the United Nations Convention on the Law of the Sea of 1982, which provides the overall legal framework for oceans activities and to implement chapter 17 of Agenda 21, which provides the programme of action for achieving sustainable development of oceans, coastal areas and seas. (Merge of paras Pre 78, part of 78 bis, 78 ter, 78 quat and JPoI para 30 (a))

78. We recognize that oceans are critical to sustaining Earth's life support systems. Careless exploitation of the oceans and their resources puts at risk the ability of oceans to continue to provide food, other economic benefits and environmental services to humankind. We stress the importance of the conservation, sustainable management and equitable sharing of marine and ocean resources. We also recognize the significant economic, social and environmental contribution of coral reefs to island and coastal States, and support cooperation based on the Coral Triangle Initiative (CTI), and the International Coral Reef Initiative (ICRI).

78. We [recognize / **emphasize** – New Zealand, EU, RoK, Canada] that oceans are critical to sustaining Earth's life support systems. [Careless / **Unsustainable** – US] [exploitation / **sustainable management** – EU, Canada] of the oceans and their resources [as well as the effects of climate change – Monaco, EU] [put[s – Monaco delete] at risk / **is necessary to preserve** – EU] the ability of oceans to continue to provide food, other economic [and social – EU, Canada] benefits and environmental services to humankind. We stress the importance of [the conservation –Norway delete; - Australia, US, EU retain], [and – Iceland, US] sustainable [[harvesting and – Norway; G77 clarify]; EU, -Australia, US delete] [management / use – Japan; EU delete] [[and equitable sharing –; G77 clarify, US, Norway delete; EU bracket] – Canada, Iceland delete] [use – Canada, Iceland; EU delete] of marine and ocean resources [and encourage countries to foster innovative technologies that use marine resources and energy in an environmentally friendly manner. In this regard, we welcome that the International Exposition Yeosu Korea 2012 focuses on marine ecosystem- ROK; US, Iceland, G77 delete; EU bracket]. We also recognize the significant economic, social and environmental contribution of [marine biodiversity, and in particular – Monaco, EU] coral reef[s – Mexico delete] /ecosystems-US] [, mangrove, estuary and laguna ecosystems-Mexico] [and mangroves – EU, Mexico; US delete] to island and coastal States, [and/. We – Australia] support [regional – Australia] [cooperation based on/cooperative efforts such as – US] [initiatives like – EU/models such as - Australia] the Coral Triangle

Initiative (CTI), and [the International Coral Reef Initiative (ICRI)/ **the Pacific Oceanscape that incorporate:**

- a) effective cooperation involving all relevant stakeholders;**
- b) planning processes that take into account the specific needs of ecosystems and users in their area, and are supported by solid funding mechanisms to develop and implement plans;**
- c) capacity building for managers, policymakers and scientists;**
- d) effective monitoring and surveillance systems;**
- e) application of an ecosystem approach; and**
- f) a focus on delivering enhanced economic, environmental, food security and social inclusion benefits. – Australia, New Zealand; Iceland shorten]**

[and other regional initiatives – Japan] [We agree to promote a holistic and integrated approach to the governance of oceans, seas and coasts by all States including through the use of the precautionary approach and the ecosystem approach as guiding principles and the development of cross-sectoral policy tools and approaches such as Integrated Coastal Zone Management (ICZM). [Such an approach (integrated and holistic) should assure coherence between the measures applied in areas within and beyond national jurisdiction that are compatible and without prejudice to the rights and obligations of all States under UNCLOS-Japan, Turkey delete]. – EU, Monaco; RoK, G77 delete; US rephrase; Iceland bracket]

CST 78. We emphasize that oceans, seas, islands and coastal areas form an integrated and essential component of the Earth's ecosystem. Unsustainable management of the oceans and their marine resources, as well as the effects of climate change, put at risk the ability of oceans to continue to provide food and other economic, social and environmental benefits to humankind. We therefore stress the importance of the conservation and sustainable management of oceans and their marine resources. We also recognize the significant economic, social and environmental contribution of marine ecosystems, and in particular coral reefs, to island and coastal States. We support regional cooperation initiatives that:

- a) guarantee participation of all stakeholders;
- b) take into account local conditions of ecosystems and needs of users;
- c) are supported by solid funding mechanisms;
- d) provide capacity-building for managers, policymakers and scientists;
- e) possess effective monitoring and surveillance systems;
- f) apply a holistic and integrated approach guided by the ecosystem approach and the precautionary approach; and

g) focus on delivering enhanced food security and economic, social and environmental benefits. *(Merge of Pre 78, 78, 78 alt, 78 sept)*

[78. alt We recognize that oceans, seas and coastal areas form an integrated and essential component of the Earth's ecosystem and are critical to sustaining it and that international law, as reflected in [the relevant provisions of- Turkey; G77 clarify] UNCLOS, provides the legal framework for the conservation and the sustainable [use/management-US] of the oceans and their resources. Unsustainable use of the oceans and their resources puts at risk the ability of oceans to continue to provide food, other economic, social and environmental benefits to humankind. We stress the importance of the conservation and sustainable [use/management-Australia] of the ocean and [their/its –G77] resources. – G77, EU] *(merged with para 78)*

[78. bis [We recognize the importance of building the capacity of developing countries to be able to benefit from the sustainable use of the oceans and seas and their resources –EU bracket]. Efforts must be made to contribute to [capacity-building-EU bracket], in particular for marine scientific research, and to implement the provisions of the law of the sea as reflected in [the relevant provisions of- Turkey] UNCLOS and the outcomes of the major summits on sustainable development, regarding transfer of technology, with due regard to the IOC Guidelines for the transfer of marine technology. –G77, Norway; US move to MoI]

*CST 78. bis We support the strengthening of the ability of relevant international, regional and subregional organizations to build national and local capacity in marine science and the sustainable management of oceans and their resources. We recognize the importance of scientific and technical collaboration, including the appropriate transfer of marine science and marine technologies and techniques, for the conservation and management of living and non-living marine resources. *(Merge of 78 bis and JPoI para 35 (d))**

[78. ter We stress the universal and unified character of the United Nations Convention on Oceans and Law of the Sea (UNCLOS), and reaffirm that it sets out the legal framework within which all activities in the oceans and seas must be carried out and is of strategic importance as the basis for national, regional and global action and cooperation in the marine sector, and that its integrity needs to be maintained, as recognized also by the United Nations Conference on Environment and Development in chapter 17 of Agenda 21. – EU, Monaco; Turkey, G77 delete] *Identical language in Pre 7 (merged with para Pre 78)*

[78. quat Thus, we call on countries that have not yet done so to become parties to UNCLOS. – EU, Norway; Turkey delete] *(merged with para Pre 78)*

G77 should be 83 alt

[[78. quint/83 alt] We re-commit to maintaining or restoring depleted fish stocks to levels that can produce maximum sustainable yield and further commit to implementing science-based management plans to rebuild stocks by 2015, including by reducing or suspending fishing catch and effort for all stocks being over-fished or at risk of being over-fished, and by eliminating destructive as well as harmful fishing practices [and addressing the introduction of alien invasive species-US bracket; G77 clarify], consistent with the precautionary approach. We also call for enhanced action, in particular, environmental impact assessments to protect vulnerable marine ecosystem from the impacts of bottom fishing, taking into account the competent international organizations. –G77, Australia, New Zealand, US merge with 83 and 83 alt; Japan, Canada delete; EU move after para 81 and bracket; Iceland bracket] *(Move – should be 83 alt 0- co-chairs' suggested proposal made under para 83)*

[78. sext We also recognize the importance of achieving the goals of the green economy in the maritime context of the blue economy, in terms of sustainable economic growth, poverty eradication [food security and sustainable livelihoods- Australia, Monaco] and job creation with decent working conditions while at the same time protecting biodiversity and the marine environment [, and adapting to climate change- Australia]. – EU, RoK, Canada, Iceland, Monaco; G77 delete]

CST 78. sext We also recognize the importance of achieving the goals of the green economy in the context of sustainable development and poverty eradication in the maritime context, in terms of sustainable economic growth, food security and sustainable livelihoods and job creation with decent working conditions while at the same time protecting biodiversity and the marine environment, and adapting to climate change. (Could move to green economy section -see also 74. quint)

[78. sept [We recognize the importance of/We recommit to- Australia, Monaco, G77] applying ecosystem [and precautionary – G77] approaches [to the management of human activities in the ocean /to the conservation and sustainable use of the ocean and its resources – G77] [. – Norway, Australia, Iceland, Monaco; EU revert] *(merged with para 78)*

Note: G77 proposes to move paragraphs 84 and 81 (in that order) to here, including proposed amendment paragraphs.

79. We endorse the Regular Process for the Global Marine Assessment as a credible, robust process, and support the completion of its first global integrated

assessment of the state of the marine environment by 2014. We call for consideration of assessment findings in formulation of national, regional and global oceans policy.

[79. We endorse the [Regular Process for the Global Marine Assessment / **Regular Process under the United Nations for global reporting and assessment of the state of the marine environment, including socio-economic aspects, -EU, New Zealand, G77**] [as a credible, robust process – Iceland delete], and support the completion of its first global integrated assessment of the state of the marine environment [**including socioeconomic considerations – Mexico; G77 clarify; EU bracket**] by 2014. [We [call for/**encourage- Australia, US**] consideration of assessment findings in formulation of national, regional and global oceans policy.-Iceland delete] – Norway delete; **Australia, New Zealand, EU retain**]

CST 79. We support the Regular Process under the United Nations for global reporting and assessment of the state of the marine environment, including socio-economic aspects, and the completion of its first global integrated assessment of the state of the marine environment by 2014. We encourage consideration of assessment findings in the formulation of national, regional and global oceans policies. *(Merge of 79 and 79 alt)*

[79. alt We support the Regular Process for the Global Reporting and Assessment of the state of the marine environment including the socioeconomic aspects established under the United Nations General Assembly and the completion of its first global integrated assessment of the state of the marine environment by 2014. [We call for consideration of assessment findings in formulation of national, regional and global oceans policy. EU; G77 delete]–G77, EU, RoK; Iceland merge 79 and 79alt] *(merged with para 79)*

[79. bis We reaffirm the importance of creating representative and resilient networks of Marine Protected Areas that protect and enhance biodiversity and are based on the best available scientific information. We note the important work being undertaken under the auspices of the CBD on the identification of ecologically or biologically significant marine areas and call for countries to support that process through the provision of technical capacity and making available relevant scientific data. [We reaffirm the international commitment, by 2020, for at least 17 per cent of terrestrial and inland water and 10% of coastal and marine areas, especially areas of particular importance for biodiversity and ecosystem services, to be conserved through effectively and equitably managed, ecologically representative and well-connected systems of protected areas and other effective area-based conservation measures. -US move]; – New Zealand, Australia merge with 80 alt 0, 80 bis and 80 quint; Japan move to biodiversity with reference to COP10 agreement; EU merge with 80 bis; Canada questions placement; RoK, G77 delete; Norway merge] *(merged with 80 bis- co-chairs' proposal made there)*

[79. ter We encourage States that have not done so to become parties to the Convention for the Control and Management of Ships Ballast Water and Sediments. – Mexico; EU, US merge with 78 quint; G77 delete] (*merged with para 81 -co-chairs' proposal made there*)

80. We note the establishment by the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, and we agree to initiate, as soon as possible, the negotiation of an implementing agreement to UNCLOS that would address the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction.

[80. We [note the establishment by/recognize the need to take urgent action to maintain the productivity and biodiversity of marine and coastal ecosystems in areas within and beyond national jurisdiction. We commit to achieving this through diverse approaches and tools, including by establishing representative networks of marine protected areas, and applying environmental impact assessment to activities that may cause substantial pollution of, or significant and harmful changes to, the marine environment. We welcome the ongoing work of – Australia, RoK] the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction –Japan delete;], and we [agree / recognize the need – ROK] to initiate, as soon as possible, the negotiation of an implementing agreement to [the relevant provisions of- Turkey] UNCLOS that would address the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction – Canada delete] EU, Iceland, Norway, Mexico, Japan, US, delete paragraph; G77 bracket; Canada questions placement].

CST 80. We recognize the need to maintain the productivity and biodiversity of marine and coastal areas in areas within and beyond national jurisdiction. We note the establishment by the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction and agree to work within this framework to address the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction. (*Merge of 80, 80 alt 0, 80 alt, 80 alt 1, 80 alt 2, 80 alt 3*)

[80 alt 0 We recognize the need to take urgent action to maintain the productivity and biodiversity of marine and coastal ecosystems in areas within and beyond national jurisdiction. We commit to achieving this through diverse approaches and tools, including by establishing

representative networks of marine protected areas, and applying environmental impact assessment to activities that may cause substantial pollution of, or significant and harmful changes to, the marine environment. We welcome the ongoing work of – Australia, RoK; US, Canada delete] *(merged with para 80 -co-chairs' proposal made there)*

[80. alt 1 We commit to launching, as soon as possible, the negotiation in the framework of the UNGA, of the implementation agreement under [the relevant provisions of- Turkey] UNCLOS for the conservation and sustainable use of marine biological diversity, in particular addressing marine protected areas, environmental impact assessments and the access to and benefits of sharing genetic resources in areas beyond national jurisdiction (ABNJ), and note in this regard the establishment by the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group. – EU; Japan, US, Canada delete] *(merged with para 80 -co-chairs' proposal made there)*

[80. alt 2 We note the decision of the UN General Assembly to initiate, within its Ad Hoc Open-ended Informal Working Group, a process with a view to ensuring that the legal framework for the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction effectively addresses those issues by identifying gaps and ways forward, including through the implementation of existing instruments and the possible development of a multilateral agreement under the [the relevant provisions of- Turkey] United Nations Convention on the Law of the Sea. – Iceland, Japan, Norway; EU, US, Canada delete] *(merged with para 80 -co-chairs' proposal made there)*

[80. alt 3 We welcome and encourage the work of the UN General Assembly relating to the conservation and sustainable use of marine biodiversity beyond areas of national jurisdiction, and in this regard, we note its Resolution A/RES/66/231, including its decision to launch a process towards, among other things, the possible development of an implementing agreement to [the relevant provisions of- Turkey] UNCLOS that will address the conservation and sustainable use of marine biodiversity beyond areas of national jurisdiction – Mexico, EU merge with alt 1; Japan, US, Canada delete] *(merged with para 80 -co-chairs' proposal made there)*

[80. alt 4 We note the establishment by the UN General Assembly of an Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, and welcome its recommendations encouraging the Working Group to improve progress on all outstanding issues on its agenda. – Venezuela]

[80 bis. We note with concern the slow progress [towards achieving the 2012 target within the Johannesburg Plan of Implementation- Canada delete] for the establishment of marine protected areas consistent with international law and based on scientific information including

representative networks. [We urge all states to strengthen the efforts to meet this target and the commitments agreed at Nagoya in the context of the CBD as rapidly as possible.- Canada delete] – EU]

CST 80 bis We reaffirm the importance of establishing Marine Protected Areas consistent with international law and based on scientific information. We reaffirm the CBD COP10 decision X/2 that, by 2020, at least 17 per cent of terrestrial and inland water and 10% of coastal and marine areas, especially areas of particular importance for biodiversity and ecosystem services, are to be conserved through effectively and equitably managed, ecologically representative and well-connected systems of protected areas and other effective area-based conservation measures. (Merge of 79 bis, 80 alt 0, 80 bis and 81 quint)

81. We call on countries to advance implementation of the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities, including further capacity-building and mobilization of resources for investment in treatment of human wastes and waste water and to develop a global action plan to combat marine litter and pollution.

81. [The quality and the biological diversity of the [oceanic water resource – G77 clarify] and marine resources more broadly is negatively affected by pollution from a number of sources, and increasingly from plastic. – EU] We [therefore – EU] call on countries [to advance implementation of /_take action to reduce the incidence and impact of pollution on marine ecosystems, including through – Australia, RoK, G77] the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities, [implementation of relevant International Maritime Organisation regulations and [standards, and – Australia]; EU merge with 79 ter] [and promoting an integrated and holistic approach that makes emphasis on the link between freshwater, the coastal zone and marine resources, - Mexico, RoK] [including –Australia delete] further capacity-building [, technology transfer – Mexico, G77] [and /, US] mobilization of resources [for investment in [improved management of agricultural fertilization and wastes – Monaco; G77 clarify] treatment of human wastes and waste water / and cooperative efforts to effectively address nutrients, marine litter, wastewater and other threats to the marine environment – US, Canada] [as well as persistent organic pollutants [mainly-EU bracket] mercury and nitrogen] – based compounds-Mexico, EU; US bracket] [and to develop [a global [and regional – ROK; EU bracket] action plan to combat / action plans on – Australia] marine [litter / debris –G77] and pollution-Canada delete; G77 clarify [including plastic from all important sources, building on existing structures and activities, and involving the relevant stakeholders. We further note that an adequate prevention strategy is needed to counter the vulnerability of coastal states to the negative impacts from incidents directly related to maritime and coastal activities. In this regard we encourage the establishment of proper ships controls in order to avoid substandard ships

navigation that creates high environmental risks – EU; US bracket] [of transboundary nature – ROK; US bracket].

CST 81. We note with concern that the water quality of oceans and their biological diversity are negatively affected by marine pollution from a number of sources, including anthropogenic marine debris and waste such as plastic litter. We therefore call on countries to take action to reduce the incidence and impact of pollution on marine ecosystems, including through:

(a) the implementation of the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities and the implementation of relevant International Maritime Organisation regulations and standards, such as the Convention for the Control and Management of Ships Ballast Water and Sediments;

(b) the promotion of an integrated and holistic approach that emphasizes the link between freshwater, the coastal zone and marine resources;

(c) the support of capacity-building and technology transfer;

(d) the mobilization of resources for investment in treatment of human wastes and waste water;

(e) the undertaking of cooperative efforts at the regional and subregional level to effectively address threats to the marine environment as well as persistent organic pollutants, such as mercury and nitrogen-based compounds; and

(f) to develop global action plans to combat marine debris such as plastic litter from all important sources, building on existing structures and activities, and involving the relevant stakeholders. *(Merge of paras 79 ter, 81, 84 sept and "Manila Declaration on Furthering the Implementation of the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities")*

[81. bis We call for support initiatives that address ocean acidification and in this regard, we reiterate the need to work collectively to prevent further ocean acidification as well as enhance the resilience of ocean ecosystems and supporting marine scientific research and monitoring ecosystems particularly vulnerable to ocean acidification. –G77, Australia, Canada, Monaco, New Zealand, Mexico merge with para 81 bis, 81 quat, 82, 82 bis, 84 non; US merge with 82 and 82 bis; Iceland questions placement/merge with 82] *(merged with para 82 -co-chairs' proposal made there)*

[81. ter We commit to ensure that, in accordance with the precautionary approach, ocean fertilization activities are not carried out until there is an adequate scientific basis on which to justify such activities, including assessing associated risks. –G77, New Zealand, EU rephrase - language CBD; US delete; G77 clarify]

CST 81 ter We commit, in accordance with the precautionary approach, to ensure that ocean fertilization activities do not take place until there is an adequate scientific basis on which to justify such activities, including assessing associated risks, and a global, transparent and effective control and regulatory mechanism is in place for these activities; with the exception of small scale scientific research studies within coastal waters. *(Merge of 81 ter and language of CBD COP 9 - Decision IX/16, chapter C Ocean fertilization)*

[81. quat We also note that sea level rise and coastal erosion are serious threats for [coastal developing countries/many coastal regions and islands-EU/coastal countries-US, Canada; G77 clarify], and in this context, we call on the international community to enhance its efforts to address these challenges. –G77, Australia merge with para 81 bis, 81 quat, 82, 82 bis, 84 non; RoK move to para 88; Canada move, EU supportive – work on language] *(merged with para 82 -co-chairs' proposal made there)*

[81. quint We encourage States to further progress towards the target for the establishment of marine protected areas, including representative networks, and [call upon States to further consider options to identify and adopt appropriate measures for conservation and sustainable use of ecologically or biologically significant areas, consistent with international law and on the basis of the best available scientific information- EU revert]. – Norway, Iceland; G77 delete] *(merged with para 80 bis -co-chairs' proposal made there)*

[81. sext We recognize the integrated coastal zone management policy in the Mediterranean region as a unique instrument for the implementation of sustainable development in the countries signatories to the ICZM Protocol of the Barcelona Convention, which should be regarded as an example of good practice in other coastal areas. – Montenegro; EU merge with EU proposals 78 and Mexico proposal 84 non; US, Canada, G77 delete] *(merged with para 81 oct -co-chairs' proposal made there)*

[81. sept We stress the need to cooperate regionally and subregionally/encourage cooperation at the regional and subregional level – G77] to [identify potential sources and coastal and oceanic locations where marine litter aggregates, to – G77 delete] develop and implement joint prevention and recovery programmes for marine litter. – Mexico, Australia, Iceland - para on marine debris to be developed; US bracket] *(merged with para 81 -co-chairs' proposal made there)*

[81. oct We stress the need to ensure that urban and coastal development projects and related land-reclamation activities are carried out in a responsible manner that protects the marine habitat and environment and mitigates the negative consequences of such activities [, including in relation to impacts on

migratory species, which represent an important transboundary environmental concern- Australia]. – Mexico, Australia, Monaco; US bracket] G77 delete]

CST 81 oct We promote integrated, multidisciplinary and multisectoral coastal and ocean management at the national level and encourage and assist coastal States in developing ocean policies and mechanisms for integrated coastal management. (Merge with para 81 sext, para 84 non and JPoI text para 30 (e))

82. We also propose to implement an international observing network for ocean acidification and to work collectively to prevent further ocean acidification.

[[82. [We also / We note with deep concern the impacts of climate change on the marine environment and – EU, Monaco; US delete] propose to implement an international observing network for ocean acidification and to work collectively to prevent further ocean acidification [, which implies CO2 emission reduction – EU, Monaco; US delete]. –G77 delete paragraph; Australia merge with 81 bis , 81 quat, 82, 82 bis, 84 non; US merge; Monaco possibility of merging with 81 bis] – G77 delete]

[82.bis We further recognise the need to improve our understanding of climate change impacts, including ocean acidification, on marine and coastal ecosystems and to build their resilience to these impacts. We commit to achieving this through action that improves understanding of ocean dynamics and of climate impacts on oceans, and implementation of ecosystem-based approaches to adaptation, drawing on work already underway in this area. – Australia, EU, Norway; Australia merge with 81 bis , 81 quat, 82, 82 bis, 84 non; Iceland agree with original text, could add some points from 81bis; G77 delete]

CST 82. Climate change impacts such as ocean acidification, sea level rise and coastal erosion pose a substantial threat to the marine environment and vulnerable coastal areas, and we support efforts to address these challenges. We recognise the need to improve our understanding of climate change impacts on marine and coastal ecosystems. We support initiatives that address climate change impacts, including ocean acidification, and in this regard, we reiterate the need to work collectively to prevent further ocean acidification as well as to enhance the resilience of ocean ecosystems. We propose to implement an international observing network for ocean acidification in order to further support marine scientific research and monitor ecosystems particularly vulnerable to ocean acidification. (Merge with paras 81 bis, 81, 81 quat, 82 bis, 84 non)

83. We note that despite agreement to restore global fish stocks to sustainable levels by 2015, many stocks continue to be depleted unsustainably. We call upon States to re-

commit to maintaining or restoring depleted fish stocks to sustainable levels and to further commit to implementing science-based management plans to rebuild stocks by 2015.

[83. We note [that despite – Canada delete] [agreement / **commitment – US, G77**] [to restore [global – Iceland delete] fish stocks to sustainable levels by 2015,- Canada delete] [many / **some fish – Canada; G77 clarify**] stocks continue to [be [depleted / **managed – Iceland**] [**or harvested – Canada; G77 clarify**] [unsustainably – US delete / **decline – Australia**]. We call upon States [to re-commit [**to apply the Code of Conduct for Responsible Fisheries, particularly the FAO Technical Guidance for Fisheries Management in order -Mexico**]] [to maintaining or restoring / **maintain or restore – Mexico**] depleted / **reduce or limit – US; G77 clarify**] fish [stocks to sustainable levels / harvest to levels that allow stocks to rebuild to maximum sustainable yields, with the aim of achieving these goals for depleted stocks on an urgent basis [and where possible by 2015, but not later than 2020. – Canada delete] We also call upon States to increase transparency in fisheries regulation, management, and [enforcement; **implement and share sustainable aquaculture practices; -US; G77 clarify**] and to further commit to [implementing / **develop and commence implementation by 2015 of –Australia**] science-based management plans [to rebuild stocks [by 2015 – Canada delete; **G77 clarify**] **US delete**]] **to levels that support with at a minimum maximum sustainable yield accounting also for ecosystem requirements – Australia; G77 clarify**]. [We call on countries to strengthen regional cooperation in resolving the issue. [In this context, and with the goal of adequate protection of dolphins and whales, we encourage countries to fully implement the provisions of the ACCOBAMS Convention.-Norway, **G77 delete**] – Montenegro, Monaco; Japan, Iceland, **Canada delete**] –**G77 delete paragraph (move 78 quint here)**; **EU reserves position; US merge 83 and 83 alt**]

CST 83. We remain committed to maintaining or restoring fish stocks to levels that can produce the maximum sustainable yield with the aim of achieving these goals for depleted stocks on an urgent basis and where possible not later than 2015. We invite States to ratify or accede to and implement the 1995 Agreement on the Conservation and Management of Straddling and Highly Migratory Fish Stocks as well as to implement the Code of Conduct for Responsible Fisheries, the technical guidelines of FAO and science-based management plans. (*Merge of 79 ter, 83, (83 alt 0/former 78 quint), 83 alt and JPoI para 31 (a)*)

Move 78 quint from G77 here - should be 83 alt 0

[[78. quint/83 alt 0] We re-commit to maintaining or restoring depleted fish stocks to levels that can produce maximum sustainable yield and further commit to implementing science-based management plans to rebuild stocks by 2015, including by reducing or suspending fishing catch and effort for all stocks being over-fished or at risk of being over-fished, and by eliminating destructive as well as

harmful fishing practices [and addressing the introduction of alien invasive species-US bracket; G77 clarify], consistent with the precautionary approach. We also call for enhanced action, in particular, environmental impact assessments to protect vulnerable marine ecosystem from the impacts of bottom fishing, taking into account the competent international organizations. –G77, Australia, New Zealand, US merge with 83 and 83 alt; Japan, Canada delete; EU move after para 81 and bracket; Iceland bracket] *(merged with para 83 -co-chairs' suggested proposal made there)*

[83. alt We encourage States to give due priority to the restoration of depleted fish stocks to levels that can produce maximum sustainable yield on an urgent basis, [where possible, no later than 2015 in accordance with the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI). - Canada delete] – Japan, Iceland; EU reserves position; G77 delete] *(merged with para 83 -co-chairs' suggested proposal made there)*

[83. bis [We commit to eliminating subsidies that/ We agree to develop rules and disciplines on subsidies that address issues that directly – Canada; G77 clarify] contribute to over-fishing and over-capacity in marine capture fisheries, while recognising the need for appropriate and effective special and differential treatment for developing countries and least developed countries. [We call for the conclusion of World Trade Organization (WTO) negotiations on fisheries subsidies and we urge recommencement of work in the WTO on fisheries subsidies, including exploring different negotiating approaches. – Canada delete; G77 clarify][Given the state of global fisheries resources, as an interim step, we agree not to provide new fisheries subsidies nor to extend or enhance existing subsidies that contribute to overfishing and over-capacity.- Japan delete] – Australia] ; G77 delete] *(reflected in CST 83. Bis)*

CST 83. bis We remain committed to eliminating subsidies that contribute to illegal, unreported and unregulated fishing and to over-capacity, while taking into account the WTO members' commitments from the Doha Development Agenda, and the Hong Kong Ministerial to strengthen disciplines on subsidies in the fisheries sector and the importance of this sector to developing countries. *(Merge of 83 bis with 78 quint/83 alt, 83 ter, 83 quat, 84 bis, 84 oct and JPoI)*

[83. ter [We recall our commitment in the JPOI to eliminate subsidies that contribute to illegal, unreported and unregulated fishing and to overcapacity [and resolve to end subsidies for activities which affect overfished stocks by no later than 2015- Japan, EU delete]. We will continue our efforts to promptly conclude multilateral disciplines on fisheries subsidies, consistent with the WTO Doha and Hong Kong mandates, in addition to undertaking complementary initiatives now to eliminate fisheries subsidies that contribute to overfishing and overcapacity. – Canada delete; G77 clarify] We also commit to further improving the transparency and reporting of existing fisheries subsidies programmes. –New

Zealand, Australia, US; G77 delete] (merged with para 83 bis -co-chairs' suggested proposal made there)

[83. quat We recognize that subsidies constitute an important factor contributing to overfishing and overcapacity and we call for increased efforts to provide effective disciplines on all subsidies where the fisheries sector is a beneficiary, consistent with the WTO mandates. – Mexico; EU, US delete] (merged with para 83 bis -co-chairs' suggested proposal made there)

Note: Iceland would like to combine 83 bis, ter, quat

Note: New Zealand would like to combine 83 ter, 83 bis, 83 quat, 84 bis and 84 oct

84. We urge countries to combat illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing by adopting and implementing effective tools, in accordance with international law. We note the agreement on port state measures to prevent, deter and eliminate illegal, unreported and unregulated fishing approved by FAO in 2009 and urge States that have not yet acceded to the agreement to do so.

84. [We encourage flag states to increase efforts in monitoring, control and surveillance to prevent, deter and eliminate IUU fishing, including through international cooperation. – New Zealand] We [further – New Zealand] urge [countries / States to cooperate – Japan; EU delete] [individually and through regional fisheries organizations and arrangements – EU] to [take domestic and regional action including, where warranted, against their own nationals to – New Zealand, EU; US bracket] combat [such – New Zealand] illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing [and destructive fishing practices – US, Monaco; EU bracket; Japan delete] by adopting and implementing effective tools, in accordance with international law [including through implementation of the International Plan of Action to prevent, deter and eliminate IUU fishing and the establishment of effective monitoring, reporting and enforcement and control of fishing vessels-EU/including by improving flag State control of vessels and nationals – Monaco; US bracket]. We note the agreement on port state measures to prevent, deter and eliminate illegal, unreported and unregulated fishing approved by FAO in 2009 [and other international agreements mentioned in the FAO IPOA IUU – EU; US bracket] and [urge / encourage – Japan; EU delete] States [and regional economic integration organizations – US; EU bracket] that have not yet [acceded / done so, to consider ratifying, accepting, approving, or acceding – US] to [the / these – EU] agreement [to do so / with a view to its early entry into force. – US] [We also encourage States to work together on the enforcement of IUU fishing through national, regional and international monitoring, control and surveillance systems, optimising the use of surveillance and enforcement. – Australia; EU supportive, work on language; G77 clarify; Norway, G77 bracket]

CST 84. We strongly encourage States that have not yet done so to consider ratifying, accepting, approving, or acceding to the FAO agreement on port state measures to prevent, deter and eliminate illegal, unreported and

unregulated fishing. We further urge countries, individually and through transparent and accountable regional fisheries organizations and arrangements, to develop and implement national and, where appropriate, regional action plans to combat illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing and destructive fishing practices. *(Merge 84 with paras 78 quint/83 alt, 84 alt, 84 ter and JPoI)*

[84. alt Illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing⁶ deprives many countries of a crucial natural resource, and remains a persistent threat to their sustainable development. We recommit to eliminate IUU fishing as advanced in the Johannesburg Plan of Implementation (JPOI), and must prevent and combat these practices by eliminating fisheries subsidies that lead to over-capacity, by implementing—in accordance with international law—effective and coordinated measures by port States, flag States, and the States of nationality of [the beneficial owners,/ of those who support or engage in IUU fishing - New Zealand] by identifying vessels engaged in IUU fishing, by depriving offenders of the benefits accruing from IUU fishing, as well as by cooperating with developing countries to systematically identify needs and build capacity, including support for monitoring, control, surveillance, compliance and enforcement systems. –G77; EU delete; G77 clarify; US merge] *(merged with para 84 bis -co-chairs' suggested proposal made there)*

[84. bis We reiterate our commitment of Doha and Hong Kong to strengthen disciplines on subsidies in the fisheries sector, including through the prohibition of certain forms of fisheries subsidies that contribute to overcapacity and over-fishing, taking into account the importance of this sector to developing countries. –G77; EU work on language; Iceland combine with 83 bis,ter,quat] *(merged with para 83 bis -co-chairs' suggested proposal made there)*

[84. ter We recognize the need to improve transparency and accountability in fisheries management by regional fisheries management organizations (RFMOs) and [while recognizing the efforts already made by some RFMOs in undertaking independent performance reviews, we recommend that they be expanded and augmented, as appropriate-EU bracket]. –G77, New Zealand (support reference to transparency); US bracket] *(merged with para 84 bis -co-chairs' suggested proposal made there)*

CST. 84 bis We recognize the importance of a safe and secure maritime sector for trade and investment across the world, and particularly in Small Island Developing States. We welcome the work of the International Maritime Organization (IMO) in promoting the safety and security of

⁶ As defined in the International Plan of Action to prevent, deter and eliminate illegal, unreported and unregulated fishing of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

shipping. We also welcome its work in promoting the environmentally sustainable development of the maritime sector through the prevention of marine and air pollution by ships, including measures to enable the sector to play its part in global efforts to combat climate change. We encourage all States to adopt and effectively implement IMO regulations and standards. *(moved from Trade section)*

[84. quat We urge the identification and mainstreaming of strategies by 2014 that further assist developing States in particular the least developed and small island developing States, in enabling them to develop their national capacity to [conserve and sustainably use-EU] exploit fishery resources [and in accordance of the status of the stocks-EU; G77 delete] and in realizing a greater share of the benefits from sustainable fisheries [also through improved market access for fish products from developing countries -US bracket]. -G77, EU, Australia, New Zealand; Japan delete; Canada reserve]

CST 84. quat We urge the identification and mainstreaming of strategies by 2014 that further assist developing States, in particular the least developed and small island developing States, in developing their national capacity to conserve and sustainably use fishery resources and realize a greater share of the benefits from sustainable fisheries. We commit ourselves to improving access to fisheries by subsistence, small-scale and artisanal fishers and women fish workers, as well as indigenous people and their communities and other local communities, in particular in small island developing States. (Merge of paras 84 quat and 84 quint and Agenda 21 language re indigenous communities "indigenous people and their communities and other local communities")

[84. quint We commit ourselves to [ensure / improve – Canada] access to fisheries by subsistence, small-scale and artisanal fishers and women fish workers, as well as indigenous [peoples/and local communities- Monaco; G77 delete] [in developing States- Norway, EU, Iceland delete], in particular small island developing States. -G77, Australia; EU to revert] *(merged with para 84 quat -co-chairs' suggested proposal made there)*

[84. sext We also recognize the significant economic, social and environmental contribution of coral reefs, in particular to islands and other coastal States, [as well as the significant vulnerability of coral reefs to impacts including climate change, overfishing, destructive fishing practices and pollution.- Australia; G77 to consider] and [We- Australia] support international cooperation in this regard[,including frameworks directed at both conserving and realizing the social and economic benefits of coral reefs, such as the Coral Triangle Initiative, and frameworks for technical collaboration and information sharing

particularly the International Coral Reef Initiative- Australia, Monaco; G77 to consider]. –G77, Australia, US; EU supportive, work on language]

CST 84. sext We also recognize the significant economic, social and environmental contributions of coral reefs, in particular to islands and other coastal States, as well as the significant vulnerability of coral reefs to impacts including climate change, overfishing, destructive fishing practices and pollution. We support international cooperation in this regard, including frameworks directed at both conserving and realizing the social, economic and environmental benefits of coral reefs and frameworks for technical collaboration and information sharing.

[84. sept We call for effective [implementation of the applicable norms-US bracket] on the protection of the marine environment from pollution, including the relevant conventions adopted in the framework of the IMO. – G77; EU supportive, work on language; Japan reserves position; Australia merge with 127 bis; G77 no merge and to propose alternative language] (merged with para 81 -co-chairs' suggested proposal made there)

[84. oct We support preventing or eliminating excess fishing fleet capacity [and disciplining marine wild capture fisheries subsidies to prohibit fisheries subsidies that contribute to overfishing and overcapacity-Japan delete]. – US; G77 delete] (merged with para 83 bis-co-chairs' suggested proposal made there)

[84. non We also recognize that the coastal area is one of the most complex and dynamic systems where more than two thirds of the world's megacities are located and continuous exchange of energy and material between land and sea takes place. [Sea level rise due to global warming may pose a substantial threat to the coastal area and vulnerable coastal areas may be in danger of serious damages especially in the developing countries. Climate change may pose a substantial threat to vulnerable coastal areas. -US] We believe that integrated coastal and marine management is still [the most promising/an important-US] tool for the adaptation of coastal areas to the changing environment such as sea level rise. – ROK move to para 78 oct after 78 sect; EU, Canada reserves position; G77 delete] (merged with para 82-co-chairs' suggested proposal made there)

CST Small Island Developing States

[Pre 85. We reaffirm the need for the fulfilment of chapter 7 of the JPOI, Agenda 21, BPoA and the MSI; as Small Island Developing States are a special case both for environment and development in view of their unique and particular vulnerabilities. The international community should therefore significantly augment its efforts to assist SIDS in sustaining momentum realized to date in

efforts to implement the BPOA and MSI and achieve sustainable development. This should include improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system which support SIDS' sustainable development. Additionally, we call for the Rio Conference to agree to convene an international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in 2014 –G77; EU bracket] (*Para 86 / CST 86 covers the same ground. The reaffirmation of Chapter 7, etc. belongs in Section II*)

85. We reaffirm that Small Island Developing States (SIDS) remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities. The vulnerability of SIDS has worsened over the last two decades, primarily because of higher exposure to external shocks, including increasing adverse impacts of climate change and more frequent and intense natural disasters as well as the fuel, food, and financial crises, combined with inadequate international support.

[85. We reaffirm that Small Island Developing States (SIDS) remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities. The vulnerability of SIDS has worsened over the last two decades, primarily because of **[their – US]** higher exposure to external shocks, [including [increasing / **the – US]** adverse impacts of / **vulnerability to a large range of impacts from – EU]** climate change [and more frequent and intense –US delete] natural disasters [as well as the fuel, food, and financial crises, combined with **[the difficulty for the international community, including the UN system to find an –EU]** [inadequate / **adequate –EU, RoK]** [international / **and coordinated –EU]** support – US delete] **[to the multiple challenges of SIDS - EU].** – G77 delete paragraph]

CST 85. We reaffirm that Small Island Developing States (SIDS) remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities. The vulnerabilities of SIDS have worsened over the last two decades, primarily because of their higher exposure to external shocks, including to a large range of impacts from climate change. and more frequent and intense natural disasters, as well as the fuel, food, and financial crises, combined with the difficulty for the international community, including the UN system, to deliver adequate and coordinated support to address the multiple challenges of SIDS. We also note with concern that, while small island developing States have progressed in the areas of gender, health, education and the environment, their overall progress towards achieving the Millennium Development Goals has been uneven and we express concern that progress, in economic terms, especially in terms of poverty reduction and debt sustainability, has been lagging. (*Based on merging of 85 and 85bis*)

[85. bis We also note with concern that, while small island developing States have progressed in the areas of gender, health, education and the environment, their

overall progress towards achieving the Millennium Development Goals has been uneven and express concern that progress, in economic terms, especially in terms of poverty reduction and [debt sustainability – EU reserve] has been lagging. Small island developing States have not achieved sustained high levels of economic growth owing in part to the ongoing negative impacts of the financial and economic crisis. The small size, remoteness, narrow resource and export base, and exposure to global environmental challenges of most Small Island developing States have worked against efforts towards sustainable development. –G77; Australia integrate into para 85] (*Merged with 85 to form CST 85*)

[85. ter We stress the outcome of the high level review of the MSI, which identified the progress and gaps in implementation of commitments made by the international community to assist SIDS with the achievement of sustainable development and highlights the ongoing challenges they face due to their small size, remoteness, narrow resource and export base and exposure to global environmental challenges. –G77] (*CST 85 covers the same ground*)

Note: EU, RoK, Australia, New Zealand would like to combine pre 85, 85 bis, and 85 ter.

86. We call for increased efforts to assist SIDS in implementing the BPOA and MSI and achieving sustainable development, including improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system that support SIDS' sustainable development. We also call for the convening of the third international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in 2014.

86. We call for [increased / **continued – Canada; G77 retain**] efforts to assist SIDS in implementing the [BPOA / **Barbados Plan of Action - Mexico**] and [MSI / **Mauritius Strategy for the Implementation of the Barbados Plan of Action - Mexico**] and achieving sustainable development, including improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system that support SIDS' sustainable development. [We also call for the convening of the third international conference for the sustainable development of Small Island Developing States in [2014 / **2016 – EU; New Zealand, G77 retain**] –G77 delete].

Note: Australia supports para 86, in particular the conference in 2014.

CST 86. We call for increased efforts to assist SIDS in implementing the Barbados Programme of Action (BPOA) and the Mauritius Strategy for the Further Implementation of the Barbados Programme of Action (MSI), and in achieving sustainable development, including improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system that support SIDS' sustainable development. We also call for the convening of the Third International Conference for the Sustainable Development of Small Island Developing States in 2014. (*Based on 86.*)

[LDCs –G77]

(Co-chairs have proposed short paras, along with SIDS, on LLDCs and LDCs, Africa and middle-income countries in Section II to take the place of these subsections)

[86. bis We reaffirm that the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020, adopted by the Fourth United Nations Conference on the LDCs, outlines LDC's priorities for sustainable development and defines a framework for renewed and strengthened global partnership to achieve them. [The UNCSD RIO+20 should fully integrate the IPOA into its outcome document and underline renewed and scaled-up – EU bracket] global commitment to achieve sustainable development in the LDCs. – Canada delete] –G77] *(Co-chairs suggest streamlining into Section II, with other reaffirmations)*

[86. ter We collectively commit to finding lasting solutions to the complex and mutually exacerbating challenges and problems of the LDCs. We are committed to assisting the LDCs with an overarching goal of enabling half of them to meet the criteria for graduation through the eradication of poverty and the achievement of accelerated, sustained, inclusive and equitable growth and sustainable development. Thus, we solemnly commit ourselves to implementing this Programme of Action throughout the coming decade. [This should include improvement and strengthening of the relevant entities within the United Nations system which support LDCs' sustainable development. This should also provide enhanced financial and technical support to their research and development, science and technology including strengthen national and regional institutions as appropriate according to their national policies. – Canada delete] –G77]

[Land-locked developing countries – G77]

[86 ter 1 We recognize that the lack of territorial access to the sea, aggravated by remoteness from world markets, inadequate transit transport infrastructure and prohibitive transit costs and risks continue to pose serious constraints on the export earnings, private capital inflow and domestic resource mobilization of land-locked developing countries which adversely affects their overall growth and sustainable development. We invite the international community to support transit infrastructure development in landlocked developing countries in particular for the construction, maintenance and improvement of their transit transport, storage and other transit related facilities, including alternative routes, completion of missing links and improved communications and energy infrastructure so as to promote sustainable development. - G77]

[Africa –G77]

[86. quat Sustainable development has remained elusive for many African countries. Poverty remains a major challenge and most countries on the continent

have not benefited fully from the opportunities of globalization, further exacerbating the continent's marginalization. Africa's efforts to achieve sustainable development have been hindered by conflicts, insufficient investment, limited market access opportunities and supply side constraints, unsustainable debt burdens, historically declining levels of official development assistance and the impact of HIV/AIDS. –G77]

[86. quint We further underline that the lack of political commitment for the implementation of previously agreed international commitments reached in major UN Summits and Conferences, especially those related to Africa's development needs, is of major concern. Instead of re-energizing global partnership and strengthening political will for delivery of promises made to Africa to assist in the fight against underdevelopment, poverty and disease, there seems to be a systematic attempt to renegotiate these commitments. All the commitments should never be diluted nor renegotiated since they are pivotal for bringing Africa into the mainstream of global economy and serve as an essential ingredient for the achievement of sustainable development. We call for urgent and full implementation of all the commitments particularly those contained in the United Nations Millennium Declaration, the Declaration on the New Partnership for Africa's Development, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg Plan of Implementation) and the 2005 World Summit Outcome as well as the 2008 Political Declaration on Africa's development needs –G77]

[86. sext The Rio+20 Conference should reinvigorate the commitment of the international community to address these special challenges and give effect to a new vision based on concrete actions for the implementation of Agenda 21, JPoI, the Millennium Declaration, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, and the 2005 World Summit Outcome as well as the 2008 Political Declaration on Africa's development needs in Africa. It should support the implementation of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD), which is a framework for sustainable development on the continent to be shared by all Africa's people, as well as other established regional and subregional efforts, including through:

- a) Providing financing, technical cooperation and institutional cooperation and human and institutional capacity - building at the regional, subregional and national levels, consistent with national
- b) Promoting technology development, transfer and diffusion to Africa and further develop technology and knowledge available in African centres of excellence;
- c) Supporting African countries in developing effective science and technology institutions and research activities capable of developing and adapting to world class technologies;
- d) Supporting the development of national programmes and strategies to promote education within the context of nationally owned and led strategies for

poverty reduction and strengthening research institutions in education in order to increase the capacity to fully support the achievement of internationally agreed development goals related to education, including MDGs;

e) Enhancing the industrial productivity, diversity and competitiveness of African countries through a combination of financial and technological support for the development of key infrastructure, access to technology, networking of research centres, adding value to export products, skills development and enhancing market access in support of sustainable development; -G77]

[86. sept We call on the international community to enhance support and fulfil commitments to advance action in areas critical to Africa's sustainable development, including: improving agricultural productivity and food security; promoting research and development and the use of biotechnology for sustainable development; combating desertification and land degradation; achieving sound management of coastal, marine and lacustrine ecosystems; enhancing sustainable use of natural resources, including freshwater, forests and biodiversity; promoting sustainable consumption and production and sustainable industrial development; ensuring the sound management of chemicals and waste; promoting sustainable tourism; ensuring access to secure and sustainable energy; achieving sustainable exploitation of mineral resources; enhancing access to safe drinking water and sanitation; promoting sustainable urban development; strengthening disaster risk preparedness and reduction; achieving inclusive and equitable growth; and furthering progress made in health and education. -G77]

[Other groups and regions with sustainable development challenges -G77]

[86. oct We welcome Latin America and the Caribbean's efforts towards sustainable development. We recognize that the region continues to face sustainable development challenges, in particular in their efforts to eradicate poverty, eliminate conditions that generate inequalities and social exclusion, achieve the right to development while promoting a life in harmony with nature, ensure a sustainable management of chemicals and hazardous waste, strengthen disaster risk reduction and resilience, sustainable management of forests as well as to tackle climate change impacts and protect the rights of indigenous people and local communities. -G77]

[86. non We reaffirm that international cooperation, including financial resources and transfer and access to technology, is essential for Latin American and Caribbean countries to complement the region's efforts to advance in the different dimensions of sustainable development. -G77]

[86. dec We further note the Quito Declaration, resulting from the First Meeting of the Ministers of Environment of the Community of Latin American and Caribbean States -CELAC- on February 3, 2012, in Ecuador as a significant step to advance sustainable development in the region and note the following issues identified therein for further discussion in the region including : strengthening of regional financial mechanism and structures, universal declaration on rights of

nature as an instrument to ensure good living, the full implementation of the rights of access to information participation and environmental justice, the removal of barriers to access to technological innovation and strengthening of environmental education and training. –G77]

[86. undec We reiterate the need to further implement the JPOI in particular paragraph 75 and 76 with the purpose to eradicate the number of people who live in poverty in the region of Asia and Pacific which accounts for the largest number of poor people in the world. We reaffirm that international cooperation and regional effort in Asia and Pacific to promote sustainable development such as capacity-building, transfer of technology and finance are needed to achieve sustainable development as well as the effort to achieve all the internationally agreed development goals including the MDGs. We welcome follow-up and further actions of the above cooperation and effort taken through national strategies and relevant regional and subregional initiatives in this regards. –G77]

Note: EU would like to delete paras from 86 to 86 undec; Reaffirmation of commitment should be in Section II. Action-oriented language in this part – New Zealand, EU

US, New Zealand 85 is similar to 15 and 15 alt; 86 is similar to 15 alt bis, should be streamlined and addressed in one place

[86. duodec We welcome that Arab countries have made progress towards sustainable development. However we recognize that the region continues to face sustainable development challenges, especially in poverty eradication, job creation particularly for the youth, the right to development, climate change, food security, water security, increasing drought and desertification, land degradation, the right of access to information, trade liberalization, the transfer and localization of appropriate technology, finance mechanisms, and capacity building in the areas of sustainable development. –G77]

[86. tredec We support the implementation of the Sustainable Development Initiative in the Arab Region adopted by the 2004 Arab Summit, and efforts to bring it in line with new and emerging developments and challenges and to further support national and regional efforts and policies aimed at achieving sustainable development in the Arab region, in particular through providing financial resources, transfer of and access to technology and capacity building. –G77]

[Natural disasters]

[Natural disasters and disaster risk reduction –G77 / Disaster risk reduction –Australia / Disaster reduction and resilience –Switzerland, US / Disaster risk reduction], disaster relief –RoK] and resilience –Japan, Switzerland, New Zealand, Canada / [[Man made disasters – Japan reserve] and natural

hazards – EU / Natural and manmade disasters – Montenegro, Kazakhstan] – US delete]

CST Natural disaster risk reduction and resilience

[Pre 87. We acknowledge that natural disasters such as earthquakes, tsunamis, droughts, floods, forest fires and volcanic eruptions not only deprive people of their lives and property but also threaten economic and social foundation [..human security – RoK; G77 delete] and bring serious environmental destruction. We also acknowledge that recent increases in the intensity and frequency of natural disasters have become a significant barrier against the realization of sustainable development and poverty eradication – Japan, Kazakhstan, New Zealand, G77; US, Switzerland delete]

87. We reiterate the call for disaster risk reduction to continue to be addressed in the context of sustainable development and placed within the post-2015 development agenda. We call for increased coordination among national, regional and international levels for a robust response to environmental emergencies and improved forecasting and early warning systems, as well as closer coordination between emergency response, early recovery and development efforts, including adoption of a post “Hyogo Framework” and its integration into development policy.

87. [We reaffirm the need to promote the “Hyogo Framework for Action 2005-2015”. – Japan; RoK delete] We reiterate the [call / need – Japan] for disaster risk reduction [and resilience – Canada] [and resilience to natural and man-made disasters – Switzerland; US delete] [to continue to be addressed / to be addressed with a renewed sense of urgency – Japan] in the context of sustainable development [to build resilient societies - Japan] and [placed within the [ongoing and – Mexico] post-2015 development agenda / climate change adaptation in order to prevent new risks through appropriate development endeavors – Switzerland; RoK merge with New Zealand proposal; US delete] [and for the increased attention to be brought to the prevention of natural and manmade disasters.- Montenegro, Kazakhstan; US delete] [as well as investment policies. We call for increased coordination at and among local, national, regional and international levels to increase resilience as well as the response capacities – Mexico] We [also – Montenegro] [further - Serbia] call for [strengthened preparedness including enhancement of natural resilience, and – Norway] [increased / improved – Canada] coordination among [local, – Norway, Turkey, RoK] national, regional and international levels for [a robust [gender-sensitive, ‘whole-of-society’ – US] [management of and – Canada] [response to / for a robust prevention and risk reduction strategies – Mexico] [natural disasters and – US] environmental [and other – Canada] [risks and - Norway] emergencies [including disaster prevention measures, – Norway] [and / including – Mexico / –Norway delete] improved [planning – US] forecasting [, appropriate use of risk transfer instruments – Mexico; US, EU reserve] and early warning systems, [preparedness – Mexico] [for natural hazards, strengthen capacities for preparedness and reduction of disaster risk – US] [as well as / We also call for – Norway] [closer coordination between / coordinate response to

environmental emergencies, - Mexico] [emergency response early recovery / disaster risk management – Norway] [disaster mitigation [and disaster relief – RoK] – US] [and development efforts, including adoption of [a post “Hyogo Framework” – G77 bracket] and its integration into development policy. / early awareness, and transition efforts from recovery to development. We encourage also the integration of a post Hyogo Framework into sustainable development policies at all levels. -Mexico] [We call for increased efforts to integrate disaster risk reduction and climate change adaptation into policies, plans and programs for sustainable development and poverty eradication, in support of the Hyogo Framework For Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters recognising that disaster risk reduction contributes to economic growth by reducing losses and to poverty eradication by protecting livelihoods. – New Zealand; US delete] [We urge governments at all levels as well as relevant regional and international organizations to increase resources allocated to disaster risk reduction and to integrate resilience planning into sustainable development strategies. – Japan, G77; US delete]

Note: US would like to delete all alt paras.

EU 87 alt1, 87 alt2, 87 alt3, 87 bis, 87 ter could be streamlined.

[87. alt 1 We reiterate the call for disaster risk reduction to continue to be addressed in the context of sustainable development and placed within the post-2015 development agenda. For the purpose of building resilience, we call for increased coordination among local, national, regional and international levels for a robust multi-level prevention, preparedness and response to natural and man made disasters and natural hazards [, including coordinated response to environmental emergencies and climate change adaptation in order to prevent new risks through appropriate development endeavours – Switzerland] as well as related population displacement. We stress the need for increased investment in prevention, integration of Disaster Risk Reduction measures into other policies and actions, strengthened risk assessment and disaster management planning, improved forecasting and early warning systems, better collection, analysis and use of data on social and [demographic determinants – RoK bracket] of natural hazards, as well as stronger linkages between Disaster Risk Reduction, early recovery and long-term development planning including adoption of a post “Hyogo Framework for Action” and its integration into development policy. –EU, Switzerland]

[87. alt 2 We also recognize the increased frequency and intensity of natural disasters [which are linked to climate change – New Zealand bracket]. We call for increased coordination among [local, – RoK] national, subregional, regional and international levels as well as strengthening prevention, preparedness and an integral and participative response to social and environmental emergencies. We call for increased efforts to integrate disaster risk reduction into policies, plans and programs for sustainable development and poverty eradication, in support of the Hyogo Framework for Action 2005-2015: “Building the resilience of Nations and Communities to Disasters”. –G77]

[87. alt 3 We reiterate the call for disaster risk reduction to continue to be addressed in the context of sustainable development and placed within the post-2015 development agenda. We call for increased efforts to integrate disaster risk reduction into policies, plans and programs for sustainable development and poverty eradication, in support of the Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters. – Australia, New Zealand, G77]

[87. bis We encourage Member States, the United Nations system, international financial institutions, regional bodies and other international organizations, including the International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, as well as civil society, including non-governmental organizations and volunteers, the private sector and the scientific community, to increase efforts to support, implement and follow up on the Hyogo Framework for Action, and stresses the importance in this regard of the continued cooperation and coordination of stakeholders at all levels with respect to addressing effectively the impact of natural [disasters/ and manmade disasters and any combination thereof – Switzerland, Kazakhstan]. –G77, Japan, Kazakhstan, Switzerland]

[87. ter We call for increased coordination at the local, national, [sub-regional, – RoK] regional and international levels for a robust response to natural disasters and improved forecasting and early warning systems, as well as closer coordination between emergency response, early recovery and development efforts, including adoption of a post “Hyogo Framework for Action 2005-2015”, which includes concrete tools and methodologies to realize the mainstreaming of disaster risk reduction and its integration into development policy. – Japan, RoK; New Zealand support the reference to coordination, streamlining needed]

Note: US would like to streamline 87 bis and 87 ter.

[87. quat We emphasize the importance of early warning systems as part of effective disaster risk reduction at the local, national[, sub-regional – RoK] and regional levels, in order to reduce economic and social damages, including the loss of human life, and in this regard encourage Member States to integrate such systems into their national disaster risk reduction strategies and plans [and encourage donors and the international community to enhance international cooperation in support of such initiatives, as appropriate, through technical assistance, technology transfer on mutually agreed terms, capacity-building and training programmes.- New Zealand, EU bracket] –G77, New Zealand; US, delete;]

[87. quint We call upon the United Nations system, and invite international financial institutions and regional and international organizations, to integrate the goals of, and take into full account, the Hyogo Framework for Action in their strategies and programmes, making use of existing coordination mechanisms, and to assist developing countries with those mechanisms to design and implement, as appropriate, disaster risk reduction measures with a sense of urgency. –G77; US delete]

[87. sext Concerning the institutional aspect of disaster risk reduction, we encourage [the secretariat of disaster risk reduction – US bracket] to increase its efforts to facilitate the international governance process of disaster reduction, particularly in developing countries. [In this regard, we recognize the need to ensure increased, timely, stable and predictable resources – US, New Zealand bracket] for the operation of the secretariat of the Strategy –G77; US reserve; EU delete and move to Means of Implementation; Norway support content could be moved to MOI]

[87. sept We call for the promotion of resilient cities and communities through enhancing resource capacity with the aim of reducing disaster risk and enhancing communities' preparedness to respond efficiently and effectively in case of disasters. –G77; US placement]

[87. oct We are cognizant of the fact that dust storms and sandstorms have, in the past few years, inflicted substantial damage on the socio-economic situation of the inhabitants of the world's dryland regions, especially in Africa and Asia. We encourage efforts and cooperation of Member States at the regional and international levels to control and reduce the negative effects of these phenomena as well as the El Nino phenomenon and other extreme weather events, on human settlements in vulnerable regions. –G77; US delete]

[87. non We stress the need to address the relation between security, development and environment. Armed conflicts and fragility remain a major impediment to sustainable development in many parts of the world. Natural resource scarcity and climate change may further exacerbate tensions and pose risks for international peace and security. At the same time, shared natural resources, including transboundary waters and hazards should also be seen as potential pathways for enhanced cooperation, dialogue and confidence building. – EU, Norway; New Zealand consider more action-oriented language; G77 delete]

[87. dec We further call for enhanced cross-border cooperation in respect of environmental hazards, building on existing experience, such as the UNECE Convention on the Transboundary Effects of Industrial Accidents. – EU; US, New Zealand, G77 delete]

[87. undec We stress the need for an integrated and[holistic approach for disaster risk reduction – G77 clarify], in which all types of measures of prevention, response and recovery are considered and equally applied. We recognize that comprehensive hazard and risk assessments including forecast activities, hazard and risk maps as well as monitoring activities of long term changes are basic prerequisites for sustainable development. We therefore call for a [hazard fundamentals action plan – G77 clarify] for each country to provide the necessary basics for hazard and risk assessments by 2025. – Switzerland; US delete; New Zealand reserve]

[87. duodec We also recognize the importance of collecting, analyzing and sharing accurate geospatial information to deal with global challenges such as natural disasters and encourage States to further strengthen the network of global earth

observation system through GEOSS by upgrading basic geospatial information including global map. – Japan]

Note: Switzerland, title proposed by Japan, 87 alt 1, 87 bis, 87 undec.

CST.87. We reaffirm our commitment to the Hyogo Framework of Action 2005-2015: Building the resilience of nations and communities to disasters. We recognize that disaster risk reduction contributes: to human well-being by protecting lives; to economic growth by reducing losses; to lessening infrastructure damage; and, to poverty eradication by protecting livelihoods. We reiterate the call for disaster risk reduction and resilience to be addressed with a renewed sense of urgency in the context of sustainable development and poverty eradication, integrated into policies, plans and programmes at all levels and placed within the post-2015 development agenda. *(based on language in pre87, 87, 87 alt1, 87 alt2, 87 alt3, 87 ter, 87 quat, 87 non)*

CST.87 bis. We emphasize the importance of early warning systems as part of effective disaster risk reduction at all levels, and in this regard encourage Member States to integrate such systems into their national disaster risk reduction strategies and plans. We urge governments at all levels as well as relevant regional and international organizations to increase resources allocated to disaster risk reduction and to integrate resilience planning into sustainable development strategies. (87, 87 quat)

CST.87. ter We call for improved coordination at and among local, national, regional and international levels for a robust disaster risk reduction, prevention and response strategy, including strengthened risk assessment and disaster management planning, capacity building towards resilient cities and communities, improved forecasting, monitoring and early warning, improved information sharing, coordinated disaster relief, particularly in relation to population displacement, as well as stronger linkages between disaster risk reduction, early recovery and long-term development planning. *(based on language in 87, 87 alt1, 87 alt2, 87 bis, 87 ter, 87 quat, 87 quint, 87 sept, 87 dec, 87 undec, 87 duodec)*

Climate change

[Pre 88. We reaffirm that climate change represents an urgent and potentially irreversible threat to human societies and the planet and thus requires to be urgently addressed by all countries, and acknowledge that the global nature of

climate change calls for the widest possible cooperation by all countries and their participation in an effective and appropriate international response, with a view to accelerating the reduction of global greenhouse gas emissions. – EU, RoK, Switzerland, New Zealand, Norway; G77 delete]

88. We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and express our deep concern that developing countries are particularly vulnerable to and are experiencing increased negative impacts from climate change, which is severely undermining food security and efforts to eradicate poverty, and also threatens the territorial integrity, viability and the very existence of small island developing states. We welcome the outcome of COP17 at Durban and look forward to the urgent implementation of all the agreements reached.

[88. We [reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and –EU, RoK delete] [express our commitment to continue to cooperate in order to urgently and effectively address this global phenomenon. We also -Mexico] express our deep concern [for negative impacts from climate change, in particular - Mexico] [that / in – Mexico] [levels of greenhouse gas emissions continue to increase. Deeper emission cuts, stronger international efforts and early actions are needed. We are also deeply concerned that –Norway] / [the level of ambition to reduce greenhouse gas emissions is currently insufficient and that -Switzerland] [developing / the poorest and most vulnerable –Canada] countries [are particularly / all countries, in particular the poorest and most –Australia, Switzerland, New Zealand] [vulnerable / exposed –Canada] to and / the most vulnerable countries, in particular LDCs, SIDS and Africa, -EU, Switzerland] [are experiencing increased negative / are likely to experience the most severe –EU] impacts from climate change, - Mexico delete] [which is severely undermining / making it more difficult to address – EU, RoK] [human security, - Norway] food security and efforts to eradicate poverty, and also threatens the [territorial integrity, - Canada bracket] viability and the very existence of [some – Australia; EU delete] small island developing states [thus making adaptation to climate change even more important We recognize the importance of ecosystem-based adaptation –EU, RoK] [that because of its global nature requires the widest possible cooperation by all countries and their participation in an effective and appropriate international response. -New Zealand; RoK delete] [We call for an increased focus on those hardest hit by climate change, in particular where their very existence is threatened, including SIDS. -Norway] [It is in all countries' interest to take action – to avoid dangerous climate change, to adapt to the climate change impacts that cannot be avoided and to take advantage of the opportunities arising from a global transition to a low emission development pathway. [We welcome the significant national, regional and multilateral action that has been catalysed by the UNFCCC, but recognize that more needs to be done. – Norway bracket] –Australia] [We [support the United Nations Framework Convention on Climate Change regime and therefore – Mexico, RoK] [strongly – EU] welcome the [positive – EU] [outcome / outcomes – Australia, Mexico] of [COP17 / CMP7 held –Mexico, RoK / the 2011 UNFCCC negotiations –Australia] at Durban [Conference which further implement the Cancun Agreements, pave the way for immediate and concrete actions on the ground and lay a solid foundation through the Durban Platform for Enhanced

Action for adopting a single global and comprehensive legally-binding agreement applicable to all Parties by 2015 at the latest for it to come into effect and be implemented no later than the beginning of 2020, thereby ensuring continuity after the full implementation of the Cancun pledges and the second commitment period of the Kyoto Protocol- EU (to replace all the end of the para)] [and look / looking – Mexico/ and will work towards - Canada] [forward – Canada delete] to the [urgent - New Zealand delete] implementation of [all the / its –Mexico] agreements [reached Mexico delete] [at that meeting – Australia] [and particularly stress the need to rapidly and constructively progress the process to develop a protocol, another legal instrument or an agreed outcome with legal force under the Convention applicable to all Parties (“the Durban Platform for Enhanced Action”) –New Zealand; RoK, delete] [We also realize the importance of ongoing efforts towards greenhouse gas reduction by international organizations in the transportation sector. – Japan; RoK delete; New Zealand reserve; G77, US delete]

[88. alt 1 We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time. We welcome the outcome of COP17 at Durban and look forward to the implementation of all those decisions. – US, Canada; RoK, New Zealand, Norway delete; EU integrate in 88]

Note: G77 proposes to merge 88 alt1 and 88 alt 2

[88. alt 2 We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We express our deep concern that [developing countries are particularly vulnerable – Switzerland, EU bracket] to and are experiencing increased negative impacts from climate change, including persistent drought and extreme weather events, sea level rise, coastal erosion and ocean acidification, which is severely undermining food security, efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development and also threatens the territorial integrity, viability and the very existence of small island developing states. We therefore call upon states to immediately and fully implement the provisions of the UNFCCC to ensure the viability and survival of all nations. –G77; RoK, US, Canada, New Zealand, Norway delete; Switzerland merge to 88; EU merge to one para]

[88. alt3 We stress that a significant gap in mitigation efforts remains to be closed in order to hold the increase in global temperature below 2oC above industrial level and express our deep concern that the most vulnerable countries, in particular LDCs, SIDS and Africa, are likely to experienc the most severe impacts from climate change, making it more difficult to address food security and efforts to eradicate poverty, and also threatens the territorial integrity, viability and the very existence of small island developing states, thus making adaptation to climate change even more important. We recognize the importance of ecosystem-based adaptation. We strongly welcome the positive outcome of the Durban Conference which further implement the Cancun Agreements, pave the way for immediate and concrete actions on the ground and lay a solid foundation through the Durban Platform for Enhanced Action for adopting a single global and comprehensive legally-binding agreement applicable to all Parties by 2015 at the latest for it to come into effect and be implemented no later than the beginning of 2020, thereby

ensuring continuity after the full implementation of the Cancun pledges and the second commitment period of the Kyoto Protocol. – EU; G77 delete]

[88. bis We reiterate that countries should protect the climate system for the benefit of present and future generations of humankind, [on the basis of equity and in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities. Accordingly, developed countries should take the lead in combating climate change and the adverse effects thereof. – Australia delete] -G77; Switzerland, EU, New Zealand merge to 88; Japan, US, Canada, Norway delete]

[88. ter We agree to galvanise efforts based on the progress made at Durban. We further agree to intensify our efforts vigorously towards the implementation of the outcomes achieved. [We also emphasize that some issues require further intensified engagement among UNFCCC parties to achieve the ultimate objective of the Convention, in this regard we urge developed countries to increase their mitigation efforts including the ratification of a Second commitment period of the Kyoto Protocol. -Australia delete] –G77; Switzerland merge to 88; EU, Japan, US, Canada, New Zealand, Norway delete]

[88. quat We highlight the need to address the cross-cutting issues and interlinkages related to climate change. –G77; RoK, New Zealand merge to 88 dec; US, Canada, Norway delete]

CST 88. We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We underscore that combating climate change requires the widest possible cooperation, and we express our commitment to an effective and appropriate international response. We welcome the outcomes of COP 17 at Durban, and will work towards the implementation of all decisions adopted at the meeting. We are also deeply concerned that all countries, in particular LDCs, SIDS and Africa, are experiencing increased impacts from climate change, making it more difficult to address food security, efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development and that those impacts threaten the territorial integrity, viability and the very existence of small island developing states, thus making adaptation to climate change even more important.

(Based on language in pre-88 to 88 quat, 88 non)

Note: RoK 88 quint to oct streamline

Switzerland 88 quint to oct should be moved to MOI

EU 88 quint to sept are under negotiation under UNFCCC, propose to be deleted

[88. quint We urge developed countries to increase their financial commitments with new, additional, sufficient and non-conditional funds as well as transfer of technology in accordance with the Bali Action Plan as well as capacity building to help developing countries tackle climate change. –G77; Japan, US, Canada, New Zealand, Norway delete]

[88. sext We reaffirm that funding commitments made for climate mitigation under the UNFCCC should not be considered financial solutions to poverty, inequality and should not replace the Official Development Assistance (ODA). UNFCCC states that climate change funding has to be new and additional and irrespective of Official Development Assistance. In this regard the funding that developed countries use for their own mitigation actions should not appear as funding to help overcome poverty. –G77; Japan, US, Canada, New Zealand, Norway, Australia delete]

[88. sept One of the central problems in the debate of the UNFCCC is related to the imbalance between funding for adaptation and mitigation. With a view to reduce this gap, a substantial increase of resources needs to be allocated to adaptation actions in developing countries. –G77; US, Canada, New Zealand, Norway delete]

[88. oct We note the establishment of the Green Climate Fund as an operating entity of the financial mechanism of the United Nations Framework Convention on Climate Change and urge developed countries to [provide / mobilize – Canada] predictable and sustainable funds [from a variety of sources, public and private in the context of meaningful mitigation actions and transparency – Canada] through a clear and transparent replenishment process that is adequate to the needs of developing countries – EU bracket] to support projects, programmes, and other activities, including adaptation and technology transfer activities in developing country Parties; -G77; US, New Zealand, Norway delete]

CST. 88 bis. We recognize the importance of mobilizing predictable and sustainable funds, from a variety of sources, for climate change mitigation and adaptation in developing countries. In this regard, we note the establishment of the Green Climate Fund as an operating entity of the financial mechanism of the United Nations Framework Convention on Climate Change. (*Addresses 88 quint to 88 oct*)

[Pre 88. non We stress the importance of development and implementation of safe and sustainable low emission strategies at domestic level as a contribution to sustainable development.– EU]

[88. non We recognize the role that tackling climate change plays in promoting green economies and sustainable development and the need to promote synergies between the work being developed in the different UN agencies and other international agencies related to sustainable development and climate change. –

EU, Norway; Switzerland, New Zealand merge to 88; US delete] (*Addressed in Section III*)

[88. dec We recognize the interrelationships between population, the environment and climate change, and note that population dynamics, including population growth, urbanization, migration and household size can increase pressure on natural resources and vulnerability to climate change, as well as influence consumptions patterns. – EU, Norway; Switzerland merge to 88; US, New Zealand delete] *Similar language in 89 quat. (Reference reflected in CST 88.)*

[88. undec We express deep concern that polar regions are experiencing some of the highest rates of change, threatening indigenous [peoples' – Mexico] ways of life, polar economies, and biodiversity, while increasing the sensitivity of polar ecosystems to environmental damage. – Canada]

[88. duodec We stress the importance of development and implementation of safe and sustainable low emission strategies at domestic level as a contribution to sustainable development.– EU] (*Similar language in paras. in Energy*)

89. We encourage international initiatives and partnerships to address the interrelationship among water, energy, food and climate change in order to achieve synergies as well as to minimize conflicts among policy objectives, being particularly sensitive to impacts on vulnerable populations.

[89. We encourage [**cooperative and transparent – Israel**] international initiatives and partnerships to address [, **as appropriate, -US**] the interrelationship among water, [**resilient ecosystems, - New Zealand**] [, **air quality -Serbia**] energy, food [, **health – Mexico / health, ecosystems, – US**] [, **resource efficiency –Kazakhstan**] [, **trade – New Zealand; RoK delete**] and climate change in order to [achieve / **explore potential – US**] synergies [as well as to minimize conflicts among policy objectives, being particularly sensitive to impacts on vulnerable populations [**through the utilization of science-based climate monitoring and information. –Japan; EU, New Zealand bracket**] [**We especially encourage the adoption and implementation of effective adaptation policies and measures. Science-based policy and capacity building should be key elements in both existing and future initiatives and partnerships. – Israel; US delete**] – EU, G77 delete paragraph; Norway keep original paragraph]

CST 89. We highlight the need to address cross-cutting issues and interlinkages related to climate change, including those among population, urbanization and climate change vulnerability, as well as among water, energy, food and climate change. In this regard, we welcome national and international initiatives and partnerships to address these interrelationships, in order to achieve synergies as well as to minimize conflicts among policy objectives. (89 and 89 quat)

[89. bis We reaffirm the importance of biodiversity in a changing climate, highlighting the importance of management at landscape and seascape scale, enhancing habitat connectivity, particularly through corridors, and building ecosystem resilience. We also recognise that indigenous peoples [‘ – Mexico] knowledge, innovations and practices make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity. – Australia, New Zealand; RoK, US, Canada move to biodiversity; Japan reserve; EU supportive in principle, revert on language] *(Moved to Biodiversity)*

[89. ter We recognize that Short Lived Climate Pollutants are responsible for a significant fraction of current climate forcing, as well as serious public health problems and damage to crops. We applaud the efforts being made by the Climate and Clean Air Coalition to Reduce Short Lived Climate Pollutants, and urge countries and the private sector to take immediate actions to reduce emissions of these substances. – US, Canada; RoK, New Zealand delete] *(Suggest inclusion in Compendium)*

[89. quat We recognize the interrelationship among population, the environment and climate change, and note that population growth, urbanization, industrialization, migration and households increase pressure on natural resources and vulnerability to climate change. – Turkey; RoK move to 88 dec; US delete] *Similar language in 88 ter. (Reference reflected in CST 89.)*

[Forests and biodiversity]

Forests [and biodiversity – G77, EU, Australia, Japan, US, Switzerland, New Zealand delete]

CST Forests

(Pre90 and Pre90.bis moved to beginning of CST.Biodiversity (Pre91))

90. We support policy frameworks and market instruments that effectively slow, halt and reverse deforestation and forest degradation and promote the sustainable use and management of forests, as well as their conservation and restoration. We call for the urgent implementation of the “Non-Legally Binding Instrument on all Types of Forests (NLBI)”.

90. [We reaffirm that forests provide many opportunities to address some of the most pressing challenges including poverty, climate change, food and energy security, biodiversity conservation, gender equality, preservation of traditional

knowledge and maintaining green growth.- Japan, US] We support policy frameworks [, which include regulatory instruments –Norway] and market instruments [including performance-based incentives, investment programs, public procurement policies and credible voluntary certification systems that promote the sustainable management of forests, and – EU; US delete or change placement] that effectively slow, halt and reverse deforestation and forest degradation [and promote the sustainable use and management of forests, [as well as / including – US; EU retain] their conservation and restoration. –EU delete] [We call for the [urgent / full – EU] implementation of the “Non-Legally Binding Instrument on all Types of Forests (NLBI)” – Canada delete; EU retain] [[and other relevant forest instruments and for increased efforts to tackle the drivers of deforestation and degradation. Good governance and proper forest law enforcement and fight against illegal logging and associated trade are important instruments in that regard. We highlight the significant potential for synergies between sustainable forest management and objectives for climate change action, biodiversity conservation as well as economic development and poverty reduction –EU, Norway, US] [and resolve to launch the development of a legally binding global agreement on forests –Canada, EU delete]. We also are prepared to reform ineffective legal and governance frameworks, including establishing monitoring systems to track all drivers of forest degradation and deforestation, as well as securing and implementing land use rights and responsibilities. –Switzerland, Norway; EU revert; US, Australia delete] [and further promotion of sustainable forest management (SFM) beyond 2015. In this context, we welcome the entry into force of the International Tropical Timber Agreement, 2006, which contributes to strengthening the capacity to address illegal logging and realizing the sustainable forest management of tropical forests and REDD+. – Japan; EU delete; US flexible; New Zealand reserve].

[90. alt We support holistic approaches in promoting sustainable forest management and the achievement of the four global objectives on forests. –G77; EU, New Zealand incorporate in beginning of para 90]

CST.90. We support integrated and synergistic approaches in promoting sustainable forest management and the achievement of the four global objectives on forests. We reaffirm that forests provide many opportunities to address some of the most pressing challenges including poverty, climate change, food and energy security, biodiversity conservation, gender equality, and preservation of traditional knowledge. We support policy frameworks, which include regulatory and market instruments, that promote the sustainable management of forests, and that effectively slow, halt and reverse deforestation and forest degradation. We call for the full implementation of the “Non-Legally Binding Instrument on all Types of Forests (NLBI)” and other relevant forest instruments and for increased efforts to tackle the drivers of deforestation and degradation. Good governance practices, proper forest law enforcement and combating illegal logging and associated trade are important instruments in that regard.

We highlight the significant potential for synergies between sustainable forest management and objectives for climate change action, biodiversity conservation as well as economic development and poverty reduction. We are also prepared to strengthen forest governance frameworks, including establishing monitoring systems to track all drivers of forest degradation and deforestation, as well as promoting sustainable forest management (SFM). *(Adapted from 90 and 90.alt)*

[90. bis We highlight the social, economic and environmental benefits of forests to people and the contributions of sustainable forest management to the themes and objectives of the Conference and call for the urgent implementation of the Ministerial declaration of the high-level segment of the ninth session of the United Nations Forum on Forests on the occasion of the launch of the International Year of Forests], in particular our commitment to:

- a) Improving the livelihoods of people and communities, in particular in developing countries and countries with economies in transition, by creating the conditions needed for them to sustainably manage forests, including through strengthening cooperation in the areas of finance, trade, transfer of environmentally sound technologies, capacity-building and governance, as well as by promoting secure land tenure, participatory decision-making and benefit-sharing, in accordance with national legislation, policies and priorities;**
- b) Developing and implementing cross-sectoral and multi-institutional policies, mechanisms and actions at all levels, which integrate sustainable forest management into development plans and programmes;**
- c) Accelerating implementation of the non-legally binding instrument on all types of forests and efforts towards achievement of the four shared global objectives on forests contained therein, through national, regional and international actions and cooperation;**
- d) Taking a meaningful decision on forest financing at the tenth session of the Forum in 2013, as envisaged in the resolution of the special session of the ninth session of the Forum;**
- e) Undertaking immediate steps towards implementing the forest-related outcomes of the High-level Plenary Meeting of the General Assembly on the Millennium Development Goals agreed in September 2010;**
- f) Working with the governing bodies of member organizations of the Collaborative Partnership on Forests, in particular the three Rio Conventions, to integrate, as appropriate, the sustainable management of all types of forests into their strategies and programmes and promote coherence and synergies as related to forests; -EU, US delete] -G77; New Zealand shorten and consolidate sub-paras]**

CST.90. bis We highlight the social, economic and environmental benefits of forests to people and the contributions of sustainable forest management to the themes and objectives of the Conference and call for the urgent implementation of the Ministerial declaration of the high-level segment of the ninth session of the United Nations Forum on Forests on the occasion of the launch of the International Year of Forests. *(from 90.bis)*

[90. ter We urge the provision of resources from all sources, inter alia, strengthening and improving access to funds and [establishing a voluntary global forest fund, -Australia delete] to support the implementation of sustainable forest management, the achievement of the global objectives on forests and the implementation of the non-legally binding instrument on all types of forests; -G77; EU, Canada, Norway, New Zealand delete]

CST90. ter We urge the provision of resources from all sources, inter alia, strengthening and improving access to funds to support the implementation of sustainable forest management, the achievement of the global objectives on forests and the implementation of the Non-Legally Binding Instrument on all Types of Forests. *(from 90.ter)*

[90. quat We request the secretariat of the Forum and invite other members of the Collaborative Partnership on Forests, including the National Forest Programme Facility and the Programme on Forests and the Bali Partnership Fund, and other key actors to examine the implications on broader forest financing of new and emerging forest-related financing initiatives relating to the three Rio Conventions in order to further promote an integrated approach to sustainable forest management, and invite voluntary contributions to support this work; -G77; EU bracket; US delete, New Zealand]

[90. quint We emphasize the importance of capacity-building and technology transfer in achieving sustainable forest management and note that a multitude of actions would be needed in many areas including reforming and updating legislative and policy frameworks, launching education and training programmes for different target audiences, developing information collection and communication systems, technologies for tracking timber and strengthening research on a broad range of subjects, including sustainable forest management, sound use of wood and ecosystem. -G77; EU, New Zealand bracket; US delete]

CST.90. quint We also emphasize the importance of capacity-building and technology transfer in achieving sustainable forest management. *(from 90.quint)*

[90. sext We invite the secretariat and other members of the Collaborative Partnership on Forests, in conjunction with regional and subregional processes, such as the New Partnership for Africa's Development initiative on sustainable forest management and the Tehran Process on Low Forest Cover Countries, to promote cooperation on sustainable forest management. -G77; EU delete]

[90. sept We encourage the further development of partnerships on forests for assisting the countries in developing more robust and transparent forest governance, building on [existing international schemes such as – US delete] REDD+ - EU, Norway; G77 delete].

CST.90. sext We invite the Collaborative Partnership on Forests, in conjunction with regional and sub-regional processes to promote cooperation on sustainable forest management, including the further development of partnerships promoting more robust and transparent forest governance. (Relates to 90 sext and 90 sept)

[90. oct We note the importance of the outcome of the Convention of Biological Diversity COP10 at Nagoya and the importance of effectively applying the 2011 – 2020 Strategic Plan. We reaffirm our commitment to the 2011-2020 United Nations Decade on Biodiversity . – Mexico, New Zealand; EU, US move to Biodiversity; G77 delete] (Moved from 90.oct to merge with CST.Pre91.ter and CST.91)

[90. non We recognize the environmental and economic significance of incorporating biological diversity and its components into the national policies and market instruments as a tool contributing to sustainable development. – Mexico, New Zealand; EU, US move to Biodiversity; G77 delete] (Moved from 90.non to merge with CST.Pre91.ter)

Biodiversity – G77, Japan / Ecosystem services and biodiversity – EU, US]

CST. Biodiversity

[Pre 90. We underline the importance of ecosystem services for human well-being and survival and recognize that the implementation of the Strategic plan for biodiversity 2011-2020 and the Aichi biodiversity targets are central for the achievement of sustainable development. – Norway, Switzerland; EU, New Zealand supports the content, move to beginning of Biodiversity; US consolidate with others paras; G77 delete]

[Pre 90. bis We recognize the value of forests as hosts to invaluable biodiversity and livelihoods for hundreds of millions of people, including indigenous peoples, and as important carbon sinks. – Norway; EU supportive in principle, revert on language, move to Biodiversity; New Zealand merge with 90; G77 delete] (Pre90 and Pre90.bis moved from beginning of Forests (90))

[89. bis We reaffirm the importance of biodiversity in a changing climate, highlighting the importance of management at landscape and seascape scale, enhancing habitat connectivity, particularly through corridors, and building ecosystem resilience. We also recognise that indigenous peoples' knowledge, innovations and practices make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity. – Australia, New Zealand; RoK, US, Canada move

to biodiversity; Japan reserve; EU supportive in principle, revert on language]
(89.bis moved from Climate Change)

[Pre 91. We reaffirm that global biodiversity loss and degradation of ecosystem services are amongst the greatest challenges of our time, which undermines global development affecting food security and nutrition, access to water, health of rural poor and increasing their vulnerability to external impacts. Ecosystem goods and services (including timber, fisheries and productive land) and healthy ecosystems make up a large proportion of the ‘wealth’ and natural capital of developed and particularly developing countries and when used sustainably are a comparative advantage on which long-term economic and social development can be built and which must be preserved for future generations. Poor people are most directly dependent on these goods and services, and therefore are most immediately affected by the loss of biodiversity and the degradation of ecosystem resilience and ecosystem services. – EU, Canada; US streamline with other paras; New Zealand merge with 91 alt 1]

CST pre91. We reaffirm the intrinsic value of biological diversity, as well as the ecological, genetic, social, economic, scientific, educational, cultural, recreational and aesthetic values of biological diversity, taking into account their importance for sustainable development. We recognize the severity of global biodiversity loss and emphasize that global biodiversity loss and degradation of ecosystem services undermine global development, affecting food security and nutrition, access to water, health of the rural poor and of people worldwide, including present and future generations. We also recognise that indigenous peoples’ knowledge, innovations and practices make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity. (Based on 89.bis, Pre90, Pre90.bis, Pre91, 91 alt1)

[Pre 91. bis We recognize the importance of the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and its Aichi Biodiversity Targets, and promote the necessary policies and measures at national, regional and global levels, facilitating cooperation and information exchange. In this context, we welcome the United Nations Decade on Biodiversity 2011-2020 for the purpose of encouraging active involvement of all stakeholders and [initiatives and activities such as the – Canada] the International Partnership for the *Satoyama* Initiative for the purpose of realizing living in harmony with nature. – Japan, EU; US, New Zealand consolidate with other paras]

91. We welcome the Nagoya Protocol adopted at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biodiversity. We support mainstreaming of biodiversity and ecosystem services in policies and decision-making processes at international, regional and national levels, and encourage investments in natural

capital through appropriate incentives and policies, which support a sustainable and equitable use of biological diversity and ecosystems.

91. [We [also – Japan] [welcome / take note of –Canada] [the Nagoya Protocol [on Access to Genetic Resources and Benefit Sharing - Mexico]-US delete] [, the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and its Aichi Targets – Switzerland, Canada] adopted at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on [Biodiversity –Turkey, US delete] / **Biological Diversity – Japan**] **recognize the severity of biodiversity loss and its impacts on human wellbeing and livelihoods - US and call for its entry into force at the earliest possible opportunity. – Australia**. [We support mainstreaming / **integrating the values– Japan**] of biodiversity and [**valuation of – Montenegro**] ecosystem services in [**integrated development – Mexico**] policies and decision-making processes at [international, regional and national / **all –Canada**] levels [**of government, including sub-national levels of governments, cities and other local authorities – Canada**], and encourage investments in natural capital through appropriate incentives and policies, which support [a / **the conservation and – Switzerland, Japan, Canada**] sustainable [and equitable – Switzerland delete] use [**and protection – Turkey**] of biological diversity and ecosystems. – Australia, New Zealand delete] [**in an equitable way –Switzerland, Canada**][**We recognize that in order to achieve these goals measures need to be taken for creating wider awareness of the role of functional biodiversity in the provision of ecosystem services. We are also aware that biological diversity and ecosystem services are highly vulnerable to climate change and therefore science-based measures need to be developed for adapting ecosystems to these changes. – Israel**] -*New Zealand combine pre 91 bis, 91 alt 2, 91 bis and 91 ter*

CST 91. We reiterate our commitment to the achievement of the three objectives of the Convention on Biological Diversity and call for urgent actions that effectively slow, halt and reverse the loss of biodiversity. (91bis)

CST 91. bis We note the adoption of the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from Their Utilization, the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and its Aichi Targets at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity and call for its entry into force at the earliest possible opportunity. We acknowledge the role of access and benefit-sharing in contributing to the conservation and sustainable use of biological diversity, poverty eradication and environmental sustainability. We welcome the Strategy for Resource Mobilization, including the commitment to substantially increase the level of financial resources from all sources in support of biodiversity. (91,91 alt2, 91 ter)

CST 91. ter We support mainstreaming the consideration of the socio-economic impacts and benefits of the

conservation of biodiversity and the sustainable use of its components and of ecosystems that provide essential resources and services for human well being and economic activities into relevant programmes and policies at all levels, in accordance with national legislation and priorities. We encourage investments in natural capital through appropriate incentives and policies, which support the conservation and sustainable use and protection of biological diversity and ecosystems in an equitable way. We support efforts at raising awareness of the role of biodiversity in the provision of ecosystem services. We are also aware that biological diversity and ecosystem services are highly vulnerable to climate change and therefore science-based measures need to be developed for addressing vulnerabilities and adapting ecosystems to these changes. *(from 90.oct, pre91.bis, 91 and 91.sext, sept, oct)*

[91. alt 1 We reaffirm the intrinsic value of biological diversity as well as the ecological, genetic, social, economic, scientific, educational, cultural, recreational and aesthetic values of biological diversity and its component, taking into account their importance for sustainable development. –G77, Norway see language in pre 90; EU could merge with 91.alt2]

[91. alt 2 We support mainstreaming of biodiversity and ecosystem services into policy formation and decision-making processes at international, regional, national and local levels, and encourage valuation of biodiversity and ecosystem services and investments in natural capital by means of appropriate incentives and policies, which support the conservation and use of diversity. We support the promotion of sustainable consumption and production patterns that preserve natural resources. [We therefore welcome and encourage progress on the decisions adopted at the tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity comprising the Nagoya Protocol on “Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of the Benefits Arising from their Utilization”, the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and the 20 associated “Aichi targets” and support their effective implementation. We also welcome the Strategy for Resource Mobilization, including the commitment to substantially increase the level of financial resources from all sources in support of biodiversity as a global framework for these efforts. –EU]-US streamline with other paras]

CST 91 quat. We agree to promote cooperation and information exchange, and in this context, we welcome the United Nations Decade on Biodiversity 2011-2020 and various initiatives and partnerships aimed at encouraging active involvement of all stakeholders in protecting biodiversity and living in harmony with nature. *(Adapted from 90.oct, 90.non, Pre91.bis, and 91.alt 2, 91 oct, 91 sept)*

[91 bis We reiterate our commitment to the achievement of the three objectives of the CBD and call for urgent actions that effectively slow, halt and reverse the loss of biodiversity, and accordingly call for the necessary [means of

implementation – EU delete] for the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and achievement of the Aichi Biodiversity Targets adopted at the tenth meeting of the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity. –G77; EU reserve; US, Canada streamline with other paras]

Similar language in 91 ter and quat

[91. ter We note the adoption by the Conference of the Parties to the Convention at its tenth meeting of the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from Their Utilization to the Convention on Biological Diversity, and acknowledges the role of access and benefit-sharing in contributing to the conservation and sustainable use of biological diversity, poverty eradication and environmental sustainability and, thereby, to the achievement of the Millennium Development Goals. –G77]

[91. quat We commit to the goal set by [the Nagoya Protocol – EU reword to reflect the strategic plan] that by 2020, ecosystem resilience and the contribution of biodiversity to carbon stocks have been enhanced, through conservation and restoration, including restoration of at least 15 per cent of degraded ecosystems, thereby contributing to climate change mitigation and adaptation and to combating desertification, and aiding towards sustainable land use. – Iceland incorporate all into para 92; Japan, RoK reserve; Canada delete]

[91. quint We stress the importance of developing measures and arrangement to implement the rights of countries of origins of genetic resources or countries providing genetic resources, as defined in the Convention on Biological Diversity, particularly developing countries to participate in the benefits arising from the utilization of genetic resources and associated traditional knowledge as well as any subsequent application and commercial utilization of products derived from such resources through fair and equitable sharing of benefits and appropriate transfer of technology. –G77; Japan, RoK EU, US, Canada delete; New Zealand reserve]

91 sext, sept and oct share similar language (Norway)

Note: streamline and merge 91 sext, sept and oct – EU, Norway, US, New Zealand, Canada

[91. sext We support mainstreaming of the three objectives of the Convention on Biodiversity, the socio economic impacts and benefits of the conservation of biodiversity and the sustainable use of its components and ecosystems that provide essential resources and services for human well being and economic activities into global, regional and national sectoral and cross sectoral programs and policies, in accordance with national legislation and priorities. –G77]

[91 sept We support mainstreaming of biodiversity and ecosystem services in policies and decision-making processes at international, regional and national levels, and encourage investments in natural capital through appropriate incentives and policies, which support sustainable use of biological diversity and

maintains resilient ecosystems and their services, consistent with national legislation and applicable international obligations.- New Zealand; G77 bracket]

[91. oct We also support mainstreaming of biodiversity and ecosystem services in policies and decision-making processes at international, regional and national levels, and encourage investments in natural capital through appropriate incentives and policies, which support the conservation and sustainable use of biological diversity and ecosystems. – Australia, Switzerland; G77 delete]

91 non and dec share similar language

Note: merge 91 non and 91 dec - EU

[91. non We call for strengthening CITES, an international agreement that stands at the intersection between trade, environment and development. We recognize the economic, social and environmental impacts of illicit trafficking in wildlife, as an emerging transnational organized crime, where firm action needs to be taken both on the supply and demand sides, and the importance of effective cooperation between the UN Office of Drugs and Crime and relevant international organizations. We support the achievement of the CITES Strategic Vision Plan 2008-2015. –G77, US; Japan reserve; New Zealand support pending merging]

[91 dec We call for strengthening CITES (the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora) that stands at the intersection between trade, environment and development and which has put into practice the concept of sustainable use of biodiversity for over three decades with tangible benefits for biodiversity as well as local people and the global environment. – EU, US; Japan reserve; New Zealand support pending merging]

CST.91.oct We call for strengthening CITES (the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora), an international agreement that stands at the intersection between trade, environment and development and that has contributed to sustainable use of biodiversity with tangible benefits for local people as well as the environment. We recognize the economic, social and environmental impacts of illicit trafficking in wildlife, as an emerging transnational organized crime, where firm action needs to be taken both on the supply and demand sides. In this regard, we emphasize importance of effective cooperation among relevant international organizations. (Adapted from 91 non and 91 duodec)

[91. dec alt We commit ourselves to strengthening wildlife policies on the national, regional, and international level emphasizing the interconnection between wildlife conservation and development strategies and contributing to the improvement of the livelihoods of the poor. –Switzerland]

(Covered in CST 91 sept.)

[91 undec We support the establishment of International Partnerships amongst governments, international organizations, NGOs, financial actors and private companies to share and promote best practices related to biodiversity and natural capital, including measurement and valuation tools, integrating physical and monetary values in accounting and reporting systems at national and international level, and promoting incentives and policies, including exploring innovative financial mechanisms, to protect biodiversity and encourage investment in natural capital. –EU, US; G77 delete]

CST 91. non We welcome the establishment of international partnerships to share and promote best practices related to conservation of biodiversity and ecosystem services, including innovative approaches and mechanisms to mobilize investment for this purpose. (91undec)

[91. duodec We recognize the economic, social and environmental impacts of illicit trafficking in wildlife, its links to transnational organized crime, and the importance of effective cooperation between relevant international organizations. We call for enhanced support by the international community to the implementation of the Resolution of the United Nations Commission on Crime Prevention and Criminal Justice on illicit trafficking in endangered species of wild fauna and flora, including through the International Consortium on Combating Wildlife Crime. – EU, US, Switzerland; G77 delete]

[91. tredec We [acknowledge the value of/note the ongoing discussions – G77] the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services as a means of strengthening the science-policy interface for biodiversity and ecosystem services. – Canada, US, Switzerland, New Zealand]

CST 91. undec We take note of the ongoing discussions on the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services as a means of strengthening the science-policy interface for biodiversity and ecosystem services. (Adopted from 91.tredec into CST.91.undec)

[Land degradation and desertification]

[Land [and soil –EU] degradation and desertification / Desertification, land degradation and drought –G77, RoK, New Zealand]

CST.Title Desertification, land degradation and drought (Co-chairs suggest expanding the title to reflect the widened scope of the text, as per G77, RoK and New Zealand)

[Pre 92. We stress that desertification, land degradation and drought continue to pose challenges to the sustainable development [of / particularly for – US, New Zealand] developing countries. –G77; Switzerland reserve]

CST pre 92. We recognize the economic and social significance of land, particularly its contribution to sustainable economic growth, food security, gender equality, women's empowerment and poverty eradication. We stress that land degradation, desertification and drought, as well as the conversion of arable land, continue to pose serious challenges to the sustainable development of developing countries, including LDCs and LLDCs, and have particularly affected Africa. (From Pre 92 and 92)

92. We recognize the economic and social significance of land, particularly its contribution to growth, food security, and poverty eradication, and note that the intensity of desertification of most of Africa's arable land is a serious challenge to sustainable development in the region. We call for enhanced support by the international community to the implementation of the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD).

92. We recognize the economic and social significance of land, particularly its contribution to [sustainable economic –Canada, RoK; G77 delete] [ecosystem services, -Mexico, RoK; G77 delete] growth, food security, [gender equality and women's empowerment, -US, Iceland, Canada, New Zealand; G77 delete] and poverty [eradication / reduction – US; G77 delete], [as well as the importance of securing land tenure rights – Switzerland; G77 delete][and /. We – Iceland] note that [land degradation and – Iceland] [the intensity of – US delete] desertification [pose – Iceland] [of [most of Africa's / land degradation, and land conversion of arable land, particularly in Africa – US; G77 clarify] is –Iceland delete] a serious challenge to sustainable development in [[the region / many regions – US / those regions of the world that are affected, in particular Africa – Iceland, New Zealand / and note that desertification, land degradation and drought are serious challenges to sustainable development, particularly in Africa. We note that a coordinated global approach is useful to ensure that soils are used, managed and restored according to principles of ecosystem resilience – EU, Iceland, Switzerland; US, G77 requests clarification] [We further underline that ecosystem resilience and the contribution of biodiversity to carbon stocks through conservation and restoration of degraded ecosystems, contribute to combating desertification, climate change mitigation, and sustainable land use. – Iceland; G77 delete][We also recognize the need to commit to a land degradation neutral world by setting [sustainable development – EU delete] goals on land use, with targets toward achieving zero net land degradation – ROK; EU revert; US requests clarification]. [In particular – US] [We call for enhanced support [by the international community [to / for –US] [the –EU delete] implementation of the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD) [through its 10 Year Strategy – EU, Iceland, New Zealand / and its Ten-year strategic plan (2008-2018) ROK / and its Ten Year Strategic Plan 2008–2018, [especially on contributing to improve long-term

sustainability of the ecosystems, reducing poverty and increasing green cover in dry land ecosystems. -Mexico] – G77 delete]. [We also note that LDCs and LLDCs are heavily affected by land degradation and desertification. –G77, Kazakhstan]-Canada streamline with Pre 92]

[92. bis We acknowledge that land degradation is a global phenomenon and we commit to provide resources to the UNCCD to monitor global land degradation and restore degraded lands. In this regard we strive to achieve a land degradation neutral world. In line with the vision of The Ten-Year Strategy of the UNCCD to reverse and prevent desertification, land degradation and drought, we call for enhanced support by the international community to the implementation of the Convention. –G77, RoK, Switzerland; US, Canada, EU, New Zealand bracket and consider moving to MOI] (*Streamline into 92*)

CST 92. We note that a coordinated global approach is important to ensure that soils are used, managed and restored according to principles of ecosystem resilience. We also recognize the need to commit to an ambitious but attainable target of zero net land degradation, with intermediate operational goals for minimizing erosion and maintaining and possibly increasing soil organic matter. We call for enhanced support for implementation of the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD) and its Ten Year Strategic Plan (2008–2018) to reverse and prevent desertification, land degradation and drought. We further note the importance of mitigating the effects of desertification, land degradation and drought, including by preserving and developing oases, restoring degraded drylands, and improving the livelihoods of vulnerable people. (*From 92, 92 bis, 92 quint, 92 sept and 93 ter*)

[92. ter We stress the importance of the [further –EU, New Zealand] development and implementation of scientifically based and sound methods for monitoring and assessing the extent of desertification, land degradation and drought, and the efforts under way to promote scientific research and to strengthen the scientific base of the activities on desertification and drought under the Convention. We need to strengthen the Convention’s scientific base to contribute to a better understanding of these issues[, and in this respect we call for the establishment of a mechanism, for the provision of scientific knowledge on DLDD –US, EU, New Zealand delete] and take note of the decision of the COP10 to establish an ad hoc Working Group taking into account regional balance to discuss specific options for the provision of scientific advice to Parties to the UNCCD, including, inter alia, the possible consideration of an intergovernmental panel, taking into account the regional approach of UNCCD. –G77, Switzerland; Japan delete]

CST 92. ter We stress the importance of the further development and implementation of scientifically based and sound methods for monitoring and assessing the extent of

desertification, land degradation and drought, as well as the importance of efforts underway to promote scientific research and strengthen the scientific base of activities on desertification and drought under the UNCCD. In this respect we take note of the decision of the COP10 to establish an ad hoc Working Group, taking into account regional balance, to discuss specific options for the provision of scientific advice to Parties to the UNCCD, including, inter alia, the possible consideration of an intergovernmental panel. *(from 92 ter and 92 sext)*

[92. quat We call for the strengthening of the advisory role of the Committee for the review of the implementation of the Convention and the Committee on science and technology, through their recommendations, in order to monitor effectively the decisions of the Conference of the Parties of the Conventions. –G77, Switzerland; Japan delete; New Zealand reflect COP decision]

[92. quint Emphasis should also be given to mobilization and channelling of adequate and predictable financial resources to developing countries, as well as facilitating its direct access in order to help mitigate the effects of desertification, land degradation and drought and improve the livelihoods of vulnerable people affected by those most urgent matters at national, sub-regional and regional levels. –G77; US, Switzerland, New Zealand delete] *(Streamline into 92)*

RoK streamline and merge 92 sext and sept

[92. sext [In addition to strengthening of scientific research base as well as provision of adequate and predictable financing, technology transfer and capacity building – EU bracket] to combat desertification, drought and land degradation, - Switzerland delete] we reiterate the need for cooperation through sharing of information, forecasting and early warning systems related to desertification, land degradation and drought. –G77, RoK; US delete] *(Streamline relevant portions into 92 and 92.ter, and merge the remainder with 92.sept)*

[92. sept We are aware of the need to cooperate at the global and regional [and sub-regional –RoK] levels, with a view to preventing and managing dust storms and sandstorms, especially in Asia and Africa continent including through the sharing of related information, forecasting and early warning systems, [DSS reduction activities such as restoration of degraded drylands – RoK] and therefore invites Member States and relevant organizations to cooperate in the sharing of information, forecasting and early warning systems related to dust storms and sandstorms. -G77, RoK] *(Streamline and merge 92. sext and 92.sept)*

CST.92. sext We reiterate the need for cooperation through sharing of information, forecasting and early warning systems related to desertification, land

degradation and drought, as well as dust storms and sandstorms, at the global, regional and sub-regional levels. In this regard, we invite Member States and relevant organizations to cooperate in the sharing of related information, forecasting and early warning systems. (From 92.sext and 92.sept)

Canada, New Zealand merge and streamline paras 92 sext and sept

93. We agree to support partnerships and initiatives for the safeguarding of soil resources such as the Global Soil Partnership (GSP). We also encourage scientific studies and initiatives aimed at raising wider awareness of the economic benefits of sustainable land management policies that achieve healthy and productive land and soil.

[93. We [agree to – US delete] [support / **encourage the establishment and use of – EU/recognize the importance of - Japan**] partnerships and initiatives for the safeguarding of soil [and land –RoK] resources [and sustainable land management – Switzerland] such as the Global Soil Partnership (GSP) [and the Changwon Initiative – ROK, Switzerland, New Zealand; US delete] [and the international overview of conservation approaches and technologies WOCAT –Switzerland]. [Crop production intensification must build on systems that regenerates and restores the health of farmland – Norway, Switzerland] We also encourage [capacity building, extension training program, - Mexico, Switzerland] [scientific – EU delete] studies and initiatives [aimed / **that strengthen the scientific basis and aim – EU**] at raising wider awareness [of / **on land/soil degradation and desertification issues, in particular- EU; RoK move to para 92**] [the threat to sustainability from the degradation of the world's soil stocks, and –Australia, New Zealand] the economic [social and environmental – EU, RoK, New Zealand] benefits of sustainable land management policies that achieve healthy and productive land and soil [[**such as the Economics of Land Degradation Initiative. –RoK support**] We also recognize the need to strengthen the link with existing science/policy interface bodies – EU, Switzerland; G77 delete].

Note: G77 retain reference to the Changwon Initiative

[93. alt We agree to support partnerships and initiatives for the safeguarding of soil resources to be carried out within the framework of the existing instrument on land degradation issues. –G77; US, Canada, Switzerland, EU, New Zealand delete]

CST 93. We encourage and recognize the importance of partnerships and initiatives for sustainable land management and the safeguarding of soil and land resources, such as the Global Soil Partnership (GSP) and the Chanwon Initiative. We urge their close alignment with the 10-Year Strategic Plan of the UNCCD. We recognize the need to strengthen the link with existing science/policy interface

bodies and encourage capacity building, extension training programmes, and scientific studies and initiatives aimed at raising wider awareness of the economic, social and environmental benefits of sustainable land management policies, such as the Economics of Land Degradation Initiative.

[93. bis We stress the importance of preserving and developing oasis in the context of sustainable development, [and call for enhanced international technical and financial support in this regard. – G77; EU, New Zealand merge with para 92] *(Streamline and merge with 92)*

[93 ter We note that better soil and land management can and ought to contribute to food security, climate change mitigation and adaptation, and preserving the natural resource base and fighting biodiversity losses. We therefore recognize the necessity of setting an ambitious but attainable target of [‘zero net rate of land and soil degradation’, -US requests clarification; New Zealand reserve] with clear intermediate operational goals for minimizing erosion, maintaining and, where possible, increasing soil organic matter, particularly in organic soils, through improved Sustainable Land Management technologies and production systems, and preventing unsustainable and uncontrolled urban expansion. – EU, Switzerland; Canada overlap with RoK language in para 92, RoK flexible; G77 delete] *(Streamline and merge with 92)*

Mountains

Mountains

US notes this section as a good model for other sections in terms of brevity and clarity.

94. We recognize that mountains are highly vulnerable to global changes such as climate change, and are often home to communities including of indigenous peoples, who have developed sustainable uses of their resources yet are often marginalized, sometimes with high poverty rates, exposure to natural risks and food insecurity. We recognize the benefits derived from mountains and their associated ecosystems. We also recognize the need to explore global, regional, national, and local mechanisms to compensate and reward mountain communities for the services they provide through ecosystem protection.

94. We recognize that [mountains / **fragile mountainous ecosystems** – US] are highly vulnerable to global [changes / **threats** – Mexico] such as climate change, [possess high levels of species endemism, - US / as well as **deforestation, land use change and land degradation** - Mexico] and are often home to [communities including of / **indigenous communities or** –US; Mexico delete] indigenous peoples, who [**in some cases** – Mexico] [have developed sustainable uses of their resources yet – New Zealand delete] are often marginalized, [sometimes with high poverty rates, exposure to

natural risks and food [and nutrition – EU] insecurity. – New Zealand delete] [We recognize that women in these communities are often disproportionately impacted – US] [In this context, we recognize that women, children and persons with disabilities are disproportionately impacted —Mexico] [We [recognize/ acknowledge – US] the benefits derived from mountains [and their associated ecosystems [, including the provision of water to more than half of the world’s population for all sorts of uses, including providing sustainable energy in the form of hydropower –Switzerland] [and stress that continued effort will be required in dealing with poverty, food and nutrition insecurity, social exclusion and environmental degradation in these areas – EU/including their crucial role in sustaining water resources – US/that mountains and mountain ecosystems provide not only to highland communities, but also to a large portion of the world’s population, living in lowland areas - Serbia]. [We also recognize / and – Mexico] the need [to explore global, regional, national, and local [mechanisms to compensate and reward mountain communities for the services they provide [sustainable management and protection of ecosystems –Switzerland, G77] [through ecosystem protection. –G77 delete] –Switzerland delete / good ecosystem stewardship - US / protection and sustainable use of mountain ecosystems – Mexico, EU / approaches to assist mountain communities in protecting these important environments – Australia] [and encourage the development and use of mechanisms that strengthen the provision of these ecosystem services and address unsustainable agriculture practices. – New Zealand] [for the quality of the natural and human environment – EU] *(Merge with 94 alt)*

[94. alt We recognize the benefits derived from mountains and that they are essential for sustainable development and are highly vulnerable to global changes such as climate change, the growing demand for water and other natural resources and natural disasters. They are often home to [communities including of indigenous peoples, who / indigenous peoples and other communities who, by virtue of their traditional knowledge - Mexico] have developed sustainable uses of their resources yet are often affected, sometimes with high poverty rates, as well as exposure to natural risks and food insecurity. [We further recognize that mountain glaciers around the world are retreating and getting thinner, with severe impacts on the environment and human well being, and that diminishing glaciers could influence sea-level rise but also threaten the well-being of a large portion of the world’s population. – Switzerland, New Zealand support, move to 94]–G77; EU merge with 94] *(Merge with 94)*

CST 94. We recognize the benefits derived from mountains and their ecosystems including their crucial role in providing water resources to a large portion of the world’s population, and that mountains are highly vulnerable to threats such as climate change, deforestation, land use change, land degradation and natural disasters. We recognize that mountain glaciers around the world are retreating and getting thinner, with severe impacts on the environment and human well-being including by contributing to sea-level rise. We further recognize that mountains are often home to indigenous peoples who are often

marginalized. (94, 94 alt; Co-chairs suggest to use accepted phrasing of "Indigenous Peoples" to remain consistent with Agenda 21 and the JPOI as well as the designation of this Major Group)

CST 94 bis We stress that continued effort will be required in sustainable management and protection of mountain ecosystems as well as in dealing with poverty, food and nutrition insecurity, social exclusion and environmental degradation in these areas. We recognize the need to explore global, regional, national, and local mechanisms and initiatives to promote sustainable management, use and protection of mountain ecosystems and the provision of sustainable livelihoods thereby, including arrangements for compensating indigenous peoples and other communities in mountain areas for providing ecosystem services. (Merged 94, 94 alt, 94 quat)

[94. bis [In this regard, we call for greater efforts towards the conservation of mountain ecosystems, including their biodiversity. We encourage Governments to adopt a long-term vision and holistic approaches in their sustainable development strategies, including through incorporating mountain-specific [requirements / strategies –New Zealand] in sustainable development policies or through specific mountain policies. –Switzerland, New Zealand supports] [We call for support from developed countries in this regard. –US, EU delete; Switzerland, Canada, New Zealand move to MOI]–G77; EU merge with 94 quat; G77 disagrees] (Merge with 94 ter and 94 quat)

[94. ter We stress the importance of promoting the integration of economic, social, and environmental development of mountains, and elaborating a sustainable development approach, which could include, inter alia, the following development strategies : protection of the environment, sustainable management of natural resources, poverty eradication, as well as supporting sustainable livelihoods and small-scale production systems in mountain areas [in [particular in –US, Canada; G77 delete] developing countries, and strengthening scientific studies and initiatives for holistic and comprehensive development in mountain regions.–EU delete] –G77, US; New Zealand merge with 94 bis] (Merge with 94 bis and 94 quat)

[94. quat We call for the integration of mountain-specific strategies in national sustainable development strategies, poverty reduction plans and programmes [G77 support]. [We encourage all states to promote regional and transboundary cooperation, collaborative institutional partnerships and a strengthening of upstream-downstream linkages. We also aim for a collaborative and ethical management of mountain specificities through governance systems that actively involve indigenous [peoples and – Mexico] communities in all stages of decision-making processes and the elaboration of policies. We [endorse mechanisms for compensating / recognize the importance of mechanisms for compensating mountain communities for maintaining the provision of ecosystem services. –

Canada requests clarification] [We further support targeted policy measures to promote green innovations and high-quality products in mountain regions through mechanisms such as branding, labeling and standards. -US more of a cross-cutting issue] – Switzerland; US merge with 94 ter; EU supportive in principle, revert on language, merge with 94 bis; G77, New Zealand delete] –G77 delete] (*Merge with 94 bis and 94 ter*)

CST. 94. quat We call for greater efforts towards the conservation of mountain ecosystems, including their biodiversity. We also stress the importance of integrating mountain-specific strategies in national sustainable development strategies, which could include, inter alia, poverty reduction plans and programmes as well as support for sustainable livelihoods and small-scale production systems in mountain areas, particularly in developing countries. We encourage all states to promote regional and transboundary cooperation, collaborative institutional partnerships and a strengthening of upstream-downstream linkages. (*Merged 94 bis, 94 ter and 94 quat*)

[Chemicals and waste]

Chemicals and waste

EU, Japan, Norway, Switzerland merge pre 95 and pre 95 alt. Switzerland forward-looking language needed.

[Pre 95. We recognize the adverse effects of improper management of chemicals and waste on human health and the environment. We reiterate the 2020 WSSD goal of sound management of chemicals and encourage further progress across countries and regions in order [to close the gaps since significant but uneven progress has been made in order –US delete] to achieve the 2020 goal. – EU; Japan, New Zealand merge with pre 95 alt]

[Pre 95. alt We reaffirm our aim to achieve a sound management of chemicals and hazardous waste by 2020 as laid out in paragraph 23 of the JPOI and also reaffirm our commitment to an approach for the sound management of chemicals and wastes at all levels that responds in an effective, efficient, coherent and coordinated manner to new and emerging issues and challenges. – Switzerland; US delete; Japan merge with pre 95]

[Pre95. alt 1 We reaffirm our aim to achieve a sound management of chemicals and hazardous waste by 2020 as laid out in paragraph 23 of the JPOI and also reaffirm our commitment to an approach for the sound management of chemicals and wastes at all levels. We reiterate the 2020 WSSD goal of sound management of chemicals and encourage further progress across countries and regions in order [to close the gaps since significant but uneven progress has been made in order –US delete] to achieve the 2020 goal. –G77]

CST. Pre 95. Sound management of chemicals is crucial for the protection of human health and the environment. We reaffirm our aim to achieve a sound management of chemicals and hazardous waste by 2020 as laid out in paragraph 23 of the JPOI. We also reaffirm our commitment to an approach for the sound management of chemicals and waste at all levels that responds in an effective, efficient, coherent and coordinated manner to new and emerging issues and challenges, and encourage further progress across countries and regions in order to close the gaps of implementation. (Merge Pre95, Pre95 alt, Pre95 alt1, and first sentence of 95).

95. We call for strengthening the Strategic Approach to International Chemicals Management (SAICM), to step up efforts towards a more robust, coherent, effective and efficient international regime for chemicals throughout their lifecycle. Sustainable and adequate long-term funding will be important to assist developing countries with sound chemical and waste management through an integrated approach.

95. [We recognize that sound management of chemicals is crucial for the protection of human health and the environment. –G77, RoK; New Zealand, Switzerland delete in favor of pre 95] We call for [strengthening –RoK / the evaluation of – Canada; EU, Norway, Switzerland, G77 delete] the Strategic Approach to International Chemicals Management (SAICM), [[to step up efforts – G77, Canada delete] towards / in order to consider the nature of further efforts needed to achieve –Canada; EU, Norway, G77 delete] / [make better use of its potential to contribute to - Switzerland] a more robust, coherent, effective [and –Montenegro delete] efficient [and safer – Montenegro; EU delete] international [regime for / voluntary approach to the management of – Canada; EU, Japan, G77 delete] [the sound management of –G77, New Zealand, EU, RoK] chemicals throughout their lifecycle [through effective implementation to ensure that, by the year 2020, chemicals will be produced and used in ways that minimize significant adverse impacts on the environment and human health. – US; G77 delete] / [beyond 2020 – Canada]. [[an integrated approach to –G77] [[Sustainable and adequate long-term funding [will be important / is a key element –G77] to assist developing [and middle-income –Montenegro; EU, RoK, US, Japan, G77 delete] countries [, in particular middle-income countries – Belarus; EU, RoK, US, Japan, G77 delete] [with / to promote – Mexico, RoK] [sound chemical and waste management through an integrated approach / the implementation of sound management of chemicals and waste –G77] [We call on the intergovernmental negotiating committee to prepare a global legally binding instrument on mercury to complete its work by 2013. – Japan; G77 delete] –US delete; EU retain] – Japan delete] [involving SAICM and the other relevant MEAs including but not limited to the chemicals and waste cluster - New Zealand; Switzerland requests clarification / _based on the outcome of the consultative process on financing options for chemicals and wastes under the auspices of UNEP. -Switzerland]. [We call on countries and organizations which have made progress toward achieving the SAICM goals to assist countries that

have not done so by sharing knowledge and chemical databases. – Israel; G77 reserve]-US reserve]

[95. alt To protect human health and the environment, including the protection of natural resources we call for the strengthening of the Strategic Approach to International Chemicals Management (SAICM), to step up efforts towards a more robust, coherent, effective and efficient international regime for sound management of chemicals throughout their lifecycle, which can react in a timely manner to emerging challenges, including environmentally sound management of waste. Additional efforts are needed to enhance work on closing the gaps and addressing discrepancies in capacities, including through partnerships, technical assistance and a future proof governance structure. [We encourage SAICM to cooperate strongly with other relevant global and regional UN entities as well as with MEAs / invite SAICAM stakeholders to consider measures to enhance cooperation –US]to facilitate the enforcement of policies. [Sustainable and predictable long-term funding, through an integrated approach, that includes financing from the private sector and through mainstreaming in national policies and budgets and traditional aid programmes as well as financing from external sources will be important to support developing countries to optimally implement a strategy for sound chemical and waste management. –US delete]- EU; Canada, G77 delete; Japan request for clarification; Switzerland prefers working on 95, but flexible on elements from 95 alt]

CST 95. We call for strengthening the Strategic Approach to International Chemicals Management (SAICM), making better use of its potential to contribute to a robust, coherent, effective and efficient international regime for the sound management of chemicals throughout their lifecycle. Sustainable and adequate long-term funding is a key element to assist developing countries to promote the implementation of sound chemical and waste management through an integrated approach.

CST 95. bis We encourage SAICM to enhance cooperation and coordination with other relevant global and regional UN entities as well as with MEAs dealing with chemicals to facilitate implementation and enforcement of policies.

(Merge para. 95 and 95alt. and part of 96).

[95. bis We are deeply concerned that [developing / many –EU, US, Switzerland] countries, particularly in Africa lack the capacity for sound management of chemicals and their safe disposal throughout their life cycle , including assessing and monitoring the risks associated with trade in chemicals and chemicals contained in products. –G77, Norway; US delete; New Zealand move to before 95]

CST. 95. ter We are deeply concerned that many countries, in particular least developed countries, lack the capacity for sound management of chemicals and their safe disposal throughout their lifecycle. Additional efforts are needed to enhance work on closing the gaps and addressing discrepancies in capacities, including through partnerships, technical assistance and improved governance structures. We encourage countries and organizations which have made progress toward achieving the goal agreed at the World Summit on Sustainable Development (2002) of sound management of chemicals by 2020, to assist other countries by sharing knowledge, experience and best practices. (Merge 95bis, part of 95 and part of 95alt).

96. We commend the increased coordination and cooperation among the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants, and call for public-private partnerships aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound waste management. We also note with concern the emerging challenges of electronic waste and plastics in the marine environment, which should be addressed inter alia through appropriate programmes and environmentally sound technologies for material and energy recovery.

[96. We commend the increased coordination and cooperation among **[chemicals and wastes conventions, namely – EU]** the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the **Stockholm Convention** [on Persistent Organic Pollutants – EU, New Zealand, RoK delete], [[and call for public-private partnerships aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound **[chemical and – Japan]** [waste / solid waste and – Mexico; Switzerland delete] [management / of hazardous waste management. – Mexico] [We commend existing and urge continued innovative partnerships between industry, government, academia and other non-governmental stakeholders aiming to enhance the capacity and technology for the environmentally sound management of chemicals and waste –US; Switzerland delete] [encourage further coordination and cooperation in policy and priority setting and effective financing. – New Zealand] [We recognize the importance of further development and implementation of policies for the 3Rs and environmentally sound waste management [including adoption of extended producer responsibility – New Zealand reserve] – Japan; US delete] [We also note with concern the emerging challenges of electronic waste and [plastics / solid waste – RoK] in the [land and – Israel] marine environment, which should be addressed inter alia through appropriate programmes and environmentally sound technologies for material and energy recovery.- US delete; EU, RoK retain] [We commit ourselves to the finalization of the negotiations on a legally binding instrument [on mercury in 2013 – New Zealand reserve], [and agree that, once adopted, to incorporate it into the synergies process. – US delete] We support cooperation and coordination between the conventions and SAICM in implementation and financing – EU; Canada delete] [We also support the activities of the Global Partnership on Waste Management (GPWM) to enhance international cooperation among stakeholders, identify and fill information gaps, share information and raise awareness, political

will and capacity to promote resource conservation and resource efficiency. - Japan]. [We encourage the implementation of integrated waste management, based on reduction at source, reuse, recycling and recovery. – Israel] US reserve] G77 delete]

[96. alt We commend the increased cooperation and coordination among the Basel, Rotterdam and the Stockholm Conventions. In this regard, we also take note of the important role of the Basel Convention Regional and Coordinating Centers and the Stockholm Convention regional and subregional centers [for capacity building and the transfer of technology and [call for enhanced support, including financial support for these centers in order that they fulfill their mandates more efficiently and effectively –US delete]. –EU, Switzerland move to MOI] –G77; Canada, Japan, New Zealand delete]

[96. alt bis We resolve that, in order to address the [capacity gap, there is need to support developing countries through transfer and diffusion of best available technologies and best environmental practices and strengthening of human and institutional capacities – EU, New Zealand move to MOI] for effective management of chemicals and wastes. We also urge the international community to make all efforts through prevailing agreements and protocols to put an end to [illegal dumping - Switzerland open to consider] in developing countries, particularly in Africa where the capacity to deal with these wastes is limited. –G77; Canada move to MOI; US delete; Japan reserve position]

[96 alt ter We note with concern the increasing challenge of ensuring environmentally sound waste management of electronic waste and plastics, including in the marine environment, and call for appropriate programmes and environmentally sound technologies for managing waste, and call for the support from the international community to the development of appropriate programmes and environmentally sound technologies for managing electronic waste and plastics. – G77; Canada move to MOI; US, Japan delete; Norway placement]

CST. 96. We commend the increased coordination and cooperation among chemicals and waste conventions, namely the Basel Convention, the Rotterdam Convention and the Stockholm Convention, and encourage further coordination and cooperation in policy and priority setting and effective financing. We take note of the important role of the Basel Convention regional and coordinating centers and the Stockholm Convention regional and sub-regional centers, and call for enhanced support to these centers in order that they fulfill their mandates more efficiently and effectively. (96, 96 alt)

CST. 96. bis We call for public-private partnerships aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound chemical and waste management, including for waste prevention and eco-design. (96)

CST. 96. ter We recognize the importance of further development and implementation of policies for the 3Rs (reduce, reuse, recycle) and environmentally sound waste management and call for the development and enforcement of comprehensive national and local waste management policies and strategies. We also note with concern the emerging challenges of electronic waste and solid waste, such as plastics, in the land and marine environment, which should be addressed inter alia through lifecycle thinking, appropriate programmes and environmentally sound technologies for material and energy recovery. We recognize the need to build local capacity in developing countries to address the flow of e-waste and the responsibilities of companies for the safe recycling of their products. (96, 96 alt ter)

CST. 96. quat We urge the international community to make efforts, including through agreements, as appropriate, to put an end to illegal dumping in developing countries, particularly in Africa where the capacity to deal with these wastes is limited. (*Streamline para. 96, 96 alt, 96alt bis, 96 alt ter, 96 sext, 96 oct*).

[96. quat We recognize the need to develop safer alternative products and techniques for replacing the use of hazardous chemicals and promote more sustainable approaches through inter alia cooperation between developed countries and developing countries. –G77, Republic of Moldova; Canada merge with 96; US, New Zealand requests clarification]

CST. 96. quat 1 We seek to improve resource efficiency and reduce human exposure to hazardous chemicals. We recognize the need to develop safer alternative products and techniques for replacing the use of hazardous chemicals and promote more sustainable approaches through inter alia cooperation between developed and developing countries. (*Merge 96 quat and 96 sept*).

[96. quint We note the ongoing process to reach consensus on a legally binding multilateral instrument on mercury and call [that the current negotiations on this issue conclude in/ for - New Zealand] a successful outcome[for all participants – New Zealand delete]. –G77; US delete; Japan consider placement; Switzerland merge with similar paras]

CST. 96 quint We note the ongoing process to reach consensus on a legally binding multilateral instrument on mercury and call for a successful outcome. (*Merge para. 95 and 96 quint*).

[96. sext We recognize the need to build local capacity in the developing countries to address the flow of e-wastes. In particular, the shipment of e-waste to

developing countries as second-hand and near-end-of-life goods needs to be urgently addressed. We urge electronic companies take full responsibility for the safe recycling of their products. –G77, EU; US, New Zealand delete unless rewritten; Japan delete] *(Merge into CST. 96. ter)*

[96. sept We will seek to improve resource efficiency and reduce human exposure to hazardous chemicals through, e.g. [eco-design, waste prevention – US, New Zealand delete and] improved waste management, and we call for public-private partnerships aiming to enhance capacity and technology to this end. – EU, Norway, Republic of Moldova; G77 delete] *(Merge into CST. 96 quat)*

[96. oct In line with the priority objectives of waste management including a [“waste hierarchy” –G77 delete] with prevention as the preferred option followed by re-use, recycling, other recovery and disposal, we call for the development and enforcement of comprehensive national and local waste management policies and strategies. We also call for action to tackle the emerging challenges of specific waste streams such as electronic waste, plastics, including in the marine environment, construction and demolition waste and end-of-life vehicles, which should be addressed inter alia through life cycle thinking at the design stage, appropriate programmes for waste prevention, re-use and environmentally sound technologies for material and energy recovery. – EU; US delete; New Zealand, Switzerland merging 96 oct, 96 sept, 96 sext; G77 reserve, can work with this para] *(Merge into CST. 96 ter)*

[96. non We commend the efforts of the CSD to improve the lifecycle management of chemicals and waste, including reducing the social and environmental impacts of large scale commercial mining. – US; EU, New Zealand move to mining section, *US agrees*] *(Move to mining section)*

[96. dec We recognize that the phaseout of ozone depleting substances (ODS) is resulting in rapid increase in the use and release of high global warming potential hydrofluorocarbons (HFCs) to the environment as ODS substitutes. We support a gradual phasedown in the consumption and production of HFCs under the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer. – US, Canada; EU, Switzerland questions placement; Japan, G77 delete]

[96. undec We commit ourselves to protect all countries[, particularly developing ones – EU, Switzerland delete], from the establishment of industrial facilities of chemicals and waste production and treatment operating on the basis of harmful and outdated technologies, which have a negative impact on health and environment and, in the regard, we discourage investments and promotion of these technologies. - Republic of Moldova; US, Japan delete]

[Atmosphere – Japan] *–US integrate this section into chemicals and waste section (96 duodec put into chemicals and waste section)*

[96. duodec We recognize that new scientific knowledge has been found regarding transboundary air pollution on global, hemispherical and regional levels and its impacts on climate change. We encourage the States to utilize this

knowledge effectively in order to promote cooperation at all levels. – Japan; G77 delete]

CST. 96 duodec We encourage countries to utilize scientific knowledge effectively in order to promote cooperation on transboundary air pollution at all levels.

[Sustainable Consumption and Production]

Sustainable Consumption and Production [and resource [productivity/efficiency – EU] – Switzerland if keep pre97; New Zealand keep original]

(G77, EU, New Zealand, Australia move this section on SCP immediately after the section on “Eradication of poverty; RoK, move to Section C)

CST pre 97. Fundamental changes in the way societies consume and produce are indispensable for achieving global sustainable development. All countries should promote sustainable consumption and production (SCP) patterns, particularly since over- and under-consumption have resulted in enormous disparities between the rich and the poor and between developed and developing countries. In this regard, we urge developed countries to take a lead in changing consumption and production patterns and lifestyles, with all benefiting and learning from that experience, so as to move all our societies towards a more sustainable future for all. We state the need for developing countries to ensure that their development takes place in a sustainable manner. We also recognize the need for focused strategies to increase consumption among the poorest segments of society with a view to meeting basic needs. *(From 97.ter, 97.quat, and 25.ter.)*

CST pre 97 bis. Governments, relevant international organizations, the private sector and all major groups should play an active role in promoting changes in consumption and production patterns. *(From 97. ter)*

CST pre 97 ter. Sustainable consumption and production should also promote the creation of new economic opportunities for all countries, as well as promote a competitive, inclusive economy delivering full and productive employment and decent work for all. *(From 97. sext)*

[Pre 97. We [recognize that the unbridled growth of extraction and use of natural resources continues to worsen society’s pressure on environment, climate

and natural resources /call for an end to wasteful and unsustainable practices in the use and extraction of natural resources – Canada, Norway], and call for strengthened international efforts to increase resource [productivity /efficiency – EU]to decouple economic growth from increased use of natural resources and from increased environment and climate impacts. We agree to support partnerships and initiatives for supporting sectors, in particular manufacturing and industry, to improve their resource productivity, through accelerated and scaled-up implementation of best practices and techniques. – Switzerland, Norway; US, New Zealand, G77 delete; Norway bring in some elements from 97sext; Mexico merge with 97ter]

Note: US replace it with 97 sext

CST pre 97 quat. We call for an end to wasteful and unsustainable practices in the use and extraction of natural resources, and call for strengthened international efforts to increase resource efficiency. We agree to support partnerships and initiatives for supporting sectors to improve their resource efficiency through accelerated and scaled-up implementation of best practices and techniques. We agree to work towards the development of sustainability standards for resource extraction and production through active participation in international standardization processes, capacity building and technical assistance. (Combines ideas from pre97 and 104 duodec)

97. We agree to establish a 10-Year Framework of Programmes on sustainable consumption and production (SCP) as part of a global pact on sustainable consumption and production, based on the text elaborated in the negotiations in the United Nations Commission on Sustainable Development at its nineteenth session.

97. We [agree / commit – Montenegro] to [establish / support the adoption of the – Canada / support the establishment of a –US / adopt the – Switzerland, Mexico, RoK, EU, Norway] 10-Year Framework of Programmes [(10YFP)- US] [on sustainable consumption and production] (SCP) [as part of [a global pact / as an important global effort –US, Australia, Canada] on sustainable consumption and production – New Zealand, Switzerland, US delete], [based on / and hereby adopt – EU] the text – Canada delete] elaborated [by the relevant working group of the nineteenth session of – Canada / as elaborated – Switzerland, Norway] [in the negotiations in – Canada delete] the United Nations Commission on Sustainable Development [at its nineteenth session – Canada delete] [, taking into account the proposals and concerns of developing countries and the need to support local, national and regional initiatives to accelerate the shift towards SCP. At the same time, work on some elements in that text would need to take place-G77; US , Norway, New Zealand, EU delete]. [We therefore invite UNEP to adopt the text of the 10YFP as elaborated at CSD-19, making only limited technical changes as required to launch the Framework, at its next Governing Council and to organize the first meeting of the 10YFP in 2013. – US, Australia, Canada; EU, New Zealand, G77 delete; US retain] *(merged into CST 97 quat)*

Note: Australia would like to merge 97bis to 97sept.

[97 bis To encourage all countries [and UN institutions – Mexico] to implement the 10YFP, developed countries should contribute financial resources, including for the 10YFP trust fund, technology transfer and provide capacity building for developing countries for implementation. –G77, Mexico; RoK, Canada, Norway move to section C MOI; EU, US, New Zealand delete; Switzerland reserve] *(merged into CST 97 quat)*

[97 ter Fundamental changes in the way societies consume and produce are indispensable for achieving global sustainable development. All countries should promote SCP patterns, [with the developed countries taking the lead and with all countries benefiting from the process, [taking into account the Rio principles, including, inter alia, the principle of common but differentiated responsibilities as set out in principle 7 of the Rio Declaration on Environment and Development. – RoK, Norway reserve; New Zealand delete] [We encourage each – RoK] – Canada delete] Governments, relevant international organizations, the private sector and all major groups [should/ to – RoK] play an active role in [changing unsustainable/ promoting changes in – Canada] consumption and production patterns. –G77; Switzerland, EU, US delete; Holy See support the general tenor; Mexico merge with pre97] *(Move to chapeau)*

[97 quat We stress the urgent need for [developed/ all – Switzerland, New Zealand, Holy See] countries to change their unsustainable patterns of consumption and production, particularly since over- and under-consumption have resulted in enormous disparities between the rich and the poor and between developed and developing countries. We state the need for developing countries to ensure that their development takes place in a sustainable manner. –G77, EU, Holy See; Switzerland, New Zealand open to work on the language, merge with 97 quint; Canada, US, Norway delete]

[97 quint At the same time, the poorer segments in developing countries are unable to meet food, health care, shelter and educational needs. In this regard, changing consumption patterns will also require strategies focused on increasing consumption among the poorest segments with a view to meeting the basic needs of the poor. – G77, Holy See; RoK, US, Norway move to Eradication of Poverty section; Canada, New Zealand delete; EU bracket (duplication with text of 10YFP)]

[97. sext SCP should also promote the creation of new economic opportunities for all countries, [with particular attention to developing countries, - Canada, US bracket] as well as promote a competitive, inclusive economy delivering full and productive employment and decent work for all and foster efficient social protection systems. –G77, RoK, EU, Holy See; Switzerland delete; EU, New Zealand 97quat and sext merged as leading para] *(Move to chapeau)*

[97 sept We commit to promote in consultation with all concerned stakeholder open, transparent, balanced and science-based processes [including behavioral and consumer sciences – Canada] for developing [labelling schemes/ product standards – EU] and other mechanisms [by 2022 – Canada delete] that fully reflect the impact of production and consumption, and work with the private sector to ensure that labelling [, corporate reporting and advocacy – Canada delete] [are/is – Canada] accurate, cost-effective and trustworthy so as to enable consumers to make informed choices, particularly in areas of high impact on human and natural systems, without creating barriers to trade. – Switzerland, Norway, Mexico (Switzerland and Norway both open to merge with EU’s proposal 40bis); EU, US, New Zealand delete]

CST 97. We call for the integration of social and environmental costs in prices and measures of economic activities to inform choices of companies and consumers to help move towards more sustainable patterns of production and consumption and take a longer term view on profitability. (From the ideas in 28.quint and 40.bis)

CST 97 bis. We will promote the widespread adoption of sustainable public procurement at all levels of government over the next decade, based on robust criteria and reliable tools within priority sectors, as examples for private procurement and consumption patterns for citizens. (From 42.g.ter, 104.duodec.b)

CST 97 ter. We will promote the commitment of organizations, corporations and institutions to social and environmental responsibility inter alia by encouraging the use of international standards such as ISO 26000. (From 42.g.quint)

CST. 97 quat. We agree to adopt the 10-Year Framework of Programmes (10YFP) on sustainable consumption and production (SCP) as an important global effort, based on the text elaborated in the negotiations in the United Nations Commission on Sustainable Development at its nineteenth session and appended to this Declaration. Furthermore, we encourage generous contributions to the 10YFP trust fund intended to support developing countries in promoting sustainable consumption and production. (From 97, 97 bis)

(Co-Chairs propose to move the sub-section on Mining here)

Mining

CST 97 quint. We recognise that mining can be a catalyst for sustainable economic development and poverty alleviation. We urge countries with a mining sector to adopt comprehensive legal and regulatory frameworks and policies to facilitate mining practices that deliver economic and social benefits to all citizens of producing countries and include sound management of the environment and the conservation of biodiversity, including reducing the social and environmental impacts of large scale commercial mining. We also urge governments and the mining sector to commit to the continuous improvement of accountability and transparency, taking account of leading, best practices in public financial management. (Combines para 104.quattuordec with para 96.non)

[Health – Switzerland] [Moved to 72 viginti]

[Education]

Education [training and culture – EU; G77 delete, questions placement, should be taken up in “Social Inclusion and Decent Job” subsection]

(Move to Section C – Means of Implementation RoK)

[Pre 98. We recognize that the younger generations are the custodians of the future and commit to strengthening their capacities and opportunities by improving the quality of education [and learning outcomes – Canada, New Zealand, Mexico] and further improving access to education [beyond the primary level/ at the primary level and beyond – Canada, New Zealand]; [to information and services, [health, – Mexico] including for sexual and reproductive health, and promoting their full participation and civic engagement, as well as addressing gender inequality. – Holy See delete] – EU, US, Canada, Switzerland, New

Zealand, Norway; G77 careful language; EU, New Zealand, Mexico could merge with 98 alt quat; Holy See delete]

CST. pre 98. We recognize that young people are the custodians of the future, and we commit to strengthening their capacities and opportunities by investing in quality education at the primary level and beyond. Access by all to quality education is essential for poverty eradication and social inclusion as well as to provide all people with the knowledge and skills to participate fully in civic life, to enjoy attractive employment and income-earning opportunities, to achieve gender equality, and to plan their families and ensure sexual and reproductive health. (98.alt and 98.alt.quat)

98. We recognize that access by all people to quality education is an essential condition for sustainable development and social inclusion. We commit to strengthening the contribution of our education systems to the pursuit of sustainable development, including through enhanced teacher training and curricula development.

98. We recognize that access by all people [of all age – Montenegro/to life long learning – EU, Switzerland, New Zealand] [in particular girls - Turkey] to quality education [as well as continuous training – EU, Switzerland; G77 delete, questions placement] is [indispensable for ensuring human security and – Japan, RoK; EU bracket; G77 delete] an essential condition for sustainable development [and – Montenegro delete] social inclusion [and long-term growth –EU] [and equity – Montenegro] [Education and vocational training play central roles in [empowering individuals –G77 seek clarification] by providing skills and knowledge necessary to participate in and benefit from [green economy and –G77 delete] sustainable development. In order to provide quality education, we commit to comprehensively improve learning environment by encouraging cooperation among schools, communities [, private sector - Switzerland] and educational administration – Japan, Holy See]. We commit to strengthening the contribution of our education [and training – Australia, New Zealand; G77 delete] systems [at the national and subnational levels – Canada] to [teach the skills necessary to –US] the pursuit of sustainable development, including through enhanced teacher training [, [greater –G77 delete] access to training and educational programs for adults- Holy See; EU delete] [and – EU delete] curricula development [and use of ITC where this enhances learning outcomes on all levels of the education systems – EU] [and informal [/ formal and non-formal –G77, Australia] learning opportunities- Australia, New Zealand] [as well as affirmative efforts to ensure universal access to school for girls and boys worldwide. We support a particular focus on education for women and girls, particularly in science, technology, engineering, and math, to enable their full participation in sustainable development – US, Holy See, RoK, Canada; EU delete] [and alignment with the needs of the job market. - Serbia]. [We recognize the need for capacity building programs in developing countries to promote education toward sustainability in their educational systems. – Israel, Holy See]

[98. alt We recognize that access by all people to quality education at all levels is an essential condition for promoting and achieving sustainable development, poverty eradication and social inclusion [and gender equality – EU]. [And we further recognize the specific attention with regard to children in vulnerable situation and children with disabilities. – Mexico] –G77, Holy See, Mexico, Norway; New Zealand support the para but prefer 98; EU merge with 98; Canada delete]

[98 alt bis We commit to strengthening the our education systems through, *inter alia*, building and strengthening educational infrastructure, increasing investment in education, particularly investment to improve access and quality of education for all, enhanced teacher training and curricula development, enhancement of completion grades, enrollment in tertiary education and developing and strengthening linkages among institutions of higher education and industry. In this regard we call the international community to support developing countries efforts to achieve those objectives. –G77, Holy See, RoK; US, EU delete]

[98 alt ter We reaffirm the right to education and the need for its full realization, and that education is essential for human development, including the right to development, recognizing the interlinkages between education and the advancement of all the other Millennium Development Goals [and noting that culture contributes effectively to education and development.- EU delete] –G77, Holy See; US, New Zealand delete]

[98 alt quat We further recognize that young people are the custodians of the future and we commit to strengthening their capacities and opportunities by further improving access to education opportunities beyond the primary level. We recall that commitments made at the international level emphasize inclusive quality learning, including early childhood education, and universal access to complete, free and compulsory primary education as well as access to secondary, tertiary and vocational education and training and lifelong learning, as well as equal access to education and successful schooling for girls and women. –G77, Holy See, RoK; EU, New Zealand, Mexico merge with pre98]

[98. bis We support the work of the Global Partnership for Education and commit to building it into an ambitious, effective and well capitalised [global fund –G77 seek clarity] for education that harnesses the resources of the private sector and the wider community to help achieve global education goals. – Australia, EU, Switzerland, Kazakhstan, Norway; G77, US, New Zealand reserve]

[98. ter. We recognize the need to support education programmes and initiatives focused on promoting ecological awareness and responsibility and at exercising responsible stewardship over the environment. Recognizing that our duties towards the environment flow from our duties toward the person, considered both individually and in relation to others, such environmental responsibility education should be based on the respect for human life and human dignity, as well as on the strengthening of the role of the family, the fundamental unit of society, where future generations are first educated on responsible stewardship of the environment. – Holy See; G77 delete]

CST. 98. We commit to investing more in our educational infrastructure and strengthening the contribution of our education systems to prepare our citizens at all levels to pursue sustainable development, including through enhanced teacher training, the development of curricula around sustainability, and more effective use of information and communication technologies to enhance learning outcomes. We further recognize the need to achieve gender equality and access for vulnerable people and those with disabilities. (*incorporates 98.alt, 98.alt.bis; omits 98.alt.ter, 98.ter*)

99. We call upon universities to become models of best practice and transformation by setting an example of sustainability of facilities on their campuses and teaching sustainable development as a module across all disciplines. In this way sustainable practices will become embedded in learning and action.

99. We [call upon / invite – Holy See, US, Canada/ urge - New Zealand] [schools and - Montenegro] [universities / education institutions –G77 / educational institutions – EU, Georgia, Holy See, New Zealand / higher educational institutions and – Mexico / and vocational education and training institutions – Australia / higher education institutions (post-secondary) - US] to become models of best practice and transformation by setting an example [with the active participation of all students, - EU] of sustainability of facilities on their campuses and [to consider –G77, Holy See; EU delete] [teaching / incorporating – US] sustainable development as [a module across / an integrated component of – Australia, New Zealand] [all –US delete] [relevant –G77, Holy See, New Zealand] disciplines. [We encourage them to disseminate the message that sustainable development is by no means a menace to economic growth, but rather the opposite. – Serbia; EU, New Zealand reword with positive tone] In this way sustainable practices will become embedded in learning and action. [G77 proposes to use only one term – education institutions – in order to streamline this para]

[99. alt We [call upon/ invite - Holy See] educational institutions to become models of best practice and transformation by setting an example of sustainability of facilities on their campuses. We also call upon universities to teach sustainable development as a module across all disciplines. In this way sustainable practices will become embedded in learning and action. – Georgia; US prefer 99; EU similar to 99; G77 delete]

CST. 99. We urge institutions of education to become models of best practice, learning by engaging the active participation of all students, teachers and other staff in setting an example of sustainable facilities on their campuses and teaching sustainable development as an integrated component across disciplines. In this way sustainable practices will become embedded in learning and action.

100. We encourage international education exchange activities on education for sustainable development, including the creation of fellowships and scholarships for international study in disciplines and inter-disciplinary fields pertinent to the promotion of sustainable development.

100. [We commit to greater international cooperation related to the promotion [of - Holy See] universal access to primary education in developing countries. – G77, Holy See; US delete] We [encourage / recognize the importance of –G77] [higher education partnerships – US] international education exchange activities [and partnerships – EU] [including South-South knowledge exchanges and capacity building for quality training – Mexico; G77 delete] on education for sustainable development [for men and women – US, G77], [including / and call for –G77; New Zealand retain] the creation of fellowships and scholarships for international study in disciplines and inter-disciplinary fields pertinent to the promotion of sustainable development.

[100.bis We seek to promote awareness raising and formal, non formal and informal Education for Sustainable Development (ESD) to address the various stakeholders and the public at large in order to promote the [principles of sustainable development – G77 seeks clarity]. We underscore the importance of further supporting educational institutions to carry out research and innovation in the field of ESD so that quality and availability of ESD programmes is ensured at all levels. –EU; US streamline; EU, New Zealand could merge with 101alt]

[100. ter We commit to work together with the private sector, civil society and relevant international development partners to provide vocational training and professional development within the context of lifelong learning geared to filling skills shortages in sectors essential to sustainable development and with special attention to women, youth and vulnerable groups. – Switzerland; US reserve; EU, Switzerland could merge with pre98, 98alt quat; G77 delete, questions placement]

CST. 100. We commit to greater international cooperation related to promoting universal access to primary education. We encourage international exchange and partnerships, including both North-South, South-South and triangular exchanges and capacity building for sustainable development education for both men and women, and call for the creation of fellowships and scholarships in disciplines and interdisciplinary fields related to sustainable development.

CST. 100.bis We commit to raising public awareness and promoting formal, non-formal and informal education for sustainable development, including professional and vocational training and lifelong learning geared to filling skills shortages in sectors, trades and professions important for sustainable development, and we underscore

the importance of supporting institutions of education to carry out research and innovation in the field of education for sustainable development to ensure that quality programmes are available to all. (*incorporates 100.bis and 100.ter*)

101. We agree to promote education for sustainable development beyond the end of the United Nations Decade of Education for Sustainable Development in 2014, to educate a new generation of students in the values, key disciplines and holistic, cross-disciplinary approaches essential to promoting sustainable development.

[101. We[**agree / commit – EU**] to [promote / **enhance the promotion of – G77 / support the promotion of – US**] / **recognize the importance of – Canada**] education [training and research – EU]for sustainable development beyond the end of the United Nations Decade of Education for Sustainable Development in 2014 [**through the implementation of relevant Strategies, means and tools – EU; G77 reserve**], to educate a [new [generation/generations – Montenegro of [male and female – US] students/**coming generations of pupils - EU**] in the values, key disciplines and holistic, cross-disciplinary [, **coherent – EU**] approaches essential to promoting sustainable development [**and call for the continuation of those activities – EU**]. – Japan delete]

[101. alt We stress the importance of promoting Education for Sustainable Development (ESD) to educate the society as a whole in the values, key disciplines and holistic, cross-disciplinary approaches essential to promoting sustainable development. We resolve to promote ESD under the United Nations Decade of Education of Sustainable Development (UNDESD) (2005-2014) in cooperation with UNESCO and the relevant organizations. We agree to promote ESD beyond the end of UNDESD in 2014, sharing experiences on ESD and encouraging inter-sectoral work at all levels. - Japan] (*Paragraph 101alt should be moved to become paragraph 98 bis –Japan; Japan flexible to merge with 100bis, New Zealand agrees*)[G77 merge 101 alt with 101 ter]

[101. bis We agree that integrating [the cultural dimension – G77 request clarification] in sustainable development policies advances a human-centered, inclusive and equitable approach, reflects the complexity of situations and local contexts, facilitates the creation of a conducive environment for a green economy. – EU; US, New Zealand, G77 delete]

[101. ter We recognize the need of establishing an efficient international instrument outlining the policy commitments and mechanisms for determination and successful implementation of activities in the field of education for sustainable development (ESD) – Georgia; US, Canada, New Zealand, Norway delete; EU could merge]. [G77 merge 101 alt with 101 ter]

[101. quat We invite all stakeholders to include green economy in their respective teaching curricula, and develop targeted programs for education of decision makers and training for green jobs and entrepreneurship as a

precondition to understand and implement sustainable development concept. – Serbia, EU; US, Canada, New Zealand to be integrated elsewhere; G77 delete]

CST. 101. We resolve to promote education for sustainable development more actively in our countries during and beyond the United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014), in order to educate society as a whole in the values, key disciplines and holistic, cross-disciplinary approaches essential to implementing sustainable development.

CST. 101 bis. We invite educational institutions to include green economy in the context of sustainable development and poverty eradication in their curricula, as appropriate, and to develop education and training programmes to support related entrepreneurship and job creation. (*incorporates 101.alt, 101.bis, 101.ter, 101.quat*)

[Family – Holy See; G77 delete]

[101. quint We recognize that the family constitutes the basic unity of society, where children first learn the skills and virtues needed within society, and where social, spiritual and personal development is first nurtured. We acknowledge that the family can contribute greatly to integral and sustainable development and warrants special attention, and we call for legal, political and economic opportunities for the family, as required in international law.- Holy See; G77 delete; US reserves]

[101. sext We support the widest possible protection and assistance to the family so that it may fully assume its responsibilities within the community. We call for programmes that, in accordance with the principle of subsidiarity, support the family in the discharge of its functions. – Holy See; G77 delete; US reserves]

[Population and health – EU] [move to 72 viginti]

[Gender equality]

[Gender equality [and empowerment of women – G77, Norway, Japan, EU, Iceland, New Zealand, RoK, Switzerland / and women’s empowerment – US, Liechtenstein]/Equality between women and men – Holy See]

CST Gender equality and empowerment of women

(Move section before para 64 – Norway, Iceland, Canada, New Zealand, Liechtenstein, RoK)

(Move after section on green jobs – Liechtenstein)

102. We recognize that sustainable development is linked to and depends on women’s economic contributions, both formal and informal. We note with concern that persistent social and economic inequities continue to affect women and children, who make up the majority of those living in poverty.

[102. [We reaffirm Principle 20 of the Rio Declaration recognizing women’s vital role in sustainable development. [We recall the international community’s endorsement for the full and equal integration of women in development activities, including Agenda 21, and the Beijing Declaration and Platform for Action adopted in 1995, as well as the Millennium Declaration. – Holy See delete] – G77; US delete] We recognize [that sustainable development is linked to and depends on women’s [socio- –G77, RoK] economic contributions, both formal and informal [the importance of gender equality and the vital role that women’s equal economic and political participation has for achieving sustainable development –EU, Canada, Switzerland]. We note with concern that persistent social and economic inequities continue to affect [mostly – Montenegro, Holy See] women [and children – Canada delete] [especially from vulnerable social groups – Serbia/ especially persons in vulnerable situations - Holy See; EU delete], who make up the majority of those living in poverty. – Iceland, US, Norway delete]

102. alt 1 We recognize that women, in their capacity as social, economic, political, and environmental actors, are powerful agents of change, and that [investing in women –G77 work on language] is essential to achieving all three pillars of sustainable development. – US, Iceland, Canada, Liechtenstein]

[102. alt 2 We underscore that the participation of women in the economy and their active involvement in political and economic decision-making, is crucial for sustainable development. – Norway, EU, Iceland, New Zealand; G77 streamline]

CST 102. We reaffirm Principle 20 of the Rio Declaration recognizing women’s vital role in sustainable development, and recall the international community’s endorsement for the full and equal integration of women in development activities, including Agenda 21 and the Beijing Declaration and Platform for Action adopted in 1995 as well as the Millennium Declaration. We reiterate the need for effective participation of both men and women in decision-making and

management at all levels. We underscore that the participation of women in the economy and their active involvement in political and economic decision-making is crucial for sustainable development. *(The middle of para 22 merged with 102,102 alt 1 and 102 alt 2)*

[102 alt 2 bis We [agree to – US reserve] accelerate the implementation of commitments to advance gender equality and women’s rights, including through the repeal of discriminatory laws and removal of barriers, the reform of institutions and the development and adoption of innovative measures to address informal and cultural practices that act as barriers. We recognize the economic benefits of enabling the full participation of women in the economy by putting in place economic policies that explicitly address the unique challenges that limit women. Particular emphasis should be given to:

- a) [Ensuring – US reserve] that women have full and equal access to and control over productive resources through the equal right to own property and the right to inherit and equal access to credit, financial and extensions services along the entire value chain;**
- b) [Ensuring – US reserve] women’s equal rights and opportunities in political decision-making processes that are participatory, responsive, equitable and inclusive;**
- c) Improving access to markets through trade and technical assistance programmes and microfinance;**
- d) Supporting the rise of women leaders in the public and private sectors;**
- [e) [Ensuring – US reserve] universal access to quality and affordable family-planning and other sexual and reproductive rights and health services – Holy See delete; EU similar to pre91 and 101] – Norway, Iceland, New Zealand, Liechtenstein, RoK, Switzerland; US reserve; G77 merge with 102 ter]**

[102. bis We recognize that progress on gender equality has been made in some areas but the potential of women to engage in and contribute to sustainable development as leaders, participants and agents has not been fully realised. To invest in women is to invest in sustainable development. Women can be among the greatest contributors to promoting, sharing and practicing sustainable development methods and practices if they are allocated equal access to opportunities and resources and are afforded critical decision-making roles in sustainable development. We recognize that investing in the development of women has a multiplier effect. –G77, Iceland, Canada, *Liechtenstein*; Norway strengthen language; EU support in principle, revert on language]

[102. ter We reiterate the need to accelerate implementation of commitments to gender equality and women’s empowerment and urge countries to implement Agenda 21’s call for national governments to formulate and implement clear governmental policies and national guidelines according to national laws and strategies for the achievement of equality, including the promotion of women’s literacy, education, training, nutrition, [health, including sexual and reproductive

health, /basic healthcare – Holy See] and their participation in key decision-making positions and in management of the environment, particularly as it pertains to their access to resources, by facilitations better access to all forms of credit, including in the informal sector, taking measures towards ensuring women's access to property rights as well as agricultural inputs and implements. – G77, Iceland; EU - support in principle, revert on language]

[102. quat We call for the effective implementation [of Section K - Canada] of the Beijing Platform for Action [, including Section K Women and the environment to involve women actively in environmental decision making at all levels; –Canada] [on Women to / and strengthen or establish mechanisms at the national, regional and international levels to assess the impact of development and environmental policies on women –Canada] integrate gender concerns and perspectives in policies and programmes for sustainable development . –G77, Iceland; US delete; New Zealand reserve] (*Move to Section II*)

[102. quint We recall the international endorsement for the full, equal and beneficial integration of women in economic and political decision making, environmental management and development[, including through the Rio Declaration, Agenda 21, the Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women, the Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women (CEDAW) and the Beijing Declaration and Platform for Action – Holy See delete]. We reiterate the need to accelerate implementation of commitments to gender equality and women's empowerment.-Switzerland; US, New Zealand delete; Canada move to Preamble; G77, EU would like to work on concept] (*Move to Section II*)

CST 102. bis We recognize that progress on gender equality has been made in some areas but that women make up the majority of the poor and the potential of women to engage in and contribute to sustainable development as leaders, participants and agents has not been fully realised on account of persistent social economic, and political inequities. Women can be among the greatest contributors to promoting, sharing and practicing sustainable development methods and practices if they are allocated equal access to opportunities and resources and are afforded critical decision-making roles in sustainable development. We recognize that investing in the development of women has a multiplier effect. We therefore call for removing barriers that prevent women from being full active participants in the economy and decision-making, and we support prioritizing measures to promote gender equality and women's empowerment in all spheres of our societies (*Merged 102 bis, 102 ter, quat and quint, 103 and 103 quat*)

103. We call for removing barriers that have prevented women from being full participants in the economy and unlocking their potential as drivers of sustainable

development, and agree to prioritize measures to promote gender equality in all spheres of our societies, including education, employment, ownership of resources, access to justice, political representation, institutional decision-making, care giving and household and community management.

[103. [We note with concern that persistent social economic, and political inequities continue to hinder women's contribution to sustainable development. Although some progress has been made, women make up the majority of the poor and the potential of women to engage in and contribute to sustainable development has not been fully realized. – US, Canada; Iceland moved to Section 2 b on remaining gaps] / [We recognize that progress on gender equality has been made in some areas but the potential of women to engage in and contribute to sustainable development as leaders, participants and agents has not been fully realized - Switzerland] We call for removing barriers that [have prevented / prevent – US, Canada, G77] women from being [full / active – US; EU requests clarification] participants in [the [formal and informal – EU] economy / all sectors –G77 / their societies and economies – US, G77] and [from – US] [unlocking / releasing – EU, Canada their potential as drivers of – Holy See delete; EU requests clarification] sustainable development, [and [agree to prioritize / reaffirm our resolve to prioritize further – EU / We support prioritizing – US, Canada] measures to promote gender equality [and women's empowerment – US, Canada] in all spheres of our societies, including education, [health, - Canada, Montenegro] [, business -Mexico] employment, [, healthcare, – US, Holy See] [, entrepreneurship -Turkey] [, capacity and skills building, access to and – Japan; G77 delete] ownership of resources, access to justice, [credit and financial services, - Australia] [access to health services including reproductive health –US; Holy See delete] political representation, [and civic engagement – US] [participation in social life –Montenegro] institutional decision-making, care giving [, marriage and family relations – Montenegro, Holy See] and household and community management [and agree to ensure equal access and control of economic resources such as land, technology, education and professional training for both women and men. We agree to promote equal pay in the formal and informal sectors –EU, Iceland] [We further call for the greater participation of women in all decision making related to the development and implementation of strategies and programs for sustainable development.- US, Canada] – Iceland, Norway, New Zealand delete; G77 streamline] (*captured in CST 102 bis and CST 103*)

CST 103. We call for removing any barriers that have prevented women from being full participants in the economy and unlocking their potential as drivers of sustainable development, including through the repeal of discriminatory laws and removal of formal barriers, the reform of institutions and the development and adoption of innovative and special measures to address informal and cultural practices that act as barriers. (*Paras 103 and 103 alt 1*)

CST 103. pre bis. We reiterate the importance of creating an enabling environment for improving the situation of rural women and girls, including indigenous

women, by ensuring systematic attention to their needs, priorities and contributions, including through their full participation in the development, implementation and follow-up of all relevant development policies, and programmes, and strategies. (Merged 104 quint and sext)

CST 103 bis. We recognise that all monitoring frameworks must use gender sensitive indicators and gender disaggregated data in order to deliver on the promise of sustainable development for all. (103 alt 2)

[103. alt 1 We call for removing any barriers that have prevented women from being full participants in the economy and unlocking their potential as drivers of sustainable development, including through the repeal of discriminatory laws and removal of formal barriers, the reform of institutions and the development and adoption of innovative and special measures to address informal and cultural practices that act as barriers. –Iceland, Norway, New Zealand; Canada, G77 streamline; EU - support in principle, revert on language]

[103. alt 2 We recognize that all monitoring frameworks must use gender sensitive indicators and gender disaggregated data. – Norway, Iceland, Switzerland; Holy See delete; Canada streamline; New Zealand reserve; G77 reserve, linking with capacity building framework; EU support in principle, revert on language]

[103. bis We recognize that women play a key role in providing food security, that they have knowledge in matter of environmental conservation and implement adaption strategies which need to be enhanced. We call for greater participation of women’s organization to all decisional process of sustainable development. – EU, Liechtenstein, Switzerland; New Zealand streamline]

[103. ter We agree to ensure that women have full and equal access to and control over productive resources through the equal right to own property and the right to inherit, and equal access to credit, financial and extension services along the entire value chain; ensuring women’s equal rights and opportunities in political decision-making processes that are participatory, responsive, equitable and inclusive [and ensuring universal access to quality and affordable family-planning and other sexual and reproductive rights and health services. – Holy See delete]- Iceland, Norway; New Zealand streamline; EU support in principle, revert on language; G77 language should be made consistent with Cairo declaration]

CST 103. ter We agree to ensure that women have full and equal access to and control over productive resources through the equal right to own property and the right to inherit, and equal access to credit, financial and extension services along the entire value chain; ensuring women’s equal rights and opportunities in political decision-making processes that are participatory, responsive, equitable and inclusive and ensuring universal

access to quality and affordable family-planning and other sexual and reproductive rights and health services. (Paras 103.alt 2 and 103 ter) (to check against Cairo Declaration language).

[103. quat We reiterate the need for effective participation of both women and men in decision-making and management at all levels and encourage the use of national mechanisms to increase the number of women in positions of [power/leadership – Holy See]. To reach that goal, we intend to raise the proportion of women in leadership positions to at least 40 per cent, with the aim of reaching gender parity. – Iceland; EU support in principle, revert on language; US delete; Canada, New Zealand streamline] (captured in CST 103)

[103. quint Governments are encouraged to review their policies related to information society to ensure the inclusion of a gender perspective in all activities, and to promote and increase the interest of, and opportunities for, women and girls in Information and Communications Technology (ICT) during elementary, secondary and higher education, and to further ensure equal access for women and girls to information-communication technologies, as the key enabler for social and economic development. – Serbia, Liechtenstein; G77 delete] (captured in technology transfer)

104. We support the work of UN Women in achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life and bringing greater attention to the linkages between gender equality and the promotion of sustainable development.

104. [We call for coherent and integrated work of relevant UN agencies, including UN women in working towards the achievement of gender equality and empowerment of women. – G77, RoK] / [We call on the international community to take into account the important connection between gender equality, women's empowerment, and sustainable development while carrying out programming: from planning, budgeting, implementation, through to evaluation including monitoring and reporting. – US; G77 delete] We [support / encourage – Norway] the work of [UN Women / all UN agencies – EU / the UN system – Norway, Switzerland] [in / towards-US] [supporting national efforts in leading, coordinating and promoting the accountability of the UN system in its work on – G77] [promoting and – Norway] achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life and – Holy See delete; Norway retain; EU requests clarification; Iceland retain] [in – US] [bringing greater attention to the / stress the need of ensuring better – EU] linkages between [gender – Holy See delete; EU retain] equality [of men and women – Holy See; EU delete] and the promotion of sustainable development. . [We stress the need to ensure adequate funding for UN-Women. – Iceland] [We support the mandate and the work of UN Women and its important role in holding the UN system accountable for commitments on gender equality. – Norway, Iceland, Canada, RoK, Switzerland; New Zealand, G77 streamline]

CST 104. We encourage the work of the UN system, including UN Women, in promoting and achieving gender equality and

the empowerment of women in all aspects of life and bringing greater attention to the linkages between gender equality and the promotion of sustainable development. (104)

CST. 104. bis We call on donors, international organizations including the UN System organizations, IFIs, regional banks, major groups and the private sector, to take conscious account of gender considerations, and ensure the participation of women in their decision making, programme planning, budgeting, implementation, monitoring and reporting. (104. sept)

[104. bis We [agree to develop and implement policies that promote the access -Norway] invite countries to consider the adoption of policies that promote the access of women to appointed and elected posts, as well as adopt policies to ensure effective application of national and international instruments to increase participation and representation of women in all commissions, tribunals, local government bodies, statutory bodies among others set up by the government with a view to achieving equal representation of women. –G77, Norway; Iceland merge 103 quat; EU support in principle, revert on language; Canada streamline] (captured in CST 102)

[104. ter We encourage all employers and organizations to take a comprehensive approach to advancing equality in the workplace, including by adopting principles of non discrimination; measures to advance women into leadership roles; gender sensitive work life and health policies; education, training and professional development targeting women. –G77, Norway; Canada streamline; EU support in principle, revert on language] (Move to section on jobs)

[104. quat We call on countries to encourage men and women to share responsibilities in family life and to make adequate provisions for child care services and formulate policies that will enable both fathers and mothers to balance family responsibilities with work responsibilities as appropriate. We emphasize that childcare is as much a man's issue as well a women's issue. –G77, EU, Iceland, Norway, New Zealand, Liechtenstein] (Co-chairs suggest to retain para as is)

[104. quat alt Every effort should be made to promote the shared responsibilities of mother and father in the family and their active involvement in responsible parenthood. Policy should be established to enable both mother and father to reconcile and equitably share work and family responsibilities, and where needed, adequate child care support should be provided. – Holy See; G77 delete] (captured in 104 quat)

[104. quint We reiterate the importance of empowering rural women and girls, including indigenous women, as critical agents for enhancing agricultural and rural development. We are committed to adopt gender-responsive rural

development strategies and ensure that the needs and priorities of rural women are systematically addressed. –G77; Canada streamline; EU support in principle, revert on language]

[104. sext We reiterate the importance of creating an enabling environment for improving the situation of rural women and ensuring systematic attention to their needs, priorities and contributions, including through enhanced cooperation and a gender perspective, and their full participation in the development, implementation and follow-up of macroeconomic policies, including development policies and programmes and poverty eradication strategies, including poverty reduction strategy papers where they exist, based on internationally agreed development goals including the Millennium Development Goals; -G77; Canada streamline; EU support in principle, revert on language]

[104. sept We call on donors, international organizations including the UN System organizations, IFIs, regional banks, major groups and the private sector, to take conscious account of gender considerations, and ensure the participation of women in their decision making, programme planning, budgeting, implementation, monitoring and reporting. – Iceland, Norway, Switzerland; US move to MOI; Canada streamline; EU support in principle, revert on language]
(Moved up as CST 104. bis)

[Private Sector – EU, US; G77, US move to Section II; US questions placement to Section III; New Zealand questions placement]
(Co-Chairs' Note: much of this sub-section has been moved to Section II)

[104. dec We recognize the need to establish a process aimed at agreeing on and developing a reliable and robust global system for [national sustainability accounting –G77 open to pursuing this] and reporting across the world. We also recognize the need for a global commitment on corporate sustainability reporting for all listed companies based on the “Report or Explain” principle to introduce comparable, reliable and output oriented accounting and reporting systems as complement to financial reporting. The Global Reporting Initiative launched in Rio in 1992 can serve as reference for such a commitment and its enforcement. – EU, Switzerland, Norway; US, New Zealand reserve; G77 delete, open to work on concepts]

[104 dec alt We encourage all organizations to disclose environmental and social performance in accordance with international recognized standards such as the global reporting initiative. –Canada; G77 delete]

[104. undec We encourage businesses to align their practices with universally accepted principles concerning human rights, labour, social security, environment and anti-corruption, such as those set forth by the UN Global Compact. – EU, New Zealand, Switzerland, Norway; US reserve; G77 delete]

[Sustainable innovation and investment – EU; G77 delete]

(Co-Chairs' Note: much of this sub-section moved to the SCP sub-section)

[104. duodec We resolve to work together with stakeholders to create incentives for investment in sustainable technologies, innovation and infrastructures, including through:

- a) [The adoption of policies and targets / The developmenet of guiding policies – Canada] that can reduce investor uncertainty, in particular enhancing certainty about the long-term regulatory and policy environment.
- b) The establishment of [sustainable development / green – Canada] criteria for cost-effective procurement aimed at achieving a shift towards sustainable procurement over the next 10 years.
- c) The development of sustainability standards for resource extraction and production through active participation in international standardization processes, capacity building and technical assistance. – EU; US reserve and questions placement; New Zealand, Canada, Norway, Russian Federation, Belarus reserve; G77 delete]

[Correct price signals – EU; Australia bracket; US reserve and questions placement; Belarus reserve; G77 delete]

[104. tredec We resolve to take the following actions for making prices on products and services reflect true environmental and social costs and benefits:

- a) Establish natural resource and externality pricing instruments, including carbon pricing, through mechanisms such as taxation, regulation or emissions trading systems by 2020. [–Norway supports]
- b) Explore the possibility to develop schemes for payments for ecosystem services. [–Norway supports]
- c) Call for the rationalization and phasing out of environmentally or economically harmful subsidies, including for fossil fuels, that encourage wasteful consumption and undermine sustainable investment and are incompatible with sustainable development, complemented, by measures to protect poor and vulnerable groups. In this regard we support the establishment of a platform, recommending international objectives and targets and facilitating the most effective practices. We support that in addition to the platform countries pledge to assist other countries to phase-out fossil-fuel subsidies that are incompatible with sustainable development. –New Zealand bracket]
- d) Expand existing G20 and APEC commitments regarding the rationalization and phasing out of inefficient fossil fuel subsidies in the medium term to all UN Member States and timely implementation of the strategic goal and targets on subsidies harmful to biodiversity set out in "The Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020". – EU adapted c and d from para #126; US,

Canada, Russian Federation, Belarus reserve; New Zealand bracket; G77 delete]

Subsidies discussion captured in subsection on Trade; pricing addressed in green economy section and SCP subsection.

[Mining – Australia, Canada, Switzerland; US merge]

[104. quattuordec We recognise that mining can be a catalyst for sustainable economic development and poverty alleviation. We urge countries with a mining sector to adopt comprehensive legal and regulatory frameworks and policies to facilitate mining practices that deliver economic and social benefits to all citizens of producing countries and include sound management of the environment and the conservation of biodiversity. We also urge governments and the mining sector to commit to the continuous improvement of accountability and transparency, acknowledging the importance of leading practices in public financial management – Australia merge with 96 non, Canada, Switzerland; US reserve and merge; G77 reserve, willing to work]

Co-chairs propose to move this section to before Education as CST 97quint

Sustainable Tourism – ROK moved to 71 sept]

[A should follow Agenda 21 chapters – G77]

[EU move para 111. here]

B. Accelerating and measuring progress

**B. [Accelerating and measuring progress / Sustainable Development Goals –G77]
US, Canada, New Zealand reserve this entire section]**

CST B. Sustainable Development Goals

[Propose that this section be structured in 4 paragraphs:

1 para on characteristics

1 para on process (merge 106 into 108)

1 para on potential issues, areas and themes (107)

1 para on measurement of progress (109)-Switzerland, RoK, New Zealand]

(Merged with G77's proposed organizational structure to form overarching structure of section)

[Propose alternative structure:

1. Vision on Sustainable Development Goals

2. Principles that should guide Sustainable Development Goals

3. Process (Merged with Switzerland's proposed organizational structure to form overarching structure of section)

3.1 Has to be Intergovernmental

3.2 Has to be inclusive, transparent and open-ended

3.3 Has to be under the UN General Assembly (*Merged into CST 106*) -G77]

[Pre105. We encourage countries to develop the capacity to monitor and integrate environmental, social, and economic data, in order to value natural and social capital, and integrate that data in national accounts and development plans. – US, Canada; Switzerland, RoK move and merge with 110; G77 delete] (*Merged into CST 111*)

[Pre105 alt We emphasize that Sustainable Development Goals (SDGs) as well as an inclusive Green Economy in the context of Sustainable Development and Poverty Eradication and an enhanced Institutional Framework for Sustainable Development are important elements for progress. –EU; G77 delete]

[Pre105 alt bis We [agree / consider – G77] to advance global and coherent Sustainable Development Goals that complement and strengthen the development agenda for the post-2015 period which fully encompass the three dimensions of sustainable development in a balanced and synergistic way and which are consistent with the principles of the 1992 Rio Declaration, Agenda 21 and the JPOI, are universal and applicable to all countries but allow for differentiated approaches among countries. –EU; Switzerland move to Section I] (*Merged into CST 105*)

105. We recognize that goals, targets and milestones are essential for measuring and accelerating progress towards sustainable development and agree to launch an inclusive process to devise by 2015:

a) a set of global Sustainable Development Goals that reflect an integrated and balanced treatment of the three dimensions of sustainable development, are consistent with the principles of Agenda 21, and are universal and applicable to all countries but allowing for differentiated approaches among countries;

b) a mechanism for periodic follow-up and reporting on progress made toward their achievement.

[105. We recognize that goals, targets and milestones **[based on a core set of principles – Liechtenstein, Canada]** [are essential for **[to focused and coherent action, and –EU]** / **together with enhanced data and information can contribute to – US, Canada]** measuring and accelerating progress towards sustainable development and **[to this end – Norway]** [agree to [launch [an inclusive – Mexico delete] process / a **fully participatory, inclusive and transparent process involving all stakeholders and coordinated by the UN Secretary General – Liechtenstein, Canada]** [to devise [by 2015 – Japan delete] / **develop a set of Sustainable development goals. These goals should – Norway / support a focused effort to inform post-2015 development planning by: – US, Canada / that progress should be measured against appropriate**

targets and indicators. –EU, move para 105 after para pre 37, which is proposed to be in section V] (*Merged into CST 105 and CST 106*)

[[105 bis. a) / We agree to advance –EU] [a set of –EU delete] global [and coherent – EU] Sustainable Development Goals / **considering sustainable development goals – US, Canada**] that – Norway delete] [could be incorporated into any post-2015 framework and – US, Canada] [reflect [an integrated and/a – Switzerland] balanced treatment of / **complement and strengthen the development agenda for the post-2015 period, full encompass –EU [and –Switzerland] / integrate – New Zealand] the three dimensions of sustainable development, [in a balanced and synergistic way – EU] [are developed with consideration of cross-cutting themes – Australia, Canada] [are gender responsive, – Iceland] [reaffirm the Rio principles - Liechtenstein] [are / and – Japan / and be – Norway] [consistent with the [Rio – Norway] principles of [the 1992 Rio Declaration, –EU] Agenda 21 – Japan delete], [and the Johannesburg Plan of Implementation, -EU] [are based on and ensure the full and equal enjoyment of human rights/protection and promotion of human rights, democracy, the rule of law and good governance, gender equality and women’s empowerment – Liechtenstein] and [are b) be – Norway][universal and – New Zealand delete] applicable to all countries / **nationally-defined and relevant and universally applicable or accepted – US, Canada**] [but / while - Norway allow[ing for differentiated approaches among countries - US delete / different paths to achievement – New Zealand, RoK] [enabling all countries to translate it into national commitment to policy coherence for sustainability through appropriate legislative mechanisms – Liechtenstein; Switzerland reserves] (*Merged into CST 105*)**

b) [a / **exploring – US**] [**fully accountable – Liechtenstein**] mechanism for / **be subject to – Norway**] periodic follow-up and reporting on progress made toward their achievement. (*move as the last point – Norway, Canada*) [in the context of any post-2015 development plans – US] [that is carried out openly and transparently with the full and effective participation of all stakeholders, including civil society, and particularly people living in poverty – Liechtenstein; Switzerland reserves; EU move to 106 bis]

[b) bis **appropriate linkages to the institutional framework for sustainable development to support implementation and reporting. – Australia; Switzerland reserve]**

[b) ter **build on the successful aspects of the MDGs and be concise, action-oriented [measurable –Switzerland] and limited in number; - Norway, Switzerland, New Zealand]** (*Merged into CST 105*)

[b) quat **be designed to galvanize support and coordinated action for sustainable development and poverty eradication – Norway; Switzerland delete]** – G77 delete entire paragraph] (*Merged into CST 107*)

CST 105. We acknowledge that the MDGs have generated real and important development gains, and have played a vital

role as part of a broad development vision and framework for the development activities of the United Nations. We recognize the importance of the MDGs in ensuring coherence in the delivery of the development objective by the UN System as a whole both at national and international levels. *(105.alt 1 quat)*

CST 105 bis. We recognize that goals can be useful for pursuing sustainable development, taking into account the need for an integrated approach incorporating economic, social and environmental dimensions and recognizing their interlinkages and avoiding dealing with them in separate or parallel tracks. In this regard Sustainable Development Goals (SDGs), built upon the MDGs to whose timely achievement we remain firmly committed, could be a driver for implementation and mainstreaming of sustainable development, as well as of integration of its three dimensions. *(105.alt 1 quint)*

CST 105 ter. We recognize the importance and utility of a set of SDGs which are based on Agenda 21 and JPOI, fully respect all Rio Principles, build upon commitment already made, respect international law and contribute to the full implementation of the outcomes of all major summits in the economic, social and environmental fields. *(105.alt 1 sext)*

CST 105 quat. SDGs should contribute to achieving the three overarching objectives and essential requirements for sustainable development as defined in the JPOI: poverty eradication, changing unsustainable patterns of production and consumption and protecting and managing the natural resource base of economic and social development. They should build upon and complement the MDGs and renew and strengthen commitment towards their achievement. *(105.alt 1 sept)*

CST 105 quint. SDGs should be action-oriented; concise and readily communicable; limited in number and focused on priority areas; universally applicable while taking into account different national realities, capacities and development priorities; and voluntary in nature. *(From 105, pre 105 alt bis, 105 alt 1 sept, 105 alt 2, 105 b ter, 105 bis, 105 bis b ter, 105. alt 1 quint)*

CST 105 sext. SDGs should also give due consideration to cross-cutting issues including social equity and gender equality as well as the means of implementation. *(105.bis.a, 105.alt 1.sept)*

(Move after proposed Mexico's 105 ter)

[105. alt 1 In accordance with A/RES/65/1 we call for the General Assembly to continue to review, on an annual basis, the progress made towards the achievement of the Millennium Development Goals, including in the implementation of the outcome document and request the President of the General Assembly at its sixty-eighth session to organize a special event in 2013 to follow up efforts made towards achieving the Millennium Development Goals. –G77; Switzerland delete; Canada prefer to work on 105; RoK move to Section I]

[105. alt 1 bis We recognize that some progress has been made towards attainment of MDGs. However, we are deeply concerned that most LDCs, SIDS and African countries remain off-track in achieving most of the MDGs by 2015 and beyond. –G77; Switzerland delete; RoK move to Section I]

[105. alt 1 ter We also recognize that all the Millennium Development Goals are interconnected and mutually reinforcing and can therefore be best achieved when pursued in a holistic and comprehensive manner. Whereas there could be a need to formulate sustainable development goals, we emphasize that they must neither be used as a pretext for avoiding international commitments towards meeting MDGs targets nor pose new conditionalities for accessing development assistance. –G77; Switzerland delete; RoK move to Section I]

[105. alt 1 quat We underscore the continued relevance of the outcomes of all major United Nations conferences and summits in the economic, social and related fields and the commitments contained therein, including the Millennium Development Goals, which have raised awareness and continue to generate real and important development gains. Together these outcomes and commitments have played a vital role in shaping a broad development vision and constitute the overarching framework for the development activities of the United Nations. We strongly reiterate our determination to ensure the timely and full implementation of these outcomes and commitments. We recognize the importance of the MDGs in ensuring coherence in the delivery of the development objective by the UN System as a whole both at national and international levels. –G77; Switzerland delete; RoK move to Section I]

[105. alt 1 quint We recognize that goals can be useful for pursuing sustainable development, taking into account the need for an integrated approach incorporating economic, social and environmental dimensions and recognizing their interlinkages and avoiding dealing with them in separate or parallel tracks. In this regard Sustainable Development Goals, built upon the MDGs, could be a driver for implementation and mainstreaming of sustainable development as well as of integration of its three dimensions. –G77; Switzerland delete; RoK merge with 105] *(Merged into CST 105)*

[105. alt 1 sext We recognize the importance and utility of a set of Sustainable Development Goals which are based on Agenda 21 and JPOI, fully respect Rio Principles [in particular CBDR – EU bracket], build upon commitment already made, respect international law and contribute to the full implementation of the outcomes of all major summits in the economic, social and environmental field taking into account that these goals should ensure a holistic

coherence with the goals set in Agenda 21 and JPOI –G77; Switzerland, RoK delete] (*Merged into CST 105*)

[105. alt 1 sept SDGs should be guided by the following principles and characteristics:

- a) [Achieve poverty eradication / “Poverty eradication ..” borrow from JPOI para 1.2 - EU];
- b) Integrate in a balanced manner the three dimensions of sustainable development;
- c) Respect the sovereignty of States over their natural resources in accordance with the UN Charter and principles of international law, without causing damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction;
- d) Be consistent with the Rio principles particularly the Principle of Common But Differentiated Responsibilities;
- e) Ensure the implementation of Agenda 21 and JPOI, and the outcomes of all UN major summits in economic, social and environmental field;
- f) Build upon and complement the MDGs and renew and strengthen commitment towards their achievement;
- g) Take into account different national realities, capacities and development priorities;
- h) Rely on government driven implementation with involvement of all relevant stakeholders;
- i) Contribute to the monitoring of fulfillment of developed countries' international commitments especially those related to financial resources, technology transfer and capacity building; - EU reserve]
- j) Shall include means of implementation for developing countries, including under each goal; - EU reserve]
- k) Give special attention to the countries in special situation and to disadvantaged and vulnerable people;
- l) Not place additional restrictions or burdens on developing countries or dilute responsibilities of developed countries; - EU reserve]
- m) Contribute to fulfill the right to development and achieving equity at all levels;
- n) Should respect policy space and national development priorities of each country, in particular avoiding the establishment of mechanism for monitoring national policies;
- o) Applicable to all countries consistent with the principle of common but differentiated responsibilities. –G77; Switzerland delete; -RoK bracket entire para]
- [p) Sustainable Development Goals shall be voluntary in nature. –G77]

[RoK bracket entire para; Switzerland reflect all dimensions of sustainable development in the entire para]

(Merged and streamlined into CST 105 and CST 107)

[105. alt 2 We recognize that goals, targets and milestones are essential for measuring and accelerating progress towards sustainable development, in this regard we decide to launch a process for the adoption of a single suite of Sustainable Development Goals. – Mexico; Switzerland, G77 delete] *(Merged into CST 105)*

[105. alt 2 bis We affirm that there should be a single set of goals with sustainable development and poverty eradication as the overarching focus. – Mexico; Switzerland, G77 delete] *(Merged into CST 107)*

106. We invite all stakeholders to join this process and request the UN Secretary-General to coordinate this process.

[Move 106 to 108 -Switzerland]

[106. We [invite all stakeholders to join this process and –EU delete] [request / look forward to the efforts of – US, Canada] the UN Secretary-General [to [launch and – EU] coordinate / in relation to – US] [this / an inclusive –EU delete] [process / effort – US] [process to elaborate Sustainable Development Goals by 2015, with the participation of all relevant stakeholders. This process should be coordinated and coherent with the MDG review, without deviating efforts from the achievement of the MDGs. It will be important to have an overarching framework for post-2015 that addresses key challenges in a holistic and coherent way.-EU] action by developing a strategy for sustainable development, including in it the component of an energy-ecological balance – Kazakhstan, Belarus]. – G77 delete paragraph] *(Merged into CST 106)*

[106. alt We decide that the process to set the SDGs should be country-driven while open to the participation of all stakeholders and request the UN Secretary-General to provide all the necessary support to this process. – Mexico; G77 delete] *(Merged into CST 106)*

[106. alt 1 We request the UN Secretary General to launch and coordinate an inclusive process to elaborate Sustainable Development Goals by 2015, with the participation of all relevant stakeholders. This process should be coordinated and coherent with the MDG review, without deviating efforts from the achievement of the MDGs. It will be important to have an overarching framework for post-2015 that addresses key challenges in a holistic and coherent way. –EU, RoK; G77 delete] *(Merged into CST 106)*

[106 alt 1 bis We also agree that progress towards these goals should be measured by appropriate indicators and evaluated by possible specific targets to be achieved possibly by 2030, and request proposals from the Secretary General in this regard,

as well as proposals for periodic followup and reporting on progress made towards their achievement. –EU; G77 delete] (*Merged into CST 109*)

[106. bis We invite all stakeholders to join this process and request the President of the General Assembly and the President of the ECOSOC to develop a meaningful framework for civil society engagement to ensure participation by those directly concerned by extreme poverty and sustainable development. – Mexico; Switzerland move to 108; G77 reserve] (*Merged into CST 106*)

CST 106. We agree that the SDGs should be developed through an intergovernmental process under the General Assembly that is inclusive, transparent and open to the participation of all stakeholders. This process will need to be coordinated and coherent with the processes considering the post-2015 development agenda. (*based on suggestions before pre 105, 105, 106 and 106.alt*)

CST 106 bis. We request the UN Secretary General to launch and coordinate a process to elaborate SDGs by 2015, which will include reporting to the UN General Assembly, drawing on expert advice and be based on the participation of all relevant stakeholders. (*From 105, 106, 106 alt, 106 alt 1 and 106 bis, and guidelines on process from G77's proposed organizational structure*)

107. We propose that the Sustainable Development Goals could include sustainable consumption and production patterns as well as priority areas such as oceans; food security and sustainable agriculture; sustainable energy for all; water access and efficiency; sustainable cities; green jobs, decent work and social inclusion; and disaster risk reduction and resilience.

[107. We [propose / agree – Australia, RoK] that the Sustainable Development Goals [could / should – Australia] include [ecosystem preservation, - Kazakhstan, Belarus] [sustainable consumption and production patterns as well as priority areas [such as oceans; [forests, biodiversity, education [and universal literacy – Switzerland] - Liechtenstein] food security and sustainable agriculture; [sustainable land management; – Iceland] [sustainable energy for all -Kazakhstan retain]; [water access and efficiency / access and efficient use of water – ROK]; [[gender equality and the empowerment of women –Iceland]; health – Liechtenstein] sustainable cities; [resource-efficient and responsible industrial production, – Serbia] [green jobs, Liechtenstein delete] decent work [, green [and decent – RoK] jobs – Liechtenstein] [climate change – Switzerland, RoK] [sustainable chemicals and waste management, sustainable water management, violence and vulnerability, equitable economic rules, poverty reduction, transparent and accountable global institutions and partnerships –Switzerland] and social inclusion; [gender equality and the empowerment of women – Iceland, RoK / [political and civil rights – Switzerland] access to information and participation, social protection - Liechtenstein]; [the empowerment of women and education for sustainable

development; - Israel] and disaster risk reduction and resilience. –Australia bracketed; Japan, RoK delete] - Mexico delete] –G77, Japan delete paragraph] (*Merged into CST 107*)

[107. alt 1 We propose that any goals for sustainable development be targeted, measurable, high-level, transparent, and, to help ensure sustained commitment, focused on a small number of priority items. – US, Canada, New Zealand, Australia; G77 delete]

[107. alt 2 We propose that priority areas to be covered by the Sustainable Development Goals should include sustainable energy for all, food security and sustainable water management, as well as areas such as sustainable consumption and production patterns, oceans; sustainable human settlements; decent green jobs; disaster risk reduction and resilience. All the goals should contribute to reducing poverty, inequity and gender inequality and promote sustainable management of ecosystems and natural resources. An expert mechanism should be established by the Secretary-General to elaborate and refine the goals before their adoption by member states. – Norway; Mexico, G77 delete] (*Merged into CST 107*)

[107 alt 3 We propose that the Sustainable Development Goals should be limited in number and easily communicable. They should include key thematic areas, their interlinkages and cross-cutting issues, giving particular consideration to areas covered in Chapter V, Section A. –EU, New Zealand; Japan reserve; G77 delete] (*Merged into CST 107*)

CST 107. We propose that the SDGs address key priority areas, their interlinkages and cross-cutting issues, giving particular consideration to areas covered in Chapter V, Section A. (From 105 alt 2 bis, 107, 107 alt 2 and 107 alt 3)

108. We consider that the Sustainable Development Goals should complement and strengthen the MDGs in the development agenda for the post-2015 period, with a view to establishing a set of goals in 2015 which are part of the post-2015 UN Development Agenda.

[108. [We agree that the Sustainable Development Goals should be developed through a transparent UN system wide process led by the UN Secretary General, drawing on expert advice and involving member states, as well as stakeholders. - Switzerland]. We consider that [this process for establishing –Switzerland] the Sustainable Development Goals should / sustainable development goals could – US, Canada] complement and strengthen the MDGs [[in the development agenda for/ and any goals developed for – US, Canada] the post-2015 period – Norway delete], with a view to [establishing / elaborating – US, Canada] a [single – Australia, Norway] [set of [global – Norway] goals / more coherent international development agenda – US, Canada] in 2015 [which are part of / while being closely coordinated with the MDG review process and with the overall aim of informing and strengthening – Canada /

as a key component of - Norway] the post-[2015 UN Development Agenda. [These goals should be developed through an inclusive process involving all stakeholders, and we request the UN Secretary-General to coordinate this process. – Norway] [and be integrated into a set of post-2015 development goals - Japan] – US; EU delete and merge with 106; G77, Mexico delete paragraph] *(Merged into CST 106)*

[108. alt 1 We consider that the Sustainable Development Goals should be informed by a full and meaningful review of existing development goals, including the MDGs, and be fully integrated into a global over-arching post-2015 UN Development Framework with sustainable development and poverty eradication at its core. – Liechtenstein; G77 delete]

[108. alt 2 We agree that the adoption of Sustainable Development Goals in 2015 should be part of the post-2015 UN Development Agenda, in this respect we recognize that Sustainable Development Goals should complement and strengthen the MDGs in the development agenda for the post-2015 period. – Mexico; G77 delete] *(Move as 105 bis- Mexico)*

[108. bis. We decide to set off a process for a single post 2015 framework in order to further develop the SDGs; define appropriate targets and indicators and to develop a mechanism for periodic follow-up and reporting on progress made towards the achievement of such goals. To this end, we recommend to the General Assembly to establish a Group of Experts integrated by representatives of governments and relevant stakeholders and from specialized agencies with expertise in the environmental, social and economic aspects of sustainable development. – Mexico; Canada reserve; G77 delete]

109. We also propose that progress towards these Goals should be measured by appropriate indicators and evaluated by specific targets to be achieved possibly by 2030, and request the Secretary-General for proposals in this regard.

[109. We also [propose / agree –EU] that progress towards these [Goals/goals – US] should be measured [by/in an – Japan] appropriate [manner – Japan] [range of – Canada] indicators and evaluated by [possible –EU] specific targets [to be achieved possibly by [2030 / 2032 -Switzerland], [with strong benchmarks of progress at regular intervals – Liechtenstein] and request the Secretary-General for proposals in this regard / defined at the national level – US] [, as well as for periodic follow-up and reporting on progress made toward their achievement –EU]. – G77, Mexico, EU delete paragraph, move to 106bis] *(Merged into CST 109)*

CST 109. Progress towards the SDGs should be measured in an appropriate manner by a set of appropriate indicators and evaluated by specific targets. We request the Secretary-General for proposals in this regard as well as for periodic reporting on progress made towards the achievement of the SDGs to the General Assembly. (From 109, 106 alt 1 bis)

110. We resolve to strengthen the capacity of all countries to collect and analyze data and information needed to support the monitoring of progress towards the Sustainable Development Goals. We request the Secretary-General, with the support of interested donors, the UN system, international organizations and other entities, to promote a global partnership in this regard.

[110. We resolve to strengthen the capacity of all countries to collect and analyze data and information needed to support the monitoring of progress towards [the sustainable development including – New Zealand] the Sustainable Development Goals. [Such information should also support policymaking processes. The shared environmental information system (SEIS) in the pan-European region illustrates a successful approach to supporting countries’ efforts. – Serbia; Switzerland reserve] [and in this connection we support the relevant work of the UN Statistical Commission on economic and environmental accounting and further request the Commission to advance in a process of identifying appropriate consensual statistical indicators with the aim of measuring progress in the achievement of these goals – Mexico; Switzerland reserve]] [We / and further – Mexico] [request the Secretary-General [, with the support of interested [donors / countries –Japan, RoK], the UN system, international organizations and other [entities / stakeholders – Liechtenstein], to promote a global partnership in this regard / to ensure that the work on strengthening this capacity is integrated into the schemes and measures on capacity building included in chapters III and V of this document, and further coordinated with existing relevant capacity development schemes in the UN system -EU / encourage the international community and the relevant bodies of the United Nations system to assist the efforts of developing countries in this regard by providing capacity-building and technical support.- New Zealand] – EU to revert] – G77 delete paragraph; US bracketed; EU reserve; Canada merge pre105]

111. We also recognize the limitations of GDP as a measure of well-being. We agree to further develop and strengthen indicators complementing GDP that integrate economic, social and environmental dimensions in a balanced manner. We request the Secretary-General to establish a process in consultation with the UN system and other relevant organizations.

[111. We also recognize the limitations of GDP as a measure of [well-being / sustainable growth – EU, Canada]. We [agree / intend – US, Canada] to further develop [[methods of accounting for natural capital and social well-being, and to use these measurements in our national systems to assess progress, encourage transparency and accountability, and inform policy decisions –Canada]. We agree to further develop and [strengthen / improve – EU] indicators [and wealth accounts – Canada; Switzerland, RoK delete] [complementing / to complement – EU, Canada] GDP [and measures progress towards sustainable development – EU, Canada] [that integrate / integrating – EU] economic, social and environmental dimensions in a balanced manner [taking into account the contributions of and impacts on men and women – US, Canada; Switzerland delete / based on appropriate statistical and geospatial information. In this regard, we [support / take into account –RoK] the

work of the OECD in creating and developing green growth indicators. – ROK; Canada delete]. We request the Secretary-General to [establish / explore – US, Canada, New Zealand] a process [in consultation with the UN system [, a broad range of stakeholders including civil society, research community – Liechtenstein, New Zealand] and other relevant organizations / to collate such information and track progress at a national level – EU] [in this regard – US, Canada] – G77 delete paragraph; EU to come back on placement; Liechtenstein, New Zealand move to end of Section V A as a separate section therein including comments and addition already made]. *(Merged into CST 111)*

CST 111. We also recognize the limitations of GDP as a measure of well-being and sustainable growth. As a complement to measuring GDP, we intend to further develop methods of accounting for natural capital and social well-being, and to use these measurements in our national systems to assess progress, encourage transparency and accountability, and inform policy decisions. *(From pre 105 and 111)*

[111. bis We decide to establish an integrated and scientifically credible global sustainable development assessment to support decision-making processes at appropriate levels, to assist member states in identifying policy options to speed up the achievement of the sustainable development goals and to inform, including through an agreed Summary for Policy Makers, the discussions of ECOSOC and request the Secretary General, through the Department of Economic and Social Affairs, UNDP and UNEP to lead a system-wide effort in this regard. - Mexico; G77 delete]

C. Means of implementation

C. Means of implementation

(G77 MOI should be separate Chapter 6, with subsections Finance, Technology Transfer, Capacity Building; Move subsection on Trade to after para 86; Insert para 22 and onwards as chapeau)

Co-chairs suggest chapeau to the whole of section C

CST pre pre 112. We emphasize that countries have primary responsibility for their own development, and we further emphasize the central role of national policies and development strategies in fostering sustainable development. We also strongly believe that increased political commitment is essential to fill the gaps in the means of implementation. Development efforts at the national level need to be supported by an enabling

international environment that complements national actions and strategies. We further recognize that the mobilization of domestic and external resources, and enabling domestic and international environments are key drivers of development; and, we reaffirm the importance of the rule of law, sound policies and good governance at all levels.

(Constructed from Pre 112 bis, with last sentence from Pre112.quint added and Pre 22.quat from Section II)

CST pre pre 112 bis. We reaffirm that the following means of implementation identified in Agenda 21, programme for further implementation of Agenda 21 and JPOI are indispensable to achieving full and effective translation of sustainable development commitments into tangible sustainable development outcomes: financing, technology development and transfer, capacity development, globalization and trade. *(pre 22. bis in section II)*

[Finance]

[Finance]

(New Zealand merge pre112 – pre112 quat)

[Pre 112. The past decade has seen an unprecedented shift in global wealth, with emerging economies becoming increasingly important in responding to global challenges and as partners for low-income countries in terms of trade, foreign direct investment, portfolio flows and technical cooperation. At the same time, low-income countries as a group have registered higher growth rate and integration in global trade and the volume of foreign direct investment going to these countries has increased manifold. The transition to sustainable development requires that the new opportunities, new partnerships and promising innovative sources of development finance that are part of the new international development landscape are tapped alongside the traditional means of implementation. At the same time, the proliferation of new funds should be avoided, the number of operating funds should be rationalized in order to improve aid effectiveness. Governance should be improved both in existing funds and considered a priority in those yet to be established. Multilateral organizations, such as the Multilateral Development Banks can help bring emerging and traditional partners together, as has been the case with a number of emerging economies over the past two decades. Mobilizing domestic resources, the primary source of public financing for development and identifying innovative, inclusive and sustainable sources of growth will be increasingly important as countries grow. – EU; G77 delete]

[Pre 112. bis We emphasize that countries have responsibility for their own development and the central role of national policies and development strategies in fostering sustainable development. We recognize that the mobilization of domestic and external resources and an enabling domestic and international environment

are key drivers of development and reaffirm the importance of the rule of law, sound policies and good governance at all levels. – EU, Norway; G77 delete]

[Pre 112 ter. We recognize that both public and private sources are essential for financing sustainable development and the transition to a green economy. We underline the key role of the private sector in promoting this transition, including through multi-stakeholder partnerships. The public sector must create an enabling business environment, including a regulatory framework conducive to long-term investment and socially and environmentally responsible corporate behaviour. As a complement to improved investment frameworks and private finance, public instruments such as guarantees and other risk-sharing instruments, technical assistance and concessional loans can help leverage finance for the transition to a green economy. At the international level, several initiatives demonstrate potential for leveraging innovative financing for sustainable development as identified for instance by the Leading Group. – EU, Norway, US merge with pre112; G77 delete]

[Pre 112. quat We recognize that both public and private sources are essential for financing sustainable development. We recognize that ODA can play an important role in leveraging the necessary private investments, i.a. through guarantees, risk sharing mechanisms and technical assistance. We agree that possible means of finance [beyond – EU clarify] ODA to promote sustainable development include domestic resource mobilization, the fight against illicit capital flows, public/private partnerships and innovative financing mechanisms. South/south cooperation and triangular cooperation will also be indispensable – Norway, EU, Switzerland, Canada, Mexico *place after official ODA*; Japan, G77 reserve]

[Pre 112 quint We reaffirm that national ownership and leadership are indispensable in the development process. There is no one size fits all. We reiterate that each country has primary responsibility for its own economic and social development and that the role of national policies, domestic resources and development strategies cannot be overemphasized. At the same time, domestic economies are now interwoven with the global economic system and, therefore, an effective use of trade and investment opportunities can help countries to fight poverty. Development efforts at the national level need to be supported by an enabling national and international environment that complements national actions and strategies. –New Zealand; G77 reserve]

CST Pre 112. We urge countries to prioritize sustainable development in their allocation of resources in line with national priorities and needs, and we recognize the importance of substantial increases in the provision of financing from all sources to developing countries for sustainable development. We call for the strengthening of international and national financial mechanisms accessible to sub-national and local governments to implement sustainable development programmes. (*pre 112 to Pre quint as concepts are captured in chapeau of means of implementation and subsequent paragraphs proposed as indicated in notes*).

112. We call for the fulfilment of all official development assistance commitments, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all necessary and appropriate measures to raise the rate of aid disbursements to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries in line with the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the decade 2011-2020 in accordance with their commitments.

[112. We [call for / **reaffirm that – Japan, New Zealand**] the fulfilment of all official development assistance commitments [**is crucial – Japan, New Zealand**], including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national [product / **income – EU; New Zealand retain**] for official development assistance to least developed countries. [To reach their agreed timetables, donor countries should take all [necessary and –Canada, Japan delete] appropriate measures to raise the rate of aid disbursements to meet their existing commitments. [We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries in line with the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries for the decade 2011-2020 in accordance with their commitments. – Canada delete] – EU, US delete] -G77 delete] **[We also expect that new donors will gradually increase their contribution to financing the international development and humanitarian effort in step with their growing wealth – EU]**

[112. alt We call for the fulfillment of all ODA commitments is crucial, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of GNP for ODA to developing countries by 2015 and to reach the level of at least 0.5 per cent of GNP for ODA by 2010, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all necessary and appropriate measures to raise the rate of aid disbursements to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of GNP for ODA to developing countries, [in particular middle-income countries, -Belarus] including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to least developed countries in accordance with their commitments, taking into account that the 2010 deadline was not fulfilled by 2010, and 0.7% by 2015, at the latest. We also urge developed countries to meet their ODA commitments as agreed in IPOA. To build on progress achieved

in ensuring that ODA is used effectively, we strongly encourage all donors to establish, as soon as possible, rolling indicative timetables that illustrate how they aim to reach their goals, in accordance with their respective budget allocation process. We stress the importance of mobilizing greater domestic support in developed countries towards the fulfillment of their commitments, including through raising public awareness, and by providing data on aid effectiveness and demonstrating tangible results. – G77, Mexico, Belarus; EU, US, Switzerland, Japan, Canada delete]

CST 112. We call for the fulfilment of all official development assistance commitments, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all appropriate measures to raise the rate of aid disbursements to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of gross national product for official development assistance to least developed countries in accordance with their commitments. *(Constructed from 112, with reference to Istanbul PA deleted. ODA is restored to first position in the Finance section as requested by a number of Member States).*

Note: Co-chairs suggest putting paragraph on development effectiveness here.

CST 114. We call for increased development effectiveness, taking into account the Paris Declaration, the Accra Agenda for Action and the Busan Partnership for Effective Development Cooperation to improve the effectiveness and quality of aid based on the fundamental principles of national ownership, alignment, harmonization, managing for results, and mutual accountability and transparency. In addition to focusing on development effectiveness, Governments, civil society and development cooperation partners must work together to monitor progress on their joint and individual performance in delivering sustainable development results. *(From paragraph 114 with some amendments. "Aid effectiveness" has been replaced with "development effectiveness".)*

[112. alt bis We emphasize the need to meet the commitment of doubling aid to Africa by 2010 as articulated at the Summit of the Group of 8 held in Gleneagles in July 2015; – G77, Canada; EU, US, Switzerland, New Zealand delete] (*Move 112. alt bis paragraph to Sections I and II*)

[112. alt ter We call for the urgent and timely fulfilment of financial commitments made by developed countries in the context of the UNFCCC. We reaffirm that financing for climate change should be new, additional and independent of ODA. Such financing should not substitute ODA. Funding provided by developed countries for their own mitigation actions should also not be considered as financing for poverty eradication. -G77; EU, US, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete]

[112. bis We call for the urgent and timely fulfillment of financial commitments by developed countries made in the UNFCCC and reaffirm that financing for climate change should be new and additional and independent from ODA. Such financial transfers cannot substitute ODA. In this regard we also strongly believe that the funding that developed countries use for their own mitigation should not appear or be considered as funding for eradicating poverty and ODA should not be reduced in favor of climate change issues. – G77; EU, US, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete]

Note: 112. alt ter and 112. bis are specifically linked to climate finance

[112. ter We strongly call for enhancing the policy space for developing countries through a reformed lending paradigm. We particularly urge for fast disbursing, and front-loaded instruments designed to substantially and quickly assist developing countries facing financing gaps. -G77; EU, Switzerland, Japan, Canada delete]

[112. quat We call for the establishment of new credit facilities by the IFIs to enhance the level of financial resources available to promote sustainable development. These credit facilities should have democratic governance structures and should operate with the direct participation of all countries and without unwarranted conditionalities. – G77; EU, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete]

Note: concept is captured in the proposed text after 113. bis

[112. quint We urge developed countries to provide financial, technological and capacity-building assistance to enable all developing countries particularly vulnerable to the adverse impact of climate change, land degradation, drought, desertification and other natural phenomenon to place effective adaptation strategies as a priority. – G77; EU, US, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete]

Note: Co-chairs suggest moving 112. quint to capacity building sub-section

113. We call for the prioritization of sustainable development in the allocation of resources in line with the priorities and needs of developing countries, and for substantial increases in the provision of financing to developing countries for sustainable development. (covered in CST pre 112)

[113. **Greater coherence and coordination among the various funding mechanisms and initiatives related to sustainable development is crucial – G77, EU, Switzerland, Norway, Mexico, Kazakhstan, Belarus**] We [call for the prioritization of / **urge countries to prioritize – Canada**] sustainable development [**and green economy – Montenegro**] in [the/their – **Canada**] allocation of resources [in line with [the/**national – EU**] priorities and needs [[of/identified by – **G77**] developing [**and middle-income – Mexico, Kazakhstan; Switzerland, Japan, New Zealand delete**] countries, in particular middle-income countries, – **Belarus, Mexico, Kazakhstan; Switzerland, New Zealand, Japan delete**] and [to the extent possible – **New Zealand / recognize the importance - Japan**] [for / of – **Japan**] substantial increases in the – **Canada delete**] [**and to increase their – Canada**] provision of financing [**from all sources – New Zealand**] to developing [**and middle income – Mexico, Kazakhstan; Switzerland, Japan, New Zealand, EU delete**] countries, [in particular middle-income countries - **Mexico, Kazakhstan; Switzerland, Japan, New Zealand, EU delete**] for sustainable development.[**and reiterate that strong oversight of these resources is important to ensure that developing countries have steady and predictable access to the resources they require to implement sustainable development. Such oversight should also have inclusive, participatory and adequate representation from developing countries. – G77; New Zealand, EU delete**] - **Canada delete**] – US bracket]

CST 113. Greater coherence and coordination among the various funding mechanisms and initiatives related to sustainable development is crucial. We reiterate that strong oversight with adequate representation from developing countries is important to ensure that developing countries have steady and predictable access to adequate financing, including by the private sector, to promote sustainable development. (First sentence from beginning para. 113. Second sentence based on original 114 integrating end of para. 113. and concept from 113. ter)

[113. bis **We underline that debt crises tend to be costly and disruptive and tend to be followed by cuts in public spending, affecting in particular the poor and vulnerable. We recognize the important role on a case by case basis of debt relief, including debt cancellation and debt restructuring, with the provision of additional concessional financing, as debt crisis prevention and management tools for developing countries, and we stress the urgent need for the international community to examine options for an effective, equitable, durable, independent and development-oriented debt restructuring and debt resolution mechanism that**

takes into account the multiple dimensions of debt sustainability and its impact on development. – G77; EU, US, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete]

CST. 113. bis We call upon all Member States and the United Nations system, and invite the Bretton Woods institutions and the private sector, to take appropriate measures and actions regarding the question of the external debt sustainability of developing countries. (*From para. 35 of RES 66/189*).

[113. ter We recognize the important effect of different policy areas on sustainable development and call for enhanced policy coherence for development at multilateral, regional and national level in line with commitments made. – EU]

Note: concept of 113. ter is captured in the suggestion above on para 113.

[113. quat We call for a further involvement of the International Financial Institutions in fostering national efforts towards sustainable development, through the incorporation of environmentally and socially sound criteria in all their operations. – Mexico, Kazakhstan, Belarus; Switzerland delete; EU bracket]

CST 113. quat We reaffirm the role of International Financial Institutions (IFIs) in implementing measures to help the global community achieve the objectives of sustainable development. We reiterate the need for IFIs to enhance, within their mandates, their support for sustainable development, including through fostering national efforts towards sustainable development through the incorporation of environmentally and socially sound criteria in all their operations, as well as enhancing the level of financial resources available to promote sustainable development. (*First sentence from 117 bis, rest of paragraph using concepts in 113.quat and 112.quat*)

CST 117. We call for the Global Environment Facility (GEF) to be further strengthened, with regularity in funding flows and reform of governance processes, and encourage the GEF Assembly to make resources more accessible to meet country needs for the national implementation of their international environmental commitments. We urge further simplification of procedures and assistance to developing countries, in particular the least developed countries and SIDS, in accessing resources from the GEF, and for enhanced coordination with other instruments and programmes focusing on environmentally sustainable development. (*Modified para 117*)

114. We call for increased aid effectiveness, taking into account the Paris Declaration, the Accra Action Agenda and the Busan Partnership for Effective Development Cooperation in ensuring that aid is effective, accountable and responsive to the needs and priorities of developing countries. There is a need for greater coherence at both the international and national levels, including effective oversight of resources to ensure that developing countries have steady and predictable access to adequate financing, including by the private sector, to promote sustainable development.

[114. We call for increased [aid – Iceland, US, ROK delete] **[and development – EU, Switzerland]** / [development – Canada, US, ROK] effectiveness [of aid and cooperation for effective development – Iceland / of aid -ROK], taking into account the Paris [Declaration / **and Rome Declarations – EU**], the [Accra Action Agenda / **Accra Agenda for Action – EU, Iceland**] and the Busan Partnership for Effective Development Cooperation [outcome document of HLF4, including the New Deal for engagement in fragile states, focussing on country level implementation and launching the new inclusive Global Partnership for Effective Development Cooperation to support implementation at country level, as well as the Busan Building Blocks. These commitments should – EU] [in ensuring/ ensure – EU] that aid [as well as financing for development from other sources – EU] is [delivered in ways that are – EU] effective, [coherent, – Liechtenstein, Switzerland] accountable [transparent – EU] [gender-sensitive, - US] and responsive to the needs and priorities of [developing / partner – EU] countries / **to improve the effectiveness and quality of aid based on the fundamental principles of national ownership, alignment, harmonization, managing for results, and mutual accountability [and transparency – EU] – Canada, Switzerland, EU**. [There is a need for greater coherence [and full transparency of financial flows with publication of open, comparable and reusable data – EU] at both the international and national levels, [including effective oversight of resources – EU delete] to ensure that developing countries have [steady and predictable access to adequate / **an effective overview of – EU**] financing, including by the private sector, to promote sustainable development / **We welcome the establishment of the new Global Partnership on Development Effectiveness, as an inclusive forum to promote dialogue, mutual learning and accountability at the global level – US, EU, ROK, Switzerland] – G77 delete entire para**. [In addition to focusing on aid effectiveness, more attention must be paid to results and development outcomes. Managing for and monitoring results is central to this endeavour. Governments, civil society and development cooperation partners must work together to monitor progress on their joint and individual performance in delivering sustainable development results and ensure that citizens have access to the information needed for holding them accountable. – EU; *New Zealand merge with 15ter*]

Note: Co-chairs suggest moving this paragraph right after CST 112.

[114. bis We reaffirm our commitment to the UN Convention Against Corruption noting the potential to substantially increase the available financial

resources for sustainable development by fighting illicit capital flows. –Norway, EU, US; G77 reserve]

[114. ter We stress the need to develop innovative sources and [voluntary – New Zealand] mechanisms of finance for sustainable development. [Such mechanisms could include taxes, levies or other obligatory charges on globalized finance and transport activities, voluntary solidarity contributions, frontloading and debt-based instruments and state guarantees, public-private incentives, insurance and other market-based mechanisms – New Zealand delete]. –Norway; EU reserves; Canada, US delete]

CST 114. ter We stress the need to further develop voluntary innovative sources of finance for sustainable development and encourage the scaling up and the implementation, where appropriate, of innovative sources of finance initiatives. We acknowledge that these funds should supplement and not be a substitute for traditional sources of finance, and should be disbursed in accordance with the priorities of developing countries and not unduly burden them.

(First sentence from para 114.ter. Rest of para taken from para 51 of the Doha Declaration – Follow up International Conference on Financing for Development to Review the Implementation of the Monterrey Consensus, Dec. 2008.)

[114. quat We welcome the ongoing efforts to develop mechanisms for results-based financing of ecosystem services, such as in forests in developing countries (REDD+), and call for the urgent provision of results-based, adequate, sustainable and predictable financial flows for this purpose. – Norway, EU; Canada, US delete; New Zealand reserves]

115. We welcome the ongoing efforts to strengthen and support South-South cooperation and triangular cooperation. We stress that South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation. We also stress that triangular cooperation should be further utilized as an effective modality for development cooperation.

[115. We welcome the ongoing efforts to strengthen and support South-South cooperation [, Europe-Asia cooperation – Kazakhstan, Belarus; Canada, New Zealand delete] and triangular cooperation [and encourage partners to make more information available on the experience gained from these forms of cooperation – EU]. [We recognize that a number of emerging economies have become important providers of South-South cooperation on the basis of common goals, shared principles and differentiated commitments – Japan, EU, Switzerland, Canada, New Zealand] We stress that South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, [North-South cooperation / traditional means of implementation – EU]. We also stress that triangular cooperation should be further utilized as an effective modality for development cooperation [and encourage an increasing mobilization of

resources from sovereign wealth funds and national development banks – EU]. – G77 delete; Canada retain]

Note: No-So, So-So and triangular cooperation are now referenced in CST.31 bis of Part II

116. We reaffirm the key role of the private sector in promoting sustainable development including through multi-stakeholder partnerships. Public policy should create a stable investment climate and regulatory framework conducive to long-term investment and socially and environmentally responsible behaviour by business and industry. (Co-chairs: concept now reflected in Section II.C)

116. We reaffirm [the key role of the private sector in promoting sustainable development including through **[public private and – New Zealand, Canada]** multi-stakeholder partnerships. **[and by generating employment and investment, developing new technologies and enabling sustained, inclusive and equitable economic growth. We call upon the private sector to further contribute to sustainable development, including by adapting its business models as appropriate. – New Zealand, EU, Canada]** Public policy should create a stable investment climate and regulatory framework conducive to long-term investment and **[support – US, Canada]** socially and environmentally responsible behaviour by business and industry / **that the private sector through investment, trade and innovation, has a key role to play in the transition to a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and that governments should provide the enabling policy environment and regulatory and institutional framework. Through fair trade, investment in cleaner technology, corporate social responsibility initiatives, resource effective management and healthy working conditions, public-private partnerships and research and innovation, the private sector is key to delivering a green economy and sustainable patterns of production and consumption. Private companies adopting sustainable business models in their supply chains and mainstreaming environmental and social considerations in their investment decisions and their supply chain and daily management are already contributing to the transition to a green economy. We welcome the endorsement by the private sector in Busan of the principles guiding more effective partnerships with the public sector for achieving “broad-based, inclusive and sustainable development. – EU]. [It should also acknowledge the importance of promoting innovation [, and consider whether existing efforts are sufficient to spur the development of technologies needed to achieve the goals of sustainable development – EU ask for clarification]. – US, Canada] (New Zealand merge with para 19)[G77 move to subsection on private sector]**

CST 116. We recognize that both public and private sources are essential for financing sustainable development. We recognize that ODA can play an important role in leveraging the necessary private investments, inter alia through guarantees, risk sharing mechanisms and technical assistance. We agree that possible means of finance apart from ODA to promote sustainable development could include

domestic resource mobilization, direct foreign investment, the fight against illicit capital flows, public private partnerships and innovative financing mechanisms. (From paragraph pre 112.ter and pre 112.quat)

117. We call for the Global Environment Facility to be strengthened, with regularity in funding flows and reform of governance processes towards more transparent and democratic systems. We urge simplification of procedures and assistance to the least developed countries and SIDS in accessing resources from the GEF.

117. We [call for / **recognize the importance of – EU**] the Global Environment Facility [to be [**further – New Zealand, Canada**] strengthened, with regularity in funding flows [and reform of governance processes towards more transparent and democratic systems. – New Zealand delete] [**and encourage the GEF Assembly to make resources more accessible to meeting country needs for the national implementation of their international environmental commitments – Mexico; EU to revert; Canada delete**]. We urge [**further –New Zealand, Canada**] simplification of procedures and assistance [to / **and call on the GEF to pursue its reform agenda in order to improve its delivery of support and facilitate access to support, in particular – EU, Norway**]][developing countries, in particular, - G77] the least developed countries [and / , - G77] SIDS [**and Africa – G77**] – **Canada delete**] in accessing resources from the GEF [**and enhance coordination with other instruments and programmes focusing on environmentally sustainable interventions – EU**].

(Co-Chairs propose to move this para to after CST 113 quat on IFIs)

[117. bis We reaffirm the central and critical role of the private sector and IFIs in implementing measures to help the global community achieve the objectives of sustainable development. – US, Switzerland, Norway, Canada, New Zealand, Mexico *merge with pre112quat, placed after 112alt*]

Science and Technology

[Science and Technology / **Technology transfer, Research and Development – G77, Kazakhstan, Belarus; US, Canada, Japan, Switzerland, New Zealand retain**]

CST: Science and technology: technology transfer, research and development

118. We reaffirm the commitments related to science and technology contained in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and in the outcomes of other major United Nations Summits and Conferences.

[118. We reaffirm the commitments related to science and technology contained in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and in the outcomes of other major United Nations Summits and Conferences. – G77, New Zealand delete; US, Japan reserves]

[118. alt We [agree to enhance / stress the importance of -New Zealand] access of developing countries to technologies, know-how and expertise to achieve sustainable development. We also agree to explore modalities for [assured / enhanced - New Zealand] access to environmentally sound technologies, including state-of-the-art technologies, in particular by developing countries, while providing fair incentives to innovators, in particular innovators in developing countries that promote research and development of new environmentally sound technologies. – G77, Belarus; US, Japan, EU delete; Switzerland reserves]

CST.118.alt We stress the importance of access of developing countries to technologies, know-how and expertise to achieve sustainable development. We agree to explore modalities for enhanced access to environmentally sound technologies, while providing fair incentives to innovators that promote research and development of new environmentally sound technologies. (118 alt)

[118. bis We underline the necessity of creating enabling environment that aims [at removing all barriers / to improve access – Canada, Australia, New Zealand] to technology transfer and technology adaptation, consistent and in harmony with the relevant international obligations. We stress the need for effective mechanisms, enhanced means, appropriate enabling environments and [the removal of obstacles to –Australia, New Zealand delete] the scaling up of the development and transfer of technology to developing countries [and middle-income countries – Belarus; New Zealand delete]. Furthermore, developing countries should be enabled to develop their own technology with the support of the international community, including building local capacity to design and develop technologies. – G77, Belarus; US, Japan, Switzerland reserves; EU delete]

CST.118.bis We recognize the important role that new technologies will play in increasing resource productivity and efficiency. While acknowledging the role played by direct foreign investment in providing access to new technologies, we recognize the importance of strengthening the scientific, technological and innovation capacities of countries to move towards sustainable development. We stress the need for appropriate enabling environments to the scaling up of the development, adaptation, and dissemination of affordable and sustainable technologies, and emphasize the need to facilitate the process of technology transfer on mutually agreed terms and conditions with a view to closing the technological gap between developing and developed countries. Developing countries should be enabled to develop their own technology with the

support of the international community, including building local capacity to design and develop technologies. *(integrates 118.bis with certain changes suggested and 119 with certain changes)*

[118. ter Consideration must also be given to the role of patent protection and intellectual property rights along with an examination of their impact on the access to and transfer of environmentally sound technology, in particular to developing countries [and middle-income countries – Belarus], as well as to further exploring efficiently the concept of assured access for developing countries to environmentally sound technology in its relation to proprietary rights with a view to developing effective responses to the needs of developing countries [and middle-income countries – Belarus] in this area. – G77, Belarus; US, Japan, Switzerland, Australia, New Zealand reserves; Canada, EU delete]

CST.118.ter Consideration must also be given to the role of patent protection and intellectual property rights as one of the factors relevant to the access to, and transfer of environmentally sound technologies, with a view to developing effective responses to the needs of developing countries. We request the UN system to identify options for an appropriate mechanism to facilitate clean technology dissemination to developing countries, consistent with existing patent protection systems. *(16.quat (below) and para 118.ter, with certain changes suggested; last sentence a streamlined version of 120.ter.)*

[16. quat We also recognize [the need to address –Australia delete] the role of patent protection and intellectual property rights [along with an examination of their impact on / as one of the factors relevant to –Australia] the access to and transfer of environmentally sound technology, in particular to developing countries, as well as to further exploring efficiently the concept of [assured – Australia delete] access for developing countries to environmentally sound technology [in its relation to proprietary rights –Australia delete] with a view to developing effective responses to the needs of developing countries in order to achieve the internationally agreed development goals including the MDGs. –G77; EU, Japan, Canada, US delete; *New Zealand move to Section V and merge with similar para 118ter; Switzerland streamline with similar paras]*

[118. quat We call for the immediate implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building. – G77, Switzerland; US, Japan, EU reserves; EU *address in para 122] (Co-chairs: addressed in CST 122)*

[118. quint We further reaffirm that the scientific community has a fundamental role to play in delivering sustainable development. Therefore it is important to strengthen the interface between policy and science by governments and the scientific community. – EU, US, Kazakhstan; Switzerland *merge with para 44alt; G77 bracket]*

(Co-chairs suggest to move to and merge para 118.quint with 120.ter)

[118. sext We recognize the fundamental importance of supporting developing countries in their national and regional efforts to collect reliable and accurate environmental data, using, inter alia, satellite and other remote sensing technologies and geographical information systems. – EU, US; G77 reserve]

(Co-chairs suggest to combine 118.sext and 118.sept to CST.118.sept)

[118. sept We recognize the fundamental significance of space-technology-based data and geospatial information for global, regional and national policymaking, programming and project operations related to the sustainable development and use of our natural and environmental resources endowment– Japan, EU merge with 118sext; ROK streamline with 87duodec; US reserves; G77 bracket]

CST.118.sept We recognize the importance of space-technology-based data and geospatial information for sustainable development policymaking, programming and project operations. We recognize the need to support developing countries in their efforts to collect reliable and accurate environmental data. (streamlined, combines 118.sext, 118.sept and 120.bis)

[118. oct We commit to establishing centers of excellence in developing countries as nodal points for technology research and development and provide adequate financial and technological support for the purpose. -G77]

(Co-chairs suggest to merge similar paragraphs 118.oct, 42e and 120.quint)

119. We recognize the importance of strengthening the scientific, technological and innovation capacities of countries to promote sustainable development. In this regard, we stress the need for effective mechanisms, enhanced means, appropriate enabling environments, and the removal of obstacles to the scaling up of the development and transfer of technology to developing countries.

119. [We / While acknowledging the premier role played by foreign direct investment in providing access to new technology, we - EU] recognize the importance of strengthening the scientific, technological and innovation capacities of countries [and covering all relevant scientific aspects that can contribute to – EU, Switzerland] [, particularly developing countries – G77 / , [in particular / including – Kazakhstan] middle-income countries [and vulnerable countries such as the LDCs –ROK, Belarus], –Belarus, Russian Federation; EU delete] to [promote/move towards green economy and achieve – Japan] sustainable development [In particular, we acknowledge the importance that new technologies will play in increasing resource productivity and efficiency - US, Canada /as well as of supporting cooperation among scientific and research institutions – Montenegro; EU interested but reword]. In this regard, we [stress the need for

[effective mechanisms, enhanced means, - EU delete] [and – US, Canada] appropriate enabling [investment – EU] environments, [and [the removal of / addressing – Canada] obstacles – New Zealand delete] to the scaling up of the development / and a strengthening of international cooperation conducive to investment – EU] [, adaptation – US, Canada] and [voluntary – US, Canada, Japan] [transfer/deployment – Canada / diffusion - EU] of - New Zealand delete] [innovation and – Australia] [safe – EU] [technology/ dissemination of appropriate, affordable and sustainable technology, and the transfer of such technologies -New Zealand, Switzerland /on mutually agreed terms and conditions – US, ROK, Canada, Japan, Switzerland, New Zealand] [and know-how – EU] [[to developing /between – Australia] countries / emphasize the need to adopt appropriate measures to overcome the technological gap between developing and developed countries and to work towards arrangements that facilitate the process of [technology transfer – EU bracket] - G77; Japan retain] – US delete] [, [in particular / including –Kazakhstan] middle-income countries, – Belarus, Russian Federation, Switzerland; EU delete / We encourage also effective mechanisms for capacity building in the universities and scientific communities of developing countries. – Turkey, EU interested but reword] [G77 bracket paragraph].

[119. bis We decide to establish a global fund for voluntary contribution by states, civil society and private sector, to facilitate transfer of green technologies, including in the area of new and renewable energy resources – Belarus, Kazakhstan, Russian Federation; ROK, US, Japan, Switzerland, EU delete; G77 delete]

[119. ter We agree to support a global scientific platform to coordinate international research collaboration and share its results by building on existing programmes. – ROK, Kazakhstan; Russian Federation reserves; G77 seek clarification]

120. We agree to strengthen international cooperation conducive to investment and technology transfer, development and diffusion.

[120. We [agree to strengthen/support strengthening – US, Japan] international cooperation conducive to [innovation - Australia/the increase in – Montenegro] investment [in scientific and research activities, stimulation of innovations – Montenegro] and [voluntary – US, Canada, Japan] technology [transfer/deployment – Canada], development and diffusion [build greater capacity in science and technology for sustainable development, with action to improve collaboration and partnerships on research and development and their widespread application among research institutions, universities, the private sector, governments, non-governmental organizations and networks, as well as between and among scientists and academics of developing and developed countries, and in this regard encourage networking with and between centres of scientific excellence in developing countries. – G77, Switzerland, EU] [that is gender-responsive and contributes to the empowerment of women. – Iceland] [on mutually agreed terms and conditions. -US, Canada, Japan] [based on sound protection of intellectual property rights. - Japan, Canada] – New Zealand delete]

CST.120 We support strengthening international cooperation to promote investment in science, innovation, and technology. We agree to facilitate international collaborative research on environmentally sound technologies and services, eco-innovation and public private partnerships to develop solutions which are accessible to developing countries and the poor. We support building greater capacity in science and technology for sustainable development, with action to improve research and development collaboration among research institutions, universities, the private sector, governments, non-governmental organizations, and scientists of developing and developed countries. (120)

CST.120.quint We acknowledge the work of existing regional centres for technology transfer, support the establishment of centres of scientific and technological excellence in developing countries and encourage networking with and among such centres as nodal points for technology research and development. (Based on 120.quint, 118.oct and 42e)

[120. alt We emphasize the need to develop and agree methodologies for integrating the sustainability dimensions into economic analysis and national accounting as well as mechanisms that better integrate environmental and social cost and benefits in market prices. – EU, Switzerland *streamline with Chapter I and III*; US reserves; G77, bracket, linked with discussions on national sustainability accounting] (dealt with in II and III)

[120. alt bis We recognize the importance of strengthening international, regional and national capacities in technology assessment and where necessary regulatory regimes, especially in view of the rapid development and possible deployment of new technologies that may also have unintended negative impacts, in particular on biodiversity and health, or other unforeseen consequences. – EU, Switzerland *streamline with Chapter I and III*; US reserves; G77 bracket]
(Co-chairs suggest to keep 120.alt.bis until further clarifications)

[120. bis We recognize the need for countries to make their best effort to enhance visibility of existing channels through which space-derived geospatial data and related tools are available at low cost. – G77; US reserves; EU asks for clarification] (Co-chairs suggest to move 120.bis and merge with 118.sept to become CST.118.sept)

[120. ter We recognize the need to facilitate informed political decision-making on sustainable development issues. We request the Secretary-General of the United Nations to elaborate in his next report on the follow-up of the UN Conference on Sustainable Development on possible measures to strengthen the interface between policymaking and science, including the option of [establishing

an intergovernmental panel of experts on sustainable development – EU bracket] which could periodically evaluate the level of the global development with regard to different aspects of the sustainable development concept as well as assess the effectiveness of the measures taken to ensure sustainable development. –Russian Federation, Kazakhstan, Belarus, Mexico *can be combined with 111ter*; ROK, US, New Zealand reserves; Switzerland *address in Chapter IV*; G77 bracket]

CST.120.ter We recognize the need to facilitate informed policy decision-making on sustainable development issues and in this regard to strength the science-policy interface. We request the Secretary-General of the United Nations to report on options for strengthening the interface between policy-making and science, including the option of establishing an intergovernmental panel of experts on sustainable development to periodically evaluate progress towards sustainable development and assess the effectiveness of measures taken. (*streamlined version of para 120.ter*)

[120. quat We request the World Intellectual Property Organization and UNEP, and other relevant organizations, to identify options for a facilitation mechanism, consistent with existing patent protection systems, to disseminate key clean technologies to developing countries. –Mexico, Australia; ROK, US, Japan, New Zealand, EU reserves; G77 bracket]

(Co-Chairs propose to integrate into CST 118.ter)

[120. quint We commit to support existing regional centers for technology transfer that facilitate the match between supply and demand for technologies and appropriate technological adaptation processes. –Mexico; Japan, New Zealand reserves; G77 bracket]

Note: moved here from Part IV -- IFSD

[*International TT mechanism- G77*]

[62bis. We resolve to establish an International Mechanism under the General Assembly in order to promote, implement and monitor concrete actions, supported by stable adequate and predictable financial contributions and focused on bridging the technological gap between developed and developing countries and facilitating transfer of technology in sustainable development and strengthen national capacities in developing countries on scientific understanding and technology evaluation. – G77, Belarus – move to section B; EU, Japan, Canada, New Zealand, US delete]

Capacity Building

Capacity Building [and development – Japan]

CST: Capacity Building

121. We reaffirm the need for providing support to existing regional and sub-regional structures and mechanisms in developing countries and encouraging their creation, where needed, with the aim of facilitating cooperation and the exchange of information, including capacity building, exchange of experiences and expertise to advance the implementation of the decisions at regional and sub regional levels.

[121. We [reaffirm / **emphasize** – EU] the need [for providing support to existing regional and sub-regional [**sustainable development** – US] structures and mechanisms / **for capacity building** – EU] in developing countries **and at the international and regional levels** – EU] [, **in particular middle-income countries**, – Belarus; Canada, EU delete] [**and in countries with economies in transition** – Kazakhstan, Belarus; EU delete] [and encouraging their creation, where needed, / **particularly using the technical assistance and knowledge of the international financial institutions and the UN**, - EU] with the aim of facilitating cooperation and [**institution building through** – EU] the exchange of information, [including capacity building [**and development** - Japan], exchange of – EU delete] experiences and expertise [to advance the implementation of the decisions at regional and sub regional levels. – EU delete] – G77 delete]

[121. alt We underscore the importance of capacity development and strengthening technical cooperation as important avenues for developing countries to attain their development objectives. In this regard, we reiterate the importance of human resource development, including training, exchange of expertise, knowledge transfer and technical assistance for capacity-building, which involves strengthening institutional capacity, project management and programme planning. – G77; US delete, EU revert]

CST.121 We emphasize the need for capacity building and strengthening technical cooperation amongst and within developing countries and countries with economies in transition. We reiterate the importance of human resource development, including training, exchange of experiences and expertise, knowledge transfer and technical assistance for capacity-building, which involves strengthening institutional capacity, project management and programme planning. (Co-chairs suggest including reference to "countries with economies in transition" as per agreed language in Bali Strategic Plan.)

[121. bis We decide to develop [a system-wide strategy for capacity building – EU bracket] in the field of sustainable development; including social, economic and environmental matters. - Mexico]

122. We call for the immediate implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building.

[122. We call for the [immediate / **continued – Canada / continued and focused - EU**] implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building.- **US bracketed; G77 delete**]

CST.122 We call for the continued and focused implementation of the Bali Strategic Plan for Technology Support and Capacity Building.

123. We urge the participation and representation of scientists from developing countries in processes related to global environmental and sustainable development assessment to strengthen scientific capacities in these countries

123. We [urge / **encourage – US**] the participation and representation of [**men and women – US, Canada**] scientists [**and researchers – Montenegro**] from developing countries [, **in particular middle-income countries, – Belarus, Montenegro; Canada, EU delete**] in processes related to global environmental and sustainable development assessment [**and monitoring – G77 / to assist the international community and – Holy See**] to strengthen scientific capacities in these countries [**with the purpose of enhancing autonomous national capabilities to generate information for decision and policymaking processes – G77**].

CST.123 We encourage the participation and representation of men and women scientists and researchers from developing countries in processes related to global environmental and sustainable development assessment and monitoring with the purpose of enhancing national capabilities to generate information for decision- and policy-making processes.

[123. bis We call on all relevant agencies of the United Nations system to support developing countries [and emerging economies – EU bracket] and, in particular, less developed countries in capacity-building for the transition to a resource efficient economy and sustainable production and consumption patterns, with among others:

- a) **Sharing sustainable practices in various economic sectors.**
- b) **Disseminating various theoretical and methodological tools for natural resources inventories and assessments.**
- c) **Support to South-South and triangular cooperation for the transition to a resource efficient economy. – Mexico; Canada reserves]**

CST. 123 bis We call on all relevant agencies of the United Nations system to support developing countries and, in

particular, least developed countries in capacity-building for building resource-efficient economies and promoting sustainable production and consumption patterns, including through:

- Sharing sustainable practices in various economic sectors;
- Disseminating various tools for natural resources inventories and assessments;
- Supporting South-South and triangular cooperation for the transition to a resource efficient economy.

[112. quint We urge developed countries to provide financial, technological and capacity-building assistance to enable all developing countries particularly vulnerable to the adverse impact of climate change, land degradation, drought, desertification and other natural phenomenon to place effective adaptation strategies as a priority. – G77; EU, US, Switzerland, Japan, Canada, New Zealand delete] (*Move here from Section V.C – Finance*)

CST.123 ter We emphasize the need for increased financial, technological and capacity-building assistance to enable all developing countries particularly vulnerable to the adverse impacts of climate change, land degradation, drought, desertification and other natural phenomenon to undertake effective adaptation strategies as a priority.

Trade

Note: G77 wants this section moved after 86. tredec

[Pre 124. We recognize that international trade is an engine for development and sustained economic growth and we reaffirm that in order to fully harness the potential of trade it is important to uphold a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system that contributes to growth, sustainable development and employment[, particularly for developing countries –ROK, EU, Switzerland delete]. –G77, ROK, EU, Switzerland]

[Pre 124. alt We reaffirm that international trade is an engine for development and sustained economic growth and we also reaffirm the critical role that a universal, rules-based open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system as well as meaningful trade liberalization, can play in stimulating economic growth and development world-wide, thereby benefiting all countries at all stages of development. –US, Canada, New Zealand *may be merged with 124*]

CST. Pre 124. We reaffirm that international trade is an engine for development and sustainable economic growth and we also reaffirm the critical role that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral

trading system, as well as meaningful trade liberalization, can contribute to growth, sustainable development and employment world-wide, thereby benefiting all countries at all stages of development. *(Merged paras pre 124, and pre 124 alt; co-chairs suggestion is based on agreed text in the 2nd Committee Resolution, A//66/185)*

[Pre 124. bis We reaffirm the importance of increasing market access for developing countries' products and services, and in this regard we stress the need to resist all protectionist and distortive measures, especially those affecting developing countries, [including tariff, non-tariff and other barriers to trade, in particular agricultural subsidies, and to rectify any such measures already taken, - Norway delete] while recognizing the right of countries to fully utilize their [policy space and – New Zealand delete] flexibilities consistent with World Trade Organization commitments. In this context, we call upon the World Trade Organization and other relevant bodies, including the United Nations Conference on Trade and Development, to continue monitoring protectionist measures and to assess their impact on developing countries. –G77; ROK, Japan delete; EU reserves]

[Pre 124. bis alt We emphasize the need to resist protectionist tendencies and to rectify any trade distorting measures already taken that are inconsistent with World Trade Organization rules, recognizing the right of countries to fully utilize flexibilities consistent with their World Trade Organization commitments and obligations. –US, Canada]

CST. Pre 124. bis We emphasize the need to resist protectionist tendencies and to rectify any trade-distorting measures already taken that are inconsistent with World Trade Organization rules, recognizing the right of countries to fully utilize flexibilities consistent with their World Trade Organization commitments and obligations. (Merge paras 16. quint, 124 bis and 124 bis alt; co-chairs suggestion is based on agreed text in the 2nd Committee Resolution, A/66/185,)

[Pre 124. ter We further stress the need to refrain from adopting any measures or restrictions related to trade and transit that affects the access of developing countries to medicines, specially generic medicines and medical equipment. –G77; Norway, US, ROK, Japan, EU, Canada delete; Australia, New Zealand reserves]

[Pre 124. quat We acknowledge that trade rules and environmental protection are interdependent and mutual supportive components of a green economy. Both MEAs and WTO Agreements constitute legitimate bodies of international law of equal standing. [Due respect must be accorded to each and their respective expertise in environment and trade matters shall be valued and utilised. We recognize the importance of ecological transparency in markets to promote resource efficiency and sustainable consumption and production. [We urge the WTO to allow a different treatment of like products and like services based on

process and production method criteria that are themselves based on internationally recognized standards. –Australia, New Zealand delete] – Norway, US, ROK, delete]- Switzerland; G77, EU reserves]

124. We urge the members of the WTO to redouble efforts to achieve a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system and for an early balanced, ambitious and development-oriented outcome of the Doha Development Round of multilateral trade negotiations. We call for the full realization of the commitments made in the 2005 Hong-Kong Ministerial Declaration of the WTO in favour of the least developed countries.

124. [We reaffirm [the critical role of a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system [that acknowledges and contributes to sustainable development – Switzerland, EU] in stimulating economic growth and development worldwide and – New Zealand] / [Principle 12 of the Rio Declaration – Mexico; EU, Switzerland, New Zealand delete] urge the members of the WTO to [work actively, in a transparent and inclusive manner, towards a successful multilateral conclusion of the Doha Development Agenda in accordance with its mandate – Japan] [[redouble/continue – Canada] efforts to achieve / to strengthen – EU] [a well-functioning –US] [[a / the – EU] universal, rules-based, open, [non-discriminatory – Canada delete] [sustainable – EU] and equitable multilateral trading system [of the WTO – EU] and [for / to achieve – EU] – G77 delete] an early – New Zealand delete] balanced, ambitious and [development-oriented / comprehensive – EU] outcome of the Doha Development [Round / Agenda – US] of multilateral trade negotiations [in accordance with the Doha mandate and based on the progress already achieved – EU] [by 2015 – Switzerland; New Zealand delete] / to make progress on issues affecting the global trading system, both inside and outside the Doha Agenda – Canada / can deliver major benefits for development – US]. – Japan delete] We call for the full realization of the commitments made [in favour of the least developed countries –New Zealand] in the 2005 Hong-Kong Ministerial Declaration of the WTO [in favour of the least developed countries – New Zealand delete]. [It is important to make progress in the Doha Development Agenda, reaffirming the importance of more precise effective and operational special and differential treatment –G77; Norway, US, New Zealand delete]

[124. alt [We reaffirm Principle 12 of the Río Declaration – EU delete] and urge the members of the WTO to redouble efforts to achieve a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, to effectively fight against the re-emerging of protectionist practices, and to fully explore different negotiating approaches- as agreed at the WTO 8th Ministerial Conference- towards a successful, balanced, ambitious and development-oriented outcome of the Doha Development Round of multilateral trade negotiations. We call for the full realization of the commitments made in the 2005 Hong-Kong Ministerial Declaration of the WTO and in the WTO 8th Ministerial Conference held on December 2011 in favour of the least developed countries. – Mexico; US, ROK, Canada delete]

CST. 124 We urge the members of the WTO to redouble their efforts to achieve an early balanced, ambitious and development-oriented outcome of the Doha Development Round of multilateral trade negotiations. We further call upon WTO members to meet their commitments made in the 2005 Hong-Kong Ministerial Declaration of the WTO and in the WTO 8th Ministerial Conference in favour of the least developed countries, and urge WTO members to make progress, both inside and outside the Doha Agenda, on issues affecting the global trading system. *(Merge 124 and 124 alt; mainly based on agreed text in the 2nd Committee Resolution, A/66/185)*

[124. bis We want to also underscore the importance of ensuring adherence to the principle[s – Australia, New Zealand] [of full participation / of openness – Australia, New Zealand] inclusiveness and transparency (FIT) in [all areas of / the – Australia, New Zealand] future work in the WTO. [The interest of all Members must be adequately reflected in the outcomes achieved in the work of this organization which can only be obtained through the inclusion of all Members in the negotiating process. / All [WTO –New Zealand] Members have an interest in ensuring very swift progress in the negotiations to facilitate outcomes, while respecting the principles of transparency and inclusiveness. – Australia, New Zealand] –G77; US, ROK, Japan delete; Canada, EU reserves]

[124. ter We recognize the need to facilitate and promote foreign investment, trade in and dissemination of goods and services that contribute to sustainable development [without relaxing domestic health, safety, or environmental measures. -Norway delete] This includes goods and services that are the subject of schemes such as fair trade and eco-labels. – Switzerland; US, EU asks for clarification; ROK, New Zealand delete] *(124 ter is merged with 127, 127bis and 127 bis alt on trade facilitation and capacity building)*

125. We reaffirm that there is an urgent need for the international economic and financial institutions to work together to ensure that developing countries, particularly the least developed countries, are able to benefit from the advantages of the multilateral trade system and their integration into global markets.

125. We reaffirm that there is an [urgent/ongoing – Canada, New Zealand] need for [the / **development partners**, – EU] international economic and financial institutions [and **regional organizations** – EU] to work together [, **especially through trade capacity building and facilitation**, - EU] to ensure that developing countries, particularly the least developed countries [and **middle-income countries** – Belarus; Norway, EU, New Zealand delete], are able to benefit from the advantages of the multilateral trade system and their integration into global markets. [In this regard, we also affirm that achieving the positive impact of trade liberalization in developing countries will require international support for the expansion of their productive capacities, including transfer of technology and the development of their human resources and basic infrastructure, as well as the effective transfer technology— G77; ROK, EU, New Zealand delete] *(Incorporated in CST 124)*

[125. bis We reaffirm that there is an urgent need to continue negotiations on liberalization of trade in environmentally friendly goods and services in accordance with Article 31 of the WTO Ministerial Declaration from 2001. Efforts must be intensified in Geneva to speedily reach an agreement by subscribing to a meaningful list of environmental goods and services. – EU, Switzerland; US, New Zealand reserves]

CST. 125. We reaffirm that there is an ongoing need for the international economic and financial institutions, and regional organizations to work together to ensure that developing countries, particularly the least developed countries, are able to benefit from the advantages of the multilateral trade system and their integration into global markets. In this regard, we stress that achieving the positive impact of trade liberalization in developing countries will require trade capacity building and facilitation, transfer of technology and the development of human resources and basic infrastructure. (125)

CST. 125 bis. We also emphasize the need to continue negotiations on liberalization of trade in environmentally friendly goods and services in accordance with Article 31 of the WTO Ministerial Declaration from 2001. (125 bis)

[125. ter We stress the relevance of continuous coordination between international trade and finance institutions in order to keep and promote open channels for trade financing – Mexico, ROK; US, New Zealand reserves]

126. We support the eventual phase out of market distorting and environmentally harmful subsidies that impede the transition to sustainable development, including those on fossil fuels, agriculture and fisheries, with safeguards to protect vulnerable groups.

[126. We [support the/ commit to – Switzerland, Mexico, New Zealand] [eventual – Australia, New Zealand delete] [phase out / substantial reduction – Canada; Switzerland, New Zealand retain] [as expeditiously as possible -Mexico] of [all types of – Mexico] market distorting [and environmentally harmful – Canada delete; Switzerland, New Zealand retain] subsidies that impede the transition to sustainable development, including [those on / inefficient –Australia, Japan, Canada; Switzerland retain] fossil fuels, [subsidies that cause wasteful consumption, and subsidies on –Australia, Canada / that encourage wasteful consumption –Japan] [[agriculture and fisheries – Japan delete; New Zealand retain], [with safeguards to protect / while mitigating adverse impacts on –New Zealand] [poor and –Mexico] vulnerable [groups / persons –Holy See] [by 2020 –Switzerland] – ROK, Canada delete]. -G77, Iceland delete paragraph; US bracketed, EU reserves]

[126. alt. 1 We support the gradual elimination of environmentally harmful subsidies that impede the transition to sustainable development with safeguards to

protect vulnerable groups. – Iceland; US, Canada, EU, Switzerland, New Zealand reserves]

[126. alt 2 We support the substantial reduction of fossil fuel subsidies and environmentally harmful or trade-distorting subsidies. The reduction of subsidies must be accomplished in a manner that protects the poor and eases the transitions for affected groups when products or services concerned are essential. – Norway; US, Canada, EU, Switzerland, New Zealand reserves]

CST. 126. We commit to gradually eliminate subsidies, including those for fossil fuels, agriculture and fisheries, that are market distorting and environmentally harmful and that impede the transition to sustainable development. We affirm the need for accompanying safeguards to protect vulnerable groups. (Merge paras 42 (c), 43 bis, 126, and 126 alt1)

127. We support the trade capacity building and facilitation activities of international and regional organizations which would assist developing countries, particularly the least developed countries, in identifying and seizing new export opportunities, including those created by the transition towards a green economy.

127. We support the trade **[facilitation and – G77; ROK delete]** capacity building [and facilitation –G77 delete; ROK retain] activities of international [and / , EU] regional **[and bilateral – EU]** organizations which [would / **should increasingly –G77; ROK retain**] assist developing countries, particularly the least developed countries **[and middle-income countries – Belarus; Norway, EU, Switzerland delete]**, **[LLDCs, and Africa, in accordance with the applicable international agreements, in enhancing their productivity, competitiveness and diversification of their economies, as well as –G77; ROK delete]** in identifying and seizing new export opportunities, including those created by the transition towards a green economy **[in the context of sustainable development and poverty eradication. – Montenegro]** [We recognize the importance of technical assistance and capacity building in the field of trade and environment to developing countries, in particular the least-developed among them, including the facilitation and enhancement of developing countries' inclusion and active participation in international standardization processes. We also encourage that expertise and experience be shared with members wishing to perform environmental reviews at national level. – EU, Switzerland] [Particular attention should be made to enabling women to participate in and benefit from the local, regional and global supply chains and markets. - Iceland]

[127. bis We take note of the holding in Geneva, on 18 and 19 July 2011, of the Third Global Review of Aid for Trade, aimed at reviewing progress achieved and identifying additional measures needed to support developing, least developed countries and Africa in building their supply and export capacities, stresses the urgent need to implement the aid-for-trade commitments, especially with regard to the mobilization of additional, non-conditional and predictable funding, and

underlines the value of monitoring the Aid-for-Trade Initiative –G77; ROK; New Zealand, EU reserves]

[127. bis alt We recognize the extensive efforts undertaken under the Global Aid for Trade initiative since its launch in 2005 to build supply and trade capacity for developing countries, including the significant mobilization of resources, advances in mainstreaming trade in country development strategies, and progress in monitoring and evaluation. We encourage all actors to identify and seize new trading opportunities through this initiative, particularly those that support poverty reduction and the transition towards a green economy. –Canada *proposed merging of 127 and 127bis*; New Zealand reserves]

CST. 127. We recognize the urgent need to mobilize additional, non-conditional and predictable funding for Aid for Trade, including through the Enhanced Integrated Framework for Trade-related Technical Assistance to Least Developed Countries. We request international and regional organizations to strengthen multilateral and bilateral support for trade facilitation and capacity building activities aimed at assisting developing countries, particularly the least developed countries, in meeting new product requirements and identifying and seizing new export opportunities associated with the transition towards a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. Particular attention should be given to enabling women to participate in, and benefit from local, subregional, regional and global supply chains and markets. *(Merge paras 127, 127. bis, 127 bis alt; the first part of this para is mostly based on agreed text in the 2nd Committee Resolution, A/RES/65/142, 2010)*

[127. ter We recognize the importance of a safe and secure maritime sector for trade and investment across the world, and particularly in Small Island Developing States. We welcome the work of the International Maritime Organization (IMO) in promoting the safety and security of shipping. We also welcome its work in promoting the environmentally sustainable development of the maritime sector through the prevention of marine and air pollution by ships, including measures to enable the sector to play its part in global efforts to combat climate change. We encourage all States to adopt and effectively implement IMO regulations and standards. – Australia, New Zealand; ROK delete; EU reserves]
(Note: this para is more about safety and maritime pollution than about trade. Co-chairs suggest moving it to the Oceans section.)

Registry/compendium of commitments

[Registry – US delete]/compendium of commitments

(G77 delete Section)

128. We welcome the voluntary commitments made at Rio+20 and invite the Secretary-General to compile them in a registry/compendium that will serve as an accountability framework.

[128. We welcome the voluntary commitments **[and initiatives – Kazakhstan, Switzerland]** made at Rio+20 **[by national and sub-national governments, corporations, civil society organizations, and other actors – Liechtenstein, Switzerland]** and invite the Secretary-General to compile them in a **[n internet-based – Liechtenstein]** registry/[compendium – Liechtenstein delete] [that will serve as an accountability framework / **[and is – Switzerland]** accompanied by an appropriate follow-up mechanism **[as part of a strengthened institutional framework – Switzerland]**. The registry should make information about the commitments fully transparent and accessible to the public. It should **[encourage / require – Switzerland]** periodic updates on the implementation of commitments and be responsive to public comments. – Liechtenstein, Switzerland] – G77 delete]

[128. alt We welcome the commitments voluntarily entered into at Rio +20 and throughout 2012 to implement concrete policies, plans and programs to promote sustainable development and poverty reduction, including through a green economy approach. We support commitments that are transparent and involve broad networks of stakeholders to allow for monitoring and evaluation and provide an accountability framework, including through innovative means such as public platforms. – US, Canada, Mexico, Kazakhstan; Switzerland delete]

[UN system - Mexico]

[128. bis We call for integrating environmental sustainability in the 2012 quadrennial comprehensive policy review of the operational activities for development. – Mexico, (Switzerland, Canada, EU *move to section IV*)]

[128. bis alt We urge the UN, funds, programmes and specialized agencies to integrate sustainable development principles in their policies and programmes, especially in their country-level operational work, in line with national priorities and leadership. In this context, we call on the UN development system to develop clear guidelines for integrating the social, economic and environmental pillars in the UN System's operational activities. We further request the Secretary-General to report to the GA through ECOSOC on the progress in this regard as part of his reporting on the comprehensive policy review of the UN development system. – Canada and move to section IV]

[128.ter We also call for a strategic framework for advancing social and environmental sustainability into the development activities of the UN system, including its specialized agencies, and to further reform the High-level Committee on Programmes (HLCP) so as to incorporate sustainable development in its activities. – Mexico; Canada, EU move to section IV]

(Co-Chairs propose integrating this into Section IV on IFSD)

**ANEXO II REQUERIMENTO A SER SUBMETIDO AO PLENÁRIO DA
SUBCOMISSÃO ESPECIAL E, POSTERIORMENTE, À CMADS DEFININDO
AS PRÓXIMAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(Do Sr. RICARDO TRIPOLI)**

Requer a aprovação de plano de atividades da Subcomissão Especial sobre a Rio + 20 e a designação de membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para acompanharem os eventos relacionados ao Congresso Nacional e à atividade parlamentar durante a Conferência da ONU.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 29, inciso II, parágrafo 3º do Regimento Interno, a aprovação de plano de atividades da Subcomissão Especial sobre a Rio + 20 e a designação de membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para acompanharem os eventos relacionados ao Congresso Nacional e à atividade parlamentar durante a Conferência da ONU.

1 – Plano de Atividades

1.1 – Convocação de Audiência Pública, com o objetivo de esclarecer aos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS:

a) o estado atual das negociações do documento oficial da ONU a ser aprovado na Conferência rio + 20;

b) os objetivos do Encontro Mundial de Legisladores, organizado pela Globe International, e como deverá se dar a participação dos parlamentares brasileiros em tal evento paralelo à Conferência da ONU;

c) os objetivos da Iniciativa Rio Clima, organizada e patrocinada pelo Congresso Nacional, através das Subcomissões especiais Rio + 20 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e como deverá se dar a participação dos parlamentares brasileiros em tal evento paralelo à Conferência da ONU.

Para a referida audiência, deverão ser convidados dois membros da Comissão Nacional de preparação da Conferência da ONU, um do Ministério do Meio Ambiente e outro da sociedade civil, para o esclarecimento do item a); deverá ser convidado o Senador Cícero Lucena, Presidente da Globe International Brasil, para o esclarecimento do item b); deverá ser convidado o Deputado Alfredo Sirkis, idealizador juntamente com o Deputado Sarney Filho, Presidente desta Comissão, da Iniciativa Rio Clima, para o esclarecimento do item c).

1.2 – Participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na organização da Iniciativa Rio Clima, juntamente com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, envidando todos os esforços para o sucesso deste evento paralelo à Rio + 20, co-patrocinado por esta Comissão.

2 – Designação de membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para acompanharem os eventos relacionados ao Congresso Nacional e à atividade parlamentar, de forma a que possam trazer suas contribuições à CMADS, após a Conferência da ONU, informando a seus membros as diferentes formas de participação do Parlamento na condução das negociações internacionais dos principais Acordos e Convenções relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

JUSTIFICAÇÃO

A Subcomissão Especial sobre a Rio+20 realizou, em 2011 e 2012, em conjunto com a Frente Parlamentar Ambientalista, Encontros Regionais em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, para tratar de temas preparatórios para a Rio+20. Foram discutidos os temas: biodiversidade, recursos hídricos, ambiente urbano, energia e segurança alimentar.

Um Último evento patrocinado pela Comissão e Frente Parlamentar foi o Seminário, realizado em 27 de março, na Câmara dos Deputados, em que foi debatida a Economia Verde.

A Subcomissão Especial contribuiu ainda para a elaboração, junto à Comissão Nacional para a Rio+20, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, das propostas brasileiras para o Documento da ONU que deverá subsidiar o debate na Cúpula.

Por fim, a Subcomissão encontra-se engajada na preparação da Iniciativa Rio Clima, evento paralelo à Rio + 20, patrocinado pelas subcomissões rio + 20 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que tem como objetivo dar visibilidade à questão climática durante a Conferência da ONU.

Para dar continuidade a esse relevante trabalho faz-se necessária a aprovação do plano das próximas atividades da Subcomissão e da designação de membros da CMADS para acompanharem os eventos da Rio + 20, objeto deste Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado RICARDO TRIPOLI